

**DISCURSOS DOS SRS. DEPUTADOS EM PLENÁRIO SOBRE A INTERVENÇÃO FEDERAL
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Critérios de pesquisa: período de 19/02/2018 a 15/05/2018; indexação: "intervenção federal".

Total de discursos: 327.

Documento 1/327

007.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-23:32
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 229	SORAYA SANTOS-PMDB -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO
			DE

Sumário

Orientação de bancada para votação de requerimento de adiamento da votação, por uma sessão, do Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2018, sobre a aprovação do Decreto nº 9.288, de 2018, relativo à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

A SRA. SORAYA SANTOS (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PMDB orienta "não" ao adiamento. Mais uma vez, ratificamos o que dissemos aqui: a justiça só pode ser praticada para quem está vivo. Não há justiça para quem morreu. Temos que votar a matéria, dar um basta, usar todas as medidas necessárias no combate à violência.

Sr. Presidente, peço que seja colocado "não" para toda a base do Governo. Essa não é uma questão ideológica. Trata-se da defesa da vida. Não interessa de onde vem a bala. O que interessa para a mãe, para o pai, para o cidadão, é que essa violência acabe.

Muito obrigada.

Documento 2/327

007.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-23:32
------------	-------------------------------	--------------	------------------

Publ.: DCD - 2/20/2018
- 229 BOHN GASS-PT -RSCÂMARA
DEPUTADOSDOS
ORDEM DO DIAORIENTAÇÃO
BANCADA
DISCURSO DE

Sumário

Orientação de bancada para votação de requerimento de adiamento da votação, por uma sessão, do Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2018, sobre a aprovação do Decreto nº 9.288, de 2018, relativo à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

O SR. BOHN GASS (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PT vem dizendo que os grandes culpados são o Governo do PMDB do Rio de Janeiro, Temer e a base do Governo nesta Casa, que votou os projetos.

Eu vou dar um exemplo que ainda não foi dado nesta noite. Nesta semana, o Governo Temer mandou para cá o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 1, de 2018, que retira, pasmem, 204 milhões de reais da segurança. Temer provocou esse caos e essa pirotecnia, porque sofreria uma derrota. Temer não iria conseguir responder ao mercado sobre a reforma da Previdência. Ele sofreria uma derrota, repito.

Então, ele fez essa pirotecnia e retirou dinheiro da segurança. E ressaltar: o Rio de Janeiro é o único Estado do País que tem o regime de recuperação fiscal, que não contrata servidor e que congela salário. Por isso, o Rio de Janeiro está nesse caos.

Temos que debater mais esse tema.

Documento 3/327

007.4.55.O

Sessão
Extraordinária - CD

Deliberativa 19/02/2018-23:32

Publ.: DCD - 2/20/2018
- 229

SIMÃO SESSIM-PP -RJ

CÂMARA
DEPUTADOSDOS
ORDEM DO DIAORIENTAÇÃO
BANCADA
DISCURSO DE

Sumário



Orientação de bancada para votação de requerimento de adiamento da votação, por uma sessão, do Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2018, sobre a aprovação do Decreto nº 9.288, de 2018, relativo à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PP entende que, por ser excepcional, esse projeto de decreto legislativo faz com que esta sessão seja histórica.

Aliás, quero agradecer aos Deputados dos outros Estados. S.Exas. estão aqui irmanados pelo mesmo espírito de solidariedade ao povo do Rio de Janeiro, que, hoje, já não consegue sair de casa para ir à praia, para ir ao colégio, para ir e vir.

Então, Sr. Presidente, tentar adiar esta votação é jogar contra a consciência de quantos querem ver o Rio de Janeiro livre do crime organizado.

O PP vota "não" ao adiamento.

Documento 4/327

007.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-23:32
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 229	LAERTE BESSA-PR -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE

Sumário

Orientação de bancada para votação de requerimento de adiamento da votação, por uma sessão, do Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2018, sobre a aprovação do Decreto nº 9.288, de 2018, relativo à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

O SR. LAERTE BESSA (PR-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço a V.Exa. que preste um pouquinho de atenção no que eu vou falar. V.Exa. sabe qual é o déficit de policiais civis em todo o Brasil? Há 88% de déficit nas Polícias Civis do País. Isso quer

dizer que nós só temos 12% de policiais trabalhando em todo o Brasil.

Vamos olhar para a segurança pública, vamos estipular um piso salarial. Já que o Governo Federal assumiu a criação do Ministério da Segurança Pública, vamos investir em segurança pública.

Depois do Rio de Janeiro, não vai haver mais salvação. É hora de nós investirmos na polícia. As nossas polícias estão abandonadas. A segurança pública está esse caos porque não há investimento. Então, está na hora, Sr. Presidente, de olharmos um pouco mais para o setor de segurança pública.

Documento 5/327

007.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 19/02/2018-23:32
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 230	RODRIGO DE CASTRO-PSDB -MG	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO
		DE

Sumário

Orientação de bancada para votação de requerimento de adiamento da votação, por uma sessão, do Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2018, sobre a aprovação do Decreto nº 9.288, de 2018, relativo à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

O SR. RODRIGO DE CASTRO (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nesta madrugada, estamos de vigília, mas uma vigília cívica. Nós todos queremos um Brasil mais seguro; nós todos queremos que a bandidagem seja enfrentada com força.

Por isso, essa intervenção federal no Rio de Janeiro é bem-vinda e faz bem não só ao Rio de Janeiro, mas a todos os brasileiros. É claro que, em Minas Gerais, nós queremos que as divisas sejam vigiadas e que haja participação do Exército para impedir que os criminosos do Rio fujam e façam as suas ações no nosso Estado. Mas nós queremos segurança no Brasil, e ação firme.

Por isso, o PSDB vota "não". Por isso, o PSDB apoia a intervenção

federal no Rio de Janeiro.

Documento 6/327

007.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-23:32
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 230	FÁBIO TRAD-PSD -MS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE

Sumário

Orientação de bancada para votação de requerimento de adiamento da votação, por uma sessão, do Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2018, sobre a aprovação do Decreto nº 9.288, de 2018, relativo à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

O SR. FÁBIO TRAD (PSD-MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, existem perguntas mal colocadas neste debate. Por exemplo, pergunta-se se o decreto de intervenção federal vai solucionar o problema da violência. Não, não se soluciona nunca o problema da violência. Pode-se controlar o problema da violência.

Por isso, o decreto é legítimo, constitucional e necessário. Por isso, o PSD orienta a bancada a votar "não".

Documento 7/327

007.4.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	19/02/2018- 23:32
Publ.: DCD - 2/20/2018 230	- RONALDO LESSA-PDT -AL	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Posicionamento do PDT favorável à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.



O SR. RONALDO LESSA (PDT-AL. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero agregar o tempo de Liderança.

Em primeiro lugar, já foi dito que o Rio de Janeiro teve um carnaval com menos violência, que o Estado está em décimo lugar em nível de homicídio proporcionalmente à população. Portanto, há muitos Estados, inclusive Alagoas, Ceará e Espírito Santo, que estariam em piores condições do que o Rio de Janeiro. Mas o Rio de Janeiro é a vitrine do Brasil. O Rio de Janeiro representa um espelho para o País. É a única explicação para justificar a medida que foi tomada. Isso é bom.

O PDT, através de nota, já disse que apoia e vai votar favoravelmente à medida, porque, se bem não fizer, mal não fará. O povo mais pobre está sofrendo - e é quem mais sofre, sobretudo, com o tipo de governo que nós estamos vivendo.

Gostaria de levantar dois pontos, Sr. Presidente.

Primeiro, o Governo Federal tem que fazer o papel dele. As armas do tráfico entram pelas fronteiras. Então, não adianta só fazer intervenção no Rio de Janeiro se estivermos com as fronteiras absolutamente liberadas. É um processo. Quer dizer, lá é importante isso acontecer? É. Vai diminuir? Acho que vai. É melhor para o povo. Mas não adianta achar que se vai resolver o problema se as fronteiras do Brasil continuarem funcionando do jeito que estão hoje.

Outro aspecto não foi apontado aqui: é como se, no Estado brasileiro, a violência fosse apenas de responsabilidade do Executivo ou desta Casa, que faz a legislação e em certas ocasiões é incompetente. Às vezes, eu ouço um juiz dizer: "*Soltei porque a lei assim determinou*". Só que, em nenhum momento, discutimos o papel do Judiciário ou do Ministério Público. Não basta colocar gente na rua com armas para dizer que se está combatendo a violência. Não basta! É necessário saber quem está procurando o quê.

Quantos homicídios são elucidados no Brasil? Onde está o Ministério Público para procurar os assassinos? "*Não, deixe para lá. É periferia. É guerra entre eles.*" Porque são pretos e pobres, o Ministério Público não vai atrás. Mas, se um Vereador pegar uma nota de combustível diferente, no dia seguinte haverá manchete, todo o Ministério Público estará lá. Nós temos que cobrar de todo mundo, não só desta Casa e do Executivo. O estado de paz se faz com o conjunto do Estado brasileiro voltado para isso.

Sr. Presidente, a Deputada Rosângela Gomes disse aqui com toda a clareza: a solução não é fácil. Até hoje, não decidimos qual é a melhor

polícia. Fala-se no ciclo completo, tenta-se ver a polícia de fora. Hoje, precisamos agregar à nossa Polícia Militar e à nossa Polícia Civil. Estávamos falando sobre isso. Alguns sabem mais do que os outros, mas não há doutor em segurança. Estamos tentando encontrar o caminho. E o melhor caminho é a presença do Estado.

Nós queremos construir um país da paz. Não queremos um país que só pegue bandido, mas um que não gere bandido. O que está doente é a sociedade, Sr. Presidente. Precisamos tratá-la, mas não estamos fazendo isso. Sabe como podemos tratá-la? Abrindo as escolas nos finais de semana, cuidando da periferia, e não agindo como se faz hoje, com a permissão do Estado, com a permissão do Governo: *"Não passa ninguém ali, tem que pagar pedágio"*.

Olhe, Sr. Presidente, eu vejo o estado terrível da violência. Todo mundo sabe que, na década de 50, na Assembleia Legislativa de Alagoas, Humberto Mendes, que era sogro do Governador, foi assassinado. Um Senador do Estado matou outro neste Congresso. Mas não se resolve a violência pública da mesma forma que se resolve a violência individual, como aconteceu em Alagoas, com pistoleiros, como sofreu meu irmão, que foi assassinado. A violência hoje é completamente diferente. O enfrentamento dela precisa do apoio do conjunto da sociedade.

Se quisermos encarar a situação, não será com ações midiáticas como esse decreto, que não resolverá o problema. Não podemos enganar o povo. Temos que fazer o que é necessário. O Rio chegou a uma situação absurda. Mas temos que assumir a responsabilidade e encontrar soluções efetivas, se quisermos construir um país de paz como é o Brasil. Nosso País não é xenofóbico - não é! Ele recebe todo mundo. E tem tudo para fazer isso, inclusive pagando a dívida que tem para com todos os africanos que vieram para cá.

Muito obrigado.

Documento 8/327

007.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-23:32
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 232	JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE

Sumário



Orientação de bancada para votação de requerimento de adiamento da votação, por uma sessão, do Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2018, sobre a aprovação do Decreto nº 9.288, de 2018, relativo à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, ser solidário e respeitar o povo do Rio de Janeiro é confrontar esse decreto, porque esse decreto o engana.

Eu desafio particularmente os membros da bancada do Rio de Janeiro que vão proferindo, vomitando seus discursos a dizerem onde foi parar o plano emergencial de segurança pública do Rio. Ele foi elaborado há 3 semanas, em conjunto, pelo Governo Federal, pelo Governo Estadual e pelos Governos Municipais, com a participação de especialistas e da sociedade, traçando medidas de curto, médio e longo prazos. Cadê?

Logo depois a imprensa fez as suas matérias, e o Governo intervém ao final de um carnaval rotundo de rejeição. Ora, medida politqueira é esse decreto, que não tem plano e não tem medida!

Por isso, sou a favor do adiamento.

Documento 9/327

007.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-23:32
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 232	SILAS FREIRE-PODE -PI		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE

Sumário

Orientação de bancada para votação de requerimento de adiamento da votação, por uma sessão, do Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2018, sobre a aprovação do Decreto nº 9.288, de 2018, relativo à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

O SR. SILAS FREIRE (PODE-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Podemos tem o pensamento de que a intervenção não é a solução, mas, pelo menos, é a saída da acomodação. Não se



pode ficar sem fazer nada!

O Podemos entende que, na noite de hoje, é preciso que alguém saia vencedor ou que pelo menos haja a esperança de que o povo do Rio de Janeiro saia ganhando, e não aqueles que estão com medo de essa medida dar certo ou que torcem para que ela dê certo.

Por isso, o Podemos nem imagina a possibilidade de adiar a votação da matéria.

Documento 10/327

007.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 19/02/2018-23:32		
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 233	FELIPE BORNIER-PROS -RJ			
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE	

Sumário

Orientação de bancada para votação de requerimento de adiamento da votação, por uma sessão, do Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2018, sobre a aprovação do Decreto nº 9.288, de 2018, relativo à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

O SR. FELIPE BORNIER (Bloco/PROS-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Estado do Rio de Janeiro não aguenta mais tamanha violência. A intervenção faz-se necessária.

Já é quase 1h30min da manhã.

Pedimos encarecidamente aos nobres Deputados, agradecendo àqueles que estão do nosso lado, que nos ajudem com essa intervenção. Essa é mais uma forma de passar para aquela população um pouco de fé, de otimismo, de esperança e de direito de ir e vir, algo que não existe mais na cidade do Rio de Janeiro e, principalmente, na Baixada Fluminense, no interior do Estado.

Por isso, somos contra esse requerimento e a favor da votação do projeto ainda na noite de hoje.

Obrigado.

Documento 11/327

007.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-23:32
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 233	LEANDRE-PV -PR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE

Sumário

Orientação de bancada para votação de requerimento de adiamento da votação, por uma sessão, do Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2018, sobre a aprovação do Decreto nº 9.288, de 2018, relativo à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

A SRA. LEANDRE (PV-PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, nós temos a sensação de que diversos locais do nosso País estão entregues a grupos organizados do crime. Essa é uma constante e aterroriza a população brasileira.

Nós da bancada do PV entendemos que essa medida pode minimizar os índices de violência no Rio de Janeiro. Porém, não acreditamos que vá resolver com efetividade o problema. Queremos acreditar que pode dar certo.

Portanto, o PV é contra a retirada de pauta. Queremos votar.

Documento 12/327

007.4.55.O	Sessão Deliberativa CD	Extraordinária -	19/02/2018- 23:32
Publ.: DCD - 2/20/2018 233	- INDIO DA COSTA-PSD -RJ		
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO	

Sumário

Posicionamento do PSD favorável à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. INDIO DA COSTA (PSD-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, vou ser bastante breve e objetivo.

Há 2 anos, eu fui ao Presidente Michel Temer e pedi intervenção no Rio de Janeiro, e a única intervenção possível, efetiva e concreta é com o afastamento do Governador que lá está. De qualquer maneira, essa é a terceira tentativa do Governo Federal do Rio de Janeiro de levar esperança e segurança de volta às pessoas. E não tem como, sendo do Rio de Janeiro, amando o Rio de Janeiro, vivendo no Rio de Janeiro, não votar favoravelmente à intervenção.

O PSD votará em peso favoravelmente à intervenção no Estado, mas pede encarecidamente, e vai cobrar do Governo Federal, que, desta vez, não ocorra uma intervenção como foram as outras participações das Forças Armadas no Estado, que lá ficaram pouco tempo e foram embora.

Então, nós votamos favoravelmente à medida, mas esperamos que, desta vez, o Governo Federal acerte e tome as medidas que tem que tomar para levar segurança ao Estado.

Documento 13/327

007.4.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 19/02/2018- CD	23:32
Publ.: DCD - 2/20/2018 234	- HUGO LEAL-PSB -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Posicionamento do PSB contrário ao adiamento da votação da matéria acerca da intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. HUGO LEAL (PSB-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero aproveitar o horário de Líder para fazer o encaminhamento da matéria, apesar de já constar no painel.

Quero apenas lembrar - acho que mais do que já foi dito aqui é desnecessário - que essa não é uma situação que aconteceu hoje.



Relembro, por exemplo, a Medida Provisória nº 738, que designou 2 bilhões e 900 milhões de reais para o Rio de Janeiro na época das Olimpíadas. Naquela oportunidade, houve uma intervenção no nosso Estado. Naquela oportunidade, esteve presente lá não só as Forças Armadas, mas também o Comando Central. Aquela fórmula deu certo, estendeu-se até as eleições de 2016, e nós tivemos uma experiência extremamente positiva. Pedimos que essa intervenção fosse mantida, e não fomos atendidos.

Passando esse hiato, em 2017, aconteceram vários episódios da GLO - Garantia da Lei e da Ordem, que também não resolveram, porque não tiveram o comando específico das operações. E todos nós fomos surpreendidos com uma declaração, no dia 31 de outubro de 2017, do então Ministro da Justiça Torquato Jardim, afirmando que os Batalhões eram sócios do crime organizado. Isso gerou um impacto muito grande, além de outras manifestações, o que fez com que a bancada do Rio se mobilizasse e trouxesse o Ministro, para que ele ou declarasse que aquilo era uma inverdade ou pedisse a intervenção federal, conforme o que já está disposto no art. 34.

Várias foram as ações e manifestações da bancada do Rio de Janeiro - e quero deixar o registro como um dos seus coordenadores -, que nunca ficou inerte perante qualquer movimentação que tenha acontecido no Estado. Nós lutamos, vários Deputados concordaram e assinaram o pedido de representação no Ministério Público Federal exatamente nesse sentido da intervenção, pelo menos, nas áreas de segurança e saúde.

Sr. Presidente, logicamente, ficou muito claro aqui nesta madrugada o trabalho que deve ser feito para atender à necessidade do Estado do Rio de Janeiro.

Nós estamos tendo a oportunidade de ter a experiência de uma intervenção federal, que não é feita desde a Constituição de 1988, há 30 anos. Temos agora essa oportunidade. É o momento de o Governo Federal dizer o que é possível para a segurança pública.

Segurança pública é um direito de todos, é uma obrigação do Estado, o Estado *lato sensu*: sejam os Estados, sejam os Municípios, seja a União. Este é o momento de observarmos, com o exemplo do Rio de Janeiro, o que é possível fazer nessa integração.

Por isso, o PSB vota "não" ao adiamento, e queremos votar em breve o projeto de decreto legislativo.

007.4.55.O Sessão Deliberativa Extraordinária - 19/02/2018-
CD 23:32
Publ.: DCD - 2/20/2018 - PAULO TEIXEIRA-PT -SP
235
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Contrariedade ao decreto presidencial sobre a intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero falar com a base do Governo que questões que requerem tempo não podem ter esse tratamento que está sendo dado aqui hoje à noite.

Em segundo lugar, quero dizer que não há violência maior ao Rio de Janeiro do que tratar a insegurança do seu povo com essa violência. Aqui não está se tratando do que fazer com o Rio de Janeiro, mas de um decreto vazio de significado que não convoca as forças vivas do Estado do Rio de Janeiro, que não fortalece sua polícia, que não reforma sua polícia, que não leva o Estado para as comunidades, que não reúne os esforços do Governo Federal para ajudar o Rio de Janeiro. A violência maior é esse Governo, que levou ao desemprego 14 milhões de pessoas, querer agora tratar essa questão dessa maneira.

Documento 15/327

007.4.55.O Sessão Deliberativa Extraordinária - 19/02/2018-
CD 23:32
Publ.: DCD - 2/20/2018 - NELSON PELLEGRINO-PT -BA
235
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Ineficácia do decreto presidencial sobre a intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT-BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste debate não dá



para colocar, de um lado, aqueles que são a favor de resolver o problema da violência do Rio de Janeiro e aqueles que são contra. Isso é um debate falso.

A discussão é a seguinte: como nós podemos iniciar um processo de combate ao crime organizado no Brasil, com a consequência da violência, não só no Rio de Janeiro, mas em São Paulo, onde o PCC já está muito bem instalado, inclusive levando o crime para o Brasil inteiro, e também como nós podemos ter uma política estratégica de segurança pública no Brasil e acabar com essa omissão histórica.

O papel da Oposição aqui é denunciar que esse decreto do Presidente Michel Temer é um decreto improvisado, que é incapaz de enfrentar a médio e longo prazo o problema da crise da segurança pública no Rio de Janeiro.

Eu, inclusive, quero fazer um desafio aqui: tenho certeza absoluta de que os Comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica não foram consultados sobre esse decreto; foram atropelados pelo Palácio do Planalto. Digo isso porque, se tivessem sido consultados, teriam sido contra a forma pela qual essa intervenção está sendo feita.

Alguns Deputados e Deputadas que me antecederam nesta tribuna já tiveram a oportunidade de aqui registrar algumas falas anteriores do Comandante do Exército, que fez um relato das ocupações nas favelas do Rio de Janeiro, dizendo que foram inócuas, exatamente pela forma como foram feitas. E agora se repete o erro.

A experiência histórica demonstra que as Forças Armadas não estão habilitadas para fazer o combate policial das ruas. Vejam a experiência do México! Vejam a experiência da Colômbia! E nós temos a experiência do Brasil.

As Forças Armadas têm sua missão. Qual é a missão das Forças Armadas? É proteger a integridade do nosso território; proteger as nossas fronteiras. A responsabilidade da Marinha, do Exército e da Aeronáutica é impedir que as armas e as drogas entrem no País.

Em vez de as Forças Armadas estarem nas nossas favelas, deveriam estar nas fronteiras para impedir que as armas e o dinheiro entrassem no País.

Esse é o primeiro equívoco desse decreto e dessa concepção, pois é um decreto que não hierarquiza funções no sistema de segurança pública; não estabelece prática e concretamente qual é o papel das Forças Armadas; não estabelece qual é o papel da Polícia Federal, que é uma polícia nacional, de suporte e de inteligência e também responsável por fazer o policiamento das fronteiras; não estabelece de



que forma as polícias estaduais serão reequipadas, especialmente as do Rio de Janeiro, tanto a civil quanto a militar, esta última com a missão de fazer o policiamento ostensivo, a primeira, na condição de Polícia Judiciária.

Vários Deputados vieram a esta tribuna para dizer que não tem previsão de inteligência, não tem suporte e não tem papel definido, enfim, que esse decreto está errado. Mas vem aqui e diz que vai apoiar o decreto.

Ouvi aqui o Deputado Edson Moreira, que é inclusive Delegado, fazer um diagnóstico. Esperava eu que, por consequência, seria o Deputado contra o decreto, porque toda a fala dele era no sentido de que esse decreto não bebe na melhor experiência da segurança pública. E aqui, a boca pequena, ouvi de vários Deputados da base do Governo que isso é uma aventura - e uma aventura que não vai dar certo. Mas não dizem desta tribuna, não assumem de pública, mas, a boca pequena, dizem o seguinte para nós: *"Essa intervenção pode ser um novo Afeganistão para o Exército Brasileiro: vai entrar, mas não sabe como sai"*.

Todo mundo sabe muito bem que isso é uma grande aventura em que estão colocando as nossas Forças Armadas. A história demonstra que as Forças Armadas não foram treinadas e nem têm em sua doutrina a missão do policiamento. Forças Armadas são treinadas para a guerra. E é por isso que se fala, a boca pequena, que as áreas policiadas serão consideradas como hostis.

Esse conceito de área hostil é um conceito militar, um conceito de guerra. O militar é treinado para a guerra, é treinado para eliminar o inimigo, é treinado para matar. Essa é a questão e essa é a doutrina militar.

Quando os militares entrarem nas favelas do Rio de Janeiro, vão considerar que todos podem ser inimigos, aqueles que têm e aqueles que não têm envolvimento com o crime organizado. O que vai acontecer? Uma tragédia, porque não estão acostumados, no dia a dia, a andar nos morros, não conhecem as vielas, não conhecem como o crime se organiza. Vão acontecer tiroteios para cima e para baixo, causando a morte da população civil. Isso vai gerar uma reação, vão morrer soldados do Exército, e causará reação maior ainda. E aí vamos ter que decretar estado de sítio em algumas situações.

É uma aventura o que esse Governo está levando ao Brasil - um Governo que só tem 3% de aprovação. E já conseguiu um resultado com esse decreto, conseguiu um resultado concreto. O primeiro resultado: não se fala mais de Porto de Santos, não se fala mais de corrupção, não se fala mais das mazelas deste País. Agora o assunto é



só segurança pública. Até da reforma da Previdência, que seria derrotada nesta semana, não se fala mais. Acabou! Mudou-se a pauta política. Até a Oposição, que vinha unida, se dividiu nesse decreto. É essa a grande verdade. Portanto, esse decreto já cumpriu a sua função, que era tirar o Governo do ringue, tirar o Governo do *corner*, permitindo-lhe partir para a ofensiva política.

Quem entende um pouquinho de segurança pública sabe que a ocupação territorial é momentânea. Num primeiro momento, você tem uma sensação de segurança, mas, a médio e longo prazos, ela não consegue cumprir o seu papel. Sabe por quê? Porque no morro não existem empregos para um jovem ganhar 954 reais, que é o salário mínimo, mas o traficante paga a ele 1.000 reais por semana. E uma parcela do morro sabe muito bem que a vida útil do jovem é de até 21 anos, que ele pode passar 3 ou 4 anos no tráfico e que depois ele vai para a cadeia. É essa, infelizmente, a realidade.

Esse decreto não coloca uma discussão concreta. A discussão concreta é a seguinte: sem emprego, sem educação, sem saúde não há solução. Aliás, eu fui Presidente da Comissão de Defesa Nacional em 2013, e o que eu ouvia dos nossos militares era isto: *"Nós ocupamos os morros, mas, chegando lá, não havia médicos, não havia educação, não havia creches, não havia empregos, e vivíamos essa angústia de estar ocupando o morro e não ver políticas sociais."* Essa é a grande verdade.

Nós estamos aqui não para dizer que somos contra a segurança pública no Rio de Janeiro. Todos nós somos favoráveis à segurança pública no Rio de Janeiro, todos nós somos a favor do combate ao crime organizado. E digo mais: o PCC hoje tem mais força do que o Comando Vermelho - é uma organização nacional. A consequência do que está sendo dito aqui, a consequência desse decreto, a consequência dessa concepção, depois de intervir no Rio de Janeiro, é ter que intervir em São Paulo, porque o Governo de São Paulo não controla o PCC, que está exportando crimes para o Brasil inteiro. Todo o Brasil hoje está sendo dominado pelo PCC. Vamos intervir em São Paulo? Vamos intervir nas outras Unidades da Federação? É essa a aventura que nós estamos levando ao País. Esse estado de exceção vai ter que ser aprofundado. E aí nós estamos colocando em risco a nossa democracia. Felizmente a democracia brasileira ainda pulsa.

Houve gente esta semana defendendo mandados de coerção coletivos, prisões coletivas, afrontando a nossa Constituição, afrontando a nossa legislação penal e processual penal. Diante da reação da comunidade jurídica, inclusive do Supremo Tribunal Federal, recuou-se. Mas essa é a aventura que nós estamos levando ao nosso País. E nós não podemos aceitar essa aventura.



Este Governo que não tem legitimidade deveria abrir um amplo debate no País com os especialistas em segurança pública para apresentar ao Brasil um projeto verdadeiro de segurança pública, um projeto estratégico, capaz de combater o crime organizado.

O crime organizado tem uma lógica: ele tem lavagem de dinheiro, ele tem agentes do Estado corrompidos, tem logística. Se não houver um amplo processo, nós vamos levar as nossas Forças Armadas a uma grande aventura e a um grande fracasso.

Alguns Deputados disseram aqui: *"Olhem o que vocês estão propondo ao País com a expectativa que estão criando de que vão acabar com a criminalidade no Rio de Janeiro!"*

Não vão acabar com a criminalidade no Rio de Janeiro, mas podem levar as nossas Forças Armadas a uma grande aventura e causar uma grande frustração nacional.

Este é o nosso papel de oposição: denunciar que esse decreto não vai resolver o problema. *(Palmas.)*

Documento 16/327

007.4.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 19/02/2018- CD	23:32
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 238	- IVAN VALENTE-PSOL -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Contrariedade ao decreto presidencial sobre a intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu vou me permitir neste final de debate fazer um paralelo histórico com o que foi a Guerra das Malvinas, em 1982.

A ditadura militar argentina estava nos seus estertores. Estava muito desgastado o General Galtieri, e eles tiveram uma ideia brilhante: invadir as Ilhas Malvinas, chamadas de Falklands, que estavam na mão dos ingleses. A guerra durou só 2 meses. Foi uma euforia nacionalista para unificar o país, tentar dar o pulo do gato e sair da



crise. Este Governo Temer é um governo encurralado; um governo que tem 3% de popularidade; um governo corrompido; um governo que perdeu a agenda, porque, se acabou a reforma da Previdência, acabou a agenda nacional; é um governo cercado. Ele precisa girar a agenda. Foi o que fez, deu o golpe, como nas Malvinas: "Vamos à guerra!" Agora a guerra é contra o crime! Não é guerra contra a Inglaterra, mas contra o crime.

Isso é distração do público e a maior manipulação política que já se viu nos últimos tempos, porque todo brasileiro vê tevê, mora num Estado desta Nação - inclusive os Deputados do Ceará, do Pará, do Rio Grande do Norte, com suas rebeliões, de Sergipe, que tem o maior número de assassinatos, 63 a cada 100 mil - e sabe que violência está na rua: o assalto, o crime, o arrastão, etc. Segurança pública é algo que atormenta toda a cidadania brasileira. O problema é saber como se enfrenta a criminalidade, e não é com golpe de publicidade nem com promoção midiática da *TV Globo*.

Este Governo Temer não tem plano de segurança nacional, as Forças Armadas não se prepararam e, digo mais, as Forças Armadas não querem cumprir esse papel. Isso foi dito pelo Comandante do Exército e pelo próprio general interventor. Eles não querem cumprir esse papel! Vai ser aqui a mexicanização do País. Quando entraram lá, na guerra contra as drogas, eles se corromperam internamente e desmoralizaram as Forças Armadas. Essa é a questão.

Nós não temos medo de dizer aqui a todo o povo brasileiro: não acreditem em pulo do gato, em saídas milagrosas, em saltos que não vão levar a nada, a não ser na volta do crime organizado depois, porque, para fazer segurança, tem que haver projeto, tem que haver plano. Segurança não é só armamento, não é só ocupação de favelas. Segurança é saúde, é lazer, é emprego para o jovem. Segurança é saúde pública, é educação. Isso é segurança! Não é só armamento.

Então, o que se está praticando aqui é uma grande enganação nacional. Mas vai acontecer - e espero que antes de outubro - o mesmo que aconteceu com os generais argentinos, que foram expulsos do poder.

Fora, Temer! Fora, Temer! (*Manifestação no plenário.*)



- 251

CÂMARA
DEPUTADOSDOS
ORDEM DO DIAORIENTAÇÃO
BANCADA
DISCURSO DE**Sumário**

Orientação de bancada para votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2018, sobre a aprovação do Decreto nº 9.288, de 2018, relativo à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

A SRA. SORAYA SANTOS (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PMDB orienta "sim" à matéria.

Nós estamos aqui representando a Nação brasileira, que espera que a bandeira seja cumprida no sentido da sua ordem. Precisamos resgatar a ordem e dizer "sim". Que os brasileiros que aqui estão não fujam à luta! (*Manifestação no plenário.*)

Mais uma vez, Sr. Presidente, queria cumprimentá-lo e parabenizá-lo pela indicação da Deputada Laura Carneiro, uma mulher que traz o sentido da vida no seu útero, uma Deputada do Rio de Janeiro. (*Manifestação no plenário.*)

Parabéns a todos os Deputados que ficaram aqui até o final e que fizeram questão de falar e dizer "sim" à ordem e ao progresso deste Brasil!

O PMDB vota "sim", Sr. Presidente.

Documento 18/327

007.4.55.O Sessão Deliberativa
Extraordinária - CD 19/02/2018-23:32Publ.: DCD - 2/20/2018
- 252 BENEDITA DA SILVA-PT -RJCÂMARA
DEPUTADOSDOS
ORDEM DO DIAORIENTAÇÃO
BANCADA
DISCURSO DE**Sumário**

Orientação de bancada para votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2018, sobre a aprovação do Decreto nº 9.288, de 2018, relativo à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo

ao grave comprometimento da ordem pública.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - A bancada do Partido dos Trabalhadores vota "não", Sr. Presidente.

Votamos "não" porque compreendemos o que significa esse decreto, que não vai resolver, como não resolveu lá na Favela da Maré, onde o tráfico continua disputando território, e como não resolveu, quando nós tivemos outras intervenções, e a comunidade teve que passar por momentos extremamente difíceis porque não teve o apoio necessário de uma segurança para assegurar o seu ir e vir.

Portanto, nós estamos vendo aí uma seletividade. Querem dar segurança? Segurança a quem? A que povo querem dar segurança? Ao povo pobre e preto do morro? Acredito que não! (*Manifestação no plenário.*)

Por isso, o PT vota "não". A nossa bancada está junta. E eu sou do Rio de Janeiro. (*Palmas.*)

Documento 19/327

007.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-23:32
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 252	SIMÃO SESSIM-PP -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE

Sumário

Orientação de bancada para votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2018, sobre a aprovação do Decreto nº 9.288, de 2018, relativo à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PP, Sr. Presidente, entende que esse projeto atende aos pressupostos constitucionais, conforme o art. 84 da Constituição. Por isso, ele é urgente; ele é relevante; ele é tempestivo. O Rio de Janeiro precisa urgentemente da aprovação deste projeto.

Nós votamos "sim", Sr. Presidente.

Documento 20/327

007.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-23:32
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 252	OTAVIO LEITE-PSDB -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE

Sumário

Orientação de bancada para votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2018, sobre a aprovação do Decreto nº 9.288, de 2018, relativo à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, eu queria agradecer ao meu Líder Nilson Leitão o privilégio de encaminhar a votação pela bancada, na culminância de um processo que quero crer proporcionou a todos que estão nos acompanhando um debate sério sobre a questão, independentemente de posição A ou B.

O fato é que nós estamos aqui exercendo o nosso papel de votar uma matéria absolutamente constitucional. O art. 84 oferece essa prerrogativa ao Presidente. E, diante de um quadro de grave crise, de um quadro emergencial que se instalou na segurança do Rio de Janeiro, nós precisamos tomar alguma atitude.

Isso não é propriamente a solução final - todo mundo sabe disso -, mas é um passo fundamental para reorganizar a estrutura policial do Estado do Rio de Janeiro e oferecer uma perspectiva de esperança para a população do Rio de Janeiro, que é o Estado síntese do Brasil.

Nós votamos "sim".

Documento 21/327

007.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-23:32
------------	-------------------------------	--------------	------------------



Publ.: DCD - 2/20/2018
- 253

INDIO DA COSTA-PSD -RJ

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

ORIENTAÇÃO
BANCADA
DISCURSO

DE

Sumário

Orientação de bancada para votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2018, sobre a aprovação do Decreto nº 9.288, de 2018, relativo à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

O SR. INDIO DA COSTA (PSD-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSD votará a favor da intervenção com a esperança de que o Governo Federal desta vez acerte e traga paz para a nossa cidade e para o nosso Estado.

Documento 22/327

007.4.55.O

Sessão
Extraordinária - CD

Deliberativa 19/02/2018-23:32

Publ.: DCD - 2/20/2018
- 253

ALEXANDRE VALLE-PR -RJ

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

ORIENTAÇÃO
BANCADA
DISCURSO

DE

Sumário

Orientação de bancada para votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2018, sobre a aprovação do Decreto nº 9.288, de 2018, relativo à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

O SR. ALEXANDRE VALLE (PR-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em nome do povo do Estado do Rio de Janeiro, quero agradecer a todos os colegas Deputados e Deputadas que estão aqui até esta hora. Acho que esse decreto, na verdade, veio um pouco tarde demais, mas antes tarde do que nunca.

E, em nome da paz no Estado do Rio de Janeiro, o PR vota "sim".

Documento 23/327

007.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-23:32
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 253	MARCOS SOARES-DEM -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE

Sumário

Orientação de bancada para votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2018, sobre a aprovação do Decreto nº 9.288, de 2018, relativo à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

O SR. MARCOS SOARES (DEM-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Democratas encaminha o voto "sim", porque já estava na hora de o Rio de Janeiro dar um basta a essa criminalidade. Por isso, encaminhamos o voto "sim".

Documento 24/327

007.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-23:32
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 253	HUGO LEAL-PSB -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE

Sumário

Orientação de bancada para votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2018, sobre a aprovação do Decreto nº 9.288, de 2018, relativo à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

O SR. HUGO LEAL (PSB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSB também encaminha o voto "sim". Ficou muita clara, nesta noite, a importância deste decreto e a fase aguda que estamos vivendo na segurança pública.



E quero, neste momento, registrar um agradecimento à minha bancada do PSB e à bancada do Estado do Rio de Janeiro, que durante 2 anos não mediu esforços para que pudéssemos fazer esse trabalho. Além disso, para o ano de 2018, colocou em torno de 80 milhões de reais em recursos para a área de segurança pública, já prevendo que a situação era delicada.

Por isso, o PSB vota "sim", Sr. Presidente.

Documento 25/327

007.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 19/02/2018-23:32
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 253	FELIPE BORNIER-PROS -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO
		DE

Sumário

Orientação de bancada para votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2018, sobre a aprovação do Decreto nº 9.288, de 2018, relativo à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

O SR. FELIPE BORNIER (Bloco/PROS-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o bloco vota "sim" conscientemente. Sabe que o plano de segurança pública do Governo do Estado do Rio de Janeiro está falido e não corresponde à realidade, ao que nós merecemos, ao nosso direito de ir e vir. E nós agradecemos, acima de tudo, o apoio desta Casa, que ficou quase até às 2 horas da manhã entendendo que a realidade do Rio de Janeiro na violência é drástica. E nós precisamos, sim, com força, liderança, mudar esse rumo, dar fé e ser otimista com a população.

Conte com a gente!

Documento 26/327

007.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 19/02/2018-23:32
------------	-------------------------------	----------------------------------



Publ.: DCD - 2/20/2018
- 253

CELSO RUSSOMANNO-PRB -SP

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

ORIENTAÇÃO
BANCADA
DISCURSO

DE

Sumário

Orientação de bancada para votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2018, sobre a aprovação do Decreto nº 9.288, de 2018, relativo à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

O SR. CELSO RUSSOMANNO (PRB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PRB vota "sim". Entende que essa é uma medida de urgência para o Rio de Janeiro, mas quer lembrar o seguinte: em 2009, eu apresentei uma proposta de emenda constitucional criando uma polícia única para os Estados. Ou nós vamos rever o modelo de polícia no Brasil ou vamos continuar vivendo o que estamos vivendo. Polícia tem que ser estadual. Não tem que ser nem civil nem militar. Tem que ser a polícia do Estado, que começa a investigação, que faz a inteligência e que prende o bandido.

Por isso, o PRB vota "sim".

Documento 27/327

007.4.55.O

Sessão
Extraordinária - CD

Deliberativa 19/02/2018-23:32

Publ.: DCD - 2/20/2018
- 254

SUBTENENTE GONZAGA-PDT -MG

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

ORIENTAÇÃO
BANCADA
DISCURSO

DE

Sumário

Orientação de bancada para votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2018, sobre a aprovação do Decreto nº 9.288, de 2018, relativo à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Poder Executivo, ao baixar esse decreto, e esta Câmara, ao aprová-lo, reconhecem três fundamentos sem os



quais não se faz segurança pública: autoridade para quem tem que exercê-la, autonomia em relação ao poder político-econômico e condições materiais e humanas.

Portanto, se nós não quisermos intervenções em outros Estados, o Estado brasileiro, o Poder Executivo Federal, os Governadores precisam reconhecer essas condicionantes e dar estrutura às polícias estaduais. Ao longo dos anos, sobra para os policiais todo o risco. No Rio de Janeiro, foram 138 mortos, assassinados pela criminalidade, sem condições de trabalho.

Portanto, agora o Governo reconhece que, sem condições, não há como fazer segurança pública.

O PDT vota "sim".

Documento 28/327

007.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 19/02/2018-23:32
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 254	EZEQUIEL TEIXEIRA-PODE -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada para votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2018, sobre a aprovação do Decreto nº 9.288, de 2018, relativo à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

O SR. EZEQUIEL TEIXEIRA (PODE-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Podemos vai votar "sim".

O nosso aplicativo de consulta popular fechou em 82% de pessoas favoráveis à intervenção. Então, toda a nossa bancada vai votar "sim". Nós intercedemos junto a todos os nossos pares para que votem "sim" e vamos verdadeiramente rogar a Deus que tenhamos dias melhores no Rio de Janeiro e no Brasil.

Que Deus nos abençoe!

Documento 29/327

007.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-23:32
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 254	AUREO-SD -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE

Sumário

Orientação de bancada para votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2018, sobre a aprovação do Decreto nº 9.288, de 2018, relativo à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

O SR. AUREO (SD-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Câmara dos Deputados hoje está dando uma contribuição à segurança pública nacional.

Na Baixada Fluminense, as seguradoras não mais aceitam fazer seguros de veículos pela quantidade de roubos que há ali.

Hoje estamos dando um avanço para melhorar a segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, uma contribuição para trazer paz, mas que também tenha um olhar do País para corrigir alguns erros na camada social do Estado.

Então, vamos votar "sim" para a intervenção no Rio de Janeiro.

Documento 30/327

007.4.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	19/02/2018-23:32
Publ.: DCD - 2/20/2018 255	- ORLANDO SILVA-PCDOB -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Posicionamento do PCdoB contrário ao decreto presidencial sobre a



intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro. Orientação de bancada para votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2018, sobre a aprovação do Decreto nº 9.288, de 2018, relativo à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - O Plenário pode ficar tranquilo, porque eu vou usar o tempo necessário para fundamentar a posição do PCdoB.

Inclusive, vou protocolar junto à Mesa uma declaração de voto em que nós consolidamos a opinião da nossa bancada.

Considero, Presidente, que na noite de hoje, se a Câmara dos Deputados aderir à aventura proposta pelo Governo, ela pode se apequenar. A violência é um fenômeno nacional, não é um problema localizado na cidade do Rio de Janeiro, é um problema que atinge o Brasil de norte a sul.

Se nós formos observar os dados, os números, o Rio de Janeiro, no que diz respeito a homicídios, por exemplo, está em décimo lugar; em latrocínio, em 23º lugar.

É um fenômeno nacional a violência. No Brasil, companheiros e companheiras, colegas Deputados e Deputadas, existe uma tragédia, são mais de 50 mil pessoas assassinadas por ano, mortas de modo violenta, para não falar dos mortos no trânsito. No Brasil, o número de mortes é equivalente ao de todas as guerras em curso no mundo hoje.

Eu chamo a atenção para esses números por um motivo muito simples: a votação em questão trata-se de um tema que a Câmara deve enfrentar. O Presidente Rodrigo Maia poderia liderar esta Casa debatendo uma agenda com começo, meio e fim, com medidas estruturantes, para que a população brasileira possa de fato ter resgatado o seu direito à paz, o seu direito à segurança - insisto, um direito constitucional.

Nossa bancada entende que essa é uma medida que maquia a realidade, é uma medida política, eleitoreira e que não vai no âmago das questões que produzem um ambiente de violência no Rio e no Brasil inteiro.

Eu concluo apenas lamentando o constrangimento por que passam as Forças Armadas neste momento, que são uma das principais instituições do nosso País. As Forças Armadas têm o papel constitucional bem estabelecido de defender a soberania do Brasil, um papel chave na defesa nacional e não lhes cabe o papel de polícia. As

Forças Armadas não podem ser manipuladas politicamente.

Por isso, lamento que essa medida se some a uma escalada de violência, a uma escalada autoritária que o Brasil vive, inclusive podendo projetar riscos à democracia brasileira.

A posição do PCdoB é contrária a esse decreto. Peço que fique registrado nos Anais da Casa o voto que manifestamos aqui protestando porque não aprofundamos o debate, não discutimos medidas estruturantes e acatamos - aderimos acriticamente - a proposta do Governo, assinando um cheque em branco, porque os Deputados que votam neste momento não sabem qual é o contingente que vai entrar em ação, quanto custa a operação e quais são os objetivos.

O Presidente Rodrigo Maia disse que essa medida é um salto triplo sem rede. Eu acrescentaria: é um salto triplo sem rede e no escuro, sem saber o que vai ser produzido em nosso País.

O PCdoB vota "não".

Documento 31/327

007.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 19/02/2018-23:32		
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 256	AROLDE DE OLIVEIRA-PSC -RJ			
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE	

Sumário

Orientação de bancada para votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2018, sobre a aprovação do Decreto nº 9.288, de 2018, relativo à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSC-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSC, consciente de que essa medida é muito importante para o Estado do Rio de Janeiro e para o País, vai encaminhar o voto "sim". Encaminha esse voto "sim" ainda consciente de que grandes serão os desafios e grandes serão os riscos na implementação dessa medida. Mas o nível a que chegaram o crime organizado e a desorganização da segurança pública do Estado do Rio

de Janeiro impõe uma medida dessa natureza, que é constitucional e de acordo com o Estado de Direito.

Por conseguinte, o PSC apoia essa medida e vota é "sim".

Documento 32/327

007.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-23:32
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 256	ROBERTO FREIRE-PPS -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE

Sumário

Orientação de bancada para votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2018, sobre a aprovação do Decreto nº 9.288, de 2018, relativo à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esta Casa está hoje vivendo um momento significativo, juntamente com o Governo Federal, que enfrenta um dos graves problemas da nacionalidade, da segurança pública.

Não adianta tergiversar, não adianta querer encontrar o oposicionismo fácil para se eximir da responsabilidade que todos devemos ter em relação à situação vivida pelo Rio de Janeiro e pela segurança pública nacional.

O PPS, no mesmo dia em que foi assinado o decreto, lançou nota de apoio, juntamente com o PPS do Rio de Janeiro, com o Presidente, Deputado Comte Bittencourt, dizendo exatamente que não é uma intervenção qualquer.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. ROBERTO FREIRE - É uma intervenção federal junto à cúpula da polícia, à cúpula dos bombeiros, à cúpula penitenciária e à Inteligência do Rio de Janeiro exatamente para quebrar a promiscuidade da corrupção instalada no Rio entre a alta cúpula da segurança pública e o crime organizado.

Por isso mesmo, diferente de outras ações das Forças Armadas, essa é uma intervenção do Governo Federal e é hoje uma intervenção do povo brasileiro.

Documento 33/327

007.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-23:32
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 256	MARCELO MATOS-PHS -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO
			DE

Sumário

Orientação de bancada para votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2018, sobre a aprovação do Decreto nº 9.288, de 2018, relativo à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

O SR. MARCELO MATOS (PHS-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, diante de tanta violência no Estado do Rio de Janeiro, quero agradecer o apoio da bancada do PHS a esse projeto de paz para o Estado do Rio de Janeiro.

O PHS vota "sim".

Documento 34/327

007.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-23:32
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 256	EVAIR VIEIRA DE MELO-PV -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO
			DE

Sumário

Orientação de bancada para votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2018, sobre a aprovação do Decreto nº 9.288, de 2018, relativo à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo

ao grave comprometimento da ordem pública.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (PV-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o remédio é amargo, mas é necessário. Desde que a Capital Federal saiu do Rio de Janeiro, os brasileiros sabem que o Rio sofreu um abandono por parte da União. Está colhendo aquilo que plantou. O pai que abandona o filho, o pai que abandona a família sabe que o filho vai perder o caminho, e o Rio não conseguiu, sozinho, tomar conta dos seus problemas. Hoje é necessária a garantia da lei e da ordem no Estado do Rio de Janeiro, na cidade do Rio de Janeiro.

O Rio de Janeiro dialoga com o Brasil, é um Estado e uma cidade importante, porque é a imagem do Brasil no exterior. Se o Rio vai mal, a imagem do Brasil também vai mal. Então, nós temos a responsabilidade de, neste momento, termos coragem de sermos solidários ao Rio de Janeiro, às indústrias, às famílias, ao comércio, às escolas e às igrejas. Este Parlamento tem que dar uma resposta não apenas ao Rio, mas ao Brasil.

O PV orienta o voto "sim".

Documento 35/327

007.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 19/02/2018-23:32		
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 257	CHICO ALENCAR-PSOL -RJ			
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE

Sumário

Orientação de bancada para votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2018, sobre a aprovação do Decreto nº 9.288, de 2018, relativo à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL vota "não" e sabe, pelo óbvio, que esse decreto intervencionista será aprovado, pois nos colocamos, desde já, no papel irrenunciável de cobrança sobre toda a gestão do Rio de Janeiro, a partir do criminoso Governo Pezão, de Cabral e dessa hegemonia do



PMDB e dos que os apoiaram.

Nós vamos cobrar do Governo Federal, por exemplo, política de segurança com inteligência, prevenção com investigação séria, metas concretas para quebrar e desarticular o letal tráfico de armas e munições, que corre frouxo e solto, algo que as Forças Armadas já podiam estar fazendo.

Nós vamos querer ouvidorias independentes para as polícias, nós vamos querer...

Documento 36/327

007.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 19/02/2018-23:32		
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 257	MIRO TEIXEIRA-REDE -RJ			
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE	

Sumário

Orientação de bancada para votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2018, sobre a aprovação do Decreto nº 9.288, de 2018, relativo à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

O SR. MIRO TEIXEIRA (REDE-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, aquela população nossa do Rio de Janeiro estava pedindo por socorro sim. Viviam todos ali no meio das balas perdidas, nas comunidades mais carentes.

Falou-se muito aqui em comunidade carente. Os que mais sofrem são os que moram em comunidades carentes. As crianças que ficam sem aula são as crianças das escolas públicas nas imediações das áreas carentes.

É meio incompreensível esse discurso de que o decreto atingirá o pobre. A minha ideia, a ideia das pessoas com propósito, é que o decreto proteja o pobre.

Haverá a revelação de muita cumplicidade da área política, e seguramente os políticos que andam cercados de segurança lá no

Estado podem se opor a isso.

O povo quer a segurança. A Rede vota "sim".

Documento 37/327

007.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-23:32
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 257	PAULO TEIXEIRA-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE

Sumário

Orientação de bancada para votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2018, sobre a aprovação do Decreto nº 9.288, de 2018, relativo à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Minoria vai liberar a bancada porque uma parte dos partidos da base da Minoria tem uma posição e outra parte tem outra posição.

No entanto, eu quero expressar que este Governo, que tem 5% de aprovação na sociedade brasileira, não faz o que deve fazer, que é gerar empregos, crescimento, distribuição de renda, fazer uma política de segurança para garantir a segurança das pessoas, integrar os órgãos federais. E faz o que não deve ser feito.

É a primeira intervenção federal feita no regime democrático brasileiro. E para fins eleitorais, para este Governo tentar recuperar a sua decadente popularidade. É o vampiro da Tuiuti. (*Manifestação no plenário.*)

A Minoria libera a bancada.

Documento 38/327

007.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-23:32
------------	-------------------------------	--------------	------------------



Publ.: DCD - 2/20/2018
- 258 MAURO PEREIRA-PMDB -RS

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

ORIENTAÇÃO
DE
BANCADA
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada para votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2018, sobre a aprovação do Decreto nº 9.288, de 2018, relativo à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

O SR. MAURO PEREIRA (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu gostaria de dizer que hoje é um dia muito importante para quem é contra a bandagem. (*Manifestação no plenário.*)

Nós vamos votar "sim", e eu quero deixar a coisa bem clara: nós, o Presidente Michel Temer, a equipe do Governo e o próprio Presidente Rodrigo Maia, estamos dando um presente à sociedade brasileira ao aprovarmos também o Ministério da Segurança Pública. (*Manifestação no plenário.*)

Uma coisa é certa: todos nós estamos de parabéns!

Documento 39/327

007.4.55.O

Sessão Deliberativa Extraordinária - 19/02/2018-
CD 23:32

Publ.: DCD - 2/20/2018
259 - AGUINALDO RIBEIRO-PP -PB

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Necessidade de revisão do Regimento Interno para a delimitação de prazo para o encerramento da votação de matéria pela Câmara dos Deputados. Expectativa quanto à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é só para me confraternizar com V.Exa., com o Rio de Janeiro e com a nossa Relatora, a Deputada Laura Carneiro. Esta é uma matéria importante.



Gostaria de dizer que, além da discussão que tivemos hoje, nós levamos 7 horas e 10 minutos para votar uma matéria que não pode ser emendada e não pode ser destacada. Levamos 7 horas e 10 minutos para encerrar uma votação, que era só dizer "sim" ou "não" sobre o texto.

Eu acho que cabe uma reflexão aos Líderes. Precisamos rever este Regimento do ponto de vista de sua eficácia, sem prejuízo da discussão da matéria, pois não cabe na cabeça de ninguém ficarmos aqui 7 horas e 10 minutos discutindo, de forma repetitiva, um tema sobre o qual cada um já tinha o seu juízo de valor.

Aconteceram diversas votações. Uma média de 350 Parlamentares se posicionou a favor da intervenção.

Não vou ser repetitivo na argumentação da justificativa para a intervenção. Tomou-se uma medida de responsabilidade num momento importante em que se está tendo coragem de enfrentar esse tema. E não vamos aqui nos antecipar, sermos profetas do caos, dizer que vai dar errado e que se trata de uma jogada eleitoreira. Não! Cabe a todos fiscalizar e torcer para dar certo. Este é o papel de todos nós: não o de politizar, mas fazer oposição com responsabilidade e pensar no cidadão brasileiro.

Documento 40/327

007.4.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 19/02/2018- CD	23:32
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 259	LAURA CARNEIRO-PMDB -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Agradecimento aos Deputados apoiadores da intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, apenas quero agradecer a todos os Parlamentares que votaram a favor da intervenção.

Esse foi um trabalho desenvolvido com a aquiescência e com o auxílio de V.Exa. Tenho certeza de que esta Casa não cometeu um erro. Erro seria se não tivéssemos votado essa matéria hoje e impedíssemos que

o Senado a votasse amanhã. As pessoas do Rio de Janeiro não podem esperar nem mais um dia. A situação é absolutamente grave. Estamos na UTI, o remédio é amargo, mas tem que ser dado.

Agradeço a todos os Deputados que tiveram essa consciência.

Obrigada a V.Exa.

Documento 41/327

007.4.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 19/02/2018- CD	23:32
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 260	AFONSO HAMM-PP -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Votos de êxito à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. AFONSO HAMM (Bloco/PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu só queria fazer uma colocação que julgo importante no encerramento dessa votação.

O País vive um momento emblemático. A população brasileira sofre com a insegurança. Eu sou autor de um projeto que estabelece, inclusive, o porte de armas para quem vive no meio rural.

Nas cidades, a insegurança é absurda. No Rio de Janeiro, há um descontrole e um descompasso da ordem. Tem que se dar crédito a essa iniciativa de intervenção federal, das Forças Armadas. Precisamos buscar a integração das polícias, para que possamos restabelecer a ordem e propiciar segurança à família, ao cidadão, ao jovem, ao idoso.

Por isso, essa iniciativa merece um crédito. Desejamos pleno sucesso a essa operação.

Documento 42/327

006.4.55.O	Sessão	Deliberativa 19/02/2018-19:00
------------	--------	-------------------------------



Extraordinária - CD

Publ.: DCD - 2/20/2018
- 19

FÁBIO SOUSA-PSDB -GO

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Defesa de intervenção federal total no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. FÁBIO SOUSA (PSDB-GO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, aproveito esse 1 minuto para fazer algumas observações. Evidentemente, a pedido do Deputado Otavio Leite e dos Deputados do Rio de Janeiro, eu vou votar favoravelmente à intervenção, mas eu faço um questionamento aos pares e ao Governo. Eu nunca ouvi falar de meia intervenção. Essa vai ser a primeira vez que vai haver meia intervenção. A intervenção tinha que ser total, tinha que ser geral.

O grande problema do Estado do Rio de Janeiro é a questão fiscal, a falta de recursos, a falta de estrutura, e a falta de moral. Esse é um Estado que tem sido historicamente saqueado, vítima de corrupção, de uma forma estrondosa.

Então, fica aqui a minha crítica ao dizer que deveríamos estar fazendo uma intervenção total e não parcial.

Votarei favoravelmente, a pedido da bancada do Rio de Janeiro, a pedido do Deputado Otavio, a pedido dos Deputados que aqui bem representam o Rio de Janeiro. Entretanto, faço esse questionamento e acho que todos nós deveríamos refletir.

Vou além, Deputado JHC. Não se vai resolver o problema se não se investir em segurança pública.

Documento 43/327

006.4.55.O

Sessão
Extraordinária - CD

Deliberativa 19/02/2018-19:00

Publ.: DCD - 2/20/2018
- 20

OTAVIO LEITE-PSDB -RJ



Sumário

Encaminhamento de sugestão à Presidência da República de antecipação de pagamento de benefícios aos segurados do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS durante a intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, muito se fala sobre a necessidade de atuar de forma emergencial. Há, de fato, uma realidade cruel no Rio de Janeiro.

Eu, sinceramente, acho que será uma oportunidade muito grande para se chacoalhar a estrutura policial, para se reorganizar a estrutura das polícias civil e militar, que estão desestruturadas. Esse é um passo, uma oportunidade que se dá. Mas, como se fala muito na questão social, é preciso enfrentar isso.

Eu quero dizer que acabei de dar entrada, no Palácio do Planalto, a uma sugestão para que também se excepcionalize a possibilidade de, em havendo a intervenção, também os beneficiários do INSS receberem um vencimento, tal qual se dá em época de calamidade pública. Isso pode injetar na economia do Rio de Janeiro 3 bilhões de reais, no mínimo.

Há cerca de 3 milhões de segurados do INSS no Rio de Janeiro. E eles poderiam fazer jus a um vencimento a mais, ficar durante 3 meses em carência, e restituir ao INSS durante 36 meses. Com isso, haveria uma injeção de recursos líquidos na economia do Rio de Janeiro, na área popular e em comunidades carentes.

Acabei de protocolar essa sugestão ao Presidente da República, que pode fazê-lo por um mero decreto. Isso aconteceu em Rondônia em 2014 e em outros momentos onde houve calamidade pública.

Portanto, em havendo intervenção, que também se proporcione a 3 milhões de brasileiros pobres a oportunidade de acessarem mais esses recursos para o dia a dia. Isso é importante para irrigar a economia do Rio de Janeiro, ao lado da intervenção.

Obrigado.

Documento 44/327

006.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-19:04
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 21	MAURO PEREIRA-PMDB -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Congratulações ao Presidente Michel Temer pela decretação de intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro. Importância da criação do Ministério da Segurança Pública.

O SR. MAURO PEREIRA (PMDB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado JHC, primeiramente quero cumprimentar todos os colegas Deputados e Deputadas e lhes desejar bom trabalho. Em segundo lugar, quero dizer o seguinte: nós estamos aqui para votar o decreto da intervenção no Rio de Janeiro.

Quero parabenizar o Presidente Michel Temer e toda a equipe do Governo. Essa é uma intervenção dentro de uma democracia, na qual o Governador vai ter o direito de cuidar de todos os outros segmentos. E a segurança vai ficar por conta do General que, com certeza, juntamente com toda a equipe, vai fazer um grande trabalho no Rio de Janeiro.

Uma coisa é certa: não dava mais para continuar da forma como estava. Os bandidos tomaram conta do Rio de Janeiro, passeiam com armas e fazem arrastões. Esse é um problema que está acontecendo no Brasil todo.

Outra medida importantíssima, Deputado JHC, é a criação do Ministério da Segurança. Isso também é, sim, de extrema importância. A Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Penitenciária vão ter um canal direto com o Presidente. Isso mostra que o Presidente está ativo, que a economia está melhorando, que o juro está caindo e que os empregos estão voltando. Trata-se de um trabalho forte na área de segurança.

Então nós temos que parabenizar o Presidente Rodrigo Maia, o Presidente Michel Temer e todos os que estão preocupados com a segurança. Este é o caminho. Com certeza, a maioria absoluta vai

votar a favor deste decreto, porque nós queremos segurança.

O SR. PRESIDENTE (JHC) - Agradeço ao Deputado Mauro Pereira.

Documento 45/327

006.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-19:08
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 22	CHICO ALENCAR-PSOL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Necessidade de amplo debate na Câmara dos Deputados sobre a intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro. Nota do PSOL sobre a intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro e contra a reforma previdenciária.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Presidente JHC, nós estamos começando uma sessão que é muito importante pela qualidade do debate de que deve estar revestida. O Governo tomou uma decisão de supetão: não consultou nem a maioria de seus próprios Ministros; não ouviu nenhum segmento da sociedade, não ouviu o Ministério Público nem nada para intervir no Rio de Janeiro, que realmente não tem Governo há muito tempo. Aquilo é uma esculhambação, uma roubalheira.

Então, é o PMDB federal intervindo no PMDB estadual, uma espécie de pacto dos degenerados. E nós temos que debater em profundidade essa intervenção.

Quer dar como lida a resolução nacional do PSOL que inclui nove propostas concretíssimas, com arcabouço jurídico atual, sem nenhuma medida de exceção. Elas poderiam ser realizadas para minimizar a violência, que, aliás, assola o Brasil inteiro. Essas propostas estão aqui, são muito concretas.

Queremos que todos os inscritos, de uma e de outra posição, possam falar. Se o Governo se apequena e toma uma decisão para mudar a

pauta e fugir da derrota da reforma da Previdência, que nós como Parlamento não fuçamos do nosso dever de debater em profundidade o tema.

(Desligamento automático do microfone.)

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, e todo(a)s o(a)s que assistem a esta sessão ou nela trabalham, apresento aqui, para os Anais da Câmara, nota conjunta da Executiva Nacional; da Municipal-RJ; e da Estadual-RJ, todas do PSOL, sobre a intervenção federal decretada pelo Presidente ilegítimo Michel Temer. Além de expor nossa crítica ao método, forma e conteúdo da intervenção, ao fim, propomos nossas soluções para a terrível crise de segurança pública no Rio de Janeiro.

Agradeço a atenção.

NOTA A QUE SE REFERE O ORADOR

Nota do PSOL

Intervenção não é solução! Fora, Temer! Fora, Pezão!

O Estado do Rio de Janeiro é hoje a representação da falência de uma política antidemocrática, incompetente e corrupta do PMDB, que governa o estado há mais de uma década e deve ser totalmente responsabilizado pela situação atual. Este mesmo partido e seus sócios conseguiram falir o Rio de Janeiro, sucatear os serviços públicos, enriquecer seus aliados e desencadear a mais grave crise de segurança pública dos últimos anos, que não começou no último carnaval. Os megaeventos foram marcados pela corrupção e serviram para recheiar os bolsos da "quadrilha do guardanapo".

A sensação de abandono da população está em todas as áreas: saúde, infraestrutura, educação, atrasos no pagamento de servidores (inclusive de policiais) e no desmonte das universidades estaduais. Na área da segurança pública, porém, destaca-se o sentimento de medo e insegurança diante da ausência de uma política efetiva, e a adoção da repressão como única medida.

Depois de tanto desgoverno, o PMDB, por meio do governo corrupto (e ilegítimo) de Temer e de Pezão, apresenta como grande saída para a segurança uma intervenção federal. Fingem ignorar que o problema da



violência no Estado (e no país) decorre essencialmente de questões estruturais, como a desigualdade, agravada pela retirada de direitos sociais e aumento do desemprego, promovidas por eles próprios.

Já conhecemos bem esse tipo de proposta: as diversas intervenções militares na segurança pública nunca deram resultados positivos. As Forças Armadas estiveram na favela da Maré durante mais de um ano e não reduziram o poder do tráfico ilegal de drogas nem a violência. Temer também já utilizou as forças militares por mais de uma vez no Rio de Janeiro, servindo inclusive para reprimir mobilizações populares.

Essa política de puro enfrentamento militarizado fracassou porque não deu resposta às causas da violência e ainda gerou o deslocamento do tráfico e da milícia pela Baixada e interior do estado. Essa opção envolve a escolha do uso de blindados, do caveirão e da execução de pessoas, todas pobres, negras e moradoras de favelas, como política de segurança pública. A mudança a competência da Justiça Militar para julgamento de crimes contra civis, retrocesso autoritário defendido por Temer, é outro elemento relacionado com a intervenção que trará graves consequências para nossa democracia e para os direitos humanos da população mais vulnerável.

Além disso, a "guerra às drogas", reforçada pela perspectiva de enfrentamento militar, só serviu para reforçar a violência policial e fortalecer as facções nas superlotadas penitenciárias, sem reduzir a violência nem o comércio ilegal de drogas.

A piora dos índices de criminalidade também é de responsabilidade do governo federal, que falha em suas atribuições constitucionais de controle de fronteiras e ao não impedir a entrada de drogas e o tráfico de armas no estado. E qual a solução proposta? Entregar o controle das polícias estaduais às Forças Armadas por meio de excepcional medida como uma intervenção federal, que visa criar uma cortina de fumaça em ano eleitoral e em meio à tentativas de aprovação da contrarreforma da previdência.

Essa intervenção federal custará milhões aos cofres públicos, dinheiro que poderia ser usado em outras áreas essenciais, como o pagamento de servidores, saúde, serviço de inteligência e efetiva prevenção ao crime. Só na ocupação militar da favela da Maré foram gastos mais de R\$ 400 milhões em pouco mais de um ano.

Fica evidente que a questão da segurança pública não será resolvida enquanto formos governados pela mesma máfia que levou o Rio ao buraco, cujo único interesse é enriquecer sua quadrilha. Portanto, chegou a hora de derrotar essa velha política do PMDB, que se vende como novo, mas representa o velho, e seus podres poderes com isenções e benefícios fiscais, política de ocupação militar de territórios



e privatização de serviços essenciais.

O projeto do PMDB, com suas reformas trabalhista, previdenciária e terceirização, intensificará o quadro de miséria e de violência urbana. Nem Pezão, nem Temer (ou o mesmo grupo político dos ex-governadores Cabral e Moreira Franco, muito menos Picciani) possuem condições técnicas ou legitimidade política para governar e intervir no Rio de Janeiro.

Por essas razões, o PSOL posiciona-se contrário à intervenção federal de Temer. Pezão não tem mais condições de governar. Ele deve sair e o povo escolher seu sucessor. Exigimos a renúncia de Pezão e a antecipação das eleições para o governo do estado do RJ.

Convocamos a população em geral a somar-se aos protestos do dia 19.02 contra a reforma da previdência e também contra a intervenção federal. Ao mesmo tempo, fazemos um chamado a todas as organizações sindicais, aos partidos de esquerda e às organizações de direitos humanos, para debatermos propostas de saída para crise sob a perspectiva da classe trabalhadora. Como contribuições ao debate, apresentamos as seguintes medidas:

- 1) Reformulação total da gestão da segurança pública no RJ, visando maior integração entre as polícias, transparência e participação social, tendo como prioridades orçamentárias o investimento em inteligência e prevenção;
- 2) Elaboração e execução de um plano de segurança com foco na proteção da vida, a partir dos indicadores e estudos do Instituto de Segurança Pública (ISP) e do FBSP, com foco na redução de homicídios (inclusive de policiais) e mudança nas prioridades estratégicas, visando a desarticular o tráfico de armas, combater as milícias e reduzir os índices de crimes contra a pessoa (incluindo o combate à violência contra as mulheres e LGBTs);
- 3) Revisão da política de enfrentamento violento ao varejo das drogas nas favelas e controle da letalidade da ação policial mediante a elaboração de Planos Estaduais, com metas específicas;
- 4) Mudança da atual política proibicionista de drogas que promove o encarceramento em massa (e de mulheres) e o extermínio de pobres e negros, e sua substituição por uma política baseada na redução de danos, voltada para prevenção, informação e atenção ao uso problemático de drogas.
- 5) Investimento em uma força tarefa (com prioridade de recursos) para a redução de crimes em áreas de maior incidência de criminalidade violenta;

6) Reorganização das polícias estaduais, atualizando seus marcos regulatórios e definindo uma nova governança para a segurança pública estadual que reoriente as polícias estaduais para as suas atribuições originárias: investigação criminal e policiamento ostensivo-preventivo. Desmilitarização das polícias.

7) Efetividade da União no cumprimento de suas atribuições constitucionais, no que diz respeito à prevenção e repressão ao tráfico ilícito internacional de drogas e armas, desobrigando assim as polícias estaduais das missões constitucionalmente referidas às forças federais;

8) Investimento em Polícia técnica (em parceria com as universidades) e investigativa;

9) Investimento em programas sociais e culturais para os jovens de áreas com maior incidência de violência letal, e em educação (inclusive de jovens adultos), com prioridade para medidas de combate à evasão escolar articulada com a criação de oportunidades de emprego para jovens. Prevenção da violência nas escolas.

Executiva Nacional do PSOL

Executiva Estadual do PSOL-RJ

Executiva Municipal do PSOL Carioca

Documento 46/327

006.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-19:08
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 24	DELEGADO EDSON MOREIRA-PR -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apoio à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro. Solicitação à Câmara dos Deputados de aprovação de projeto de lei relativo à unificação das Polícias Civil e Militar. Defesa da criação do Ministério da Segurança Pública.



O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (PR-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente eu gostaria de dar como lido um pronunciamento a respeito dessa intervenção no Rio de Janeiro.

Não há dinheiro que chegue no Estado. O Rio de Janeiro fez os Jogos Pan-Americanos, entrou dinheiro a torto e a direito, numa roubalheira danada. Desmoralizaram as Forças Armadas no Rio de Janeiro. E eu quero ver se a intervenção vai dar certo. Estamos torcendo para que dê, já que é o único remédio.

O outro pronunciamento que quero dar como lido é com relação ao Ministério da Segurança Pública, que é necessário. Estamos falando desde 2015 sobre este Ministério. É preciso haver uma política de segurança pública neste País, porque o número de homicídios por ano chega a 70 mil.

Não é possível essa roubalheira! A transmissão de roubo de carga ao vivo pela televisão, como está acontecendo no Rio de Janeiro, é uma vergonha! Então, haja dinheiro no Rio de Janeiro. Está um desgoverno total. O Governo é incompetente e o anterior, ladrão.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nossos ouvintes e telespectadores da *Rádio Câmara*, do programa *A Voz do Brasil* e da *TV Câmara*, a intervenção federal no Rio de Janeiro é a primeira intervenção desse tipo prevista na Constituição, desde 1988. De lá para cá, essa possibilidade foi cogitada, mas nunca usada, em diversas outras situações, incluindo crises de segurança pública no Espírito Santo e no Rio Grande Norte. Intervenção federal é medida excepcional, mas não necessariamente de exceção, já que tem previsão constitucional no Brasil e na maior parte dos sistemas federais pelo mundo.

Hoje votaremos nesta Casa a intervenção federal no Rio de Janeiro e já declaro aqui o meu voto favorável à medida. A situação chegou a um ponto em que não há outra alternativa, mas quero esclarecer minha linha de raciocínio sobre o assunto. Os prós e contras e os cuidados que deverão ser tomados.

Comandada por um general competente, ao que tudo indica, Braga Netto possui um bom currículo, uma visão de Estado e parece treinado para situações críticas. Porém, também será preciso engajamento do Poder Judiciário, do Ministério Público e de toda a comunidade para



que alcancemos bons resultados nessa empreitada.

Como eu venho falando há muitos anos, a violência vem crescendo, tanto em Minas Gerais quanto no Rio de Janeiro e em tantas outras regiões do nosso País, mas no Rio a situação é ainda muito pior, porque houve um desgoverno do ex-Governador Sérgio Cabral, que roubou e desviou tudo que podia, e agora a bomba estourou nas mãos do incompetente e atual Governador daquele Estado, o Pezão. A segurança pública explodiu, ninguém pode mais sair de casa, estão invadindo, roubando nossos bens adquiridos com suor, trabalhadores honestos e turistas estão sendo roubados e mortos por criminosos. Cargas não podem passar pelo Rio de Janeiro, senão por lá são desviadas. Portanto, há um grave comprometimento da ordem pública e esse foi o motivo da intervenção do Governo Federal.

Porém, a má aplicação das Forças Armadas no Rio de Janeiro, ocorrida no ano passado, só desmoralizou o nosso Exército, Marinha e Aeronáutica. Eu espero que com a intervenção federal na segurança pública do Estado do Rio nossas instituições não se desmoralizem ainda mais. O trabalho contra a criminalidade terá que ser duro. Haja penitenciária para colocar tantos presos. Serão muitos confrontos e muitas mortes no Rio. Então sejamos cautelosos. Nossas forças de segurança precisam de mãos firmes, caso contrário, o problema não será resolvido.

A necessidade de intervenção, a meu ver, demonstra, mais uma vez, que a unificação das Polícias Civil e Militar seria uma opção acertada, como meio de frear a atual crise da segurança pública, marcada por greves nas corporações, massacres em presídios e aumento dos casos de explosão de caixas eletrônicos e de assaltos a banco, sobretudo em cidades do interior.

Uma única força - com investimento maior nas áreas de inteligência e de formação e com troca de informação entre todos os seus integrantes - ajudaria, em muito, o combate ao crime. Enquanto as forças estão brigando entre si para saber quem vai fazer isso, quem vai fazer aquilo, os criminosos estão à frente, progredindo anos-luz, fazendo atos de terrorismo.

Minas Gerais e outros Estados também precisarão ter cautela com a medida adotada no Rio. Por isso é de suma importância que o Governo de Minas redobre seus cuidados, principalmente nas nossas divisas de Estado, porque com a repressão que haverá no Rio, os criminosos irão para Juiz de Fora e comunidades ribeiras da Zona da Mata. As forças de segurança de Minas Gerais precisam ficar atentas, principalmente a inteligência e a Polícia Civil, para detectar essa invasão que poderá haver após a intervenção.

Pelo aqui exposto, nobres pares, peço que apoiem o projeto de unificação das polícias, pelo bem do nosso povo.

Finalizo meu discurso desejando boa sorte para o Exército e boa sorte para o Brasil!

É o que tenho a dizer, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nossos ouvintes e telespectadores da *Rádio Câmara*, do programa *A Voz do Brasil* e da *TV Câmara*, temos o péssimo hábito de dizer que o ano-novo no Brasil só começa depois do carnaval. Pois bem, então já passou da hora de serem tomadas providências sérias contra a violência que está campeando nas nossas cidades.

O que fazer para combater toda essa guerra urbana? É preciso endurecer nossas leis, nobres Parlamentares. Assim como fizemos no último ano, com a aprovação do pacote de segurança, em que votamos diversos projetos importantes a favor de leis mais rígidas. Precisamos continuar a fazer em 2018, sem perder o ritmo.

O Governo voltou a discutir a criação do Ministério da Segurança Pública, com o agravamento da violência. E eu vou cobrar que a medida seja implantada com a maior brevidade possível, pois as nossas famílias honestas e trabalhadoras não podem mais esperar.

Precisamos de uma legislação condizente com o atual cenário de violência. É necessário reprimir para realmente punir os criminosos no Brasil. Neste País, depois que o criminoso vai para a cadeia, ele é endeusado, é mimado, passa a ter direitos que a vítima não tem, e isso é absurdo. Vamos acabar com essa prática nefasta, deixar o paternalismo de lado e defender aqueles que merecem! Com leis mais duras, quero ver um Brasil em que o malfeitor tenha medo da punição e as pessoas de bem fiquem livres para viver, pois o que vemos atualmente são famílias inteiras presas dentro de suas próprias casas, inseguras e temendo a bandidagem.

O que vou dizer agora é polêmico e sei que muitos irão discordar, mas quero trabalhar por uma nova Constituinte para que, em certos casos, como para estupradores e assassinos contumazes, que são aqueles que repetem os crimes diversas vezes, haja a pena de morte.

No carnaval, a maioria das pessoas se divertiu, pulou, brincou, mas muitas famílias choraram pelas mortes de seus entes queridos, muitas casas foram roubadas, celulares furtados. Depois que passa a folia,

vem a ressaca.

Estamos vendo, principalmente no Rio de Janeiro, uma situação insustentável - foi preciso haver uma intervenção federal -, mas a situação é crítica em todo o País.

Peço aos nobres pares que se juntem a nós, Parlamentares que defendem a segurança pública, para que possamos combater essa violência e oferecer para a nossa população, em consequência da segurança, mais educação, sem nunca deixar de lembrar da saúde.

É o que tenho a dizer, Sr. Presidente.

Documento 47/327

006.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-19:12
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 28	ROCHA-PSDB -AC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apoio à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro. Necessidade de mais atuação do Governo Federal no combate ao tráfico de armas e drogas nas regiões fronteiriças do Brasil.

O SR. ROCHA (PSDB-AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero aproveitar a oportunidade para deixar registrado que vamos apoiar o decreto e votar a favor da intervenção. Mas é importante também que se diga, Sr. Presidente, que, sem o devido suporte econômico, a intervenção vai ser inócua, não vai reverter o grave quadro em que se encontra a segurança pública no Rio de Janeiro - o que, de certa forma, acontece em quase todos os Estados no Brasil.

É importante, Sr. Presidente, que o Governo Federal assuma a sua responsabilidade na área da segurança pública, cuidando das nossas fronteiras. Não dá mais para as polícias estaduais ficarem enxugando gelo enquanto as nossas fronteiras estão abertas para o tráfico de

drogas e de armas e diversas outras práticas ilícitas.

Iremos apoiar a intervenção. Mas é necessário que o Governo Federal assuma a sua responsabilidade e invista recursos para reverter o grave quadro em que se encontra a segurança pública no Brasil.

Obrigado.

Documento 48/327

006.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-19:12
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 29	LOBBE NETO-PSDB -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apoio à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro. Outorga do título de Cidadão Matonense ao cardeal D. Sérgio da Rocha. Transcurso dos 120 anos de fundação da Paróquia Senhor Bom Jesus.

O SR. LOBBE NETO (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, votarei a favor da intervenção. É claro que eu gostaria que fosse mais ampla, para todo o Estado do Rio de Janeiro, e não apenas para a área da segurança. Mesmo assim, votarei favoravelmente à medida.

Quero saudar o cardeal D. Sérgio da Rocha, que foi homenageado na cidade de Matão, na última sexta-feira, com o título de Cidadão Matonense e também na Paróquia Senhor Bom Jesus, que comemorava 120 anos de sua fundação. A cerimônia contou com a presença de D. Sérgio, de D. Paulo, bispo da Diocese de São Carlos, e também de autoridades municipais.

Deixo registrada uma saudação a D. Sérgio.



Vida longa!

Documento 49/327

006.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-19:12
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 29	MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Críticas à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS. Sem revisão da oradora.) -
Obrigada, Sr. Presidente.

O Governo Federal usa o sofrimento de milhões de brasileiros e brasileiras por conta da insegurança e da violência urbana. Utiliza essa intervenção no Rio de Janeiro, que é uma medida exclusivamente política, para romper mais uma vez a Constituição. A medida não visa à segurança. Não foi apresentado um plano. Não há um projeto claro, e sim um projeto de criminalização total da população das periferias, das favelas e das vilas - a população pobre do Rio de Janeiro.

É claro que todos nós defendemos medidas de segurança. Mas por que o Governo Temer não as tomou antes, se desde agosto de 2017 tinha em suas mãos o decreto de lei em ordem? Por que nada fez o Governo Temer, além de rasgar a Constituição e retirar recursos da segurança pública? E ainda pretende contar com mandados coletivos! Isso é um absurdo, Sr. Presidente!

Documento 50/327

006.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-19:16
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 32	WADIH DAMOUS-PT -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Contrariedade à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. WADIH DAMOUS (PT-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu sou carioca, moro no Rio de Janeiro, mas repudio esse decreto.

Essa intervenção é uma violação à Constituição, é um ato de estado de exceção. Esse tipo de medida excepcionalíssima, sob a égide da Constituição de 1988, jamais foi utilizada. Nós não lembramos quando uma intervenção federal no Estado foi utilizada, mesmo antes da Constituição de 1988. Alguns dos meus colegas hoje me informaram que ocorreu em 1966, no Estado de Goiás, em plena ditadura militar.

Mais uma vez, esse tipo de medida vai se abater sobre os mais pobres. Sr. Presidente, nós já estamos vendo na imprensa que vão requerer aqueles nefandos mandados de busca, apreensão e prisão coletivos, não individualizados. Ou seja, mais uma vez haverá chute na porta de barraco, opressão sobre a população pobre, tratamento da população civil como se bandido fosse. Isso é inaceitável!

Esse decreto não aponta um número! Esse decreto não traz um dado de transparência para justificar a sua edição!

Por isso, o Partido dos Trabalhadores vai votar contra esse decreto.

Documento 51/327

006.4.55.O Sessão Deliberativa 19/02/2018-19:16
Extraordinária - CD
Publ.: DCD - 2/20/2018 NELSON PELLEGRINO-PT -BA
- 32
CÂMARA DOS BREVES COMUNICAÇÕES
DEPUTADOS BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Contrariedade à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a história recente do Brasil e do mundo inteiro - vejam a história da Colômbia e a do México - já demonstrou que as Forças Armadas não estão talhadas para combater o crime organizado. O papel das Forças Armadas é proteger as nossas fronteiras, é evitar que por água, terra e ar entrem drogas e armamentos no País. Esse é o seu papel, exercido juntamente com a Polícia Federal. O policiamento, a repressão e a apuração têm que ser feitos pela Polícia Judiciária e pela Polícia Militar, em operações coordenadas.

Esse decreto do Presidente Michel Temer é uma "operação tabajara", diversionista, para a qual não foram consultados os comandantes das tropas, que não tem um plano consistente, não aponta recursos. Portanto, é uma aventura. É uma aventura para desviar o foco da conjuntura política, uma aventura para enganar o povo brasileiro!

Sendo assim, nós vamos debater exaustivamente esse decreto e vamos mostrar os seus equívocos.

Documento 52/327

006.4.55.O Sessão Deliberativa 19/02/2018-19:20
Extraordinária - CD
Publ.: DCD - 2/20/2018 XUXU DAL MOLIN-PSC -MT



Sumário

Coordenação, pelo orador, da implantação da primeira Base Aérea de Combate a Incêndios Florestais da Amazônia Legal e da primeira base de segurança aérea do interior do Estado de Mato Grosso. Importância da discussão sobre segurança pública. Apoio à candidatura do Deputado Jair Bolsonaro à Presidência da República.

O SR. XUXU DAL MOLIN (PSC-MT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, enquanto os Deputados estão discutindo aqui os problemas referentes à segurança e correndo atrás do prejuízo, eu tenho orgulho de dizer que coordeno a implantação da primeira Base Aérea de Combate a Incêndios Florestais da Amazônia Legal e da primeira base de segurança aérea do interior de Mato Grosso. Quarta-feira, às 9 horas, vamos inaugurar, no Município de Sorriso, um sistema integrado de todas as forças policiais.

Tenho vergonha de estar nesta Casa ouvindo este tipo de discussão, como sobre fronteiras que vários governos deixaram abertas, falta de gestão, não apoio à polícia, e agora se vem com demagogia discutir intervenção. Eu a apoiarei, desde que o Exército, a Aeronáutica e a Marinha tenham condições jurídicas e estrutura de trabalho. A vida do ser humano está acima de disputas políticas.

Quero pedir a todos que discutam o tema da segurança. Por isso, este ano, o interior do Brasil está querendo a mudança total do sistema político de gestão pública. E nós vamos apoiar Jair Messias Bolsonaro para Presidente do Brasil.

Documento 53/327

006.4.55.O

Sessão
Extraordinária - CD

Deliberativa 19/02/2018-19:20

Publ.: DCD - 2/20/2018

- 33

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
BREVES COMUNICAÇÕES

GLAUBER BRAGA-PSOL -RJ

BREVES
COMUNICAÇÕES

Sumário

Repúdio à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o nome dessa história é "doutrina do choque em ação", é "jogada do vampiro". O que eles querem é desfocar uma agenda que fazia o Governo estar nas cordas, não só com a Previdência, mas também com o conjunto de privatizações que eles querem continuar a tocar no primeiro semestre de 2018.

Com a ação do Exército na Maré, no Rio de Janeiro, foram gastos aproximadamente 600 milhões de reais; na Rocinha, em 19 dias, foram gastos 7 milhões de reais! Imaginem quanto não custará essa intervenção do Sr. Temer!

O Estado do Rio de Janeiro teve como último programa estrutural de investimento na área de educação os Centros Integrados de Educação Pública - CIEPs, na época de Brizola e Darcy Ribeiro. Imaginem se todos esses recursos fossem investidos em programas estruturais! Até ontem, o Estado do Rio de Janeiro não tinha dinheiro para pagar os professores, os profissionais de educação e os demais servidores. De uma hora para outra surgem esses recursos para essa ação.

Eu não posso deixar de dizer que se está usando o povo do Rio de Janeiro para promover uma ação demagógica, que não resolverá os graves problemas de segurança do Estado.

O SR. PRESIDENTE (JHC) - Agradeço ao Deputado Glauber Braga.

Documento 54/327

006.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 19/02/2018-19:24
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 34	CAIO NARCIO-PSDB -MG	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Acerto da intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. CAIO NARCIO (PSDB-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a situação do Rio de Janeiro é degradante. Pode haver argumentos de que o Governo tenta imprimir uma agenda de reforma na estrutura estatal, que hoje está exacerbada e que leva não só à corrupção, mas a uma situação complexa que envolve uma reforma fiscal. Porém, chamar a ação do Governo de oportunista é fechar os olhos para algo que é impossível desconsiderar.

É importante dizer que todos nós, independentemente de ideologia política, sabemos que há um problema que deve ser resolvido e tratado com urgência. E essa é a agenda principal do Brasil. É claro que essa ação do Governo não vai resolver os problemas do Rio da noite para o dia, mas um grande problema precisa ser tratado de acordo com a enormidade dos fatos.

Por isso, essa ação enérgica, de intervenção federal - e o Governo pode até estar errando em outras áreas -, é correta e está sendo tomada em um momento em que a população pede socorro. Se esta Casa simplesmente virar as costas para o que está acontecendo ou partidizar essa discussão, vai colocar em jogo a vida das pessoas, dos inocentes, daqueles que estão ao léu, jogados em um Estado que perdeu a esperança, a segurança. Essas pessoas esperam que nós façamos a nossa parte e ajudemos, com essa intervenção, pelo menos a dar-lhes um pouco mais de fôlego diante desse problema que já tomou conta do Rio de Janeiro.

Documento 55/327

006.4.55.O

Sessão
Extraordinária - CD

Deliberativa 19/02/2018-19:24

Publ.: DCD - 2/20/2018

- 34

MARCELO SQUASSONI-PRB -SP



Sumário

Apoio à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro. Apelo ao Governador do Estado de São Paulo de empenho no combate ao crime organizado, especialmente na região litorânea.

O SR. MARCELO SQUASSONI (PRB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós somos favoráveis à intervenção federal no Rio de Janeiro, somos solidários ao povo carioca, mas temos uma grande preocupação com o Estado de São Paulo, com o litoral paulista. Nós sabemos que, num primeiro momento, todo o crime organizado do Rio de Janeiro vai fugir para algum lugar que se assemelhe àquele Estado, e o litoral paulista tem muitas semelhanças territoriais.

Por isso, faço aqui um apelo à Polícia Federal e ao Governador do Estado de São Paulo para que façam, imediatamente, ações no intuito de proteger a população do litoral do Estado de São Paulo. Eu já discuti essa questão com alguns Prefeitos de Santos, São Vicente, Praia Grande, Guarujá, Bertioga, São Sebastião, e todos estão preocupadíssimos. Nós vamos solicitar ao Governador de São Paulo e à Polícia Federal que lá seja feito um cordão de isolamento para evitar que o crime organizado se sirva da nossa região para se abrigar num momento de fuga, que pode ser uma fuga em massa.

Ressalto que nós vamos votar aqui hoje algo importante para o Brasil, mas não podemos nos esquecer dos Estados que podem sofrer com essa intervenção, principalmente o litoral do Estado de São Paulo.

Documento 56/327

006.4.55.O Sessão Extraordinária - CD Deliberativa 19/02/2018-19:32
Publ.: DCD - 2/20/2018 PEDRO PAULO-PMDB -RJ
- 36



Sumário

Solicitação aos Deputados de aprovação de requerimento de criação de Comissão Temporária Externa destinada ao acompanhamento da intervenção federal na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. PEDRO PAULO (PMDB-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, não há Parlamentar nesta Casa ou pessoa neste País que acreditasse que a intervenção na segurança pública do Rio de Janeiro seria uma medida a ser tomada - ninguém acreditava! Há aqueles que a defendiam já há algum tempo. Mas, naquele momento, sou capaz de dizer, ninguém arriscaria dizer que a intervenção aconteceria, mas ela veio. E ela responde aos pressupostos constitucionais, não há dúvida disso.

O que nós temos que fazer agora é trabalhá-la, na medida em que ela veio sem planejamento, sem estratégia, pegando a todos de surpresa. Essa foi a primeira intervenção feita no período democrático, pós-Constituição de 1988. Que as instituições, então, funcionem, fiscalizem e acompanhem esse processo tão importante para o Rio de Janeiro.

Quero dizer que acabei de dar entrada a requerimento de criação de Comissão Temporária Externa - e já havia oficiado ao Presidente -, para que nós possamos acompanhar essa intervenção, de modo que ela não se perca. Medidas imediatas que produzam alívio, como colocar tanque na rua, colocar o Exército na rua, reduzem a criminalidade, não há dúvida nisso, mas nós corremos o risco, primeiro, de a intervenção acabar e os problemas continuarem; segundo, os abusos que podem ser cometidos nas comunidades carentes, onde estão as pessoas que mais precisam do apoio da polícia, e são as pessoas que sofrem com a presença das Forças de segurança pública.

Por isso, todas as instituições têm que acompanhar, no período democrático, essa intervenção: a Câmara dos Deputados, o Senado, a OAB, a imprensa e os fóruns que tiverem de ser criados.

Dessa forma, provoco aqui os meus colegas Parlamentares a aprovarem a criação dessa Comissão Externa. Assim, todos poderão acompanhar esse processo.

Espero que o Rio de Janeiro ganhe com esse momento de sofrimento que está vivendo e que ele possa ser um ponto de virada na história do Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 57/327

006.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-19:44
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 43	LUCIO MOSQUINI-PMDB -RO		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apoio à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro. Necessidade de maior presença das Forças Armadas na fronteira entre o Estado de Rondônia e a Bolívia.

O SR. LUCIO MOSQUINI (PMDB-RO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós vamos votar aqui hoje um decreto do Presidente da República que permite ou não a intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro. Nós vamos ter uma batalha, em que alguns concordam e outros discordam.

Eu já quero me antecipar e dizer que sou favorável a essa ação do Governo Federal. Por quê? O Exército tem o aparato necessário para dar um reforço na segurança do Rio de Janeiro. As Forças Armadas como um todo têm as condições e a estrutura necessária para fazer isso, e vão lá para ajudar. Elas vão comandar? Vão, sim, comandar, e isso é importante. Alguém pode dizer: "*Mas não há planejamento...*" Há grandes especialistas no Exército, na Polícia Civil e na Polícia Militar. Eles naturalmente vão se entender. Mas todas essas ações serão tomadas a fim de evitar a violência naquele Estado.

Entretanto, Sr. Presidente, quero fazer uma ressalva aqui. Se nós não cuidarmos das fronteiras do Brasil com os países vizinhos, de nada vai adiantar essa ação federal no Rio de Janeiro. No Estado de Rondônia, por exemplo, nós temos 1.342 quilômetros de fronteira com a Bolívia. Essa fronteira é totalmente desguarnecida. Como é que se cuida de 1.342 quilômetros de fronteira? Nós precisamos da presença mais intensa das Forças Armadas ali, até mesmo para diminuir os índices de violência. Todo o cenário que nós estamos vendo no Rio de Janeiro precisa ser estendido também para as nossas fronteiras.

Em Rondônia, se o Governo Federal não fizer essa atuação, o Governo

Estadual também não tem condição. Agora nós vamos mandar todo esse reforço para o Rio de Janeiro. Quero deixar destacado que essa ação tem o meu apoio, mas o Governo Federal precisa olhar também para os Estados que fazem fronteira com os países vizinhos, principalmente o Estado de Rondônia. Não se consegue vigiar 1.342 quilômetros de fronteira. Nós temos a divisão dessa fronteira no Rio Guaporé e no Rio Mamoré.

Portanto, nós precisamos de toda a estrutura do Governo Federal tanto para fazer a vigilância da fronteira em Rondônia quanto para ajudar o Rio de Janeiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (JHC) - Agradeço ao Deputado Lucio Mosquini.

Documento 58/327

006.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 19/02/2018-19:44
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 43	JULIO LOPES-PP -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apoio à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. JULIO LOPES (Bloco/PP-RJ. Sem revisão do orador.) - Boa noite, Sras. e Srs. Deputados.

Vamos hoje votar matéria muito importante, Deputado Glauber Braga, que diz respeito ao controle territorial pela máfia dos milicianos e pela máfia dos traficantes de droga. Nenhum Estado da Federação enfrenta o problema do Rio de Janeiro de ter a sua geografia tomada por áreas de exclusão.

Quero aqui dizer que não há um exemplo no Brasil de áreas que estejam fora do controle do Estado, como nós temos no Rio de Janeiro.



Por essa razão o Presidente da República toma a corajosa decisão de intervir no sentido de abrir essas áreas para a entrada do Estado.

O Estado está alijado de centenas de quilômetros do nosso território, em áreas de exclusão, o que é feito à luz do dia. E para dar um exemplo aos cidadãos que nos assistem, às Sras. e aos Srs. Deputados que vão aqui hoje votar esta medida, eu quero lembrar, não sei se sabem, que no Rio de Janeiro nós temos mais de 1 milhão de medidores elétricos - vou repetir, 1 milhão de medidores elétricos, Deputado Ezequiel - que não são acessados pelas companhias que os instalaram.

A Ampla, na reta de São Gonçalo, à beira de uma rodovia federal, não pode cobrar pela luz que ela gera, provê e distribui, Deputado Glauber, sabe por quê? Porque quem cobra pela luz naquela área é a milícia; é a milícia que acessa os medidores e coloca no bolso dos contraventores o dinheiro da energia, que é gerada por uma empresa privada; 42% da energia domiciliar gerada, Deputado Herculano, no Rio de Janeiro, é furtada.

Não existe, Deputado Hildo, em nenhum lugar do mundo, uma perda elétrica dessas proporções. E essa perda, Deputado Glauber, se dá na mesma proporção em relação à água, que também é cobrada pelas milícias, pelos que traficam, porque esse é o verdadeiro ganho.

Eles hoje controlam a energia elétrica, eles hoje controlam o gás de cozinha em todas essas regiões. O gás de cozinha é comercializado sob licença do tráfico. Não é possível que Deputados do Rio de Janeiro não saibam disso.

O SR. PRESIDENTE (JHC) - Conclua, Deputado Julio Lopes.

O SR. JULIO LOPES - Não é preciso ir longe. Eu sou um dos Deputados mais votados da Rocinha e do Vidigal, e hoje não posso acessar o escritório que tenho dentro daquela comunidade sem pedir licença. Hoje eles comercializam todo o gás, a energia elétrica e a água, e é sobre isso que os senhores estão se insurgindo.

Nós temos a responsabilidade de intervir, temos a responsabilidade de atuar, para dominarmos e retomarmos o Estado, que está alijado das forças federais, das forças das polícias estaduais.

Sras. e Srs. Deputados, a situação do Rio não é uma questão de índice de homicídio ou de assalto; é uma questão de domínio territorial e geográfico; transcende muito a questão da segurança pública, para uma verdadeira questão de Estado, em que a soberania do cidadão está ameaçada e alijada da sua condição de ir e vir.

Era este o meu depoimento totalmente a favor dessa intervenção.

Documento 59/327

006.4.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	19/02/2018-19:48
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 44	HILDO ROCHA-PMDB -MA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	QUESTÃO DE ORDEM QUESTÃO DE ORDEM

Sumário

Questão de ordem sobre o não recebimento pela Mesa Diretora de emendas ao projeto de decreto legislativo relativo à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. HILDO ROCHA (PMDB-MA. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós fizemos uma emenda ao projeto de decreto legislativo com base no decreto do Presidente da República de intervenção no Rio de Janeiro. Ocorre que a Mesa Diretora da Câmara não está recebendo nenhuma emenda. Eu quero saber com base em quê? Baseado em qual artigo do Regimento Interno ou da própria Constituição Federal o Deputado Federal não pode emendar uma proposta do Executivo? Porque não o encontrei na Constituição Federal, tampouco no Regimento desta Câmara.

Eu quero que V.Exa. receba esta questão de ordem. Eu estou com a minha emenda pronta. A minha emenda diz que o Governo do Rio de Janeiro irá arcar com as despesas que ocorrerão com a intervenção. Caso o Governo do Rio de Janeiro não tenha condições financeiras de arcá-la, irá contrair uma dívida com a União. Não podem as outras 26 Unidades da Federação do nosso País bancar mais uma dificuldade que foi criada pelos Governos do Rio de Janeiro. Não foi apenas este, mas pelo menos cinco Governos anteriores do Rio de Janeiro contribuíram com a crise em que se encontra hoje a segurança pública daquele Estado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, peço a palavra para

contraditar.

O SR. PRESIDENTE (JHC) - Tem a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu e vários Parlamentares que nos encontramos aqui somos constituintes. Naquela época, ficou claro que esse tipo de decreto de intervenção seria aceito ou rejeitado. Ele não pode ser emendado; ele pode ser admitido ou inadmitido.

O SR. HILDO ROCHA - Questão de ordem não tem contradita.

O SR. PRESIDENTE (JHC) - Tem, sim, Deputado. Eu gostaria de pedir a V.Exa., Deputado Hildo Rocha, compreensão. V.Exa. teve direito à palavra. Esta Presidência a concede agora ao Deputado Arnaldo Faria de Sá, que, com muita elegância, está contribuindo para o debate.

Muito obrigado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - Nobre Deputado, eu posso contraditar, sim, desculpe-me V.Exa.

Na verdade, o que eu quero dizer é que eu participei dessas discussões, e, certamente, lamento que o próprio Presidente da República, que também foi Constituinte em 1988, fale uma bobagem abissal, diga que pode suspender o decreto para votar uma PEC e depois retomar o decreto. O que é isso, Presidente? É algo inadmissível, impossível de acontecer.

Também não posso admitir que o Presidente desta Casa alegue que deixará correr a tramitação e, no momento em que a matéria estiver pronta para a votação, pedirá a suspensão do decreto. Quem determina o mais impõe o menos. Se não pode ser promulgada, que é o mais, o menos, que é a tramitação, também não pode ocorrer.

É lamentável que pessoas que têm que dar o exemplo para toda a sociedade brasileira venham falar - desculpem-me a expressão - bobagens, como o Presidente Michel Temer e como o Presidente Rodrigo Maia.

Aliás, Rodrigo Maia ainda cometeu outra heresia. No dia da assinatura do decreto, o Presidente Michel Temer assina o decreto, o Governador Pezão assina o decreto e Rodrigo Maia o assina. Ele não poderia assiná-lo, ele é Presidente da Câmara. Ele está legalmente impedido de assiná-lo. Devem ter percebido o equívoco, porque, na publicação, sumiram com o autógrafa do Deputado Rodrigo Maia. Mas a imagem é clara: assina Michel Temer, assina Pezão, que virou "Pezinho", e

assina também Rodrigo Maia. Isso não pode acontecer.

Sr. Presidente, nós só podemos tomar uma única providência: votar aprovando ou votar rejeitando. Não há alternativa.

Eu vou colaborar com o quórum, vou me abster de votar. Mas eu acho que não há outra saída para o Rio de Janeiro, a não ser a publicação, a efetivação e a determinação desse decreto. O Rio de Janeiro está perdido.

Quero cumprimentar as Escolas de Samba do Rio de Janeiro, a Paraíso do Tuiuti, do vampiro, e a Beija-Flor, dos guardanapos, com aquelas ações que representaram a corrupção, que sintetizaram o sentimento do povo brasileiro, através da decisão dos carnavalescos de mostrar que, realmente, o Rio é uma terra sem dono, é uma terra perdida, lamentavelmente.

O exemplo maior vem do próprio ex-Governador Sérgio Cabral e sua quadrilha, que estiveram envolvidos em todos esses quesitos.

Sr. Presidente, na verdade, eu só queria dizer que, regimentalmente, a nós cabe uma única condição: aprovar ou rejeitar a matéria. Nós não podemos emendar decreto, não podemos alterá-lo.

Sr. Presidente da República e Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, abstenham-se de falar essa heresia de que podem suspender o decreto para votar a reforma da Previdência, até porque a Previdência já teve uma pá de cal.

Lembro-me de um detalhe: praga de aposentado pega! Praga pra eles!

Documento 60/327

006.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-19:56
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 46	HILDO ROCHA-PMDB -MA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Expectativa de acolhimento de questão de ordem pela Presidência e de emenda apresentada pelo orador.

O SR. HILDO ROCHA (PMDB-MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, repito que isso não consta da Constituição Federal. Se os constituintes tiveram essa intenção, ficaram só no pensamento e nas ideias, não colocaram nada no papel. O que vale é o que está no papel, e a Constituição não diz nada sobre isso. O nosso Regimento Interno também não trata do assunto.

Espero que V.Exa. acolha a nossa questão de ordem. Nós somos solidários; o Maranhão é solidário ao Rio de Janeiro, mas não pode o Estado do Maranhão pagar pela segurança do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (JHC) - Comunico a V.Exa., Deputado Hildo Rocha, que nós vamos recolher a questão de ordem.

Agradeço-lhe a contribuição.

O SR. HILDO ROCHA - Espero que receba também a emenda que vou entregar a V.Exa.

Documento 61/327

006.4.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 19/02/2018- CD	19:56
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 47	- DELEGADO EDSON MOREIRA-PR -MG	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Expectativas do orador diante da intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro. Declaração de voto favorável ao decreto presidencial relativo ao tema.

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Rio de Janeiro foi o Estado que, nos últimos 16 anos, mais recebeu investimentos da União: Jogos Pan-



Americanos, construção de estádio para a Copa do Mundo, Olimpíadas. O Rio de Janeiro sempre teve investimento da União em detrimento de outros Estados.

Eu entendo - até acho justo - que haja intervenção na segurança pública do Rio de Janeiro, mas a roubalheira que houve naquele Estado de 2006 a 2015 é incomensurável. Não há como medir o tanto que roubaram no Rio de Janeiro!

Deixaram as milícias se fortalecerem, deixaram o tráfico se fortalecer e incentivaram a entrada de armas de guerra, como fuzil .50, bazuca e granada. As Forças Armadas, que estão no Rio de Janeiro desde agosto do ano passado, estão desmoralizadas. Ladrões roubam cargas, e o roubo é transmitido ao vivo pela televisão. Há assassinatos! Há tiros traçantes de fuzil 762 durante a noite!

A intervenção é justa, porém mais dinheiro vai sair da segurança pública de outros Estados para o Rio de Janeiro. Como vão fazer com a segurança pública dos outros Estados? Quando apertar o cerco no Rio de Janeiro, os criminosos vão correr para São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo. Temos que investir dinheiro também para impedir que isso ocorra.

Com medidas de inteligência, devem ser detectadas as quadrilhas e as milícias, e seus membros devem ser colocados nas devidas penitenciárias de segurança máxima, que devem ser as federais. Tudo isso compromete recursos que deveriam ser investidos também na segurança de outros Estados. O Rio de Janeiro é um buraco onde se joga dinheiro pelo ralo a todo momento. Então, Sr. Presidente, o gasto que o Brasil está tendo com o Rio de Janeiro - deveria estar fazendo isso também em prol de outros Estados - é um desperdício a todo momento.

Espero que essa intervenção venha a dar certo. Vamos votar favoravelmente ao decreto, porque não há outro caminho a não ser a repressão em massa contra a criminalidade, repressão que deve ser feita com inteligência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



006.4.55.O Sessão Deliberativa 19/02/2018-20:00
Extraordinária - CD
Publ.: DCD - 2/20/2018 PAUDERNEY AVELINO-DEM -AM
- 47
CÂMARA DOS BREVES COMUNICAÇÕES
DEPUTADOS BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Esclarecimento sobre a impossibilidade de apresentação de emenda ao decreto de intervenção federal no Rio de Janeiro.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, para esclarecer aquela pequena confusão de ainda há pouco sobre uma questão de ordem, quero dizer que essa matéria, segundo o art. 34 da Constituição, é de competência privativa do Presidente da República. Portanto, não cabe à Câmara dos Deputados ou ao Senado Federal fazer qualquer tipo de alteração nesse decreto, por ser matéria de competência privativa do Presidente da República, de acordo com o art. 34, combinado com o art. 61, ambos da Constituição Federal.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (JHC) - Agradeço ao Deputado Pauderney Avelino pelos esclarecimentos.

Documento 63/327

006.4.55.O Sessão Deliberativa 19/02/2018-20:00
Extraordinária - CD
Publ.: DCD - 2/20/2018 FÁBIO TRAD-PSD -MS
- 48
CÂMARA DOS BREVES COMUNICAÇÕES
DEPUTADOS BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Apoio à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.



O SR. FÁBIO TRAD (PSD-MS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu carrego um fardo, que reputo pesado, por ser suplente de Carlos Eduardo Xavier Marun, que, querendo ou não, marcou sua passagem por esta Casa e hoje é Ministro.

Mas não é pelo fato de eu ser suplente que vou deixar de titularizar a voz da minha consciência com a mesma liberdade com que me posicionei, 6 horas depois de ter assumido o mandato de Deputado Federal, contra a reforma da Previdência.

Eu entendo que agora é o momento de reconhecer que a medida proposta pelo Presidente Michel Temer é acertada, sim. E por que é acertada? Primeiro, porque o próprio Governador do Rio de Janeiro reconheceu a sua incompetência para gerenciar e equacionar a crise na segurança pública; segundo, porque a criminalidade carioca elegeu, sim, um alvo a ser abatido, a criminalidade do Rio de Janeiro elegeu, sim, um inimigo a ser dizimado. E quem é o alvo, que é o inimigo, senão as centenas de policiais civis e militares que foram barbaramente assassinados pela criminalidade organizada daquele Estado?

Ora, com que cara um Deputado Federal vai enfrentar o rosto sofrido de uma viúva de um policial militar, de um órfão de um policial civil, para dizer que a medida proposta por Michel Temer não tem necessidade ou utilidade numa situação circunstancial tão grave quanto esta que nós estamos vivenciando?

Por isso, Sr. Presidente, eu quero dizer que este debate não pode estar contaminado pela ideologização: os jacobinos de lá, os girondinos daqui; os marxistas, os liberais. Não! Não vamos perder o foco! A questão é entre vida e morte, entre paz e tormento, entre tranquilidade para sair de casa, trabalhar e voltar vivo e a possibilidade de sair de casa e não voltar para abraçar seus filhos.

Antes de concluir, faço uma advertência ao Presidente Michel Temer, ao Governo Federal: Presidente, a fala de V.Exa. no sentido de que a reforma da Previdência poderá, pela sua dimensão institucional e histórica, suspender o decreto é constitucionalmente estrábica, é vesga, é falha, não tem amparo na Constituição! Se o decreto é tão grave e tão excepcional que justifica a intervenção num Estado federado, não haverá de ser esta ou aquela reforma a suplantiar a circunstância excepcional da imposição dessa medida.

Por isso, espero que esse decreto não empane e não obscureça a necessidade de se deter o processo de dilapidação institucional a que estão submetidas as forças policiais do Rio de Janeiro. Pela



Constituição, cabe à Polícia Militar e à Polícia Civil o combate à criminalidade, mas, nessas circunstâncias, em nome da segurança do povo carioca e da estabilidade institucional daquele Estado, eu votarei "sim" ao decreto, Sr. Presidente.

Documento 64/327

006.4.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 19/02/2018- CD	20:04
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 48	AUREO-SD -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Apoio à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. AUREO (SD-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, hoje vamos ter a oportunidade de salvar a segurança pública do Rio de Janeiro, Estado que é a porta de entrada do turismo nacional, Estado que celebra o maior carnaval do Brasil, Estado que vive a maior crise de segurança do nosso País.

Hoje, não dá para cada Deputado vir aqui defender seu Estado; cada Deputado tem que vir defender o Brasil. Temos que confiar nas Forças Armadas, confiar no Ministério da Justiça, confiar no Ministério da Defesa, confiar num plano que vai ser executado no Rio de Janeiro para garantir ao cidadão fluminense, ao cidadão carioca a paz e a tranquilidade para transitar nas ruas do nosso Estado.

Hoje nós estamos recebendo diversos prefeitos. Quero saudar o Prefeito Clovinho, de Miracema, Município do interior do nosso Estado, que sabe a importância de ser votada esta matéria nesta noite.

Todos os moradores do Estado do Rio de Janeiro hoje acompanham a *TV Câmara* de perto, porque têm certeza de que esta é a solução para o Estado. O Governador declarou que não dá para cuidar da segurança pública e que precisa, sim, de uma intervenção do Governo

Federal para combater a criminalidade no nosso Estado.

Quero dizer a todos os Deputados que temos que pensar no Brasil - hoje, pensar no Brasil é votar "sim" à intervenção na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, é votar "sim" para garantir a ordem no Estado do Rio de Janeiro, é votar "sim" para garantir a segurança e a paz a todos os brasileiros.

Não dá para assistir às cenas na televisão e ficar inerte diante do que está acontecendo no Estado do Rio de Janeiro. Hoje isso acontece no Rio, amanhã vai acontecer em outros Estados. Se a medida der certo no Rio, vai dar certo no Brasil e vai servir de exemplo para combatermos a criminalidade no nosso País.

Por isso, eu faço um apelo a todos os Deputados que ainda se encontram nos gabinetes para que venham marcar presença, a fim de que possamos iniciar a votação. Vamos votar "sim", para dar à segurança pública do Estado do Rio de Janeiro a garantia da ordem, a garantia da paz.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 65/327

006.4.55.O Sessão Deliberativa 19/02/2018-20:12
Extraordinária - CD

Publ.: DCD - 2/20/2018 FRANCISCO FLORIANO-DEM -RJ
- 50

CÂMARA DOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES
DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Apoio à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. FRANCISCO FLORIANO (DEM-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, sempre apoiei e sempre me manifestei a favor da intervenção, que hoje, graças a Deus, se vota nesta Casa.

Mas faço um apelo ao Governo Federal a fim de que, juntamente com



esta intervenção militar, venha a intervenção social. É mais do que necessário que haja políticas públicas integradas dentro das grandes comunidades, com educação, com esporte, para que essas crianças cresçam com uma educação de base, se formem e tenham oportunidades, assim como todos os cidadãos do nosso Estado do Rio de Janeiro.

Documento 66/327

006.4.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 19/02/2018- CD	20:12
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 50	SORAYA SANTOS-PMDB -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Apoio à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

A SRA. SORAYA SANTOS (PMDB-RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, subo a esta tribuna para falar de uma votação de fundamental importância não só para o Rio de Janeiro, mas para todo o País.

A pergunta que eu faço - e convido os meus pares para fazê-la junto - é muito simples: a justiça - e essa é a grande reflexão - tem que ser feita para os vivos. O que interessa discutirmos justiça para quem já está embaixo da terra?

Mesmo na peça constitucional, Deputada Keiko Ota, muitas vezes são antagônicas a liberdade de expressão e os direitos individuais. Mas o que se sobrepõe na peça constitucional? A defesa da vida. É inadmissível que esta Casa não vote uma matéria que defende a vida, que promove justiça para os vivos.

Eu me lembro, Sr. Presidente, há pouco tempo, do olhar de uma mãe cujo filho de 3 anos tinha sido morto por uma bala perdida. O que mais me chamou a atenção foi o olhar dessa mãe, quando um repórter lhe fez a seguinte pergunta: "*Essa bala saiu da polícia ou veio do bandido*"? Aquela mãe, Deputada Keiko, olhou de uma forma tão



estranha para o repórter que fazia aquela pergunta! A única coisa que ela foi capaz de responder foi o seguinte: *"O que me importa se essa bala veio do bandido ou do policial? O que importa é que, como mãe, eu quero dar um basta nessa violência! Como mãe, eu não posso mais ver crianças morrendo, maridos morrendo, pessoas sem o direito de ir e vir. O que me importa de lado que está a arma que mata?"*

Parabenizo o Governo do Presidente Michel Temer por essa iniciativa. Ele poderia ter tomado uma medida muito mais dura, mas optou pela intervenção na segurança do Estado do Rio de Janeiro.

Quero dizer que o Estado do Rio de Janeiro não é o mais violento desta Nação, mas tudo o que acontece lá é visto, pois o Estado é a porta de entrada do turismo brasileiro; é a porta de reflexão sobre o que está acontecendo em todo o Brasil, assim como no Nordeste.

Não podemos e não vamos perder a ordem, que está garantida na Constituição. Eu conclamo cada um dos meus pares a votarem "sim". Essa não é uma matéria ideológica. Essa está longe de ser uma discussão partidária. Essa é uma discussão como as que fazem as Parlamentares nesta Casa. Essa é uma matéria suprapartidária.

Deputada Christiane, V.Exa. perdeu um filho. Essa justiça pela qual tanto a senhora clama na segurança do trânsito não é mais para o seu filho, mas para os brasileiros que continuam morrendo. Uma mãe sabe muito bem que a perda do filho é irreparável. Mas nós, que trazemos o útero no nosso ventre, acreditamos na força da vida por si mesma. Uma mãe, quando gera um filho, não pergunta para Deus quais os enfrentamentos pelos quais a criança vai passar; ela dá passagem e aposta na vida por si mesma.

Eu não posso imaginar um único Deputado, uma única Deputada desta Casa que possa dizer "não" a uma matéria que visa à ordem, à garantia do direito de ir e vir. Eu não consigo conceber isso. Essa não é uma matéria partidária.

A justiça, meus amigos, meus pares, é feita para os vivos, porque o morto já está embaixo da terra. Essa justiça jamais será reparada.

Deputado Nalin, sei que V.Exa. me pediu para compartilhar o tempo e concedo neste momento o tempo do PMDB a V.Exa., ao Deputado Pedro Paulo e a todos os Deputados do Rio de Janeiro que representam o partido, porque nós estamos ali, no dia a dia, agonizando.

Isso, gente, não é combate à violência; é uma guerra civil. Eu estou enjoada de ouvir gente falando das mortes na Síria. Comparem as mortes no Brasil com as mortes na Síria e vejam como estamos

perdendo. É uma guerra civil instalada, e como tal há de ser tratada.

É "sim" à vida.

Passo, neste momento, a palavra ao Deputado Nalin, que continua a utilizar o tempo do PMDB, Presidente.

Documento 67/327

006.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-20:16
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 51	ZÉ AUGUSTO NALIN-PMDB -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apoio à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. ZÉ AUGUSTO NALIN (PMDB-RJ. Sem revisão do orador.) -
Muito obrigado, Deputada Soraya Santos.

Quero dizer que, neste momento, não tenho nenhuma felicidade em estar aqui. E quero dizer a todos que a falta de segurança não é exclusividade do Rio de Janeiro. Os dados dizem que nós não somos a cidade mais violenta. Mas lá tudo acontece; o Rio de Janeiro é o espelho do Brasil.

Espero que isso aconteça e que não seja esquecido... Eu vou citar a minha cidade de Magé, Guapimirim, porque a segurança também tem que chegar lá. E, como disse um colega aqui, o Estado social tem que acompanhar esse projeto de segurança.

Gente, nós temos que torcer para isso dar certo, porque não é só o Rio de Janeiro que existe violência. A violência está instalada em todo o Brasil. Isso que eu não gostaria que estivesse acontecendo na minha cidade pode servir de exemplo para a cidade de vocês.

Muito obrigado.

Passo a palavra à Deputado Soraya.

Documento 68/327

006.4.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 19/02/2018- CD	20:20
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 52	PEDRO PAULO-PMDB -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Posicionamento do orador favorável à aprovação do decreto de intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. PEDRO PAULO (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, agradeço à Deputada Soraya Santos.

Vou repetir algumas coisas que tenho colocado em relação à intervenção. Ninguém esperava que este decreto fosse editado, que este dispositivo constitucional fosse acionado, mas, uma vez editado o decreto, nós temos que trabalhar para que a intervenção funcione.

Pela primeira vez após a Constituição de 88, pela primeira vez no regime democrático, nós estamos vendo uma intervenção. É preciso que as instituições funcionem. Nós precisamos acompanhar esse processo. Por isso, deve-se requerer a esta Casa a criação de uma Comissão Externa de acompanhamento.

Acabei de apresentar uma questão de ordem à Presidência, para que o Conselho da República, estabelecido pelo art. 89 da Constituição, esteja completo, com seis membros da sociedade, dois deles eleitos por esta Casa.

Precisamos de todos os fóruns que possam ser criados. O Presidente Rodrigo Maia quer criar um fórum de acompanhamento de políticas sociais, para que a OAB, para que a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro - FIRJAN, enfim, para que toda a sociedade

possa acompanhar esse processo de intervenção.

Todos nós estamos preocupados. Todos nós temos que trabalhar para que isso dê certo, a fim de que não só seja feita uma intervenção de tanques nas ruas, mas também ocorram medidas estruturantes e transformadoras nas áreas de educação e de saúde e se coíbam abusos que nós sabemos que existem nesses processos.

Nós vivemos sob um ambiente democrático. Essa intervenção precisa funcionar. O que acontece no Rio de Janeiro repercute no Brasil e lá fora e afeta a imagem do povo brasileiro.

Nós não podemos falhar! Independentemente de partido, independentemente de posição ideológica, há uma questão que está em jogo: a vida das pessoas, a paz. O Rio de Janeiro não aguenta mais viver a violência que está vivendo.

Por isso, eu queria fazer um apelo a todos os Deputados, em especial aos Deputados do Rio de Janeiro, que vivem esta realidade: vamos aprovar este decreto, para estabelecer o início da intervenção, que, apesar de todos os problemas, precisamos acompanhar para que dê certo.

É o futuro das nossas crianças, dos nossos netos, das nossas famílias e das pessoas de bem que está em jogo no Rio de Janeiro.

Documento 69/327

006.4.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 19/02/2018- CD	20:24
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 53	SIMÃO SESSIM-PP -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Apoio à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em boa hora o



Governo Federal resolveu, com base no art. 84, inciso X, da Constituição Federal, decretar intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro até 31 de dezembro de 2018. Esta medida é inédita desde a promulgação da Constituição de 1988, que ajudamos a elaborar.

Sr. Presidente, precisamos que o maior número possível de Deputadas e Deputados aprovem o decreto, já que, segundo pesquisa realizada ontem, 94% da população do Rio de Janeiro aprovam a intervenção.

Eu, de modo especial, em nome do Partido Progressista, que também toma essa posição em favor da população do Rio de Janeiro, há muito venho reivindicando essa medida. Em 2012 e em 2016, preocupado com a escalada da violência, eu fiz apelos veementes ao então Comandante Militar do Leste, o General Francisco Carlos Modesto, e ao Ministro da Defesa, Raul Jungmann.

Pedi, na ocasião, que o Exército brasileiro dotasse a região de Nilópolis, no entorno do Campo de Instrução de Gericinó, de meios necessários à garantia da segurança. Ao Ministro da Defesa, solicitamos que enviasse também tropas da Força Nacional de Segurança Pública, a fim de que o cidadão, responsável pela grandeza e riqueza desta Nação, se sentisse de fato e de direito protegido e seguro naquela mesma região atualmente dominada pelo famigerado crime organizado.

Hoje, Sr. Presidente, parece finalmente que os nossos apelos estão sendo atendidos. No sábado, participei do encontro que o Presidente Michel Temer promoveu no Palácio Guanabara, com a presença do Governador Pezão, do Prefeito Marcelo Crivella e de autoridades militares estaduais. Ali pude perceber que o Governo Federal está, de fato, interessado em promover a paz que o povo fluminense tanto almeja.

Como bem frisou o Ministro Jungmann, com a intervenção federal, a segurança pública do Rio de Janeiro passa a contar com ações planejadas e cirúrgicas, com base no serviço de inteligência das Forças Armadas, dentro do Estado Democrático de Direito.

Por isso mesmo, estamos aqui hoje reunidos para discutir, votar e aprovar - é o que realmente desejamos e é por isso que torcemos - a decisão do Exmo. Sr. Presidente da República, Michel Temer, de decretar intervenção federal na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.

Sabemos perfeitamente tratar-se de uma medida dura, excepcional e também inédita neste período da Nova República, mas necessária para a reconstrução do conceito de segurança pública, sobretudo no Rio de Janeiro. Foram incontáveis as vezes que eu e colegas do Rio



ocupamos esta mesma tribuna para denunciar a perturbadora escalada da violência que ainda aflige, angustia e aterroriza a população carioca e fluminense.

A exemplo de outros Estados, o Rio enfrenta uma de suas piores crises financeiras, com atraso de salários e graves ameaças ao pleno funcionamento da máquina administrativa, o que reflete também no aparelho de segurança pública, imprescindível para a manutenção da ordem pública e, conseqüentemente, da paz e da tranquilidade de seu povo.

Por isso mesmo, pedimos socorro ao Governo Federal em várias ocasiões em que a ousadia dos bandidos se apresentava, tanto na Capital quanto na Baixada Fluminense e no interior. Não há mais limites, exatamente por conta da fragilidade dos equipamentos material e humano do Estado. Hoje o que se vê no Rio de Janeiro são cenas de guerra civil a qualquer hora do dia e da noite.

A Baixada Fluminense, que sempre se caracterizou pela sua pacata população, ordeira e trabalhadora, também virou refém do tráfico, das milícias, dos assaltantes, dos malfeitores de modo geral.

A exemplo da Capital, na Baixada Fluminense também são comuns cenas de bandidos circulando pelas ruas em motocicletas, com fuzis atravessados no peito, empunhando pistolas, bazucas, ou mesmo o barulho ensurdecedor de rajadas de metralhadoras e balas traçantes rasgando o céu em plena noite.

Desde o advento das UPPs, em 2009, os criminosos em fuga escolheram a Baixada Fluminense como refúgio e depósito de armas pesadas e de drogas, dando fim a uma tranquilidade que sempre reinou, até então, naquela região.

A escalada assassina, inadmissível, vergonhosa e repugnante, sempre a cargo de criminosos perversos, patrocinadores das barbáries, do medo, do terror, vem manchando com sangue, dor e desespero a esperança de um povo que ainda acredita, sim, nos valores morais e na justiça social.

É de doer o coração, Sr. Presidente, ver famílias inteiras fragilizadas, desesperadas, aos prantos, enterrando diariamente, a sete palmos de profundidade, sonhos e realizações.

Já não se pode sequer nascer para a vida. Os bandidos também não deixam. Quem não se lembra do bebê Arthur, baleado por traficantes ainda dentro do útero, na barriga de sua mãe, na Favela do Lixão, em Duque de Caxias? Arthur, depois de 1 mês de luta, não resistiu às mazelas da violência e morreu.

Desde já, desejamos sucesso ao interventor, o General Braga Netto, nessa difícil e árdua missão, que será primordial para reestruturar o aparelho da segurança pública fluminense, que envolve as Polícias Civil e Militar, o Corpo de Bombeiros e o sistema carcerário, a fim de restabelecer a paz e a segurança que tanto desejamos.

Passo a palavra, agora, ao meu colega de bancada e de partido, o Deputado Julio Lopes.

Documento 70/327

006.4.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 19/02/2018- CD 20:28	
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 55	JULIO LOPES-PP -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Posicionamento do orador favorável ao decreto de intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. JULIO LOPES (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sras. e Srs. Deputados, eu poderia iniciar a minha fala dizendo que apenas uma morte ou uma vida justificaria uma intervenção como esta, que dirá dezenas de mortes e o martírio da sociedade do Rio, que vive em seu claustro, cada um em sua casa, aprisionado, com medo de ir às ruas!

Mas não é disso que se trata aqui. Nesse grande índice de miséria e de calamidade do Brasil, o Rio de Janeiro não é o Estado em que mais matam ou mais morrem; não é o Estado em que mais sofrem; não é o Estado em que há mais homicídios ou assaltos. A questão, Deputado Mário Heringer, como V.Exa. sabe, é o ir e vir, é o domínio territorial do Estado: os cariocas e demais brasileiros que lá vivem têm que pagar mesada ao tráfico e à milícia para circularem.

V.Exas. sabiam que, na Rocinha, cerca de 500 motociclistas sobem e descem levando as pessoas àquelas áreas íngremes lá de cima? Cada motociclista daquele tem que pagar 3 reais por dia para poder trabalhar



com a sua motocicleta, assim como o cidadão que vende o gás, assim como a concessionária que cobra a luz, assim como aquele que fornece a água.

Portanto, Deputado Glauber, não se trata de morte, não se trata de assaltos; trata-se da soberania do Estado. A razão precípua da existência do Estado é a segurança pública. Se há áreas delimitadas em que o Estado não pode entrar ou intervir, é caso de intervenção! O domínio territorial determina a função do Estado de invadir e controlar a territorialidade.

Há 1 milhão de medidores de energia cuja cobrança vai para o cofre da transgressão, dos milicianos, dos traficantes. É disso que se está falando. Não se fala apenas das justificadas mortes e do martírio de uma população sofrida, que não pode mais ir e vir, mas, sim, do domínio territorial.

O Presidente Temer e o Ministro Raul Jungmann, que assistem a esta sessão, têm o dever cívico, patriótico e funcional de intervir naquele Estado, para garantir às pessoas o direito de ir e vir, para que o comércio possa comerciar, para que os serviços possam servir sem que tenham de pagar um ágio, uma mesada ou o que quer que seja aos permissionários do crime.

É inadmissível termos cidadãos, impostos, comércios e serviços permissionários do crime, porque só trabalham e só funcionam sob a permissão do crime organizado. É dessa situação que estamos falando, Sras. e Srs. Deputados!

Temos que libertar o Rio, não só para salvar vidas, não só para impedir assaltos, não só para impedir o martírio da população, mas, sobretudo, para reinstalar o Estado, com sua precípua função: a segurança pública.

Não podemos mais admitir que áreas onde nós residimos não possam ser acessíveis. Eu mesmo, como Deputado, já não posso ir a áreas em que sou votado. Isso é um absurdo!

Peço aqui o voto de todos pela intervenção federal!



Publ.: DCD - 2/20/2018, MARCELO DELAROLI-PR -RJ
- 56

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Apoio à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. MARCELO DELAROLI (PR-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, agradeço ao meu Líder, Deputado José Rocha, por dividir seu tempo comigo.

Chamo a atenção dos nobres Parlamentares que estão me ouvindo para a situação do Rio de Janeiro. Dizer que a situação daquele Estado é caótica seria redundante; não precisa. Mas eu tenho ouvido burburinhos de pessoas que são contra essa intervenção.

Ninguém aqui está feliz com a intervenção no Rio de Janeiro, não! Mas é a única opção que temos no momento, pois lá as pessoas não podem sair de casa.

É claro que precisamos levar o social para as comunidades, e o General, no sábado, me garantiu e me prometeu que faria. Mas o momento é de guerra, sim, e só se combate guerra com guerra; só se tem paz depois da guerra.

Então, peço a V.Exas. que olhem pelo Rio de Janeiro, pela população sofrida e carente daquele Estado, que não pode sair de casa.

Acabei de receber no meu WhatsApp a notícia de que mais um policial de uma Unidade de Polícia Pacificadora foi atingido com um tiro no peito. Graças a Deus, ele não virou estatística, pois não morreu. Mas se não tomarmos uma atitude agora, muitos vão continuar morrendo, como estamos vendo diariamente.

Acreditamos no êxito dessa operação, mas muitos aqui estão torcendo para ela dar errado. Vejo que a Oposição está torcendo para ela dar errado. Não façam isso! Torçam para dar certo, mesmo que não concordem com ela!

E, acreditando no êxito da intervenção, nós sabemos que precisamos reaver o efetivo da Polícia Militar. E o General me disse que chamará agora os 4 mil novos concursados que estão prontos para servir à PM, além do pessoal do concurso da Polícia Civil.

Contem comigo para votar "sim", pela intervenção no Rio de Janeiro!

Documento 72/327

006.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-20:36
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 57	LAERTE BESSA-PR -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apoio à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. LAERTE BESSA (PR-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Deputado Marcelo Delaroli, V.Exas. podem ter certeza de que hoje nós vamos aprovar o decreto para a intervenção no Rio de Janeiro. Não tenho dúvida nenhuma quanto a isso. Não vai ser um partidozinho de nada que vai atrapalhar a decisão da maioria.

Tudo bem que a intervenção dá uma sensação de segurança ao povo do Rio de Janeiro, que está um caos, mas como é que vai ficar a situação quando a intervenção acabar, no final do ano? Com a criação do Ministério da Segurança Pública, um projeto tem que ser apresentado, não só para o Rio de Janeiro, mas para todo o Brasil, a fim de recuperarmos a Polícia Civil, a Polícia Militar, enfim, a segurança pública, que está vegetando no nosso País.

No Rio de Janeiro, os efetivos que estão trabalhando na Polícia Civil e na Polícia Militar são de apenas 55%. Hoje esse efetivo não chega a 21 mil policiais, quando deveria ser de cerca de 40 mil a 45 mil. Portanto, um dos principais fatores para se renovar a segurança pública é garantirmos esse efetivo.

Além disso, temos que dar credibilidade e dignidade principalmente àqueles policiais que não têm onde morar. Hoje, policiais saem do serviço e tiram a farda, para não serem executados por facções de traficantes que existem no Rio de Janeiro. Nós temos que dar moradia

a esses policiais.

Mas não é só isso, não! Temos que dar um salário digno ao policial, que é um ser humano. Hoje o policial não tem plano de saúde e tem que arcar com as despesas da saúde de seus familiares.

Nós temos que resolver essa situação agora. Paralelamente a essa intervenção, deve-se criar um plano para melhorar a nossa segurança pública. Não é só essa intervenção que vai resolver o problema do Rio de Janeiro, porque, no final do ano, tudo vai voltar a ser como era - será ainda pior. Eu não acredito que as Forças Armadas estejam preparadas para fazer esse trabalho que a polícia faz.

Infelizmente, o Distrito Federal está virando um Rio de Janeiro. O nosso quadro da Polícia Civil tem 9 mil policiais. Na ativa há apenas 4.500, o que representa um déficit de 4.500 policiais. É por isso que as delegacias estão fechadas. Das 31 delegacias, 20 ficam fechadas no período noturno.

Com a Polícia Militar, ocorre a mesma coisa. Em um efetivo de 17 mil policiais, há menos de 13 mil na ativa, ou seja, o quadro também está defasado. Por isso, os quartéis da Polícia Militar do Distrito Federal estão fechando.

Temos que acabar com isso e melhorar, de uma vez por todas, a nossa segurança.

Documento 73/327

006.4.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	19/02/2018-20:40	
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 58	RUBENS PEREIRA JÚNIOR-PCDOB -MA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	QUESTÃO ORDEM QUESTÃO ORDEM	DE DE

Sumário

Questão de ordem acerca do sobrestamento da tramitação de propostas de emendas à Constituição na vigência de intervenção federal.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PCdoB-MA. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o § 1º do art. 60 da Constituição Federal diz que, durante intervenção federal, a Constituição não pode ser emendada.

A questão de ordem que faço a V.Exa. é para que não fiquemos baseados apenas em nota de imprensa ou em fatos extraoficiais. No nosso entendimento, para ser alterada a Constituição, nós precisamos de normalidade no País. Se há um grave comprometimento da ordem pública a ensejar uma intervenção, o ideal é que seja sobrestado o andamento de todas as PECs em tramitação na Câmara dos Deputados, inclusive que não sejam discutidas ou votadas nem mesmo nas Comissões.

É a questão de ordem que faço a V.Exa.

Documento 74/327

006.4.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 19/02/2018- CD	20:40
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 58	MIRO TEIXEIRA-REDE -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Contradita a questão de ordem acerca do sobrestamento de tramitação de propostas de emenda à Constituição durante a vigência de intervenção federal.

O SR. MIRO TEIXEIRA (REDE-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu tenho a impressão de que há um equívoco.

Durante intervenção, mesmo uma intervenção no Estado - eu gostaria que, no caso, fosse uma intervenção no Estado do Rio de Janeiro, mas não é -, não há vedação à tramitação de PEC, há vedação à alteração da Constituição.

A PEC pode ser apresentada, pode tramitar, pode ir à Comissão de



Constituição e Justiça, pode demandar instalação de Comissão Especial, pode até ser votada no Plenário quando nascer nesta Casa. No entanto, promulgação - nem pensar! É claro que o bom senso mandaria não se votar como ato que precedesse a promulgação. Tramitação é uma prerrogativa da Casa.

Eu lamento ter saído uma informação de que o Presidente da República sustou a tramitação da PEC da Previdência. O Presidente da República não susta nada aqui. A tramitação de um projeto de lei é um problema da Câmara dos Deputados. A tramitação de uma proposta de emenda à Constituição é um problema da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Aliás, Deputado, acho que o projeto da terceirização foi votado assim. Em um projeto apresentado pelo Presidente Lula, o PT fez uma questão de ordem dizendo que não mais caberia a votação. No entanto, o projeto já não era do Presidente Lula, o projeto era da Casa. Isso é óbvio!

O SR. MIRO TEIXEIRA - É da Casa. Se chegou aqui, é da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - É claro!

O SR. MIRO TEIXEIRA - A PEC da Previdência não vai ser votada porque não há número para que seja votada. Ela está derrotada! Essa é a questão. Não adianta querer fazer *marketing* na Presidência da República, dizendo que isso ocorre por conta da situação do Rio de Janeiro. Isso é mentira! Não vai ser votada porque não há, na Casa, 308 votos para aprová-la. Eu até gostaria que ela fosse votada, para ser derrotada.

Essa é a minha contradita, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Vou recolher a questão de ordem, já a decidindo em parte.

Votação no Plenário, com certeza, não ocorrerá. Mas, em relação à tramitação em Comissão Especial e na CCJ, eu acho que talvez o Deputado Miro Teixeira tenha razão. Eu estou recolhendo a questão de ordem e respondo ao longo da semana.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Talvez, não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O quê?

O SR. MIRO TEIXEIRA - Talvez não. Talvez tenha razão, não.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Talvez tenha razão. Eu estou analisando. Eu disse que recolhi a questão de ordem e decidi em relação à votação no Plenário. Em relação à tramitação na CCJ e em Comissão Especial, acredito que V.Exa. tenha razão. Durante a semana eu decido.

O SR. MIRO TEIXEIRA - É isso. É a letra expressa na Constituição. O Constituinte de 1988 é que decidiu isso.

Documento 75/327

006.4.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 19/02/2018- CD	20:44
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 59	FELIPE BORNIER-PROS -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Posicionamento do orador favorável à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. FELIPE BORNIER (Bloco/PROS-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Exmo. Sr. Presidente Rodrigo Maia, Sras. e Srs. Deputados, tenho certeza de que hoje é uma data muito triste e muito difícil não só para mim, em meu terceiro mandato como Parlamentar, mas para todo o Estado do Rio de Janeiro.

Porém, esta é uma noite em que o Rio de Janeiro, nosso Estado, espera grandiosidade desta Casa. Acima de tudo, nós não aguentamos mais a violência no Estado do Rio de Janeiro. Hoje o que a população busca de todos nós é a união deste País. Não adianta mais só falarmos que isto não vai dar certo. Precisamos de otimismo. Precisamos dar um pouco de razão a este Governo que aí está, para que as coisas venham a acontecer. Quem prega essa necessidade é, acima de tudo, a sociedade.

O Rio de Janeiro se perdeu por uma gestão completamente incompetente. Hoje a falta de segurança está em todos os locais, com arrastões, roubos, assaltos, ausência do direito de ir e vir da sociedade,



fechamento do comércio no momento em que teríamos que gerar empregos.

Este momento é oportuno, sim! Pedimos a compreensão de cada um de V.Exas. A intervenção não é no Estado do Rio de Janeiro, mas, sim, no Brasil. Precisamos disso hoje. Essa briga é contra a violência. A sociedade precisa voltar a ter fé e otimismo e precisa acreditar que as coisas vão mudar. Ainda não perdemos essa guerra.

Em pleno sábado de carnaval, eu estive com V.Exa., Sr. Presidente, em uma discussão sobre essa intervenção, juntamente com o Governador, com diversos Prefeitos, com autoridades do Ministério Público e do Judiciário. Fiquei muito otimista, uma vez que o General Braga demonstrou que realmente vai fazer justiça e vai ser firme. É disto que a sociedade brasileira precisa: de uma política forte.

A criminalidade não pode mais zombar do Estado do Rio de Janeiro, como tem feito. Hoje as milícias e o tráfico de drogas aumentam a cada dia. Sabemos que a responsabilidade pela quantidade de armas não é só do Estado. Ao dividir essa responsabilidade com a União, certamente quem tem a ganhar não é só o Estado do Rio de Janeiro.

Temos que começar a elaborar um plano estratégico de verdadeiro combate à criminalidade no nosso País. O Brasil é um país grande. Acabou de passar a maior festa vocacional do Rio de Janeiro: o carnaval. Aproveito a oportunidade para dar parabéns à nossa escola de samba, a Beija-Flor de Nilópolis, que também é da região da Baixada Fluminense.

Faço um alerta a respeito de uma realidade que pode acontecer, como no passado aconteceu com a implementação das UPPs no Estado do Rio de Janeiro: não podemos deixar que esse debate fique somente na Capital. Deve haver a responsabilidade de se debater uma política pública nos 92 Municípios daquele Estado, principalmente na região da Baixada Fluminense, região sofrida, com uma população de 4,5 milhões de brasileiros. Atualmente, através das mídias sociais, podemos ver as pessoas dessa região com dificuldades, com medo da criminalidade.

Assim como o Deputado Pedro Paulo, que solicitou a criação de uma Comissão Externa para acompanhar o trabalho que será realizado após esse decreto presidencial, eu também apresentei uma solicitação para acompanhamento da situação, principalmente no que diz respeito à migração desses traficantes e milicianos para a região da Baixada Fluminense e para o interior do Estado.

Quero me colocar à disposição de V.Exa., Deputado Rodrigo Maia. Conte com o nosso trabalho aqui nesta Casa! Não vai faltar vontade de



fazer com que isso dê certo.

Faço um alerta a toda esta Casa: não é por não gostar do Presidente da República ou do Governador do Estado que não se deve acreditar que isso pode dar certo. Vamos deixar essa pequenez de lado! Vamos olhar adiante! Vamos olhar para o Brasil que queremos construir! Esse desafio é de cada um de nós brasileiros! Se nós tivermos esse olhar baixo de querer que o outro falhe, com certeza quem vai falhar são os nossos filhos, as futuras gerações. E isso nós não queremos.

É com grande responsabilidade que temos que ter um debate com grande amplitude, porque a sociedade também quer participar. Precisamos, por exemplo, abrir um canal de comunicação com a sociedade. Já recebi aqui dezenas de informações importantes. Por que não, neste momento, junto com essa Comissão Externa, repassar essas informações ao Poder Executivo e àqueles que vão, de fato, organizar as nossas polícias? Façamos o verdadeiro choque de gestão, de planejamento e de combate à criminalidade! Podemos ser - por que não? - um exemplo não só para o Rio de Janeiro, mas para o Brasil, para o mundo. Podemos, sim, ser grandes, só que temos que acreditar.

Faço um agradecimento à nossa bancada por nos ter colocado nesta missão. Vamos ter muito trabalho pela frente. Tenho certeza de que este será um ano diferenciado, em que teremos grandes pautas.

Eu imaginei que pudéssemos discutir hoje a Previdência, que é um assunto de suma importância para o Brasil, mas como não definimos a ordem cronológica do que vamos deliberar, Deputado Eros Biondini, tenho certeza de que é a hora exata para discutirmos um plano político estratégico de segurança nacional, porque essa também é uma das prioridades do PROS no Brasil. É com isso que queremos colaborar.

Boa noite a todos! Votem "sim"!

Muito obrigado.



- CD

Publ.: DCD - 2/20/2018 -
61

ANDRÉ FIGUEIREDO-PDT -CE

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
BREVES COMUNICAÇÕES

QUESTÃO DE
ORDEM DE
QUESTÃO DE
ORDEM

Sumário

Questão de ordem sobre a interpretação da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania acerca da tramitação na Casa de proposta de emenda à Constituição durante a vigência de intervenção federal.

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT-CE. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, minha questão de ordem se refere ao que foi falado pelo Líder do PCdoB e pelo Deputado Miro Teixeira em relação ao art. 60 da Constituição.

Em todos os pareceres relativos à admissibilidade de propostas de emenda à Constituição na CCJ existe um ponto em que eles são uníssonos: no que concerne a eventuais limitações circunstanciais, não vigendo nenhum tipo de intervenção federal, estado de sítio ou estado de defesa, poderá ser apreciada a presente PEC. No tocante à admissibilidade da tramitação na CCJ, já existe essa salvaguarda: se estiver vigendo uma intervenção federal, não há admissibilidade da PEC. Então, como se vai votar contra a PEC? Por isso, essa tramitação tem que ser sustada.

Quanto à admissão ou não das emendas nas Comissões Especiais, da mesma forma, serão inadmitidas todas as emendas, porque está vigendo uma intervenção federal.

Por isso, para complementar toda essa parte da tramitação, eu pediria a V.Exa. que também analisasse essa questão, porque todos os pareceres da CCJ, quando se referem à admissibilidade, tocam nessa questão da vigência ou não de uma intervenção federal.



Publ.: DCD - 2/20/2018 - MIRO TEIXEIRA-REDE -RJ
62

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES COMUNICAÇÕES

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Esclarecimento sobre a admissibilidade de tramitação na Casa de propostas de emendas à Constituição durante a vigência de intervenção federal.

O SR. MIRO TEIXEIRA (REDE-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, para que não fiquem enlouquecidas a ata destes trabalhos e as anotações para pesquisas futuras, eu vou ler o que dispõe o § 1º do art. 60 da Constituição Federal.

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

Aí, vem lá como pode ser emendada a Constituição. Em seguida, vem o § 1º:

Art. 60.....

.....

§ 1º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

Ela não poderá ser emendada. Toda a tramitação pode acontecer. Isso está escrito em português, nosso idioma pátrio.

Eu faço este registro porque, daqui a 10 anos, alguém vai fazer pesquisa nesses debates e vai achar que, de repente, todos nós enlouquecemos. Talvez o tenhamos um pouco, mas não tanto.

Obrigado.



Sumário

Posicionamento favorável a intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. EZEQUIEL TEIXEIRA (PODE-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, queridos telespectadores, todos que estão ligados na Câmara neste momento histórico para o Brasil, especialmente para o Rio de Janeiro, eu quero parabenizar o Presidente Michel Temer e todos os companheiros da área de segurança que, iluminados, resolveram fazer essa bendita intervenção, que o povo já aguardava com ansiedade.

Chegamos a esse ponto por causa de anos e anos de governos corruptos no Estado do Rio de Janeiro.

Para mim, essa foi uma intervenção branda, muito branda. Não deveria haver uma intervenção simplesmente na área de segurança pública, deveria haver uma intervenção geral, para tirar todo aquele governo do Rio de Janeiro.

Há mais de 2 anos eu venho denunciando isto aqui na Câmara, os desmandos desse governo desgovernado que temos no Rio de Janeiro, que fez o bandido ficar solto e o cidadão de bem ficar preso neste momento. Os bandidos estão soltos, barbarizando, e os cidadãos estão presos.

Eu peço o apoio de todos os meus pares. Quero notificar que o aplicativo de consulta popular do nosso partido, o Podemos, aponta que 82% estão favoráveis a essa intervenção. Então, eu quero solicitar aos nossos pares, todos os nossos Deputados, que votem "sim". Vamos dar um basta nessa pouca vergonha! Vamos mudar a história de corrupção, a história de bandidagem!

Eu quero dizer mais: a intervenção no Rio de Janeiro deveria ocorrer também na saúde, na educação. Nós estamos vivendo um caos, a pior situação que já vivemos até hoje.

Que Deus tenha misericórdia do Rio de Janeiro! Que Deus tenha misericórdia do Brasil!

Vamos votar "sim"! Eu conclamo todos a votar "sim". Tenho certeza de que vamos dar uma resposta para a população do Rio de Janeiro, uma resposta que certamente vai amenizar o sofrimento dessa gente boa do

Rio de Janeiro.

Que Deus os abençoe! Que Deus abençoe o Rio! Que Deus abençoe o Brasil!

Documento 79/327

006.4.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 19/02/2018- CD	20:56
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 63	JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Críticas ao Governo Michel Temer. Contrariedade à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Colegas do Parlamento, esta é uma situação e um tema extremamente complexos. Na condição de Deputada pelo Rio de Janeiro, começo dizendo: que situação lamentável e a que ponto chegamos! Uma intervenção militar no nosso Estado!

Qual foi o argumento para isso? Preocupação com a vida das pessoas. Sinceramente, alguém aqui acredita que Temer está preocupado com a vida das pessoas? Alguém no Rio de Janeiro acredita que Temer está preocupado com a vida das pessoas? Alguém em comunidade popular pobre do Rio de Janeiro acredita nisso? Alguém do Brasil acredita nisso?

Este é um governante que jogou 14 milhões de mulheres e homens chefes de família no desemprego; que retirou direitos dos trabalhadores; que tirou dinheiro da saúde, à qual as pessoas recorrem para ter suas vidas salvas, mas estão morrendo por falta de assistência, de remédio e de condição de serem atendidas pelos profissionais de saúde; que retirou mais de 70% do dinheiro da assistência social, a partir da qual as pessoas pobres se beneficiam; que quer acabar com o curso noturno das universidades, que dá



possibilidade aos jovens trabalhadores de estudar.

Este é um governo que quer tirar a aposentadoria das pessoas mais pobres. Este é um governo que quer fazer com que as pensões das mulheres tenham um limite de dois salários mínimos. Este é um governo que quer tirar dinheiro da educação. Aliás, já tirou. Este é um governo que baixou de 6 bilhões de reais para 2 bilhões de reais o dinheiro da segurança pública deste País. Este é um governo que retira da juventude as oportunidades de futuro tanto na área de educação quanto na de cultura, que são políticas públicas de prevenção da violência.

Ora, no dia em que Temer assinou o decreto de intervenção federal, ele mostrou sua total falta de escrúpulos ao dizer: *"Quando o Congresso disser que pode votar a Previdência, eu suspendo a intervenção"*. Ele subordinou a vida das pessoas, com as quais não tem nenhum compromisso, à possibilidade de retirar a aposentadoria e dar satisfação aos bancos e ao capital. Essa intervenção é uma cartada política de grande risco para o povo e para este País.

Temer estava acuado na pauta da Previdência. Temer ouviu durante o carnaval inteiro um grito rotundo de "Fora, Temer!" por todo o País. Sem voto, para dizer aos bancos que não podia cumprir a reforma da Previdência, ele tenta mudar a agenda, a pauta deste País. Nessa tentativa de mudança, ele se utiliza do desespero e da fragilidade das pessoas do meu Estado, do Rio de Janeiro, botando a pauta na segurança pública.

No entanto, o Brasil já disse que tem a sua preocupação grande com o emprego, com a saúde, com a educação. E é óbvio que a violência desespera! É óbvio que a violência é uma preocupação! Mas nós sabemos que essa intervenção feita não resolve a violência nem emergencialmente nem em médio prazo.

Os senhores e as senhoras sabem que o comando do tráfico de drogas não está nas favelas. Quando pegam, matam ou prendem alguém de uma facção, rapidamente outra pessoa assume a hierarquia. O grande comandante está nas áreas ricas e abastadas das cidades.

O crime organizado precisa do agente público. E seus comandantes seriam facilmente encontrados, se a inteligência e a investigação funcionassem, se a Receita Federal e o Banco Central identificassem e tivessem prioridade em identificar a lavagem de dinheiro. Infelizmente, essa não é uma prioridade! Aí sim pegaríamos o grande comando do mercado ilegal de drogas e armas. Aí sim nós acabaríamos com o crime organizando e enfrentaríamos o mercado clandestino de armas e drogas.



Os confrontos que são feitos enxugam gelo. As Forças Armadas estão sendo desviadas da sua função de defesa nacional. E aqui está o depoimento do Comandante do Exército na audiência pública, em que ele disse: *"É desgastante, perigoso e inócuo. Lá na Favela da Maré, ficamos 14 meses. Uma semana depois que saímos, tudo havia voltado ao que era antes. Temos que repensar esse modelo de emprego, que é desgastante, perigoso e inócuo"*.

E o Sr. Ministro da Defesa, Raul Jungmann, disse: *"Há uma banalização do uso das Forças Armadas"*. Essas são as falas do Ministro da Defesa e do Comandante do Exército.

Essa guerra às drogas tem levado a uma guerra contra os pobres. Na mira das armas, estão os pretos e pobres das favelas. Nessa mira, estão as crianças que morrem de bala perdida, as mulheres que choram os seus filhos todos os dias.

As Forças Armadas vão colocar lá soldados que não conhecem o território, que também morrerão. E estarão autorizados a violar os direitos e garantias constitucionais do povo. Hoje, Temer pediu mandados de busca e apreensão coletivos para entrar na casa de qualquer um - não só dos bandidos, mas do povo trabalhador do meu Estado, da minha cidade.

Foram gastos, na Maré, 600 milhões de reais. Qual foi o resultado, Deputado José Guimarães? Eu lhe agradeço o tempo e sei que falo em concordância com a sua opinião. Qual foi o dado, com transparência, revelado ao povo? Nenhum dado foi divulgado dessa GLO - Garantia da Lei e da Ordem, na Favela da Maré.

Com o discurso da lei e da ordem, Michel Temer tenta angariar popularidade nas eleições e colocar um candidato à direita para tentar viabilizar o seu projeto político de poder; tenta viabilizar a manutenção do golpe do *impeachment*; tenta viabilizar a sua manutenção e a sua agenda de entrega do País e de retirada de direitos. Agora, se ele não conseguir se viabilizar ao militarizar a segurança pública neste País, nós teremos um risco enorme à democracia brasileira. Poderemos não ter eleições.

E quem disse aos senhores e senhores que, ao arbítrio, ao arrepio da Constituição, como esse decreto foi feito, ele não poderá intervir em qualquer Estado? Essa intervenção poderá ser estendida a qualquer Estado da Federação.

Sinceramente, nós aqui não podemos gerar ilusões e enganar o povo. Essa intervenção é uma jogada política, não é preocupação com a vida do povo do meu Estado nem do povo brasileiro. Essa intervenção não terá eficácia, é uma sensação psicológica inicial de bem-estar, mas o

povo sabe que não resolve.

Nós precisamos ter coerência e coragem de votar pela democracia, em defesa da vida das pessoas. Há propostas sim de curtíssimo prazo, porque a vida não espera. As pessoas se desesperam, porque querem eficiência. A mídia, a *TV Globo* preparou essa intervenção, articulou-se com o Temer por essa intervenção. E eles obrigaram aquele Governador inepto, covarde, para não perder o cargo, a fazer o discurso de que perdeu o controle.

Com esse discurso, justifica-se uma intervenção militar e inconstitucional, dando a característica de cargo militar, que só presta contas ao Presidente. Não presta contas ao Ministro Jungmann, que estava aqui, nem ao Comandante do Exército, nem a ninguém. É uma intervenção arbitrária, uma intervenção inconstitucional, uma intervenção que pode gerar a militarização da segurança pública neste País, que pode se estender a oito, nove, dez Estados.

Vamos parar de enganar o povo. Com isso, não se está preocupado com a defesa da vida de ninguém. Precisamos ter ousadia e coragem política de votar mesmo contra as pesquisas de opinião, mas em defesa real da vida e da democracia neste País. (*Palmas.*)

Documento 80/327

006.4.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 19/02/2018- CD	21:08
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 65	ALEX MANENTE-PPS -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Apoio do PPS à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. ALEX MANENTE (PPS-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente, Deputadas, Deputados, todos que nos acompanham nesta importante noite, que marca um momento



significativo do nosso País, vivemos talvez a maior sensação de violência dos últimos tempos. A população anda com medo, as crianças não conseguem circular adequadamente, várias pessoas inocentes perdem a vida, famílias são ceifadas por conta da violência. Este momento marca um novo tempo.

Tenho certeza de que o nosso partido, que foi o primeiro a se posicionar favoravelmente à intervenção federal, mais uma vez entende a importância dessa medida que será tomada. Não se trata apenas de colocar tropas na rua, como muitos dizem, trata-se também de fazer uma reestruturação que acreditamos ser necessária neste momento, para estabelecermos um novo modelo de segurança pública. Com ele verificaremos questões que envolvem a relação intrigante do poder público, da polícia e de outros atores com a criminalidade que hoje marca o Rio de Janeiro, num momento triste do nosso País.

Eu tenho convicção de que a intervenção marcará algo que poderemos observar num futuro próximo para buscarmos um novo modelo de segurança para o nosso País. O modelo de segurança pública que estamos observando, infelizmente, em vários Estados, não apenas no Rio de Janeiro, vive uma situação crítica. Há uma sensação de insegurança, a violência é crescente, e existe uma relação promíscua entre vários setores.

É necessário que a intervenção sirva para dar segurança à população nas ruas, mas é necessário também que essa intervenção sirva para verificarmos a estruturação que existe; para termos inteligência para valer; para combatermos o crime organizado; para combatermos o tráfico, que arruína milhares de famílias e, infelizmente, provoca toda essa onda de criminalidade.

Nosso partido, que desde o primeiro momento marcou posição a favor da intervenção federal na área da segurança pública - não se trata de intervenção militar -, vai votar favoravelmente à matéria e elogia a postura audaciosa do Presidente de editar, neste momento, esse decreto de intervenção.

O PPS se posiciona favoravelmente à intervenção e acredita que seja necessária neste momento. Ela é um remédio amargo, mas eu tenho certeza de que poderá marcar este novo tempo. Não é o que queríamos, se a situação estivesse boa, mas é o que temos para minimizar os danos que a população vem sofrendo.

006.4.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 19/02/2018- CD	21:08
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 66	AROLDE DE OLIVEIRA-PSC -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Apoio à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSC-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, inicialmente, eu agradeço ao meu Líder do PSC, o Deputado Professor Victório Galli, que desde o início apoia a intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro, por me abrir espaço como Parlamentar do Estado para fazer este pronunciamento.

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, independentemente das motivações reais e alegadas para que essa intervenção fosse feita, ela veio atrasada - deveria ter sido feita há muito tempo.

Eu mesmo, inúmeras vezes, assomei a esta tribuna ou usei os microfones de aparte pedindo a V.Exa., Presidente Rodrigo Maia, que nós fizéssemos uma intervenção constitucional, dentro do Estado de Direito, como a que está ocorrendo no Rio de Janeiro, para colocar um fim a essa situação de morte de policiais, de morte de inocentes e de confrontos absurdos, atribuída ao crime organizado, ao tráfico de armas e ao tráfico de drogas. Agora estamos tendo essa oportunidade.

Enganam-se aqueles que pensam que as Forças Armadas, particularmente o Exército Brasileiro, vão se prestar à manipulação, ao espetáculo midiático. Não se iludam! O Comando Militar do Leste é a maior tropa organizada no Brasil, e o seu Comandante sabe o que vai fazer e não vai se prestar a ser brinquedo de imprensa, da Oposição, de quem quer que seja. Nós teremos a oportunidade ímpar de criar um modelo para ser aplicado em todo o Brasil, porque, como pesquisas têm demonstrado, não é só o Estado do Rio de Janeiro que está nessa situação de total insegurança, em que a população está abandonada, sitiada, jogada à sanha da bandidagem.

Portanto, Sr. Presidente, colegas Parlamentares, precisamos dar todo o apoio que for necessário para que as Forças Armadas consigam cumprir a sua missão. Precisamos dar apoio orçamentário. E o apoio

do Judiciário vai ser fundamental.

Uma questão que não sabemos exatamente como vai ficar é a do poder de polícia. Não se iludam! Haverá confrontos, e, nesses confrontos, nós teremos crises de interpretação de leis. E é o Poder Judiciário que tem de estar apoiando essas ações do Exército.

Nós queremos um Brasil ordeiro, um Brasil que esteja de acordo com toda a questão do Estado de Direito. Nós queremos verdadeiramente liberdades individual e coletiva e direito de ir e vir, e é isso o que nós, a partir do Rio de Janeiro, estamos tendo oportunidade de levar à nossa população. Ordem, Sr. Presidente. Progresso, Sr. Presidente. Um Brasil...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 82/327

006.4.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 19/02/2018- CD	21:12
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 75	ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO	

Sumário

Contrariedade à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro. Saudações aos participantes em protestos contra a proposta de reforma previdenciária. Despedida da oradora do cargo de Líder do PCdoB na Casa. Assunção do posto pelo Deputado Orlando Silva.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos hoje numa noite inusitada. Depois da promulgação da Constituição de 1988, é a primeira vez que se recorre à intervenção federal para sanar um determinado problema no Brasil. Pela Constituição, essa intervenção não seria necessariamente militar, mas ela veio com viés militar. E veio através de que tipo de circunstância?

O Governo ilegítimo do Sr. Michel Temer não tinha votos para aprovar



a reforma da Previdência. Aliás, quero saudar os milhões de brasileiros, trabalhadores e trabalhadoras, que hoje se manifestaram indo às ruas ou colocando um sinal de luto e de protesto contra aquele famigerado e cruel texto da reforma da Previdência que foi derrotado. A reforma da Previdência morre pela inépcia e pela falta de votos da base do Governo ilegítimo do Sr. Temer! E uma cortina de fumaça ergue-se para tentar fazer com que a fragilidade do poder civil seja substituída pela prestigiosa imagem das Forças Armadas brasileiras. Para nós, isso é muito sério, porque a cortina de fumaça que se ergue é de uma fumaça tóxica, é de uma fumaça que poderá generalizar intervenções militares Brasil afora e macular o tecido democrático já fragilizado no Brasil.

Por isso, o PCdoB votará contra esse decreto, que é eivado de vícios, é politizado, não tem definido o que será realizado. E começam a aparecer medidas tangentes, como esta que não pode ocorrer: mandado de busca e apreensão coletiva, que é o prenúncio do ferimento de direitos humanos e da possibilidade do ferimento democrático.

Encerro, assim, dizendo que hoje entregarei a Liderança no rodízio normal anual que o PCdoB realiza, um rodízio que fazemos, inclusive, para expor os nossos Deputados e Deputadas às suas competências, à sua ação, à sua capacidade de liderar.

Agradeço a todos e todas. Abraço o Colégio de Líderes, que nos recepcionou; a Minoria, que nos incorporou ao Deputado José Guimarães nas decisões estratégicas da Oposição, que resistiu bravamente à entrega do Brasil. Semanalmente uma fatia do Brasil é entregue ao capital estrangeiro.

Anuncio que o nosso Líder será o ex-Ministro Orlando Silva, Ministro esse que nos honrou nos Governos de Lula e Dilma, Ministro esse que teve papel determinante na expansão da política de esportes do Brasil, que trouxe a Copa do Mundo e as Olimpíadas e que é um camarada de grande respeito interno, no PCdoB, e externo.

E, para mais do respeito, eu que o vi líder estudantil tenho por ele um afeto especial e uma confiança de que continuará liderando aqui, e daqui, a bancada do PCdoB, para que continue dialogando com a população brasileira em torno das teses da democracia, tão atingida neste momento.

Neste minuto final, quero chamar o Deputado Orlando Silva a vir a esta tribuna para finalizar aquilo que fará durante este ano na liderança da bancada do PCdoB na Câmara dos Deputados.

Um forte abraço e muito obrigada a todas e a todos. *(Palmas.)*

Documento 83/327

006.4.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 19/02/2018- CD	21:12
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 76	- ORLANDO SILVA-PCDOB -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO	

Sumário

Assunção pelo orador do cargo de Líder do PCdoB na Casa. Contrariedade do partido à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Agradeço à Deputada Alice Portugal.

Presidente Rodrigo Maia, peço a V.Exa. 1 minuto para agradecer a liderança da nossa querida Deputada Alice Portugal, que representou dignamente a nossa bancada, assim como os Deputados Daniel Almeida e Jandira Feghali, nesta Legislatura. Aliás, a minha presença garante paridade entre Deputados e Deputadas na direção da bancada, como é a nossa bancada.

Eu gostaria, num dia como este, de celebrar apenas a assunção à condição de Líder, mas devo dizer que assumo para reafirmar o compromisso de combatividade da bancada do PCdoB no dia em que, infelizmente, este Parlamento se verá obrigado a votar uma matéria polêmica, uma matéria controversa.

Há uma frase famosa que diz que, para problemas complexos, há sempre soluções simples e erradas. É o que se passa com a proposta apresentada pelo Governo Michel Temer. O regime militar, quando fez intervenção em Estados; o regime autoritário, quando fez intervenção em Estados, se deu ao trabalho de elaborar uma exposição de motivos. Aqui chegou um decreto de uma página, sem nenhum fundamento. Por quê? Porque não há fundamento na proposta apresentada pelo Governo.

Mas a bancada do PCdoB vai lutar para impedir que esse decreto seja aprovado na noite de hoje, para defender o direito à proteção e à segurança da população do Rio de Janeiro, mas com medidas estruturantes, não com factoides, como o que foi proposto pelo Governo Temer.

Agradeço a compreensão de todos. (Palmas.)

Documento 84/327

006.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 19/02/2018-21:12
Publ.: DCD 2/20/2018 - 76	RODRIGO MAIA (PRESIDENTE)-DEM -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	FALA DO PRESIDENTE OU NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA FALA DO PRESIDENTE

Sumário

Natureza constitucional e democrática da intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro. Confiança nos resultados positivos da medida para redução da criminalidade. Conclamação aos Deputados para apreciação do decreto presidencial sobre o tema.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Agradeço à Deputada Alice Portugal a nossa ótima relação ao longo do ano passado.

Eu peço a atenção dos nobres Deputados e Deputadas, pois vou fazer um breve pronunciamento, que acho que, na noite de hoje, é bastante importante.

Desde a redemocratização do Brasil, marcada pela promulgação da Constituição de 1988, é a primeira vez que o Executivo Federal decide intervir num Estado, numa Unidade da Federação - no caso, o Rio de Janeiro.

Mais forte do que isso, pela segunda vez na história da República, o Governo intervém num Estado federado em plena vigência das liberdades democráticas e submete o seu ato ao rito constitucional disposto na Carta de 1988. Estamos seguindo a Constituição democrática de 1988.

Por isso, Câmara e Senado têm de votar o decreto de intervenção, aprovando-o ou suspendendo-o, como estabelece o art. 49, inciso IV, da Constituição Federal.

Somos chamados a superar diferenças ideológicas, conceitos diversos de gestão da máquina pública, para mostrar união contra um inimigo comum a todos os homens e mulheres de bem, um inimigo comum a

todos que têm espírito público: o crime organizado.

Estamos numa guerra contra o crime. A nossa arma é a Constituição e a nossa missão é defender a democracia, dando ao Estado os poderes excepcionais previstos na Constituição para assegurar a manutenção da ordem e do Estado Democrático de Direito.

As Forças Armadas, a Força Nacional, a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal estão sendo convocadas pelo Presidente da República, que é o seu comandante, para uma missão fundamental na defesa da democracia: combater e vencer o crime organizado.

Não se trata de intervenção militar - longe disso -, vamos votar aqui um decreto de intervenção do Governo Federal no Estado do Rio de Janeiro. Diga-se, de forma clara e direta: se fosse uma intervenção militar, esta Casa - com toda a razão e com todo o meu apoio e energia - a derrotaria.

Estamos nos preparando para votar um decreto de intervenção constitucional e democrática em um dos entes da Federação da nossa República. Isto está previsto no art. 84 da nossa Constituição.

Infelizmente, essa intervenção torna-se urgente e necessária...

O SR. GLAUBER BRAGA - Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - ...porque o poder estadual exauriu sua capacidade para impor autoridade. É necessário asseverar isso: o Governo do Rio de Janeiro sucumbiu à desordem. Torna-se urgente e inadiável fazer prevalecer a ordem, levar de volta a paz de espírito às ruas do Rio de Janeiro e de todo o País também.

A intervenção fará a máquina do Estado convergir todo o seu poder e todos os seus instrumentos para a vitória contra o crime, contra os criminosos, contra os bandidos. A intervenção é um instrumento constitucional, é dispositivo do livro basilar das democracias: a Constituição.

A democracia é o poder do povo para o povo. Quando esse poder exercido pelo Estado é sequestrado, é roubado, é espoliado pelo crime organizado, só resta a esse mesmo Estado reagir usando as suas ferramentas, as armas que a Constituição nos dá para combater os bandidos. A intervenção é, nesse momento, a maior das ferramentas.

O art. 49, inciso IV, da Constituição diz expressamente que cabe ao Congresso Nacional, por meio de votações em maioria simples, na Câmara e no Senado, aprovar ou suspender a intervenção já decretada



pelo Chefe do Poder Executivo. O texto constitucional é claro quando fala em suspensão do decreto. A eventual rejeição do ato presidencial o suspenderia - e ele já produz efeitos desde a sua publicação.

Ou aprovamos ou rejeitamos o decreto presidencial. Não cabe, portanto, a esta Casa eventuais emendas modificativas - é o que diz a nossa Constituição.

Não é razoável imaginar que o Rio consiga superar sozinho a exaustão da autoridade e a falência da gestão. É por isso que a intervenção federal se impõe. E é por isso que os três Poderes da República, cada um deles cumprindo seu papel constitucional, com a independência e a harmonia previstas na Carta Magna - e, sobretudo, ouvindo o apelo da sociedade -, agem firme e decisivamente para dizer aos criminosos e aos bandidos:

Basta! Basta de assistir a famílias destroçadas por tragédias! Basta de nos chocarmos com a imensurável dor de pais e mães que perdem seus filhos e filhas brutalmente assassinados, em alguns casos cidadãos ou cidadãs, crianças mortas dentro de suas próprias casas por balas perdidas, vítimas inocentes tragadas pela criminalidade e transformadas em estatísticas. Basta de ver as nossas metrópoles como cidades partidas e medievais, onde muralhas e aparatos sofisticados de segurança são necessários e até indispensáveis para garantir ao cidadão o simples direito de andar nas ruas. Basta!

Conheço esta Casa. Sei que neste grave momento ela não faltará à sua responsabilidade. O nosso papel não é apenas cancelar a intervenção no Rio, onde ela se impõe agora e já, mas é também o de deixar claro que o Estado brasileiro e nós, o Congresso Nacional, não seremos omissos onde e quando o crime organizado seguir ameaçando a autoridade do Estado. Afinal, cabe ao Estado - e só a ele - o uso coercitivo da força para manter a lei e a ordem.

Ao colocar aqui, como Presidente da Câmara e como Deputado do Rio de Janeiro, a minha posição, faço-o com todo o respeito a cada partido político, a cada um dos Parlamentares, a cada grupo ideológico representado neste Plenário. E este Plenário é a representação do conjunto da sociedade brasileira.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, o Governo Federal assegura ter realizado extensos estudos sobre todos os passos dessa intervenção. Ela é um caminho árido, é uma estrada na qual todas as forças do Estado, sob o comando do Presidente da República, só têm uma saída: vencer - vencer o crime organizado, vencer sem recuo. Estou certo de que o Poder Executivo sabe bem disso.

Esta Casa acompanhará, avaliará e fiscalizará todos os atos dessa

intervenção, que seguramente não encontrará limites nem orçamentários, nem burocráticos ou de qualquer ordem para assegurar a vitória do Estado e da sociedade sobre a bandidagem, sobre os criminosos, que a todos ameaçam. O crime não pode vencer. Os criminosos têm que ser derrotados.

Há uma frase de Winston Churchill que diz: *"Na guerra é inútil dizer que vamos fazer o possível. Precisamos fazer tudo o que for necessário."*

Convoco cada um dos presentes a debater e deliberar o decreto presidencial da intervenção no Estado do Rio de Janeiro. Este é o papel necessário que nos cabe agora.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Documento 85/327

006.4.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 19/02/2018- CD	21:12
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 79	JOSÉ GUIMARÃES-PT -CE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA		PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Solicitação ao Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, de retirada de artigo do decreto presidencial com a expressão "natureza militar".

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós participamos de uma reunião - eu quero chamar a atenção do Plenário - com V.Exa., cinco partidos, há pouco tempo.

E, nessa reunião, nós fizemos várias ponderações de natureza técnica e política. A reunião foi boa, mas não chegamos a nenhum acordo sobre a tramitação dessa matéria.

No entanto, há uma questão a que V.Exa. respondeu na hora, mas não importa... Eu sei da posição pessoal de V.Exa., mas o que nós vamos votar vai ficar registrado nos Anais desta Casa e vai ficar registrado neste Plenário Ulysses Guimarães.

Lamentavelmente - e eu sei que V.Exa. não concorda -, o decreto

presidencial diz:

Art. 2º

Parágrafo único. O cargo de Interventor é de natureza militar.

Eu sei a opinião de V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Eu já expliquei isso.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES - Não é correto o Governo querer, nesse decreto, nesse parágrafo único, resolver o problema de um militar que iria para a reserva.

Esta Casa não pode se submeter a isso. É um erro histórico nós estarmos dizendo que essa é uma intervenção militar. Está aqui no parágrafo único que é intervenção militar.

Eu sei da posição de V.Exa., mas isso não é correto, porque essa vai ficar, Presidente, registrada nos Anais desta Casa como sendo uma intervenção militar.

Eu ouvi isso hoje do Presidente da República na reunião do Conselho da República.

Portanto, eu queria solicitar a V.Exa. que esse artigo fosse retirado, em nome da democracia e em nome deste Parlamento, até porque isso é inconstitucional.

Documento 86/327

006.4.55.O Sessão Deliberativa Extraordinária - 19/02/2018-
CD 21:12

Publ.: DCD - 2/20/2018 - NILSON LEITÃO-PSDB -MT
81

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Apoio do PSDB à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB-MT. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, esta é uma noite que este Parlamento não viveu nas últimas legislaturas. Mas é



bom lembrar que a pior atitude é não ter atitude. Essa é a pior delas. A intervenção é medida, sem dúvida nenhuma, excepcional; uma medida dura, mas necessária, na nossa modesta opinião, para a situação dramática da segurança do Rio de Janeiro, admitida pelo próprio Governador e, claro, argumentada por colegas de outros Estados que também têm um índice de violência, de homicídios graves, talvez com números até acima dos do Rio de Janeiro. O caso do Rio é realmente um caso que podemos colocar como diferente.

Eu lembro bem quando saiu a notícia da intervenção e conversei com o Deputado Otavio Leite, ainda surpreso com a notícia, tentando entender qual seria a consequência disso. Eu imagino como está a cabeça de todos os Parlamentares cariocas, aqueles favoráveis e aqueles contrários; aqueles que talvez ainda insistam em buscar outro caminho para essa solução.

Mas não se pode negar, não apenas pelas notícias que ouvimos e vimos pela imprensa, que as pessoas saem para trabalhar e não sabem se voltam para casa; que os pais deixam os filhos na escola com medo de eles serem alvos de uma bala perdida - isso não é mais suposição, há exemplos, casos -; que as famílias dos policiais vivem a angústia de que eles poderão ser as próximas vítimas.

Nós temos na intervenção uma medida de proteção à sociedade. Alguns levantaram a hipótese de essa ser uma atitude ou uma intervenção eleitoral. Eu não estou aqui para advogar para o Presidente Michel Temer, mas vou advogar para o Estado brasileiro. Não faço homenagem apenas ao Ministro Raul Jungmann, que, com certeza, não tomou essa decisão sem antes ter feito um estudo profundo da situação do Rio de Janeiro. O Ministro Raul Jungmann é pernambucano. Em seu Estado, também há um índice altíssimo de homicídios violentos. Mas esse também não é o mesmo caso. A população do Rio espera que a intervenção tenha resultados efetivos e também cobra ações permanentes no combate às causas.

O que é importante lembrar, Ministro Raul Jungmann - e tenho convicção de que isso já se iniciou de forma mais efetiva -, é o combate ao tráfico das nossas fronteiras. O Rio não é causa; o Rio é consequência. A causa, sem dúvida nenhuma, está nas nossas fronteiras. Eu moro em um Estado onde a fronteira seca é imensa. Ainda recebemos o tráfico em todo tipo de veículo, às vezes, em bicicleta, em charrete, até em mochila. Ainda estamos devendo algo para essa fronteira. Mas esse também não pode ser o argumento para que não haja intervenção no Rio de Janeiro.

Nós sabemos que melhorar a gestão do setor e fazer investimento em área de inteligência é muito necessário. Nós sabemos que os Estados brasileiros também precisam ter como prioridade a segurança pública e



o combate ao crime organizado. Isso é tão claro que os Estados que de fato investiram tiveram resultados melhores. Não quero aqui fazer comparativos, mas quero, sim, fazer referência ao Estado de São Paulo, onde o índice de violência caiu de forma vertiginosa.

Hoje, nós temos, para cada 100 mil habitantes, menos de 9 homicídios. Já foram 35 homicídios. O número caiu muito. Outros Estados talvez não tenham feito o dever de casa. Nem por isso, podemos tratar todos de forma igual.

O caso do Rio de Janeiro, sem dúvida nenhuma, é um caso que precisava de uma atitude. Não dava mais para assistir a uma caixa de ressonância como aquela, verbalizada e reverbalizada nacional e internacionalmente, colocando o Brasil como um país que não tem segurança nenhuma.

Eu não sei qual será, de fato, o resultado. Mas tenho certeza de que, sem essa atitude, não haveria resultado nenhum. Nós somos representantes do povo, e, nessa condição, temos o dever de ouvir os apelos da população e aprovar o decreto.

O povo do Rio de Janeiro é o povo brasileiro. O povo do Rio de Janeiro precisa ter, de fato, a sensação de segurança. Não pode mais ter escola ilhada. Não pode mais ter comunidades ilhadas. Nós não podemos viver nesse regime de exceção.

A pergunta que faço para os partidos que vão votar contra o decreto: como vocês votariam contra a família de vocês se estivessem vivendo o que está vivendo o Rio de Janeiro?

Desacreditar da força do Exército brasileiro, das Forças Armadas do Brasil? Duvidar disso? Como? Ela serviu a todos os Governos, e serviu bem inclusive ao PT.

As Forças Armadas têm que ter, sim, o nosso respeito. Como colocar em xeque, colocar em dúvida, a competência das nossas Forças Armadas? O que se tem que colocar agora é aquilo que o próprio Governador do Rio de Janeiro colocou: o Rio não tem mais capacidade de comandar a segurança pública do Rio de Janeiro. O Exército brasileiro vai comandar, e vai comandar com muito mais segurança. Vai comandar dando, sim, segurança ao povo do Rio.

Não era isso o que nós queríamos. Não era aonde queríamos chegar. Mas chegamos. Eu acredito que será o melhor. Por isso, o PSDB vai encaminhar o voto "sim" ao decreto.

006.4.55.O Sessão Deliberativa 19/02/2018-21:12
Extraordinária - CD

Publ.: DCD - RODRIGO MAIA (PRESIDENTE)-DEM -RJ
2/20/2018 - 82

CÂMARA DOS DEPUTADOS DOS ORDEM DO DIA FALA DO PRESIDENTE OU NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA
FALA DO PRESIDENTE

Sumário

Informação ao Plenário sobre os procedimentos para a apreciação do decreto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Eu quero apenas informar à Oposição - já conversei com o Deputado José Guimarães - que nós não estamos querendo votar de forma acelerada, não. Vamos fazer o debate. Vão ser mais do que três oradores de um lado e do outro. Não há problema nenhum. É só para todo mundo ficar tranquilo. Não se preocupem com o *kit* obstrução, porque temos ainda 1 hora e meia, 2 horas e meia de sessão. E, depois das 11 horas, nós votamos com tranquilidade, para ninguém falar que não participou e que não houve debate. É só para ficar todo mundo tranquilo. Hoje, vai haver só essa pauta. E, com muita tranquilidade, nós vamos votar.

006.4.55.O Sessão Deliberativa Extraordinária - 19/02/2018-
CD 21:12

Publ.: DCD - 2/20/2018 - PAULO PIMENTA-PT -RS
82

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Contrariedade do PT à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. PAULO PIMENTA (PT-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, a bancada do Partido dos Trabalhadores tem muito claro que, hoje, um dos grandes desafios do nosso País é o enfrentamento do crime organizado, do tráfico de drogas, do tráfico de armas.

Sabemos também que em vários Estados da Federação, neste último



período - inclusive pela ausência de políticas do Governo Federal, do controle das fronteiras, de ações integradas com os Estados -, esses indicadores de violência e criminalidade têm exigido respostas das autoridades.

Para os senhores e as senhoras terem uma ideia, em 27 de outubro, todos os Governadores do País estiveram reunidos com os Ministros Sergio Etchegoyen, Torquato Jardim, Raul Jungmann e Aloysio Nunes. Foi lançado um documento chamado *Carta do Acre*, no qual o Governo Federal se comprometeu a adotar uma série de medidas. Nenhuma - nenhuma, repito - delas saiu do papel. Nada daquilo a que o Governo Federal se comprometeu com os Estados saiu do papel.

Existe, desde julho do ano passado, um decreto que permite o uso das Forças Armadas no Rio de Janeiro. Esse decreto foi prorrogado em janeiro. Algum dos senhores ou senhoras conhece algum relatório de quanto foi gasto, onde foi investido, quais indicadores diminuíram?

Senhoras e senhores, o Exército ficou 14 meses na Maré e gastou 600 milhões de reais. Isso não reduziu nenhum indicador de criminalidade ou violência no Rio de Janeiro. O Comandante-Geral do Exército veio a esta Casa e disse: "*Não é tarefa do Exército!*"

Qualquer pessoa com o mínimo de informação sabe que para combater o crime organizado é necessário inteligência, investigação, trabalho profissional. Não há, no mundo, nenhuma experiência bem-sucedida da utilização das Forças Armadas para combater o crime organizado. As experiências recentes da América do Sul e da América Central, no Peru e no México, foram desastrosas.

Este é um Governo falido, este é um Governo derrotado, este é um Governo rejeitado por 97% da população brasileira e que teria que chegar hoje aqui e anunciar que não tem os votos para destruir a previdência pública no Brasil. É um Governo irresponsável, que, num gesto politiquês, sem planejamento, joga com o sentimento justo e necessário da população, que quer ter mais segurança. É um Governo que não tem, Sr. Presidente, nenhum interesse em enfrentar efetivamente os graves problemas da segurança pública no Brasil.

Senhores e senhoras, o Estado do Rio de Janeiro é o 10º Estado do Brasil nos indicadores de mortes violentas para cada grupo de 100 mil habitantes. No indicador internacional da violência, a cidade do Rio de Janeiro está no 20º lugar. Por que a intervenção no Rio de Janeiro? Pela repercussão política? Pelo interesse eleitoral? Porque lá está a Rede Globo?

Ora, senhores e senhoras, qualquer pessoa que tenha o mínimo de bom senso sabe que este Governo, neste momento, está em busca de



muitas coisas, mas, com certeza, nenhuma delas é a preocupação com a vida do cidadão e da cidadã do Rio de Janeiro.

Meus amigos e minhas amigas, o Governo diz que vai fazer uma intervenção, mas, se tiver os votos para votar a reforma da Previdência, pode suspendê-la a qualquer momento.

Queremos dizer que temos o maior respeito pelo trabalho das Forças Armadas; que muitas vezes usamos essa parceria com o Exército nos nossos governos, nos grandes eventos, como Olimpíadas, Pan-americano e Copa do Mundo, mas lembramos que o General foi avisado da intervenção 5 horas antes da coletiva. Isso prova que não havia nenhum planejamento!

Esse tema é muito sério. O povo brasileiro não pode ser submetido a uma situação como essa. As Forças Armadas merecem todo o nosso respeito, mas convenhamos: os senhores acham mesmo sério que um Governo cujo Presidente, Michel Temer, há poucos meses foi acusado pelo Ministério Público Federal de ser o chefe de uma perigosa organização criminosa e cujos Ministros Moreira Franco e Eliseu Padilha só não estão na cadeia porque este Congresso não permitiu que eles fossem afastados pode coordenar alguma ação de combate ao crime organizado no País? Ninguém acredita nisso! Todos sabem que é uma aventura em busca de um candidato, porque o golpe não tem representante.

Ouvimos agora a ideia de que o Governo quer negociar com a Justiça mandados de busca e apreensão coletivos. Os senhores sabem o que significa isso? As senhoras sabem o que significa uma autorização judicial para que a polícia possa, botando o pé na porta, entrar em todas as casas de trabalhadoras e trabalhadores, com jovens e crianças, num bairro, numa vila da periferia de qualquer cidade, de dia ou de noite? E para defender o quê? E aqueles grandes donos de helicópteros, que transportam 450 quilos de pasta base de cocaína, que sequer foram investigados; e aqueles que atuam nos grandes esquemas de corrupção dos palácios, dos bairros nobres vão receber esse tratamento? Contra eles haverá mandados de segurança coletivos? (*Palmas.*)

Senhoras e senhores, se juntarmos todas aquelas imagens que a Rede Globo mostrou durante o carnaval, veremos que não somam 10% do que foi encontrado no apartamento do Geddel. Enchem a boca para dizer que é preciso combater os vagabundos, os criminosos, mas montam uma *mise-en-scène* para se dirigir a Eduardo Cunha, a Geddel e a tantos outros, verdadeiros criminosos que saquearam o dinheiro deste País, que falta para a saúde, que falta para a assistência social, que falta para as políticas de inclusão, para gerar empregos, para atender a uma juventude que hoje sofre com a falta de perspectivas de

um Governo que está destruindo a nossa soberania e a esperança do povo brasileiro de ter uma vida melhor.

Todo governo fracassado tenta inventar uma guerra, num gesto de desespero. Vejam o que aconteceu com a Argentina, quanto do ditador Galtieri, já no final de sua carreira, levou o povo a assistir a uma mortandade de milhares de jovens em uma aventura na busca de popularidade.

Estamos aqui diante de um fato histórico. Nós seremos cobrados ao longo do tempo, porque essa é uma porta que se está abrindo e não se sabe como será fechada. Pode ser o início de um processo acelerado de constituição de um Estado de exceção, de um Estado policial sem controle, senhoras e senhores.

Este Parlamento tem o dever constitucional de dizer "não". E a bancada do Partido dos Trabalhadores votará "não" nesta Casa, esta noite. *(Palmas.)*

Muito obrigado.

Documento 89/327

006.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 19/02/2018-21:12	
Publ.: DCD 2/20/2018 - 85	GLAUBER BRAGA-PSOL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO	DE

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de votação nominal do requerimento de retirada de pauta da Mensagem nº 80, de 2018, sobre decreto de intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos aqueles que acompanham a sessão neste momento, palavras do Comandante do Exército, o General Villas Bôas: "*desgastante, perigosa e inócua*". Esses foram os termos empregados sobre a utilização do Exército em atividades de segurança.

Em audiência no Congresso Nacional, no Senado, o General Villas

Boas disse, referindo-se à Maré:

E eu, periodicamente, ia até lá e acompanhava o nosso pessoal, as nossas patrulhas na rua, e um dia me dei conta (...). Os nossos soldados atentos, preocupados - são vielas -, armados. E passando crianças, senhoras, eu pensei: Estamos aqui apontando arma para a população brasileira.

Essas são as palavras do Comandante do Exército.

É uma irresponsabilidade a aprovação desse decreto. As Forças Armadas têm um papel fundamental na defesa da soberania brasileira. Fazer com que esse decreto seja aprovado sem uma ampla discussão com a sociedade brasileira é simplesmente fazer o jogo com aqueles que são uma quadrilha articulada em crime organizado, comandada pelo Sr. Michel Temer.

Eu pergunto aos Parlamentares do Rio de Janeiro que se deslocaram até os microfones se esta mesma definição que os senhores têm para crime organizado se refere àqueles que compuseram e compõem o Governo do Estado do Rio, sendo base de apoio, primeiro, do Sr. Sérgio Cabral e, depois, do Sr. Pezão e do Sr. Michel Temer.

Santa hipocrisia!

Foram utilizados 600 milhões na Maré. Repito: 600 milhões! Quanto será utilizado agora, nessa operação para desfocar - é a famosa doutrina do choque - e o Governo conseguir diminuir as resistências para implementar o seu programa econômico?

Senhoras e senhores, não tentem enganar a população do Rio de Janeiro! Não tentem enganar a população brasileira!

Nós votaremos "não" a esse decreto. *(Palmas.)*

Documento 90/327

006.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-21:12
Publ.: DCD 2/20/2018 - 86	- CABO DACIOLO-AVANTE -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO	DE

Sumário



Encaminhamento da votação do requerimento de votação nominal do requerimento de retirada de pauta da Mensagem nº 80, de 2018, sobre decreto de intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. CABO DACIOLO (Bloco/AVANTE-RJ. Sem revisão do orador.) - Glória a Deus! Glória a Deus!

No dia 12 de maio de 2016 foi protocolado o pedido de intervenção federal no Rio de Janeiro.

Deputado Pedro Paulo, eu sempre acreditei que isso ocorreria, e hoje nós estamos vivendo este momento.

No entanto, esta intervenção está incompleta, porque o problema do Rio de Janeiro não está apenas na segurança: está na saúde, na educação, no transporte. O problema do Rio de Janeiro é a quadrilha dos engravatados que está instaurada no nosso Estado. Tem que ser presa a quadrilha por completo. Cabral está preso, mas Pezão está solto. E muitos outros ainda estão soltos. Todos têm que ser presos.

Nós temos aqui representantes de todos os Estados. Temos Parlamentares de Sergipe, do Rio Grande do Norte, de Alagoas, do Pará, do Amapá, de Pernambuco, da Bahia, de Goiás, do Ceará. Por que eu, Cabo Daciolo, estou dizendo isso? Porque esses são nove Estados com índice de violência maior do que o Rio de Janeiro, que se encontra em décimo colocado. Eu estou falando de 60 mil pessoas que morrem por ano no Brasil. Essa intervenção federal tem que ser ampliada para toda a Federação, porque o problema não é só no Rio de Janeiro.

Agora, por que nós estamos vivendo este momento? E que momento nós estamos vivendo! Tudo o que se planta na Terra aqui se colhe. O que acontece é que, desde o Governo do Fernando Henrique, passando por Lula, Dilma e pelo atual, o temporário Michel Temer, estão sucateando as Forças Armadas.

Num País que nunca zelou por educação - falamos, até, de Pátria educadora, mas nunca se zelou pela educação! -, os jovens, quando completavam 18 anos, iam prestar o serviço militar e aprendiam algo. Agora não mais. Agora os nossos jovens vão direto para o tráfico. Os poucos que prestam o serviço militar aprendem tudo de armamento e vão também para o tráfico.

Tudo o que estamos vivendo é consequência do que fizeram as autoridades que estão no poder.

Eu acredito - e já posso até ouvir - que vai expandir essa intervenção

federal, e ela vai chegar ao Congresso Nacional. Já posso até ouvir o barulho da tropa! E aí nós vamos prender os verdadeiros bandidos, os engravatados.

Quero dizer que juntos somos fortes, que não podemos dar um passo para trás e que Deus está no controle.

Intervenção federal já!

Documento 91/327

006.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-21:12
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 87	BENEDITA DA SILVA-PT -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE

Sumário

Orientação de bancada para votação de requerimento de votação nominal do requerimento de retirada de pauta da Mensagem nº 80, de 2018, sobre decreto de intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o Partido dos Trabalhadores vota "sim", porque nós entendemos que é importante que o povo brasileiro, e principalmente o do meu Estado, o Rio de Janeiro, veja o que está acontecendo neste momento nesta Casa.

Sr. Presidente, nós devemos defender o povo do Estado do Rio de Janeiro, oferecendo-lhe segurança pública. O que estamos vendo é que as favelas serão altamente prejudicadas quando as Forças Armadas forem para lá. Vão morrer os nossos jovens, os nossos soldados do Exército que estarão trabalhando no mesmo local onde moram.

Nós não concordamos com isso. Considerar a favela um território hostil é de uma...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 92/327

006.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-21:12
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 87	SIMÃO SESSIM-PP -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE

Sumário

Orientação de bancada para votação de requerimento de votação nominal do requerimento de retirada de pauta da Mensagem nº 80, de 2018, sobre decreto de intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PP entende que essa matéria não deveria sofrer, nesta Casa, qualquer obstrução ou oposição, pois é um decreto que vem resolver uma verdadeira guerra civil que acontece no nosso Estado, com destaque para o Rio de Janeiro. E essa primeira medida, sem dúvida alguma, tem base legal. É a primeira, sim, depois da Constituição de 1988, que nós ajudamos a elaborar, mas tem todas as condições jurídicas e foi amparada em tudo o que a Constituição exige.

A Oposição tentando obstruir é uma coisa que não se entende. O Rio de Janeiro não vai perdoar.

Sr. Presidente, nós votamos "não" ao requerimento que tem como objetivo a obstrução.

Documento 93/327

006.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-21:12
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 87	BETINHO GOMES-PSDB -PE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE

Sumário

Orientação de bancada para votação de requerimento de votação nominal do requerimento de retirada de pauta da Mensagem nº 80, de 2018, sobre decreto

de intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. BETINHO GOMES (PSDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é lamentável a mesquinhez do PT e da Oposição. Para se contrapor a qualquer custo ao Governo do Presidente Temer, acaba se contrapondo às famílias do Estado do Rio de Janeiro, deixando de considerar a sua angústia, a sua dor, o seu sofrimento.

É óbvio que essa não será a solução de todos os problemas, mas algo precisa ser feito. E neste instante, em nome da democracia, sim, é algo que se pode fazer. E digo "em nome da democracia" sim, porque o que pode afetar a democracia é a bandidagem tornar refém toda uma população. Em nome da democracia, o Estado tem que estar presente para socorrer os mais pobres e a população carioca como um todo.

Portanto, o PSDB orienta o voto "não".

Documento 94/327

006.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 19/02/2018-21:12		
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 88	JOAQUIM PASSARINHO-PSD -PA			
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE	

Sumário

Orientação de bancada para votação de requerimento de votação nominal do requerimento de retirada de pauta da Mensagem nº 80, de 2018, sobre decreto de intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. JOAQUIM PASSARINHO (PSD-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Rio de Janeiro está em guerra; está em estado de sítio. Ele é um Estado maravilhoso, com uma cidade maravilhosa. Eu acho que o Rio de Janeiro é a segunda cidade de todos nós. Todos nós brasileiros amamos o Rio de Janeiro, amamos a beleza do Rio de Janeiro, o povo do Rio de Janeiro.

Mas infelizmente, mesmo sabendo que essa ação não seria realizada para resolver o problema, nós precisamos de uma ação imediata, emergencial, para que possamos sair dessa crise. E essa ação talvez

seja, no momento, o que pode ser feito.

Por isso, nós somos contra o requerimento, que tem o objetivo apenas de procrastinar.

Documento 95/327

006.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-21:12
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 88	JOSÉ ROCHA-PR -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE

Sumário

Orientação de bancada para votação de requerimento de votação nominal do requerimento de retirada de pauta da Mensagem nº 80, de 2018, sobre decreto de intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. JOSÉ ROCHA (PR-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PR vai votar "não" a esse requerimento de retirada de pauta, entendendo que o Rio de Janeiro vive realmente um momento dos mais difíceis na convivência dos seus cidadãos. A insegurança que reina hoje no Rio de Janeiro exige ações firmes, duras, para que possa ser coibida aquela intranquilidade em que vive todo o povo do Estado.

Portanto, o PR entende que esse decreto realmente deve ser aprovado. E deveria ser aprovado pela unanimidade dos membros desta Casa, Sr. Presidente, porque o que todos nós queremos é a segurança, é ver garantido o direito de ir e vir de cada cidadão, não só do Rio de Janeiro, mas de todo o Brasil.

O voto é "não".

Documento 96/327

006.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-21:12
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 88	RODRIGO GARCIA-DEM -SP		
CÂMARA	DOS ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO	DE

Sumário

Orientação de bancada para votação de requerimento de votação nominal do requerimento de retirada de pauta da Mensagem nº 80, de 2018, sobre decreto de intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. RODRIGO GARCIA (DEM-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Democratas entende que essa é uma matéria de interesse nacional. Hoje, ao longo do dia, nós tivemos a oportunidade de conversar com toda a bancada e entendemos que a intervenção na segurança pública do Rio não é apenas uma oportunidade de restabelecer a lei e a ordem naquele Estado tão amado por todos nós, brasileiros, mas também uma oportunidade de procurar experimentar avanços na segurança pública de todo o Brasil. Então, aprovar aqui o decreto de intervenção na segurança do Rio de Janeiro é ajudar a resolver o problema da segurança pública em todo o País.

Por isso, o Democratas entende que é necessário nós votarmos e aprovarmos essa matéria com urgência na noite de hoje, para que ela siga o seu trâmite e vá ao Senado Federal e para que aquela Casa cumpra o seu papel.

Portanto, o Democratas encaminha a orientação "não" à votação nominal do requerimento de...

Documento 97/327

006.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-21:12
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 88	HUGO LEAL-PSB -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE

Sumário

Orientação de bancada para votação de requerimento de votação nominal do requerimento de retirada de pauta da Mensagem nº 80, de 2018, sobre decreto de intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.



O SR. HUGO LEAL (PSB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, falo em nome da minha bancada, o PSB, que obviamente tem divergências acerca dessa matéria.

Mas, aproveitando a oportunidade que meu Líder Júlio Delgado me concede, quero deixar claro que a minha posição pessoal não é desconhecida deste Plenário, da minha bancada nem da minha bancada do Estado do Rio de Janeiro. Eu já fiz manifestações desta tribuna algumas vezes sobre isso e também registrei na Procuradoria-Geral da República o pedido de intervenção no nosso Estado - intervenção geral e depois intervenção na área de segurança e na área da saúde.

É nítida a situação que nós temos no nosso Estado. Aliás, pela primeira vez nesses 30 anos de Constituição, há agora uma ação efetiva. E muitos Estados reclamam que a União esteja presente na segurança pública. A questão da segurança pública não é apenas um problema do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota, Deputado? "Sim" ou "não"?

O SR. HUGO LEAL - Vou votar "não", Sr. Presidente.

Documento 98/327

006.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-21:12
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 89	ROSANGELA GOMES-PRB -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE

Sumário

Orientação de bancada para votação de requerimento de votação nominal do requerimento de retirada de pauta da Mensagem nº 80, de 2018, sobre decreto de intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

A SRA. ROSANGELA GOMES (PRB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PRB votará "não" ao requerimento e "sim" à matéria, à intervenção federal.

Mas eu queria, como moradora do Estado do Rio de Janeiro, da



Baixada Fluminense, fazer um alerta: só intervenção federal não será o suficiente. Nós precisamos ter muito investimento em educação; precisamos debater uma coisa que esta Casa se recusa a debater, que é o planejamento familiar; precisamos fazer a inclusão dos nossos jovens, quer seja nos esportes, quer seja na cultura; precisamos garantir o primeiro emprego, para que possamos dar oportunidade a todas as pessoas de forma igual.

Nós votaremos "sim" à intervenção, porque, infelizmente, o Rio de Janeiro perdeu o controle e o comando, mas ressalto que só isso não adiantará.

Documento 99/327

006.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-21:12
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 89	DEOCLIDES MACEDO-PDT -MA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE

Sumário

Orientação de bancada para votação de requerimento de votação nominal do requerimento de retirada de pauta da Mensagem nº 80, de 2018, sobre decreto de intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. DEOCLIDES MACEDO (PDT-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT está discutindo amplamente a matéria, conduzido pelo nosso Líder André Figueiredo, que vai colocar aqui a posição do partido e da bancada no momento oportuno. Mas entendemos que somos favoráveis a que a matéria seja apreciada com celeridade. Dessa forma, nós orientamos o voto "não".

Documento 100/327

006.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-21:12
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 89	SILAS FREIRE-PODE -PI		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA	DE

Sumário

Orientação de bancada para votação de requerimento de votação nominal do requerimento de retirada de pauta da Mensagem nº 80, de 2018, sobre decreto de intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. SILAS FREIRE (PODE-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é claro que nós gostaríamos que este Plenário tivesse em relação às duas denúncias contra o Presidente Temer a mesma disposição que tem hoje, para que apurássemos também o crime. É claro que nós gostaríamos que tivéssemos a mesma disposição. Mas é claro que nós não queremos o pior, não apostamos no "quanto pior, melhor". Nós não podemos fazer isso nem com o Rio de Janeiro nem com o Brasil.

Por isso, o Podemos, através do seu aplicativo, durante 48 horas, ouviu o Brasil e constatou que 82% dos participantes da pesquisa concordaram em votar "sim" à intervenção.

Portanto, nós votamos "não" a este requerimento.

Documento 101/327

006.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-21:12
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 90	AUREO-SD -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE

Sumário

Orientação de bancada para votação de requerimento de votação nominal do requerimento de retirada de pauta da Mensagem nº 80, de 2018, sobre decreto de intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. AUREO (SD-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o momento que o Rio de Janeiro vive hoje é dramático. Aqui há uma discussão sobre a votação do decreto de intervenção na segurança pública do Estado, e há partidos que querem adiar a votação, obstruindo a intervenção na segurança pública.



Policiais estão morrendo; pessoas estão sem direito de sair de casa; pessoas que vão curtir o carnaval têm seu celular furtado; há mais de 10 mil roubos de carga no Estado do Rio de Janeiro; empresas recusam-se a fazer entregas no nosso Estado; os Correios não podem entregar uma correspondência, porque o Estado está vivendo um caos na segurança pública.

Não podemos mais esperar. A intervenção na segurança pública hoje é uma solução. Não podemos deixar de acreditar e de ter esperança de que as Forças Armadas estão preparadas para lidar com esse caos que o Rio de Janeiro vive.

Por isso, o Solidariedade orienta que se vote "não".

Documento 102/327

006.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-21:12
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 90	ORLANDO SILVA-PCDOB -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE

Sumário

Orientação de bancada para votação de requerimento de votação nominal do requerimento de retirada de pauta da Mensagem nº 80, de 2018, sobre decreto de intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) O PCdoB vota "sim", Sr. Presidente, porque acredita que é necessário discutir uma agenda da segurança pública.

O Rio de Janeiro e o Brasil merecem viver em paz, mas o Líder do PSDB erra porque manipula a ansiedade e o medo que vive a sociedade brasileira e manipula o Governo quando propõe um factóide.

O Líder falou aqui de medidas duras. Quais medidas? Não há medidas, porque não há qualquer planejamento. Qual é o orçamento dessa ação no Rio de Janeiro? Nenhum, porque não há projeto. Qual é o orçamento dessa ação no Rio de Janeiro? Nenhum, porque não há nenhum planejamento; é apenas um factóide para iludir a população brasileira.

Nós, em respeito à dor e à angústia de muitas vítimas da violência, neste momento, deveríamos discutir uma agenda estruturante para enfrentar o dilema da insegurança que afeta o nosso País.

O PCdoB não vai assinar um cheque em branco. Por isso, vota "sim".

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 103/327

006.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-21:12
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 90	PROFESSOR VICTÓRIO GALLI-PSC -MT		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE

Sumário

Orientação de bancada para votação de requerimento de votação nominal do requerimento de retirada de pauta da Mensagem nº 80, de 2018, sobre decreto de intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. PROFESSOR VICTÓRIO GALLI (PSC-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSC, Sr. Presidente, vota "não", porque nós acreditamos que essa intervenção é constitucional e legal. É preciso, sim, que o Exército vá às ruas e coloque moral no Rio de Janeiro.

Nós estamos nos solidarizando com os cariocas e votamos "não". Estamos aqui para votar essa matéria!

Documento 104/327

006.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-21:12
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 90	ALEX MANENTE-PPS -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE



Sumário

Orientação de bancada para votação de requerimento de votação nominal do requerimento de retirada de pauta da Mensagem nº 80, de 2018, sobre decreto de intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. ALEX MANENTE (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PPS, Presidente, vota a favor da intervenção. Por isso, votamos contra a votação nominal do requerimento de retirada de pauta.

Acreditamos que essa medida é extremamente importante. Mexe na estruturação e na inteligência do combate à violência, para podermos ter efetividade nas ações que o País espera. E o Rio de Janeiro será, sem dúvida alguma, um exemplo neste momento que nós vivemos.

Por isso, o PPS vota a favor da intervenção e contra esse requerimento. Somos contra a obstrução. O País necessita dessa intervenção federal, que não é apenas intervenção militar. A intervenção federal mexe na estrutura da segurança pública do Rio de Janeiro, que há muitos anos clama por essa reestruturação necessária.

O PPS vota "não".

Documento 105/327

006.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-21:12
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 91	MARCELO MATOS-PHS -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE

Sumário

Orientação de bancada para votação de requerimento de votação nominal do requerimento de retirada de pauta da Mensagem nº 80, de 2018, sobre decreto de intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. MARCELO MATOS (PHS-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PHS vota "não" a esse requerimento, porque hoje o Rio de Janeiro vive uma situação muito triste.

Nós estamos passando por tudo isso desde que foi implantada a primeira UPP. A UPP veio sem que se cuidasse do aspecto social; a UPP fez com que os bandidos migrassem para toda a Baixada Fluminense, para todo o interior do Estado.

Então, peço aos representantes que farão a intervenção que ela não aconteça só na Capital, e, sim, em todo o Estado do Rio de Janeiro. Temos que fazer essa intervenção também junto à cidade de Angra dos Reis, junto à Costa Verde, junto à cidade de Cabo Frio, Búzios. Não pode ficar só na Capital.

O PHS vota "não" ao requerimento e "sim" ao processo de intervenção.

Isso tudo só aconteceu por causa do descaso do Governo do Estado pelo nosso Estado do Rio de Janeiro.

Documento 106/327

006.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-21:12
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 91	LEANDRE-PV -PR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE

Sumário

Orientação de bancada para votação de requerimento de votação nominal do requerimento de retirada de pauta da Mensagem nº 80, de 2018, sobre decreto de intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

A SRA. LEANDRE (PV-PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PV entende o momento sério que o País atravessa. A criminalidade não acontece só no Rio de Janeiro.

A nossa bancada é contra a retirada de pauta. Vamos apoiar o decreto, pois acreditamos que a presença do Estado próximo à população no atual momento trará segurança, mas também queremos mais clareza nas ações de médio e longo prazo, para que possamos ter algo duradouro não só no Estado do Rio de Janeiro, mas também em toda a Nação brasileira.

Documento 107/327

006.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-21:12
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 91	IVAN VALENTE-PSOL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE

Sumário

Orientação de bancada para votação de requerimento de votação nominal do requerimento de retirada de pauta da Mensagem nº 80, de 2018, sobre decreto de intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, V.Exa., em seu pronunciamento, disse que existe uma guerra contra o crime, mas, se nós formos a fundo, veremos que há outras organizações criminosas.

A primeira delas está instalada no Palácio do Planalto. Tem nome e endereço: Michel Temer, Moreira Franco, Padilha.

Uma quadrilha está no Palácio Guanabara. O Governador deu uma declaração dizendo: "*Sim, eu erre!*". Ele ficou em Piraí por uma semana, passando o carnaval, e disse: "*Sim, eu erre!*". E depois se articula uma farsa para se fazer uma intervenção, mudando o foco geral da política, para sair da reforma da Previdência e cometer essa violência contra os pobres do Rio de Janeiro.

O PSOL vota "sim".

Documento 108/327

006.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-21:12
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 92	MIRO TEIXEIRA-REDE -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE

Sumário



Orientação de bancada para votação de requerimento de votação nominal do requerimento de retirada de pauta da Mensagem nº 80, de 2018, sobre decreto de intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. MIRO TEIXEIRA (REDE-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu creio que nós podemos fazer logo um anúncio sobre a votação do mérito do decreto. V.Exa. pode, de ofício, dizer que a votação será nominal. Isso tranquiliza todo mundo.

Eu por exemplo, desejo votar "sim" nominalmente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado Miro, eu disse que mais que três Deputados falarão por um lado e três por outro e que a votação pode ser nominal. Não há problema nenhum. Aqui, quem está fazendo obstrução é a Oposição. Eu disse que não estamos com pressa e por isso vamos ampliar o debate além do Regimento, para que possamos fazer a votação de uma forma mais tranquila.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Vamos caracterizar bem o que se passa.

Não se está querendo garantir interstício. Nada, nada. Então, vamos caracterizar que a votação do mérito será nominal. V.Exa. já pode decidir isso. Diante disso, eu lhe digo que não vejo razão para uma votação nominal do requerimento de retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não há problema nenhum em ser nominal, Deputado.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Então, declarada a obstrução, que é legítima, absolutamente legítima - normalmente, eu acompanho esse tipo de procedimento -, respeitando seus autores, dessa vez eu não os acompanharei. A REDE não os acompanhará. Nós votaremos "não" a esse requerimento.

E eu quero votar "sim" a essa intervenção com entusiasmo, quando chegar a hora.

Obrigado.



Sumário

Orientação de bancada para votação de requerimento de votação nominal do requerimento de retirada de pauta da Mensagem nº 80, de 2018, sobre decreto de intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu vejo ali o Deputado Raul Jungmann, que é o Ministro da Defesa.

Até agora, Ministro, esse Governo não apresentou o plano de intervenção no Rio de Janeiro. Esse Governo não apresentou os recursos que destinará ao Rio de Janeiro. Esse Governo, que tem 3% de aprovação, não falou em como fortalecer a segurança pública no Brasil, nem no Plano Nacional de Segurança Pública, nem no Fundo Nacional de Segurança Pública.

O Governo tem pressa nessa votação. Hoje, disseram que iam fazer mandados de prisão coletivos. Hoje disseram que não poderá haver uma comissão da verdade. Ora, para que pressa?

Esse plano é eleitoreiro. Por isso, nós não podemos discuti-lo no afogadilho. Nós queremos que essa discussão seja bem feita. Por isso, a Minoria vota "sim", pela retirada de pauta, a fim de que haja uma discussão profunda no Parlamento; a fim que o Parlamento não siga essa onda, que pode gerar um banho de sangue no Rio de Janeiro.

Documento 110/327

006.4.55.O Sessão Deliberativa 19/02/2018-21:12
Extraordinária - CD
Publ.: DCD - 2/20/2018
- 93 MAURO PEREIRA-PMDB -RS

Sumário

Orientação de bancada para votação de requerimento de votação nominal do requerimento de retirada de pauta da Mensagem nº 80, de 2018, sobre decreto

de intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. MAURO PEREIRA (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que hoje é um dia de alegria para todas as pessoas de bem, em especial para as do nosso Rio de Janeiro, que é a sala de visitas do Brasil, e um dia de muita tristeza para os bandidos, para os marginais, para aqueles que usam a pobreza para passar bem.

Hoje é um grande dia porque nós vamos comemorar e vamos valorizar todos aqueles que querem o melhor para o nosso Brasil.

As Forças Armadas merecem o nosso respeito. O General Walter com certeza irá fazer um trabalho excelente, juntamente com todas as forças públicas do Estado do Rio de Janeiro, sem contar o Ministério da Segurança, que será criado e será outro marco em nome da democracia e em nome da segurança.

Documento 111/327

006.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-21:12
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 93	AGUINALDO RIBEIRO-PP -PB		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE

Sumário

Orientação de bancada para votação de requerimento de votação nominal do requerimento de retirada de pauta da Mensagem nº 80, de 2018, sobre decreto de intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Governo encaminha o voto "não". Esta matéria é extremamente importante para o Rio de Janeiro, mas também para o País, inclusive por causa do efeito pedagógico que terá a restauração da autoridade no nosso País. Isso é fundamental num momento como este. Por isso, Sr. Presidente, nós queremos encaminhar o voto "não".

Queria sugerir algo a V.Exa. Queremos dizer que concordamos que todas as votações, se necessário, sejam nominais. De pronto, nós já



concordamos que todas sejam nominais, para que possamos vencer esse processo de discussão, com requerimento de votação nominal sobre requerimentos que têm por objetivo a obstrução, Sr. Presidente.

Nesse sentido, nós já propomos que todas as votações sejam nominais, para que possamos apressar este processo.

Documento 112/327

006.4.55.O

Sessão Deliberativa Extraordinária - 19/02/2018-
CD 21:12

Publ.: DCD - 2/20/2018 - 94 - SILAS CÂMARA-PRB -AM

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Apoio do PRB à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. SILAS CÂMARA (PRB-AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres Deputados e Deputadas, eu recebi com surpresa, no interior do Estado do Amazonas, onde estava, a decisão do Governo Federal de intervenção na área de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.

Vou votar a favor, junto com o meu partido, pois essa é a decisão do PRB. No entanto, Sr. Presidente, não posso deixar de registrar que segurança pública no Brasil virou algo do depois, surpreendentemente: depois que acontece algo no setor de segurança pública, há uma reação dos Governos, tanto do Federal como dos Estaduais.

Eu lamento muito, porque está óbvio que o Brasil não produz aquelas metralhadoras e aqueles rifles que são mostrados pelos meios de comunicação. Inclusive por causa de tiroteios, o Governo Federal foi orientado a tomar essa decisão.

O Brasil, Sr. Presidente, não produz as drogas que se desdobram nessas ferramentas terríveis, nessas armas que essas pessoas, que esses homens usam para praticar o mal no País.

Portanto, está claro que o Brasil precisa repensar a segurança pública, tanto o Governo Federal quanto os Governos Estaduais e até mesmo os Municipais.



Rapidamente, quero apresentar aqui pontos de vista que ficaram claros durante as minhas andanças pelo meu Estado e pelo Brasil. Primeiro, vi o Diretor da Polícia Federal procurar o Presidente da República com uma agenda fora do registro do dia a dia de atendimento do Presidente da República, dizendo que o velho sonho da Polícia Federal é uma polícia fardada.

Imagino, Sr. Presidente, que essa polícia fardada deva ter o objetivo de guardar as fronteiras do Brasil. Nesta Casa mesmo existem várias proposições sobre guarda de fronteira. Cito como exemplo a PEC 81/11, que está na CCJ, com parecer favorável. E ninguém discute isso no Parlamento. O fato é que, se não houver uma solução para as fronteiras do Brasil, não teremos uma solução para a segurança pública, em favor da Nação brasileira.

É urgente estimular uma pauta de políticas públicas que use a transversalização, considere o Município, o Estado e o Governo Federal, Sr. Presidente, para a imediata solução quanto ao combate, por esse entes, das mazelas da segurança pública.

O Centro de Inteligência Nacional, por exemplo, que foi desativado depois das Olimpíadas, não tinha nenhuma transversalidade com os regionais e com os estaduais. É muito importante estimular a inteligência, estimular a investigação, estruturar a segurança pública e valorizar o homem e a mulher que trabalham na segurança pública. Eles dedicam suas vidas a esse ofício e, muitas vezes, expõem suas famílias.

Portanto, Sr. Presidente, voto "sim" à intervenção e deixo aqui o meu registro de indignação pelo total abandono e pela falta de planejamento que a segurança pública desta Nação está vivendo, seja no âmbito do Governo Federal, seja no da transversalidade dos Governos Estaduais com o Governo Federal. Mencione-se ainda a ausência dos Municípios neste debate tão importante, a respeito da segurança do brasileiro e da brasileira.

Deus abençoe o Brasil!

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.



Publ.: DCD - 2/20/2018 - IVAN VALENTE-PSOL -SP
106

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de retirada de pauta da Mensagem nº 80, de 2018, sobre decreto de intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro. Crítica à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Eu queria que zerasse o tempo, por favor. *(Pausa.)*

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, há a gravidade do fato que nós estamos discutindo hoje. Mas eu quero lembrar a todas as Deputadas e Deputados desta Casa que hoje nós estaríamos votando a reforma da Previdência, cantada em prosa e verso pelo Governo golpista de Temer. Não podemos deixar de comemorar a vitória dos movimentos sociais e populares! *(Palmas.)* Na verdade, foi a derrota do Governo Temer e a vitória dos que resistiram a mais essa falcatura, como foi a reforma trabalhista e a PEC do Teto de Gastos. Começo por aí.

Em segundo lugar, quero denunciar a grande manipulação política que está havendo em torno dos fatos e dos dados sobre a violência em nosso País. Na verdade, o carnaval do Rio de Janeiro neste ano foi menos violento do que todos os carnavais de 2014 para cá. Foi feita toda uma emulação - eu vou botar o dedo na ferida -, pela TV *Globo* em particular, para simular um caos, em que entrava um Prefeito desaparecido e um Governador que estava no interior do Estado, e veio covardemente dizer: *"Eu não posso mais continuar"*.

Enquanto isso, Moreira Franco e Jungmann vão ao Rio de Janeiro pedir que ele saia da frente. Mas não têm coragem de fazer a intervenção geral, porque Pezão ia parar na cadeia junto ao Sérgio Cabral na hora em que a intervenção no Rio de Janeiro fosse feita.

Está tudo articulado, está tudo dentro do PMDB, da quadrilha do Planalto, da quadrilha do Palácio da Guanabara e da Assembleia Legislativa de Jorge Picciani, que também está preso. Essa é a realidade desta intervenção.

Mais de dez Estados têm estatísticas de violência piores que a do Rio de Janeiro. Por que então o Rio de Janeiro? Pela simbologia.

Eu não poderia deixar de citar aqui declaração do General Villas Bôas, Comandante do Exército Brasileiro, sobre a entrada na Favela da



Maré, o gasto de 600 milhões de reais e também o que sentiu cada soldado.

Disse ele:

Os nossos soldados atentos, preocupados - são vielas -, armados. E passando crianças, senhoras, eu pensei: "Estamos aqui apontando arma para a população brasileira". Nós somos uma sociedade doente. E lá ficamos 14 meses. Do dia em que saímos, uma semana depois tudo havia voltado ao que era antes.

Essa fala é do Comandante do Exército.

O interventor, Braga Netto, no dia em que foi convocado, ao ser perguntado a respeito de como estava a situação de segurança no Rio, se estava ruim, fez com o dedo que não e, em seguida, emendou: *"Há muita mídia"*.

Derrotada a reforma da Previdência, foi feita uma construção para girar a agenda nacional; para tirar o foco da Polícia Federal sobre Michel Temer, Porto de Santos, Rodrimar, Rocha Loures. Michel Temer é o homem do porto! Haveria o terceiro processo de Temer nesta Casa. Ele não terminaria o mandato.

Em terceiro lugar, digo isto então: querem embaralhar a conjuntura política e girar a agenda nacional, para que se discuta segurança pública chantageando-se a população e aproveitando-se do medo. Como diria Mia Couto, *"há quem tenha medo que o medo acabe"*. Se acabar, vai acabar esse oportunismo cínico, hipócrita!

Eu quero aproveitar a presença do Ministro Jungmann aqui para falar das declarações que fez hoje à tarde sobre mandado de prisão coletiva. Mandado permitiria também a invasão de milhares de lares. Busca e apreensão numa favela inteira, onde vivem 100 mil pessoas? Quem são os brasileiros que estão lá? São os pobres, são os negros, são as trabalhadoras e os trabalhadores brasileiros. É disso que se trata! Na verdade, vocês têm medo do povo.

Falam em combate ao crime organizado, mas não existe crime organizado sem agente público. Isso está no Rio de Janeiro e está no Palácio do Planalto! Esses são os verdadeiros criminosos do Brasil! (*Palmas.*)



Extraordinária - CD

Publ.: DCD - 2/20/2018
- 108

OTAVIO LEITE-PSDB -RJ

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

ORIENTAÇÃO
BANCADA
DISCURSO

DE

Sumário

Orientação de bancada para votação de requerimento de retirada de pauta da Mensagem nº 80, de 2018, sobre decreto de intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, eu queria registrar que, neste plenário, tem havido manifestação amplamente majoritária a compreender a importância de se votar "sim" a este projeto. Isso tem uma razão muito clara, no meu entendimento. Há a compreensão de que o Rio de Janeiro é sim um Estado-síntese no Brasil, por suas características históricas, e abriga filhos de brasileiros de todos os recantos do País.

O fato é que nós precisamos olhar para o Rio de Janeiro com a perspectiva de um país enfrentando um problema seríssimo e ultrapassando esse problema.

A oportunidade de reorganizar as estruturas policiais no Rio de Janeiro vai ser oferecida através dessa intervenção. Precisamos de uma corregedoria forte, uma organização vertical que, de cima, possa reestruturar algo que está caótico. Se não tivermos pressa, e houve cobrança do PT, isso aqui vai virar uma Venezuela...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 115/327

006.4.55.O

Sessão Deliberativa Extraordinária - 19/02/2018-
CD 21:12

Publ.: DCD - 2/20/2018
108 - ANDRÉ FIGUEIREDO-PDT -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Posicionamento do PDT acerca da intervenção federal no Estado do Rio de



Janeiro.

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT-CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos aqui numa semana em que se deveria votar a reforma da Previdência. O Governo sabe, há muito tempo, que seria derrotado de maneira humilhante, por conta da grande pressão que a população brasileira tem feito contra essa malfadada reforma previdenciária.

Já se anunciam inclusive outros projetos, como o que trata da autonomia do Banco Central, para atender a interesses do sistema financeiro.

Agora o Governo, sem nenhum planejamento, sem nenhuma previsão orçamentária, querendo fazer uma inflexão, por menor que ela seja, na sua alta impopularidade, logo depois do carnaval, na calada da noite, edita um decreto que prevê a intervenção na segurança pública do Rio de Janeiro.

Esta é uma situação extremamente difícil. Todos nós, brasileiros, por conta de décadas de pouco investimento em educação e em programas de ação social, vemos que recentemente a curva do desemprego e a curva da pobreza têm aumentado de forma significativa.

Nós da bancada do PDT resolvemos fazer uma nota em que explicamos à Nação o nosso posicionamento:

A bancada do PDT na Câmara dos Deputados vem a público externar suas mais profundas preocupações com a intervenção federal no Rio de Janeiro, decretada pelo Senhor Presidente da República. A medida extremada e grave não é, nem de longe, a solução para enfrentar a crise de segurança pública daquele estado e de nenhum outro.

Há sim uma grande insatisfação da sociedade brasileira e fluminense em relação à impotência com que as autoridades têm enfrentado a violência e o banditismo nas grandes cidades. As facções criminosas estão aterrorizando a sociedade ante a desmoralização da lei e das autoridades do país.

Mas a total negligência do Estado nos morros cariocas - seja pela falta de investimentos em saúde, educação, moradia e políticas públicas sociais ou pela absoluta ausência de políticas de inteligência e prevenção da criminalidade - não será resolvida ou compensada com a simples presença das forças armadas. É um equívoco supor que a militarização e o mero controle territorial a partir apenas da repressão ostensiva vão resolver o problema estrutural que se arrasta há



décadas. Nesse ponto, entendemos que o governo federal deveria dar maior atenção às regiões de fronteira, que têm sido constantemente negligenciadas, se deseja combater com eficiência a violência, não só no Rio de Janeiro, como em todo o Brasil. Milhares de armas de alto calibre e drogas entram no país por meio de nossos quase 17 mil quilômetros de fronteiras terrestres. Se esses dados são de conhecimento público, por que o governo federal não aumenta o uso de tropas nas fronteiras brasileiras, investe em novos equipamentos para tornar mais efetiva a vigilância de nosso território?

Os deputados do PDT afirmam que esta ação de intervenção é mais uma ação midiática, politqueira e mesquinha para atender interesses políticos e eleitores do que para resolver o problema. Utilizam-se da angústia da população brasileira em relação à situação de elevada insegurança que mata milhares de brasileiros inocentes para um interesse casuístico, de busca de popularidade. Mais uma demonstração de quão patético e irresponsável é esse governo - aliás, é do mesmo partido do Governo do Estado do Rio de Janeiro, que foi o primeiro a dizer que estava completamente impotente para resolver o problema da segurança, ele mesmo pediu a intervenção. Visivelmente, a intervenção serve de instrumento para abafar a derrota fragorosa do governo na reforma da Previdência. A maior prova disso é que a intervenção foi decidida e anunciada praticamente durante o feriado de carnaval e não foi precedida de nenhum estudo ou planejamento conhecido, não obedecendo a nenhum critério técnico e previsão orçamentária.

Nós do PDT e de outros partidos de oposição estaremos sim acompanhando diariamente toda a prestação de contas e vendo a evolução dessa pretensa intervenção.

Não arriscaremos palpites quanto aos resultados. Torcemos para que sejam exitosos os esforços dos servidores da área de segurança pública e dos militares durante o período de intervenção, mas não nos furtamos do alerta à nação sobre seus riscos de insucesso. Votaremos a favor porque reconhecemos o clamor da população do Rio de Janeiro e do Brasil por mais segurança.

Impossível não lembrar do antropólogo Darcy Ribeiro, idealizador dos CIEPs de Brizola no Governo do RJ, que disse na década de 1980: "Se os governadores não construírem escolas, em 20 anos faltará dinheiro para construir presídios".

Infelizmente, o futuro chegou.

Infelizmente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro, esse futuro chegou.

Documento 116/327

006.4.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 19/02/2018- CD	21:12
Publ.: DCD - 2/20/2018 110	- JÚLIO DELGADO-PSB -MG	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Posicionamento do PSB acerca da intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB-MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, vou ler aqui um documento que foi formulado pela direção do nosso partido, em conversa com esta Liderança de bancada. Vou tentar reduzi-lo, porque o texto é um pouco maior do que o que desejamos expressar neste momento.

Intervenção no Rio de Janeiro: não basta "jogar para a torcida"

(...)

A iniciativa, curiosamente, acaba por criar a ambiência que a torna um fato, uma vez que, se o próprio governo federal indica existir, uma desordem de tal magnitude, que mereça sua intervenção direta, como lhe fazer oposição?

O que decorre inicialmente do ato presidencial é, portanto, uma mobilização da opinião pública, em torno de tema tão sensível para todos os habitantes daquela unidade federada. Havia, contudo, razões objetivas para que se tomasse a medida?

Aparentemente não, na justa medida em que a criminalidade, que se procura combater, não teve um recrudescimento absurdo, quer no carnaval, quer em período de tempo imediatamente anterior. A sensação de insegurança, contudo, é preponderante no sentimento popular, o que se pode considerar legítimo. Por outro lado, o próprio governador Luiz Fernando Pezão admitiu a perda do controle sobre a situação, o que por si mesmo cria uma justificativa para a intervenção.

Note-se, contudo, que, a par do sentimento de insegurança, se trata da



mesmíssima violência, que se abate sobre o Estado por décadas, acentuada pela ausência de preparo e planejamento da polícia, algo reconhecido pelo próprio governador. Os atores continuam os mesmos, tendo como contribuição relevante e recente, é bem certo, o aumento desenfreado da corrupção, que alcançou governo, alguns agentes públicos, tudo regado ao desgoverno, que levou à suspensão de pagamento de salários, fornecedores, interrupção na prestação de serviços públicos etc. - foram mais de 12 anos de Governo do PMDB, o mesmo Governo do Presidente Temer.

São fatores a relevar, ainda, que o Rio de Janeiro se veja diante de uma polícia desaparelhada, exposta de forma diuturna ao poderio, inclusive financeiro, do crime organizado; desmotivada, mal treinada, acuada territorialmente. A intervenção terá tempo de atuar sobre essas questões?

(...)

Sobre o cenário geral, o que de fato é mais relevante, encontra pouca repercussão: uma ausência criminosa de Estado, na concepção e implementação de políticas sociais, que ofereçam especialmente aos jovens do Estado - ainda que não só - vida digna de ser vivida, possibilidades concretas de educação, trabalho, lazer. Emprego e renda, que possibilitem às famílias se organizarem como tal, em lugar de se verem diante de uma luta incruenta pela sobrevivência, cuja desesperança degrada, e cuja degradação confere, às trajetórias criminosas, um fascínio contra o qual se torna difícil concorrer.

(...)

As forças armadas estão vocacionadas ao enfrentamento do inimigo externo, à defesa do território. O fato de que elas se vejam convocadas, com a finalidade de conter um avanço, mesmo que hipotético da criminalidade, obriga a pensar se estão institucionalmente, funcionalmente, aparelhadas para a missão.

O que fazer? A tarefa principal, das forças políticas minimamente responsáveis é impedir que uma situação diagnosticada como excepcional, dê margem a iniciativas de exceção, que por certo, acabarão por atingir proporcionalmente mais os que, hoje, já padecem da violência.

(...)

Esse anúncio de mandado coletivo de busca e apreensão é um acinte à Constituição, um acinte à soberania de qualquer cidadão. Para nós Parlamentares do PSB não há como não politizar esse tema.



Se o decreto presidencial lograr aprovação, em sua tramitação, será responsabilidade do Parlamento zelar para que os efeitos negativos da medida não ocorram. Não faltaremos à responsabilidade de acompanhar todos os seus desdobramentos, que interessam de perto à população do Rio de Janeiro, e à democracia brasileira, como um todo.

Esse ato, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, não foi planejado. Todos já têm a informação de que, na quinta-feira à noite, o comandante do Exército responsável pela intervenção foi chamado ao Rio de Janeiro para uma missão. Sabia qual era a missão, tamanha a desorganização e a falta de planejamento para anunciá-la.

Há que se reconhecer claramente aqui que faltou planejamento. Foi uma saída honrosa, Deputado Valente, como V.Exa. disse, para não se assumirem os gastos profundos com propaganda, os recursos aplicados em publicidade a respeito da reforma da Previdência. F

Foram gastos tantos recursos que o PSB faz um pedido de informação para saber o que foi gasto com publicidade em relação à reforma da Previdência.

O Governo, para não entregar essa derrota de forma assumida, usa um artifício, uma saída honrosa, a respeito de um tema palpitante para a população brasileira, para a população dos nossos Estados, para a população das regiões limítrofes com o Estado do Rio de Janeiro e, principalmente, para o povo do Estado e da cidade do Rio de Janeiro.

Faltou planejamento. A fala do Presidente sobre cessar os efeitos da própria intervenção para se votar a reforma da Previdência não é só equivocada constitucionalmente, como também representa um desrespeito a este Parlamento e ao povo do Rio de Janeiro. Sabendo que isso poderia interromper-se a qualquer hora, ele não tinha sequer pensado no que ia fazer ou em que fim teria dado.

Portanto, faltou planejamento, faltaram recursos, falta base legal. O comandante, como disse, faltou ao conhecimento para poder assumir cargo de tamanha envergadura. Sobra oportunismo.

Nós da bancada do PSB não vamos faltar ao povo do Rio de Janeiro quanto a esta intervenção, e reconhecemos o caráter melindroso atribuído ao Parlamento neste momento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

006.4.55.O Sessão Deliberativa 19/02/2018-21:12
Extraordinária - CD

Publ.: DCD - 2/20/2018 MARCELO MATOS-PHS -RJ
- 113

CÂMARA DOS DEPUTADOS DOS ORDEM DO DIA ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada para votação de requerimento de retirada de pauta da Mensagem nº 80, de 2018, sobre decreto de intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. MARCELO MATOS (PHS-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PHS vai votar "não" e lembrar mais uma vez que esta intervenção tem que acontecer em todo o Estado do Rio de Janeiro. Ela não pode ocorrer só na Capital, como aconteceu com as UPPs. Bandidos migraram para cidades do interior, migraram para cidades da Costa Verde, para a Região dos Lagos.

Então, peço mais uma vez ao general responsável por esta intervenção que ela aconteça em todo o Estado do Rio de Janeiro, sobretudo na Baixada Fluminense.

O PHS vota "não".

Documento 118/327

006.4.55.O Sessão Deliberativa 19/02/2018-21:12
Extraordinária - CD

Publ.: DCD - 2/20/2018 ORLANDO SILVA-PCDOB -SP
- 113

CÂMARA DOS DEPUTADOS DOS ORDEM DO DIA ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada para votação de requerimento de retirada de pauta da Mensagem nº 80, de 2018, sobre decreto de intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB-SP. Pela ordem. Sem revisão do



orador.) - O PCdoB quer segurança para o povo brasileiro, para o povo do Rio de Janeiro. Segurança para o povo brasileiro exige planejamento, exige investimento, exige organização, e não se viu nada disso nesse factóide criado pelo Governo. É uma medida eleitoreira.

Presidente, eu lamento muito, sinceramente, que as Forças Armadas brasileiras, uma instituição respeitada no Brasil, esteja sendo manipulada politicamente. As Forças Armadas não podem ser manipuladas politicamente. É isso que o Governo tenta fazer, um Governo desacreditado, sem autoridade, sem qualquer credibilidade. Um Governo que tem a desaprovação da população brasileira tenta manipular as Forças Armadas, constringendo as Forças Armadas brasileiras. É lamentável.

O PCdoB vota "sim", em defesa da segurança do povo brasileiro e contra a...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 119/327

006.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-21:12
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 114	EZEQUIEL TEIXEIRA-PODE -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE

Sumário

Orientação de bancada para votação de requerimento de retirada de pauta da Mensagem nº 80, de 2018, sobre decreto de intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. EZEQUIEL TEIXEIRA (PODE-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o aplicativo do Podemos a respeito de opinião popular indica que 82% das pessoas são favoráveis à intervenção.

Nós vamos votar "sim" à intervenção e "não" ao requerimento de retirada da matéria da pauta.

Documento 120/327

006.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-21:12
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 114	FELIPE BORNIER-PROS -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE

Sumário

Orientação de bancada para votação de requerimento de retirada de pauta da Mensagem nº 80, de 2018, sobre decreto de intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. FELIPE BORNIER (Bloco/PROS-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, entendemos que esse decreto devolve a esperança a milhões de brasileiros, principalmente à cidade do Rio de Janeiro, que hoje está sem controle.

O que pedimos aqui é que os nobres Parlamentares entendam que esse decreto é de suma importância para o combate à violência em todo o Brasil.

Por isso, somos contra a retirada da matéria da pauta e a favor do decreto.

Obrigado.

Documento 121/327

006.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-21:12
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 114	CHICO ALENCAR-PSOL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE

Sumário

Orientação de bancada para votação de requerimento de retirada de pauta da Mensagem nº 80, de 2018, sobre decreto de intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro. Nota da Federação das Favelas do Rio de Janeiro - FAFERJ

sobre a intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL vota "não" e lamenta ver aqui um desfile de cinismo e hipocrisia. Todos aqui sabem que não há crime organizado sem chancela, conivência, conveniência dos poderes estatais. E todos sabem que, no caso do Rio de Janeiro, mas não só no Rio de Janeiro - V.Exa. sabe, Presidente Rodrigo Maia -, esse crime organizado financia eleições, tenta influenciar o Judiciário, elege governantes e faz o esquema das milícias também, junto com o do tráfico armado. Esse crime só será enfrentado profundamente se resolvermos cortar na própria carne.

Agora eu vejo aqui que todo mundo que votou no PMDB e fez parte do seu governo subitamente começa a dizer que no Rio de Janeiro a intervenção é a salvação. Sinceramente!

Quero que seja considerado como lido pronunciamento relativo a uma nota sábia e inteligente dos pobres das favelas, que vão ser alvo agora dos mandados de busca e apreensão coletivos, o que é um escárnio. Vão fazer isso na Vieira Souto? Duvido!

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todas e todos que assistem a esta sessão ou nela trabalham, apresento aqui, para que seja transcrita nos Anais da Câmara, nota da Federação das Favelas do Rio de Janeiro -FAFERJ sobre a intervenção federal decretada pelo Presidente ilegítimo Michel Temer.

NOTA A QUE SE REFERE O ORADOR

Nota de esclarecimento a população sobre a intervenção militar em nosso Estado.

A Federação de Favelas do Rio é uma instituição sem fins lucrativos fundada em 1963 para lutar contra as remoções do governo Lacerda e a implantação da ditadura militar no Brasil em 1964. Dessa forma, alertamos que essa nova intervenção militar não começou ontem, anteriormente tivemos as UPP's (unidades de polícia pacificadora), as operações respaldadas sob a GLO (Garantia da lei e da ordem) e PLC 464/2016 que passa para a justiça militar a responsabilidade de julgar as violações cometidas pelos integrantes das forças armadas em suas

intervenções.

Essas mesmas forças intervencionistas estiveram recentemente em missões de paz no Haiti e favela da Maré onde podemos observar que grande parte das ações foram marcadas por violação de direitos humanos.

Nesse processo vale salientar que os investimentos em militarização superam os investimentos em políticas sociais. A ocupação da Maré custou 1,7 milhões de reais por dia perdurando por 14 meses envolvendo 2500 militares, tanques de guerra, helicópteros, viaturas, sem apresentar resultados efetivos tanto para as comunidades quanto para o país. Em contra partida nos últimos 6 anos só foram investidos apenas 300 milhões de reais em políticas públicas voltadas para o desenvolvimento social.

Apesar de todo esse aporte financeiro investido na intervenção militar na Maré podemos observar que essa ação foi totalmente ineficaz, pois lá as facções criminosas ainda lutam pelo controle da região oprimindo os trabalhadores e trabalhadoras que lá vivem.

O que a favela precisa na verdade é de uma intervenção social, que inclusive contaria com a participação das forças armadas. Precisamos de escolas e creches, hospitais, projetos de geração de emprego e renda e políticas sociais voltadas principalmente para juventude. Precisamos de uma intervenção que nos traga a vida e não a morte. O exército é uma tropa treinada para matar e atuar em tempos de guerra. As favelas nunca declararam guerra a ninguém.

A favela nunca foi e nem jamais será uma área hostil. Somos compostos de homens e mulheres trabalhadoras que com muita garra e dignidade lutam pelo pão de cada dia. Somos a força de trabalho que move a cidade e o país. A ocupação de uma parcela das comunidades por marginais ocorre justamente pela ausência do estado em políticas públicas que possam garantir o desenvolvimento de nossas favelas.

Nos últimos 54 anos a FAFERJ vem lutando por democracia nas favelas do Rio. Lá a ditadura ainda não acabou. Ainda vemos a polícia invadindo residências sem mandados, pessoas sendo presas arbitrariamente ou até mesmo casos de desaparecimento como o caso Amarildo que repercutiu mundialmente.

Para finalizar gostaríamos de reafirmar que as intervenções militares são caras, longas, e ineficazes até mesmo do ponto de vista da segurança pública. Sugerimos que essas tropas sejam movimentadas para patrulharem as fronteiras do Brasil, pois é de conhecimento notório que é de lá que chegam as armas e as drogas que alimentam o comercio varejistas de entorpecentes nas comunidades cariocas.

Sugerimos também que se faça uma grande intervenção social nas favelas do Rio de Janeiro. Precisamos apenas de uma oportunidade para provar que somos a solução que o Brasil tanto precisa para se desenvolver e tornar-se um país mais justo para todos e todas.

Favela é potência! Favela é resistência!

Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro.

Documento 122/327

006.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-21:12
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 115	HENRIQUE FONTANA-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE

Sumário

Orientação de bancada para votação de requerimento de retirada de pauta da Mensagem nº 80, de 2018, sobre decreto de intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o Brasil hoje, infelizmente, é dirigido por um Governo desmoralizado: não tem legitimidade e está afundado na corrupção. Este Governo quer levar o Brasil a mais um erro histórico, quer tentar iludir a população ao dizer que vai combater a violência e o crime organizado com uma intervenção que faz uso político-eleitoral das Forças Armadas do País.

Isso não é a solução para o povo do Rio de Janeiro. Isso não é a solução para a segurança pública do nosso País. Um Governo que cortou 10% do orçamento da segurança, um Governo que congela os investimentos nos Estados, um Governo que aplica uma política que gera desemprego e insegurança quer agora, com um factóide...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 123/327

006.4.55.O Sessão Deliberativa 19/02/2018-21:12
Extraordinária - CD

Publ.: DCD - 2/20/2018 - 116 MARCELO DELAROLI-PR -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS DOS ORDEM DO DIA ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada para votação de requerimento de retirada de pauta da Mensagem nº 80, de 2018, sobre decreto de intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. MARCELO DELAROLI (PR-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PR entende a importância de se votar esse decreto hoje, entende o momento ruim, difícil por que está passando o Estado do Rio de Janeiro, onde policiais estão sofrendo, morrendo - no ano passado, mais de cem, e hoje mais um foi baleado. Alguns, quando não morrem, ficam em uma cama, sem que o Estado lhes ofereça qualquer condição.

Hoje nós vemos um fio de esperança. É claro que não é o ideal, mas a única esperança hoje de o Rio de Janeiro voltar a ter paz é aprovarmos esse decreto.

O PR orienta "não" a este requerimento e "sim" à intervenção.

Documento 124/327

006.4.55.O Sessão Deliberativa Extraordinária - 19/02/2018-
CD 21:12

Publ.: DCD - 2/20/2018 - 116 DOMINGOS SÁVIO-PSDB -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Apoio à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu quero aproveitar a presença do Ministro Raul Jungmann não apenas para registrar o meu voto favorável a essa



intervenção inevitável no Rio, mas também para dizer o óbvio: ela não é a solução.

O problema da violência afeta o Brasil inteiro. O problema da violência requer uma atitude definitiva de investimento na segurança pública. Eu tenho uma proposta de emenda à Constituição que busca garantir o mínimo de 5%. Hoje se aplica 0,8%, menos de 1%, em segurança pública. O País é obrigado a ter um mínimo para a saúde e um mínimo para a educação. Por que não ter investimento garantido para a segurança pública?

Temos que nos preocupar com o Rio, mas também com o Brasil inteiro. É hora de solidariedade imediata com o Rio - estou a favor da medida - , mas e o meu Estado de Minas Gerais, que está mergulhado na criminalidade? E o risco de essa criminalidade migrar?

É preciso mais investimento em segurança pública, permanente. É isso que eu defendo, Presidente.

Documento 125/327

006.4.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 19/02/2018- CD	21:12
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 117	- JULIO LOPES-PP -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Apoio à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. JULIO LOPES (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pede-me aqui o Prefeito de Angra dos Reis e o nosso colega Essiomar para dizer que, graças a Deus, as tropas federais já estão em todo o Estado.

Inclusive, em Angra dos Reis, a estrada vinha sendo frequentemente bloqueada e assaltos em via federal pública estavam sendo cometidos à luz do dia.

Como eu disse, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no caso do Rio, não se trata de índices de criminalidade, mas sim de áreas geográficas dominadas, em que a autoridade pública não tem acesso.

É contra isso que essa intervenção lutará e certamente vencerá.

Documento 126/327

006.4.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 19/02/2018- CD	21:12
Publ.: DCD - 2/20/2018 127	- LAURA CARNEIRO-PMDB -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PARECER DISCURSO

Sumário

Emissão de parecer à Mensagem nº 80, de 2018, sobre decreto de intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PMDB-RJ. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, vou começar pedindo autorização a V.Exa., em razão do adiantado da hora, para não ler o relatório e passar diretamente ao voto, que é o que nos interessa.

"II - Voto da Relatora

Que honra me reservou o destino! À semelhança do que ocorreu com meu pai, Senador Nelson Carneiro, em 1964, tenho agora a responsabilidade de emitir um parecer acerca do instituto da intervenção federal. Em que pese o fato de que ele opinou pela rejeição de um ato interventivo em pleno regime militar, a mim cabe fazê-lo em momento diferente, sob a égide de um regime democrático que se presta a preservar a paz e a democracia.

De acordo com o art. 49, inciso IV, da Constituição Federal, *'é da competência exclusiva do Congresso Nacional aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas'*.

A seu turno, nos termos do art. 32, inciso IV, alíneas "a" e "j", do Regimento Interno da Câmara, cumpre à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania pronunciar-se acerca da constitucionalidade, da juridicidade, da técnica legislativa das proposições sujeitas à apreciação da Câmara ou de suas Comissões e sobre o mérito da decretação de intervenção federal.

De início, devemos ressaltar que *'a intervenção consiste em medida*



excepcional de supressão temporária da autonomia de determinado ente federativo, fundada em hipóteses taxativamente previstas no texto constitucional, e que visa à unidade e preservação da soberania do Estado Federal e das autonomias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios', sendo um instituto excepcionalíssimo previsto nos arts. 34 a 36 da Carta Magna.

Segundo a doutrina, a intervenção é o ponto nevrálgico de um Estado Federal, que consiste na exacerbação maior do federalismo, quando um dos seus componentes perde a virtude da autonomia e vê-se 'invadido' por autoridades que não são suas, para restabelecer princípios democráticos que conseguiram fazer vingar em seu próprio território.

Ainda devemos ter em mente que a intervenção é um ato essencialmente político-administrativo, cuja competência privativa foi entregue pela Constituição Federal ao Presidente da República, na qualidade de autoridade suprema da preservação do equilíbrio e do Estado Federal, que se assenta em dois vetores de sentidos contrários: a autonomia das entidades federativas e a observância de determinados princípios constitucionais, cuja violação justifica a decretação da medida extrema da intervenção e, por conseguinte, a supressão temporária da autonomia da Unidade da Federação em questão.

Nesse contexto, a competência do Congresso Nacional consiste exatamente em aprovar ou rejeitar, em sua íntegra, esse ato político-administrativo decretado pelo Presidente da República, examinando se ele encontra respaldo nas hipóteses taxativas de intervenção federal previstas na Constituição, se os seus requisitos formais e materiais foram cumpridos e se, enfim, há conveniência política e social em tal medida. Outrossim, não cabe ao Parlamentar alterar, modificar ou aprovar o decreto condicionalmente, procedimentos vedados pela leitura sistêmica dos art. 49, IV; combinado com o art. 84, X, e com o art. 36, § 1º do Texto Magno.

Obviamente, como estamos diante do primeiro caso de decretação de intervenção federal após o advento da Constituição Cidadã de 1988, precisamos ter muita prudência, sentimento cívico e respeito, acima de tudo, aos princípios reitores do Estado Democrático de Direito e aos direitos fundamentais da população do Estado do Rio de Janeiro, pois o que está em jogo, ao fim, é a restauração da normalidade democrática naquela Unidade Federada e do bem-estar da população fluminense, que atualmente se encontra privada do exercício de seus direitos civis mais básicos.

No que concerne à constitucionalidade do Decreto nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018, que determina a intervenção federal no Estado do



Rio de Janeiro, passa-se à análise, uma a uma, de todas as questões consideradas indispensáveis ao rigoroso escrutínio parlamentar acerca dessa grave medida.

No que tange à constitucionalidade formal, compete à União decretar a intervenção federal nos termos do art. 21, inciso V, da Constituição Federal, sendo a sua decretação e execução competências privativas do Presidente da República, de acordo com o art. 84, inciso X, da Carta Federal, condições atendidas no caso em análise.

Nos termos dos arts. 90, inciso I, e 91, § 1º, inciso II, ambos da Lei Maior, compete aos Conselhos da República e de Defesa Nacional pronunciar-se sobre a intervenção federal. Sobre essa questão, observa-se que os referidos conselhos foram efetivamente ouvidos na manhã de 19 de fevereiro de 2018, tendo opinado favoravelmente à intervenção federal.

Sob outro prisma, entende-se que o decreto interventivo observa o art. 36, § 1º, da Constituição Federal, pelo qual:

O decreto de intervenção, que especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução e que, se couber, nomeará o interventor, será submetido à apreciação do Congresso Nacional ou da Assembleia Legislativa do Estado, no prazo de vinte e quatro horas.

Primeiramente, observa-se que o decreto foi submetido à apreciação do Congresso Nacional no prazo de vinte e quatro horas, uma vez que a Mensagem ao Congresso Nacional nº 80, de 2018, foi protocolizada nesta Casa no mesmo dia da edição do decreto interventivo, ou seja, 16 de fevereiro de 2018.

Em segundo lugar, a intervenção federal foi decretada por prazo determinado, a saber, 31 de dezembro de 2018, quando, então, o Rio de Janeiro voltará a assumir a gestão dos órgãos de segurança do Estado.

Em terceiro lugar, o decreto especificou a amplitude da intervenção, que vem a ser a área da segurança pública. Da leitura do art. 1º, § 1º; do art. 3º, *caput* e §§ 4º e 5º; e do art. 4º do decreto interventivo, resta claro que a intervenção é específica para a área de segurança pública com a abrangência para as Secretarias de Estado de Segurança, de Administração Penitenciária, de Defesa Civil, em cuja estrutura se encontra a do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro.

Em quarto lugar, apesar da designação da figura de um interventor ser facultativa, como evidencia o art. 36, § 1º, da Constituição Federal, o decreto designa o General de Exército Walter Souza Braga Netto como interventor federal, não havendo qualquer irregularidade nessa



nomeação.

Em quinto lugar, as condições de execução da medida estão presentes no art. 3º do Decreto. Nesse ponto reside a principal observação feita quanto à intervenção federal ora examinada.

O Decreto nº 9.288, de 2018, ao tratar dos recursos estaduais para a execução da intervenção, especificou que *'o interventor poderá requisitar, se necessário, recursos financeiros, tecnológicos, estruturais e humanos do Estado do Rio de Janeiro afetos ao objeto e necessários à consecução do objetivo da intervenção'*.

Entretanto, ao se referir aos recursos federais, o Decreto trouxe um termo absolutamente genérico. Vejamos a redação do art. 3º, § 3º, do Decreto nº 9.288, de 2018:

§ 3º O Interventor poderá requisitar a quaisquer órgãos, civis e militares, da administração pública federal, os meios necessários para consecução do objetivo da intervenção.

Diante dessa realidade, existe uma interpretação possível do termo utilizado pelo Decreto para que o ato em análise tenha plena eficácia, qual seja: que também deverão ser utilizados todos os recursos financeiros tecnológicos, estruturais e humanos da União para a consecução dos objetivos interventivos. A adoção de interpretação diversa tornaria a medida inócua e dilapidaria ainda mais os já castigados cofres públicos do Estado do Rio de Janeiro.

Explicaremos em números a gravidade da situação" - o Deputado Marcelo Delaroli conhece isso muito bem: "o orçamento de toda a área de segurança pública para o ano de 2018 no Estado do Rio de Janeiro está estimado em 8 bilhões de reais. Desse valor, aproximadamente 96% estão destinados para pagamento de pessoal; 2,7%, para custeio; e apenas 1,3%, para investimento.

Assim, para o ano de 2018, o valor destinado a custeio equivale a algo em torno de R\$ 216 milhões, enquanto o valor para investimentos é de aproximadamente R\$ 104 milhões. Se calcularmos que a intervenção federal terá a duração de 10 meses, chegamos ao ínfimo valor proporcional de R\$ 180 milhões para custear toda a logística das operações a serem realizadas durante a intervenção federal e ao valor de R\$ 87 milhões para garantir seus investimentos.

Ora, é evidente que, sem o aporte significativo de recursos federais, a intervenção federal não conseguirá atingir minimamente os seus objetivos. É indispensável, portanto, que a decretação da medida seja seguida, de imediato, da apresentação de um projeto de lei orçamentária ou da edição de uma medida provisória por parte do



Presidente da República, que destine recursos financeiros suficientes e necessários à execução da intervenção.

Registro, ainda, a reunião do Presidente da República, juntamente com os Ministros da Fazenda e da Assistência Social" (...), no Rio de Janeiro, com a presença de Parlamentares, com a presença da sociedade civil, com a presença do Poder Judiciário, da Defensoria Pública e do Ministério Público, sobre a intervenção na área de segurança, Deputado Gilberto, "sinalizando a intenção de concessão desses fundamentais recursos para a consecução da medida ora analisada.

Também para garantir o nosso objetivo, registramos que estamos apresentando anexa indicação para que o Poder Executivo envie imediatamente os atos normativos garantidores dos recursos, os quais não podem se restringir à área de segurança pública, mas também devem incluir a área de assistência social. Ainda há necessidade, quando da elaboração do projeto de lei orçamentária para os anos vindouros, de previsão de recursos que consolidarão a efetividade das ações interventivas após o dia 31 de dezembro do corrente ano.

Quanto aos aspectos de constitucionalidade material, o ato em análise pelo Congresso Nacional se enquadra na hipótese do art. 34, III, da Constituição Federal, em termos literais: *'pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública'*.

Tal hipótese é classificada pela doutrina como caso de 'intervenção espontânea' a se realizar de ofício pelo Presidente da República e que não depende de provocação por outros Poderes. Sob esse prisma, a intervenção federal ora examinada foi regularmente decretada de ofício pelo Chefe do Poder Executivo federal.

Sobre o que devemos entender por 'grave comprometimento da ordem pública' leciona Francisco Bilac Pinto Filho que *'o comprometimento da ordem pública talvez seja o estágio mais grave a que possa chegar a degradação de uma Nação. (...) A ordem pública é aquela que pressupõe que todos os poderes do Estado estejam em seu funcionamento habitual e que todos os seus cidadãos não estejam sendo perturbados por fatos, atos ou coisas que as autoridades estaduais não possam impedir ou controlar'*. Essa descrição indiscutivelmente se amolda à realidade atual do Estado do Rio de Janeiro, como ainda teremos oportunidade de reiterar na análise do mérito do decreto de intervenção.

Quanto à juridicidade do decreto interventivo, alguns aspectos merecem a nossa reflexão.

Dispõe o art. 2º, parágrafo único, do decreto que o cargo do interventor



é de natureza militar. Considera-se que a norma encontra respaldo no art. 15, § 7º, da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, pelo qual a atuação militar na defesa da Pátria, na garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem e na repressão de ilícitos é considerada atividade militar.

No entanto, há uma situação lacunosa em relação ao emprego das Forças Armadas, se requisitadas, uma vez que não há referência expressa no decreto indicando que elas estarão revestidas do poder de polícia, do que resultou indicação específica nesse sentido, que também apresentamos em anexo.

Nos termos do art. 3º, § 1º, do decreto, o interventor federal não está sujeito às normas estaduais que conflitem com as medidas necessárias à execução da intervenção. Considero que essa norma não apresenta vícios, na medida em que objetiva assegurar a subordinação do interventor exclusivamente aos comandos do Presidente da República e às leis federais, de modo que a legislação estadual não apresente obstáculos a medidas necessárias à execução da intervenção.

Em relação à técnica legislativa (...)", conforme preceitua a Constituição Federal, ao invés de se utilizar o termo específico 'Constituição Federal', o decreto utilizou a expressão 'Constituição', mas entendemos que tal uso não traz grandes prejuízos.

"Feitas essas considerações, entendo que o decreto de intervenção é dotado de constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa."

Passamos, então, e finalmente, à análise do mérito.

"Em relação ao mérito, não podemos perder de vista que a crescente criminalidade no Estado do Rio de Janeiro por vários anos não teve o combate eficaz pelos órgãos de segurança pública do Estado. A criminalidade organizada, por facções e atividades milicianas, fez com que, em oportunidades anteriores, houvesse uma atuação conjunta entre as Forças Armadas e os órgãos de segurança pública do Estado. Ainda assim, nada disso se demonstrou eficaz, seja em razão da falta de continuidade ou da falta de integração entre os órgãos.

É notório a qualquer pessoa, residente ou não no Rio de Janeiro, que a criminalidade tem impedido o livre exercício da cidadania, bem como o direito de ir e vir. A comprovar, basta que se vejam os noticiários diários sobre a obstrução da circulação de vias importantes do Estado, fazendo com que a população da Capital, da Baixada Fluminense ou do interior se sinta absolutamente desprotegida. Essa força intolerável do crime - organizado ou não - exige medidas urgentes como solução extrema para o resgate da paz e da segurança social.



Além disso, essa mesma violência tem feito com que empresas abandonem o nosso Estado, combalindo ainda mais a sua atividade econômica e aumentando desemprego, bastando citar como exemplo o incontrolável roubo de cargas. No mesmo sentido, a própria atividade postal do nosso Estado vem sendo inibida com constantes roubos a agências e veículos dos Correios.

Não bastasse, quem entre nós, não tem um familiar ou um amigo que não tenha sido vítima de violência" no Rio? "Áreas que outrora não apresentavam índices significativos passaram a ser consideradas áreas de risco.

Essas são considerações iniciais diante de fatos públicos e notórios, que justificam uma atuação mais intensa para o resgate da ordem pública. A violência não poupa bebês, crianças, mulheres, idosos e nem mesmo policiais.

Nesse conceito de ordem pública, torna-se importante assegurar a toda a sociedade o exercício dos mais elementares direitos, como o de se deslocar para o trabalho ou de conduzir seus filhos à escola, levando a certeza do retorno, ao fim de uma jornada, a seus lares; coisa que, hoje, o Estado não consegue garantir.

O Estado não tem se demonstrado garantidor da paz social. Isso se dá, sobretudo, pelo sucateamento das Polícias Civil e Militar, pelo sistemático atraso no pagamento dos seus servidores, pelo não aparelhamento da polícia técnica, pela ineficiência da atividade de investigação por falta de recursos materiais e humanos, sem contar ainda pelo absoluto descontrole na gestão do sistema penitenciário.

Tudo isso comprova que a falta de aparelhamento e qualificação dos agentes de segurança pública são indicadores inquestionáveis de que, como dito, é necessária a adoção de medidas extremas e excepcionais no Estado do Rio de Janeiro.

Temos, assim, razões mais do que suficientes para que a intervenção seja o caminho único, neste momento, para refrear a violência, para requalificar os profissionais de segurança pública, para reestruturar seus órgãos e para desenvolver políticas sociais que permitam o retorno do bem social, da dignidade da pessoa humana e, sobretudo, que garantam a preservação da vida.

A expectativa é, assim, de que a intervenção seja capaz não só de produzir resultados imediatos, como também de gerar efeitos para o futuro.

O decreto em análise trata de uma intervenção federal e em nada se confunde com uma intervenção militar. É obrigação constitucional da



União garantir a ordem social da Nação brasileira.

O novo gestor, o General Braga Netto, será o responsável pela coordenação de três Secretarias de Estado, substituindo o Governador, e poderá, para isso, utilizar todos os meios disponíveis em órgãos civis e militares da União e do Estado. Significa dizer que poderá requisitar militares do Exército, da Aeronáutica, da Marinha e, também, integrantes da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, da ABIN, da Força Nacional de Segurança e da Guarda Portuária.

Entretanto, muito mais é necessário. As políticas implementadas durante a vigência da intervenção, na confiança de que gerem os resultados almejados, devem se transformar em políticas de Estado, e não apenas de Governo. Garantirão, assim, a manutenção de ações integradas e o acompanhamento e controle dos indicadores de criminalidade, afastando o emprego frequente de medidas que são apenas eventuais e pontuais, como sempre ocorrem em situações excepcionais à semelhança da que agora se apresenta.

Por outro lado, é preciso assegurar à população carioca e fluminense que nenhuma medida, mesmo uma ação extrema, como a prevista no decreto sob análise, será capaz de ameaçar as garantias e os direitos individuais e o Estado Democrático de Direito, consagrados pela nossa Carta Magna.

Por fim, é crucial que sejam feitos investimentos em projetos estruturantes, em logística, modernização e programas inovadores para as forças de segurança estaduais, de modo a servir como herança para o resgate do estado de paz social que o povo do Rio de Janeiro merece.

Outrossim, se as operações ostensivas são importantes para o restabelecimento da ordem e da segurança, as atividades de inteligência, sobretudo, serão vitais para o sucesso da intervenção federal.

É evidente que estamos diante de um ato do Poder Executivo federal que, pelas suas repercussões, tem gerado intensos debates no Congresso Nacional e, mais ainda, em toda a sociedade brasileira, tal a intensidade da medida e o seu alcance.

No calor da discussão, temos ouvido argumentos a favor e contrários ao decreto de intervenção no Estado do Rio de Janeiro, chamando particular atenção aqueles que, sem apresentar contrapartida ao menos razoável, contrapõem-se a essa medida extrema que foi adotada pelo Governo Federal.

Todavia, extrema é a condição a que foi levada a população do Rio de



Janeiro, refém de uma criminalidade que só faz crescer em periculosidade e na sua ousadia com que agride a sociedade e desafia os órgãos de segurança pública.

Um dos argumentos contrários à intervenção é que existem muitos outros Estados onde a violência é quantitativamente muito maior do que no Rio de Janeiro e que, em razão disso, a atuação do Governo Federal nesse Estado poderia provocar um efeito cascata com outras Unidades da Federação pedindo providências idênticas.

Até podemos concordar com colocações assim, mas existe um aspecto que não está sendo vislumbrado ou, se está, muito poucos conseguiram enxergar: no Rio de Janeiro - ao contrário do que acontece em outros Estados, nos quais grande parte dos crimes violentos é pulverizada na esfera da microcriminalidade, sem pretensões de controle territorial -, o crime organizado estabeleceu zonas de controle bem delimitadas, onde o Estado não entra e que chegam a dar lugar a disputas territoriais entre quadrilhas rivais.

O controle do território talvez seja o fator mais significativo, no universo de muitos outros, a justificar a intervenção federal. É uma autêntica guerra entre quadrilhas e entre o Estado e essas organizações criminosas. Ela não estará vencida enquanto as forças de segurança não ocuparem o terreno hoje dominado pela macrocriminalidade e o Estado não voltar a se fazer presente no cumprimento dos seus deveres para com seus cidadãos.

Além disso, ainda que outros Estados possam apresentar índices de homicídio maiores do que os do Rio de Janeiro, é nessa Unidade da Federação, no meu Estado, "que houve considerável ampliação do número de tiroteios, sendo o aumento estimado em 117% apenas em 2018 e chegando à triste marca de 450 tiroteios (...)" em 50 dias. Isso significa dizer quase 10 tiroteios por dia, e quem diz isso, assustem-se, são os aplicativos de Internet feitos pela sociedade civil: Fogo Cruzado e Onde Tem Tiros. "Existe algum outro Estado do Brasil que possua aplicativos para saber onde há tiroteios?"

Alguém teria uma solução melhor do que a intervenção para que os Poderes da República retomem a posse e o controle das zonas conflagradas do crime organizado do Rio de Janeiro?

É lá que estão as bases operacionais e os postos de comando daqueles que, de dentro e de fora dos presídios, conduzem as ações criminosas por todo o Estado.

Não faltam carpideiras tentando enterrar a intervenção antes mesmo de ela ter início. Entretanto, é preciso dar uma chance para que a população fluminense volte a ter alguma tranquilidade, para que as



empresas cessem o êxodo em busca de lugares onde possam produzir sem os sobressaltos a que estão sendo submetidas no Rio de Janeiro, aumentando ainda mais o exército de desempregados.

Não está se dizendo aqui", Deputado Pedro Paulo, "que a intervenção será a panaceia para o Rio de Janeiro, mas, seguramente, foi a medida extrema encontrada para uma condição extrema. É o tratamento de choque indispensável para uma Unidade da Federação que foi levada à UTI.

Por outro lado, o decreto se constitui em uma 'ponta de lança' de uma série de outras medidas que poderão ser adotadas ou aperfeiçoadas ao longo da intervenção, não se esgotando em si mesmo, até porque propugnamos para que as ações de alcance social sejam paralelamente adotadas.

Veja-se que a intervenção se dá no prazo exato que vai até o fim das gestões do atual chefe do Poder Executivo da União e do atual chefe do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, de modo que as ações decorrentes estarão garantidas por essas autoridades até 31 de dezembro (...).

Não se pode olvidar que, no bojo da intervenção federal do Estado do Rio de Janeiro, há medidas que se impõem além dos seus limites e que são da alçada do Governo Federal. Há de serem intensificadas", Deputado Darcísio Perondi, "as operações contra o tráfico internacional e interestadual de armas e drogas".

Vou ler a última parte, Sr. Presidente.

Por fim, mas não menos importante, eu gostaria de agradecer o apoio e a escolha do Deputado Rodrigo Maia, Presidente desta Casa, que me concedeu a honra do convite para esta tarefa árdua, difícil, mas que pode salvar o meu Estado.

Quero agradecer a toda a bancada do Rio, a todos os Deputados, os que votarem "sim" e os que votarem "não". E acho que a grande maioria votará "sim", porque qualquer um dos Deputados do Rio de Janeiro talvez fizesse muito melhor do que eu fiz: talvez fizesse um relatório relatando - mais do que isso, retratando - o que vivemos hoje no nosso Estado.

"(...) Registro a importância da criação do Observatório da Câmara dos Deputados, por iniciativa do Presidente Rodrigo Maia, a ser constituído para acompanhar a execução orçamentária dos recursos empregados, bem como o fiel cumprimento da legislação, desempenhando o papel do Controle Externo do Congresso Nacional, insculpido no art. 70 da Constituição Federal. Registro também agradecimento" - o Deputado



Rodrigo Maia anunciou a escolha da Relatora num sábado; minto, no sábado às 2 da tarde - "aos Consultores (...) Fernando Carlos Wanderley Rocha, Leo Van Holthe e Roberto Troncoso Rodrigues Neto", que desde esse momento trabalharam e ficaram até quase às 11 horas da noite aqui na Câmara, para construirmos este relatório e conseguirmos, de alguma maneira, estabelecer todas as regras e provar a este Plenário que este projeto é absolutamente constitucional.

"Considerando que estou convencida de que as medidas de intervenção não podem se limitar aos órgãos de segurança pública, mas também devem abranger ações e medidas de assistência social para que o problema da segurança no Rio de Janeiro seja resolvido", ou minorado, Deputada, "estou apresentando, juntamente com este parecer, duas indicações que sugerem ao Exmo. Sr. Presidente da República a destinação urgente de dotações orçamentárias para que a União participe do custeio das medidas, inclusive, as relacionadas às áreas de assistência social e também indique, nas propostas orçamentárias de 2019 e dos anos seguintes, as medidas de caráter continuado que terá que serão adotadas após o término da intervenção federal.

Ante o exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Decreto nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018, encaminhado por meio da Mensagem nº 80 de 2018, que 'decreta intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública', nos termos do projeto de decreto legislativo", que vou ler, "e pelo envio das indicações anexas", que serão publicadas. (...)

Projeto de Decreto Legislativo

(...)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Decreto nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018, que "Decreta intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública".

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Termino pedindo a cada Parlamentar deste Plenário, a cada um de nós, que simplesmente, por um momento, feche os olhos e se imagine pai ou mãe de uma criança ou de um adulto que morreu com uma bala perdida.



Obrigado a V.Exas.

Somos pela aprovação da matéria.

(Palmas.)

Documento 127/327

007.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 19/02/2018-23:32	
Publ.: DCD 2/20/2018 - 185	MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO	DE

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento da votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2018, sobre a aprovação do Decreto nº 9.288, de 2018, relativo à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nós estamos mais uma vez diante de uma grave decisão a ser tomada pelo Congresso Nacional, pela Câmara dos Deputados neste momento.

Ao nos posicionarmos contrariamente a esse decreto e ao contestarmos o encerramento tão rápido desta discussão sobre um tema tão grave, nós nos posicionamos com a clareza de quem defende a segurança pública verdadeira, de quem defende para o povo não uma simulação, uma brincadeira, a utilização do sofrimento das pessoas, de pais, mães, crianças, que querem e precisam de políticas de segurança integradas a todas as demais, para salvarem vidas, protegerem e garantirem o fundamental.

Senhores e senhoras, ao nos posicionarmos contra esse decreto, nós também nos posicionamos favoravelmente a que as Forças Armadas do Brasil realizem suas atribuições constitucionais. Que elas cuidem das fronteiras, que enfrentem aqueles que ameaçam o Brasil de fora para dentro desta Nação.

No entanto, esse decreto, em conjunto com a Lei nº 13.491, de 2007,



constituem um estado de exceção, um perigoso estado de exceção. Não há uma medida sequer, não há um plano apresentado, não há uma estratégia concreta para salvar vidas, favoravelmente à segurança. Mas há o esvaziamento da atuação de forças policiais, há o esvaziamento dos Estados. Há uma medida aqui que não trata da investigação, não trata dos inqueritos, não trata da segurança preventiva, não trata de segurança pública, mas cria um estado de exceção, um estado de exceção que é feito através de uma intervenção militar.

Os senhores se escondem da palavra que foi escrita e assinada por Michel Temer. Ora, o cargo é de interventor de natureza militar. Este País lutou até 1985, por 21 anos, para que não tivéssemos mais o poder político com o comando de militares! E agora nós temos um comando político militar instituído por um Governo golpista, por um Governo ilegítimo.

Quanto os senhores, como Congresso, reduzirão o seu papel e não estarão à altura de um Ulysses, não estarão à altura de um Rubens Paiva e de todos que lutaram pela liberdade? Quanto os senhores e senhoras diminuirão o Congresso Nacional ao aprovarem, se vierem a aprovar, um decreto como esse, que pisa na democracia deste País?

Documento 128/327

007.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 19/02/2018-23:32
Publ.: DCD 2/20/2018 - 186	DARCÍSIO PERONDI-PMDB -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento da votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2018, sobre a aprovação do Decreto nº 9.288, de 2018, relativo à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB-RS. Sem revisão do orador.) - Estado de exceção? Como?! As senhoras e os senhores da Oposição defendem a Venezuela. As senhoras e os senhores da Oposição defendem a Coreia do Norte. As senhoras e os senhores da Oposição



defendem Cuba. Que moral têm? Este decreto, sim, é uma medida extrema calcada na Constituição Federal, que, aliás, os senhores não quiseram assinar em 1988. Que moral os senhores têm? Nenhuma, nenhuma!

(Manifestação no plenário.)

E aqui ouvi umas excrescências sem precedentes: que essa intervenção vai significar violência sobre as crianças do Rio de Janeiro! Olhem a hipocrisia e o delírio dos senhores e das senhoras de Oposição!

(Manifestação no Plenário: Geddel Vieira Lima! Eduardo Cunha! Moreira Franco!)

Primeiro, porque levaram uma lavagem de votos no ano passado; segundo, porque a lavagem de votos vai se repetir em 1º de outubro, agora, logo. Ou os senhores estão precisando - todos! - de tratamento psiquiátrico? Não tem outra explicação, não tem outra explicação!

(Manifestação no plenário.)

Povo do Rio de Janeiro, olhem para os Deputados e as Deputadas, não só os do Rio de Janeiro, mas para a Oposição no Brasil. Olhem o que eles estão fazendo com vocês, famílias enlutadas, famílias que choram e que ainda poderão chorar, famílias de soldados, de trabalhadores e de jovens que perderam a vida.

E os senhores, exclusivamente, bestialmente, horrivelmente, vão votar contra a intervenção. Abandonem os seus cargos! Abandonem os seus cargos!

Documento 129/327

007.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-23:32
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 186	BOHN GASS-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE

Sumário

Orientação de bancada para votação de requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento da votação do Projeto de Decreto Legislativo



nº 886, de 2018, sobre a aprovação do Decreto nº 9.288, de 2018, relativo à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

O SR. BOHN GASS (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PT vota contra o encerramento da discussão porque nós precisamos apontar que essa situação do Rio de Janeiro foi criada pelos Governos do Rio, principalmente os do PMDB, e pelo Michel Temer.

Este Congresso, Deputados e Deputadas, votou pelo congelamento, pelo teto dos gastos. Durante 20 anos, não serão aumentados gastos em educação, saúde e segurança. Ainda estamos no primeiro ano, e eles já não aguentam mais. Aqui, a base do Governo votou pelo teto dos gastos, provocando exatamente essa situação.

Nós queremos derrubar, e votamos contra, à época, a Proposta de Emenda Constitucional do Teto dos Gastos.

Em segundo lugar, o Rio de Janeiro é o único Estado que tem o regime de recuperação fiscal: não contrata servidor, não paga o policial e, obviamente, entra nesse caos.

Nós queremos mais debate.

Documento 130/327

007.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-23:32
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 187	SIMÃO SESSIM-PP -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE

Sumário

Orientação de bancada para votação de requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento da votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2018, sobre a aprovação do Decreto nº 9.288, de 2018, relativo à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do



orador.) - O PP, Sr. Presidente, diz o seguinte: o Rio de Janeiro não aguenta mais a situação que está vivendo e espera ansiosamente a aprovação desse decreto. Por isso, aguardar mais é fazer com que ansiedade do Rio cresça muito.

Por isso, Presidente, votamos "sim" ao encerramento da discussão.

Documento 131/327

007.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-23:32
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 187	BETINHO GOMES-PSDB -PE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE

Sumário

Orientação de bancada para votação de requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento da votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2018, sobre a aprovação do Decreto nº 9.288, de 2018, relativo à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

O SR. BETINHO GOMES (PSDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PT deu sustentação, o tempo inteiro, ao Governo Sérgio Cabral, foi sócio daquele Governo. Ajudou a afundar o Rio de Janeiro na pior crise fiscal de sua história e, por consequência, é corresponsável pelos graves danos àquela população. No entanto, aqui prefere usar do proselitismo político para poder fazer a guerra partidária.

Este é o momento em que o País se mobiliza, em que a Nação atua para ajudar a população, que está refém do crime. Essa não é a solução perfeita, mas é algo urgente.

Por isso, o PSDB orienta "sim".

Documento 132/327

007.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-23:32
------------	-------------------------------	--------------	------------------



Publ.: DCD - 2/20/2018
- 187 RAQUEL MUNIZ-PSD -MG

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

ORIENTAÇÃO
BANCADA
DISCURSO DE

Sumário

Orientação de bancada para votação de requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento da votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2018, sobre a aprovação do Decreto nº 9.288, de 2018, relativo à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

A SRA. RAQUEL MUNIZ (PSD-MG. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PSD orienta "sim", Sr. Presidente, e aproveita para lembrar a morte do soldado Machado, na cidade de Montes Claros, no norte de Minas Gerais, e a eficiência da Polícia Militar para elucidar o crime.

O soldado Machado representa aquilo que procuramos responder por meio de um poema: *"Se os tais heróis não voltam mais pra casa, será que vale a pena ser herói?"* Tantos policiais já morreram no Rio de Janeiro e no Brasil! No Rio de Janeiro, essa intervenção será um exemplo para todo o País.

Quero que seja registrado e divulgado pelos meios de comunicação da Casa este meu pronunciamento.

O PSD vota "sim".

Documento 133/327

007.4.55.O Sessão Deliberativa 19/02/2018-23:32
Extraordinária - CD

Publ.: DCD - 2/20/2018
- 188 LAERTE BESSA-PR -DF

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

ORIENTAÇÃO
BANCADA
DISCURSO DE

Sumário

Orientação de bancada para votação de requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento da votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2018, sobre a aprovação do Decreto nº 9.288, de 2018, relativo à



intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

O SR. LAERTE BESSA (PR-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós voltamos a repetir: a intervenção, por si só, não resolve o problema. Precisamos ter, aliado a essa intervenção, um plano de segurança pública, não só para o Rio de Janeiro, mas para todo o Brasil. Se vai ser criado o Ministério da Segurança Pública, está na hora de fazermos um projeto que inclua todo o Brasil, para que possamos renovar e dar mais condições para a segurança pública, porque no final do ano acabará a intervenção, e o Rio de Janeiro vai voltar ao que era. Mesmo que a intervenção surta parcial efeito agora, nós temos que cuidar da segurança para o futuro. Não adianta nada ficarmos cobrindo uma coisa e, no final, voltarmos à estaca zero, que é o que pode acontecer no final do ano, Sr. Presidente. É importante que vejamos isso agora. Esse projeto tem que ser feito.

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 134/327

007.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 19/02/2018-23:32
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 188	JOSÉ CARLOS ALELUIA-DEM -BA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada para votação de requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento da votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2018, sobre a aprovação do Decreto nº 9.288, de 2018, relativo à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a pergunta deveria ser esta: por que os Governos, inclusive os nossos ou do Presidente Fernando Henrique Cardoso, toleraram tanto o crescimento do crime no Brasil?

V.Exa., como Presidente da Câmara, já tinha estabelecido a prioridade

da pauta de segurança pública.

Eu tenho que dizer que o Governador Pezão acertou ao reconhecer - diferentemente do Governador do meu Estado, que não reconhece - que está perdendo a batalha contra a violência.

Nós devemos encerrar a discussão, aprovar o decreto e fazer com que o Estado brasileiro mostre que é capaz de combater o crime e é capaz de restabelecer a lei e os valores fundamentais da sociedade: o respeito à vida, à liberdade e à propriedade.

Nós votamos pelo encerramento da discussão.

Documento 135/327

007.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-23:32
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 188	HUGO LEAL-PSB -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO
			DE

Sumário

Orientação de bancada para votação de requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento da votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2018, sobre a aprovação do Decreto nº 9.288, de 2018, relativo à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

O SR. HUGO LEAL (PSB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSB vai votar "sim", Sr. Presidente. Nós temos que fazer o enfrentamento dessa questão no seu mérito. Então, nós não precisamos mais continuar com a discussão, porque esta permanecerá enquanto o decreto viger.

O PSB vota "sim".

Documento 136/327

007.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-23:32
------------	-------------------------------	--------------	------------------

Publ.: DCD - 2/20/2018
- 188 FELIPE BORNIER-PROS -RJCÂMARA
DEPUTADOSDOS
ORDEM DO DIAORIENTAÇÃO
BANCADA
DISCURSO DE

Sumário

Orientação de bancada para votação de requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento da votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2018, sobre a aprovação do Decreto nº 9.288, de 2018, relativo à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

O SR. FELIPE BORNIER (Bloco/PROS-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PTB entende que é preciso encerrar a discussão, porque é de suma importância essa votação para o País. A criminalidade hoje no Rio de Janeiro é uma coisa muito séria, e essa é uma realidade em todo o Brasil. Precisamos, sim, debater isso, acompanhar isso, juntamente com a Comissão Especial que vamos ter nesta Casa, num trabalho sério. É com grandiosidade e com liderança que precisamos encarar essa realidade hoje no Brasil.

Votamos "sim".

Documento 137/327007.4.55.O Sessão Deliberativa 19/02/2018-23:32
Extraordinária - CDPubl.: DCD - 2/20/2018
- 189 ROSANGELA GOMES-PRB -RJCÂMARA
DEPUTADOSDOS
ORDEM DO DIAORIENTAÇÃO
BANCADA
DISCURSO DE

Sumário

Orientação de bancada para votação de requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento da votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2018, sobre a aprovação do Decreto nº 9.288, de 2018, relativo à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

A SRA. ROSANGELA GOMES (PRB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, mais uma vez, quero colocar a nossa

preocupação: a intervenção se faz necessária, uma vez que o Rio perdeu o controle da segurança pública, mas isso não resolverá o problema do Rio de Janeiro.

Enquanto criança, passei parte da minha vida na Favela de Vigário Geral e de Parada de Lucas. Ali eu já via armamento pesado. Isso até hoje continua a ser visto. Enquanto o Estado investir mais em presídios do que em educação, nós sofreremos. Precisamos fazer um discurso mais sério com relação a planejamento familiar, investimento em educação, cultura, esporte e lazer.

Este é um momento gritante da nossa Nação, que não se resolverá só com a intervenção federal, mas esta se faz necessária.

Nós votaremos "sim".

Documento 138/327

007.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-23:32
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 189	SUBTENENTE GONZAGA-PDT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE

Sumário

Orientação de bancada para votação de requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento da votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2018, sobre a aprovação do Decreto nº 9.288, de 2018, relativo à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT vai votar "sim", pelo encerramento da votação, mas queremos fazer alguns registros.

A intervenção no Rio de Janeiro é, de fato, o reconhecimento pelo Governo Federal da grave crise que se instalou e generalizou no Rio de Janeiro, mas temos que ter todos nós a clareza de que a crise na segurança pública não é exclusividade do Rio de Janeiro. A ocorrência de 60 mil assassinatos no Brasil é algo a trazer preocupação ao conjunto desta Casa em relação a todos os Estados. Nós não podemos



votar a intervenção no Rio de Janeiro e esquecer o resto do País.

Nós não queremos intervenção em Minas Gerais, e não haverá intervenção em Minas Gerais, porque aquele Estado não está com a corrosão que se vê no Rio de Janeiro, mas é preciso que o Governo Federal se responsabilize no que diz respeito à garantia dos recursos financeiros. Como vai garanti-los para o Rio, que os garanta também para Minas Gerais.

Documento 139/327

007.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-23:32
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 189	EZEQUIEL TEIXEIRA-PODE -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE

Sumário

Orientação de bancada para votação de requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento da votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2018, sobre a aprovação do Decreto nº 9.288, de 2018, relativo à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

O SR. EZEQUIEL TEIXEIRA (PODE-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Podemos, Sr. Presidente, vota "sim" ao requerimento de encerramento da discussão e vai votar "sim" à intervenção.

É claro e evidente que o povo clama e anseia por isso há muito tempo. O povo vê um Governo desgovernado e sofre com esse desgoverno.

Vamos votar "sim" a este requerimento e vamos votar "sim" à intervenção.

Documento 140/327

007.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-23:32
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 190	AUREO-SD -RJ		



Sumário

Orientação de bancada para votação de requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento da votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2018, sobre a aprovação do Decreto nº 9.288, de 2018, relativo à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

O SR. AUREO (SD-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Rio de Janeiro clama por segurança pública. Houve 750 mil ocorrências no ano de 2017. A população vive uma crise na segurança pública e tem deixado o emprego porque não consegue chegar ao emprego: acorda às 5 horas e é assaltada, perde o telefone celular, não sai de casa porque está em pânico. E hoje o Governo Federal apresenta uma solução, que é a intervenção na segurança pública do Estado.

O Solidariedade encaminha o voto "sim", Sr. Presidente.

Documento 141/327

007.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 19/02/2018-23:32
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 190	DAVIDSON MAGALHÃES-PCDOB -BA	

Sumário

Orientação de bancada para votação de requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento da votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2018, sobre a aprovação do Decreto nº 9.288, de 2018, relativo à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

O SR. DAVIDSON MAGALHÃES (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, essa intervenção improvisada, sem nenhum planejamento, é uma demonstração clara de que o Governo não tem plano para enfrentar o problema da violência que tomou conta



do nosso País. E essa atitude em relação ao Rio de Janeiro é uma atitude completamente politqueira, que põe em risco os direitos civis da população do Rio de Janeiro e não resolve o problema da violência.

O Governo Federal já fez intervenção no Rio de Janeiro. Os resultados foram completamente inócuos, como diz o próprio Comandante do Exército Brasileiro. Nós estamos diante de mais uma atitude completamente voltada aos interesses politqueiros deste Governo. Aliás, o formulador dessa intervenção, o próprio Moreira Franco, demonstra o conteúdo dessa intervenção.

Portanto...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 142/327

007.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-23:32
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 190	XUXU DAL MOLIN-PSC -MT		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE

Sumário

Orientação de bancada para votação de requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento da votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2018, sobre a aprovação do Decreto nº 9.288, de 2018, relativo à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

O SR. XUXU DAL MOLIN (PSC-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSC, Sr. Presidente, vai apoiar o Estado de V.Exa. para garantir a esperança do povo do Rio de Janeiro em ter direito à vida.

Como mato-grossense, eu vou pedir que a mesma ação seja feita nas fronteiras do nosso País. É muito importante fortalecê-las. As Forças Armadas vão ter mais utilidade. Vão sair dos seus quartéis e vão ajudar a salvar vidas, a dar mais segurança para o nosso povo.

Esta Casa precisa rever seus conceitos. Há muita hipocrisia aqui. Realmente, é desanimador ver discursos demagógicos. Tem que dar adicional de insalubridade para os funcionários desta Casa, por

ouvirem tanta bobagem dessa gente eleita, que ganha um salário enorme, e não defende o nosso País.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 143/327

007.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-23:32
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 190	ALEX MANENTE-PPS -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO DE

Sumário

Orientação de bancada para votação de requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento da votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2018, sobre a aprovação do Decreto nº 9.288, de 2018, relativo à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

O SR. ALEX MANENTE (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PPS, Sr. Presidente, defende o fim do encerramento da discussão, porque nós queremos votar a intervenção federal. É um remédio amargo - novamente falamos sobre isso -, mas é necessária, num momento de tamanha violência no Rio de Janeiro, que está sem nenhuma condição de estruturar a segurança pública no Estado. Portanto, é necessária a intervenção federal. Que nós tenhamos sucesso nos meses em que esse trabalho será realizado!

Por isso, o PPS defende o encerramento da discussão e vota "sim".

Documento 144/327

007.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-23:32
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 191	PASTOR EURICO-PHS -PE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO DE

Sumário

Orientação de bancada para votação de requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento da votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2018, sobre a aprovação do Decreto nº 9.288, de 2018, relativo à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

O SR. PASTOR EURICO (PHS-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Lamentavelmente, não estamos discutindo aqui, Sr. Presidente, intervenção militar, e sim uma intervenção federal com o comando de um militar, apenas isso.

O Rio de Janeiro é um Estado referência para o mundo. Na verdade, uma resposta está sendo dada. Não morro de amores pelo Presidente da República, mas entendo que essa atitude é positiva. Bom seria que pensássemos da mesma forma com relação a outros Estados que também estão vivendo momentos de violência. Cito o meu Estado de Pernambuco, mas, é claro, há tantos outros. Bom seria que tivéssemos essa intervenção também em outros Estados, para darmos melhor segurança à população.

O nosso voto, Sr. Presidente, é "sim".

Documento 145/327

007.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-23:32
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 191	EVAIR VIEIRA DE MELO-PV -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE

Sumário

Orientação de bancada para votação de requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento da votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2018, sobre a aprovação do Decreto nº 9.288, de 2018, relativo à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (PV-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o sistema GLO, que é a Garantia da Lei e da



Ordem, já está, há muito tempo, presente no Estado do Rio de Janeiro. Essa intervenção é administrativa, porque o Estado perdeu a capacidade de gestão de seu sistema de segurança. Uma vez que os fiéis não podem mais frequentar as suas igrejas, que as crianças não podem mais frequentar as suas escolas, que os cariocas estão sem poder receber nas suas casas as correspondências, é necessário que o Estado Maior, que a União assuma o comando, assumam o controle.

Essa ação no Rio de Janeiro traz consequências e impactos aos Estados vizinhos. No Espírito Santo, o Governo do Estado já está mobilizado, mas nós também precisamos do Governo Federal e do reforço de recursos, para que o Estado do Espírito Santo possa, nas fronteiras de mais de 200 quilômetros, ajudar no sistema de garantia de proteção.

O PV orienta "sim", Sr. Presidente.

Documento 146/327

007.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-23:32
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 191	EDMILSON RODRIGUES-PSOL -PA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE

Sumário

Orientação de bancada para votação de requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento da votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2018, sobre a aprovação do Decreto nº 9.288, de 2018, relativo à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, parece-me que o recesso do carnaval - que, aliás, foi longo - cansou a bancada governista. Aí eu vejo um cidadão dizendo: "*Deputado ganha, e não quer trabalhar*". Então, vamos trabalhar, vamos discutir! Eu me sinto ofendido, como um dos 207 milhões de brasileiros, de ser um dos 17 Deputados do Pará e não poder debater um tema tão grave e tão importante para o nosso País. Vamos suspender o debate? Vamos encerrar a discussão?

Eu começo a acreditar que Luiz Eduardo Soares tem razão: o Brasil

deixa de ser o país dos juízes para se tornar a nação dos generais. Alguém está incomodado com algum capitão candidato?

Eu não voto e discordo absolutamente do que ele defende, mas parece que uma estrutura de poder hierarquicamente...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota, Deputado? É "sim" ou "não"?

O SR. EDMILSON RODRIGUES - Orientamos o voto "não", Sr. Presidente.

Documento 147/327

007.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-23:32
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 192	WADIH DAMOUS-PT -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE

Sumário

Orientação de bancada para votação de requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento da votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2018, sobre a aprovação do Decreto nº 9.288, de 2018, relativo à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

O SR. WADIH DAMOUS (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, nós entendemos que se trata de uma intervenção militar adotada num quadro de estado de exceção, inconstitucional. Fabricou-se, aqui, um quadro do Rio de Janeiro para justificar uma medida que o povo do Rio de Janeiro não merece.

Preocupa-me muito o envolvimento do Exército numa atividade com a qual o próprio Exército já disse que não se sente confortável e, nas vezes que interveio, nenhum resultado positivo foi alcançado. Portanto, o que nós estamos vendo aqui é uma verdadeira farsa.

Na verdade, o Rio de Janeiro e o Brasil não estão precisando de intervenção militar, estão precisando é de intervenção popular.



Eleições já, no Rio de Janeiro!

A Minoria libera.

Documento 148/327

007.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-23:32
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 192	MAURO PEREIRA-PMDB -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE

Sumário

Orientação de bancada para votação de requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento da votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2018, sobre a aprovação do Decreto nº 9.288, de 2018, relativo à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

O SR. MAURO PEREIRA (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero primeiramente parabenizar o nosso Ministro Raul Jungmann, nosso colega Deputado, e desejar boa sorte ao General Walter Braga Netto. Eu não tenho dúvida nenhuma de que fará um grande trabalho!

E quero dizer o seguinte: as pessoas de bem do Rio de Janeiro, as pessoas que gostam do Rio de Janeiro estão neste momento felizes, aplaudindo os Deputados que irão votar a favor desse projeto. Eu imagino o que leva uma pessoa a votar contra o aumento de segurança. Ou eles são amigos dos bandidos, ou eles não sabem votar. É o que está acontecendo com a Oposição aqui hoje. Imaginem irem contra o aumento de segurança pública numa cidade ou num Estado! Eu quero dizer que a Oposição realmente perdeu o rumo.

Vamos votar "sim", e vamos votar "sim" também ao projeto.

Documento 149/327

007.4.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	19/02/2018- 23:32
------------	---	----------------------



Publ.: DCD - 2/20/2018 - OTAVIO LEITE-PSDB -RJ
193

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Defesa da aprovação de proposição relativa à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, trago aqui mais um brado do Rio de Janeiro. E queria trazer algumas reflexões, no bojo deste debate que vem sendo travado, e não é de hoje. Discutir violência e insegurança no Brasil tem vindo, há muito, para a ordem do dia. Quais são as suas consequências e as suas causas? Tudo isso faz parte de um contexto muito retórico, muito teórico, pouco prático.

Mas essencialmente estamos aqui a debater nesta etapa, em primeiro lugar, uma situação de emergência. Tratamos das consequências de uma violência que chegou a um ponto inaceitável no Rio de Janeiro.

Nos últimos 7 anos, de 2010 a 2017, os roubos aumentaram 91%. Houve 230 mil roubos no ano passado. Os roubos a cargas aumentaram 304%. Os roubos de veículos tiveram 189% de aumento nesses 7 anos. Roubos em ônibus aumentaram mais de 284%: foram 15 mil no Rio de Janeiro. Isso se associa a mortes de inocentes, à conflagração de artérias das cidades, com tiroteios, ao temor vivido pela sociedade, por todo o tecido social, a uma nítida evasão econômica e social do Rio de Janeiro. Tudo isso faz parte de um contexto que requer uma medida emergencial. A intervenção é um remédio constitucional, é uma intervenção constitucional.

E muito me espanta aqui evocarem retóricas de que se está adotando uma medida típica de ditadura ou coisa do gênero. O PT esteve 13 anos no poder e não alterou o art. 84 da Constituição. Nós estamos tratando de algo que é um procedimento absolutamente previsível do Estado Democrático de Direito.

Agora, no caso do Rio de Janeiro, vejam, esta é uma oportunidade ímpar, uma oportunidade para se mexer na estrutura do aparato policial, um órgão que vem, de maneira externa, adotando uma série de providências verticais numa estrutura de Polícias Civil e Militar que está desestruturada. Falamos da estrutura como um todo. Esta é a chance de se reorganizar a Polícia do Rio de Janeiro. E começa por aí. É o primeiro passo para haver um horizonte de melhor eficácia do aparato policial do Rio de Janeiro. Com um comando operacional, com ações verticais, com a Corregedoria forte e independente, nós



poderemos, sim, sonhar com uma Polícia muito melhor no Rio de Janeiro.

Eu queria dizer que isso vai proporcionar maior presença ostensiva nas ruas. Vai-se obter algum resultado, sim, para a sociedade. Agora, é evidente, as consequências se atacam por esse caminho, mas, ao lado disso, é imprescindível adotar medidas em relação às causas da violência, que estão aí nos debates.

E as causas dessa criminalidade cada vez mais violenta advêm de uma arma fácil que entra no Brasil, de uma droga fácil que entra no Brasil. Isso tudo requer dessa força-tarefa que agora se implanta no Rio de Janeiro medidas muito claras para poder combater todo esse setor. Investigações profundas devem ser adotadas neste momento, para que todos os inquéritos de apreensão de armas possam chegar, quem sabe, aos mandantes, aos proprietários, às cabeças do crime organizado. Esse é um problema muito sério.

Agora, eu queria compartilhar com os senhores algo que me preocupa profundamente. Quero dizer da minha profunda preocupação sobre a cooptação de jovens e adolescentes pelo tráfico, pelas organizações criminosas. Isso se dá por algumas razões: pela desestruturação familiar, pela ausência de impunidade, pela falta de pátrio poder, pela falta de escolas em horário integral. Tudo isso, somado, vem fazendo de milhares de jovens brasileiros, em geral pobres, presas fáceis do crime organizado.

Há que se atacar esse setor de alguma maneira! Há que se ter cada vez mais políticas sociais, porque se trata da retroalimentação do sistema do crime, que se expande cada vez mais. Essa é a verdade.

Portanto, neste instante, menos retórica, mais ação, mais prática. A prática, já dizia Lênin, é o critério da verdade. Vamos à prática! Não vamos ficar apenas em retóricas velhas, "dinossáuricas", imaginando que há um caminho qualquer! Não há milagre. O paraíso não está ali na esquina nessa questão, mas é preciso evitar o verdadeiro inferno que se vai alastrando pelo Rio de Janeiro e por muitas outras cidades brasileiras.

Como V.Exa. disse, Sr. Presidente, vamos adotar medidas de fiscalização permanentes dessa operação, acompanhar *pari passu*. Mas vamos oferecer àquele que é o Estado síntese dos brasileiros, o Rio de Janeiro, oportunidade de reorganizar a sua Polícia, de olhar para um horizonte que demonstre que a sociedade pode viver em mais harmonia. Que a violência caia para índices muito menores e as pessoas tenham mais oportunidade de realizar aquilo que é a essência do ser humano: a busca da felicidade!

Vamos à luta! Vamos todos nos irmanar nessa questão e dar todo o apoio aos policiais. Um homem que defende a sociedade, que resolve adotar na sua atividade profissional a defesa da sociedade com a sua própria vida precisa de todo o apoio.

Trata-se de um momento muito sério, muito grave. Trata-se de um momento histórico no Brasil. Nós precisamos aprovar essa medida, independentemente de sermos Governo ou Oposição. Isso não interessa. O que interessa é apontar para uma perspectiva de futuro melhor.

Vamos avante! Vamos apoiar as Forças Armadas e as Polícias do Rio de Janeiro! Vamos ajudar o Brasil a superar esta crise!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 150/327

007.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 19/02/2018-23:32
Publ.: DCD 2/20/2018 - 207	ARLINDO CHINAGLIA-PT -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de adiamento da votação, por duas sessões, do Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2018, sobre a aprovação do Decreto nº 9.288, de 2018, relativo à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, demais pares, nós gostaríamos que tivesse havido mais debates. Portanto, eu quero aproveitar este requerimento para fazer algumas observações.

Eu parto do pressuposto de que o Comandante do Exército, autoridade maior, não deve ter sido consultado e, se foi consultado, falou contra, exatamente porque em todas as suas observações públicas reiterou a tríade: é desgastante, é inócuo e é perigoso, em se tratando de as Forças Armadas fazer papel de polícia.



Aqui algumas manifestações me pareceram completamente fora do razoável. Levantar a bandeira da Pátria Rio de Janeiro não é suficiente. É evidente que qualquer pai, qualquer mãe, qualquer pessoa no Brasil hoje tem medo daquilo que pode encontrar fora das suas casas ou até mesmo dentro de casa. Mas nós temos que aprender com a experiência. É bom que todos aqui reflitam: no Rio de Janeiro, em 25 anos, aconteceram 12 ações militares. Por que, então, que aquilo que foi clamado como solução ainda não aconteceu?

A última delas está ainda em vigência, que é exatamente o decreto da Garantia da Lei e da Ordem, que acabou de ser prorrogado e vai até o final deste ano. E o mesmo Comandante Braga Netto é quem vai comandar a ação agora deste decreto de intervenção federal.

Os Estados Unidos da América têm como costume, lamentavelmente, toda vez que alguém está em dificuldade política, inventar uma guerra e até mesmo invadir outros países. Será que o Governo cometeu a imprudência de desconsiderar a experiência, de desconsiderar a opinião do Comandante do Exército?

E por falar no General Braga Netto, este falou: "*Fui pego de surpresa. E tem muita influência da imprensa em assuntos como este*". Então, tudo indica que, primeiro, não houve planejamento, não houve apoio daqueles que vão fazer a intervenção. Portanto, qual será o entusiasmo?

Há que se prever que poderá haver mortes de inocentes, poderá haver mortes de militares, poderá haver reação desproporcional. Portanto, ninguém aqui tem a capacidade de prever.

A pergunta que caberia é esta: qual é a solução? A solução, evidentemente, não é intervenção.

Portanto, que se faça um plano, que se discuta e que se aplique, porque eu não vi nenhum policial militar Deputado, por exemplo, defender os policiais militares do Rio de Janeiro, porque, parece-me, não servem para nada. Será que teria razão o Ministro da Justiça, quando disse que a Polícia do Rio de Janeiro é cúmplice do crime organizado? Se é, qual foi a investigação, qual é a punição e qual é o afastamento? Ou vão continuar atuando na ilegalidade e a favor do crime? Nada disso foi esclarecido.

É por isso, então, que nós queremos adiar por duas sessões a votação, para continuarmos fazendo o debate, não para criticar o Governo, mas para cobrar que haja uma solução, porque se trata de vidas humanas.

Documento 151/327

007.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-23:32
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 208	LEO DE BRITO-PT -AC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE

Sumário

Orientação de bancada para votação de requerimento de adiamento da votação, por duas sessões, do Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2018, sobre a aprovação do Decreto nº 9.288, de 2018, relativo à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

O SR. LEO DE BRITO (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a bancada do Partido dos Trabalhadores quer, sim, o adiamento desta votação por duas sessões, por entender que esta discussão é, na verdade, uma cortina de fumaça.

Nós temos aí o Governo do Michel Temer, que foi fragorosamente derrotado na proposta de reforma da Previdência; um Governo que, como mostrou esse carnaval, é absolutamente desaprovado pela população do País; um Governo que está destruindo as políticas sociais, educacionais e de assistência social. Inclusive, está reduzindo o orçamento da segurança pública no País e agora busca, com uma medida populista, porque não consegue emplacar seus candidatos à Presidência da República, ganhar os louros de uma intervenção que é, na verdade, absolutamente inócua para o povo do Rio de Janeiro.

Então, nós votamos "sim".

Documento 152/327

007.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-23:32
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 208	JONES MARTINS-PMDB -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA	DE

Sumário

Orientação de bancada para votação de requerimento de adiamento da votação, por duas sessões, do Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2018, sobre a aprovação do Decreto nº 9.288, de 2018, relativo à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

O SR. JONES MARTINS (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esta medida urgente, necessária e constitucional foi tomada a partir da urgência estabelecida no Rio de Janeiro.

Negar essa urgência é ser a favor da violência, é ser a favor do caos, é achar que as coisas serão resolvidas com a mão divina. Mais do que a mão divina, é necessária uma intervenção no Estado por parte do Governo Federal, agindo de forma positiva para que as Forças Armadas, a polícia e o Rio de Janeiro tenham condições de devolver segurança e paz à população.

Esta é uma medida acertada. Este é o Governo das reformas, é o Governo da modernização, é o Governo que está gerando empregos, é o Governo do menor juro da história, é o Governo do emprego, é o Governo da economia que começa a crescer e é o Governo preocupado com a segurança.

Por isso, nós vamos votar "não", Sr. Presidente.

Documento 153/327

007.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-23:32
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 208	MAIA FILHO-PP -PI		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE

Sumário

Orientação de bancada para votação de requerimento de adiamento da votação, por duas sessões, do Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2018, sobre a aprovação do Decreto nº 9.288, de 2018, relativo à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave

comprometimento da ordem pública.

O SR. MAIA FILHO (Bloco/PP-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, sendo eu piauiense e representante do povo brasileiro, não tenho como negar que o Rio de Janeiro é um dos nossos maiores cartões-postais.

Aquela imagem do Cristo Redentor simboliza o Brasil perante o mundo. O Rio de Janeiro não pode ser notícia mundial no sentido de ser uma cidade campeã de tiroteios, de violência.

Então, essa medida que está sendo tomada pelo Governo Federal deve ser louvada por todos os brasileiros, porque vai demonstrar que o Brasil tem Governo, que o Brasil tem ordem e que nós não vamos ser vencidos pela violência e pelo crime.

Deputado Rodrigo Maia, V.Exa. é Presidente desta Casa, é carioca e deve estar feliz em poder voltar para casa e saber que sua família vai estar segura.

Nós votamos "não", Sr. Presidente.

Documento 154/327

007.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-23:32
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 209	OTAVIO LEITE-PSDB -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO
			DE

Sumário

Orientação de bancada para votação de requerimento de adiamento da votação, por duas sessões, do Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2018, sobre a aprovação do Decreto nº 9.288, de 2018, relativo à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, no fundo, é preciso deixar claro que essa proposta é uma intervenção constitucional. Adiar a votação dessa matéria é um contrassenso, é meramente protelar algo, o que não faz o menor

sentido, por uma razão muito simples: a sociedade do Rio de Janeiro clama por medidas urgentes.

Vamos atacar as consequências, mas também é preciso atacar as causas da violência.

Neste momento, o Rio de Janeiro requer, sim, essa intervenção, para que as polícias possam ser reestruturadas. Esse é o pontapé inicial de uma partida difícil, mas nós temos que entrar em campo. E todos temos de torcer a favor do Brasil e do Rio de Janeiro.

Portanto, votamos "não" a esse requerimento.

Documento 155/327

007.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-23:32
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 209	EDMAR ARRUDA-PSD -PR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE

Sumário

Orientação de bancada para votação de requerimento de adiamento da votação, por duas sessões, do Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2018, sobre a aprovação do Decreto nº 9.288, de 2018, relativo à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

O SR. EDMAR ARRUDA (PSD-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSD orienta o voto "não".

Eu fico aqui pensando o que leva a Oposição a ser contra essa medida do Governo Federal, quando nós Deputados Federais estamos aqui apoiando uma medida para se investir na segurança do Rio de Janeiro. A vontade que nos dá, em nós que não somos do Rio de Janeiro, é de nos unirmos a eles para economizar o recurso que será investido na segurança. É um desalento ver a Oposição ser contra uma medida que está a favor do povo do Rio de Janeiro e do Brasil.

007.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-23:32
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 210	LAERTE BESSA-PR -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE

Sumário

Orientação de bancada para votação de requerimento de adiamento da votação, por duas sessões, do Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2018, sobre a aprovação do Decreto nº 9.288, de 2018, relativo à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

O SR. LAERTE BESSA (PR-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, os efetivos da Polícia Militar e da Polícia Civil do Rio de Janeiro trabalham hoje com 50% do seu corpo; os outros 50% ainda prestarão concurso. Sabem quantos mandados de prisão têm que ser cumpridos ainda no Rio de Janeiro, que já tem uma população carcerária de 51 mil presos? Cinquenta mil!

Então, está na hora de olharmos pela segurança pública do nosso País. Vamos renovar o sistema de segurança pública e também os policiais, que daqui a 5 ou 10 anos nós teremos uma polícia purificada.

007.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-23:32
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 210	ALAN RICK-DEM -AC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE

Sumário

Orientação de bancada para votação de requerimento de adiamento da votação, por duas sessões, do Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2018, sobre a aprovação do Decreto nº 9.288, de 2018, relativo à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave

comprometimento da ordem pública.

O SR. ALAN RICK (DEM-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Democratas encaminha o voto "não", porque entende que situações extremas requerem medidas extremas. Foi tomada uma medida constitucional, prevista no ordenamento jurídico brasileiro. Ponto!

Agora vejam: o povo brasileiro e em especial o povo do Rio de Janeiro, que está cansado de perder entes queridos por causa de balas perdidas, por causa do crime organizado, por causa do tráfico de drogas, que tomou conta do Estado, defende essa intervenção federal.

Sr. Presidente, trata-se de uma intervenção que deve servir de espelho também para outros Estados do Brasil, como o Acre, que hoje é refém das facções criminosas.

Por isso, o DEM encaminha o voto "não" ao adiamento da votação da matéria e defende a segurança do povo brasileiro.

Documento 158/327

007.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 19/02/2018-23:32		
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 210	SUBTENENTE GONZAGA-PDT -MG			
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE	

Sumário

Orientação de bancada para votação de requerimento de adiamento da votação, por duas sessões, do Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2018, sobre a aprovação do Decreto nº 9.288, de 2018, relativo à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT vai votar "não" a esse requerimento.

Queremos também fazer uma homenagem ao soldado Machado, que foi assassinado em Montes Claros hoje pela manhã ao atuar para

evitar um assalto.

Insistimos na nossa compreensão de que nós não podemos votar esse decreto hoje e simplesmente entregar, para as Forças Armadas, a responsabilidade de resolverem o problema da segurança pública no Brasil. O Governo Federal precisa assumir a sua responsabilidade e investir efetivamente em políticas de segurança pública no País, no sistema prisional, nas Polícias Civil e Militar, que precisam de investimento em pessoal.

E, neste momento, o Governo Federal não pode olhar para o Rio de Janeiro e achar que a intervenção irá resolver o problema de segurança pública no Brasil; precisa olhar para o Brasil inteiro.

Documento 159/327

007.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-23:32
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 211	ORLANDO SILVA-PCDOB -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE

Sumário

Orientação de bancada para votação de requerimento de adiamento da votação, por duas sessões, do Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2018, sobre a aprovação do Decreto nº 9.288, de 2018, relativo à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PCdoB vai encaminhar a obstrução, Sr. Presidente, porque, a nosso juízo, a segurança pública é um direito constitucional. O povo do Rio de Janeiro e do Brasil tem direito à segurança, direito à paz. E isso exige medidas estruturantes, isso exige políticas públicas.

Não é com maquiagens, com factoides, com medidas pontuais que nós vamos enfrentar esse problema, que é um dos flagelos que atingem a sociedade brasileira. Nós não vamos parar de insistir em que é necessária uma ação planejada, organizada, estruturada.

O que o Governo pautou, sem sinalizar custo, fonte de financiamento, organização, num atropelo completo, significa apenas uma medida



eleitoreira, para tentar levantar um pouco o moral de um Governo debilitado e rejeitado pela população.

O PCdoB vota "obstrução".

Documento 160/327

007.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-23:32
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 211	EZEQUIEL TEIXEIRA-PODE -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE

Sumário

Orientação de bancada para votação de requerimento de adiamento da votação, por duas sessões, do Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2018, sobre a aprovação do Decreto nº 9.288, de 2018, relativo à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

O SR. EZEQUIEL TEIXEIRA (PODE-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Podemos, Sr. Presidente, vota "não" a esse requerimento de adiamento, por entender que isso é um engodo.

Nós vamos votar "sim" à intervenção, lembrando que ontem mesmo fui abordado por um policial, que pediu: *"Lembre aos Deputados, lembre naquele plenário, que nós precisamos investir em infraestrutura nas polícias e precisamos investir em inteligência também"*.

Aqui está feito o registro.

Documento 161/327

007.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-23:32
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 211	AUREO-SD -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE

Sumário

Orientação de bancada para votação de requerimento de adiamento da votação, por duas sessões, do Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2018, sobre a aprovação do Decreto nº 9.288, de 2018, relativo à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

O SR. AUREO (SD-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Oposição quer tardar algo que precisa ser feito com urgência, que é a intervenção no Estado do Rio de Janeiro.

Não podemos perder a oportunidade hoje, aqui na Câmara dos Deputados, de dar uma contribuição ao Brasil, de colocar o Estado do Rio de Janeiro como referência em segurança pública do Brasil, porque ele é a porta de entrada do turismo internacional, e precisamos garantir segurança a todos os moradores do Estado do Rio de Janeiro.

Por isso, aqui votamos "não".

Documento 162/327

007.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-23:32
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 211	CHICO ALENCAR-PSOL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE

Sumário

Orientação de bancada para votação de requerimento de adiamento da votação, por duas sessões, do Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2018, sobre a aprovação do Decreto nº 9.288, de 2018, relativo à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador) - O PSOL quer lembrar que o decreto já está em vigor desde sexta-feira e que aqui é o espaço para esclarecer muita coisa.

O nosso voto "sim" é uma oportunidade de o Governo dizer de onde virão os recursos, porque não vão sair do nada, nem do falido e

roubado Estado do Rio de Janeiro.

Este é um momento importante também para se fazer um balanço, jamais feito, das 29 operações de garantia da lei e da ordem ocorridas no País desde 2010. Alguém tem aí um relatório da eficácia, da efetividade disso? É uma chance para termos.

Este é um momento importante também para se lembrar de que há 15 dias, no Rio de Janeiro, a Federação das Indústrias promoveu, com a presença de Jungmann, um seminário com a PM, com a Defensoria, para dar linhas de ação.

Documento 163/327

007.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-23:32
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 212	POLLYANA GAMA-PPS -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO
			DE

Sumário

Orientação de bancada para votação de requerimento de adiamento da votação, por duas sessões, do Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2018, sobre a aprovação do Decreto nº 9.288, de 2018, relativo à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

A SRA. POLLYANA GAMA (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, não há razão, no nosso entendimento, para adiar por duas sessões a votação desse decreto que trata da intervenção no Estado do Rio de Janeiro. O PPS quer votar o decreto hoje.

É importante aqui destacar a nossa preocupação também com algo essencial para a efetividade desse decreto: o planejamento, principalmente no que diz respeito à parte da inteligência e também de vigilância das fronteiras dos Estados.

Aqui faço uma reivindicação da região da qual eu faço parte, o Vale do Paraíba, no interior de São Paulo. Solicitamos recursos federais para o videomonitoramento inteligente ao longo da Rodovia Dutra, devido aos crimes que infelizmente que já são identificados ali, mas também pelo

provável impacto que essa intervenção pode ocasionar à nossa região.

Documento 164/327

007.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-23:32
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 212	FELIPE BORNIER-PROS -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE

Sumário

Orientação de bancada para votação de requerimento de adiamento da votação, por duas sessões, do Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2018, sobre a aprovação do Decreto nº 9.288, de 2018, relativo à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

O SR. FELIPE BORNIER (Bloco/PROS-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós somos contra este adiamento. Entendemos que o decreto é prioritário, e a Casa também entendeu assim. O que vive o Rio de Janeiro hoje é uma questão de calamidade, sem controle total. A violência tomou conta do nosso Estado. Na verdade, essa ajuda federal vem em bom momento, no momento em que precisamos de uma liderança política, de um bom entendimento.

E o Brasil quer isso. Precisamos ser otimistas, independentemente de gostarmos de Governo A, de Governo B, e acreditar que é possível, sim, combater a criminalidade no nosso Brasil.

Votamos contra o adiamento, favoravelmente a votarmos ainda hoje.

Obrigado.

Documento 165/327

007.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-23:32
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 212	EVAIR VIEIRA DE MELO-PV -ES		
CÂMARA	DOS ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO	DE



DEPUTADOS

DETAQ
Câmara dos Deputados

Departamento de Taquigrafia,
Revisão e Redação

BANCADA
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada para votação de requerimento de adiamento da votação, por duas sessões, do Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2018, sobre a aprovação do Decreto nº 9.288, de 2018, relativo à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (PV-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, adiar essa votação é uma irresponsabilidade para com o setor produtivo do Rio de Janeiro, que tem impacto em toda a economia brasileira. Portos, aeroportos, rodovias, tudo isso é importante para a economia do País. Os empresários precisam pagar seus salários, os trabalhadores precisam trabalhar.

Então, não há nenhuma razoabilidade em adiar essas votações. É preciso votar essa intervenção, dar todo o mérito e credibilidade aos militares, dar autonomia à polícia do Estado do Rio de Janeiro, para que possa agir em parceria.

Volto a dizer que isso tem impacto nos Estados vizinhos, tanto São Paulo, quanto Minas Gerais e Espírito Santo. Esse é o entendimento. A União tem que ter uma visão sistêmica e fazer um sistema integrado, para criar condições para que possamos criar um ambiente de segurança não só no Rio de Janeiro, mas também nas suas fronteiras, e permitir que os negócios fluam.

O PV orienta "não", Sr. Presidente.

Documento 166/327

007.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-23:32
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 213	DEJORGE PATRÍCIO-PRB -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE

Sumário

Orientação de bancada para votação de requerimento de adiamento da votação, por duas sessões, do Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2018, sobre a



aprovação do Decreto nº 9.288, de 2018, relativo à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

O SR. DEJORGE PATRÍCIO (PRB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, sou nascido em comunidade, e é com muita tristeza que vejo hoje a realidade do nosso Estado e da minha querida São Gonçalo.

Infelizmente, em vez de a Cidade Maravilhosa levar o bem-estar e a sua beleza para dentro das comunidades, as comunidades invadiram o Estado do Rio de Janeiro, invadiram a minha cidade.

Hoje temos todas as dificuldades de uma comunidade espalhada pelo nosso Estado, o caos, o terror e, principalmente, a falta de gestão, a falta de políticas públicas realmente direcionadas ao povo mais carente, não só políticas de momento eleitoral.

Precisamos tratar a política com mais seriedade, trabalhar para o povo o ano inteiro e realmente fazer a diferença.

O PRB orienta o voto "não".

Documento 167/327

007.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-23:32
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 213	MIRO TEIXEIRA-REDE -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE

Sumário

Orientação de bancada para votação de requerimento de adiamento da votação, por duas sessões, do Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2018, sobre a aprovação do Decreto nº 9.288, de 2018, relativo à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

O SR. MIRO TEIXEIRA (REDE-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nossa Constituição, a exemplo de outras, tem salvaguardas. Esta é uma delas. Exatamente pela falta de capacidade



do mundo político, do mundo parlamentar, é que essas salvaguardas acabam sendo usadas. Isso está acontecendo em alguns lugares do mundo. É muito papo, muito papo, muito papo, e a ação, que deveria partir diretamente da política, do Parlamento, acaba não acontecendo.

Eu lamento que esse decreto seja de autoria do Michel Temer. Quem está na outra ponta não qualifica quem apoia o decreto apenas. É pelo mérito do que se passa no Rio de Janeiro que nós temos que apoiá-lo. Não havia outra coisa a fazer. Apenas não havia outra coisa a fazer. É o Rio de Janeiro pedindo socorro.

É claro que o voto é contra o adiamento.

Documento 168/327

007.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 19/02/2018-23:32		
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 213	GILBERTO NASCIMENTO-PSC -SP			
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE

Sumário

Orientação de bancada para votação de requerimento de adiamento da votação, por duas sessões, do Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2018, sobre a aprovação do Decreto nº 9.288, de 2018, relativo à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PSC-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o que nós estamos vendo aqui hoje é logicamente uma medida mais dura, mas há muito tempo nós estamos falando a esse respeito nesta Casa.

Lamentavelmente, segurança pública não tem sido prioridade de nenhum dos Governos, quer dos Governos Estaduais, quer dos Governos Federais. E digo isso como delegado de polícia que sou do meu Estado. Lamentavelmente, tantas vezes tenho gritado desta tribuna sobre isso.

Por esse motivo, hoje, nós defendemos essa intervenção. Logicamente é uma medida extremada, mas ela tem que ser assim. É exatamente



por isso que nós votamos "não" neste momento.

E vamos continuar dizendo que, enquanto não criarmos o Ministério da segurança pública neste País, infelizmente não teremos a coordenação das polícias, porque nas polícias hoje faltam investimentos, investimentos de homens e armas, e preparação para todos nós, para que possamos ter uma sociedade um pouco mais justa, mais humana, em que se coloque o ser humano em primeiro lugar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 169/327

007.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 19/02/2018-23:32		
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 214	PAULO TEIXEIRA-PT -SP			
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE	

Sumário

Orientação de bancada para votação de requerimento de adiamento da votação, por duas sessões, do Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2018, sobre a aprovação do Decreto nº 9.288, de 2018, relativo à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esse decreto já vale desde sexta-feira. Caberia a este Parlamento discutir os temas que tratam da ajuda ao Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro poderia ser ajudado pelo Governo Federal com a inteligência da Polícia Federal, com a fiscalização das fronteiras, com a ida das Forças Armadas integradas com a Polícia do Rio. O Governo Federal poderia dar dinheiro ao Rio de Janeiro.

Mas essa é uma atitude improvisada. O que o Governo fez aqui é autoritário. Nós não podemos e não devemos homologar essa intervenção. Nós temos que ter um plano nacional de segurança pública e um fundo nacional de segurança pública. Essa é uma medida eleitoreira, para aquelas pessoas que sofrem no Rio de Janeiro e que sofrem no Brasil.

O Governo do Eduardo Cunha, do Geddel Vieira Lima, de...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 170/327

007.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/02/2018-23:32
Publ.: DCD - 2/20/2018 - 214	MARCELO MATOS-PHS -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE

Sumário

Orientação de bancada para votação de requerimento de adiamento da votação, por duas sessões, do Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2018, sobre a aprovação do Decreto nº 9.288, de 2018, relativo à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

O SR. MARCELO MATOS (PHS-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PHS vota "não", pelo adiamento.

Também quero dizer que o povo do Estado do Rio de Janeiro, principalmente o dos Municípios da Baixada Fluminense, como São João de Meriti, Nova Iguaçu, Belford Roxo, que sofre com a violência nos últimos anos. Desde a implantação da primeira UPP, bandidos migraram para aquela região. As regiões de Angra dos Reis, Região dos Lagos, Costa Verde foram invadidas por bandidos que saíram da Capital e migraram para essas regiões.

Hoje nós estamos muito felizes com essa intervenção, porque já recebi aqui várias mensagens de que as tropas já estão nas ruas e fazendo o seu serviço, parando e vistoriando veículos, mandando os motoristas descerem dos seus carros.

E é assim que nós queremos no Rio de Janeiro! Queremos um Rio de Janeiro de paz!

Documento 171/327

007.4.55.O Sessão Deliberativa Extraordinária - 19/02/2018-
CD 23:32
Publ.: DCD - 2/20/2018 - DELEGADO EDSON MOREIRA-PR -MG
215
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Apoio à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (PR-MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sempre assisti, no Rio de Janeiro, a ações criminosas espetaculares.

Houve a chacina da Candelária. Os assaltos a banco começaram no Rio de Janeiro com o Lúcio Flávio e sua quadrilha. Também houve o resgate do Escadinha por helicóptero - entraram na penitenciária para resgatar o Escadinha. No Rio de Janeiro, ocorreu a chacina de Vigário Geral e a mistura dos presos políticos com os presos comuns, o que gerou a primeira organização de crime organizado: o Comando Vermelho. Além disso, lá ocorreu a cooptação de elementos das Forças Armadas para levar fuzis para os criminosos.

O Rio de Janeiro é uma verdadeira escola do crime. O Primeiro Comando da Capital - PCC e outros comandos são inspirados no Comando Vermelho, do Rio de Janeiro.

A primeira intervenção do Exército no Rio de Janeiro foi no Governo de Itamar Franco, em 1994, quando foram feitas aquelas ações nos morros. De 2006 para cá, aquele Estado foi basicamente roubado. Foi dada uma lição de como se pode roubar com Pan-Americano, Copa do Mundo e Olimpíadas.

Lembro as imagens daquelas invasões das Forças Armadas nos morros e daquela quadrilha correndo e depois voltando a dominar os morros. É claro que as Forças Armadas enviadas para o Rio de Janeiro foram desmoralizadas, porque, sem a ação do Ministério Público e da magistratura, sem o uso de uma inteligência condigna da situação do Rio de Janeiro, só podia dar no que deu. Mulheres grávidas tiveram seus filhos assassinados dentro da própria barriga; um assaltante atirou na cabeça de uma mulher grávida que estava num carro, mas ainda bem que nem ela nem seu filho morreram.

O Rio de Janeiro está em situação de caos! A intervenção era necessária. Mas as Forças Armadas devem intervir junto com a

magistratura, com o Ministério Público e com outras forças, todas integradas, ou não se vai resolver nada.

É importante usar inteligência e planejamento bem feito, para que se possa fazer uma ação digna no Rio de Janeiro e estancar o crime, ou pelo menos apaziguar a situação, para que ela chegue a níveis toleráveis. Essa intervenção é importante para dar um basta na criminalidade, da maneira como ela existe no Rio de Janeiro.

Não é preciso alguém invadir a sua casa para roubar, bater ou matar. As balas transpõem as paredes e vão matar. É o caso daquele artista que estava dormindo, tomou um tiro na cabeça e morreu, há muitos anos atrás, no Rio de Janeiro. A violência naquele Estado é clássica.

Então, há que se fazer uma ação coordenada, planejada e inteligente para acabar com a criminalidade que está no Rio de Janeiro.

Eu vejo o Rio de Janeiro hoje como a maior escola criminoso e exportadora de criminosos de todo o País. Os criminosos do Rio de Janeiro vão se esconder no Paraguai e em todos os lugares do Brasil, em Minas Gerais, no Espírito Santo; em São Paulo nem se fala. Tudo de crime bem organizado e bem feito vem do Rio de Janeiro, começa no Rio de Janeiro e depois se espalha para o Brasil.

Então, se conseguirem estancar a criminalidade no Rio de Janeiro, se conseguirem combatê-la à altura, tenho certeza absoluta de que essa ação vai se espalhar pelo Brasil.

Eu nunca vi uma farra como aquela dos guardanapos no Rio de Janeiro. Se o Rio de Janeiro é modelo para a corrupção, para a ladroagem, então tem que ser modelo também para intervenção a fim de se combater à altura o crime.

Somos a favor dessa intervenção.

Muito obrigado.

Documento 172/327

007.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 19/02/2018-23:32	
Publ.: DCD 2/20/2018 - 228	DAVIDSON MAGALHÃES-PCDOB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO	DE



Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de adiamento da votação, por uma sessão, do Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2018, sobre a aprovação do Decreto nº 9.288, de 2018, relativo à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

O SR. DAVIDSON MAGALHÃES (PCdoB-BA. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imaginem se nós, sendo da Oposição ou da Situação, estaríamos contra uma medida que viesse a enfrentar o problema da violência e do crime organizado no Rio de Janeiro.

Não se trata de omissão, mas de discutir uma intervenção feita de maneira atabalhoada - na verdade, não é a primeira a ocorrer no Rio de Janeiro - e cujos resultados são inócuos, como já foi demonstrado.

Por que isso? Quem dá hoje o diagnóstico sobre o Rio de Janeiro é um articulista conservador, que diz assim: "*O Rio não é o Estado mais violento do país. Mas é o único cujo aparelho policial foi em parte capturado pelo crime organizado. Essa a diferença é crucial. O crime organizado elege políticos no Rio e emprega aliados no governo. E isso também faz a diferença.*"

Quem está combatendo esse tipo de intervenção que ocorre no Rio de Janeiro hoje não o faz porque é aliado de criminoso, mas porque quer o combate ao crime e a todo o enraizamento que o crime tem naquele Estado e no Brasil, porque são necessárias medidas estruturantes, e não medidas pirotécnicas, cujas consequências, nós sabemos, serão sofridas exatamente pela população mais pobre, que vem sendo a vítima principal da violência no Rio de Janeiro e em todo o Brasil.

A política de segurança do Brasil está falida. O Rio de Janeiro é uma demonstração dela.

Na verdade, essa medida do Governo é ineficiente do ponto de vista da questão da segurança. Ela apenas visa desviar a atenção do momento crucial que nós vivemos e do fracasso da base do Governo e do Governo no que diz respeito à reforma da Previdência.

O Rio de Janeiro merece respeito; o povo do Rio de Janeiro merece respeito; e a segurança pública do Brasil merece um tratamento eficiente, sério, correto e honesto por parte daqueles que defendem realmente a vida e a melhoria das condições de vida do nosso povo.

Portanto, exige-se o adiamento, para um debate mais profundo sobre

de onde vêm os recursos, o planejamento e a necessidade real de um trabalho mais estruturante, e não esse trabalho pirotécnico.

Documento 173/327

002.4.55.N	Sessão Extraordinária - CN 20/02/2018-15:10	
Publ.: DCN - 2/22/2018 - 27	LEO DE BRITO-PT -AC	
CONGRESSO NACIONAL	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Críticas ao Presidente Michel Temer.

O SR. LEO DE BRITO (PT - AC. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, ontem, aqui nesta Câmara dos Deputados - e quero saudar aqui também os Senadores e as Senadoras aqui presentes -, nós votamos a questão do decreto de intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro, e o Presidente Temer, um Presidente que está com sua aprovação lá embaixo, que tem uma aprovação de 3% da população brasileira, um Presidente que foi derrotado agora na questão da reforma da previdência, mais uma imposição do mercado financeiro ao Governo brasileiro, um Presidente que, literalmente, lidera um grupo criminoso que tomou o poder no nosso País, quis agora, com essa medida da intervenção federal no Rio de Janeiro, criar um motivo para ter alguma popularidade.

Aliás, inclusive, os jornais hoje já falam na possibilidade de o Presidente ilegítimo Michel Temer vir a ser candidato à Presidência. Vamos ver se ele sai da sua casa de praticamente zero, neste momento, nas pesquisas eleitorais. E seus possíveis candidatos à Presidência não conseguem passar da casa de um dígito. Obviamente, as pesquisas também mostram que 90% da população também entende que não vai eleger, não vai votar em candidatos que sejam apoiados por Michel Temer, porque a agenda de Michel Temer, essa agenda imposta pelo golpe, pelo mercado financeiro, é uma agenda absolutamente autoritária, uma agenda absolutamente antipopular que elegeu literalmente o povo brasileiro para pagar o pato.

Quando a gente olha hoje os absurdos dos aumentos dos combustíveis, os absurdos do aumento da energia, os absurdos do aumento do preço do gás de cozinha, quando a gente olha, neste momento, os efeitos, que já são sentidos, da aprovação da Emenda à Constituição nº 95, que retira, já, agora, neste orçamento de 2018, recursos da saúde pública, recursos da educação, recursos da assistência social, quando a gente vê essa escalada autoritária em cima do

pré-sal, a entrega do pré-sal, com a isenção, inclusive, de R\$1 trilhão de impostos para as petroleiras internacionais explorarem o pré-sal enquanto o povo brasileiro padece com o problema da fome, com o problema da miséria, com o problema da violência, inclusive porque os recursos para a segurança pública também estão sendo cortados, a gente vê que um Governo desse não pode se sustentar senão literalmente numa escalada autoritária.

Todos nós vimos, no último Carnaval, no Carnaval que passou, na semana passada, as manifestações populares e o apelo que essas manifestações populares tiveram contra este Governo golpista, este Governo que está destruindo o povo brasileiro. Inclusive algumas manifestações que foram censuradas, como foi o caso do desfile das campeãs, da Escola de Samba Tuiuti.

(Soa a campanha.)

O SR. LEO DE BRITO (PT - AC) - E só resta a este Governo lançar uma agenda absolutamente autoritária.

Então, o que aconteceu ontem, esse decreto que foi aprovado pelo Michel Temer... Aliás, nós estamos há meses aqui... O Governador Tião Viana teve uma iniciativa, convidou vários ministros de Estado, convidou vários governadores, foram mais de 20 governadores, e fecharam uma proposta chamada Carta do Acre, relacionada à segurança pública, e até hoje nenhum dos itens, nem o principal item, o fundo nacional de segurança pública, nem o sistema único de segurança pública foram levados em consideração pelo Governo.

Enquanto isso, as fronteiras estão abertas, enquanto isso, o apoio à Polícia Federal, à Polícia Rodoviária, ao Exército não acontecem. Estão lá embaixo por parte deste Governo.

Então, o Governo...

(Interrupção do som.)

O SR. LEO DE BRITO (PT - AC) - Presidente, só para finalizar.

Este Governo não se sustenta... Sr. Presidente, só para finalizar. *(Fora do microfone.)*

Só para finalizar.

Este Governo não se sustenta com as suas políticas nefastas sem uma escalada

autoritária.

Muito obrigado.

Documento 174/327

002.4.55.N	Sessão Extraordinária - CN 20/02/2018-15:10	
Publ.: DCN - 2/22/2018 - 30	CAETANO-PT -BA	
CONGRESSO NACIONAL	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Manifestação contrária ao decreto do Governo Federal de intervenção na segurança pública no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. CAETANO (PT - BA. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr^{as} Senadoras, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, Srs. Senadores, povo brasileiro, o vampirão Michel Temer vai para o "tudo ou nada". Passou esse período todo de recesso parlamentar, dizendo que a reforma da previdência iria aqui passar, no Congresso Nacional. Chamou Deputado, gastou na mídia com propaganda, prometeu emendas, prometeu o céu e a Terra, mas viu que a reforma da previdência não passava aqui nesta Casa e não passa nesta Casa, porque o povo brasileiro se manifestou de norte a sul, de leste a oeste deste País, porque veio para as ruas, as redes sociais, o Carnaval foi um *show* total, e a reforma da previdência dançou.

Aí o Temer foi para o "tudo ou nada", fazendo essa intervenção militar no Rio de Janeiro, de forma irresponsável, sem planejamento, botando a Polícia do Exército, da Aeronáutica e da Marinha nas ruas do Rio de Janeiro, expondo as Forças Armadas, sem nenhum planejamento, sem definir o custo dessas operações, sendo que as próprias Forças Armadas já estão no Rio de Janeiro há vários meses, já gastaram R\$600 milhões, e não apresentaram nenhum relatório sobre o que está acontecendo lá no Rio de Janeiro.

Essa é a postura irresponsável do Presidente vampirão para sair do isolamento, para fazer uma jogada de um factóide, uma jogada política, para ver se sai das cordas e se consegue um discurso.

É uma postura irresponsável e, conseqüentemente, nós não podemos concordar

com isso.

Portanto, Sr. Presidente, aqui também o nosso protesto contra essa postura da Presidência da República, contra o que ela faz, neste instante, com o Rio de Janeiro e com as Forças Armadas.

Também quero dizer, Sr. Presidente, que nesta semana estive na região de Irecê, na região do oeste da Bahia. Dei entrevista lá, na Rádio Cidade de Irecê, com o nosso amigo Washington, com o Prefeito Elmo, o Monteiro, Ailton, Silvan e polo da região - são prefeitos das cidades.

E nós também queremos aqui pedir ao Congresso Nacional - porque lá estivemos na Cooperativa de Irecê, com os agricultores -, a Câmara e o Senado, derrube aqui o veto ao art. 3º da renegociação das dívidas dos pequenos agricultores. Esse veto foi feito por Temer contra os agricultores. Vai prejudicar e está prejudicando 600 mil agricultores do Nordeste brasileiro e muitos agricultores da região de Irecê.

Está aqui, inclusive, uma comitiva da Copirecê, com Ernani, com Everaldo, com várias pessoas, aqui dentro do Congresso Nacional, pedindo o apoio dos Parlamentares desta Casa, para que obviamente seja inaugurado, de uma vez por todas, o Projeto Baixio de Irecê, marcado para ser inaugurado agora em março.

Mas as famílias dos pequenos agricultores irrigantes que vivem no perímetro da irrigação ainda não tiveram seus problemas resolvidos, e nós apelamos para que sejam resolvidos, para que sejam incluídos também nesse processo da inauguração do Projeto Baixio de Irecê. Faz quase 30, 40 anos que se fala desse projeto, mas até agora não se conseguiu ainda inaugurar esse projeto importante para a região.

Por último, eu queria aqui registrar para o povo brasileiro que o Temer não para de fazer miséria com este País. Nós precisamos, de uma vez por todas, botar Temer para fora. Que cheguem logo as eleições, para tirar o vampirão daí. Ele agora já pensa e quer trazer, na semana que vem, aqui, a privatização da Eletrobras e da Chesf.

Eu quero ver qual é o Deputado nordestino e brasileiro que vai apoiar aqui a privatização da Eletrobras e da Chesf. É outra imoralidade do Governo Temer. E já fala também em querer entregar o Banco Central. Pasmem, Excelências.

Está entregando tudo! Já entregou o pré-sal. Já colocou, inclusive, de isenção fiscal, R\$1 trilhão para a Shell e outras empresas do petróleo - além da nossa tecnologia. A única empresa que tem e domina a tecnologia da exploração do petróleo em alto mar...

(Interrupção do som.)

O SR. CAETANO (PT - BA) - Só para concluir, Sr. Presidente. Só para concluir, Excelência. (*Fora do microfone.*)

É exatamente a Petrobras a única empresa que domina a tecnologia. Quando vem uma empresa internacional para cá, quando vem uma multinacional aqui, para o Brasil, ela não importa tecnologia, não.

Eu sou lá de Camaçari, onde há o Polo Industrial, um polo petroquímico. Quando quebra uma máquina de uma empresa chinesa, de uma empresa lá da Alemanha ou dos Estados Unidos, eles trazem os trabalhadores, os técnicos dos Estados Unidos ou da Alemanha ou do Japão, para consertar as máquinas, para a gente não dominar a tecnologia.

Aqui nós estamos entregando o Brasil, o Presidente Temer está entregando às multinacionais exploradoras do petróleo a tecnologia que genuinamente é nossa. Isso é um absurdo. E quer entregar a Eletrobras, a energia, quer entregar o ar, o sol, a terra e o mar.

Fora, Temer! Vamos lutar para tirar esse homem enquanto ele não acaba com o Brasil. E viva o povo brasileiro! Já era a reforma da previdência!

Documento 175/327

002.4.55.N	Sessão Extraordinária - CN 20/02/2018-15:10	
Publ.: DCN - 2/22/2018 - 32	WADIH DAMOUS-PT -RJ	
CONGRESSO NACIONAL	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, eu venho a esta tribuna... É claro que o assunto do momento é a votação de ontem na triste noite, na Câmara dos Deputados, que aprovou o decreto de intervenção na minha cidade, no meu Estado do Rio de Janeiro. Eu saí daqui muito triste, porque a construção narrativa que aqui foi feita não corresponde à verdade. É uma narrativa fabricada.



Mas não é sobre isso que venho falar, Presidente. Eu acho que não devemos cair prisioneiros dessa pauta punitivista de segurança pública aqui no nosso País. Eu quero tratar do assunto de execução da pena em segunda instância e a relutância da Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministra Cármen Lúcia, em pautar o tema no Supremo Tribunal Federal.

E por que essa pauta não é designada? Porque a Presidente acha que não deve. Isso é o absurdo dos absurdos. Ela outro dia disse: "Não podemos apequenar o Supremo por causa de um processo." Não se trata de um processo. Não se trata meramente do *habeas corpus* do ex-Presidente Lula, embora isso deva ser pautado. É um *habeas corpus*, tem precedência sobre qualquer outro feito. É um *habeas corpus* preventivo. Estivéssemos nós num Estado democrático de direito, a data desse julgamento já teria sido marcada. Mas não é isso. Não quero me limitar a isso.

Eu quero dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputadas, Senadores, Senadoras, que são milhares de presos provisórios em nosso País. São milhares de prisões que podem ser revistas no Superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal, mas a Presidente do Supremo Tribunal Federal não pauta, com a ótica pequena, ela sim, com a ótica apequenada de que isso pode beneficiar o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Isso, sim, é uma visão distorcida de quem deve presidir um tribunal. Há direitos de milhares de pessoas que não têm nada a ver com o jogo da política, com acusações de corrupção. São jovens negros e favelados que estão confinados em penitenciárias que querem ter a apreciação do seu recurso no Supremo Tribunal Federal ou no Superior Tribunal de Justiça, que não são pautados e agora já sofrem as agruras da pena.

Ao contrário de um estudo que teria sido encomendado pelo Ministro Luís Roberto Barroso, o Conselho Nacional de Justiça tem um levantamento estatístico, e isso foi demonstrado na época do julgamento em que o Supremo Tribunal Federal deu a sua guinada jurisprudencial, em que, pelo menos, de 15 a 20% dos recursos em instâncias superiores são providos. Quem vai repor os anos de confinamento a essas pessoas quando elas tiverem seus recursos julgados no Supremo Tribunal Federal, Deputado Fábio Trad?

Então, Sr. Presidente, impõe-se que a Ministra Cármen Lúcia designe pauta para esse julgamento. Não tem cabimento manipular o Regimento Interno, não tem cabimento se desinteressar pela sorte de milhares de brasileiros que aguardam o julgamento de *habeas corpus* no Supremo Tribunal Federal ou de recurso extraordinário ou de recurso especial no Superior Tribunal de Justiça, e o Supremo não se posiciona, já se sabendo que aquela maioria foi muito apertada e que há ministros que já declararam que mudaram de posição. Sr. Presidente, é isso que se impõe.

O tribunal, sobretudo a nossa Corte Suprema, apequena-se dessa maneira, administra a pauta dessa maneira, distorcendo o que, de fato, acontece no



Brasil, o que não se resume, repito, aos interesses de meia dúzia de poderosos de colarinho branco. Se a nossa população pobre é encarcerada muitas vezes injustamente e presa ilegalmente, se 30% dos nossos presos são de presos temporários, então, Ministra Cármen Lúcia, assumo, de fato, a Presidência do Supremo Tribunal Federal e pautado aquilo que deve ser pautado nos termos do Regimento Interno da Suprema Corte brasileira.

Documento 176/327

002.4.55.N

Sessão Extraordinária - CN 20/02/2018-15:10

Publ.: DCN - 2/22/2018

ZÉ GERALDO-PT -PA

33

CONGRESSO NACIONAL

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O SR. ZÉ GERALDO (PT - PA. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, quando a gente espera que o Governo Temer produza alguma proposta séria para combater a violência neste País, ele aparece com um decreto de intervenção que ninguém acredita que vai resolver, nem por alguns meses, a questão da violência, porque a violência não se resolve com decreto. A violência se resolve com um programa, com leis, com orçamento, com unidade nacional do Governo Federal, dos governos estaduais e dos governos municipais. Decreto é uma folha de papel que meia dúzia de pessoas ilegítimas que estão no Planalto, assaltantes, porque assaltaram o poder, assinam e colocam na mão de um general. Ora, como um país que tem menos de 1% do orçamento para segurança pública federal... Preste atenção, povo brasileiro! O Brasil investe menos de 1% do orçamento na segurança pública federal.

Eu não quero dizer que é só dinheiro que vai resolver, mas, lá no Estado do Pará, se eu faço uma reunião com o Presidente do Poder Judiciário para discutir a estruturação das comarcas, o Presidente vai dizer: "Deputados, a gente gostaria de colocar mais juízes, mas não há orçamento." Aí eu vou para o Ministério Público. O Ministério Público me diz: "Deputados, nós gostaríamos de colocar mais promotores, mas não há orçamento." Aí eu vou para o Secretário de Segurança Pública do Estado do Pará, com 20 lideranças lá do Município de Gurupá, no Marajó, para discutir como melhorar a segurança pública daquele Município, e o Secretário de Segurança Pública do Pará vai dizer: "Deputados, bem que eu gostaria, mas não há dinheiro para mandar mais policial; não há dinheiro para comprar mais viaturas; às vezes, não há dinheiro

nem para gasolina da viatura velha que está lá naquele Município. Às vezes, as prefeituras precisam manter ajuda à polícia local."

Então, é claro que também nós precisamos de orçamento. Se o Estado só tem mil policiais e precisa fazer um concurso para mais mil, tem que haver concurso público. Quantos jovens inteligentes, preparados, honestos gostariam de fazer concurso para ser um policial, um investigador, um delegado, um juiz, um promotor? Mas cadê os concursos? Acabaram com os concursos neste País. Os 12 anos em que mais houve concurso foram no período de Lula e de Dilma, quando o cidadão ficava escolhendo em qual passava, indo de um para outro. Era concurso que não acabava mais. Agora não há mais concurso.

A lei que nós votamos aqui é a principal violência no Brasil, que a maioria dos Deputados e dos Senadores votaram. Mas a Rede Globo não tem coragem de falar que essa lei foi e é uma violência. Ninguém daqui tem coragem de discutir sobre revogar essa lei, porque essa lei proíbe que se coloque mais dinheiro na segurança pública, na saúde, na educação...

(Interrupção do som.)

O SR. ZÉ GERALDO (PT - PA) - Eu também mereço mais um minuto.

Muito obrigado.

Então, como é que o Exército vai trabalhar? Como o general vai trabalhar? Vamos tirar um pouquinho daqui, um pouquinho dali, vamos fazer uma "vaquinha", uma coleta e vamos mandar. Assim como agora vamos votar aqui a ajuda para os prefeitos. E de onde vai sair? Vai tirar da saúde, vai tirar da educação. Ou seja, quando este Governo coloca R\$1 com uma mão, por trás ele tira R\$10 com a outra sem o povo perceber.

Então, é uma grande farsa. É uma farsa este Governo. É uma farsa esse decreto. Tudo isso junto é a maior violência no Brasil.

Que a Voz do Brasil divulgue minha fala, Sr. Presidente.

Documento 177/327

002.4.55.N	Sessão Extraordinária - CN	20/02/2018-15:10
Publ.: DCN - 2/22/2018 - 39	FELIPE BORNIER-PROS -RJ	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO



Sumário

O SR. FELIPE BORNIER (Bloco/PROS - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Senador João Alberto, do Maranhão, é com grande satisfação que assisto a V. Ex^a coordenar esta sessão de grande importância do Congresso, na tarde de hoje.

Quero dizer que acabamos de ser convocados, agora, para a reunião de Liderança, da qual nós vamos participar, mas não poderia aqui deixar de dar o nosso encaminhamento, principalmente na votação de ontem, quando acabamos de aprovar a questão da intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro. E, hoje, às 18h, após esta sessão, V. Ex^{as}, no Senado Federal, vão continuar essa votação, que é de suma importância não somente para o Brasil, mas também para o Rio de Janeiro, para nós darmos essa resposta para a questão da credibilidade, porque nós não podemos mais perder a nossa juventude para a violência, para o tráfico, para as milícias. Nós precisamos dar uma resposta à altura.

Quero dizer que hoje temos quatro itens na pauta do Congresso Nacional. Iremos aprovar e estar juntamente com os quatro, sendo que o primeiro é muito importante, que corresponde à alteração das regras de adoção no Brasil, porque sabemos nós que precisamos, de fato, incentivar, porque existem milhares de crianças, hoje, nos abrigos que precisam de pais e de lares, para que tenham realmente o carinho e para que sejam crianças que, no futuro, vão dar exemplos de cidadãos brasileiros para o nosso País.

Quero dizer que nós vamos apoiar também a questão do Veto nº 03, que é de suma importância, que é a questão do Fundo de Financiamento Estudantil. Hoje, a gente sabe que país que não investe em educação não é país que pensa no desenvolvimento, que pensa no futuro, e a gente precisa sempre, sim, abrir esse crédito, dar prioridade para nossa juventude, que hoje espera apenas uma oportunidade para ingressar nas universidades, pelo País afora.

Quero dizer que a gente precisa, de fato, investir, e que ontem foram abertas as novas inscrições para o Fies, que vão até o dia 28. Então, é para a sociedade ficar atenta, para que não perca o prazo, uma vez que é um assunto de suma importância, que envolve os 5.570 Municípios de todo o País.

Quero dizer também que a gente tem que debater melhor a questão do item 4. A gente sabe da suma importância de se criar investimentos, principalmente na área da saúde, da segurança pública, do desenvolvimento social, investir na nova geração dessas crianças hoje, só que, de uma certa forma, no projeto não ficou claro de que forma o Governo vai direcionar esses recursos para os Municípios. Por exemplo, se será na questão de medicamentos, se será na questão de maquinários...



Então, nós, da Liderança aqui do Bloco e também do nosso Partido do PROS, que temos a bandeira principalmente do combate da criminalidade, da segurança pública, da educação e, principalmente, da juventude, que precisa hoje estar estudando, ocupando realmente a sua mente, porque hoje o que a gente vê, na verdade, na sociedade, principalmente no Estado do Rio de Janeiro, é grande parcela da juventude brasileira se perdendo para a criminalidade.

Então, a gente precisa, sim, criar pautas positivas para a sociedade, que venham de acordo com a sociedade, e parar muitas vezes com essa picuinha de ficar aqui, talvez, antecipando o processo eleitoral, uma vez que a gente pode fazer um debate grandioso.

Quero aqui congratular o Senador Eunício de Oliveira, Presidente do Senado Federal, que, às 18h, vai pautar o projeto da intervenção nacional. Peço a V. Ex^a e aos nobres Senadores, porque esse assunto é de extrema importância, não somente para o nosso Estado do Rio de Janeiro, mas certamente para todo o Brasil.

Precisamos, sim, de um plano estratégico, de uma política de segurança pública de força, para mostrar para a criminalidade que a gente tem, sim, liderança política.

Esse momento é um momento novo...

(Soa a campainha.)

O SR. FELIPE BORNIER (Bloco/PROS - RJ) - ... o Brasil vive um momento novo, de uma certa forma a gente vive um descredito muito grande na política, na área social, mas essa talvez seja uma grande oportunidade de a gente fazer uma política com "p" maiúsculo, dizendo que a gente veio para ficar, veio para combater a segurança pública... E fico triste com aqueles, hoje, que muitas vezes se encontram até mesmo no plenário ou fora daqui, dizendo, torcendo para que esse plano de segurança pública não venha a acontecer e não dê certo. Quem pensa dessa forma, infelizmente, não pensa no Brasil; não pensa no futuro de uma geração e na capacidade do Brasil como um País desenvolvido. Pensa pequeno. Esse tipo de política a gente tem que ignorar.

Então, vamos fazer desse debate, na noite de hoje, uma grandiosidade e dizer, dar uma resposta para o Brasil.

O brasileiro quer paz, quer viver com otimismo, com fé e ter o seu direito de ir e vir assegurado.

Uma boa tarde a todos.

Documento 178/327

002.4.55.N	Sessão Extraordinária - CN	20/02/2018-15:10
Publ.: DCN - 2/22/2018 - 41	WADIH DAMOUS-PT -RJ	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. e Sr^{as} Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, eu volto a esta tribuna, desta feita para falar da votação de ontem, em que a Câmara dos Deputados aprovou um decreto de intervenção militar - e esse é o termo, e assim consta do decreto -, uma intervenção militar no Estado do Rio de Janeiro. E daqui a pouco o Senado se debruçará sobre o mesmo assunto. Espero que com resultado diferente.

E eu assisti atentamente aos Deputados e às Deputadas se sucedendo aqui na tribuna, sobretudo aqueles e aquelas que defenderam a intervenção, e a narrativa, aqui, narrativa pré-fabricada, o cenário que construíram para o Rio de Janeiro - eu moro lá... Eu sinceramente não me reconheci naquele cenário. Que o quadro de segurança pública no Rio é grave todo mundo sabe - e há muitos anos; não é de hoje. Agora, ontem eu estava com uma estatística do Ipea, publicada em 2017, e o Rio de Janeiro não se encontra nem entre as 30 cidades mais violentas do Brasil. E eu vi aqui Deputados e Deputadas traçando um quadro, dizendo que o carioca e o fluminense têm medo de sair de casa de dia, porque não sabem se vão voltar vivos à noite. E eu fico me perguntando: e o morador de Marabá? E o morador daquelas cidades ali relacionadas - Altamira também, no Pará? Não sentem o mesmo temor? Por que isso é exclusividade, se é que isto acontece, de moradores do Rio de Janeiro?

E há algo que me chama a atenção: eu não vi, nem no decreto, nem na palavra de ninguém que tenha defendido esse malsinado decreto, um esclarecimento à sociedade brasileira de qual é o real objetivo dessa intervenção. Qual é o objetivo? É desalojar os bandos armados dos territórios que eles dominam no Rio de Janeiro? Esse é o objetivo? O objetivo é acabar com a corrupção na polícia do Rio de Janeiro? Esse é o objetivo? Isso não está estabelecido. O que nós vemos são declarações dos comandantes do Exército, preocupados com uma suposta falta de autonomia.

Hoje, o General Villas Bôas declarou que quer a mesma autonomia de 1964. Vejam a gravidade dessa declaração! Ele quer a autonomia que os militares tinham, em 1964, para atuar nessa intervenção lá no Estado do Rio de Janeiro.



E nós sabemos ao que levou aquilo que o general Villas Bôas chama de autonomia lá, Deputado Uczai, nos idos de 1964. É isso que nós queremos de volta?

Nós sabemos, Sr^{as} Senadoras, Senadores, Deputadas, Deputados: o Exército não foi concebido para esse tipo de operação. Nós sabemos que eles se sentem desconfortáveis. Eles operam missões de guerra, e é na lógica de guerra que o general Villas Bôas cobra essa autonomia, porque eles não têm como atuar, exercendo suas habilidades de militares, sem essa autonomia. É autonomia para matar; é autonomia para enfiar pé na porta de barracos; é autonomia para o massacre da população pobre, negra, favelada, do meu Estado e da minha cidade.

Nós queremos, sim, plano de segurança pública para o Estado do Rio de Janeiro, mas não isso que foi apresentado. Isso que foi apresentado e aprovado aqui, ontem, não passa de intervenção militar, não passa do ponto inicial de uma escalada autoritária no Brasil e de consolidação do Estado de exceção em nosso País.

Com isso nós não podemos concordar.

Documento 179/327

002.4.55.N	Sessão Extraordinária - CN	20/02/2018-15:10
Publ.: DCN - 2/22/2018 - 45	IVAN VALENTE-PSOL -SP	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, a Câmara dos Deputados, ontem, até de madrugada, votou a chamada intervenção no Rio de Janeiro, que, do nosso ponto de vista, do PSOL, é uma intervenção militar. Está lá no decreto, escrito: a natureza do cargo ocupado pelo interventor é militar. E ele é o comandante de uma tropa de mais de 50 mil soldados, exercendo um cargo civil como Secretário de Segurança Pública da governança do Rio de Janeiro.

O que nós assistimos foi um grande espetáculo, que foi criado no pós-Carnaval, para suscitar uma questão que é a intervenção, que é dizer que nunca a violência atingiu tal nível no Rio de Janeiro, o que foi comprovadamente não verdadeiro.



Em segundo lugar, não é o único Estado que tem problemas de segurança. Aliás, há Estados que têm problemas de segurança ainda piores. E nós sabemos perfeitamente disso. O problema é que Michel Temer é do PMDB. Luiz Fernando Pezão é do PMDB. A mesma quadrilha que comanda o Executivo Federal comandava também o estadual, com uma ramificação na Assembleia Legislativa. Também está preso o Sr. Jorge Picciani. E eles combinaram o jogo: "Larga a segurança pública, vamos girar a agenda".

E eu quero mais uma vez, desta tribuna, dizer o seguinte: previdência, previdência, previdência. Foram dois anos falando isto, e, no último ano, todos os dias, na mídia: há que se votar a previdência. De repente, a previdência saiu da pauta por um fato pitoresco. Ou seja, como ela é uma emenda constitucional, com intervenção não se vota emenda constitucional, como também não se pode votar fim do foro privilegiado, que é também uma emenda constitucional. Sai da pauta. Aliás, essa questão também é bem adequada àqueles lá do Palácio do Planalto e a tantos outros, inclusive desta Casa e do Congresso Nacional.

Mas, desta tribuna, eu quero, em primeiro lugar, saudar todos os brasileiros e as brasileiras que se insurgiram contra o ataque ao direito à aposentadoria pelo sistema público e que resistiram a essa demagogia que visava privatizar a previdência pública do nosso País e entregá-la ao capital financeiro. Privatizar para entregar ao capital financeiro.

Em segundo lugar, Presidente, nós entendemos que o que está acontecendo no Rio de Janeiro é um desvio de foco. O Governo, que não tinha mais agenda, quer mudar o foco das investigações sobre ele próprio. Mais do que isso: o Governo quer navegar, quer surfar na onda do desespero do brasileiro, da brasileira, que, no Brasil inteiro, sofre com a exclusão social, com a violência urbana, com o crime organizado.

Com tudo isso, aparece uma solução: uma intervenção militar que é falsa.

Desta tribuna, nós queremos dizer: toda solução que é falsa, que é improvisada, que visou na verdade mudar o foco da política neste momento em algum ponto vai dar errada. Nós não sabemos quanto vai durar esse efêmero sucesso do enfrentamento, porque uma parte da criminalidade vai fugir, uma parte vai se esconder - vai haver uma redução -, mas, logo em seguida, como aconteceu na Favela da Maré, voltará tudo às mesmas. Ou seja, na verdade é uma falsa solução, só que com uma violência a mais.

Essa questão de permitir mandato de busca e apreensão e prisão é estado de exceção, é colocar o Brasil na lista daqueles que desrespeitam os direitos civis...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - ... que desrespeitam os direitos civis, os direitos humanos.

Esse debate tomou conta dos meios de comunicação porque ele é o grande debate. Ora, se você pode invadir uma favela, uma rua inteira, violar o domicílio de qualquer cidadão, prender à vontade sem culpa formada, sem decisão judicial nenhuma, você cria uma ditadura. E aí é a perversidade que vai acontecer, porque não vai haver mandato de busca na Vieira Souto nem no Leblon, vai ser nas favelas. É lá que vai acontecer. Ou seja, quem vai pagar a conta são os negros, os pobres, aqueles jovens brasileiros que precisam de emprego, saúde, educação, cultura e lazer.

Documento 180/327

002.4.55.N	Sessão Extraordinária - CN	20/02/2018-15:10
Publ.: DCN - 2/22/2018 - 47	DELEGADO EDSON MOREIRA-PR -MG	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (PR - MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Senadores, Senadoras, Deputadas, é importante que sejam votados esses vetos, para que posteriormente nós possamos derrubar os vetos das micro e pequenas empresas. Por quê? Não é possível que se perdoe uma dívida das grandes empresas, trilhões e trilhões de reais, e deixe as microempresas fora desse contexto. É um descalabro isso que foi feito, uma grande covardia com os microempresários.

Então, como o Sr. Presidente já prometeu que vai colocar em votação agora em março esse veto das microempresas, vamos derrubar. Não é Passarinho? Tem que derrubar esse negócio.

Sr. Presidente, mudando agora o contexto para outro giro, vamos partir para a segurança pública - o que, inclusive, foi tema do discurso de abertura, por V. Ex^a, do Congresso Nacional, e pelo Presidente da Câmara. A violência está realmente campeando em nosso País, e culminou com essa intervenção que tivemos no Rio de Janeiro, agora, depois do Carnaval.

Inclusive, Presidente Eunício, vocês vão votar agora essa intervenção - daqui a

pouco -, e, com certeza, deve passar também no Senado, já que na Câmara foi aprovada com folga. Foi um trabalho árduo pela segurança pública.

Conforme eu, o Coronel Fraga e o Capitão Augusto vamos dizer aqui nesta tribuna, o Ministério da Segurança Pública é de suma importância para o País. Tem-se que ter uma diretriz nacional para a segurança pública. Por quê? Da maneira que está neste País, no qual assaltantes tiram uma mulher grávida de dentro do carro e disparam um tiro de revólver contra a sua cabeça, colocando em risco a vida dela e a vida do recém-nascido, do neonato, que foi retirado às pressas lá no Rio de Janeiro... E a outra grávida que estava no supermercado, prestes a dar à luz, e é atingida por um tiro de fuzil, e o seu filho é morto dentro do útero da própria mãe, é um escárnio, é uma afronta à segurança pública neste País.

E isso está em todo o País, essa violência está em todo o País. No DF, em São Paulo e em Minas Gerais principalmente. O número de homicídios está chegando ao patamar de 70 mil homicídios. Eu não sei o número correto dos homicídios ocorridos no ano de 2017, mas deve beirar os 65 mil ou os 68 mil homicídios - sem computar as outras mortes por lesão corporal seguida de morte, por extorsão mediante sequestro com morte, latrocínios, etc.

Então, a segurança pública neste País está muito grave. Cidades inteiras estão sendo tomadas por assaltantes que explodem caixas eletrônicas e levam pânico e terror a toda uma população. E isso é no País inteiro.

Eles agora não estão escolhendo mais as pequenas cidades, não, porque eles descobriram que a segurança pública é falha, está em déficit, principalmente a polícia investigativa. A polícia investigativa está em sua minoria. Não há investimento na segurança pública. Então, tem que haver uma injeção de recursos na polícia investigativa, para que se chegue a um bom termo e consigamos identificar com inteligência os criminosos e colocá-los de onde eles não devem sair, que é atrás das grades.

Vamos votar leis duras este ano - isso é uma promessa de V. Ex^a e também do Presidente da Câmara. E assim espero. Que sejam votadas este ano leis penais, de execuções penais e processuais penais duras para se combater a criminalidade com inteligência.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 181/327

002.4.55.N	Sessão Extraordinária - CN	20/02/2018-15:10
Publ.: DCN - 2/22/2018 - 48	DÉCIO LIMA-PT -SC	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

O SR. DÉCIO LIMA (PT - SC. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, Srs. Senadores, trago aqui neste momento um sentimento que, acredito, é da grande maioria do povo brasileiro: um alívio em decorrência do recuo do golpe da agenda produzida pelas mãos visíveis do sistema financeiro com relação à famigerada tentativa da reforma da previdência.

É um recuo que, embora temporário, revela a reação contundente da defesa do povo brasileiro, dos setores populares, dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade para que nós não venhamos mais a ter a possibilidade da continuidade dessa agenda, que quer excluir milhões de brasileiros e brasileiras.

Ao mesmo tempo, Sr^{as} e Srs. Deputados e Senadores, revela-se a esquizofrenia deste Governo pelo ato votado ontem à noite aqui, na madrugada adentro, nesta Casa da Câmara dos Deputados. Um ato de loucura total, quando estabelecem um processo de intervenção militar na cidade do Rio de Janeiro sob a pálida alegação de trazer a agenda, que é uma agenda que o Brasil precisa enfrentar, da segurança pública.

É um ato de loucura, primeiro, trazer as Forças Armadas para combater no varejo dos acontecimentos, algo que contraria a própria natureza da defesa da cidadania e da soberania nacional. As Forças Armadas, neste momento, tinham que fazer justamente o papel contrário: cuidar das fronteiras do nosso País e fazer com que nós possamos ter proteção, sobretudo, nos aspectos que têm impulsionado a violência e trazido insegurança para a sociedade brasileira, que são os caminhos que passam com tranquilidade pela América Latina, trazendo para cá os processos de drogadicção, principalmente no aspecto da cocaína. O Brasil se transformou da 101^a sociedade consumidora da cocaína para a 2^a nos últimos anos, e, ao mesmo tempo, nos três corredores identificados do caminho da drogadicção pelo Brasil, estão os dois caminhos mais importantes, principalmente lá, na Amazônia brasileira. E as Forças Armadas fazem o contrário pela orientação errática deste Governo: vão cuidar da quitanda, do varejo, das favelas, da pobreza do Rio de Janeiro com os elementos do poder, do canhão, do tanque, enquanto deveriam, sobretudo, cuidar das fronteiras brasileiras. Lá, no Rio de Janeiro, não há fábricas do tráfico; lá está presente o varejo, distribuído por um processo que hoje tortura a sociedade brasileira e o mundo todo.

É um Governo que não só trata os problemas nacionais com irresponsabilidade, mas que submete uma agenda tão importante, que é a da segurança pública, que é conter, sobretudo, a violência no nosso País, para fazer um ato meramente de mudar a agenda de conteúdo momentânea do nosso País, que é



essa agenda produzida e que está derretendo os direitos do povo brasileiro e, sobretudo, a soberania nacional.

Nós não vamos parar. Junto com sociedade brasileira e com o povo brasileiro aqui, denunciando a continuidade de um processo inescrupuloso para o nosso País, que é este Governo do Temer e do...

(Interrupção do som.)

Documento 182/327

002.4.55.N	Sessão Extraordinária - CN	20/02/2018-15:10
Publ.: DCN - 2/22/2018 - 81	HENRIQUE FONTANA-PT -RS	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Presidente Eunício Oliveira, Deputados, Senadores, Senadoras, a primeira frase que eu, em nome da oposição, digo com toda clareza - conversava há pouco com a Deputada Jandira Feghali e com o Deputado Orlando Silva, do PCdoB: é evidente que nós apoiamos que os Municípios recebam mais R\$2 bilhões, porque os Municípios, sim, estão em situação pré-falimentar.

Mas a pergunta, Deputado Bebeto, é a seguinte: por que os Municípios estão em situação pré-falimentar, Deputado Décio? Estão porque a política econômica que está sendo adotada no Brasil hoje é uma política recessiva, geradora de desemprego, que está derrubando a arrecadação do País. O País está entrando em colapso, Deputada Benedita. A insegurança é do Brasil inteiro! Não é lá no Rio de Janeiro! Há insegurança em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul! E a intervenção, usar as Forças Armadas, é um erro histórico absurdo, porque as Forças Armadas existem para o País, para proteger fronteiras, para proteger a Nação; não para serem jogadas no combate ao crime organizado, algo que elas não estão treinadas para fazer.

Este Presidente é um irresponsável! Ele está quebrando o País! Ele está liquidando a economia! Ele está agora usando as Forças Armadas para planejar uma tática eleitoral, para inventar um candidato da ordem, um candidato que venha para botar ordem no País! Ordem no País vai haver quando houver eleição democrática, quando o povo escolher seu governo, quando os prefeitos

não tiverem que vir de pires na mão para pedir migalhas aqui! O prefeito é eleito, ele tem direito a um orçamento digno. E aí vão resolver o problema do Município tirando da segurança, tirando do Hospital Conceição em Porto Alegre. Tirem de onde tem que ser tirado! Tenham coragem para votar realmente o combate a privilégios e coloquem aqui para votação o imposto sobre grandes fortunas, para levar recurso para os Municípios, para levar recurso para a segurança pública!

Eu sei que os militares, por disciplina, não podem falar o que eu vou falar aqui: as Forças Armadas não querem participar da intervenção. Por que está um caos a segurança no Rio de Janeiro? Porque houve muito roubo de dinheiro público, porque a polícia está desaparelhada. Há setores da polícia que estão corrompidos. Para combater isso é preciso atuação com inteligência, política pública. E é preciso, Deputado Décio Lima, dinheiro! Não adianta passar o ano inteiro dizendo que tem que congelar os investimentos públicos e depois, quando o hospital está um caos, quando a universidade fecha, quando a insegurança campeia, vir aqui dizer que é preciso fazer uma intervenção. Chega de demagogia com o povo brasileiro!

Até outro dia diziam que, se não se votasse aquela barbaridade da previdência, o País iria quebrar. O País está quebrando porque tem um péssimo Governo, não porque tem um sistema de previdência pública de qualidade. Não se vai mais votar a previdência, e o País vai continuar, porque há reforma justa para ser feita. Vamos votar aqui o imposto sobre lucros e dividendos dos ganhos multimilionários no mercado financeiro e vamos fazer um fundo para combater a insegurança e não manipular a opinião pública com rede de televisão, vendendo solução que não é solução.

O Brasil precisa mudar, Presidente Eunício.

Documento 183/327

008.4.55.O	Sessão Não Deliberativa de	20/02/2018-14:04
	Debates - CD	
Publ.: DCD - 2/21/2018	GERALDO RESENDE-PSDB -MS	
- 14		
CÂMARA	DOS	PEQUENO
DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	EXPEDIENTE
		DISCURSO

Sumário

Importância da intervenção federal na área da segurança pública no Estado do Rio de Janeiro. Preocupação com o contingenciamento de recursos do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON. Necessidade de atuação das Forças Armadas no combate ao tráfico de armas e drogas nas

regiões fronteiriças do Brasil.

O SR. GERALDO RESENDE (PSDB-MS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na noite de ontem e madrugada de hoje, votamos favoravelmente, 340 Deputados Federais, à aprovação do decreto que possibilita ao Governo Federal fazer intervenção na área de segurança do Estado do Rio de Janeiro.

Durante o processo de votação, estive conversando com o Ministro da Defesa, o Deputado Federal Raul Jungmann, e expus algumas situações que nós do Mato Grosso do Sul vivenciamos.

Sabemos que essa é uma medida paliativa, é um remédio amargo, mas é necessário para resgatar as forças de segurança do Estado do Rio de Janeiro e combater a criminalidade.

No entanto, precisamos ir às origens, às causas dessa violência. E não podemos deixar de mais uma vez alertar sobre o problema das nossas fronteiras. Enquanto não tivermos um projeto para barrar, na fronteira, o tráfico de drogas e o tráfico de armas, medidas como essa serão paliativas.

Quero aqui reforçar artigo publicado pelo Governador Reinaldo Azambuja, em que S.Exa. alerta para o fato de que, enquanto não tivermos um projeto para as fronteiras brasileiras, principalmente as fronteiras do Mato Grosso do Sul com os países vizinhos Paraguai e Bolívia, haveremos de verificar cenas de violência no cotidiano das grandes cidades brasileiras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no último dia 16, o Presidente da República assinou um decreto que estabelece intervenção federal na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro. As Polícias Civil e Militar, o Corpo de Bombeiros e a Secretaria de Administração Penitenciária ficaram sob a responsabilidade do Governo Federal. Quem ficará a cargo dessa intervenção é o General Walter Souza Braga Netto, que responderá apenas ao Presidente e poderá solicitar recursos e estrutura para as ações no Estado. O decreto já está valendo, mas existe a necessidade de autorização da Câmara dos Deputados e do Senado para intervenções federais. Votei favoravelmente ao decreto de intervenção, mas acredito ser importante



realizar algumas ponderações.

A principal delas é: se não aumentarmos o efetivo federal nas fronteiras do País, essa ação não apresentará resultados estruturantes no médio e longo prazos, ocasionando enorme frustração.

A criminalidade no Rio de Janeiro é sustentada pela venda ilegal de produtos piratas, como "gatonet", gás, transporte clandestino, mas prioritariamente pelo tráfico de drogas e armas. Segundo a Organização das Nações Unidas, as fronteiras com o Paraguai e a Bolívia formam o maior corredor de drogas e armas da América do Sul. Só no ano passado foram apreendidos no meu Estado, Mato Grosso do Sul, mais de 427 toneladas de drogas. Esses entorpecentes não chegaram ao seu destino final, não sustentaram a criminalidade nos Estados do Sudeste, porém foram apreendidos pelas forças de segurança estaduais. Mato Grosso do Sul tem mais de 1.400 quilômetros de fronteira seca com Paraguai e Bolívia. Mato Grosso do Sul deve ser o próximo Estado a receber uma atenção especial e prioritária dentro de um planejamento estratégico de segurança pública.

Policiais militares e civis, que estão desempenhando importante papel no combate ao narcotráfico ao lado dos valorosos policiais federais e rodoviários federais, ofertariam maior sensação de segurança à população, diminuindo as estatísticas de roubos, furtos, estupros e assassinatos na zona urbana das cidades do meu Estado. A prisão de narcotraficantes em Mato Grosso do Sul superlota os nossos presídios e provoca rombo de mais de R\$127 milhões no orçamento para custeio dessa massa carcerária. Cerca de 40% dos 16.224 presos em Mato Grosso do Sul foram sentenciados em crimes federais. O pilar de sustentação da criminalidade do Rio de Janeiro passa por Mato Grosso do Sul, deixa rastro, prejuízos, insegurança, limita nossa capacidade de ação e nos deixa sozinhos para o enfrentamento de um problema nacional.

As forças de segurança de Mato Grosso do Sul cooperam e gastam no combate a esses crimes, que são federais. O Governo do Estado cobra no Supremo Tribunal Federal os valores gastos com presos federais. Demandamos emergencialmente maior número de policiais federais, rodoviários federais e até militares em nossas fronteiras. Precisamos de investimentos em tecnologia, inteligência e operações.

No dia 23 de agosto do ano passado, denunciei nesta Casa os cortes e contingenciamentos de recursos destinados ao Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON. O projeto-piloto foi ativado no ano de 2014, em minha cidade, Dourados, no Mato Grosso do Sul. Já em 2015 começamos a sentir os efeitos da crise econômica.

Citando dados das Forças Armadas, o Sistema teve contingenciados

R\$166 milhões, dos R\$427 milhões que o Exército alocou como previsão na Lei Orçamentária de 2017.

Reportagem publicada no ano passado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* apontou que a diminuição dos recursos para implementar o SISFRON encarece o projeto a médio prazo. Essa conjuntura obriga o Governo a renovar contratos e pode inviabilizar sua conclusão. Segundo o jornal, com o atraso, o projeto se estendeu de 2015 para além de 2040. Com isso, levará mais de 25 anos. E os equipamentos correm o risco de ficarem ultrapassados.

O SISFRON foi criado em 2012 e previsto para ser concluído em 10 anos, mas só cobriu até agora 600 quilômetros de uma faixa de 17 mil quilômetros de fronteiras.

A presença do Exército Brasileiro na faixa de fronteira é fundamental para ampliar a segurança pública. É imperativo que coibamos o tráfico de drogas e de armas nas nossas fronteiras e, dessa forma, impossibilitemos que essas mercadorias cheguem aos grandes centros e abasteçam os traficantes, que, bem armados, praticam as maiores atrocidades contra a população.

O SISFRON possibilitará às Forças Armadas estarem mais presentes na região de fronteira, faixa que compreende 27% do território nacional, significando 710 Municípios, dos quais, 122 cidades-limítrofes, ou seja, de fronteira seca.

Reitero: a presença das Forças Armadas nessa região é fundamental. Um país como o Brasil, que possui dimensões continentais, não pode se dar ao luxo de guardar suas fronteiras somente com o limitado efetivo das suas forças policiais estaduais, da Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.



Sumário

Importância da aprovação pela Câmara dos Deputados de proposição relativa ao decreto presidencial sobre a intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro. Defesa de prioridade ao enfrentamento da violência no Brasil.

A SRA. YEDA CRUSIUS (PSDB-RS. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, obrigada pelo minuto, porque em 1 minuto nós podemos fazer referência a uma sessão absolutamente diferenciada e extraordinária que aconteceu ontem à noite nesta Câmara dos Deputados, neste plenário.

Desde o início do meu quarto mandato, tenho na prevenção e no enfrentamento à violência uma das minhas prioridades, não porque é minha, e sim porque é do País. Ontem, quando demos apoio e aprovação ao decreto de intervenção federal no Rio de Janeiro, por meio deste Parlamento e da decisão da noite de ontem, trouxemos a público que esta é uma prioridade que o povo brasileiro nos chamava a assumir.

Instituímos a Frente Parlamentar Mista de Prevenção da Violência, no ano passado, e existe um projeto de lei para instituir o Plano Nacional de Prevenção à Violência. Já foram consultados oito Ministros e muitas Lideranças nacionais. Está na hora de realmente celebrarmos a noite da ascensão da responsabilidade no que diz respeito ao atendimento à prioridade nacional, a partir da aprovação do decreto presidencial de intervenção federal no Rio de Janeiro.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Obrigado, Deputada Yeda Crusius.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, começou uma nova fase no enfrentamento à violência que grassa de forma institucionalizada no Rio de Janeiro. A ex-Capital do Brasil, conhecida no mundo, até a década de 1970, por suas belezas naturais, pela produção cultural de vanguarda e pela riqueza de seus museus e igrejas, hoje é tristemente famosa pelas imagens de arrastões, paralisações de vias públicas,



assaltos e assassinatos diários.

A intervenção era necessária e chega em boa hora para uma população que tem em sobreviver sua maior preocupação. As cenas que rodaram o planeta durante o carnaval mostraram uma cidade abandonada à própria sorte, submetida ao desvario de hordas de assaltantes, enquanto cariocas e turistas, brasileiros e estrangeiros, indefesos, eram depenados e agredidos sem piedade. Bandidos demais e gestores de menos. Nem Prefeito nem Governador estavam lá.

O Rio de Janeiro, com população estimada em 6.520.266 habitantes, é a segunda maior metrópole brasileira e o maior destino turístico internacional no País. Seus problemas são da mesma dimensão de seu potencial, que vem sendo explorado desde o século XIX, sem que a mesma contrapartida seja dada por seus governantes, recentemente. A anomia em que se viu mergulhada, aliada às graves questões de segurança nacional que os demais Estados e Municípios igualmente enfrentam, atingiu um ponto inaceitável. Era preciso agir - e desejo ao Presidente Temer sucesso na empreitada.

Desde o início de meu quarto mandato, tenho na prevenção e enfrentamento à violência uma de minhas prioridades, senão a maior delas. Por isso apresentei projeto de lei para instituir o Plano Nacional de Prevenção à Violência, e fundamos no Congresso a Frente Parlamentar Mista de Prevenção à Violência - FPMPV, já com uma audiência pública nacional e outra regional realizadas. Outras virão, valorizadas pela aprovação do decreto de intervenção em sessão histórica na noite de ontem, 19 de fevereiro de 2018, que colocou a segurança pública na pauta nacional.

Vamos ao debate e ao trabalho conjunto, em busca de soluções que ajudem o Governo Federal a romper o ciclo vicioso que ameaça o futuro de todos nós!

Documento 185/327

008.4.55.O

Sessão Não Deliberativa de 20/02/2018-14:28
Debates - CD

Publ.: DCD - 2/21/2018

- 29

LOBBE NETO-PSDB -SP

CÂMARA

DOS PEQUENO EXPEDIENTE

PEQUENO



DEPUTADOS

DETAQ
Câmara dos Deputados

Departamento de Taquigrafia,
Revisão e Redação

EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Importância da aprovação pela Câmara dos Deputados de decreto presidencial sobre a intervenção federal na área da segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. LOBBE NETO (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, no dia de ontem, pela madrugada, votamos a intervenção na área da segurança pública do Rio de Janeiro, uma medida dura, uma medida importante. Mas só isso não basta. É preciso que haja outros projetos na área de segurança, projetos que facilitem a prisão e que não deixem que pessoas sejam facilmente liberadas quando seus processos chegam ao Poder Judiciário, por exemplo. Muitas são liberadas, mesmo tendo cometido várias ilicitudes. Por isso, votamos favoravelmente a essa medida extrema, uma medida dura. Espero que essa intervenção possa amenizar o que vem ocorrendo no Estado do Rio de Janeiro.

E não só no Estado do Rio de Janeiro estamos com problemas na área da segurança pública, mas em vários outros Estados. Trata-se de um problema nacional. Por isso, é preciso dirigir um olhar especial para essa questão da segurança pública.

Esperamos também que haja recursos e que nas fronteiras haja melhor aparelhamento para segurar as armas que, dia a dia, chegam ao nosso País e ficam nas mãos de criminosos.

Documento 186/327

008.4.55.O	Sessão Não Deliberativa	de	20/02/2018-14:40
	Debates - CD		
Publ.: DCD - 2/21/2018	DELEGADO EDSON MOREIRA-PR -MG		
- 34			
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO	

Sumário



Registro de ocorrência de crime de feminicídio em Goiânia, Capital do Estado de Goiás. Importância da adoção de políticas públicas de combate à violência contra a mulher. Apoio à intervenção federal na área de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro. Defesa da unificação das polícias.

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (PR-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero dar como lidos dois pronunciamentos.

O primeiro trata de mais um crime, de mais um assassinato contra a mulher, em Goiânia, onde o comerciante José Carlos de Oliveira matou a esposa, asfixiada. Em depoimento, o homem contou que, durante o crime, pensou em desistir de matar a namorada, mas lembrou-se da Lei Maria da Penha, que protege as mulheres, e resolver continuar.

O outro pronunciamento é sobre a aprovação nesta Casa, na madrugada de hoje, do decreto de intervenção na área de segurança pública do Rio de Janeiro, o que já não era sem tempo, porque, quando num Estado se mata a criança dentro do ventre da mãe, acabou-se tudo.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Obrigado.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nossos ouvintes e telespectadores da *Rádio Câmara*, *A Voz do Brasil* e *TV Câmara*:

Mais um crime contra a mulher chocou o nosso País. Ontem, 19 de fevereiro, foi preso o comerciante José Carlos de Oliveira Júnior, em Goiânia, pelo assassinato de sua namorada, Giselle Evangelista. O criminoso, que matou a mulher asfixiada, em seu apartamento, teve a prisão convertida em preventiva após passar por audiência de custódia, nesta segunda-feira, quando confessou que cometeu o crime durante uma briga por ciúmes, devido a um vídeo pornográfico que recebeu no celular.

Em depoimento, o homem contou que durante o crime pensou em desistir de matar a namorada, mas lembrou-se da Lei da Maria da Penha, que protege as mulheres, e decidiu continuar. Porém, fato de que ele não se lembrou, ou desconhecia, é que em 2015 foi aprovada a Lei nº 13.104, que passou a considerar o feminicídio como crime hediondo, aumentando a pena que era de 6 a 20 anos de prisão para 12 a 30 anos.



Entretanto, apesar da importância da aprovação da lei, o número de casos continua a crescer, o que nos mostra a real necessidade de que outras medidas também sejam adotadas para conter os agressores e proteger nossas mulheres.

Diante do que aqui exponho, caros colegas Parlamentares, fica claro que nossas políticas públicas ainda são insuficientes para garantir o direito à vida e à cidadania, restando patente a necessidade de um maior comprometimento da nossa Casa Legislativa com o campo da segurança pública, em torno de um pacto contra a violência e o homicídio que vitimam mulheres.

Sendo assim, peço um esforço conjunto neste momento em que é unânime a visão sobre a importância de se valorizar e investir na segurança pública do nosso País para que a coordenação, o planejamento e a boa gestão venham a substituir as promessas de combate ao crime no Brasil. É preciso agir!

Conto com a colaboração dos nobres pares para trabalharmos unidos pelo fim da criminalidade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nossos ouvintes e telespectadores da *Rádio Câmara*, *A Voz do Brasil* e *TV Câmara*:

Esta Casa aprovou, na última madrugada, após mais de 7 horas de sessão, o decreto que autoriza intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro. Agradeço aos outros 339 Deputados que foram favoráveis à medida, tendo em vista que o caos provocado pela criminalidade naquele Estado não nos deixou outra alternativa.

Creio que no Senado a decisão não será diferente e que o decreto será mais uma vez aprovado. Porém, quero mais uma vez reforçar que as polícias dos Estados vizinhos precisam ficar alertas. Assim que preveni as forças de segurança de Minas Gerais, quando o Presidente anunciou o decreto da intervenção, a Polícia Militar mineira reforçou, já no último sábado, o policiamento e o monitoramento na divisa com o Rio de Janeiro, para impedir a migração de criminosos cariocas para o meu Estado. Parabéns ao Comandante-Geral da PM de Minas, Coronel Helbert Figueiró, pela ação.

A PM de Minas Gerais já desenvolveu estratégias de reforço e de monitoramento das divisas, e isso também deve ser feito por São Paulo e Espírito Santo. Peço à Polícia Civil que também esteja atenta e preparada para eventuais migrações de criminosos, com planos integrados de inteligência para prevenir a difusão do crime organizado



nos demais Estados do Sudeste.

Será preciso integrar as polícias, o que venho defendendo há tempos nesta Casa, com o projeto de unificação das Polícias e de criação de uma força única e sem vaidades.

Finalizo, Sr. Presidente, ressaltando que uma intervenção pede também mudanças na nossa legislação. O Congresso precisa endurecer a Lei Penal, aumentar as penas, extinguir as saídas temporárias, as visitas íntimas e a prisão domiciliar, além de reduzir a maioria penal. Para amortizar a violência é preciso acabar com a impunidade.

É o que tenho a dizer.

Documento 187/327

008.4.55.O	Sessão Não Deliberativa de	20/02/2018-14:44
	Debates - CD	
Publ.: DCD - 2/21/2018	EDMILSON RODRIGUES-PSOL -PA	
- 37		
CÂMARA	DOS	PEQUENO
DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	EXPEDIENTE
		DISCURSO

Sumário

Homenagem póstuma aos militantes do PCdoB, Neuton Miranda e Paulo Fonteles Filho.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, depois da madrugada em que se aprovou uma intervenção militar num Estado importante do País - e, se alguns cientistas tiverem razão, é a possibilidade do início da transformação desta República de Juízes numa República de Generais, com risco para a democracia -, eu queria aproveitar o momento para dizer: *"Ditadura, nunca mais!"*

Aproveito, ainda, para homenagear uma das vítimas da ditadura militar, Neuton Miranda. Militante do PCdoB, Neuton muito me honrou, ao fundar a Secretaria de Habitação do nosso Município, quando fui Prefeito de Belém, quando não existiam programas como o Minha Casa, Minha Vida. Manifesto a minha solidariedade à sua família. Hoje, completaria 70 anos. Morreu aos 62 anos, regularizando áreas, através



da Secretaria do Patrimônio.

E hoje também quero lembrar, Sr. Presidente, o falecimento de outro militante, meu irmão do peito, filho de duas pessoas importantes na história deste País. Os pais foram torturados, sendo que a mãe foi torturada ainda grávida. Refiro-me a Paulo Fonteles Filho, filho de Paulo Fonteles, assassinado no Pará, e da socióloga e cientista política Ecilda Veiga.

Paulo Fonteles Filho faleceu em 26 de outubro de 2017, ainda com 45 anos. Completaria hoje 46 anos. Foi uma grande perda para o pensamento crítico, para a ação crítica, para a produção de um futuro justo, democrático e feliz, porque socialista, o que é um direito da humanidade.

Viva Neuton Miranda!

Viva Paulo Fonteles Filho!

Documento 188/327

008.4.55.O	Sessão Não Deliberativa	de 20/02/2018-14:52
	Debates - CD	
Publ.: DCD - 2/21/2018	ERIKA KOKAY-PT -DF	
- 40		
CÂMARA	DOS	PEQUENO
DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	EXPEDIENTE
		DISCURSO

Sumário

Desistência de votação, pelo Governo Federal, da reforma da Previdência.
Críticas à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Sem revisão da oradora.) - O povo brasileiro teve uma grande vitória ao impedir que se votasse nesta Casa a reforma da Previdência, que, ao ser anunciada, já fez com que algumas entidades abertas do mercado de previdência privada tivessem um lucro de até 40% e que aumentou em cerca de 140 mil o número de aposentadorias.

A reforma da Previdência teve que ser retirada, e o Governo Temer, num ato de desrespeito com a população do Rio de Janeiro, lhes impôs uma intervenção sem sequer ter feito um balanço do que foi a intervenção das Forças Armadas no Complexo da Maré, que custou 600 milhões de reais. Este Governo, que retira 2 bilhões da segurança, acha que pode enganar o povo.

E ele quer outra agenda para agradar o mercado, uma agenda que passa pela privatização da ELETROBRAS. Nós não vamos permitir isso. O povo será vitorioso mais uma vez.

Documento 189/327

008.4.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - 20/02/2018- CD	14:56
Publ.: DCD - 2/21/2018 - 42	BENEDITA DA SILVA-PT -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Nota da Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro - FAFERJ em repúdio à intervenção federal na área da segurança pública fluminense.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna trazer a *Nota de esclarecimento à população sobre a intervenção militar em nosso Estado*, de autoria da Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro - FAFERJ.

Eu tive a oportunidade de estar com as lideranças comunitárias, ocasião em que conversamos com o general responsável pela intervenção sobre quão danosa será essa operação para as comunidades. A FAFERJ faz esse alerta por conta da experiência com a intervenção militar que não começou ontem no Rio de Janeiro. O Estado já teve outras intervenções e elas foram danosas, não trouxeram nenhum resultado positivo no combate ao crime. O discurso é sempre o mesmo, o discurso da segurança pública é um discurso feito com base na seletividade de quem vai ser preso e violentado, quem terá sua casa invadida, quem ficará submetido às leis autoritárias, seja pela presença do tráfico, seja pela ausência do



Estado.

A FAFERJ salientou que as favelas não precisam de intervenção militar, elas precisam de intervenção social. Os investimentos que foram colocados na militarização superaram os investimentos em políticas sociais. Ressaltaram o fato de esse Governo ilegítimo ter congelado por 20 anos os investimentos sociais, colaborando para a marginalidade, para o desemprego e para o empobrecimento de população já tão carente.

A ocupação da Maré custou 1 milhão e 700 mil reais. E ela perdurou, Sras. e Srs. Deputados, 14 meses. Lá tivemos helicópteros, viaturas, tanques de guerra, tudo isso no território inimigo, porque, na verdade, quando há uma intervenção dessa natureza, com tais equipamentos e aparato, só pode se tratar de território inimigo. A FAFERJ teve a preocupação de apresentar os resultados para os Governantes e de lhes mostrar que houve prejuízos e violação dos direitos humanos. Contra essa ação ineficaz, as facções criminosas continuaram a disputar o território, sem ser incomodadas, tendo o controle da região.

Hoje, nesta Casa, nós vemos esse Governo ilegítimo, com o apoio da maioria das Sras. e dos Srs. Parlamentares, não atentar para o que foi apoiado pelos Deputados, que têm empregadas domésticas, motoristas, babás para seus filhos e trabalhadores em suas empresas e fábricas que moram nas favelas. São eles que estão com medo dessa intervenção. Nós estamos falando em seu nome, em nome do povo, desse povo excluído do qual não tivemos piedade. Achemos que é essa a solução para o território inimigo, mas o território inimigo é o povo da favela! Não me digam que não é, porque se é para combater o tráfico, ele está instalado nas favelas. Não me venham tergiversar com essa história de que vai ser bom: *"Ai, meu Deus, as crianças! Nós vamos proteger as crianças. Quantas crianças são baleadas pela polícia e pelo crime organizado!"*.

Ninguém vai lá, ninguém comemora, ninguém toca banda pelos filhos e filhas das favelas atingidos por balas - que não são balas perdidas, mas balas que vão direto sobre os que estão desarmados, sobre os que ainda confiam no poder público, os que ainda esperam por segurança pública, enfim, os que ainda confiam em que o Estado vai garantir seu ir e vir todos os dias ao trabalho ou à escola dos filhos.

É inadmissível que esta Casa, com um segmento tão grande de policiais, não saiba discernir essa situação. Qualquer leigo sabe que segurança pública não tem a ver com o Exército. É um precedente que se abre gradativamente para que haja uma inversão. Para que Polícia Civil e Polícia Militar nos Estados se agora há um comando único? Ora, e não foi sempre essa a proposta que apresentamos aqui? Queremos um comando único, mas não do Exército, que foi preparado para



guerrear.

É com isso que a FAFERJ se preocupa. Na favela, homens e mulheres trabalhadores lutam com garra e dignidade pelo pão de cada dia, e seus filhos se alistaram para servir ao Exército Brasileiro com orgulho por defender a pátria brasileira. Eles não se alistaram para morrer na mão de bandidos ou mesmo na intervenção militar. Pela pátria talvez pudessem dar suas vidas, mas nesse caso estarão dando suas vidas sem que tenham feito nenhuma escolha.

Sras. e Srs. Deputados desta Casa, saibam que V.Exas. são responsáveis pelo resultado ineficaz dessa intervenção no Estado do Rio de Janeiro. Digam, olhando nos olhos uns dos outros, que não usaram do privilégio de terem recebido os votos daquele povo para hoje votarem contra ele.

Não foi a FAFERJ, não foram favelados que disseram que o Exército não estava preparado para fazer a segurança pública. O Exército foi realmente preparado para fazer outro tipo de intervenção. A favela continua sugerindo que haja uma intervenção social imediata no Rio de Janeiro, mas também sugere que nosso Exército tome conta de nossas fronteiras.

Os traficantes não descem da favela para comprar armas. As armas chegam até eles! E são armas de grande calibre, como as usadas pelo Exército Brasileiro, armas que as pessoas comuns não sabem como usar. Nosso grande Exército tem uma tarefa da qual não pode abrir mão: ir para nossas fronteiras e impedir o tráfico de drogas, impedir o tráfico de armas, impedir os furtos e roubos a que temos assistido. Essa é a tarefa do Exército, não apontar seus fuzis para os indefesos homens e mulheres das comunidades.

Não digo isto com paixão, digo com razão: nos meus 57 anos de experiência numa comunidade, não vi um gesto sequer de intervenção policial em que não houvesse mortos. O general disse que, se houver confronto, haverá confronto. E quem vai se confrontar com o Exército? Serão os marginais. Ora, será que os mais de 3,5 milhões de favelados são todos marginais?

Sr. Presidente, peço a divulgação da íntegra do meu discurso pelos meios de comunicação da Casa, assim como a divulgação da nota da Federação das Associações de Favelas do Rio de Janeiro sobre a intervenção militar no Estado.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - V.Exa. será atendida.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A ORADORA

Nota de esclarecimento à população sobre a intervenção militar em nosso Estado.

A Federação de Favelas do Rio é uma instituição sem fins lucrativos fundada em 1963 para lutar contra as remoções do governo Lacerda e a implantação da ditadura militar no Brasil em 1964. Dessa forma, alertamos que essa nova intervenção militar não começou ontem, anteriormente tivemos as UPP's (unidades de polícia pacificadora), as operações respaldadas sob a GLO (Garantia da lei e da ordem) e PLC 464/2016 que passa para a justiça militar a responsabilidade de julgar as violações cometidas pelos integrantes das forças armadas em suas intervenções.

Essas mesmas forças intervencionistas estiveram recentemente em missões de paz no Haiti e favela da Maré onde podemos observar que grande parte das ações foram marcadas por violação de direitos humanos.

Nesse processo vale salientar que os investimentos em militarização superam os investimentos em políticas sociais. A ocupação da Maré custou 1,7 milhões de reais por dia perdurando por 14 meses envolvendo 2.500 militares, tanques de guerra, helicópteros, viaturas, sem apresentar resultados efetivos tanto para as comunidades quanto para o país. Em contra partida nos últimos 6 anos só foram investidos apenas 300 milhões de reais em políticas públicas voltadas para o desenvolvimento social.

Apesar de todo esse aporte financeiro investido na intervenção militar na Maré podemos observar que essa ação foi totalmente ineficaz, pois lá as facções criminosas ainda lutam pelo controle da região oprimindo os trabalhadores e trabalhadoras que lá vivem.

O que a favela precisa na verdade é de uma intervenção social, que inclusive contaria com a participação das forças armadas. Precisamos de escolas e creches, hospitais, projetos de geração de emprego e renda e políticas sociais voltadas principalmente para juventude. Precisamos de uma intervenção que nos traga a vida e não a morte. O exército é uma tropa treinada para matar e atuar em tempos de guerra. As favelas nunca declararam guerra a ninguém.

A favela nunca foi e nem jamais será uma área hostil. Somos compostos de homens e mulheres trabalhadoras que com muita garra e dignidade lutam pelo pão de cada dia. Somos a força de trabalho que move a cidade e o país. A ocupação de uma parcela das comunidades



por marginais ocorre justamente pela ausência do estado em políticas públicas que possam garantir o desenvolvimento de nossas favelas.

Nos últimos 54 anos a FAFERJ vem lutando por democracia nas favelas do Rio. Lá a ditadura ainda não acabou. Ainda vemos a polícia invadindo residências sem mandados, pessoas sendo presas arbitrariamente ou até mesmo casos de desaparecimento como o caso Amarildo que repercutiu mundialmente.

Para finalizar gostaríamos de reafirmar que as intervenções militares são caras, longas, e ineficazes até mesmo do ponto de vista da segurança pública. Sugerimos que essas tropas sejam movimentadas para patrulharem as fronteiras do Brasil, pois é de conhecimento notório que é de lá que chegam as armas e as drogas que alimentam o comércio varejistas de entorpecentes nas comunidades cariocas. Sugerimos também que se faça uma grande intervenção social nas favelas do Rio de Janeiro.

Precisamos apenas de uma oportunidade para provar que somos a solução que o Brasil tanto precisa para se desenvolver e tornar-se um país mais justo para todos e todas.

Favela é potência! Favela é resistência!

Documento 190/327

009.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	20/02/2018-20:12
Publ.: DCD - 2/21/2018 - 83	SIMÃO SESSIM-PP -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Posse do Ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, na Presidência do Tribunal Superior Eleitoral. Conquista pela escola de samba Beija-Flor de Nilópolis do título de campeã do Grupo Especial 2018 do carnaval carioca. Acerto da intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem, tivemos aqui uma sessão que ficará na memória desta Casa pelas consequências positivas que produzirá na vida da população do meu Estado. A pauta de ontem definiu a principal prioridade da sessão. Por isso, deixei para

hoje dois registros importantes.

Um, a posse do Ministro Luiz Fux na Presidência do Tribunal Superior Eleitoral. Outro, a vitória da Beija-Flor de Nilópolis no desfile das escolas cariocas. Por ironia do destino, os dois eventos se encontram. Houve entre eles pontos comuns: a resistência ao quadro que se criou no Brasil nos últimos anos e o grito por uma mudança.

O Ministro Fux não deixou espaço para qualquer dúvida. S.Exa. aplicará, sem pestanejar, a Lei da Ficha Limpa e combaterá, sem tréguas, as notícias falsas, as chamadas *fake news*. Disse o Ministro: "*A atuação proativa do Tribunal Superior Eleitoral estará alicerçada em pilares fundamentais: aplicar sem hesitação a Lei da Ficha Limpa nas eleições de 2018 e combater procedimentos artificiais das fake news*". A corrupção é um mal que minou os alicerces da sociedade brasileira e fere as nossas chances de uma história mais digna. As mentiras ferem profundamente o exercício pleno da política, único caminho de saída para a crítica situação que vive o Brasil.

Na mesma linha, seguiu a Beija-Flor. A escola gritou na avenida por uma esperança, para que a situação de dor absoluta causada pela miséria, pela corrupção e pela violência mude.

"*Oh, pátria amada, por onde andarás? Seus filhos já não aguentam mais!*", diz o samba-enredo. E, nesse embalo, mostrou cenas que envergonham o Brasil, mas que, se não expostas, não serão enfrentadas.

É possível inserir nesse contexto a intervenção que fez o Governo Federal na segurança do Estado.

Em resumo, Sr. Presidente, o Brasil expõe suas feridas, mas com a disposição de sará-las e seguir na direção de um tempo melhor.

Muito obrigado.



Sumário

Posicionamento do orador contrário ao decreto de intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço a V.Exa. que dê como lido pronunciamento que faço a respeito das trapalhadas deste Governo golpista e de seus partidos aliados.

Como se não bastasse o golpe de 2016 e as artimanhas para a retirada de direitos do povo brasileiro, agora o Presidente Michel Temer quer golpear a segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, por meio de um decreto de intervenção federal até dezembro de 2018, totalmente inconstitucional, sem dizer como será feita essa intervenção.

O Comandante do Exército afirmou que não pode haver Comissão da Verdade durante a intervenção. Por que não pode haver Comissão da Verdade? Porque querem fazer tudo, mesmo aquilo que é proibido pela Constituição.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que divulgue o meu pronunciamento nos meios de comunicação da Casa, inclusive no programa *A Voz do Brasil*.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, são preocupantes as inúmeras trapalhadas que vêm ocorrendo no País por meio do Governo Michel Temer e de seus partidos políticos aliados.

Como não se bastasse o golpe de 2016 e as artimanhas para a retirada de direitos do povo brasileiro, agora o Presidente Michel Temer quer golpear a segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, por meio de um decreto de intervenção federal até dezembro de 2018, totalmente inconstitucional e ineficaz.

Todos estão alerta! Não há povo que suporte um bailão de inconstitucionalidades.

A segurança pública é prioridade para uma nação viver sua democracia sólida e permanente, mas a medida que está sendo proposta pelo Governo golpista se torna um perigoso instrumento para um audível



estado de exceção criado pelas beiradas.

Primeiro, Michel Temer decreta intervenção federal; depois, dá entrevista à mídia afirmando que vai revogar o decreto temporariamente se ele conseguir votos para aprovar a reforma da Previdência, para depois retomar a intervenção.

O que está em jogo mesmo é a segurança do carioca ou a estratégia para enfrentar um baixíssimo nível de popularidade no País? Usar o Rio de Janeiro para ganhar a confiança do povo brasileiro é brincar com fogo inimigo.

Aliás, por que esta intervenção veio após o carnaval, um festejo anual e antigo que reúne milhões de pessoas de todo o País e do mundo? Será que a instabilidade da segurança pública só se agravou após o carnaval?

O que é preciso fazer, não somente no Estado do Rio de Janeiro, mas em cada Estado e Município deste País, é investir em um plano nacional e estadual para prevenção e combate à violência. A conta do aumento da criminalidade está na folha de pagamento de Michel Temer e de seu partido. Há uma relação entre o agravamento da crise da segurança e o enfraquecimento do Estado, falido por um grave ajuste fiscal promovido pelo Governo Federal e intensificado pelo Governo Estadual do MDB, que afeta intrinsecamente os investimentos na segurança pública do Estado.

Juristas de todo o País estão criticando a estrutura da intervenção e afirmando que se trata da substituição temporária e excepcional de uma autoridade civil por uma autoridade militar. O interventor tem poderes de governo, mas, pela Constituição, até agora, o governo é civil.

Aí está a inconstitucionalidade: o parágrafo único do art. 2º do decreto deixa claro que o cargo de interventor é de natureza militar, mas a intervenção federal descrita no art. 21, inciso V, da Constituição, exige um interventor civil.

Portanto, entendo ser equivocada e perigosa a decisão do golpista e usurpador Michel Temer, além de ser irresponsável decretar uma intervenção federal sem a manifestação dos Conselhos da República e de Defesa Nacional.

O mais grave é a decisão, tomada pelo Conselho de Defesa Nacional e pelo Conselho da República, de entrar com um pedido de mandado de segurança coletivo na Justiça do Rio de Janeiro, para permitir a invasão a qualquer residência, rua, bairro ou mesmo uma igreja em celebração, para realizar busca e apreensão de tudo o que eles

acharem necessário. Isso é o retorno da ditadura militar.

Era o que eu tinha a dizer.

Documento 192/327

009.4.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/02/2018- CD	20:20
Publ.: DCD - 2/21/2018 - 88	DOMINGOS NETO-PSD -CE	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Importância de realização de intervenção federal na área de segurança pública do Estado de Ceará. Incapacidade do Governo Estadual de combate a organizações criminosas.

O SR. DOMINGOS NETO (PSD-CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, fica evidente que o tema da violência e da insegurança chega às casas de todos os brasileiros.

Ontem aprovamos aqui a intervenção no Estado do Rio Janeiro, que, ao mesmo tempo em que recebe grande apoio desta Casa, faz com que nós, Parlamentares de diversos Estados, recebamos pressão para que uma intervenção federal, tal como a feita no Rio de Janeiro, possa também chegar às nossas bases.

No Estado do Ceará a taxa de homicídio é muito maior do que no Rio de Janeiro. Se a taxa de homicídios no Rio de Janeiro é de 40 homicídios por 100 mil habitantes, no Ceará é de 57,7. A Capital Fortaleza é uma das capitais mais violentas do mundo, com uma taxa de homicídio de mais de 81 homicídios por 100 mil habitantes.

Olhem o que o Líder do Governo Camilo Santana falou da tribuna na semana passada: ao se tentar instalar a CPI do Narcotráfico, o Deputado Estadual Evandro Leitão disse na tribuna e à imprensa que não assinaria o pedido de instalação da CPI nem faria parte dela porque temia por sua vida, porque tinha família e filhos e que, portanto,



não tinha coragem de enfrentar o problema real, que é o narcotráfico em nosso Estado. Tal covardia do Líder do Governo é um símbolo claro da fragilidade, da fraqueza com que o Governo do Estado do Ceará vem tratando o tema da violência. Nas redes sociais virou chacota. O Governador é chamado de frouxo por onde anda. Muitos tentam dizer que sua postura, para além disso, é conivente. Anteontem morreu, no Estado do Ceará, por briga entre facções, o número 2 do PCC.

Desde novembro do ano passado tenho enviado ofícios solicitando ao Ministério e ao Presidente da República uma intervenção federal no Estado do Ceará, não é o caso de pegar carona na do Rio, mas porque, em números públicos, no Estado do Ceará nós estamos muito além das taxas com que vivem os fluminenses. Sem dúvida nenhuma, a intervenção é necessária quando o Estado perde completamente o controle da situação. E é o que nós estamos vivendo.

Hoje, no Estado do Ceará, em todos os Municípios, no interior, os bairros são divididos por facções. Na entrada de cada um dos bairros, há pichações dizendo: "*Abaixe o vidro, tire o capacete, desligue o farol*". Se não fizer isso, o carro ou a moto, ao adentrar aquela comunidade, é recebido à bala. Nós já tivemos o caso de um motorista do Uber que, ao entrar numa comunidade como essa, sem conhecer as regras, foi recebido à bala e veio a óbito.

Imagine você chegar num bairro e se deparar com um *outdoor* dizendo que esse bairro é comandado pela facção A, pela facção B ou pela facção C, informando a todos que existe um comando criminoso de uma facção naquele local, e o comando da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Ceará não faz absolutamente nada. Quer dizer que eu passo num carro e vejo, o cidadão passa num carro e vê, o motorista do ônibus passa numa linha e vê, e o Secretário de Segurança não vê?

É por isso que hoje todos vivemos no Estado do Ceará em verdadeiro pavor.

O nosso Ceará é um Estado pobre, mas que tem seis indústrias de blindagem de carro. Hoje não há um cidadão em Fortaleza que tenha coragem de caminhar alguns quarteirões, porque vivemos todos amedrontados. E isso se estendeu também para o interior do Estado.

Esses comandos das facções em nosso Estado ultrapassam inclusive a parte, de que falei, das divisões territoriais. Elas chegam aos presídios. Existem presídios cem por cento comandados pelas facções. Elas determinam a hora de visita, elas determinam quem entra e quem sai, elas determinam para onde cada preso vai. E o Estado vai assistir a isso fazendo nada?

Por isso eu faço esse apelo, e nós vamos seguir. O Deputado Danilo Forte é um que também está nessa luta. O Governador do Ceará não tem qualquer condição de enfrentar a insegurança no nosso Estado. A primeira resposta é jogar a culpa para o Governo Federal, demonstrando a sua fragilidade para governar o Estado. O incompetente sempre faz isso. Quando é confrontado com a sua própria torpeza ou incompetência, a sua primeira resposta é botar a culpa no outro.

E no Estado do Ceará nós vivemos um clima em que cada um da bancada do Ceará passa a ser cobrado. Tenho convicção de que não há um representante, seja Deputado Estadual, seja Deputado Federal, que tenha coragem de subir à tribuna para defender o planejamento da segurança no nosso Estado.

Venho denunciar nesta Casa essa total falência e pedir o apoio dos nossos pares para que, em um futuro próximo, nós possamos, por meio dessa medida ou de uma GLO - Garantia da Lei e da Ordem, ter mais forças federais na segurança pública do Estado do Ceará.

O SR. PRESIDENTE (JHC) - Agradeço ao Deputado Domingos Neto.

Documento 193/327

009.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	20/02/2018-20:28
Publ.: DCD - 2/21/2018 - 90	FELIPE BORNIER-PROS -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Regozijo com a aprovação, pelo Parlamento, da intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro e do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 1, de 2018, sobre a abertura de crédito especial para repasse de recursos aos Municípios.

O SR. FELIPE BORNIER (Bloco/PROS-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de enaltecer o belíssimo trabalho, grande trabalho e atuação que fizemos no Parlamento nestes 2 dias: ontem, a

questão da intervenção no Estado do Rio de Janeiro e, hoje, a questão do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 1, de 2018, que ajudou com 2 bilhões de reais os Municípios de todo o Brasil.

Estou aqui acompanhado por diversos Prefeitos e Vereadores. Agora, ao meu lado, está o Vereador Robinho, lá de Santo Antônio de Pádua, uma região carente do noroeste fluminense, que necessita também de uma parte dessas emendas orçamentárias, seja para a saúde, seja para a segurança, seja para o desenvolvimento social, seja para a habitação.

Aquela região é hoje pouco lembrada, mas o povo de lá é acolhedor e está precisando principalmente da ajuda do Congresso Nacional, através de recursos, seja por meio de emendas parlamentares, seja por meio de emendas do Executivo. Temos que olhar para aquela população, que está muito carente.

Os Prefeitos da região estão hoje com o pires na mão, com grandes dificuldades financeiras, e nós temos a obrigação de ajudá-los.

Muito obrigado.

Documento 194/327

009.4.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/02/2018- CD	20:32
Publ.: DCD - 2/21/2018 - 91	BETINHO GOMES-PSDB -PE	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Preocupação com a crise de segurança pública no País. Apoio à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro. Críticas ao Governo Federal pela falta de execução de plano de segurança nacional.

O SR. BETINHO GOMES (PSDB-PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ontem nós fizemos aqui um debate sobre a



segurança pública. Muito embora o debate tenha se concentrado na intervenção federal na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, é evidente que o tema é amplificado, uma vez que toda a população brasileira tem demonstrado grande preocupação com essa questão.

A Oposição, sobretudo o PT, tentou, de todas as formas, passar a ideia de que essa medida era desnecessária e descabida e chegou até a afirmar que seria uma medida inconstitucional. Está prevista na Constituição a possibilidade desse tipo de intervenção.

É importante frisar que a democracia precisa de um Estado forte e presente. O que ocorre no Rio de Janeiro não deve ser analisado só sob a ótica dos indicadores, das estatísticas, que servem como referência.

O fato concreto é que o Estado do Rio de Janeiro perdeu completamente a condição de garantir segurança ao seu povo. Uma parte significativa do aparelho do Estado - a polícia - tem atuado inclusive como agente do crime. Recaem também sobre a cúpula das Polícias Civil e Militar suspeitas de envolvimento com o crime organizado, cuja atuação, nos morros e nas ruas, intimida a própria polícia.

Portanto, na medida em que as milícias e o crime organizado colocam toda uma população como refém, nós temos, sim, a democracia sob risco. E o que fazer diante disso? Agir de forma firme, a fim de mostrar o poder do Estado.

Essa medida é necessária inclusive para impedir que outras facções criminosas, em outros Estados, se sintam à vontade e com ousadia para tentar buscar essa mesma conduta de intimidação de toda a sociedade.

É evidente que a intervenção por si só não será a solução para o problema da segurança no Estado do Rio de Janeiro, mas, a partir daí, há a possibilidade de se buscar recompor as condições mínimas para enfrentar o problema da violência lá instalado.

No entanto, o Governo Federal, ao tomar essa decisão, infelizmente se equivoca, por não ter a iniciativa - aí vai a nossa crítica - de implementar um plano nacional de segurança que tenha condição de atuar de maneira articulada, envolvendo todos os atores federados, todos os Estados e Municípios, a fim de oferecer uma estratégia que possa garantir segurança pública, segurança de verdade à população. Não o fez, e talvez não tenha tempo de fazê-lo.

Mais uma vez, a bancada do PSDB quer reafirmar o apoio à medida tomada ontem, porque é correta e adequada. Além disso, ao mesmo



tempo, queremos fazer um questionamento ao comportamento do PT e de parte significativa da Oposição. Esse partido é especialista em acusar, em apontar o dedo e fazer cobranças, mas não reconhece que teve a oportunidade de governar o País e, durante esse período, o que se viu foi um crescimento das taxas de violência em todo o Brasil. Só no Governo Dilma Rousseff, as taxas de homicídio cresceram 7%. Isso já serve para mostrar a incompetência e a irresponsabilidade do PT no enfrentamento ao crime organizado.

Queremos dizer também, Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, que é preciso comparar as ações em cada Estado. Por exemplo, o Estado da Bahia é governado pelo PT há muito tempo e serve, portanto, de vitrine para o Partido dos Trabalhadores. No período do Governo do PT nesse Estado, os índices de violência cresceram de maneira assustadora. Só de 1996 a 2015, houve um acréscimo de 10 mil homicídios no Estado, o que representa um aumento de 255% nessa taxa.

Na outra ponta, o Estado de São Paulo vem reagindo e está enfrentando essa questão. Lá os homicídios estão caindo desde o início do Governo do PSDB.

Este debate tem que ser feito. Precisamos, aqui, cobrar um debate franco e honesto, um debate sincero, um debate sobre ideias, para não ficarmos acusando quem quer que seja sem efetivamente ter argumentos para justificar as posições.

O que temos, portanto, é um PT que acusa, é um PT que esquece que governou o País, é um PT que provocou a maior crise fiscal no Brasil, comprometendo as políticas públicas, mas que não olha como tem se comportado à frente dos governos estaduais.

Nós queremos aproveitar este momento em que toda a população está debatendo a questão da segurança pública para dizer que é hora de tomar decisões efetivas, decisões corajosas, decisões que nos ajudem a reverter os graves indicadores de violência que o Brasil está vivenciando.

Nós queremos oferecer a experiência do PSDB ao povo brasileiro. São Paulo é um exemplo de Estado que soube enfrentar essa questão, é um exemplo de Estado que colocou a máquina pública a favor da população, não só equipando as polícias, mas também oferecendo política pública, política social.

É o momento de fazer essa discussão. É o momento de dizer que o Brasil quer responsabilidade de alguém com experiência, que esteja preparado para realizar esse debate. Nós temos a certeza de que o nosso Presidente nacional, o Governador de São Paulo, Geraldo



Alckmin, terá a oportunidade de fazer com que a população brasileira tome conhecimento daquilo que foi produzido no Estado de São Paulo.

Vamos esperar e torcer para que o restante do Brasil também se espelhe nessa experiência profícua, nessa experiência positiva, nessa experiência que poderá ser muito benéfica à população do Brasil no futuro muito breve.

Portanto, é hora de aprofundar esse debate.

Documento 195/327

009.4.55.O

Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/02/2018-
CD 20:40

Publ.: DCD - 2/21/2018 - POMPEO DE MATTOS-PDT -RS
123

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Solidariedade ao ex-Ministro da Fazenda Ciro Gomes, diante de críticas proferidas pelo Deputado José Carlos Aleluia. Contestação à intervenção federal na área de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Deputado Henrique Fontana.

Eu quero dizer aqui, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, que fiquei impressionado quando o Deputado Aleluia foi à tribuna para falar mal do colega ex-Deputado, ex-Prefeito de Fortaleza, ex-Governador do Ceará, ex-Ministro da Fazenda deste País que teve a chave do cofre na mão e não deixou o cofre cair no pé, o honrado Ciro Gomes.

E ele fala mal do Ciro não pelos defeitos dele, mas pelas suas virtudes, porque o que o Ciro disse eu assino embaixo e repito aqui: sim, Ciro Gomes, estou contigo. Temos que rever esse entreguismo que esses vendilhões, que os velhacos do Brasil fizeram com o nosso petróleo, entregando-o para as petroleiras internacionais.

Ora, essa é a virtude do Ciro, que diz o que pensa, que fala o que



sabe, que conta o que vê, que até podem achar que é um pouco boca braba, mas é melhor ser boca braba que não ter boca para nada.

Estão com medo do Ciro. Estão tremendo porque o Ciro vem aí, está chegando, com experiência, com conhecimento, com postura, com retidão, com as mãos limpas, e não porque as lavou. Ciro Gomes tem as mãos limpas porque não as sujou como outros fazem por aí. E é isso que faz a diferença.

Por isso, com muito orgulho, nós estamos ao lado do grande Ciro. Ele não está desrespeitando o Parlamento. Este Parlamento perdeu o respeito consigo e perdeu o respeito com o povo brasileiro. É por isso que as medidas aqui tomadas terão que ser revistas.

Por exemplo, essa intervenção no Rio de Janeiro parece bonita, mas é pirotecnia, porque o problema não é só de segurança, mas também de má gestão, de má administração, de corrupção. Há vários Governadores na cadeia; há Conselheiros de Tribunais de Contas na cadeia; há Deputados Estaduais na cadeia; há policiais envolvidos em corrupção. Quem vai pagar essa conta, a conta da má gestão? O Brasil, os brasileiros, os gaúchos, os cidadãos de cada Estado. A elite burocrática e corrupta do Rio de Janeiro faz falcatruas e manda a conta para o Brasil pagar. Isso não é razoável, não é aceitável! É por isso que nós fazemos esta denúncia aqui.

Aliás, o Brizola construiu no Rio de Janeiro mais de 500 CIEPs, escolas de tempo integral, para estudarem mil alunos em cada um deles. O que os governantes fizeram depois? Nenhum CIEP a mais eles construíram e, o que é pior, desmancharam os mais de 500 CIEPs do Brizola. Jogaram duas gerações inteiras no gueto da miséria, e esses jovens viraram moeda fácil para os traficantes. Estagiários do crime hoje são patrões da droga e se juntam aos corruptos para fazer as quadrilhas no Rio de Janeiro. Quem vai pagar essa conta: eu, tu, ele, nós, vós, eles. Os gaúchos, os brasileiros pagam a conta da roubalheira e da incompetência no Rio de Janeiro.

Nós precisamos denunciar isso com clareza, com veemência, com firmeza. Não adianta enxugar gelo. O problema não é só a segurança. Sem investir em saúde, sem investir em educação, sem investir em qualidade de vida, sem investir no social, o Rio de Janeiro vai pagar uma conta muito grande. O culpado não é o povo, mas o povo do Rio poderá fazer uma limpa na sua elite nessa eleição, e é o que o Brasil espera.



009.4.55.O

Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/02/2018-
CD 20:40

Publ.: DCD - 2/21/2018 - CABO DACIOLO-AVANTE -RJ
125

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Apoio à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro. Inconstitucionalidade da cobrança de pedágios no Rio de Janeiro, Capital do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. CABO DACIOLO (Bloco/AVANTE-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, para que todos tenham conhecimento e para que possamos visualizar a bagunça que está o Rio de Janeiro, nós vamos falar aqui de pedágio.

Eu preciso trazer à tona que o pedágio da Linha Amarela e da Vila Olímpica é inconstitucional. O pedágio, pela Constituição Federal, é interestadual e intermunicipal. Não existe pedágio interbairros. Eu não posso cobrar pedágio de quem sai da Barra da Tijuca e vai até a Ilha do Governador. Também não posso cobrar pedágio de quem sai de Realengo e vai à Barra da Tijuca. Só quero notificar as autoridades do Rio de Janeiro que essa bagunça vai acabar.

Quero dizer a todos que juntos somos fortes, que ninguém nos passará para trás e que Deus está no controle.

Intervenção federal em todo o território nacional já!

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 197/327

010.4.55.O

Sessão
Extraordinária - CD

Deliberativa 21/02/2018-14:00

Publ.: DCD - 2/22/2018
- 24

BENJAMIN MARANHÃO-SD -PB

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Defesa de intervenção federal na área da segurança pública no Estado da

Paraíba. Destruição de agência do Banco do Brasil e da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos por criminosos no Município de Salgado de São Félix, Estado da Paraíba.

O SR. BENJAMIN MARANHÃO (SD-PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu venho mais uma vez fazer o registro da situação da violência no Estado da Paraíba. Quando nós votamos a intervenção federal no Rio de Janeiro, indagado pela imprensa paraibana se eu defenderia a participação das Forças Armadas na segurança pública da Paraíba, eu disse que a defenderia de forma clara, e não só das Forças Armadas, mas da Polícia Federal. Inclusive, já protocolei vários requerimentos no Ministério da Justiça, pedindo que a Polícia Federal seja engajada na luta contra os arrombamentos e as explosões bancárias no Estado.

Ontem à noite, a cidade de Salgado de São Félix, próxima a João Pessoa, foi invadida por mais de 20 criminosos, que destruíram completamente a agência do Banco do Brasil e a agência dos Correios. Enquanto isso, o Secretário de Segurança Pública do Estado e o Sr. Governador dizem que a Paraíba é um mar de tranquilidade.

Peço mais tempo para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Não, Deputado. Hoje não será possível. Vamos divulgar o pronunciamento de V.Exa. no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 198/327

010.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	21/02/2018-14:16
Publ.: DCD - 2/22/2018 - 33	ZECA DIRCEU-PT -PR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Satisfação com a retirada de pauta da reforma previdenciária. Crítica ao

decreto presidencial sobre a intervenção militar no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. ZECA DIRCEU (PT-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero celebrar aqui a vitória que tivemos, nesta semana, na nossa luta contra a reforma da Previdência. Sem dúvida nenhuma, Temer jogou a toalha. Veio com essa farsa da intervenção militar, que é, inclusive, um desrespeito ao Rio de Janeiro e aos demais Estados que passam por dificuldades financeiras e que estão necessitando de apoio verdadeiro, de apoio efetivo, e não - como disse nas entrevistas, ontem e hoje, o marqueteiro de Temer - de uma jogada de *marketing*. Cada vez mais vai ficar evidente que essa iniciativa da intervenção militar, infelizmente, se tratou disso.

Nós estaremos aqui permanentemente monitorando isso e cobrando resultados, porque não se pode deixar passar uma farsa, uma mentira para a população, principalmente dos Estados que passam por momentos de tanta instabilidade e de tanta insegurança. Temos que ter mais policiais bem remunerados, ações de estrutura, investimento na área social. É isso que resolve o problema da segurança pública.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Obrigado, Deputado.

Documento 199/327

010.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	21/02/2018-14:24
Publ.: DCD - 2/22/2018 - 35	MAURO PEREIRA-PMDB -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apoio ao General Walter Braga Netto no comando da intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. MAURO PEREIRA (PMDB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Carlos Manato, eu quero aqui parabenizar o Presidente Michel Temer pela intervenção no Rio de Janeiro. O



General Walter Braga Netto fará, com certeza, um grande trabalho naquele Estado. Se hoje estão morrendo pessoas, é porque, infelizmente, todo o sistema que vigorava até agora não funcionou. Foram incompetentes. E o Presidente Michel Temer, acertadamente, deu autonomia para esse general. Ele vai ter o mesmo papel de um Governador. Ele vai ter o comando, vai trabalhar junto com a Polícia Civil, a Polícia Militar, a Marinha, a Aeronáutica. Se todos eles juntos não resolverem o problema, não serão aqueles que estão aqui esbravejando, ofendendo as pessoas, que vão resolver. Quem vai resolver é quem tem trabalho e quem conhece o assunto.

Documento 200/327

010.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	21/02/2018-14:28
Publ.: DCD - 2/22/2018 - 37	PR. MARCO FELICIANO-PSC -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apoio à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PSC-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na última segunda-feira, eu tive que estar ausente do plenário por motivo de saúde. Mas se aqui estivesse, Sr. Presidente, eu teria votado a favor da intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro, pela área da segurança pública.

Não é de hoje que o País passa por um caos. Nos últimos anos, os índices chegam de 50 a 60 mil assassinatos por ano. Há de se fazer alguma coisa, e o Governo, acerta, ainda que tardiamente.

É preciso dar ao Exército a possibilidade de executar a sua missão. Ou seja, se não tirarmos o excludente de ilicitude, o soldado ficará à mercê dos bandidos.

Eu disse agora a um Deputado aqui: se alguém quiser oração, vá à igreja. Mas com bandido se lida com bala. Bala é com bala. Eles estão

armados, têm que cair, senão a nossa população não terá nunca nenhum tipo de segurança.

A violência não chega só ao Rio de Janeiro. Nesta semana, quatro missionários foram jogados dentro do Rio Negro, Sr. Presidente. Morreram três, afogados por piratas do século XXI. Se o Amazonas está assim, imagina o nosso País?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Obrigado, Deputado Pr. Marco Feliciano.

Documento 201/327

010.4.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/02/2018- CD	14:56
Publ.: DCD - 2/22/2018 - 45	KEIKO OTA-PSB -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Confiança no êxito da intervenção federal na área da segurança pública no Estado do Rio de Janeiro.

A SRA. KEIKO OTA (PSB-SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Colegas Deputados e Deputadas, quero externar aqui a minha preocupação com essa situação do Rio de Janeiro, em que estão envolvidos os policiais e todos os agentes de segurança pública, um contingente formado por homens e mulheres de bem, pais e mães de famílias expostos em ambiente visivelmente hostil, lutando contra um poder paralelo que se instalou ao longo dos anos, lutando em defesa de uma sociedade marcada pelo sentimento de medo, em defesa do comprometimento da ordem pública e, acima de tudo, para voltar em segurança para as suas famílias.

Com respeito às Forças Armadas, o General Braga Netto, com competência e coragem, assumiu essa tarefa. Não tenho dúvidas do seu sucesso. Hoje, a intervenção no Rio de Janeiro é uma solução



necessária neste momento em que o Estado está sem controle. Mas não devemos esquecer que a paz se faz presente não somente por indicação de uma autoridade forte, mas pela construção de um processo social da cultura de paz permanente.

Meus cumprimentos à Polícia Militar do Rio de Janeiro e às Forças Armadas. Não poderia deixar de parabenizar a Relatora, a querida Deputada Laura Carneiro.

Deixo o meu carinho a cada cidadão do Rio de Janeiro.

Muito obrigada.

Documento 202/327

010.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	21/02/2018-15:12
Publ.: DCD - 2/22/2018 - 52	VALMIR PRASCIDELLI-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Crítica à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro. Descaso do Governo do Estado de São Paulo com a área da segurança pública.

O SR. VALMIR PRASCIDELLI (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, nesta semana, a grande pauta neste Parlamento e no Brasil foi uma ação deste Governo que considero mais midiática e política do que fundamentalmente uma ação para combater a criminalidade: a intervenção na área de segurança no Rio de Janeiro.

Esta Casa debateu - do meu ponto de vista, não com a quantidade de tempo necessária - este tema, e obviamente a maioria dos Parlamentares, que dá sustentação a este Governo, acabou aprovando essa intervenção.

O debate da segurança pública precisa ter um olhar um pouco mais



profundo do que o olhar midiático e político que este Governo lhe quer dar.

Vamos pegar como exemplo o Estado de São Paulo, que é administrado há quase 30 anos pelo mesmo grupo político do PSDB. O atual Governador vai completar neste ano 24 anos à frente do Governo, considerando o tempo em que ficou como Vice-Governador e Secretário e os períodos em que ocupou o cargo de Governador. E nós vemos, no Estado de São Paulo, um completo abandono à área de segurança.

Aliás, se há uma coisa que São Paulo está fazendo para os outros Estados é exportar o crime organizado. As manchetes dos jornais têm noticiado agora que foi assassinado um chefe do tráfico do Rio de Janeiro pelo PCC, por conta da disputa pelo controle do tráfico.

O Governador do Estado de São Paulo, o Governador Alckmin, que tem colocado seu nome como possível candidato à Presidência - pasmem! -, não tem evidentemente nenhuma capacidade para falar, por exemplo, da questão da segurança pública.

Nós - os diversos Deputados - estamos atendendo muitos prefeitos que estão vindo aqui agora. E, lá no Estado de São Paulo, os prefeitos têm sido abandonados pelo Governo do Estado, não só na área de segurança pública, mas em todas as áreas, principalmente os prefeitos das cidades do interior. O Governo do Estado transfere para os Municípios a responsabilidade por muitas áreas pelas quais, na verdade, ele é o responsável.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós precisamos fazer um debate mais sério, um debate mais profundo, sobre o que significa essa questão da segurança pública. A segurança pública - um tema muito sensível à população - não pode ser usada como uma ação midiática do Governo. É preciso que se combata efetivamente a criminalidade, de forma mais intensa. Isso tem que ser feito através de um programa. O Governo do Estado de São Paulo tem dado uma amostra da forma irresponsável como ele faz isso.

Por isso, Sr. Presidente, gostaria que este pronunciamento fosse publicado no programa *A Voz do Brasil* e nos órgãos de comunicação desta Casa, até para que o País inteiro saiba a irresponsabilidade do Governo do Estado de São Paulo no trato da segurança pública.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Solicito que o pronunciamento seja divulgado nos órgãos de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 203/327

010.4.55.O Sessão Deliberativa 21/02/2018-15:32
Extraordinária - CD
Publ.: DCD - 2/22/2018 LUIZA ERUNDINA-PSOL -SP
- 60
CÂMARA DOS BREVES COMUNICAÇÕES
DEPUTADOS BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Descoberta, pela Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, da ossada de Dimas Antônio Casemiro. Preocupação com retrocessos em relação aos direitos humanos e ao Estado Democrático de Direito no País, em face da intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

A SRA. LUIZA ERUNDINA (PSOL-SP. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, em 1990, quando eu era Prefeita de São Paulo, nós descobrimos uma vala clandestina em um dos cemitérios municipais, o Cemitério de Perus, que foi construído na época do Prefeito Paulo Maluf e serviu inclusive de local para desova de corpos de vítimas da ditadura militar. Aquela nossa busca resultou na descoberta, entre as 1.049 ossadas, de corpos de cinco vítimas da ditadura militar.

Agora recebemos a importantíssima notícia da descoberta do corpo de mais um desaparecido político, por meio do trabalho de um grupo interdisciplinar da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP que faz pesquisa de Medicina Legal e de arqueologia forense.

Descobriram mais uma vítima: um jovem de 25 anos, de São Paulo, que era casado, tinha um filho e foi torturado barbaramente, assassinado e jogado na vala clandestina de Perus. Trata-se do jovem Dimas Antônio Casemiro, cujo irmão, de 28 anos, estava entre os descobertos na vala clandestina durante a nossa gestão.

Isso indica, Sr. Presidente, que a busca da verdade e o resgate da memória histórica estão na ordem do dia, inclusive para impedir retrocessos em relação aos direitos humanos e ao Estado Democrático de Direito, que, a meu ver, se encontra ameaçado com a intervenção militar no Rio de Janeiro, determinada por este Governo ilegítimo e golpista.

Precisamos ficar alerta, porque essa incipiente democracia foi paga

com o sangue e o martírio de jovens mulheres e homens brasileiros, que deram suas vidas, o melhor de sua existência, que foi a sua juventude, para que hoje as instituições políticas estivessem funcionando.

Portanto, tortura nunca mais! Ditadura nunca mais!

Para isso, temos que estar vigilantes e atentos contra os excessos, os abusos e as violações de direitos humanos que eventualmente ocorram no Rio de Janeiro.

Era isso, Sr. Presidente.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Obrigado, Deputada Luiza Erundina, do PSOL de São Paulo, pelo seu brilhante pronunciamento.

Documento 204/327

010.4.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/02/2018- CD 15:36	
Publ.: DCD - 2/22/2018 - 61	BENEDITA DA SILVA-PT -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Realização de reunião da Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro - FAFERJ sobre o impacto da intervenção federal nas comunidades. Sugestão de imediata intervenção social em favor de famílias desabrigadas em decorrência de enchentes no Estado.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, quero dar como lido pronunciamento sobre a segunda reunião da Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro - FAFERJ a respeito da intervenção federal no Rio de Janeiro. Considera-se que o inimigo é o povo e que o território hostil é a favela. Seus moradores se tornarão as grandes vítimas nessas áreas que estão sendo ocupadas. Isso não passa de uma grande



jogada de *marketing*. O Estado do Rio de Janeiro vai virar um grande laboratório para este golpe.

Recentemente houve enchentes no Rio de Janeiro. Pessoas perderam suas casas, perderam tudo que tinham, pessoas morreram. No entanto, a defesa civil sequer compareceu ao local.

Então, sugere-se que se possa fazer de imediato uma intervenção social, para salvar essas centenas de famílias que estão desabrigadas.

Obrigada, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, estive reunida no último sábado com as lideranças das favelas do Rio de Janeiro, analisando as consequências para o povo dessa muito estranha intervenção militar na segurança pública do Estado.

Digo estranha porque o objetivo declarado do decreto da intervenção, o de "*pôr termo a grave comprometimento da ordem pública no Estado do Rio de Janeiro*", simplesmente não é verdadeiro.

Segundo dados oficiais, o número de ocorrências policiais ocorridas neste Carnaval foi menor do que o dos últimos anos, segundo publicou o jornal *O Estado de S. Paulo*.

Desse modo, sem ter um motivo real e gravíssimo para a intervenção militar, o que fica é o de sempre: a inexistência de um plano de segurança pública consistente, a estratégia militar no lugar da inteligência policial.

Quantas vezes o Rio de Janeiro já viu esse filme, em que não há resultados práticos nem prestações de conta, há somente violência contra o povo e a continuidade do crime organizado.

A ocupação da Maré durou 14 meses e envolveu 2.500 militares. Teve custo diário de 1 milhão e 700 mil reais, e zero de resultado, com inúmeras violações dos direitos humanos dos moradores.

Por isso, o Comandante do Exército, General Villas Bôas, disse no Senado, em 22 de junho de 2017, que o uso das Forças Armadas na segurança pública é "*desgastante e perigoso*".

Quem não sabe que o crime organizado do morro não existe sem o crime organizado do "asfalto", que lhe abastece de armas e drogas?

Mas este último é "invisível" para os órgãos de repressão. As lideranças comunitárias sabem que, para a intervenção militar, o "inimigo" é o povo e o "território hostil" é a favela.

A intervenção militar, pensada por Temer, vive sua fase de *marketing*, mas logo mostrará a outra face de "capitão do mato".

É claro que o bombardeio da mídia aliado ao desespero do povo, com a violência, gera uma falsa expectativa com a intervenção militar, a ilusão de que na prática ocorrerá com êxito o combate ao crime organizado. No entanto, sabemos que será uma ação que tem tudo para transformar em vítima a própria população das áreas ocupadas pela intervenção.

As justificativas do decreto da intervenção são desculpas tão esfarrapadas que bastou um final de semana para que os setores mais críticos e especializados analisassem os furos da intervenção militar no tocante à segurança pública. Sendo assim, o que sobra da intervenção são os objetivos nem tão ocultos assim do golpista Temer.

Por isso acreditamos que o Rio de Janeiro vai ser apenas o laboratório de um golpe que está sendo urdido por Temer contra as eleições e por sua continuidade na Presidência da República.

Os golpistas temem a força imbatível de Lula, que será um fator decisivo nas eleições em qualquer condição. E sabemos que eleições não rimam com golpes nem com políticas antipopulares.

As forças populares estão conscientes do que representa essa intervenção militar e continuarão exigindo que o povo das favelas e das periferias seja tratado igualmente como cidadãos e cidadãs.

Era o que eu tinha a dizer.

Documento 205/327

010.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	21/02/2018-15:36
Publ.: DCD - 2/22/2018 - 63	JOÃO DANIEL-PT -SE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES	



Sumário

Enaltecimento à atuação política e aos pronunciamentos das Deputadas Luiza Erundina e Benedita da Silva. Posicionamento do orador contrário à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro. Realização de debate sobre privatização da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS.

O SR. JOÃO DANIEL (PT-SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro, nós gostaríamos de parabenizar a luta histórica e o pronunciamento dessas duas companheiras: a Deputada Luiza Erundina e a Deputada Benedita da Silva.

A Deputada Luiza Erundina, uma guerreira, traz um tema muito atual. No Brasil, não se fará justiça enquanto todos aqueles que foram assassinados ou estão desaparecidos não forem a nossa história, enquanto o Estado não reconhecer essa triste tragédia das perseguições e dos massacres das ditaduras do nosso País.

A Deputada Benedita da Silva fala sobre a situação do Rio de Janeiro.

De acordo com a nossa Constituição, o Presidente da República é o comandante maior das Forças Armadas brasileiras. Um comandante, quando não sabe o que quer fazer ou utiliza as Forças Armadas para atingir outros objetivos, coloca em risco as Forças Armadas e, em especial, a nossa população.

Na história do Brasil, em todos os momentos de longa crise, a elite brasileira encontrou na repressão o caminho para resolver os problemas, colocando a polícia contra o povo brasileiro.

O Rio de Janeiro precisa de um estado democrático popular. A violência naquele Estado e no Brasil só se resolve com investimentos profundos do Estado brasileiro nos serviços públicos: na saúde, na educação, na moradia urbana, e assim por diante.

O que o Governo Federal está fazendo, com a utilização das Forças Armadas no Rio de Janeiro, nada mais é do que aquilo que a elite fez durante a história do Brasil: no momento de crise, dão à população repressão e polícia.

Além disso, privatizam as empresas estatais. Hoje, no Plenário 2, acompanhamos um grande debate do movimento sindical e de todas as Frentes Parlamentares deste Congresso Nacional sobre o risco de um grande crime: a privatização de todo o Sistema ELETROBRAS.

Por isso, neste momento, nós não podemos ter dúvida. Devemos estar



do lado da democracia, do lado do povo brasileiro, do lado de um Estado que garanta programas e projetos sociais. Olhar para o povo é a única solução possível para os problemas sociais. Se querem resolver o problema das favelas no Rio de Janeiro e no Brasil, primeiro ouçam a população e invistam em projetos nos quais ela seja incluída.

Peço que meu discurso seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos demais meios de comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - O seu pedido será atendido. Será dada publicidade ao pronunciamento de V.Exa.

Documento 206/327

010.4.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária -21/02/2018- CD	15:40
Publ.: DCD - 2/22/2018 - 64	VALMIR ASSUNÇÃO-PT -BA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Posicionamento contrário do orador sobre a intervenção federal na área de segurança pública no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho aqui trazer um assunto que está sendo debatido em todos os lugares deste Brasil, sobretudo nas organizações de direitos humanos e entre juristas: a intervenção no Rio de Janeiro.

Eu vi aqui no plenário muitos Deputados comemorando a adoção dessa medida, dizendo que ela deveria ter sido tomada. Mas é preciso que o povo brasileiro também lembre que, no dia 17 de abril de 2016, muitos Deputados do PSDB, do DEM, do PMDB diziam que era necessário tirar a Presidente Dilma do poder, para que o Brasil pudesse crescer e gerar emprego.

O que nós vimos no período do atual Governo? Nós vimos a retirada de direitos do povo brasileiro; nós vimos a reforma trabalhista, que

prejudica os trabalhadores; nós vimos o aumento do preço do gás; nós vimos o aumento do preço da gasolina; nós vimos o aumento da carestia no Brasil; nós vimos o Brasil entrar no Mapa da Fome. Foi isso o que nós vimos.

Ou seja, novamente, esses Deputados estão dando mais um passo no golpe que rasgou a Constituição brasileira, rompeu o processo democrático, fazendo uma intervenção no Rio de Janeiro. Alguns dizem: "*Há previsão constitucional*". É lógico que há previsão constitucional, mas também há previsão constitucional para construir casas para a população brasileira, para valorizar o salário mínimo do povo e para diminuir a desigualdade social do nosso Brasil. E nós não estamos vendo em nenhum momento os Deputados preocupados com isso.

O que nós vimos ultimamente foi este Governo golpista cortar em torno de 10% dos recursos da área da segurança pública. É por isso que está esse caos na segurança pública, porque o Governo Federal não cumpre com a sua parte.

Sr. Presidente, eu pergunto para todos os Deputados: de quem é a responsabilidade de fechar as fronteiras do Brasil? É das Forças Armadas. Como entram drogas no Brasil? Como as armas pesadas vêm para o Brasil? Por que as Forças Armadas não cumprem o seu papel? A outra parte cabe à Polícia Militar e à Polícia Civil, que está sucateada. Assim fica difícil.

Qual proposta nós aprovamos aqui para diminuir a desigualdade neste País, onde seis pessoas detêm a riqueza que 100 milhões de brasileiros? O Brasil é muito desigual! Agora, para combater essa desigualdade, o Governo quer intervir. Intervenção não resolve o problema da segurança pública nem no Rio nem em lugar nenhum. Essa é a grande realidade, Sr. Presidente.

Documento 207/327

010.4.55.O

Sessão
Extraordinária - CD

Deliberativa 21/02/2018-16:08

Publ.: DCD - 2/22/2018
- 82

DELEGADO EDSON MOREIRA-PR -MG

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

ORIENTAÇÃO
BANCADA

DE

Sumário

Orientação de bancada para votação de requerimento de votação nominal de requerimento de retirada de pauta da Medida Provisória nº 800, de 2017, sobre o estabelecimento de diretrizes para a reprogramação de investimentos em concessões rodoviárias federais. Necessidade da intervenção federal na área da segurança pública no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PR vai encaminhar contrariamente, Sr. Presidente.

Vamos votar! Ou derrubamos ou aprovamos esta medida provisória. Nós estamos aqui para votar e iremos votar.

Com relação ao Rio de Janeiro, a intervenção é muito mais do que necessária, devido ao grande índice de criminalidade. A bandidagem estava tomando conta daquele Estado. Então a intervenção era necessária e urgente.

Documento 208/327

010.4.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/02/2018- CD	16:08
Publ.: DCD - 2/22/2018 101	- BETO MANSUR-PRB -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Importância do decreto do Presidente da República, Michel Temer, sobre a decretação da intervenção federal na área da segurança pública no Estado do Rio de Janeiro. Incoerência de críticas de partidos oposicionistas à expedição de mandados de busca e apreensão coletivos durante o período da intervenção federal. Esclarecimento sobre a adoção da medida durante o Governo Dilma Rousseff e da então Governadora do Estado do Rio de Janeiro, Benedita da Silva.

O SR. BETO MANSUR (PRB-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é importante eu trazer uma mensagem sobre a ação relacionada à segurança feita pelo Governo

Federal na cidade e no Estado do Rio de Janeiro.

O decreto baixado pelo Presidente Michel Temer é fundamental para que possamos ter noção da maneira como vamos agir no Estado do Rio de Janeiro, principalmente na Capital, que é a cidade do Rio de Janeiro. É uma demonstração do que podemos fazer através das forças de segurança, chefiadas pelo Comandante do Exército brasileiro, para que possamos dar tranquilidade não só a quem vive no Rio ou visita a cidade, mas fundamentalmente a quem vive neste País.

Eu estou ouvindo alguns discursos na Casa, principalmente feitos pelos partidos de oposição, e eu tenho comentado com alguns Parlamentares, inclusive da Oposição, que essa ação determinada pelo Governo - e que, infelizmente, impede até a própria reforma da Previdência Social - não é pura e simplesmente do Michel Temer, de gente que é a favor ou contra. É importante dizer que essa ação é pelos brasileiros. É uma ação forte do Presidente Michel exatamente para que possamos levar mais tranquilidade e respeito à vida do cidadão brasileiro e especialmente, neste momento, do cidadão carioca.

Eu tenho ouvido aqui críticas a determinadas ações que estamos executando através do comando do Exército, como, por exemplo, o mandado coletivo de busca e apreensão, que se discutiu agora, na tentativa de instituí-lo para coirmos as ações da bandidagem e da criminalidade em todo o Estado do Rio.

Eu ouço críticas do PT, da Rede, do PCdoB. Dizem que estão sendo tirados direitos do cidadão brasileiro. Ora, nós devemos nos lembrar um pouco do passado - e é passado recente. Na época da Presidente Dilma Rousseff, mais precisamente em 2014, tivemos, sim, no Complexo da Maré, no Rio de Janeiro - e eu vou dar a data exata a todos -, no dia 30 de março, uma ação feita com base em mandado coletivo de busca e apreensão à procura da bandidagem. Nós tivemos um mandado coletivo de busca e apreensão na época da Governadora Benedita da Silva, que hoje é nossa companheira Deputada Federal e possivelmente está presente nesta Casa.

Eu vou ler uma parte do texto do jornal *O Globo* do dia de ontem:

O mês era setembro, do mesmo ano de 2002. O governo era do PT. A governadora Benedita da Silva, após todos os esforços, tinha prendido alguns peixes pequenos que agiram sob as ordens de Elias Maluco, mas ele ainda estava foragido, após três meses de buscas.

E nós lembramos muito bem o que Elias Maluco fez: queimou o jornalista Tim Lopes lá no morro carioca.



A cúpula de segurança apelou, então, para o mandado coletivo de busca e apreensão, sob fortes protestos, na época. Mas a Governadora de então, Benedita da Silva, mandou executar o mandado coletivo de busca e apreensão. A medida era até então inédita.

É importante comentar esse fato com todos os meus amigos e amigas. Eu vejo aqui a nossa Governadora Benedita, que jamais vai poder dizer que isso não é verdade, porque o mandado coletivo de busca e apreensão existiu no ano de 2002.

Como podem agora o PT e os partidos de oposição reclamarem de mandado coletivo de busca e apreensão, dizendo que desrespeita os direitos humanos? Desrespeitar os direitos humanos, de quem quer que seja, é tirar a vida das pessoas. E o Rio de Janeiro está vendo morte desde fetos, que acabam sendo assassinadas na barriga das mães, até de pessoas de mais idade. Ouvimos isso no rádio e vemos na televisão diuturnamente.

Eu quero dizer a V.Exas. algo que considero fundamental para que todos nós possamos fazer uma análise mais detalhada da intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro. Se isso tudo der certo, eu acho que aqui não tem que ter nem situação nem oposição. Nós temos todos que estar unidos: o Executivo do Rio de Janeiro, o Executivo Federal, o Legislativo brasileiro, o Judiciário, para nos ajudar, o Ministério Público, cuja ajuda é muito importante.

É lógico que o Ministério Público tem que investigar os políticos. Eu acho extremamente importante a investigação da classe política. Mas o Ministério Público tem que ter uma ação contra a bandidagem. Não adianta ficar dizendo que pode eventualmente ter medo. Ninguém tem que ter medo da bandidagem. A bandidagem tem que ser combatida pelas instituições brasileiras.

Esta união é importante para que tenhamos um resultado positivo. Não adianta a Oposição vir ao microfone dizer que o Presidente Michel Temer está errado quando intervém no Rio de Janeiro. Tudo isso foi feito dentro da legalidade, respeitando a Constituição brasileira, respeitando a nossa legislação. O que nós precisamos é ter mais brasilidade entre os diversos componentes partidários do Brasil, independentemente de serem de esquerda, de direita, de serem pró-Michel, contra Michel.

O que nós precisamos é olhar o Brasil, olhar a sociedade brasileira e trazer segurança para todos aqueles que querem que nós tenhamos essa ação dentro do Congresso Nacional. Nós precisamos dar nossa parcela de contribuição. Não me venham dizer que esse mandado de segurança, ou que esses mandados coletivos de busca e apreensão

que estão sendo implantados - e nós queremos implantá-los para poder dar segurança à sociedade - ferem os direitos do cidadão. Quem fere direito é quem está matando a três por dois.

Documento 209/327

010.4.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/02/2018- CD	16:08
Publ.: DCD - 2/22/2018 - 107	MAURO PEREIRA-PMDB -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Defesa da aprovação da Medida Provisória nº 800, de 2017, sobre o estabelecimento de diretrizes para a reprogramação de investimentos em concessões rodoviárias federais. Incoerência da crítica do PT à expedição de mandado de busca coletivo.

O SR. MAURO PEREIRA (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Carlos Manato, eu gostaria de dizer que no dia de hoje nós vamos ter a oportunidade de fazer uma grande homenagem ao ex-Presidente Lula e à Presidenta Dilma: a Medida Provisória nº 800 visa ampliar o prazo para as concessionárias, e todas essas concessionárias foram implantadas nos Governos Lula e Dilma. Então, hoje eu quero dizer que, na minha opinião, os petistas estão proibidos de falar mal dessas concessionárias, porque foram eles que as colocaram.

Quanto à questão da segurança, o Governo, o Supremo, a equipe do Presidente Temer deveriam trocar uma ideia com a ex-Governadora Benedita da Silva e com a Presidenta Dilma, porque elas conseguiram fazer o mandado de busca coletivo em 30 de março de 2014. Eles já fizeram isso, eles já fizeram busca coletiva.

E aí os petistas e os Deputados do PCdoB, da REDE e do PSOL chegam aqui e falam mal das concessionárias, falam mal das privatizações, falam mal da segurança. Eu não entendo mais nada. Esse pessoal do PT imagina que o povo brasileiro não tem ideia, não tem cabeça, não pensa e não conhece os petistas.

Muito obrigado.

Documento 210/327

010.4.55.O Sessão Deliberativa Extraordinária -21/02/2018-
CD 16:08
Publ.: DCD - 2/22/2018 - LAURA CARNEIRO-PMDB -RJ
109
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Defesa da garantia dos direitos civis durante o período de intervenção federal na área de segurança pública no Estado do Rio de Janeiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, quando da elaboração do relatório a respeito da intervenção no Rio de Janeiro, um jornalista me perguntou: "*Laura, isso é culpa do PMDB?*" Eu respondi a ele o que vou responder agora, defendendo a Deputada Benedita da Silva: "*Isso não é culpa de partido nenhum. Isso é uma história do Rio de Janeiro que só se agrava e tem se agravado há 20 anos*".

Eu fiz questão de vir a esta tribuna porque todos nós que temos um mínimo de bom senso, que trabalhamos nas favelas do Rio de Janeiro sabemos da gravidade de qualquer tipo de confronto, seja entre a intervenção e o tráfico, seja entre duas facções do tráfico, seja entre o tráfico e a milícia.

Por isso, eu disse no relatório e repeti - fui cobrada pela Deputada Jandira, que depois me entendeu - que nós temos de garantir, e vamos garantir isto através do trabalho que o Deputado Rodrigo Maia está fazendo relativo ao observatório sobre a intervenção na área de segurança pública no Rio, que seja assegurado o completo respeito às garantias civis individuais da população do Estado do Rio de Janeiro.

Era esse o registro que eu gostaria de fazer, Sr. Presidente.

Documento 211/327

010.4.55.O Sessão Deliberativa Extraordinária -21/02/2018-
CD 16:08
Publ.: DCD - 2/22/2018 - LEO DE BRITO-PT -AC

Sumário

Crítica ao decreto do Presidente da República, Michel Temer, de intervenção federal na área da segurança pública no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. LEO DE BRITO (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a gravidade da situação no Rio de Janeiro não anula algo que é inconteste. Essa medida - a Direita muito questiona o populismo - é uma medida populista. É uma medida eleitoreira, que foi adotada em ano de eleição. Trata-se de um decreto que não tem pé nem cabeça.

Michel Temer poderia muito bem ouvir o que os Governadores disseram em outubro no Acre: é preciso um trabalho integrado entre o Governo Federal e os Estados; é preciso um plano de segurança pública; é preciso um sistema único de segurança pública; e é preciso que as fronteiras sejam monitoradas. Achar que o problema do Rio de Janeiro está no Rio de Janeiro é, de fato, uma ingenuidade.

É claro que essa medida, para um Governo que não tem nada a perder, para um Governo que está beijando a lona em relação à popularidade, é válida. Mas dizer que é uma medida técnica e importante neste momento? Esqueçam!

Documento 212/327

010.4.55.O Sessão Deliberativa Extraordinária -21/02/2018-
CD 16:08

Publ.: DCD - 2/22/2018 - ERIKA KOKAY-PT -DF
109

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Posicionamento acerca da manutenção de contrato entre o Estado e concessionárias de rodovias. Contrariedade à intervenção federal na área da segurança pública no Estado do Rio de Janeiro.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)



- Na verdade, nós estamos aqui nos posicionando contra o rompimento do contrato que foi feito entre o Estado e as concessionárias porque, nesse contrato, havia a obrigatoriedade de procederem a investimentos, e empresas não o fizeram. Têm que pagar multa por isso. E o que se está querendo aprovar aqui é que não haja investimentos; é que possa haver um prazo de 14 anos para procederem aos investimentos que foram contratados. Nenhuma das concessionárias foi contratada à força. Nenhuma!

Por fim, quero dizer que esta medida é "teatrica" de Michel Temer, que não consegue convencer a população, "teatrica" que pode transformar-se em muitas lágrimas, com autorização para matar e rompimento do Estado Democrático de Direito.

Documento 213/327

010.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	21/02/2018-16:08
Publ.: DCD - 2/22/2018 - 127	HENRIQUE FONTANA-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE

Sumário

Orientação de bancada para votação de requerimento de quebra de interstício para a votação nominal do requerimento de retirada de pauta da Medida Provisória nº 800, de 2017, sobre o estabelecimento de diretrizes para a reprogramação de investimentos em concessões rodoviárias federais. Reportagem do jornal Folha de S.Paulo sobre a intervenção federal na área de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, como já disseram outros colegas, esta medida provisória é vergonhosa e, felizmente, será sepultada esta noite.

Eu uso, então, este minuto para mostrar uma foto que está na capa do jornal *Folha de S.Paulo* - a foto é de Leo Correa - e que mostra bem o desastre que é a intervenção militar na segurança pública do Rio de Janeiro: militares inspecionam mochilas de alunos em operação em favela no Rio de Janeiro. Há um fuzil, e as crianças, com o olhar infantil de uma criança que quer futuro e educação, estão sendo

inspecionadas pelo Exército Brasileiro.

O Exército Brasileiro deve ir para as fronteiras inspecionar o contrabando de armas, inspecionar o contrabando de drogas, e não inspecionar mochila de crianças.

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 214/327

010.4.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/02/2018- CD	16:08
Publ.: DCD - 2/22/2018 - 133	JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Improcedência de declarações sobre a utilização, pela então Presidenta Dilma Rousseff, do instrumento do mandado de busca e apreensão coletivo. Desvalorização das forças policiais fluminenses. Críticas à intervenção federal na área de segurança pública no Estado do Rio de Janeiro. Resultados da mobilização da sociedade civil brasileira contra a proposta de reforma previdenciária. Alerta quanto à pauta de votações de interesse do Poder Executivo. Lançamento, por partidos de esquerda, de programa unificado sobre democracia no País.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Presidente, em primeiro lugar, antes de falar sobre o que me moveu a usar o tempo da Minoria, gostaria de dar um esclarecimento sobre algumas afirmações que foram feitas neste plenário e que ouvi com muita atenção. Foi dito que a Presidenta Dilma, em março de 2014, teria usado o instrumento do mandado de busca e apreensão coletivo. Isso não é verdade! Ela foi provocada pela Procuradoria do Rio de Janeiro a usar esse instrumento, e não concordou em usá-lo. Não utilizou esse instrumento porque tem a consciência de que ele é ilegal. Esse instrumento viola direitos e garantias fundamentais da sociedade. Ela nunca o utilizou contra a sociedade brasileira. É mentirosa essa informação.

É preciso que leiam direito, é preciso se informem para fazer as afirmações que fazem no Parlamento brasileiro, que precisa ser respeitado. Nós não podemos falar mentira para a sociedade brasileira diante destes microfones, neste espaço ocupado por pessoas que são



eleitas para participar do processo legislativo e do processo político. Esse é um esclarecimento importante.

Em segundo lugar, quero reafirmar aqui algo que não consegui dizer na segunda-feira porque o tempo, às vezes, não permite. Infelizmente, o Governador do Estado do Rio de Janeiro trata a corporação policial que deveria comandar como se fosse composta por moleques. Nem saneia a banda podre nem valoriza a banda boa. Trata seus integrantes como se escravos fossem, sem nenhuma valorização.

Sinceramente, da mesma forma como me solidarizo com as famílias dos inocentes que são mortos no meu Estado, eu me solidarizo com as famílias de muitos policiais que são mortos em confronto e que não têm a menor solidariedade daquele Governador covarde que nós temos no Rio de Janeiro. Ele não abandona o cargo porque certamente seria preso no mesmo dia.

Eu quero também dizer que, se este Governo intruso que temos no Palácio do Planalto tivesse de fato preocupação com a vida das pessoas, não teria havido ontem corte de 60 milhões referente ao controle de fronteira feito por forças de defesa nacional. Ali é exatamente onde se faz o combate ao tráfico de armas, ao tráfico de drogas, o que é central para o combate ao chamado crime organizado, que só se estrutura quando há agente público envolvido. E há muitos. Nós sabemos que eles estão espalhados inclusive nas estruturas de poder e nas áreas mais ricas dessa elite brasileira. É ali que deveríamos atuar. Não devemos apontar armas para o povo pobre das favelas do Estado do Rio de Janeiro.

Eu gostaria, na verdade, de usar o meu tempo para fazer algo que fizemos pouco, Deputado Zarattini, que é parabenizar o movimento organizado da sociedade brasileira que conseguiu enterrar a proposta de reforma da Previdência. É claro que nós resistimos aqui, mas quem enterrou de fato a proposta de emenda constitucional sobre a reforma da Previdência foi a sociedade organizada. Através de suas mobilizações na cidade e no campo, conseguiu dizer aos Deputados Federais que não aceitava a perda dos seus direitos e a perda da sua perspectiva de se aposentar com dignidade neste País.

É importante dizer isso. O dia 19 foi um dia nacional de luta. Apesar de saberem da intervenção e da possibilidade de a reforma sequer tramitar, não deixaram de ir às ruas, como não deixaram de fazer isso em nenhum momento dos últimos 6 meses, dizendo ao povo brasileiro que não aceitariam a perda de direitos. Assim o fizeram em relação à reforma trabalhista, mas essa era uma matéria infraconstitucional, que precisa apenas de maioria simples, do voto de 257 Deputados. No caso da reforma da Previdência, eles impediram sim a sua tramitação, por meio da luta, com coerência, com sua capacidade de mobilização



em todos os Estados brasileiros, em muitas cidades desses Estados, pressionando adequadamente os Parlamentares federais. É legítimo que a sociedade o faça.

Eu quero alertar esse mesmo movimento organizado. Discute-se o decreto a respeito da intervenção no Estado do Rio de Janeiro, e alguns ontem aqui, assustadoramente, pediram intervenção militar nos seus Estados. Não compreendem o risco à democracia contido nesse pedido, não compreendem o significado mais profundo dessa intervenção, não compreendem a jogada política que está por trás dessa intervenção. Inclusive, está dito hoje nos jornais que, se essa intervenção der certo, Michel Temer é candidato à reeleição. *(Riso.)* É brincadeira! É brincadeira achar que alguém que tem 97% de rejeição se recupera depois de tantos desastres e malefícios ao povo brasileiro. Dizem que pode ser o general. É possível também. É bom estarmos atentos a esse tipo de debate.

Mas é importante dizer que, enquanto a intervenção está no centro de uma pauta inventada da forma como foi, a pauta no Congresso vai se acelerando: autonomia do Banco Central, extinção do Fundo Soberano. Vejam o significado disso para o Brasil. Vejam como o resto do mundo trata o fundo soberano. Há fundos de trilhão em países, para oferecer socorro em época de crise, para garantir aposentadoria.

Aqui, Deputado Solla, eles querem acabar com o Fundo Soberano para alcançar superávit primário - veja o significado disso -, para acelerar a privatização do sistema elétrico brasileiro, para mexer na legislação de licitações, ou seja, para acelerar a pauta do acordo, do *impeachment*, do golpe, que foi o que na verdade aconteceu.

É importante esse alerta. O Brasil, hoje, voltou para o *Mapa da Fome*. Segundo dados da PNAD, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, a pobreza cresceu assustadoramente. No Sudeste, cresceu mais do que no restante do País. No Sudeste, particularmente no Estado do Rio de Janeiro, a pobreza aumentou assustadoramente. E acham que a pauta da segurança é o Exército.

Quanto a esse processo é que precisamos alertar a sociedade brasileira. A solução para os seus problemas é a mudança do poder político, é a mudança da política, que deve se voltar novamente para um projeto democrático popular. Ontem, aqui, na Câmara dos Deputados, partidos de esquerda, partidos do campo popular lançaram um programa único, uma agenda única para o Brasil, para retomarmos um projeto democrático popular com diretrizes importantes que foram construídas através das suas fundações, com grandes propostas para a democratização do Estado brasileiro. É isso o que nós precisamos fazer, a começar pela democratização dos meios de comunicação que violam profundamente a possibilidade de ampliação da democracia

brasileira.

É grave o que nós estamos vivendo. A pobreza extrema volta ao Brasil. Perde recursos a educação; a saúde, área em que vidas são salvas; a defesa nacional, que enfrenta o mercado ilegal de drogas e armas. As medidas de prevenção da violência estão sendo extirpadas deste País. E nós achamos que essa falida guerra às drogas é o que vai funcionar, apontando-se a mira das armas, dos fuzis para a população pobre da cidade, em vez de se enfrentar realmente o comando desse tráfico. Esse enfrentamento está, de fato, nas mãos da inteligência e da investigação.

Então, eu quero dizer a V.Exas.: tomemos o rumo correto, não estimulemos a ilusão, não enganemos o povo.

Fiquemos alertas à pauta neoliberal que está caminhando aceleradamente no Congresso Nacional. Está nublada essa pauta. Comemoramos o enterro da reforma da Previdência, mas atenção à pauta que circula no Congresso.

Muito obrigada.

Documento 215/327

010.4.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária -21/02/2018- CD	16:08
Publ.: DCD - 2/22/2018 137	- IVAN VALENTE-PSOL -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Contrariedade do PSOL à intervenção federal na área de segurança pública no Estado do Rio de Janeiro e à utilização do instrumento do mandado de busca e apreensão coletivo.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós ocupamos a tribuna neste momento para discutir uma questão da maior gravidade, relacionada à intervenção de natureza militar no Rio de Janeiro e suscitada pelo Ministro Raul Jungmann. Eu me refiro aos mandados coletivos de busca e apreensão e de prisão.

Foi isso que ele disse logo na primeira entrevista, na quinta-feira, cedo.



À tarde, ele disse que o mandado coletivo não valeria para prisão, mas para busca e apreensão.

Isso é muito grave. Hoje a polêmica se instalou entre aqueles que querem resultados com violação de direitos individuais, de direitos civis, com violação da Constituição Federal, e aqueles que querem o resultado imediato dando carta-branca a qualquer ação policial para punir, prender, invadir lares de gente inocente.

A esmagadora maioria dos cidadãos que moram nas favelas do Rio de Janeiro, nos bairros populares são trabalhadoras e trabalhadores!

Não é possível que digam: "*Deixem isso para o arbítrio do juiz que julgar o mandado coletivo*". Não! Essa é uma questão constitucional! Estão na Carta de 1988 os direitos e garantias individuais.

Já imaginaram invadir uma favela inteira? "*Ah, isso vai ser feito porque o crime se move!*" O crime se move em qualquer lugar. Eu garanto que, se fossem invadir a Avenida Vieira Souto ou a Avenida Nossa Senhora de Copacabana, não ia ser a mesma coisa, não. A classe média já estaria gritando. Mas se está falando exatamente de excluídos e de pobres.

Na verdade, essa intervenção militar precisa ser duramente vigiada, porque se pode praticar as maiores arbitrariedades contra a cidadania comum. Não se pode tratar o jovem, o negro, o pobre, o cidadão como criminoso só porque mora naquele local. Às vezes, é obrigado a morar lá, e pode ser vítima das milícias, vítima da violência policial, vítima do tráfico de drogas. Ele é vítima de três setores. Agora chega o decreto de intervenção federal. Então tudo pode? Não!

Quero, desta tribuna, demarcar uma posição política do PSOL. Nós não vamos corroborar o arbítrio. Nós não aceitamos violação de domicílio. Nós não aceitamos invasão de privacidade de cidadãos, de cidadãos brasileiros, notadamente os pobres. Nós não aceitamos que trabalhadoras e trabalhadores sejam tratados como criminosos. Querem ir atrás do crime? Existe inteligência policial, existe ação policial.

Nós fomos contra a intervenção e somos ainda mais contrários a essa parte que trata desses mandados coletivos. Não a esse tipo de mandado coletivo!



Extraordinária - CD

Publ.: DCD - 2/22/2018
- 142

VINICIUS CARVALHO-PRB -SP

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

DISCURSO
ENCAMINHADO
DISCURSO

Sumário

Apoio à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro. Escalada da violência no País. Necessidade de adoção de medidas eficazes para o combate à criminalidade.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. VINICIUS CARVALHO (PRB-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, demais presentes, caros telespectadores da *TV Câmara* e ouvintes da *Rádio Câmara*: medida extrema, mas necessária, é como analiso a intervenção federal na área de segurança pública do Rio de Janeiro. A situação, que era extremamente preocupante, extrapolou o limite do caos nos últimos dias, mais precisamente no carnaval.

Foram incontáveis os episódios de violência, o que levou o Presidente Michel Temer a tomar, na última sexta-feira, uma decisão contundente, com o aval do próprio Governador Luiz Fernando Pezão. É a primeira vez, após a Constituição de 1988, que essa medida é adotada - diga-se de passagem, por conta da má administração de governos que não deram a atenção necessária à questão da segurança pública.

E não foram só assaltos e arrastões que assustaram o Rio de Janeiro nesse carnaval. Em Jacarepaguá, Zona Oeste da cidade, os tiroteios não deram trégua. A guerra entre traficantes e milicianos já dura mais de 3 meses na região. Fortemente armadas, as quadrilhas organizadas dominam territórios, espalhando medo e terror. O quadro culmina com mortes de inocentes.

Refém no que se refere a seu direito de ir e vir, a população já não suporta mais a concepção do fortalecimento do crime organizado, frente a baixa frequente do número de policiais mortos em combate. Nada é mais cruel do que a falta de perspectiva. Nada é mais cruel do que tomar conhecimento das estatísticas, que não arrefecem. Nada é mais cruel do que saber que qualquer cidadão pode ser a próxima vítima. A população está insegura, acuada, aterrorizada.

Neste momento, o foco é o Rio de Janeiro, mas a violência varre o País. O Brasil registrou 61.619 mortes violentas em 2016, até então o maior número de homicídios da história, de acordo com dados divulgados pelo Fórum Brasileiro



de Segurança Pública. Significa dizer que sete pessoas foram assassinadas por hora. Para se ter uma noção mais concreta desse drama, os assassinatos cometidos em 2016 no Brasil equivalem, em números, às mortes provocadas pela explosão da bomba nuclear que dizimou a cidade de Nagasaki, no Japão, em 1945, durante a Segunda Guerra Mundial.

E mais: o Brasil concentra 13% dos crimes de todo o mundo. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA chegou a comparar os dados da violência no Brasil e no mundo e concluiu que as mortes decorrentes de todos os atentados terroristas ocorridos nos 5 primeiros meses de 2017 não superam a quantidade de homicídios registrada no País em 3 semanas de 2015. Infelizmente a escalada não cedeu. Ao contrário, 2017 foi marcado por mais sangue, e os dois primeiros meses de 2018 já deixam marcas indelévels.

O uso de fuzis por criminosos no Rio e em São Paulo quase dobrou nos últimos 5 anos, ao mesmo tempo em que as apreensões de todos os tipos de armas feitas pela Polícia Federal nas fronteiras do País caíram 60,9% em 2017, na comparação com 2013. Só no Paraná, uma das principais rotas de entrada de armas e drogas no Brasil, a queda das apreensões foi de 78% no período. Como a maioria dos fuzis nas mãos dos criminosos não é fabricada no País, esse tipo de arma deve passar pela fronteira, cuja responsabilidade pela fiscalização é da Polícia Federal. O que mostra que esse armamento continua entrando no Brasil é o aumento das apreensões feitas por polícias estaduais, que encontram os fuzis já com as quadrilhas.

Nem o anúncio de intervenção federal no Rio de Janeiro fez a bandidagem recuar. No domingo, dia 18, o Presidente Michel Temer teve que enviar uma força-tarefa ao Ceará para dar apoio técnico ao combate ao crime organizado. O Estado é palco de uma disputa por pontos de venda de drogas e controle de presídios entre facções criminosas. Na Baixada Fluminense, houve uma rebelião na Penitenciária Milton Dias Moreira. Pelo menos três agentes penitenciários foram feitos reféns por homens armados no interior do presídio.

Paralelamente, não há dúvida de que a violência e sua repercussão na mídia nacional e internacional são prejudiciais para qualquer destino. Um estudo da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo garante que a violência no Rio de Janeiro nos últimos meses contribuiu para a trajetória de queda nas receitas do turismo fluminense. De acordo com a instituição, para cada aumento de 10% na criminalidade, a receita bruta das empresas que compõem a atividade turística do Estado recua, em média, 1,8%.

Diante do drama emergencial, o Governo busca soluções, primeiro com a intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro e depois com a intenção de criar um Ministério, de forma que os órgãos que dizem respeito a este assunto estejam engajados nesta Pasta. Seria o Ministério da Segurança Pública. Todas as medidas são cabíveis, mas é preciso atentar para a necessidade de adotar uma política que traga resultados concretos, permanentes, duradouros. A intervenção federal no Rio de Janeiro ficará



implantada até o final deste ano. Mas e depois? Voltamos à estaca zero? Retrocedemos? A verdade é que precisamos inovar, mas também de nada adiantará políticas novas com pensamentos ultrapassados.

Como Relator da Comissão Especial que estuda a proposta, devo destacar que a cada 9 minutos uma pessoa é assassinada no Brasil, e a taxa de elucidação de homicídios fica abaixo de 10% em muitos Estados da federação. Nesse contexto, é preciso reavaliar o desenho constitucional na área de segurança pública, e isso implica, necessariamente, uma revisão do modelo policial brasileiro. Também preciso destacar que estamos ouvindo todos os segmentos da sociedade por meio de audiências públicas e seminários, além de estarmos visitando modelos policiais de outros países. O que se busca é um resultado que melhor atenda às necessidades da segurança pública no Brasil. A unificação das polícias seria o que os especialistas na área chamam de "ciclo completo da polícia", em que um mesmo profissional tem qualificação para atuar no patrulhamento ostensivo e na investigação criminal. É importante destacar que esse modelo é bem-sucedido na Alemanha, Áustria e Itália. Nos Estados Unidos, a polícia também é caracterizada pelo "ciclo completo".

Reitero que todas as medidas que venham coibir a violência sempre serão bem recebidas, mas também defendo que medidas mais efetivas sejam pensadas e aprovadas. Precisamos deixar de lado a vaidade, a disputa pelo poder ou a expectativa midiática para nos centrarmos em resultados práticos, imediatos e permanentes. Precisamos pôr fim à impunidade; afinal, a destruição da vida humana é um crime inaceitável, inadmissível, intolerável. A violência, portanto, tem que ser condenada com firmeza, sem hesitações.

Era o que eu tinha a dizer!

Documento 217/327

011.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	21/02/2018-18:48
Publ.: DCD 2/22/2018 - 186	WADIIH DAMOUS-PT -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO	DE

Sumário



Encaminhamento da votação do requerimento de retirada de pauta da Medida Provisória nº 800, de 2017. Indignação com a realização, por soldados do Exército Brasileiro, de revista em mochilas de crianças no Rio de Janeiro, Capital do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. WADIH DAMOUS (PT-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, impõe-se a retirada desta medida provisória da pauta. Ela é uma vergonha, beneficia as concessionárias de uma forma imoral, ilegal. Nós não podemos aceitar que esta Câmara dos Deputados aprove mais uma matéria que fere a consciência jurídica do povo brasileiro, fere os interesses maiores do povo brasileiro, e, mais uma vez, se veja manchada pela aprovação de medidas desse tipo.

Também venho a tribuna, Sr. Presidente, dando continuidade inclusive a um pronunciamento do meu colega e companheiro Henrique Fontana, para mostrar mais uma vez esta foto infame, que desonra o Exército Brasileiro. (*mostra recorte de jornal*), que mostra crianças atemorizadas, tendo seus pertences revistados. O que esperavam encontrar os soldados ao revirar as mochilas, as lancheiras, as valises dessas crianças? Esperavam encontrar o quê? Uma bazuca? Granadas? Quatrocentos 400 quilos de cocaína? O que esperavam encontrar os soldados?

E eu fico me perguntando também - vamos olhar bem para esta fotografia -: qual é o perfil destas crianças atemorizadas? Quem são elas, crianças de 8, 9, 10 anos de idade? Moram no Leblon? Moram em Ipanema? Têm cabelos loiros e olhos azuis? Não! É o perfil de sempre: crianças pobres, crianças de escolas públicas, crianças filhas e filhos de moradores das nossas favelas e dos nossos bairros pobres. Nós poderíamos ilustrar o que é essa intervenção militar no Rio de Janeiro com esta foto. Ela diz tudo.

Eu espero que o Exército Brasileiro reflita sobre o seu papel e como vai operar nessa ocupação do Estado do Rio de Janeiro. Não é revistando nem atemorizando crianças que nós vamos resolver o problema de segurança pública em nosso Estado. (*Palmas.*)

Documento 218/327

011.4.55.O

Sessão
Extraordinária - CD

Deliberativa 21/02/2018-18:48

Publ.: DCD - 2/22/2018
- 188

ERIKA KOKAY-PT -DF

CÂMARA

DOS ORDEM DO DIA

ORIENTAÇÃO

DE

Sumário

Indignação com a realização, por soldados do Exército Brasileiro, de revista em mochilas de crianças no Rio de Janeiro, Capital do Estado do Rio de Janeiro. Orientação de bancada para votação de requerimento de retirada de pauta da Medida Provisória nº 800, de 2017, sobre o estabelecimento de diretrizes para a reprogramação de investimentos em concessões rodoviárias federais.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)
- Esta é a cara do Brasil de Temer: a cara de uma criança assustada, que está tendo a sua mochila revistada por um soldado fortemente armado.

Aqui, não está o crime organizado. Ele não está lá no morro, nem está na mochila das crianças. O crime organizado está, talvez, nos helicópteros cheios de cocaína de posse de alguns Senadores; o crime organizado está no apartamento de alto luxo; o crime organizado está ali. Ele nasce em decorrência da falência do Estado e das políticas públicas congeladas pelo Governo Temer, que é generoso com as concessionárias, porque impede que elas possam fazer o investimento contratado, que é generoso com os banqueiros, mas trata as crianças brasileiras com fuzis.

O PT está em obstrução.

Documento 219/327

011.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	21/02/2018-18:48
Publ.: DCD - 2/22/2018 - 190	GLAUBER BRAGA-PSOL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE

Sumário

Denúncia de uso político pelo Presidente Michel Temer da intervenção federal na área da segurança pública no Estado do Rio de Janeiro. Orientação de bancada para votação de requerimento de retirada de pauta da Medida Provisória nº 800, de 2017, sobre o estabelecimento de diretrizes para a

reprogramação de investimentos em concessões rodoviárias federais.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Para quem tinha alguma dúvida da natureza dessa intervenção no Rio, é só ler o que disse o marqueteiro de Temer. Segundo o Sr. Elsinho, a operação militar ajudará o peemedebista - abre aspas - "*a se recolocar no tabuleiro*". Ele continua: "*Viramos a agenda. Agora o momento é outro*". E prossegue: "*Neste momento, o Presidente precisa resgatar sua biografia*".

Estão utilizando a dor, o sofrimento, o medo da população do Rio de Janeiro para tentar resgatar um Governo ilegítimo, que parte para a ofensiva bélica, porque estava nas cordas.

O PSOL segue em obstrução.

Documento 220/327

011.4.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/02/2018- CD	18:48
Publ.: DCD - 2/22/2018 - 191	HENRIQUE FONTANA-PT -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Indignação com a realização, por soldados do Exército Brasileiro, de revista em mochilas de crianças da periferia do Rio de Janeiro, Capital do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados, volto a esta foto (*mostra recorte de jornal*) e mostro para a base do Governo a vergonha que está apoiando: o Exército Brasileiro, de fuzil na mão, revistando a mochila de crianças pobres que estudam na periferia do Rio. V.Exas. jamais aceitariam que um militar, de fuzil na mão, abrisse as mochilas dos seus filhos. Por que o filho do trabalhador, o filho do pobre deve ser submetido a uma agressão como esta?

Presidente Rodrigo Maia, este é o primeiro efeito colateral desse desastre que é a intervenção militar na área de segurança pública no Rio de Janeiro.

Documento 221/327

011.4.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/02/2018- CD	18:48
Publ.: DCD - 2/22/2018 - 192	- SILVIO COSTA-AVANTE -PE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Posicionamento sobre eventual candidatura do Presidente Michel Temer à reeleição. Crítica à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro. Denúncia de uso político da medida pelo Chefe do Poder Executivo Federal. Contestação à justificativa do Presidente da República para a não votação da proposta de reforma previdenciária.

O SR. SILVIO COSTA (Bloco/AVANTE-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu ouvi hoje, o dia todo, um papo sobre a declaração do marqueteiro de Michel Temer de que ele seria candidato a Presidente da República.

Diferentemente de muita gente, eu acho importante que Michel Temer tenha coragem de ser candidato a Presidente da República, a começar pelo seu direito constitucional, legítimo, de ser candidato.

Em segundo lugar, é muito bom para o debate o Brasil compreender o que Michel Temer e sua turma representam. O Brasil sabe que Michel Temer deu o golpe para tirar direitos do trabalhador.

Por exemplo, eu tenho certeza de que o Presidente da Câmara, Deputado Rodrigo Maia, não está satisfeito com o marqueteiro de Temer nem com Michel Temer; Henrique Meirelles não está satisfeito com Michel Temer também; Geraldo Alckmin não está satisfeito com Michel Temer; Luciano Huck, que queria ser candidato, também não está satisfeito com Michel Temer.

Eu acho que, quanto mais esse pessoal que se coloca como candidato ficar dialogando, nessa entropia, entre eles, melhor para a Oposição, até porque está unida. Ela recentemente juntou um grupo de partidos e anunciou ao Brasil a consolidação de uma frente de esquerda para retomar a política de inclusão social, para que as pessoas voltem a sentir cheiro de povo no poder.

O que lamento de tudo isso é que Michel Temer desrespeitou o povo



fluminense. Sinceramente, o mais grave dessa história do Rio de Janeiro V.Exas. não citaram aqui ainda.

O mais grave, na minha opinião, é que: primeiro, ele desrespeitou a Polícia Militar do Rio de Janeiro - "*Vocês são incompetentes!*" -; segundo, ele desrespeitou a Polícia Civil do Rio de Janeiro - "*Vocês não servem para nada!*" -; terceiro, essa intervenção vai durar até 31 de dezembro de 2018, mas, no dia 1º de janeiro de 2019, quem vai reassumir a segurança pública são a Polícia Militar e a Polícia Civil do Rio de Janeiro. Qual será o efeito colateral? Se ele está dizendo hoje que essas polícias são incompetentes, em 2019 elas vão virar competentes? Isso é muito sério!

Presidente Rodrigo Maia, V.Exa. tem que entender que, mais do que jogar para a plateia, mais do que tentar criar uma bandeira de campanha, Michel Temer desrespeitou a Polícia Militar e a Polícia Civil do Rio de Janeiro.

Eu não concordo muito com o Deputado Jair Bolsonaro, não, que disse que Michel Temer não iria roubar a bandeira dele. Vejam a que ponto chegou: Bolsonaro disse, porque a bandeira dele é segurança, que Temer quer roubar a bandeira da segurança. Eu acho isso um desrespeito ao povo do Brasil.

Agora, povo do Rio de Janeiro, sinceramente, eu torço para que dê certo! Eu tenho o maior respeito pelo Exército Brasileiro. Eu não sei como ele entrou numa perua dessa. Eu vou torcer para dar certo por conta das crianças e das pessoas do Rio de Janeiro, mas não dá para dizer que não foi uma jogada de *marketing*.

Para concluir, Sr. Presidente, procure os constitucionalistas. Eu vou provar aqui que essa história da reforma da Previdência, que ele disse que não podia votar, não coisa pacífica. Vou explicar: o art. 60 da Constituição diz que, quando há intervenção, ela não pode ser modificada - quando há intervenção total. Ali existe uma intervenção parcial, uma intervenção na segurança. Se consultar o Supremo, V.Exa. vai ver que pode haver PEC sim. O Supremo vai responder que não poderá haver PEC...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. IVAN VALENTE - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Peço que encerre, Deputado.

O SR. SILVIO COSTA - ...sobre segurança, não poderá haver PEC; sobre outro assunto, pode haver PEC sim.



Michel Temer não quis assumir a derrota da reforma da Presidência. Ele é professor de Direito Constitucional e sabe que nós podemos modificar a Constituição, menos na área de segurança pública. Nas demais áreas, podemos.

Para concluir, Presidente, quero dizer que o Brasil começou mal. Deputado Beto Mansur, o Brasil começou com V.Exas. jogando contra o povo do Rio de Janeiro.

Documento 222/327

011.4.55.O Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/02/2018-
CD 18:48

Publ.: DCD - 2/22/2018 - MAURO PEREIRA-PMDB -RS
193

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Participação do orador em comitiva do Ministro da Saúde, Ricardo Barros, em visita a Municípios do Estado do Rio Grande do Sul. Excelência da gestão de Ministros do Governo Michel Temer. Solicitação aos Deputados de comparecimento ao plenário para votação da Medida Provisória nº 800, de 2017. Importância da matéria para a economia brasileira. Expectativa de êxito da intervenção federal na área da segurança pública do Estado do Rio de Janeiro. Importância da criação do Ministério da Segurança Pública. Recuperação econômica do Brasil pelo Governo Michel Temer.

O SR. MAURO PEREIRA (PMDB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Rodrigo Maia, eu falo aqui em nome da Liderança do PMDB. Primeiramente, gostaria de dizer a todos os Deputados e a todas as Deputadas que nós temos que parabenizar e valorizar os membros que saíram desta Casa para assumir a função de Ministro.

Nós estamos acompanhando o trabalho muito importante dos nossos Ministros. Eu tive a oportunidade de acompanhar o Ministro da Saúde, Ricardo Barros, numa visita ao meu Estado, o Rio Grande do Sul. Fomos a Porto Alegre, Passo Fundo, Caxias do Sul, onde vimos a maneira como os recursos estão sendo administrados.

Na ocasião, pudemos constatar os números. Houve uma economia de quase 3 bilhões de reais somente na compra de medicamentos e na revisão de contratos. Isso é de extrema importância. Como resultado



disso, houve o pagamento de hospitais, bem como participação da União nos Estados e nos Municípios. Obras estão sendo realizadas, emendas parlamentares e de bancadas estão sendo pagas. Ainda assim sobram recursos para repassar a hospitais e a Municípios.

Também temos o Ministro da Agricultura, Blairo Maggi, que vem fazendo um trabalho excelente. Inclusive, recebemos uma notícia muito importante hoje: o Brasil está tendo o reconhecimento mundial como área livre de febre aftosa sem vacinação. Essa notícia será dada em breve na OEA. Tudo isso é resultado do trabalho das pessoas que saíram daqui. Também contamos com o trabalho do Ministro da Educação, Mendonça Filho; do Ministro Marx Beltrão; e do Ministro Imbassahy, que também fez um trabalho importantíssimo na Secretaria de Governo.

Todo esse trabalho foi agregado ao trabalho desta Casa. Os Deputados e as Deputadas que fazem parte da base do Governo, liderados pelo Presidente Rodrigo Maia, conseguiram votar projetos de extrema importância e que deram resultados.

Hoje, nós temos o reconhecimento dos investidores internacionais e nacionais. Nós temos queda da inflação, que passava dos dois dígitos: 14%. Agora está em torno de 7%, e isso é muito importante. Ao mesmo tempo, vem caindo muito a taxa básica de juros.

Tudo isso foi resultado das votações que nós fizemos aqui. Aprovamos a terceirização, aprovamos a PEC do teto de gastos, aprovamos a reforma trabalhista. E aqui eu quero parabenizar o trabalho do nosso amigo e Deputado Ronaldo Nogueira, que foi um ótimo Ministro do Trabalho e que merece todo o nosso respeito.

Uma coisa é certa: o Governo Michel Temer, com o Ministro Meirelles, vem pagando todas as contas, todas as dívidas, praticamente todo o passivo que ficou do Governo Dilma. Nós pagamos emendas parlamentares de 2010, de 2012. Obras que estavam paradas estão sendo iniciadas, a exemplo da Ponte do Guaíba, no meu Estado, o Rio Grande do Sul. Hospitais iniciaram obras. E tudo isso acontece com base num trabalho realizado nesta Casa, com o apoio dos Deputados e Deputadas.

Hoje nós estamos votando esta medida provisória. E eu gostaria de convidar os colegas Deputados e Deputadas para virem votar. É uma medida provisória que vai, sim, dar mais prazo para as concessionárias concluírem as obras previstas no contrato. Tudo isso é necessário, porque nós tivemos praticamente 3 anos de recessão profunda, em que a economia parou e deu marcha a ré. E eu quero dizer a todos, inclusive aos Deputados das bancadas do PT, do PCdoB, da REDE, do PSOL e de outros partidos que esses contratos com essas



concessionárias foram feitos na época do Governo Lula e do Governo Dilma. São concessões que deram resultado positivo, que estão funcionando. As coisas estão andando. Agora, com a aprovação desta medida provisória, nós vamos ter a garantia de continuidade dos investimentos e da geração de empregos. É disso que nós precisamos.

O desemprego foi reduzido, mas ainda há muitos desempregados. Nós precisamos criar oportunidades de geração de empregos. Por isso, é muito importante a presença de todos para nós votarmos esta medida provisória hoje, para fazer com que o Brasil continue andando.

Quero agora falar da decisão do Presidente Temer e das pessoas que pensam o Brasil de promover a intervenção com militares no Rio de Janeiro. Eu quero dizer à Oposição, que às vezes pego falando do Exército Brasileiro, da Marinha, da Aeronáutica, que as nossas Forças Armadas são compostas por pessoas qualificadas, pessoas que passam por treinamento, pessoas que têm educação.

Quem já teve a oportunidade de conversar com militares? São pessoas educadas, em especial os do Exército Brasileiro. Eles irão cumprir essa missão com maestria. O General Walter Braga, junto com Polícia Militar, Polícia Civil e Forças Armadas, dará, sim, o povo do Rio de Janeiro a segurança de que precisa.

Outra medida de extrema importância tomada pelo Presidente Temer foi a criação do Ministério da Segurança. Nós fizemos hoje uma homenagem à Polícia Rodoviária Federal, à Polícia Federal e aos policiais penitenciários. Imaginem como será para esses órgãos de segurança ter um Ministro que trate apenas dos seus assuntos, diretamente com o Presidente da República. É uma medida louvável. Nós temos que trabalhar para que o Presidente Temer nomeie um Ministro parceiro da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, para que as coisas melhorem em nosso País.

Eu quero dizer aos Deputados da Oposição, que agora estão cumprindo seu papel, que o Brasil está melhorando, estão sendo tomadas medidas importantes. O Presidente Temer não teve férias, assim como o Presidente Rodrigo Maia - trabalharam todo o tempo.

Essas iniciativas estão sendo tomadas porque nós pensamos no Brasil e procuramos ouvir a sociedade e fazer o que ela quer. E a sociedade quer segurança; a sociedade quer polícia na rua; a sociedade quer, sim, o Exército trabalhando. É disso que a sociedade precisa. Eu sinto muito se foi tirada de algum candidato à Presidência a expectativa de fazer isso.

Nós temos que trabalhar pelo bem da sociedade. E é o que estamos

fazendo. E todos os Deputados e Deputadas têm mérito nisso.

O Brasil melhorou. A Dilma entregou o Brasil quebrado, falido e sem esperança. Hoje, nosso País é outro. O crescimento está aí, os empregos vão voltar. Nós fazemos a nossa parte. E a nossa parte hoje é garantir a renovação de contratos de concessão feitos nos Governo Dilma e Lula.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Documento 223/327

011.4.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária -21/02/2018- CD	18:48
Publ.: DCD - 2/22/2018 199	LUCIANA SANTOS-PCDOB -PE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Caráter político da decretação de intervenção federal na área de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro. Luta da oradora contra a privatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS. Criação de frente ampla de fundações e partidos políticos destinada ao debate sobre o futuro do Brasil e em defesa do desenvolvimento nacional e do resgate do Estado de bem-estar social.

A SRA. LUCIANA SANTOS (PCdoB-PE. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, é triste vermos o ano se iniciar nesta Casa Legislativa com mais essas medidas desse ilegítimo Governo Temer, mergulhando ainda mais o Brasil no caos institucional. Nós vimos, ainda em janeiro, um julgamento de caráter eminentemente político, na caçada ao ex-Presidente Lula. E agora, aqui no Parlamento, vemos essa medida de fazer uma intervenção federal, decidida de última hora, sem o mínimo de responsabilidade, em uma quinta-feira de cinzas, sem nenhum debate com a sociedade, sem consultar o Conselho Nacional de Segurança Pública, apenas para fazer pirotecnia política, para tentar sair desses sofridos indicadores de impopularidade em que esse ilegítimo Governo vem mergulhando.

Nós sabemos muito bem que por trás dessa medida está a intenção,



também, de esconder a grande derrota política que sofreram, porque não vai passar a reforma da Previdência no Parlamento brasileiro. É também uma tentativa de dar continuidade ao arbítrio, à falta de democracia que caracterizou a ruptura democrática que nós tivemos no Brasil, com o golpe de Estado que, há 2 anos, com base em um crime de responsabilidade que nunca aconteceu, interrompeu o mandato de uma Presidente legitimamente eleita.

Mas nós estamos aqui para dizer que vamos fazer o bom combate. A exemplo do que nós fizemos para barrar a reforma da Previdência, nós vamos fazer o bom combate para evitar a entrega de um grande ativo do povo brasileiro, a ELETROBRAS, um sistema elétrico *sui generis*, único no mundo. Esse nosso sistema não foi inventado ou produzido por nenhum chinês, japonês, alemão. É produção genuína da inteligência brasileira, que colocou em nossas mãos este grande ativo do povo brasileiro: a nossa matriz energética e o sistema elétrico brasileiro.

Toda essa ofensiva antidemocrática encontrará uma pedra no meio do caminho. A pedra no meio do caminho é que, apesar de tudo isso, nós podemos ganhar, pela quinta vez consecutiva, as eleições no Brasil.

Ontem, nesta Casa, nós conseguimos anunciar uma ampla frente, composta de cinco fundações e partidos políticos, para discutir os rumos do Brasil e garantir a pauta de discussão do País, para que se discutam programas e ideias no rumo da reindustrialização brasileira e da retomada daquilo que é essencial para o povo brasileiro, a distribuição de renda. Ou seja, nós estamos aqui para dizer "não" ao Estado mínimo para o povo e máximo para a banca e para os rentistas.

Nós queremos, sim, discutir o Estado necessário para induzir o desenvolvimento nacional e para resgatar o Estado de bem-estar social da Constituição de 1988, que é rasgada diariamente, cotidianamente, no tipo de Governo que nós temos, exatamente porque é um Governo que nunca passou pelo crivo das urnas e que vem impondo a este País esse conceito de Estado.

Documento 224/327

011.4.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/02/2018- CD	18:48
Publ.: DCD - 2/22/2018 221	- JOSÉ GUIMARÃES-PT -CE	

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO



Sumário

Associação aos discursos dos Deputados Domingos Neto e Orlando Silva em favor do encerramento da sessão. Evidências do não planejamento da intervenção federal na área da segurança pública do Estado do Rio de Janeiro. Denúncia de uso político da medida pelo Governo Federal. Risco de desgaste da imagem das Forças Armadas.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, façam minhas as palavras dos Líderes do PSD, Deputado Domingos Neto, e do PCdoB, Deputado Orlando Silva, no sentido de encerrarmos a sessão, não sem antes fazer alguns comentários importantes.

Depois da hecatombe que foi a intervenção no Rio de Janeiro, imaginava-se que o Brasil, este Parlamento estivesse discutindo, a partir da decretação da intervenção militar, as operações e os recursos necessários para garantir aquela intervenção por parte das Forças Armadas.

Qual não foi a nossa surpresa - e já dizíamos isso na reunião do Conselho - ao que assistimos de ontem para hoje: os marqueteiros do Presidente Temer disseram que ele é mais candidato do que nunca; depois, o Porta-Voz do Governo disse que não é, que não tem caráter eleitoral; depois, o Ministro da Casa Civil disse - vejam a trapalhada! - que é provável que a intervenção termine antes do tempo.

É esse o caminho que o Brasil vai seguir para enfrentar a crise na segurança pública nacional, um problema de Estado, um problema nacional? Até hoje, não sabemos... A única notícia que tivemos pelos jornais do Rio de Janeiro foi de soldados das Forças Armadas, com fuzis, revistando as mochilas de alunos e crianças das escolas públicas. Sabemos que isso vai ser um tiro no pé, Deputado Miro Teixeira.

E, pior, ontem esta Casa votou, nós votamos, porque foi compromisso do Governo no ano passado, o projeto de lei do Congresso Nacional em socorro aos Municípios: 2 bilhões de reais. Sabem o que foi feito, e que é o mesmo que se vai fazer com a intervenção? Sabe o que foi feito, Deputado Bebeto? Tiraram, remanejaram recursos, inclusive das áreas de segurança pública de Ceará, Bahia, Rio Grande do Norte, e por aí vai.

O Ceará, por exemplo, perdeu 97,9 milhões de reais: saúde, 21,9 milhões de reais; educação, 50 milhões de reais; segurança pública, 18 milhões de reais; gestão de resíduos sólidos, 8 milhões de reais. A Bahia, de acordo com sua bancada federal, perdeu 180 milhões de reais. Isso significa, Deputada Benedita da Silva, que, quando vier o



PLN que prevê recursos para a ação de intervenção no Rio de Janeiro, vai haver mais um corte, inclusive na área de segurança pública em alguns Estados - e no Ceará. Sabem por quê? Porque aqui foi aprovada a tal PEC do Teto, que impôs o limite de gastos.

Portanto, não há de onde tirar dinheiro. Se o Governo quisesse enfrentar o problema da segurança pública no Brasil, não faria uma jogada de *marketing* como essa e muito menos utilizaria, Deputada Jô Moraes - V.Exa. conhece tão bem as Forças Armadas - as Forças Armadas para uma jogada dessa.

E as Forças Armadas, no mínimo, devem estar muito preocupadas, porque até hoje, ao invés de discutirmos o planejamento, estamos discutindo se é ou não jogada de *marketing* e revista em alunos de escola pública. As autoridades do Governo dizem uma coisa aqui e outra ali.

Ficou evidenciado que essa intervenção não teve planejamento, não teve diagnóstico, não teve nada. Isso poderá ser um desserviço ao País, inclusive às Forças Armadas, porque sua imagem está em jogo, neste momento, com as operações no Rio de Janeiro. Esta Casa deu um cheque em branco, e não sabemos quais os resultados que essa intervenção trará para a segurança pública do Rio de Janeiro.

E, pior, ainda há gente que propõe intervenção em outros Estados. Imaginem as Forças Armadas cuidarem da segurança pública nos Estados. Essa não é sua função. O que resolve é a criação de um sistema nacional e a integração dos entes federados, Estados e União.

Por isso, Sr. Presidente...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 225/327

012.4.55.O Sessão Não Deliberativa de 22/02/2018-14:12
Debates - CD

Publ.: DCD - 2/23/2018
- 13 CARMEN ZANOTTO-PPS -SC

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
PEQUENO EXPEDIENTE

PEQUENO
EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Lançamento da Campanha da Fraternidade 2018, com o tema Fraternidade e



Superação da Violência e o lema Em Cristo Somos Todos Irmãos. Realização de seminário pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB sobre a violência no Brasil, com destaque à praticada contra negros, jovens e mulheres. Expectativa da redução da violência, da criminalidade e do tráfico de drogas a partir da intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro. Resultado positivo de pesquisa de opinião acerca do atendimento da Polícia Rodoviária Federal no Estado de Santa Catarina. Necessidade de renovação dos equipamentos de proteção e de segurança da Polícia Rodoviária Federal. Importância de ações preventivas e de proposições relativas ao combate à violência.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (PPS-SC. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, nobre Deputado Mauro, que preside a sessão na tarde hoje.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu peço para ser dado como lido e divulgado nos veículos de comunicação o nosso pronunciamento com relação à Campanha da Fraternidade deste ano, cujo tema é propício para o momento que estamos vivendo no País, pois neste ano a nossa Campanha da Fraternidade traz o tema da violência no Brasil, dando destaque para a violência praticada contra os nossos negros, os jovens e as mulheres. O tema é *Fraternidade e Superação da Violência*, tendo como lema *Em Cristo Somos Todos Irmãos*.

Precisamos combater todos os tipos de violência: a violência contra a mulher, contra a criança, a violência física, a violência psicológica. E o momento que vivemos no Estado do Rio de Janeiro repercute em todo o País. Vive-se a mesma situação em outros Estados brasileiros. Não importa mais o tamanho e o porte do Município: a violência está se generalizando no País.

Uma das razões disso é o fato de estarmos perdendo a nossa capacidade de tolerância. Não sabemos mais praticar uma cultura de paz. Há diferentes formas e expressões de violência. Muitas vezes, a violência psicológica e a verbal são muito mais doloridas do que a violência física. Então, precisamos ser mais tolerantes.

Quero aqui parabenizar a CNBB por trazer um tema tão atual. Na próxima segunda-feira, nós vamos ter aqui nesta Casa uma sessão solene trabalhando este tema.

Que nós consigamos, a partir da intervenção no Rio de Janeiro, mostrar para o resto do Brasil como é possível avançarmos no País, reduzindo a violência, reduzindo o tráfico de drogas, reduzindo a criminalidade!

Sr. Presidente, também quero registrar aqui dados de uma pesquisa sobre a Polícia Rodoviária Federal do nosso País. Tivemos ontem uma

reunião da Frente Parlamentar que apoia a Polícia Rodoviária. Deputada Geovania e visitantes de Santa Catarina que estão aqui conosco, a pesquisa revela que, no nosso Estado, 94,38% dos entrevistados apoiam a Polícia Rodoviária Federal.

Mas nós precisamos avançar, nobre Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Prefeitos e Prefeitas da região serrana do Estado de Santa Catarina e de todo o País que estão aqui conosco, Vereadores e Vereadoras. Avançar em que sentido? Garantindo efetivo para a segurança pública no País, garantindo efetivo para a Polícia Rodoviária Federal e, acima de tudo, garantindo a renovação dos equipamentos de proteção e segurança para esses homens e mulheres que fazem a segurança no País, mas que precisam ter a sua segurança assegurada, garantida, para que eles possam proteger as nossas famílias.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pereira) - Muito obrigado, Deputada Carmen Zanotto.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Conferência Nacional dos Bispos - CNBB definiu como tema da Campanha da Fraternidade de 2018 *Fraternidade e superação da violência*, tendo como lema *Em Cristo somos todos irmãos* (Mt 23,8).

Devido ao alto grau de complexidade, o tema da violência foi discutido, refletido e aprofundado em seminário que ocorreu no dia 9 de dezembro de 2016 na CNBB.

O documento aponta as formas e os tipos de violência existentes no Brasil, dando destaque às praticadas contra os negros, os jovens e as mulheres. Segundo o Presidente da entidade, o Cardeal Sérgio da Rocha, "*os grupos sociais vulneráveis são as maiores vítimas da violência*".

Durante o lançamento, o Cardeal Sérgio listou também como prática violenta a corrupção, dizendo: "*A corrupção é uma forma de violência, e ela mata. Ao desviar recursos que deveriam ser usados em favor da população, os políticos acabam promovendo uma outra forma de violência contra o ser humano: a miséria*".

Segundo divulgação feita em 2017 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA de uma pesquisa com o Fórum Brasileiro



de Segurança Pública, a taxa de homicídios da população negra no Brasil em 2015 superou em quase 2,5 vezes a da população não negra.

O racismo é uma das principais causas históricas da situação de violência e letalidade a que a população negra está submetida. Segundo pesquisa realizada pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR e pelo Senado Federal, 56% da população brasileira concorda com a afirmação de que "*a morte violenta de um jovem negro choca menos a sociedade do que a morte de um jovem branco*". O dado revela o grau de indiferença com que os brasileiros têm encarado um problema que deveria ser de todos.

Segundo dados recentemente divulgados pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF, de cada mil adolescentes brasileiros, quatro vão ser assassinados antes de completar 19 anos. Se nada for feito, 43 mil brasileiros entre 12 e 18 anos serão mortos de 2015 a 2021, três vezes mais negros do que brancos.

O perfil típico das vítimas fatais são homens, jovens, negros, com baixa escolaridade. Isso tem a ver com a falta de investimentos em outras áreas. Quanto mais anos de escolaridade, menor é a chance de ser vítima de homicídio. Apesar do crescimento econômico e da redução da desigualdade que o Brasil viveu nas últimas décadas, isso não se traduziu em melhora.

Nos últimos anos houve avanços importantes na área, como a reserva de vagas para negros em concursos públicos e universidades e a política de saúde voltada para essa população. Mas ainda é preciso avançar para enfrentar efetivamente o problema.

O crescimento econômico é positivo, mas, sozinho, não dá conta. Entre os desafios em relação as políticas públicas, estão a implementação do Estatuto da Igualdade Racial e a garantia de recursos para programas governamentais, não apenas no campo da segurança pública, mas também do ordenamento urbano e prevenção social, que envolve educação, assistência social, cultura e saúde.

O grosso da violência aconteceu em alguns poucos Municípios. Em 2015, 111 Municípios - 2% do total - responderam por metade dos homicídios no Brasil, e 557 Municípios - 10% do total - concentraram 76,5% do total de mortes no País.

O Município considerado o mais pacífico foi Jaraguá do Sul, em Santa Catarina. Além de o Município catarinense ter índices de desenvolvimento humano muito superiores, outros fatores contribuem para o aumento da violência em cidades, como, por exemplo, um crescimento rápido e desordenado, como aconteceu em Altamira, no



rastrado da construção da Usina de Belo Monte.

Homens e mulheres são atingidos pela violência de maneiras diferentes. Enquanto os homens tendem a ser vítimas de uma violência predominantemente praticada no espaço público, as mulheres sofrem cotidianamente com um fenômeno que se manifesta dentro de seus próprios lares, na grande parte das vezes praticado por seus companheiros e familiares.

A violência contra as mulheres em todas as suas formas - doméstica, psicológica, física, moral, patrimonial, sexual, tráfico de mulheres - é um fenômeno que atinge mulheres de diferentes classes sociais, origens, regiões, estados civis, escolaridade ou raças. Faz-se necessário, portanto, que o Estado brasileiro adote políticas de caráter universal, acessíveis a todas as mulheres, que englobem as diferentes modalidades por meio das quais ela se expressa. Nessa perspectiva, devem ser também consideradas as ações de combate ao tráfico de mulheres, jovens e meninas.

Destaco uma pesquisa de opinião para saber o que os catarinenses acham sobre o atendimento da PRF no Estado. O resultado demonstra que, apesar da falta de efetivo e outras dificuldades, o trabalho realizado pelos policiais rodoviários federais é visto com bons olhos por quem trafega pelas rodovias federais do Estado.

A pesquisa foi realizada entre os dias 25 e 29 de dezembro do ano passado. Foram entrevistadas pessoas de diversas regiões do Estado, que responderam a seis perguntas. Os principais questionamentos estão relacionados à confiança na instituição PRF e à imagem do policial rodoviário federal.

O resultado surpreende: 94,38% dos entrevistados confiam na Polícia Rodoviária Federal. A pesquisa também mostrou que 85,99% das pessoas que participaram da pesquisa possuem uma imagem positiva do policial rodoviário federal.

Uma pesquisa semelhante foi realizada em âmbito nacional pela Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais - FENAPRF, entidade que representa a categoria. As perguntas foram realizadas em nove capitais do País durante os meses de outubro e novembro. Foi constatado que o grau de confiança dos brasileiros na PRF é de 85,5% e que 73,8% dos entrevistados têm uma imagem positiva dos PRFs.

Para o Presidente do SINPRF/SC, Paulo Sérgio Machado, o País vivencia um momento em que instituições e serviços públicos enfrentam um descrédito da população. Por isso, as estatísticas que mostram uma empatia grande da sociedade com a Polícia Rodoviária Federal e os policiais rodoviários federais são tão importantes. O

resultado reflete o esforço, a superação e o desempenho de cada policial rodoviário federal de Santa Catarina.

Nós aqui no Congresso Nacional temos a responsabilidade de discutir com profundidade, como já vem sendo feito em Comissões Especiais e durante o debate de matérias que temos votado no plenário da Câmara, proposições que tenham como objetivo o combate da violência. Entretanto, não podemos deixar de discutir e propor melhorias para ações que tenham como objetivo a prevenção.

Era o que tinha a dizer.

Documento 226/327

012.4.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - 22/02/2018- CD	14:44
Publ.: DCD - 2/23/2018 - 24	ERIKA KOKAY-PT -DF	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Denúncia de envolvimento do Presidente Michel Temer em corrupção. Ligações de autoridades do Estado brasileiro com o crime organizado. Contrariedade à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro. Protesto contra a tentativa do Ministro da Educação, Mendonça Filho, de interferência na autonomia da Universidade de Brasília - UnB.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)
- Sr. Presidente, eu acho que os bandidos têm muito sossego neste Governo. Eles estão deitados em berço esplêndido, nas varandas e nos aposentos do Palácio do Planalto. Nós temos um Presidente que está sendo investigado pelas falcatruas estabelecidas na concessão de um porto no nosso País, e o Diretor da Polícia Federal simplesmente diz que a investigação não vai dar em absolutamente nada e que provavelmente será arquivada. Isso é um desrespeito aos profissionais da Polícia Federal, um desrespeito ao Brasil!

Acho que estes bandidos desfrutam de muito sossego. Nós temos Senadores cujos helicópteros e veículos foram apreendidos com 400 quilos de cocaína. Nas propriedades de alguns outros, foram encontradas drogas, mas simplesmente nada é feito com esses



Senadores.

O crime organizado se instala dentro do Palácio do Planalto, e alguns ainda dizem que o Governo está enfrentando o crime organizado! O crime organizado surge no vácuo, na ausência de políticas públicas. Sem políticas públicas, o crime organizado pode se espriar, pode crescer. Ele só existe porque é alimentado pelas relações com o Estado. O crime organizado não existiria, se não houvesse relações com o próprio Estado.

Em se tratando da pirotecnia da intervenção no Rio de Janeiro, primeiro, houve uma intervenção do Exército no Complexo da Maré, que gastou 600 milhões de reais, e não se sabe o resultado dela. Não se sabe o fruto desta intervenção. O Governo simplesmente decide, sem nenhum plano, fazer uma intervenção. Não há um plano que possa reger esta intervenção. Não há nem recursos, tampouco estrutura para que esta intervenção tenha algum resultado.

Logo depois da intervenção, vem a possibilidade de Michel Temer ser candidato à Presidência da República. Falando-se em candidatura à Presidência da República, Michel Temer não disputou eleição, muito menos a venceu. Se ele está no Palácio do Planalto, isso por fruto de um golpe, palavra que os militares não queriam que fosse usada para designar o movimento em 1964. Os militares diziam que não houve golpe neste País. Hoje o Ministro da Educação também diz que a palavra "golpe" não pode ser utilizada em relação ao que aconteceu neste País em 2016.

É golpe! O que aconteceu neste País é um golpe: retiraram uma Presidenta que não cometeu crime de responsabilidade. Ela foi sacada do poder. É golpe! A população já internalizou no seu dicionário a palavra golpe.

Por isso, nós vemos Senadores na tribuna pedir perdão à Dilma Rousseff. Pedem perdão. Não é à Dilma Rousseff apenas que têm que pedir perdão. Têm que pedir perdão a este País, à democracia deste País.

O Ministro da Educação, que, parece, tem em Alexandre Frota um dos principais consultores - uma das primeiras pessoas que Mendonça Filho recebeu, na condição de Ministro, foi Alexandre Frota -, escutou dele suas ideias acerca da dita escola sem partido.

Aí, logo me vem à lembrança a fala de Paulo Freire, quando diz que não existe neutralidade. Os que falam em neutralidade, em verdade, desenvolvem uma ideologia que não pode ser dita. Diz Paulo Freire que não existe educação neutra. Toda neutralidade afirmada é uma opção escondida, uma opção covarde e cínica.



Este Ministro teve a ousadia de enfrentar a autonomia da Universidade de Brasília. O Prof. Luís Felipe ofertava um curso ou uma matéria optativa sobre as consequências do golpe de 2016, ou o futuro da democracia neste País.

O que fez o Ministro? Diz que vai acionar o Tribunal de Contas, exigir o ressarcimento das despesas do curso, processar em várias instâncias a universidade pela intenção de discutir um fenômeno que ainda repercutirá por muito tempo neste País. Ou alguém duvida de que as fardas e as armas apontadas contra crianças no Rio de Janeiro não são consequência do golpe? O golpe que começou armado e vestido de paletós e assumiu e continua assumindo as togas nesta e noutra hora. Agora assume as fardas!

Este Ministro ataca a autonomia da Universidade de Brasília, ataca a liberdade de pensamento e quer impor sua concepção canhestra e seu golpismo como mordça à universidade.

Por isso, venho prestar minha solidariedade e dizer que vamos resistir. A Universidade de Brasília tem história. Ela foi pensada por Darcy Ribeiro, que dizia, entre outras coisas, que só há duas opções nesta vida: se resignar ou se indignar.

Eu não vou me resignar nunca! A universidade foi criada não só para ser universal no desenvolvimento da inteligência humana, mas também para ter os pés no chão e transformar esta realidade. Esta é a universidade de Florestan Fernandes. Esta é a universidade onde professores que, ao abrir mão dos próprios empregos, resistiram à ditadura militar.

Agora me vem um Ministro que acha que pode calar a democracia, que pode calar a inteligência humana, que pode calar a consciência crítica e pode processar a universidade porque um educador ousa discutir os fenômenos que estão beijando a face do povo brasileiro.

O golpe beija a face do povo brasileiro, arranca a comida da mesa dos trabalhadores e trabalhadoras, rasga carteiras de trabalho, arranca pedaços desta Nação e os coloca numa bandeja de prata para serem doados ao capital internacional.

Por isso, vamos estabelecer um ato de desagravo em defesa da autonomia da Universidade de Brasília, em defesa da democracia, em defesa da liberdade de pensamento.

Eu estava na Universidade de Brasília na década de 70, quando foi invadida várias vezes pelas forças de segurança para calar os professores, mas não tiveram sucesso. Foi da UnB que saiu uma das maiores greves do movimento estudantil, greve que paralisou várias

escolas no Brasil inteiro. Foi daquela universidade que se disse que a educação tem que ter compromisso com a liberdade e com a consciência crítica.

A educação é a boniteza da vida, como dizia Paulo Freire. Ela tem que ser livre.

Portanto, Ministro Mendonça, resume-se à sua insignificância, cale-se no seu caráter golpista e liberte o pensamento deste País, para que o Brasil possa discutir na Universidade de Brasília e em todos os cantos e superar o golpe que colocou a democracia em um pelourinho.

Documento 227/327

012.4.55.O	Sessão Não Deliberativa	de 22/02/2018-15:20
	Debates - CD	
Publ.: DCD - 2/23/2018	ROCHA-PSDB -AC	
- 35		
CÂMARA	DOS	PEQUENO
DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	EXPEDIENTE
		DISCURSO

Sumário

Solicitação ao Governo Federal de intervenção na segurança pública do Estado do Acre. Críticas à atuação do Governador Sebastião Viana. Sentença preliminar exarada pela 1ª Vara da Fazenda Pública do Acre sobre indenização a criança infectada com o vírus HIV após transfusão de sangue na rede pública de saúde

O SR. ROCHA (Bloco/PSDB-AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Pastor Eurico, antes de iniciar minha fala, quero cumprimentar o Prefeito Isaac Lima, do Município de Mâncio Lima, que nos visita hoje, assim como também o Prefeito Zum, do Município de Assis Brasil, que também se faz presente neste Plenário.

Sr. Presidente, aproveitando o espaço, quero falar novamente do que esta Casa aprovou no início da semana. Falo da intervenção na segurança pública do Rio de Janeiro. Digo isso porque ontem protocolamos junto ao Ministério da Justiça um pedido para que aquele Ministério dê igual tratamento ao Estado do Acre, para que intervenha



na Segurança Pública do meu Estado, que hoje apresenta números muito mais caóticos, muito mais graves do que os do Estado do Rio de Janeiro.

Para se ter uma ideia da gravidade do quadro que os acrianos enfrentam na segurança pública, a nossa Capital, Rio Branco, segundo o último Anuário Brasileiro de Segurança Pública, é a segunda capital mais violenta do Brasil. Nós temos no Estado do Acre a segunda maior população carcerária proporcional do Brasil.

Para fazer frente a tudo isso, nós temos uma cúpula de segurança que não consegue conceber projetos que possam combater a criminalidade que tomou conta das nossas ruas. Lembro que, aproximadamente 3 anos atrás, o atual Secretário de Segurança Pública, Sr. Emylson Farias, apresentou um projeto que seria a redenção da segurança, e depois virou chacota em âmbito nacional: propunha a distribuição de apitos para combater a criminalidade. Este ano, no auge dos ataques das facções criminosas, com depredação de patrimônio público, com queima de veículos escolares, o Secretário apresenta outro projeto mirabolante, que, de igual forma, virou motivo de piada. Propunha o hasteamento de bandeiras nas regiões em que o crime comandava.

O fato, Sr. Presidente, é que hoje, infelizmente, o Estado do Acre não tem feito frente à criminalidade que hoje toma conta das nossas ruas. Os criminosos não estão mais satisfeitos em praticar suas barbaridades e suas atrocidades: agora estão praticando as atrocidades, filmando e divulgando nas mídias sociais.

E a incompetência dos gestores da Segurança Pública, do Secretário Emylson Farias e do Comando da Polícia Militar é tamanha, que há 2 semanas fui chamado a um posto de combustível onde as viaturas da Polícia Militar estavam em filas, porque não havia mais recurso para abastecê-las. O abastecimento das viaturas tinha sido suspenso por falta de pagamento.

Só para se ter uma ideia, Sr. Presidente, lembro que no Acre nós temos uma defasagem de policiais militares da ordem de mais de 50%. Mais que isso, o descaso é tamanho, que há mais de 5 anos o Governo do Estado não compra fardamento para os policiais militares trabalharem! Soma-se a isso o sucateamento dos quartéis e das viaturas.

E aumenta a nossa estranheza - aproveito esta oportunidade para lamentar o fato -, pois colocamos do Orçamento da União, no ano passado, um recurso da ordem de 450 mil reais para a construção de uma quadra de esportes no quartel da Polícia Militar em Sena Madureira, e, por incompetência, o Governo do Estado perdeu esse recurso, num momento de crise. É muito descaso, é muito

incompetência!

Para exemplificar o descaso desse Governo, basta dizer que, com a Polícia Militar do Estado do Acre, o Governo gasta menos dinheiro do que gasta com promoção e publicidade. E nós vemos, do outro lado, o esforço e o empenho dos policiais militares. Mesmo com os salários defasados, com as viaturas sucateadas e sem combustível, ainda procuram fazer frente à criminalidade, mas não encontram no Governo, não encontram no Secretário de Segurança, não encontram no Estado amparo para poderem defender a nossa população.

Por isso, estou pedindo ao Governo Federal e ao Ministro da Justiça que intervenham na Segurança Pública do Acre, porque os acrianos não aguentam mais viver atemorizados, não aguentam mais conviver com a incompetência de quem hoje gera a Pasta da Segurança Pública no meu Estado.

Sr. Presidente, peço apenas mais 1 minuto para concluir. Quero falar sobre uma notícia que saiu há pouco num *síte* de notícias do meu Estado. A informação é muito grave.

Uma sentença preliminar exarada pelo Juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública do Acre condena o Estado a pagar, a título de indenização, dois salários mínimos por mês para uma criança que foi infectada com o vírus HIV, após receber uma transfusão de sangue na rede pública de saúde. Eu pergunto, Sr. Presidente, se esse sangue contaminado não infectou outras pessoas.

Vou tomar as minhas providências, Sr. Presidente, porque acho que alguém tem que ser responsabilizado por isso. Não dá mais para conviver com incompetência na segurança, com incompetência na saúde, com incompetência em todas as áreas do Governo do Sr. Sebastião Viana!

Sr. Presidente, peço a V.Exa. a divulgação deste pronunciamento nos meios de comunicação da Casa, inclusive no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pastor Eurico) - Será atendido o pedido de V.Exa., que tem sido, no Acre, um referencial na defesa das demandas da sociedade.

Documento 228/327

012.4.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - 22/02/2018- CD	15:32
Publ.: DCD - 2/23/2018 - 38	AUGUSTO CARVALHO-SD -DF	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Apoio à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro. Satisfação com a suspensão da tramitação da reforma da Previdência.

O SR. AUGUSTO CARVALHO (SD-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na sexta-feira passada, o País inteiro foi surpreendido com a decisão do Governo Federal de decretar a intervenção no Estado do Rio de Janeiro, medida que de pronto nós apoiamos, porque não é possível que o Estado brasileiro sucumba diante de tanta ousadia, que tem ceifado vidas inocentes sem qualquer motivo.

O Estado brasileiro não poderia continuar inerme diante do desfile de marginais que tem ocupado o tempo de televisão no Brasil e no exterior. Veem-se marginais que circulam armados com fuzis de última geração, enquanto nossas forças de segurança muitas vezes sequer armas de pequeno calibre têm para proteger a sociedade.

O País está vivendo um momento eleitoral, um momento atípico, em razão da destituição constitucional da ex-Presidente Dilma Rousseff, pela irresponsabilidade com que ela administrou o nosso País nos últimos anos. Não fosse isso, poderia haver um grande apoio a essa medida, uma grande convergência nacional, porque não é possível que mesmo uma oposição figadal, que existe em qualquer País, possa ser cúmplice, possa ser conivente naquilo a que estávamos assistindo.

Mas o importante é que, como consequência dessa decisão que, por força constitucional, suspende a tramitação de qualquer proposição que envolva mudança na Constituição da República, o Governo Federal foi obrigado a mudar a sua pauta.

Todos os meses de campanha na televisão, todo o dinheiro público jogado fora para convencer a opinião pública de que a reforma da Previdência era imprescindível, de que há que se combater os privilégios, de que há que se demonizar os servidores públicos, tudo

isso aí foi postergado ou foi anulado em razão dessa decisão que leva ao sobrestamento da tramitação de qualquer medida de alteração da Constituição.

Queria registrar, então, Sr. Presidente, essa resistência que houve por parte do povo brasileiro, dos trabalhadores brasileiros, das suas entidades e dos Parlamentares, como nós aqui nesta Casa, que temos discursos os mais variados - e o meu não se confunde com o discurso de uma oposição figadal, permanente.

Mas fazemos esta crítica sobre a falta de credibilidade ou legitimidade do Governo para proceder a uma reforma dessa complexidade e dessa amplitude. Não se poderia fazer neste momento qualquer discussão sobre reforma da Previdência, Sr. Presidente. Portanto, ela há que ser feita em condições normais, após ampla consulta à sociedade brasileira, consulta essa que deverá ser feita nas eleições gerais que ocorrerão este ano.

Muito obrigado.

Documento 229/327

012.4.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - 22/02/2018- CD	15:44
Publ.: DCD - 2/23/2018 - 39	- PASTOR EURICO-PHS -PE	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Necessidade de ajuda do Governo Federal à área de segurança pública do Estado de Pernambuco.

O SR. PASTOR EURICO (PHS-PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, apesar de ser de Pernambuco, gostaria de fazer um registro relacionado ao Rio de Janeiro. Felicito, parabênizo a Polícia Militar e todas as forças de segurança do Rio de Janeiro, que, em meio a tanta violência, sempre prestaram um relevante serviço à sociedade.

É bem verdade que, com a carência, veio agora esse reforço, que não foi uma intervenção militar, mas sim uma intervenção do Governo



Federal, que resolveu dar um apoio à área de segurança, que, claro, ficará sob comando militar. Isso é importante, com certeza. Já tem sido motivo de aplausos por este Brasil, até porque se espera que mais alguma coisa se faça pela segurança. Estou parabenizando os policiais do Rio de Janeiro pelo que eles fizeram até agora, e, claro, estão sendo ajudados neste momento.

Aproveito a oportunidade para parabenizar as polícias de todo o Brasil. Agora me refiro ao meu Estado de Pernambuco, ao relevante serviço prestado pela Polícia Militar do nosso Estado, em meio a muitas dificuldades. O contingente, por exemplo, está reduzido. Isso diz respeito a todos os aspectos da segurança. Entendemos que Pernambuco necessita de mais operadores de segurança. Há muita dificuldade na questão da segurança em Pernambuco. Eu lamento que cidades do Estado estejam entre as que têm os maiores registros de violência.

É bem verdade que, às vezes, culpam a Polícia Militar, culpam as forças de segurança do Estado. Porém, aqueles que vão cometer delitos ou crimes o fazem de maneira premeditada. Jamais vão cometer um delito onde está o policial militar. Não vão fazer isso. A falta de contingente ou de um número maior de policiais é que facilita a ação de bandidos e de pessoas que vão cometer delitos.

Eu me pronunciei, disse que outros Estados precisam também de uma ajuda do Governo Federal. Eu me refiro agora a Pernambuco. O Governo Federal precisa também intervir em favor da segurança no Estado. Não se trata de intervir desrespeitando o Governo, dizendo que não há competência. Não! Trata-se de ajudar a área de segurança no Estado. Pernambuco está precisando de ajuda na segurança.

Falo como representante do povo, até porque 233.762 eleitores nos perguntam por que não se faz alguma coisa pela segurança em Pernambuco. Eu digo que bom seria que outros Estados tivessem essa ajuda, principalmente o meu Estado de Pernambuco. A população estaria agradecendo mais uma ajuda para a Polícia Militar de Pernambuco.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.



012.4.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - 22/02/2018- CD	15:44
Publ.: DCD - 2/23/2018 - 40	ASSIS DO COUTO-PDT -PR	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Crise do setor leiteiro no País. Considerações sobre a intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. ASSIS DO COUTO (PDT-PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, população que nos acompanha, dois assuntos me trazem a esta tribuna. O primeiro refere-se à produção e à crise da produção leiteira no País. O segundo diz respeito à segurança, tema que esteve em pauta esta semana.

Passo a abordar o primeiro assunto. A região sudoeste do Estado do Paraná é composta por 42 Municípios. Juntos, formam a maior bacia leiteira do Paraná, responsável pela produção de 1,2 bilhão de litros de leite ao ano. Isso corresponde a quase a metade do leite produzido em todo o Uruguai.

O preço pago hoje pelo leite do Estado do Paraná e do Brasil está longe de cobrir o custo de produção. A queda do preço do leite pago ao produtor, a diminuição do consumo e o aumento do custo de produção estão entre as principais dificuldades apontadas pelos produtores. No final de 2016, o litro de leite era negociado a R\$1,52 no Paraná, e, no mês passado, o valor pago chegou a R\$0,90, enquanto a estimativa de custo de produção na região é de R\$1,12 por litro.

A crise no setor leiteiro motivou a realização do Seminário Regional: a Bovinocultura Leiteira no Sudoeste do Paraná, que foi organizado em parceria com diversas entidades, entre as quais a AMSOP - Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná, a ACAMSOP - Associação das Câmaras Municipais do Sudoeste do Paraná, a Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, a EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, a UNICAFES - União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária, o IAPAR - Instituto Agrônomico do Paraná, o Grupo Gestor do Território, a Associação dos Secretários Municipais de Agricultura e Meio Ambiente, a ASSESSOAR - Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural, a FETAEP - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná, a OCEPAR - Organização das Cooperativas do Estado do Paraná, o Sindicato Rural, a Associação



dos Sindicatos Rurais do Sudoeste do Paraná, a ABRALLEITE - Associação Brasileira dos Produtores de Leite, entre outras entidades. Estavam presentes também o Banco do Brasil, o SICCOOB, o CRESOL, o SICREDI, como instituições financeiras, e lideranças políticas da região.

Esse seminário foi conduzido diante de várias situações, dificuldades, reivindicações do setor, as quais estão sendo consignadas num documento, para negociação com o Ministério.

Eu queria destacar um dos pontos mais graves, que é o da renegociação das dívidas. O Banco do Brasil está fazendo em parte a renegociação das dívidas. No entanto, os financiamentos concedidos nos últimos anos nessa região e, com certeza, em outras regiões do País foram feitos por cooperativas de crédito, através de repasses do BNDES e do BRDE - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, no caso dos três Estados do Sul.

Nos contratos foi considerada a TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, e esta Casa, por incrível que pareça, mudou a TJLP para TLP - Taxa de Longo Prazo. O BNDES está com dificuldade de renegociar esses contratos. Necessita de uma resolução do Conselho Monetário Nacional para que possa proceder a essas renegociações com os agricultores que fizeram financiamento pelas cooperativas de crédito, em especial repassadoras de recursos do BNDES e do BRDE. Estamos fazendo uma reivindicação a respeito disso. Vai constar deste documento.

Eu quero destacar como grave o fato de termos aprovado a Medida Provisória nº 777, de 2017, que foi convertida na Lei nº 13.483, que estabeleceu a mudança de TJLP para TLP, além de enfraquecer todo o papel do BNDES como banco de desenvolvimento, de financiamento da produção nacional.

Já estamos sentindo o primeiro grave impacto dessa medida, votada nesta Casa. Eu me refiro ao impacto sobre os agricultores familiares que conseguiram financiamento por meio do PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, com TJLP, e agora não podem renegociar os seus contratos porque a renegociação vai ter que considerar a TLP. Vamos pagar mais pelos juros desse contrato. O BNDES ainda aguarda uma decisão do Ministério da Fazenda, para poder fazer esse procedimento de renegociação das dívidas. Esse, portanto, é um dos primeiros prejuízos.

Passo a abordar agora o tema sobre a segurança. Eu faço este pronunciamento no horário reservado à Liderança do PDT até porque a bancada do partido votou "sim" à intervenção no Rio de Janeiro. Eu votei "sim" à intervenção, mas apresento neste pronunciamento a



minha declaração de voto. Até já havia colocado o meu posicionamento internamente na bancada. Tenho muitos questionamentos sobre essa intervenção.

A intervenção vai ser inócua enquanto o Governo brasileiro não cuidar das fronteiras, região em que vivo, por onde passam armas, drogas. Não vamos conseguir bons resultados na intervenção enquanto não descobirmos de quem são os aviões que transportam a cocaína, os helicópteros que alimentam o crime organizado no Estado do Rio de Janeiro, na Capital do Rio de Janeiro e em outras cidades do Brasil.

Esse tema, relacionado à segurança pública, foi muito discutido nesta Casa esta semana.

Sr. Presidente, peço que estes dois pronunciamentos sejam considerados como lidos, bem como divulgados no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pastor Eurico) - Agradecemos a V.Exa., sempre participativo e defensor da sociedade.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados Federais, a região sudoeste do Estado do Paraná é composta por 42 Municípios, que, juntos, formam a maior bacia leiteira do Paraná, responsável pela produção de 1,2 bilhão de litros de leite ao ano. Envolve 27 mil produtores, sendo que 90% desses produtores possuem propriedades com menos de 20 hectares.

A queda no preço do leite pago aos produtores, a diminuição do consumo e o aumento do custo de produção estão entre as principais dificuldades apontadas pelos produtores. No final de 2016, o litro de leite era negociado a R\$1,52 no Paraná, e, no mês passado, o valor chegou a R\$0,90, enquanto a estimativa do custo de produção na região é de R\$1,12 por litro.

A crise no setor leiteiro motivou a realização do Seminário Regional A Bovinocultura Leiteira no Sudoeste do Paraná, o qual foi organizado em parceria com diversas entidades, entre as quais a AMSOP, a ACAMSOP, a Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento - SEAB, a EMATER, a UNICAFES, o IAPAR, o Grupo Gestor do Território, a Associação dos Secretários Municipais de Agricultura e Meio Ambiente - ASSEMA, a ASSESSOAR, a FETAEP, a OCEPAR, o Sindicato Rural, a Associação dos Sindicatos Rurais do Sudoeste do



Paraná - ASSINEPAR, a FAEP, o CAPA e FETRAF-Sul. Também participaram do evento representantes do Banco do Brasil, SICCOB, CRESOL, SICREDI e lideranças políticas da região.

A discussão originou a elaboração de uma pauta de reivindicações, que está em fase de finalização. Será entregue ao Governo Federal e aos demais órgãos ligados ao setor.

Diante do cenário apresentado, discutido e avaliado, as entidades e lideranças cobram do Governo e seus órgãos competentes a adoção urgente de medidas que busquem encaminhar soluções imediatas que possam salvaguardar a atividade leiteira, principalmente dos pequenos produtores rurais, as quais receberam aprovação unânime dos participantes e organizadores. Serão encaminhadas ao Governo, em documento, as seguintes reivindicações:

a) publicação de portaria pelo Ministério da Fazenda e autorização do BNDES para que as cooperativas de crédito possam renegociar as dívidas dos pequenos produtores de leite;

b) prorrogação do PRONAF das parcelas de custeio por 3 anos para produtores que não tiverem condições de pagar e bônus de adimplência em 30% para aqueles que efetuarem os pagamentos no vencimento e, ainda, para o financiamento de investimento, em que a parcela de 2017 possa ser paga após a última;

c) revisão e atualização do preço mínimo do leite, estabelecendo equiparação entre o valor atribuído pelo MAPA (R\$0,85) e valores da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB (R\$1,12 o litro);

d) revisão e avaliação do programa de importação do leite, seja *in natura*, seja em pó, dos países produtores ou não;

e) maior inclusão e participação de produtores na Câmara Setorial do Leite;

f) criação, por parte do Governo, de medidas protetivas e de desoneração da cadeia produtiva do leite, com atenção especial aos pequenos produtores, para garantir a rentabilidade da produção.

Diante de todos os problemas enfrentados pelo setor, defendo a revisão e a alteração da Medida Provisória nº 777, transformada na Lei nº 13.483, de 2017, que extinguiu a TJLP, Taxa de Juros de Longo Prazo, e criou a TLP, Taxa de Longo Prazo, o que tem, segundo o BNDES, impedido as cooperativas de crédito de refinanciarem o crédito rural; fazerem a renegociação das parcelas que vencem em 2018. Menciono a queda no consumo do produto, pela queda do poder de compra das famílias, a discrepância relativa ao preço mínimo do leite



praticado pelo próprio Governo. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA pratica o valor de R\$0,85, e a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB trabalha com o valor de R\$1,12. Isso precisa ser regulamentado, ajustado e atualizado. É preciso ainda minimizar a importação de leite do Uruguai, que tem prejudicado o mercado interno.

Era isso, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados Federais, eu inicio este pronunciamento com uma frase de Brizola: *"Todas as crianças deveriam ter direito à escola, mas para aprender devem estar bem nutridas. Sem a preparação do ser humano, não há desenvolvimento. A violência é fruto da falta de educação"*.

Com isso, quero dizer que a intervenção federal no Rio de Janeiro não é, nem de longe, a solução para se enfrentar a falta de segurança pública naquele estado e em nenhum outro.

A ausência do Estado nos morros cariocas não pode ser compensada com a presença das Forças Armadas. É um equívoco supor que a militarização e o controle territorial a partir de uma violência ostensiva vão resolver o problema estrutural que se arrasta há décadas.

O Exército não foi treinado para garantir a segurança dos cidadãos nos centros urbanos. O Exército é preparado para defender o País em situações de guerra, de ataque à segurança e à soberania nacional. Nesse sentido, a sua atuação ao longo dos 15.719 quilômetros de faixa de fronteira para combater a entrada de drogas e de armas no País seria de fundamental importância. Afinal, essa área abrange 11 Unidades da Federação e 588 Municípios, com mais de 10 milhões de habitantes.

Está claro que a intervenção é mais uma ação midiática, para atender interesses políticos e eleitores, do que uma ação para resolver o problema. O combate à violência passa necessariamente pela presença efetiva do Estado nas comunidades para garantir saúde, educação, moradia e políticas públicas sociais.

Eu não poderia deixar de ressaltar o abandono das políticas de incentivo e desenvolvimento da agricultura familiar, como a do PRONAF, a de habitação rural e a do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA. Esse abandono tem contribuído de forma decisiva para afastar os jovens do campo e marginalizá-los nos grandes centros.



Inúmeros estudos e pesquisas da sociedade civil e de universidades, bem como o resultado de ações anteriores, mostram que esse tipo de intervenção não traz resultados efetivos, porque não enfrenta os problemas que originam as situações que provocam o descontrole da segurança. Ou seja, é mais uma medida paliativa que ataca, mais uma vez, a população mais pobre e marginalizada. Para se combater o tráfico, é preciso agir com inteligência e não com holofotes. É preciso combater o tráfico na sua origem, que com certeza não está nos morros.

Diante desse cenário, digno de um espetáculo teatral, cabe-nos ficar em estado de alerta e buscar entender o que realmente se pretende com essa ação. Quem abre mão da segurança abre mão da governabilidade, da capacidade de governo. A disseminação de uma ideia falsa de ausência total de segurança é extremamente perigosa, principalmente quando se colocam os militares no protagonismo da solução.

O cenário nacional indica mudanças, inclusive nas eleições de outubro próximo. Um governo sem nenhum respaldo popular não tem nada a perder. Como já disse o Líder do PDT na orientação do voto, visivelmente a intervenção serve de instrumento para abafar a derrota fragorosa do Governo na reforma da Previdência. A maior prova disso é que a intervenção foi decidida e anunciada praticamente durante o feriado de carnaval e não foi precedida de nenhum estudo ou planejamento conhecido. Não obedeceu a nenhum critério técnico, não apresentou previsão orçamentária.

Nós estaremos sim acompanhando diariamente toda a prestação de contas e vendo a evolução dessa pretensa intervenção.

Como registrado pelo Líder do PDT, *"torcemos para que sejam exitosos os esforços dos servidores da área de segurança pública e dos militares durante o período de intervenção, mas não nos furtamos do alerta à Nação sobre seus riscos de insucesso"* e votamos *"(...) a favor porque reconhecemos o clamor da população do Rio de Janeiro e do Brasil por mais segurança"*.

Era isso, Sr. Presidente.



014.4.55.O

Sessão Deliberativa Ordinária - 27/02/2018-14:00
CD

Publ.: DCD - 2/28/2018 - PADRE JOÃO-PT -MG
22

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS PEQUENO EXPEDIENTE

PEQUENO
EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Críticas ao aparato do Governo Federal para combate à violência no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Desinteresse das autoridades governamentais no combate aos grandes traficantes de drogas.

O SR. PADRE JOÃO (PT-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, queridos colegas, venho mais uma vez a esta tribuna denunciar a arbitrariedade desse Governo Federal e - por que não? - retomar a intervenção feita no Rio de Janeiro.

Na verdade, esse aparato do Governo, e com participação de setor da Polícia Federal, do Ministério Público Federal, do Judiciário, setor - por que não? - da Marinha, da Aeronáutica, do Exército, mostra que não querem investigar, porque se quisessem investigar e combater a raiz da violência, o alvo seria o narcotráfico.

Onde está o Aécio Neves? Onde está a investigação sobre os Perrellas? Onde está a investigação sobre a quase meia tonelada de drogas encontrada lá? Foi encontrada droga também na fazenda do Blairo Maggi, lá em Divinópolis.

Na verdade, os grandes traficantes estão sendo poupados, protegidos por esse aparato, e estão sendo mortos os pobres e negros da periferia.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Obrigado, Deputado Padre João.

Documento 232/327

014.4.55.O

Sessão Deliberativa Ordinária - 27/02/2018-14:08
CD

Publ.: DCD - 2/28/2018 - MARCUS PESTANA-PSDB -MG
35



Sumário

Necessidade de surgimento de líder nacional apto ao restabelecimento da esperança e da confiança no futuro do Brasil. Importância da intervenção federal na área da segurança pública no Estado do Rio de Janeiro. Defesa da revisão da legislação penal. Imprevisibilidade do cenário político brasileiro quanto às eleições presidenciais de 2018. Necessidade de realização de ajuste fiscal pelo atual governante e pelo próximo Presidente da República para a retomada do crescimento econômico. Expectativa quanto às propostas de candidatos ao Governo do Estado de Minas Gerais nas eleições de 2018. Decadência do sistema político brasileiro. Ocaso do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Participação do orador em delegação da Câmara dos Deputados a Madri, na Espanha, e Lisboa, em Portugal, destinada ao estudo dos impactos da recente crise europeia na saúde pública. Expectativa quanto às eleições presidenciais de 2018.

O SR. MARCUS PESTANA (Bloco/PSDB-MG. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, eu gostaria de deixar registrada nos Anais desta Casa uma série de reflexões acumuladas no período do recesso e do carnaval.

Nós teremos enormes desafios este ano. Esperamos que o País se reencontre com o seu destino, com o seu futuro; que a crise política seja superada, com a remoção do abismo que separa a sociedade e o sistema político.

Temos tarefas imensas: uma recuperação econômica, mas com fôlego curto, se não fizermos o ajuste fiscal e a retomada de investimentos; uma revolução educacional; um novo modelo de segurança pública a ser erguido; e a saúde, com os seus dilemas. E tudo isso passa pela sucessão presidencial.

O radicalismo não é bom conselheiro, não é bom caminho o dos extremos. Esperamos a sensatez, a experiência, a serenidade, enfim, essas características de sabedoria, de equilíbrio, de capacidade de diálogo. O caminho não é a intolerância; o caminho não é a violência; o caminho não é o radicalismo. Nós precisamos de um líder que consiga galvanizar um grande projeto nacional, dialogar com todas as forças sociais e políticas e restabelecer aquilo que é fundamental na vida de uma Nação: a esperança, a confiança no futuro e a capacidade de sonhar.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Obrigado, Deputado Marcus Pestana.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a vida é feita de sonhos, desafios, decepções, oportunidades, riscos, incertezas e ameaças. Aí residem a dor e a delícia da existência humana.

Crises, tragédias, guerras, revoluções, epidemias dividem a cena com grandes descobertas, feitos heroicos, inovações, gestos comoventes, eventos empolgantes. É a eterna busca da felicidade na trajetória da civilização, entremeada por acontecimentos que parecem transformar a vida numa busca sem sentido e lógica.

Basta ver as escaramuças entre o líder norte-coreano Kim Jong-un e o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, ou a assombrosa desfaçatez dos líderes políticos brasileiros corruptos que levaram a corrupção à sua expressão máxima de cinismo para suspeitar que alguma coisa deu errado na construção humana.

Mas o combustível da construção do futuro são a fé e a esperança. O período de festas de final de ano é propício à sua renovação. É como se os primeiros dias de janeiro trouxessem novas energias que alterassem por si o rumo das coisas. É preciso dar razão ao poeta mineiro: *"quem teve a ideia de cortar o tempo em fatias, a que se deu o nome de ano, foi um indivíduo genial. Industrializou a esperança, fazendo-a funcionar no limite de exaustão"*.

Já que assim é, vamos lá imaginar novos horizontes.

A liberdade humana não é absoluta, e o papel dos líderes não é ilimitado. As escolhas se dão dentro das margens das condições objetivas historicamente determinadas. Os processos coletivos demandam líderes que interpretem valores e projetos, mas estes só são eficientes se as condições sociais, culturais e econômicas soprarem a favor. A acidentalidade tem um papel importante, mas o destino é feito de escolhas e processos conscientes.

O ano de 2017 deixa para trás a maior crise de nossa história, iniciada nos Governos Lula e Dilma. Agora em 2018, podemos abrir janelas para a renovação do Brasil, que tem dois desafios centrais.

O primeiro deles é continuar reformando a economia, no sentido de garantir um horizonte de crescimento sustentado que gere renda para a população e bons empregos. Para isso, a tarefa número um é reequilibrar as finanças públicas, sem o que não haverá inflação baixa, juros civilizados, dívida sustentável, crescimento econômico. Isso depende fundamentalmente das políticas governamentais.



O segundo desafio é eleger um Presidente da República e um Congresso Nacional que devolvam a confiança e a tranquilidade, para a criação do clima ideal que, somado à experiência política e gerencial, nos permita superar uma crise complexa como a que vivemos.

Não há soluções fáceis para problemas complexos. O populismo e a demagogia devem ser repudiados. Em pleno século XXI, precisamos de mais sociedade, mais mercado, mais empreendedorismo, menos Estado, menos tutela.

Mas tudo começa por boas escolhas nas eleições de outubro, e isso não depende dos governos; está em nossas mãos. A esperança e a fé no País podem ser restabelecidas. Basta acertarmos em nossas decisões coletivas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na segunda-feira passada, fomos madrugados adentro na Câmara dos Deputados, discutindo e deliberando sobre o decreto presidencial que determinou a intervenção federal na área da segurança pública do Rio de Janeiro.

Foi uma medida extrema e polêmica diante das cenas chocantes e dramáticas que aconteceram nas semanas próximas ao carnaval. O Rio, símbolo do Brasil no exterior, parecia uma cidade sitiada pelo crime organizado. Chegamos ao extremo absurdo de existir um aplicativo de Internet sobre zonas com tiroteio e vias principais ilhadas pela ousadia e agressividade do tráfico.

A insegurança hoje é um dos principais problemas nacionais, principalmente nos grandes centros urbanos, mas que também envolve pequenas e médias cidades e a zona rural. A população brasileira reclama medidas urgentes e eficazes de combate à violência. Os cidadãos de bem exigem o fim da retórica vazia de planos que não saem do papel e a retomada do controle da situação através de ações efetivas que gerem resultados concretos.

A intervenção, aprovada pelo Congresso - a primeira desde a redemocratização -, é uma medida de caráter excepcional e grave. A polêmica foi grande, diante da existência de Estados da Federação com índices de criminalidade piores do que os do Rio e do fato de que as Forças Armadas são treinadas para a guerra, e não para ações de segurança pública. Mas, devido à falência do poder público estadual do Rio e à realidade única da existência de territórios vivendo à margem da ordem constitucional e do controle do Estado, não restou alternativa. A intervenção federal foi uma resposta correta e necessária.

A situação da violência não é homogênea no Brasil. Pegando o



principal indicador, o número de homicídios, vemos que, enquanto temos no País a média de 28,9 mortos por cada 100 mil habitantes, o Rio de Janeiro tem 30,6; Sergipe, 58,1; Alagoas, 52,3; e Ceará, 46,7.

Existem políticas de segurança sérias e consistentes que têm alcançado resultados positivos, como a liderada pelo Governo de São Paulo, que reduziu de 35 homicídios por cada 100 mil habitantes em 2001 para 8,02, em 2017.

A intervenção no Rio pode se transformar num laboratório para uma nova política nacional de segurança pública. Mas isso demandará criatividade, competência e ousadia. Não pode ser apenas a presença temporária das Forças Armadas nas ruas.

Há muito a ser feito. Não existem saídas simples para problemas complexos. Saídas simplistas, como armar indiscriminadamente a população, não ajudam, e a experiência dos EUA bem demonstra isso.

Nas próximas semanas, o Congresso mergulhará nessa discussão. Temos que rever a legislação penal, criar o Sistema Único de Segurança, rever criteriosamente a maioria penal, reformular a estrutura penitenciária, fechar as fronteiras para o contrabando de armas e drogas, minar a economia do crime organizado.

Ou o Brasil derrota o tráfico e as milícias, ou o futuro será, no mínimo, nebuloso.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a sabedoria mineira sempre indicou que paciência e caldo de galinha nunca fizeram mal a ninguém. A ansiedade e a pressa não são boas conselheiras. Digo isso a propósito das intensas especulações sobre a sucessão presidencial, alimentadas a cada pesquisa de opinião divulgada.

É verdade que faltam apenas 10 meses para as eleições, mas há tanta coisa para acontecer que parece equivaler a um século.

O Brasil deverá reencontrar seu destino e seu futuro, após um longo período de divórcio entre sociedade e representação política, resultante da profunda crise ética, econômica, social e política. Só as urnas poderão devolver ao Governo a força, a credibilidade, a confiança e o ambiente imprescindíveis para a modernização da economia, o ajuste das contas públicas, a retomada do crescimento e a geração de renda, emprego e bem-estar.

Mas, a nos separar das eleições de outubro, há um longo caminho, cheio de acidentes e nebulosidade.



É impossível saber qual será o estado de espírito da população na hora do voto. Hoje uma parte da sociedade mergulha de cabeça num mar de intolerância, radicalismos, intransigências, xingamentos recíprocos. Outra parte é abraçada por um sentimento de desânimo e desesperança, vocalizando ideias do tipo "todos são iguais", "não acredito mais em políticos e na política", "não vou votar em ninguém".

Na democracia, o futuro é produto das escolhas coletivas, soma do posicionamento de cada um. Virar as costas para isso e renunciar ao direito de escolha é também um posicionamento político que gera consequências. Se você não quiser participar da decisão, alguém vai decidir por você. Você pode não querer mexer com política, mas inevitavelmente a política irá mexer com a sua vida.

Será que o atual clima político vai carregar a maioria dos brasileiros para os votos branco e nulo e para a abstenção? Será que surgirá um *outsider*, como Luciano Huck? Ou a escolha se dará em torno de lideranças experimentadas e testadas? Difícil antever.

Hoje o quadro esboça uma decisão entre duas perspectivas radicalizadas, encarnadas na candidatura de Bolsonaro, de um lado, e na de Lula, Ciro Gomes e o PT, de outro. Mas o centro político democrático começa a se organizar e discutir a construção de uma candidatura calçada na experiência, no equilíbrio e no compromisso reformista. Surgem os nomes do Governador Geraldo Alckmin, do Ministro Henrique Meireles e do Presidente da Câmara, Rodrigo Maia.

Mas o cenário ainda é imprevisível. As eleições de 2018 se assemelham até agora a uma verdadeira loteria. E muitos fatos determinantes podem alterar as tendências: julgamento de Lula, decisão do TSE sobre o uso do Fundo Partidário, prévias do PSDB, mudanças partidárias e filiações até abril, recuperação ou não da economia, alianças partidárias, condenações da Lava-Jato.

Portanto, vamos *"devagar com o andor que o santo é de barro"*. Quem disser que sabe exatamente o que ocorrerá em outubro é mentiroso ou desinformado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como disse certa vez o ex-Ministro da Fazenda Pedro Malan, *"no Brasil, até o passado é imprevisível"*.

Nosso País foi uma máquina de crescimento no pós-guerra. De 1945 a 1978, tivemos a economia com a maior taxa média de crescimento de todo o mundo, cerca de 7% ao ano. Recentemente vivenciamos a maior recessão de nossa história nos 3 últimos anos do Governo



Dilma. O PIB, que representa toda a riqueza criada no País a cada ano, cresceu apenas 0,1% em 2014 e caiu 3,8% e 3,6% em 2015 e 2016, respectivamente. A renda *per capita* despencou 9,1%. Ou seja, em bom português: ficamos mais pobres.

É preciso de vez por todas que a sociedade brasileira encare sua crise estrutural, aproveitando o debate nas eleições presidenciais de 2018 para decifrar seu "enigma da Esfinge" econômico, do tipo decifra-me ou devoro-te. Para além do blá-blá-blá de populistas, demagogos ou mistificadores, é preciso nos atermos às evidências apresentadas pela realidade para mudarmos os rumos do País.

Para isso, basta um simples exercício; basta enfrentar uma pergunta direta: por que o Brasil e a Coreia do Sul tinham em 1960 o mesmo PIB *per capita* e hoje o dos coreanos é o triplo do nosso? Segundo o Banco Mundial, o PIB *per capita* da Coreia do Sul em 2016 foi de US\$ 27.538,81 e o do Brasil, de US\$ 8.649,95.

Ao lado de superar a instabilidade política dos últimos tempos, a maior tarefa do próximo Presidente da República do Brasil será continuar a introduzir reformas, ajustes e mudanças que nos devolvam o horizonte de retomada de crescimento e ampliação contínua do emprego e da renda.

O Governo de transição de Michel Temer tem produzido mudanças relevantes: alteração na regulação do pré-sal, reestruturação do setor elétrico, Taxa de Longo Prazo (TLP), reforma trabalhista, regulamentação da terceirização, teto do gasto público, discussão da reforma da Previdência.

O crescimento da economia deverá ser de 0,9% em 2017 e de 3% em 2018. A inflação de 2017 foi a menor desde 1998, 2,95%, favorecendo os mais pobres, que são os que mais sofrem com a inflação alta. Foi o menor índice desde que foi implantado o sistema de metas inflacionárias. Os juros alcançaram o menor patamar da história da SELIC, a taxa básica de juros. O desemprego continua caindo, embora ainda esteja muito alto.

Apesar disso tudo, uma das três principais agências de classificação de risco, a Standard & Poor's, rebaixou a nota brasileira. Isto é péssima sinalização para a retomada dos investimentos. E o problema central é o desequilíbrio orçamentário do setor público. Só a reforma do Estado, diminuindo seu tamanho e cortando gastos, principalmente nas despesas correntes e previdenciárias, pode assegurar a sustentabilidade do desenvolvimento.

O atual Governo e o próximo Presidente da República têm um inevitável encontro marcado com o ajuste fiscal. Sem isso, a inflação, o



desemprego, os juros e a desconfiança em relação à economia brasileira voltarão a crescer.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aproximam-se as eleições estaduais. Daqui a poucos meses elegeremos o novo Governador de Minas. Em geral, os processos eleitorais são marcados por um turbilhão de promessas, mas o próprio processo de aprendizagem vacina a população contra a demagogia e as promessas mirabolantes. O agravamento sem precedentes da crise fiscal recomenda muita atenção ao eleitor e uma boa dose de prudência aos futuros candidatos.

Na última campanha, em 2014, o atual Governador prometeu, entre outras coisas, concluir os hospitais regionais, reabrir usinas de álcool no Triângulo, implantar UMEIs (Unidades de Educação Infantil) nos 853 Municípios, criar o Bilhete Único na RMBH, construir as Linhas 2 e 3 do Metrô, criar 77 centros de especialidades médicas. Nada disso saiu do papel.

Ao contrário, assistimos a um Governo Estadual capenga, em situação pré-falimentar, confiscando recursos das Prefeituras, atrasando salários dos servidores, perdendo credibilidade junto a fornecedores. Isso, sem falar na inexistência de um programa de obras relevante.

Os atrasos na folha e o não pagamento integral do 13º são os melhores termômetros do estrangulamento vivido pelo Tesouro Estadual. Todos os sinais amarelos se acenderam. Caminhamos a passos largos para uma situação semelhante à vivida recentemente pelo Rio de Janeiro.

Na campanha, é de se esperar profunda autocrítica do atual Governador e muita ponderação dos outros candidatos. A sociedade está cansada de ilusões.

A situação de desequilíbrio orçamentário é tão profunda que a equipe econômica estadual lançou mão de arriscadas gambiarras. A primeira foi a apropriação dos depósitos judiciais. A última, o confisco de recursos dos Municípios. O Governo Estadual está desorganizando o planejamento dos administradores municipais. São bilhões de reais do ICMS, do IPVA, do transporte escolar, do FUNDEB e da saúde que deixam de ser repassados e, assim, jogam as Prefeituras em desesperadora situação.

A Associação Mineira dos Municípios (AMM) tem liderado uma luta heroica em defesa dos Municípios. O PSDB nacional entrou com ação no Supremo Tribunal Federal com o mesmo objetivo.



O diagnóstico da crise demanda uma discussão séria e clara sobre o ajuste inevitável. É preciso gerar soluções não com o aumento da carga tributária, mas com o aumento da receita, via atração de novos investimentos e resistência ao esvaziamento econômico de Minas, como o que houve quando o Governo Lula estimulou a transferência progressiva de atividades da Fiat para Pernambuco. O fim da recessão dos anos Dilma também ajudará.

No que diz respeito às despesas, é imperativa a reforma do Estado, com a diminuição e a mudança da estrutura de gastos. É fundamental enfrentar a questão previdenciária, que resulta em déficit anual de R\$ 15 bilhões como principal componente de um déficit orçamentário projetado de R\$ 8 bilhões para 2018.

Sem isso, as políticas públicas continuarão a ver despencar sua qualidade, e o Governo de Minas será cada vez mais irrelevante.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o filósofo espanhol Ortega y Gasset celebrou uma frase lapidar: *"Eu sou eu e a minha circunstância, e, se não a salvo, não salvo a mim mesmo"*. Já Napoleão Bonaparte cravou: *"Um líder é um vendedor de esperança"*. O processo de evolução civilizatória não é obra solitária; é construção coletiva de gerações. Mas o papel do líder nas grandes transformações históricas é inegável.

Hoje vivemos uma profunda crise de liderança. O sistema político está contaminado por sua desconexão com a cidadania e pelo festival de corrupção desnudado pela Lava-Jato.

O líder tem que servir de espelho para as novas gerações, deve ser admirado e respeitado. O Brasil produziu grandes líderes, mas é preciso constatar que, no entardecer da Nova República, um enorme vácuo de liderança se abre no horizonte.

Luiz Inácio Lula da Silva é o mais importante líder popular da história recente do Brasil. Tinha uma trajetória admirável: retirante nordestino, metalúrgico, líder sindical, protagonista político, caminho que o levou à Presidência. Hoje vive talvez seu ocaso, como o retrato mais acabado da decadência do sistema político brasileiro.

A primeira vez que ouvi falar de Lula foi quando ele visitou a minha Juiz de Fora, em 1975, acompanhando o então Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Paulo Vidal, que iria dar uma palestra sobre direitos trabalhistas, organizada pelo DCE/UFJF.

A cultura sindical, na época, era inspirada no sindicalismo americano.



Isso mesmo. Lula nunca foi de esquerda. Era e sempre foi um pragmático. A grande ilusão de intelectuais e militantes de esquerda e de lideranças ligadas à Teologia da Libertação é que finalmente tinham encontrado um líder operário para chamar de seu e iriam manipulá-lo a serviço da revolução socialista. Hoje o popular Presidente da República se tornou símbolo e pivô do maior escândalo da história brasileira.

Sou da escola do velho PSD mineiro. Tancredo Neves certa vez disse que adversário político não é inimigo pessoal. Não fico feliz com o triste fim de Lula. Ele foi ator central na redemocratização. Mas a Lei é pra todos. Ninguém deve se julgar acima dela. As instituições, a Constituição e as leis são as âncoras da República.

O fundamento da democracia e da vida republicana é a separação, autonomia e soberania dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. As sentenças do Juiz Sergio Moro e dos três Desembargadores da 8ª Turma do TRF da 4ª Região foram técnicas, com fundamentos jurídicos e baseadas nas provas e evidências presentes nos autos. Não há dimensão política no comportamento dos juízes, embora seja inegável que a decisão tem profundas consequências políticas.

Mas não vamos embaralhar o que tão bem Montesquieu separou. Não devemos politizar o Poder Judiciário e muito menos judicializar a política.

Líderes são vendedores de esperança, mas, às vezes, ao maltratarem suas circunstâncias, acabam produzindo decepção e desencanto.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em boa hora a Câmara dos Deputados firmou acordo de cooperação técnica com os governos espanhol e português para troca de experiências sobre a gestão de seus sistemas de saúde. Resultado disso foi o envio de uma delegação a Madri e Lisboa para estudar os impactos da recente crise europeia na saúde pública.

Digo que isso ocorreu em boa hora porque a política brasileira tem andado mais perto dos constantes casos de corrupção e mais distante daquilo que interessa a todos: a melhoria da qualidade de vida a partir de políticas públicas consistentes.

Vamos às semelhanças entre Brasil e Espanha. Os dois países ergueram sistemas de saúde gratuitos baseados no Estado de bem-estar social, lançando os dois pilares da organização da atenção à saúde: a universalidade (o acesso é para todos, sem restrições) e a integralidade (a carteira de serviços deveria cobrir integralmente as necessidades da população). A configuração dos dois foi expressão da



transição para a democracia após ditaduras. A Espanha, em 1978, e o Brasil, com a Constituição de 1988.

Mas há diferenças importantes. Primeiro, os padrões de financiamento. Enquanto cada região autônoma espanhola tem para investir na saúde pública, em média, 1.300 euros por habitante/ano, no Brasil temos apenas 300 euros *per capita*. Em segundo lugar, na Espanha há uma carteira de serviços definida em um decreto real e em normas ministeriais. Um exemplo: aparelhos para correção de problemas de audição só são ofertados até os 16 anos. Resultado: não há judicialização como no Brasil. Outra diferença, somente 8% da população tem algum tipo de assistência privada.

Visitamos o Hospital Universitário Puerta de Hierro Majadahonda, referência para 380 mil pessoas, mas que também atende a outras regiões em segmentos de complexidade como transplante, oncologia e cirurgia cardíaca.

Confesso que a estrutura arquitetônica me surpreendeu. Mais parece um *shopping*, tão espaçoso que é e tal a qualidade do acabamento. O modelo de construção e gestão é uma parceria com o setor privado. O setor público cuida de saúde; o setor privado, de construir, "alugar" e prover serviços de apoio.

Fomos também ao Centro de Salud Fuentelarreina conhecer o fantástico trabalho de atenção primária. Lá, dez médicos e dez enfermeiros cuidam de 22 mil vidas.

É interessante observar que os médicos espanhóis ganham, por 7 horas de trabalho e dedicação exclusiva, de 3 mil a 4 mil euros, ou seja, de R\$ 12 mil a R\$ 16 mil mensais.

Nem tudo são flores. A profunda crise espanhola de 2008 impactou a saúde: salários foram rebaixados, fornecedores enfrentaram enormes atrasos, carreiras profissionais ficaram congeladas. A principal medida foi o copagamento dos medicamentos. O cidadão banca até 60% do custo dos remédios, conforme a situação financeira individual. O restante continua gratuito.

O SUS, apesar de enormes avanços, no formato atual é insustentável e precisa de mudanças. E nada como conhecer experiências avançadas para não reinventar a roda a cada minuto.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, já virou lugar comum dizer que o ano só começa depois do carnaval. Parece um processo catártico coletivo que compreende a metabolização da herança do ano anterior



e a explosão das expectativas para o ano que se inicia. Isso transborda no carnaval, quando cada um pode ser o que não é, fantasiar a realidade e esculachar autoridades, *pop stars* e adversários eleitos como alvo. No sambódromo do Rio, poesia, lirismo, tradições e sátiras políticas levantam as arquibancadas. Este ano, a sensação de orfandade da sociedade nos dias atuais ganhou uma tradução no belíssimo samba enredo da Beija Flor.

Mas, tiradas as fantasias, na quarta-feira de cinzas, não há como não encarar nossa complexa realidade. É evidente que é melhor viver de fantasia, sonho e poesia, mas é preciso navegar.

Menos de 8 meses nos separam da mais complicada e misteriosa eleição da história recente do Brasil. Será um divisor de águas. A Nova República encontrará seu fecho. Não aquele sonhado por seus fundadores - Tancredo Neves, Ulysses Guimarães e Franco Montoro -, mas aquele resultante de nossas mazelas e erros acumulados nas últimas décadas. A Constituição Cidadã, como quis Ulysses, completa 30 anos, mas nem por isso consolidamos o Brasil justo, democrático e próspero com que sonhávamos.

O fundamental é que superemos a profunda instabilidade política que presidiu nossas vidas desde 2015 e transformemos o caldo de cultura de intolerância que resultou em reconstrução dos canais de diálogo. Que coxinhas e mortadelas, bolsomitos e comunistas, tucanos, liberais, conservadores e petistas consigam se xingar menos, ouvir e dialogar mais a partir das diferenças legítimas.

O Brasil precisa de um pouco de paz e calma para trabalhar e enfrentar desafios como o ajuste fiscal inadiável e a revolução educacional. O futuro Presidente, mais do que ser um super-homem, tem que ter serenidade, capacidade de diálogo e experiência para liderar um novo ciclo na história brasileira.

Faltam menos de 8 meses. Não sabemos ainda se haverá candidatos *outsiders*, nem qual será a escolha do PT. Muito menos se o fenômeno Bolsonaro se sustentará. E ainda ignoramos se o centro político democrático se unificará. Mas é daí que nascerá nosso futuro.

Nas redes sociais, cenas explícitas de pugilato virtual predominam, e esculhambar os políticos é o esporte predileto. Mas sem política não existe democracia. Sem democracia não há esperança e futuro possível.

A representação é um raio X imperfeito - mas o possível - da opinião da sociedade. No exercício radical da malhação de Judas permanente contra as lideranças políticas, esquece-se de que todos estão lá pelo voto da população. É um narcisismo invertido. Olhamos para os

representantes que elegemos e não gostamos e preferimos não enxergá-los como espelho de nossas decisões.

O ano de 2018 pede passagem! Que das nossas mãos sábias e serenas nasça um Brasil tão generoso como aquele sonhado pelos fundadores da Nova República, que agora se despede.

Documento 233/327

014.4.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	27/02/2018-15:32
Publ.: DCD - 2/28/2018 - 89	NORMA AYUB-DEM -ES	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Congratulação ao Governo Federal por decreto de intervenção federal na área de segurança pública no Estado do Rio de Janeiro. Solicitação de apoio com vista à garantia de segurança nos Estados vizinhos, em especial o Espírito Santo.

A SRA NORMA AYUB (DEM-ES. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente, gostaria de parabenizar o Governo Federal pela decisão de decretar a intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro, na defesa da vida e do patrimônio da sua população.

Peço apoio para garantir a segurança nos Estados vizinhos e promover o combate à criminalidade, através de uma ação ostensiva de repressão nas fronteiras com os Estados, em especial do Espírito Santo.

Sr. Presidente, peço que V.Exa. autorize a divulgação deste pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigada.

A SRA PRESIDENTA (Erika Kokay) - Muito obrigada, Deputada.

Documento 234/327

014.4.55.O Sessão Deliberativa Ordinária - CD 27/02/2018-17:12
Publ.: DCD - 2/28/2018 - 124 FRANCISCO FLORIANO-DEM -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Defesa da votação do Projeto de Lei nº 5.587, de 2016, sobre a regulamentação do transporte remunerado privado individual de passageiros. Necessidade de intervenção federal e social no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. FRANCISCO FLORIANO (DEM-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, estou aqui nesta tarde para reivindicar à Câmara Federal o apoio a toda classe de taxista. Convoco a Câmara para votar o Projeto de Lei nº 5.587, de 2016, já. Chega de *lobby*. Somos taxistas e vamos lutar para que se mantenha o direito. Os taxistas não aguentam mais tanta concorrência desleal.

Que se faça valer a ampla discussão que o Senado ignorou. Vamos rejeitar as três emendas. A Câmara merece respeito. Nós acreditamos que chega! Vamos dar um basta nesse dia a respeito dessa, vamos dizer, concorrência desleal que a Uber vem fazendo. Outras nações já a ignoraram e tiraram esse serviço da Uber.

Não só o Brasil merece respeito, mas também o taxista, o pai de família, que, muitas vezes, não tem mais hora, passa horas e horas trabalhando e não tem mais tempo com a família, tempo para o seu lazer. É só trabalho e trabalho, por causa dessa concorrência desleal. Então, é preciso ter respeito com as famílias do taxista. E, como faço parte dessa família, estou junto, de mãos dadas com o taxista. Vamos juntos nessa batalha e vamos vencer.

Há outra coisa: quero agradecer o Governo Federal pela intervenção federal, mas nós queremos também uma intervenção social. O social e a educação têm que atuar juntos, dentro do Estado do Rio de Janeiro e, assim, serem o exemplo para o nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Sr. Deputado.

Documento 235/327

014.4.55.O Sessão Deliberativa Ordinária - CD 27/02/2018-17:32

Publ.: DCD - 2/28/2018 - 130 CABO DACIOLO-AVANTE -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Pedido de ampliação da intervenção federal para outros Estados brasileiros. Atraso no pagamento do 13º salário dos militares. Defesa do pagamento do adicional de periculosidade para os profissionais de segurança pública.

O SR. CABO DACIOLO (Bloco/AVANTE-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Glória a Deus! Glória a Deus!

Sr. Presidente, eu trago aqui uma pergunta do povo brasileiro, em especial dos Estados do Ceará, Sergipe, Alagoas, Pará, Pernambuco, Goiás, Bahia e Acre. A pergunta que está sendo feita é a seguinte: "*Por que a intervenção federal está apenas no Estado do Rio de Janeiro, se a violência no meu Estado é tão igual ou maior que a do Rio de Janeiro?*" Então, há um pedido da Nação para que essa intervenção federal seja ampliada.

Também trago a pergunta da segurança pública a todas as autoridades do País. Lá no Rio de Janeiro, os militares estão perguntando quando vai ser pago o 13º salário deles: "*Quando vão pagar o 13º salário?*" Há também uma fala da segurança, em âmbito nacional: "*Quando a segurança pública vai ter um piso salarial?*"

A segurança pública de modo geral, todos os agentes da segurança pública - eu estou falando da Guarda Municipal, do Agente Penitenciário, da Polícia Civil, da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, da Polícia Rodoviária Federal e da própria Polícia Federal - estão perguntando a todos os Parlamentares, a todas as autoridades do País quando vai entrar nos seus contracheques o adicional de periculosidade. Esses profissionais correm risco todos os dias, saem para trabalhar e não sabem nem se vão voltar para casa.

Então, quero dizer a todos os militares que juntos somos fortes, que nenhum passo daremos atrás e que Deus está no controle.

E a Nação está pedindo: "*Intervenção federal já!*"

Obrigado, Sr. Presidente.

Glória a Deus!

Documento 236/327

014.4.55.O Sessão Deliberativa Ordinária - CD 27/02/2018-17:44
Publ.: DCD - 2/28/2018 - 136 JÔ MORAES-PCDOB -MG
CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Atitudes demagógicas do Governo Federal em relação ao setor de segurança pública. Defesa da democracia brasileira.

A SRA. JÔ MORAES (PCdoB-MG. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, caros Deputados e Deputadas, sou uma pessoa que viveu o tempo do período autoritário. Fui presa duas vezes, vivi 10 anos com outro nome, e fui hoje muito questionada: "*Deputada Jô Moraes, a senhora acha que está havendo um processo de militarização no País?*"

Eu levanto a minha grande preocupação. Por incrível que pareça, neste momento, um militar ocupa o Ministério da Defesa, o que não acontecia desde 1999. É um militar, evidentemente, que tem uma história respeitável, de compromisso com a Constituição brasileira. O General Silva e Luna tem por tradição a atitude de respeito, mas o problema não é a pessoa do General Silva e Luna - quem eu respeito -, é vivermos um momento em que um Presidente civil tenta se apoiar em medidas autoritárias para sobreviver à falta de resposta do seu Governo diante da crise econômica e política no País, ameaçando a própria democracia.

Nós estamos em um momento de profunda delicadeza da democracia brasileira. Não estão na pauta atitudes que efetivamente garantam a

segurança pública do País. Nós que exigimos um apoio da União para enfrentar as dificuldades da segurança nos Estados; nós que exigimos que se ampliem recursos para os Estados responderem a esses problemas; nós que exigimos que haja respeito aos profissionais de segurança pública - Polícia Militar, Polícia Civil, os próprios agentes penitenciários, que haja salários adequados, profissionalização e respeito à carreira deles -, estamos vendo agora uma efetiva manipulação.

Houve intervenção no Estado do Rio de Janeiro. Vejam as senhoras e os senhores, o índice de homicídios em 12 Estados do País é maior do que no Rio de Janeiro. E, para responder ao clamor do povo, é tomada uma atitude que não é efetiva à segurança pública.

Por isso, nós estamos aqui para defender a democracia, para defender o respeito às instituições e ao povo do Rio de Janeiro e do Brasil. Que o Governo dê efetivamente apoio à população, sem manobras demagógicas, mas com a liberação de recursos que assegurem uma efetiva segurança pública.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado.

Documento 237/327

014.4.55.O Sessão Deliberativa Ordinária - CD 27/02/2018-17:48
Publ.: DCD - 2/28/2018 - 137 HENRIQUE FONTANA-PT -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Caráter eleitoreiro da intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro decretada pelo Presidente Michel Temer.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esses minutos e muitos outros eu utilizarei para contribuir com o Brasil neste debate, que foi pautado de forma eleitoreira pelo Presidente Michel Temer, que nem deveria estar no exercício da Presidência. Ali está cada vez mais desmoralizado, cada



vez mais sem nenhuma confiança dos brasileiros, sem nenhuma legitimidade.

Ele assacou um tema importantíssimo para os brasileiros, que é o sentimento de insegurança e a necessidade de medidas, Deputado Helder, que devolvam a segurança a todos os cidadãos brasileiros.

Vejam aonde chegou a irresponsabilidade do Governo Temer: usar as Forças Armadas para construir, Deputado Glauber, uma pauta de caráter de *marketing* eleitoral, em torno de um assunto dramático para o povo brasileiro.

É aí que está o Brasil hoje: a absoluta anarquia das instituições. Acabaram de trocar agora o Chefe da Polícia Federal. O Diretor da Polícia Federal dura meses agora. Por quê? Porque a manipulação das investigações, o afã de abafar a investigação contra Temer, leva a estas situações.

Pois muito bem, a primeira pergunta que eu faço a este Plenário e ao País: no Espírito Santo, no Rio Grande do Sul, em Minas Gerais, em outras cidades e bairros do Rio de Janeiro, Deputado Jean Wyllys, existem ou não problemas de segurança?

O SR. JEAN WYLLYS - Sim.

O SR. HENRIQUE FONTANA - Então, por que a saída para a temática da segurança pública seria colocar as Forças Armadas nas favelas e bairros onde moram os trabalhadores pobres do Rio de Janeiro? No que essa intervenção vai alterar a segurança pública de Porto Alegre, do Rio Grande do Sul?

Ah, mas será uma laranja de amostra! Nós não queremos laranja de amostra. O primeiro desafio, se fosse para falar com seriedade sobre segurança pública, seria revogar essa lei absurda que congelou os investimentos em segurança, assistência social, saúde, educação e toda multidisciplinariedade do enfrentamento da insegurança que obviamente não será feita sem dinheiro.

Peço 1 minuto para concluir, Presidente Manato.

Essa proposta de Temer é uma grande demagogia, é uma tentativa de aglutinar uma base que está cada vez mais perdida, porque, depois de dar o golpe parlamentar com maioria nesta Casa, vê que o Governo Temer se afundou, vê que a população não aceita o Governo Temer, não aceita os resultados do golpe, aí começa o famoso efeito espanta barata na base do Governo Temer. Eles não sabem quem colocar de candidato. Não sabem se é Luciano Huck, se é Alckmin, se é Rodrigo Maia, se é Temer, se é Meirelles.

Qualquer um de vocês será o candidato do Temer. Não se preocupem com isso! A próxima eleição presidencial e o futuro da democracia brasileira serão disputados entre as forças democráticas populares da Esquerda do País e aqueles que fizeram o golpe que causa tantos prejuízos para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

Documento 238/327

014.4.55.O Sessão Deliberativa Ordinária - CD 27/02/2018-18:08
Publ.: DCD - 2/28/2018 - 144 LAURA CARNEIRO-PMDB -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Acerto da iniciativa do Presidente do Tribunal de Contas da União - TCU, Ministro Raimundo Carreiro, de apresentação de proposta de ação de controle, na modalidade de acompanhamento, sobre a intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, quero apenas fazer um registro. O Tribunal de Contas da União, através do seu Presidente, Ministro Raimundo Carreiro, apresentou uma proposta de ação de controle à intervenção no Rio de Janeiro.

Peço a V.Exa. que faça constar nos Anais da Casa a importante e relevante ação que fará o Tribunal de Contas da União acompanhando a execução de todos os recursos destinados à intervenção federal no Estado Rio de Janeiro.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Obrigado.

COMUNICAÇÃO A QUE SE REFERE A ORADORA

COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

Senhores Ministros,

Senhora Procuradora-Geral,

Nos termos do art. 28, incisos I e V, do Regimento Interno deste Tribunal, trago à apreciação deste Plenário proposta de ação de controle na modalidade de acompanhamento, com fulcro no art. 71, inciso IV, da Constituição Federal, art. 1º, inciso II, da Lei 8.443/1992 e art. 241 do nosso Regimento, conforme passo a expor.

Como é do conhecimento de Vossas Excelências, no último dia 16 de fevereiro, o Presidente da República editou o Decreto 9.288/2018, com amparo nos arts. 34, inciso III, e 84, *caput*, inciso X, da Constituição Federal¹, que trata da intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

A medida se restringe à área de segurança pública, abrangendo as Polícias Civil e Militar, o Corpo de Bombeiros e os órgãos do sistema penitenciário estadual.

Nos termos do art. 36, §1º, da Constituição da República, o decreto já obteve a aprovação das duas casas do Congresso Nacional, mediante a promulgação do Decreto Legislativo nº 10, de 20 de fevereiro de 2018, do Presidente do Senado Federal (anexado ao final desta comunicação).

Esta é a primeira intervenção federal em quase 30 anos de Constituição Democrática. Embora a deterioração das finanças do Estado do Rio de Janeiro seja uma das causas para a crise da segurança pública, a intervenção, como visto, não alcança o controle da gestão fiscal da unidade da Federação.

Trata-se, portanto, de uma oportunidade ímpar de atuação desta Corte de Contas, com potencial de gerar valiosas experiências ao controle externo.

De acordo com os artigos 1º, *caput*, e 3º, §§ 2º e 3º, do Decreto nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018, a intervenção federal prosseguirá até 31 de dezembro e o interventor - General de Exército Walter Souza Braga Netto -, além de contar com "recursos tecnológicos, estruturais e humanos do Estado do Rio de Janeiro afetos ao objeto e necessários à consecução do objetivo da intervenção", "poderá requisitar a quaisquer



órgãos, civis e militares, da administração pública federal, os meios necessários para consecução" dos mesmos objetivos (o teor integral do decreto é apresentado ao final desta comunicação).

Percebe-se, assim, que a norma é aberta quanto à possibilidade de uso dos "meios necessários" da Administração Pública Federal para o alcance dos objetivos da intervenção.

De acordo com estimativas da Deputada Federal Laura Carneiro, relatora da matéria na Câmara dos Deputados, o Estado do Rio de Janeiro não possui condições financeiras para aportar os recursos necessários à normalização de sua segurança pública.

Tal fato chega a ser notório, em face da grave crise fiscal enfrentada por essa unidade da Federação, que, por sinal, foi a primeira a aderir ao "Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal", instituído pela Lei Complementar nº 159/2017.

Esse conjunto de circunstâncias conduz, como prevê o decreto, à necessidade de aporte concorrente de recursos, do Estado e da União, para sanar - ou mitigar - o problema de segurança pública estadual.

Em que pese o caráter excepcional da intervenção, sua justificativa visa ao atendimento de um bem maior, qual seja, a necessidade de preservar direitos fundamentais e estruturas e valores institucionais caros à democracia.

O risco de desmoronamento desses direitos e valores em qualquer Estado membro afeta, em certa medida, a estabilidade dos valores constitucionais da própria Federação.

Conforme bem lecionam Celso Ribeiro Bastos e Ives Gandra Martins:

"...a regra é a não-intervenção. A União jamais deverá interferir nos assuntos próprios dos estados-membros, graças à autonomia que lhes é conferida pelo próprio Texto Constitucional e que, portanto, deve ser respeitada. Acontece que, acima desse direito dos estados-membros, está o dever ou obrigação da União de intervir, caso esteja sendo ameaçada a estrutura material, política ou constitucional do País."² (grifos acrescentados).

Nesse contexto, o Governo Federal precisará encontrar um delicado ponto de equilíbrio quanto aos gastos advindos dessa verdadeira cirurgia federativa.

Por um lado, o Estado do Rio de Janeiro manterá seu dever de aporte de recursos próprios para assegurar, o quanto possível, a manutenção das atividades de segurança pública.

De outra banda, a União também deverá arcar com os "meios necessários", segundo o decreto de intervenção, para o alcance dos objetivos.

São contribuições concorrentes, conforme já assinalei.

Observo, ainda, que, embora o parágrafo único do art. 2º do Decreto nº 9.288/2018 assinale que o "cargo de Interventor é de natureza militar", não se trata, é claro, de uma intervenção *militar*, e sim de uma intervenção *federal*, praticada ao total amparo da Constituição da República.

E conforme bem explanado no voto da relatora da matéria na Câmara dos Deputados, a Deputada Laura Carneiro, "é um ato essencialmente político- administrativo"³.

Nessa esteira, ressalto que, não obstante o caráter excepcional da ação interventiva, os atos administrativos praticados pelo interventor e seus prepostos, bem como pelos agentes responsáveis pelos repasses de recursos da União para o alcance dos objetivos da intervenção, sujeitam-se, *a priori*, a todas as normas e princípios regentes da Administração Pública.

Digo isso porque situações excepcionais geralmente atraem os gestores públicos para além da esfera da legalidade em sentido estrito, sob o fundamento de proteção a outros bens jurídicos relevantes. Isso é compreensível sob certas condições muito peculiares.

Porém a situação em tela - de intervenção - não justifica descuidos ou liberalidades orçamentárias que ignorem os primados da responsabilidade fiscal nem a prática de atos administrativos sem o necessário amparo nas normas de regência.

A regra é o respeito às leis e aos princípios da Administração Pública.

Isso posto, cumpre a este Tribunal, no fiel cumprimento de suas atribuições constitucionais de controle externo, zelar com redobrada atenção pela legalidade, eficácia e eficiência dos gastos federais que advirão desse momento excepcionalíssimo, em que teremos o uso concorrente de recursos estaduais e federais.

Em suma, a finalidade do acompanhamento ora proposto, com estreita aderência ao que dispõe o art. 241 do nosso Regimento Interno, é evitar que intervenções federais parciais em Estados-Membros ignorem as regras constitucionais e legais afetas às finanças públicas, especialmente quanto ao cumprimento das metas fiscais e das regras de gestão fiscal responsável; à geração de despesas obrigatórias de caráter continuado e ao custeio das despesas com pessoal; bom como



as demais normas e princípios do Direito Administrativo aplicáveis ao caso.

Proponho, ainda, que Segecex atue de forma integrada com o Observatório a ser criado pela Câmara dos Deputados para fiscalizar as medidas da intervenção federal⁴, bem como deverá requerer ao Ministério da Fazenda as informações necessárias referentes às finanças do Estado do Rio de Janeiro obtidas na execução do Regime de Recuperação Fiscal instituído pela Lei Complementar nº 159/2017.

Por fim, cumpre à Segecex apresentar a devida manifestação sobre o presente trabalho nos termos da Portaria-TCU 548/2017⁵, quanto aos reflexos da ação de controle em seu Plano Diretor.

Do exposto, proponho a este Colegiado seja determinado à Secretaria-Geral de Controle Externo que:

a) nos termos do art. 241 do Regimento Interno deste Tribunal, autue, por meio da Secretaria de Macroavaliação Governamental e sem prejuízo da colaboração de outras unidades técnicas, processo de acompanhamento com enfoque das despesas da União e atos administrativos praticados no âmbito da intervenção federal versada no Decreto nº 9.288/2018, cuja primeira peça deve ser a presente comunicação;

b) analise no acompanhamento as seguintes questões, entre outras que considerar relevantes:

a.1) grau de aderência às regras constitucionais e legais afetas às finanças públicas, especialmente quanto ao cumprimento das metas fiscais e das regras de gestão fiscal responsável;

a.2) geração de despesas obrigatórias de caráter continuado e ao custeio das despesas com pessoal;

a.3) grau de aderência às demais normas e princípios do Direito Administrativo aplicáveis ao caso;

b) inclua, ainda, no referido acompanhamento, as seguintes providências:

b.1) atuação integrada com o Observatório a ser criado pela Câmara dos Deputados para fiscalizar as medidas da intervenção federal⁶;

b.2) requisição ao Ministério da Fazenda das informações necessárias referentes às finanças do Estado do Rio de Janeiro obtidas na execução do Regime de Recuperação Fiscal instituído pela Lei Complementar nº 159/2017;

e) elabore as informações sobre os efeitos da ação de controle ora determinada sobre o Plano Diretor da Segecex, nos termos da Portaria-TCU 548/2017, encaminhando seus resultados à Presidência, para posterior distribuição da matéria ao relator.

Essa é a proposta que submeto a este Plenário.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 21 de fevereiro de 2018.

RAIMUNDO CARREIRO

Presidente

¹ Art. 34. A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para: (...) III - pôr termo a grave comprometimento da ordem pública;

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República: (...) X - decretar e executar a intervenção federal;

²BASTOS, Celso Ribeiro e MARTINS, Ives Gandra. *Comentários à Constituição do Brasil*. São Paulo: Saraiva. 1993, 3º vol., Tomo II, pág. 329.

³Relatório que integra a Mensagem ao Congresso Nacional nº 80, de 2018, da Deputada Federal Laura Carneiro (p. 4).

⁴Relatório que integra a Mensagem ao Congresso Nacional nº 80, de 2018, da Deputada Federal Laura Carneiro (p. 14).

⁵Art. 1º As propostas de ação de controle apresentadas ao Plenário do Tribunal, mediante comunicação ou processo, para realização durante a vigência do Plano Diretor da Segecex em curso, serão submetidas à Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex) para que aquela Unidade Básica informe:

a) o esforço e o custo estimado para realização da ação proposta;

b) o impacto da inclusão da ação no Plano Diretor em curso, com a indicação de eventuais substituições de trabalhos previamente definidos, o correspondente aumento no estoque de processos de controle externo ou outros impactos identificados.

Parágrafo único. As informações que se referem o caput serão apresentadas pelo Presidente do TCU ao Plenário que deliberará sobre:

- a) o momento de execução da nova ação de controle;
- b) qual ação de controle do Plano Diretor vigente da Segecex será cancelada.

⁶Relatório que integra a Mensagem ao Congresso Nacional nº 80, de 2018, da Deputada Federal Laura Carneiro (p. 14).

"DECRETO Nº 9.288, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018

Decreta intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso X, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretada intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro até 31 de dezembro de 2018.

§ 1º A intervenção de que trata o caput se limita à área de segurança pública, conforme o disposto no Capítulo III do Título V da Constituição e no Título V da Constituição do Estado do Rio de Janeiro.

§ 2º O objetivo da intervenção é pôr termo a grave comprometimento da ordem pública no Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Fica nomeado para o cargo de Interventor o General de Exército Walter Souza Braga Netto.

Parágrafo único. O cargo de Interventor é de natureza militar.

Art. 3º As atribuições do Interventor são aquelas previstas no art. 145 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro necessárias às ações de segurança pública, previstas no Título V da Constituição do Estado do Rio de Janeiro.

§ 1º O Interventor fica subordinado ao Presidente da República e não está sujeito às normas estaduais que conflitarem com as medidas necessárias à execução da intervenção.

§ 2º O Interventor poderá requisitar, se necessário, os recursos financeiros, tecnológicos, estruturais e humanos do Estado do Rio de Janeiro afetos ao objeto e necessários à consecução do objetivo da

intervenção.

§ 3º O Interventor poderá requisitar a quaisquer órgãos, civis e militares, da administração pública federal, os meios necessários para consecução do objetivo da intervenção.

§ 4º As atribuições previstas no art. 145 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro que não tiverem relação direta ou indireta com a segurança pública permanecerão sob a titularidade do Governador do Estado do Rio de Janeiro.

§ 5º O Interventor, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, exercerá o controle operacional de todos os órgãos estaduais de segurança pública previstos no art. 144 da Constituição e no Título V da Constituição do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 4º Poderão ser requisitados, durante o período da intervenção, os bens, serviços e servidores afetos às áreas da Secretaria de Estado de Segurança do Estado do Rio de Janeiro, da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado do Rio de Janeiro e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, para emprego nas ações de segurança pública determinadas pelo Interventor.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 16 de fevereiro de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER

Torquato Jardim

Raul Jungmann

Sergio Westphalen Etchegoyen

Carlos Marun

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Eunício Oliveira, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 10, de 2018

Aprova o Decreto nº 9.288, de 16 de fevereiro de. 2018, que "Decreta intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública".

O Congresso Nacional decreta:

Art 1º Fica aprovado o texto do Decreto nº 9 288 de 16 de fevereiro de 2018, que "Decreta intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública".

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na. data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 :de fevereiro de 2018.

Senador Eunício Oliveira

Presidente do Senado Federal

Documento 239/327

016.4.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária -28/02/2018- CD	11:40
Publ.: DCD - 3/1/2018 - 66	DAVIDSON MAGALHÃES-PCDOB -BA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Recuperação asfáltica da rodovia BA-784, no trecho entre o Município de Amélia Rodrigues e o Distrito de São Bento de Inhatá, Estado da Bahia. Falecimento do economista Theotônio dos Santos. Lançamento de editais do Programa Bahia Produtiva em benefício de comunidades indígenas e quilombolas. Transcurso do 61º aniversário da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC. Crítica do orador a ação de busca e apreensão na residência do ex-Governador da Bahia Jaques Wagner.



Preocupação do orador com retrocessos no regime democrático brasileiro.

O SR. DAVIDSON MAGALHÃES (Bloco/PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço a ampla divulgação do pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

Uso esta tribuna para parabenizar o Governo do nosso Estado, especialmente o Secretário Marcus Cavalcanti, que iniciou a requalificação asfáltica da Rodovia BA-784, no trecho que liga Amélia Rodrigues ao Distrito de São Bento de Inhatá.

Essa recuperação asfáltica é uma antiga demanda da população. Por isso, quero parabenizar também o Prefeito Paulo Falcão, todas as lideranças daquele Município e a nossa Vereadora Verônica por essa importante conquista.

Sr. Presidente, também quero registrar que, na última sexta-feira, estive no Município de Camacan, no interior do Estado da Bahia. Nessa visita, juntamente com o Diretor da Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia - SUDESB, Elias Dourado, apresentamos uma ordem de serviço para a iluminação do estádio da cidade. Estiveram presentes o Presidente da Câmara Municipal, Vereador Sargento Ferraz, além dos Vereadores Miqueias, Luís Bacalhau, Fábio da Bios e Lucas Muniz.

Parabenizo toda a população do Município, pois este é um anseio da comunidade de Camacan, no interior do sul da Bahia. Parabenizo o Prefeito Oziel, o nosso Vice-Prefeito e todos aqueles que estiveram presentes a esse evento e lutaram por essa conquista importante: a iluminação do estádio de Camacan.

Sr. Presidente, eu gostaria de registrar que, no dia de ontem, faleceu Theotônio dos Santos, aos 81 anos, vítima de um câncer no pâncreas.

Theotônio foi cientista social e, assim como eu, economista. Também foi um dos mais influentes pensadores latino-americanos na segunda metade do século XX e no início do século XXI, com dezenas de obras publicadas em diversos países, em mais de dez idiomas.

Em conjunto com Ruy Mauro Marini e Vânia Bambirra, formulou a Teoria Marxista da Dependência. Grande pensador latino-americano, deu grande contribuição à economia e às ciências sociais, formulando sobre a relação entre capitalismo, desenvolvimento, dependência e imperialismo.

Neste momento, ofereço todas as condolências pelo falecimento de Theotônio, o que representa uma perda importante para a



intelectualidade brasileira.

Peço que seja dado como lido e divulgado o meu pronunciamento sobre o lançamento de dois editais do Bahia Produtiva, voltados para os povos indígenas e para as comunidades quilombolas. Serão destinados 18 milhões de reais para esses projetos.

Além disso, eu gostaria de dar como lido nosso discurso sobre a CEPLAC e um outro sobre o nosso repúdio à perseguição política que sofre o ex-Governador Jaques Wagner.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Daremos publicidade ao pronunciamento de V.Exa. nos órgãos de comunicação da Casa.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, uso a tribuna nesta oportunidade para registrar que, por uma solicitação nossa, o Governo do Estado da Bahia já iniciou a requalificação asfáltica da Rodovia BA-784, no trecho que liga Amélia Rodrigues ao Distrito de São Bento de Inhatá.

Além da recuperação asfáltica, será realizada a sinalização vertical e horizontal, bem como a desobstrução de canaletas e bocas de lobo.

Esta obra devolverá aos moradores da região uma rodovia em boas condições de tráfego, facilitando a circulação de mercadorias. Além do Distrito de São Bento de Inhatá, o maior de Amélia Rodrigues, outras comunidades também serão beneficiadas com a obra, que irá atender cerca de 6 mil habitantes aproximadamente.

Assim, agradeço ao Governador Rui Costa e ao Secretário Marcus Cavalcanti, que acolheram as sugestões dadas por este Deputado, bem como ao Prefeito de Amélia Rodrigues, Paulo Falcão, por batalhar junto com este Deputado pela recuperação dessa rodovia do nosso Estado.

Pela importância do tema, eu gostaria que fosse divulgado, nos meios oficiais, este pronunciamento.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na manha do dia de hoje, faleceu Theotônio dos Santos, aos 81 anos, vítima de um câncer no pâncreas.



Theotônio foi cientista social e, assim como eu, economista. Foi também um dos mais influentes pensadores latino-americanos na segunda metade do século XX e no início do século XXI, com dezenas de obras publicadas em diversos países, em mais de dez idiomas, além de uma ativa militância política.

Em conjunto com Ruy Mauro Marini e Vânia Bambirra, formulou a Teoria Marxista da Dependência. Grande pensador latino-americano, deu grande contribuição à economia e as ciências sociais, formulando sobre a relação entre capitalismo, desenvolvimento, dependência e imperialismo.

Com a criação da UnB, assumiu o cargo de professor, mas logo em seguida, com o golpe de 1964, foi para a clandestinidade, refugiando-se no Chile, onde lecionou na Universidade do Chile e contribuiu para o Governo Allende. Com o golpe de Pinochet, Theotônio partiu mais uma vez para o exílio.

Professor, Theotônio sempre percebeu a necessidade de compreender a realidade latino-americana para a sua libertação, em busca de justiça social.

Hoje nos deixou uma ilustre figura da academia e da esquerda brasileira, que enfrentou golpes e regimes de exceção e buscou a verdadeira justiça social para o povo latino-americano.

Sua contribuição, entretanto, permanece viva e com ela a firmeza em continuar em combate contra os regimes de exceção que se instalam na América Latina com a face de legalidade.

Pela importância do tema, eu gostaria que fosse divulgado, nos meios oficiais, este pronunciamento.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de parabenizar o Governador do Estado da Bahia, Rui Costa, e o Secretário de Desenvolvimento Rural, Jerônimo Rodrigues.

Estive hoje no lançamento de dois editais do Bahia Produtiva, voltados para os povos indígenas e para as comunidades quilombolas. São R\$ 18 milhões para a inclusão produtiva e a agricultura familiar, em um programa que já executou R\$ 260 milhões em projetos dessa origem.

Esses dois editais, entretanto, são especiais, pois não há associações não indígenas e não quilombolas concorrendo e a forma como eles vão cadastrar suas manifestações de interesse é diferenciada. Nos editais anteriores, competia-se com o Estado todo, sem levar em consideração

as especificidades da realidade desses povos.

É uma grande vitória. As aldeias e as comunidades dirão as suas necessidades e os projetos serão montados a partir delas, buscando-se gerar mais inclusão econômica e social.

Vivemos uma ofensiva a esses povos em nosso País. A demarcação de terras indígenas por parte do Governo Federal, por exemplo, enfrenta grandes dificuldades. Já as terras quilombolas sofreram tentativa de impossibilidade de demarcação através de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI impetrada pelo Democratas, mas, felizmente, foi derrotada no STF.

Levando em conta esse cenário, com a certeza de que é através da inclusão e do investimento social que atenuaremos a crise econômica e melhoraremos a qualidade de vida e a segurança das pessoas em nosso País, vitórias como as de hoje precisam ser comemoradas e enaltecidas. Indígenas e quilombolas devem ter suas tradições e especificidades respeitadas, contando com apoio dos governos.

Pela importância do tema, eu gostaria que fosse divulgado, nos meios oficiais, este pronunciamento.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem, 20 de fevereiro, a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC completou 61 anos. Por isso, quero lembrar essa data e elogiar o trabalho da instituição, que vem incentivando e ajudando a desenvolver o setor produtivo do cacau.

Criada em 1957 - uma das unidades está sediada em Ilhéus -, a CEPLAC, infelizmente, perdeu sua autonomia no ano passado e se tornou um departamento subordinado à Secretaria Executiva do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Com isso, hoje passa por um processo de sucateamento.

A CEPLAC sempre foi uma referência para o setor agrícola, pois a sua atuação ultrapassa outras instituições rurais, porque alia pesquisa, extensão, ensino, capacitação e apoio ao desenvolvimento da cadeia produtiva do cacau.

Após passar por uma fase difícil no ano de 2017, a CEPLAC foi reduzida a uma coordenação subordinada ao Ministério da Agricultura - MAPA. Porém, com o nosso esforço e o de diversos Deputados e Senadores da bancada da Bahia, conseguimos retomar a antiga condição de órgão singular do MAPA.

Por fim, quero parabenizar os aguerridos servidores da CEPLAC, em especial do Conselho das Entidades, que estão acompanhando de perto todas as ações que visam o fortalecimento do órgão.

Vida longa à CEPLAC, com mais estrutura, valorização e incentivo!

Pela importância do tema, eu gostaria que fosse divulgado, nos meios oficiais, este pronunciamento.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o regime de exceção que se instalou com o golpe à Presidenta Dilma mostrou a sua face na Bahia. O aparato policial e judiciário, com uma agenda política a cumprir, realizou ação de "busca e apreensão" na residência de Jacques Wagner, ex-Governador da Bahia e ex-Ministro dos Governos Lula e Dilma.

É preciso termos clareza de que a agenda que se pretende cumprir é a de apagar o legado dos governos progressistas no Brasil e colocar o nosso País a serviço da elite nacional e estrangeira. Entretanto, a população reage com os índices altíssimos de rejeição à agenda que retira seus direitos e que pretende acabar com os avanços conquistados.

Enquanto isso, os processos ligados aos que governam hoje o nosso País são arquivados. Tivemos a notícia de que o processo relacionado a Paulo Preto, por meio do qual encontraram cerca de R\$ 130 milhões em contas no exterior, foi arquivado.

As forças reacionárias não conseguem sequer montar uma chapa na Bahia e, a partir desses fatos, utilizam o Judiciário para nos atacar, como foi feito nacionalmente. Wagner se firma em todas as discussões eleitorais. Assim como foi feito com o ex-Presidente Lula, estendem a perseguição a todos que possam levar o legado progressista à frente.

Mas não é só esse legado progressista que está em jogo. O que está em jogo é a própria democracia brasileira. O uso do aparato judiciário e policial de forma indiscriminada se intensifica cada vez mais.

A intervenção no Rio de Janeiro nos mostra isso e é a ponta de lança para um processo mais agudo de antidemocracia no Brasil. Hoje há, inclusive, o temor do impedimento das eleições de 2018, já que os que representam o retrocesso não conseguem ter um candidato suficientemente forte para enfrentar as urnas.

Outrora, enfrentamos o estado de exceção que afirmou seu poder pelas armas, hoje enfrentamos um estado de exceção que se firmou de



toga, silenciosamente. Contudo, é preciso enfrentar o arbítrio institucional com o mesmo vigor.

A frente política ampla e articulada que estamos construindo demonstra que não estamos isolados e que derrotaremos o retrocesso. Nos tribunais, mas principalmente nas urnas, derrotaremos esse projeto político e reestabeleceremos a democracia e o desenvolvimento econômico e social no Brasil.

A Bahia seguirá firme nesse caminho e não permitirá a volta do retrocesso em nosso Estado.

Pela importância do tema, eu gostaria que fosse divulgado, nos meios oficiais, este pronunciamento.

Documento 240/327

016.4.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 28/02/2018- CD	11:48
Publ.: DCD - 3/1/2018 - 70	ZÉ GERALDO-PT -PA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Ênfase dada pelo Governo Michel Temer à área de segurança pública em detrimento do debate sobre a crise socioeconômica brasileira. Defesa de recriação dos Ministérios da Pesca e Aquicultura e da Reforma Agrária, em face de sua relevância para a geração de emprego e renda. Necessidade da realização de investimentos na área de segurança pública.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, todos aqueles que me ouvem neste momento, o Governo do Presidente Michel Temer agora tenta esconder a crise no Brasil, o desemprego no Brasil, os efeitos da falta de investimentos e dos cortes de recursos que a lei que foi votada aqui, a lei de limite de gastos, impõem ao Brasil.

O debate sobre a segurança pública se inicia com uma intervenção no Rio de Janeiro, um sinal de que se pode começar a militarizar se



houver reação do povo brasileiro. Este Governo já sabe que este País caminha para o caos e que as revoltas sociais começarão a acontecer, e ele começa a dizer: *"Olha, qualquer coisa, eu coloco os militares para conter também as revoltas"*.

Agora, sobre a criação do Ministério da Segurança Pública, eu não contra a criação de Ministérios. Eu queria que recriassem o Ministério da Pesca, eu queria que recriassem o Ministério da Reforma Agrária, áreas produtivas neste País, em que há milhões e milhões de cidadãos, de pescadores e trabalhadores na terra que precisam de uma direção, precisam de uma coordenação, precisam de uma diretriz, precisam de formulação de políticas. E quem é que está formulando as políticas para esses setores?

Se isso não acontecer, nós temos a tendência de que, nos próximos 10 anos, muito mais pessoas que moram ainda na terra, nas áreas rurais, voltem para as cidades. É um desastre, em uma região como a amazônica, ter o povo se concentrando todo nas cidades, que não têm emprego.

Nós já temos hoje no Brasil aproximadamente 25 milhões de desempregados. Isso equivale a uns 300 Maracanãs cheinhos de gente desempregada. Isso é uma catástrofe que este Governo está aprofundando, está produzindo. Portanto, a segurança pública precisa de investimentos.

Veja bem o Estado do Pará. De repente, as pesquisas colocam Altamira, uma cidade que tem um povo trabalhador, um povo consolidado em uma região onde foram feitos inclusive assentamentos no tempo do Médici e depois nos Governos de Lula e Dilma, como uma cidade violenta.

Ora, a pergunta é a seguinte: o que o Governo do Estado está fazendo para conter esta violência? A Norte Energia, empresa que gerenciou os recursos da construção de Belo Monte, fez um convênio com o Governo do Pará para aquela microrregião de 10 ou 12 Municípios de 100 milhões de reais para ajudar na segurança pública. O Governo pega a metade da verba, aproximadamente 50 milhões de reais, para comprar um helicóptero. Ora, o que um helicóptero de 50 milhões de reais vai ajudar na segurança pública?

Enquanto isso, os policiais não têm carro. Quando têm carro, não têm gasolina. Não há investigador, não há mais policiais, não há mais delegados, e o Governo não faz concurso. Então, nós precisamos ter a inteligência policial, mas nós precisamos ter o capital humano, precisamos ter gente também para combater a violência.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Obrigado.

Documento 241/327

018.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	28/02/2018-18:52
Publ.: DCD - 3/1/2018 - 334	ARNALDO FARIA DE SÁ-PTB -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Satisfação do orador com adiamento da votação da proposta de reforma da Previdência Social.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na verdade, nós estamos aqui para registrar que hoje é dia 28 de fevereiro. Estava combinado com V.Exa. que haveria a votação da reforma da Previdência. Nós trabalhamos muito para impedir a aprovação e a própria tramitação da reforma da Previdência na Comissão Especial.

Ficamos surpresos quando o Ministro da Segurança, no dia em que foi anunciada a intervenção no Rio de Janeiro, disse que iria suspender a intervenção para votar a reforma, que a tramitação seria normal, mesmo com a intervenção, num desrespeito à Constituição brasileira, e depois voltaria a intervenção.

Esta é a razão pela qual apresentamos ao Supremo Tribunal Federal um mandado de segurança para impedir a tramitação da reforma da Previdência enquanto estiver valendo a intervenção no Rio de Janeiro.

Tenho certeza, Sr. Presidente, digo com muita alegria, de que todos aqueles que seriam prejudicados com esta matéria veem que, no dia de hoje, 28 de fevereiro, não se vota nada.

Praga de aposentado pega!

Praga neles!

Documento 242/327

018.4.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	28/02/2018-19:12	
Publ.: DCD - 3/1/2018 - 342	JHC-PSB -AL		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	QUESTÃO ORDEM QUESTÃO ORDEM	DE DE

Sumário

Questão de ordem sobre a criação, pela Casa, de Comissão Externa destinada ao acompanhamento *in loco* da intervenção federal na área de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. JHC (Bloco/PSB-AL. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Faço uma questão de ordem sobre a interpretação do art. 38 do Regimento Interno, combinado com o art. 49 da Constituição Federal.

Peço a palavra com base no art. 95 do Regimento Interno e no art. 49 da Constituição Federal, que estabelece que é de competência exclusiva do Congresso Nacional fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo.

Este Parlamentar apresentou o Requerimento nº 8.068, de 2018, para a criação da Comissão Externa destinada a acompanhar *in loco* os atos da intervenção federal na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.

V.Exa. criou, na Presidência, uma estrutura de apoio técnico ao esforço da intervenção, composto por servidores da Casa, o chamado Observatório da Intervenção. Em que pesem a relevância e o acerto da decisão de V.Exa., entendo necessária a designação de uma Comissão Externa composta por membros desta Casa, investidos do poder constitucional de fiscalização, que é exclusivo do Poder



Legislativo.

Portanto, Sr. Presidente, requiro que esta questão de ordem seja deferida e que o requerimento de criação dessa Comissão Externa seja pautado e votado, para que a Câmara dos Deputados possa exercer direta, efetiva e constitucionalmente a sua atribuição primordial de fiscalização.

O Congresso Nacional deu o aval a essa intervenção. É a primeira vez que a minha geração, após a Constituição de 1988, convive com uma intervenção federal, que ocorre no Rio de Janeiro, mas diz respeito a todos os brasileiros.

Desde a Carta Magna, mesmo antes da função de legislar, nós temos a função de fiscalizar. Então, ainda que esses servidores exerçam atribuições técnicas e tenham capacidade para tocar esse observatório, é preciso haver a investidura institucional para dialogarmos tanto com o Comandante quanto com o interventor e com as instituições, para darmos os encaminhamentos.

Quantos milhões serão gastos do dinheiro público, do dinheiro do povo brasileiro? Como nós vamos fazer? Quais são os planejamentos? O que nós temos que acompanhar a partir de agora? Nós ainda não sabemos.

Acompanhei, recentemente, uma coletiva do Sr. Braga Netto, o interventor do Rio de Janeiro, que foi chamada de coletiva da incerteza. Inclusive, os jornalistas depois tiveram que enviar suas perguntas através de *e-mail*.

Uma intervenção pública não pode ser feita de uma forma precária e improvisada. Em entrevista feita em agosto, o Sr. Braga Netto, hoje interventor do Rio de Janeiro, a quem também desejo boa sorte, disse que há um alto custo financeiro, social, logístico e psicológico para o Brasil quando há a participação das Forças Armadas.

Então, até para proteger as Forças Armadas, proteger as instituições que estão envolvidas, eu gostaria de fazer esse apelo a V.Exa., porque me incomoda, como membro deste Parlamento, não poder fiscalizar efetiva e constitucionalmente as ações da intervenção federal no Rio de Janeiro.

Agradeço a V.Exa., Sr. Presidente.

018.4.55.O Sessão Deliberativa Extraordinária -28/02/2018-
CD 19:28
Publ.: DCD - 3/1/2018 - JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ
389
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Indagação à Presidência sobre a criação da Comissão Externa destinada ao acompanhamento da intervenção federal na área da segurança do Estado do Rio de Janeiro.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (Bloco/PCdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, enquanto estamos no tempo da votação, apenas quero pedir um esclarecimento a V.Exa., que lançou o Observatório da intervenção no Rio de Janeiro e ficou de aprovar a criação da Comissão Externa dos Parlamentares. Eu gostaria de saber qual é a previsão da aprovação da Comissão Externa para acompanhamento da intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Eu vou autorizar a Comissão Externa de hoje para amanhã, sem ônus para a Câmara dos Deputados.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Obrigada, Sr. Presidente.

017.4.55.O Sessão Deliberativa Extraordinária -28/02/2018-
CD 16:44
Publ.: DCD - 3/1/2018 - SILVIO COSTA-AVANTE -PE
246
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Inconformismo com a impossibilidade de votação de proposta de emenda à Constituição durante a vigência de intervenção federal. Caráter eleitoreiro da intervenção federal na área da segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. SILVIO COSTA (Bloco/AVANTE-PE. Como Líder. Sem revisão



do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu quero me dirigir a V.Exas., sobretudo aos que são advogados, aos que evidentemente gostam de discutir a Constituição. É a primeira vez neste ano que eu estou falando pela Minoria, e, sinceramente, eu estou muito preocupado.

Veja bem, Deputado Wadih. Eu acho que só a ditadura militar fez intervenção no Congresso Nacional igual à de Michel Temer. Ele, a rigor, na minha ótica, fechou parcialmente o Congresso Nacional.

Antes de vir a esta tribuna, eu conversei com muitos advogados. Veja, a Constituição da República diz que, quando há uma intervenção em um Estado, nós não podemos votar PEC, emenda à Constituição. O Temer, como constitucionalista, sabia disso. Mas, aí, cabe uma discussão. No Rio de Janeiro, ele não fez uma intervenção no Estado; ele fez uma intervenção parcial, ele fez uma intervenção na segurança pública. Se ele interveio na segurança pública, cabe a esta Casa fazer, sim, uma consulta ao Supremo e abrir o debate sobre isso aqui.

Por exemplo, eu acho que a sociedade está pedindo para acabarmos com o foro privilegiado, mas não podemos mais acabar com isso neste ano, porque é PEC, e Michel Temer não deixa.

Este é o único Parlamento do mundo que, neste momento, está proibido de votar proposta de emenda à Constituição por conta de uma ação panfletária, ineficaz, um salto ornamental de um Presidente que não foi votado, de um Presidente acusado de corrupção. E esta Casa vai ficar aceitando isso de forma pacífica? Isso está errado!

O Presidente Rodrigo Maia deveria fazer essa consulta ao Supremo. Isso não é pacífico. Eu, por exemplo, acho que é possível, sim, votar proposta de emenda à Constituição.

Esses caras deram o golpe na Presidente Dilma, em 2016, e, depois, apareceram em uma série de gravações, dizendo: "*Temos que derrubar essa mulher para parar a Lava-Jato*".

A Lava-Jato está praticamente parada! Repito: a Lava-Jato está praticamente parada! E a sociedade, ou parte dela, lamentavelmente, está anestesiada em relação à Lava-Jato.

Eu acho, sinceramente, que o Ministro Raul Jungmann... Inclusive, ontem eu fiquei impressionado com o Deputado Alberto Fraga, do DEM, que vivia aos tapas aqui - e não eram tapas e beijos, não, eram só tapas - com o então Deputado Raul Jungmann, que tinha horror à bancada da bala. Agora a bancada da bala passou a elogiar o Deputado Raul Jungmann!

Eu até acho que, do ponto de vista do *marketing*, ele está sendo profundamente eficaz, mas em relação à intervenção no Rio de Janeiro...

Se eu fosse Deputado do Rio de Janeiro - eu respeito todos os companheiros do Rio de Janeiro, todos! -, eu viria todo dia à tribuna falar contra isso. Sabe por que, Deputado Glauber? Meu amigo, isso é uma coisa que vai dar o maior problema da história para o Rio de Janeiro.

Primeiro, quando eles fizeram a intervenção, eles disseram: "*Polícia Militar do Rio de Janeiro, Polícia Civil do Rio de Janeiro, vocês são incompetentes. Vocês não sabem cuidar de segurança. Eu vou colocar o Exército aí para cuidar da segurança*". Ponto. Só que o Exército vai sair de lá no dia 31 de dezembro deste ano. Quando o Exército sair, quem vai voltar para as ruas para cuidar da segurança é a Polícia Militar e a Polícia Civil do Rio de Janeiro. E aí qual será o efeito colateral quando eles retomarem o controle da segurança?

Sinceramente, eles jogaram para a plateia, para a opinião pública. Há pesquisas aí que mostram que eles têm 85% de aprovação. Foi uma ação eleitoreira. E, mais do que uma ação eleitoreira, e com isso eu estou indignado, foi uma intervenção nesta Casa. Isso é um desrespeito a esta Casa! Esta Casa deveria, no mínimo, ter sido consultada. "*Olha, vocês vão parar de votar PEC*".

Meu irmão, está errado o Presidente da República fazer isso com a Câmara Federal, e nós ficamos calados. O Presidente Rodrigo Maia, por quem tenho o maior respeito, não deveria ter aceitado isso. Os Líderes desta Casa não deveriam ter aceitado isso!

Documento 245/327

017.4.55.O

Sessão Deliberativa Extraordinária -28/02/2018-
CD 16:44

Publ.: DCD - 3/1/2018 - IVAN VALENTE-PSOL -SP
257

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Posicionamento do PSOL contrário ao encerramento da discussão do Projeto de Lei nº 9.160, de 2017, sobre a tipificação dos crimes de furto qualificado e de roubo com uso de explosivos e do crime de roubo praticados com emprego de arma de fogo ou resultante em lesão corporal grave. Denúncia de violação



de direitos constitucionais dos cidadãos durante a intervenção federal na área de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSOL é contra o encerramento da discussão.

Mas eu quero utilizar o tempo de Líder para comentar uma matéria que está na capa do jornal *Folha de S.Paulo* neste momento, cujo título é *Comandante do Exército defende mudança em regras de enfrentamento no Rio - Alteração permitiria que um militar alvejasse um homem na rua por portar arma*. Isso se chama licença para matar; isso se chama violação dos direitos constitucionais; isso tem nome: estado de sítio, estado de exceção.

Este Governo golpista fica decretando intervenção militar porque os militares acham que eles não têm paridade de armas com os marginais. "*Os marginais têm um exército de 20 mil homens*" - não é verdade: os marginais estão lá com os seus homens, com os seus fuzis, com as suas metralhadoras, mas eles não são o Exército Brasileiro.

Eu fico pasmo! Como podemos permitir isso no nosso País? O que vai falar o Judiciário brasileiro a respeito desse tipo de declaração, que já foi feita pelo General Augusto Heleno, quando disse que era necessário atirar primeiro e depois perguntar? Ele está dando entrevista por aí com declarações nessa direção! O Governo Michel Temer é um governo fraco, corrupto, um governo que não tem moral nenhuma!

Então, pedir que se abra mão dos direitos constitucionais para fazer uma intervenção para combater a violência, isso não é possível aceitar. Isso o Partido Socialismo e Liberdade não aceitará!

Essa questão é ilegal e precisa ser contida agora, porque estão nomeando xerifes por aí. Agora o Jungmann virou o xerife da República. E o General, então? Deputado Chico Alencar, o Comandante do Exército estava inclusive na festa de despedida do General Mourão, que, às lágrimas, disse que o grande homem deste Brasil se chamou Brilhante Ustra, um torturador, que foi chefe do DOI-CODI de São Paulo e matou muita gente. Um delinquente! É para essa gente "linha dura" que foi entregue a segurança do cidadão brasileiro?!

Uma coisa é o Exército intervir para proteger, usando sua inteligência para fazer as suas rondas, para inibir o crime. Outra coisa é o Exército ter permissão para matar, inclusive sem ter que responder perante a



Justiça comum. É disso que se trata.

E já existe a lei! É a Justiça Militar que julga. Como pode dar uma declaração dessas o Comandante do Exército, o General Villas Bôas? Não é possível aceitar. O Congresso Nacional não pode se aquietar, se acovardar, se ajoelhar, se acoeilhar. Isso é uma vergonha! Nós não podemos aceitar esse tipo de coisa.

O povo brasileiro não quer chacina, não quer matança; ele quer segurança!

Documento 246/327

017.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 28/02/2018-16:44		
Publ.: DCD - 3/1/2018 - 267	CHICO ALENCAR-PSOL -RJ			
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE	

Sumário

Orientação de bancada para votação do substitutivo oferecido pelo Relator da Comissão de Finanças e Tributação ao Projeto de Lei nº 9.160, de 2017, sobre a tipificação dos crimes de furto qualificado e de roubo com uso de explosivos e do crime de roubo praticados com emprego de arma de fogo ou resultante em lesão corporal grave. Artigo Os generais e o coronel, de autoria do orador, veiculado pelo Blog do Noblat. Efeitos das críticas do Ministro da Educação, Mendonça Filho, à oferta de disciplina opcional no curso de Ciência Política da Universidade de Brasília - UnB.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL, impossibilitado de fazer um voto no projeto do Deputado Nelson Pellegrino e na inexistência do meio voto, afirma de novo que é a favor da parte humana desse centauro e que discorda e quer muito mais debate sobre a parte meramente punitiva. A inteligência e a modernização é que trazem segurança efetivamente.

Agora, eu vejo uma orientação ali no painel, que é o mundo dos sonhos.

Fizemos a reforma política; enxugamos drasticamente o quadro partidário.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - V.Exa. vê que as coisas acontecem quando nós não imaginamos, Deputado.

O SR. CHICO ALENCAR - Pois é. Mas eu acho que é uma janelinha que logo vai se fechar, e voltará aquela cambulhada. Quem tem que definir é o voto da população.

Presidente, eu queria deixar aqui, como lido, um artigo sobre o crime organizado oficial que existe e um sobre a visita que fizemos ao Professor da UnB que está sendo censurado pelo Ministério da Educação.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e todos os que assistem a esta sessão ou nela trabalham, apresento aqui, para os Anais da Câmara, artigo meu publicado ontem (27/02), no *blog* do Noblat. Trata o artigo da intervenção federal no Rio de Janeiro contra o crime organizado que vive na favela e da falta de atitude contra o crime organizado que ocupa assentos no Governo.

Os generais e o coronel

'Aos 77 anos, Michel Temer tenta sentar praça', atirou Elio Gaspari. De fato, o "recruta" que preside a Nação apostou todas as suas fichas na intervenção do Rio. E não se faz de rogado: "foi uma jogada de mestre", autoelogiou-se.

Braga Netto e Richard Nunes são os generais que comandam a intervenção decretada por Temer no saqueado Rio de Janeiro - pelo mesmo PMDB que agora se arvora em "salvá-lo". Mas outro oficial de alta patente, e de carreira na Polícia Militar de São Paulo, é quem age há décadas como "faz tudo" de Temer: o coronel João Batista Lima.

Os generais que atuam no Rio sabem que não há crime organizado que não tenha alguma conexão com os poderes estatais. Não há investigação sobre Temer que não passe, obrigatoriamente, pelo coronel Lima. Por absurdo que pareça, há 8 meses o homem consegue escapar de simples depoimentos para os quais é convocado, em inquéritos que envolvem o presidente posticho. Sinal de que tem muito o que revelar. Sucessivos atestados médicos o livram dos interrogatórios.

Em outro plano, o diretor-geral da Polícia Federal, Segóvia, age como advogado de defesa do Temer e diz que o delegado da PF que



investiga o presidente pode sofrer sanções. Já o Ministro da Educação, ignorante da autonomia universitária, quer proibir um curso na UnB que fala em "golpe parlamentar", e a polícia de São Paulo intimou o quase nonagenário pesquisador Elisaldo Carlini, professor emérito da Unifesp e especialista no uso medicinal da cannabis, para depor sobre o simpósio "Maconha: outros saberes". Trata-se de um novo "Festival da Besteira que Assola o País", o FEBEAPÁ, criação imortal de Sérgio Porto.

Se por um lado Temer conta com o sucesso da intervenção para sobreviver politicamente, por outro reza todo dia para que Lima, Loures, Geddel e Cunha, entre outros, continuem fugindo de depoimentos ou calados. Um paradoxo, uma desfaçatez!

Temer consulta dia sim dia não os institutos de pesquisa, para ver se seus índices de popularidade sobem. Já cogita até se candidatar a presidente... "A vela está sendo esticada e começou a bater um ventinho. Se der certo, até o vampirão da Tuiuti pode virar um atributo positivo", delira seu marqueteiro, Elsinho Mouco, que faz jus ao sobrenome.

Com o discurso do combate ao crime, o Governo espera que as investigações dos crimes dos quais seus integrantes são acusados fiquem esquecidas. O Planalto está mais preocupado com votos do que com vidas.

Cada dia fica mais claro que a intervenção duradoura e eficaz para tirar o País do atoleiro é a da população consciente. Só ela quebra o poder do crime e da estupidez, inclusive oficiais.

Agradeço a atenção.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e todos que assistem a esta sessão ou nela trabalham, recentemente, tornou-se notícia nacional uma situação que deveria ser costumeira e natural em uma sociedade democrática. Falo das críticas proferidas pelo Ministro da Educação, Mendonça Filho, em razão de uma disciplina - opcional - ofertada no curso de Ciência Política da Universidade de Brasília que se propunha a discutir a atual situação da democracia brasileira.

O professor que oferta a matéria ocupa o cargo mais alto da carreira de Professor Universitário (Professor Titular) e é conhecido por sua excelência acadêmica e rigor profissional. O Prof. Luis Felipe Miguel é um entusiasta do pensamento reflexivo baseado em pesquisas sólidas e bem fundamentadas.



O problema, em tese, derivou do título dado à matéria pelo professor: *O Golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil*. Por conta disso, o Ministro da Educação acusou Luis Felipe Miguel de proselitismo político e afirmou ser um absurdo que um professor universitário crie matérias de acordo com suas perspectivas e visões de mundo. O MEC ameaça recorrer à AGU, ao CTU e até ao MPF para proibir o curso e apurar improbidade administrativa.

O episódio evidencia a falta de preparo e compreensão do atual Ministro quanto à natureza do trabalho acadêmico e do ambiente universitário. A liberdade de expressão e de pesquisa são corolários de qualquer instituição de ensino que se preze, cabendo a nós lembrar que universidades renomadas dos Estados Unidos, da Europa e da Ásia se destacam pela amplitude com que se discute e se testa o conhecimento.

Rapidamente a notícia se alastrou pela comunidade acadêmica brasileira, e o ex-Reitor da Universidade de Brasília, Prof. José Geraldo de Sousa Junior, ingressou com ações judiciais e administrativas em desfavor de Mendonça Filho. Igualmente, como forma de protesto e solidariedade, diversas universidades públicas pelo País se comprometeram a oferecer matérias semelhantes nos cursos de sociologia ou ciência política. Até agora, a UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), a UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas), a UFC (Universidade Federal do Ceará), a UEPB (Universidade Estadual da Paraíba), a UFBA (Universidade Federal da Bahia) já colocaram em seus currículos e a Universidade Federal de Sergipe (UFS), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) demonstraram interesse em fazer o mesmo.

A fim de me juntar a esses esforços, hoje participei de um ato de solidariedade ao Professor e à liberdade de Cátedra universitária na Universidade de Brasília. Reafirmei, lá, o compromisso do PSOL com a Constituição no que tange à liberdade de expressão, mas, também - e sobretudo - com a autonomia universitária.

Sem universidades com capacidade crítica e incentivo ao pensamento livre, nosso País estará fadado a sempre repetir e se subjugar a pensamentos alheios. Será parte de nossa vitória política, como povo, o reforço material e cultural das universidades públicas no Brasil.

Agradeço a atenção.

017.4.55.O Sessão Deliberativa Extraordinária - 28/02/2018-
CD 16:44

Publ.: DCD - 3/1/2018 - JOSÉ GUIMARÃES-PT -CE
290

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Nota Repúdio à intervenção miliar, assinada por diversas personalidades e entidades de direitos humanos.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, apenas quero dar como lida uma nota assinada por várias entidades: Jornalistas de Goiás, Juristas pela Democracia, Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas - IIEP, Comitê Popular de Santos - Memória, Verdade e Justiça, Frei José Alves. Seguem várias personalidades e instituições que estão em luta pela democracia no nosso País.

Essa nota repudia a intervenção militar do Rio de Janeiro e apela para que os democratas do País possam acompanhar para evitar, para impedir qualquer quebra de direitos ou qualquer agressão ao Estado Democrático de Direito.

Este é o conteúdo dessa nota que eu peço para dar como lida, Sr. Presidente.

Muito obrigado!

NOTA A QUE SE REFERE O ORADOR

Repúdio à intervenção militar

Nós, lutadores e lutadoras que sempre fomos e somos das liberdades democráticas, dirigentes, integrantes e apoiadores(as) de comissões, comitês, coletivos e fóruns da Memória, Verdade, Justiça e Reparação; ex-presos políticos e familiares dos mortos e desaparecidos da ditadura civil militar, manifestamos o nosso mais veemente repúdio à intervenção militar na segurança pública do Rio de Janeiro.

Registramos a nossa preocupação com as consequências práticas dessa iniciativa do ilegítimo governo Temer. E denunciemos os riscos da repetição de crimes verificados durante os trágicos 21 anos da



ditadura civil militar no Brasil.

Desde o golpe parlamentar-jurídico-midiático que retirou Dilma Rousseff da presidência da República, em 2016, a situação do país mais vem se agravando em todos os aspectos. O aprofundamento do neoliberalismo, como exigência de Washington e do capital financeiro interno e externo, passou a apresentar um resultado pior que o conhecido durante o governo Fernando Henrique Cardoso. Está aí o exemplo do crescente aumento do desemprego (14,2 milhões de desempregados), da precarização do trabalho, da pobreza, da desigualdade e da exclusão social.

Houve o recrudescimento da violência no campo, atingindo trabalhadores rurais e povos indígenas. Em Mato Grosso, por exemplo, fazendeiros promoveram um massacre, assassinando nove agricultores de um assentamento. E, no Maranhão, jagunços feriram 13 indígenas. Dois tiveram as mãos decepadas e outros foram parcialmente esquartejados, enquanto um deputado do PTN, apoiador de Temer, dizia não aceitar a permanência deles naquela terra. Em Brasília, com bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha, um forte esquema militar reprimiu o protesto de quatro mil índios de 200 etnias diferentes.

Para enganar maiores parcelas da população, levando os paneleiros e falsos patriotas para a rua, usou-se o repetido discurso do combate à corrupção. Mas, assumindo o governo, Michel Temer convocou para os gabinetes e corredores palacianos alguns dos políticos mais corruptos do país. Se todos não estão hoje na cadeia, eles são facilmente identificados pelo povo, porque foram vistos na televisão carregando mala de dinheiro ou apresentados como principais responsáveis pelas malas e sacolas escondidas em apartamento de luxo.

Por tudo isso, a situação pode ser mais grave do que se imagina. Desde as primeiras iniciativas com vistas ao impeachment de Dilma Rousseff, as articulações dos golpistas consideravam a participação direta dos militares nesse processo, levando-se em conta as experiências das Forças Armadas. O general Sérgio Etchegoyen, chefe do Estado Maior do Exército Brasileiro, teve e está tendo papel de grande relevância nos encaminhamentos relacionados à inteligência e à área considerada de segurança.

Sérgio Etchegoyen é filho de Leo Guedes Etchegoyen, um dos mais duros torturadores durante a ditadura militar. Ele perseguiu, prendeu e torturou sindicalistas e membros de movimentos de direitos humanos. A intervenção federal no Rio de Janeiro e a criação do novo Ministério da Segurança Pública contaram com a colaboração de Sérgio Etchegoyen, que organiza a ampliação da presença dos militares no governo, monitora as mobilizações populares e busca alternativas para

endurecimento do regime.

As ações das Forças Armadas e do general Braga Neto, que comanda a intervenção, já revelaram o nível da atuação militar nas comunidades do Rio de Janeiro. Por isso, buscam providências, alertados pelo general Eduardo Villas Boas, que possam afastar a possibilidade da criação de futura Comissão da Verdade. A Federação de Favelas do Estado do Rio de Janeiro se manifesta contra a intervenção militar. E esclarece: "Precisamos de uma intervenção que nos traga a vida e não a morte. O Exército é treinado para matar e atuar em tempos de guerra. As favelas nunca declararam guerra a ninguém".

Finalmente, dirigimos um apelo a todas as entidades sindicais, populares, democráticas e religiosas. A todos os movimentos e personalidades que defendem os direitos humanos. Que nos unamos na luta em defesa da democracia e de um país verdadeiramente livre, soberano. É preciso corrigir a aplicação da Lei da Anistia, para que a impunidade dos crimes contra a humanidade cometida pelos agentes do estado de 1964 não sirvam de exemplo e estímulo na intervenção militar do Rio de Janeiro de 2018. Vamos exigir a punição dos algozes que, durante a ditadura civil militar, cometeram crimes contra a humanidade. E exigimos o cumprimento das 29 recomendações da Comissão Nacional da Verdade.

Não aceitamos a intervenção militar na segurança pública do Rio de Janeiro, nem outra intervenção militar em qualquer instância da vida democrática nacional.

Goiânia, 27 de fevereiro 2018

Rede Brasil, Verdade, Memória e Justiça

Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos

Comissão de Justiça e Paz no Brasil

Coletivo Catarinense Memória, Verdade e Justiça Comitê Goiano de Direitos Humanos Dom Tomás Balduino

Fórum Memória, Verdade e Justiça do Espírito Santo

GTNM-BA - Grupo Tortura Nunca Mais - Bahia

Fórum dos Trabalhadores por Verdade, Justiça e Reparação

Centro de Direitos Humanos e Memória Popular de Foz do Iguaçu - CDHMPFI

Comitê pela Memória, Verdade e Justiça de Teresina - Piauí Comissão da Verdade, Memória e Justiça do Sindicato dos

Jornalistas de Goiás

Juristas pela Democracia - Goiás

Intercâmbio de Informações Estudos e Pesquisas - IIEP

Comitê Popular de Santos por Memória, Verdade e Justiça

Frei José Fernandes Alves - OP - provincial da Província Dominicana
Frei Bartolomeu de Las Casas

Pedro Wilson Guimarães - ex-presidente da Comissão Nacional dos Direitos Humanos da Câmara dos Deputados;

Norton Nohama - membro da Comissão da Verdade, Memória e Justiça do Paraná;

Ivete Caribé da Rocha - Advogada (OAB-PR 35.359)

Pinheiro Salies - presidente da Comissão da Verdade, Memória e Justiça do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de Goiás e vice-presidente da Comissão Nacional de Ética dos jornalistas (Fenaj);

Laurenice (Nonô) Noletto Alves - jornalista e escritora, viúva de ex-prespo político e secretária da Comissão da Verdade, Memória e Justiça do Sindicato dos Jornalistas de Goiás.

Documento 248/327

019.4.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária	-01/03/2018-
	CD	09:16
Publ.: DCD - 3/2/2018 -	BENEDITA DA SILVA-PT -RJ	
25		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	DISCURSO

Sumário

Posicionamento da oradora no tocante à intervenção federal na área de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro. Apoio ao pleito de lideranças



comunitárias por intervenção social em favelas do Rio de Janeiro.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu assisti atentamente à primeira coletiva dos generais da intervenção militar no Estado do Rio de Janeiro.

Depois desses 10 dias, Deputado Wadih, eu tive a impressão de que a situação é indefinida. Não se tem, verdadeiramente, um programa que justifique a continuidade, indevida, da intervenção militar. O que nós observamos foram evasivas e promessas. Disseram que iriam aperfeiçoar - foi a minha impressão - o método de intervenção, mas na verdade, não apontaram para nenhuma outra política que desse garantias para aquelas comunidades, como uma intervenção social, o que daria sustentação, ou, quando nada, que pelo menos justificasse a presença dos militares na entrada das comunidades, por que não vemos militares pelas ruas do Estado do Rio de Janeiro, mas apenas, ou principalmente, naquelas nessas regiões.

E há algo interessante que, eu tenho certeza, Sr. Presidente, V.Exa. também deve estar a se perguntar: por que gastar tantos recursos com uma enorme mobilização militar, se o que nós ouvimos é que a polícia continuará procurando e capturando bandidos? Justifica-se essa intervenção? Esses recursos não poderiam estar sendo destinados para mudar a situação dentro das comunidades, para acabar com o medo em que essas comunidades estão vivendo?

Domingo eu estive, por exemplo, na Cidade de Deus. Lá eles já conhecem esse tipo de intervenção. Lá eles têm problema de saneamento, de moradia, de educação, de saúde, de lazer, de cultura. Quando os militares saem, as coisas continuam na mesma situação. Então, é essa a intervenção que as comunidades estão desejando que se faça, Sr. Presidente. E nós estamos trabalhando junto com a Federação das Favelas do Rio de Janeiro, que está também, dentro do seu fórum, acompanhando toda essa intervenção, com esta mesma preocupação: não vai ficar nada, absolutamente nada.

O Presidente desta Casa também montou o Observatório Legislativo para acompanharmos a intervenção. Mas isso é o mínimo! Mesmo que se estude alguma proposta de educação, de cultura, Deputado Wadih, nós sabemos que não está havendo, de imediato, nenhuma intervenção social. Por que as UPAs não deram certo? Exatamente porque faltou inteligência na capacitação dos policiais, e porque não houve uma ocupação social de verdade, que pudesse justificar a presença de um aparato militar que, num primeiro momento, serviria para dar segurança às comunidades, não apenas à cidade como um

todo.

Então, Presidente, fica aqui o meu registro, o qual peço que seja divulgado pelos meios de comunicação desta Casa.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Obrigado, Deputada Benedita da Silva.

Solicito que seja dada ampla divulgação ao seu pronunciamento pelos órgãos de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, acompanhei atentamente a primeira coletiva com os generais da intervenção militar do Temer no Rio de Janeiro. A impressão que me passou é que muita coisa está indefinida, mesmo já passados 10 dias desde o início da intervenção.

Houve mais evasivas e promessas de aperfeiçoamento do que esclarecimento real. Tudo isso só aumenta a nossa suspeita de que não se faz segurança pública com intervenção militar. Se a polícia continuará procurando e capturando bandidos, para que então gastar tantos recursos com uma enorme mobilização militar?

O clima nas comunidades continua sendo de medo e muita apreensão. No último domingo eu estive reunida com as lideranças da Cidade de Deus, e todos foram unânimes em criticar a intervenção militar, por já terem conhecimento de outras intervenções.

As lideranças comunitárias não querem algo que comprovadamente não dá certo. Em vez de intervenção militar, o que querem é intervenção social, com ações concretas na saúde, educação, saneamento, moradia, lazer, transporte, esporte e cultura. Esse tipo de intervenção nunca chega, ou quando chega é a conta-gotas, como se fosse uma dádiva de políticos.

Registro aqui essa minha preocupação, e, junto com a Federação das Favelas do Rio de Janeiro - FAFERJ e demais entidades comunitárias, nós estaremos acompanhando semanalmente os desdobramentos dessa decisão mais política do que de segurança pública, como a sociedade já começa a perceber.

Era o que eu tinha a dizer.

Documento 249/327

019.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	01/03/2018-09:24
Publ.: DCD - 3/2/2018 - 28	POLLYANA GAMA-PPS -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Solicitação ao Ministro Extraordinário da Segurança Pública, Raul Jungmann, de implantação do sistema de videomonitoramento de rodovia na região do Vale do Paraíba, Estado de São Paulo. Expectativa de criação de plano nacional de segurança pública.

A SRA. POLLYANA GAMA (Bloco/PPS-SP. Sem revisão da oradora) - Sra. Presidente em exercício, colegas Deputados e população brasileira, em especial do Vale do Paraíba, São Paulo, venho a esta tribuna primeiramente para cumprimentar o Ministro Raul Jungmann, que assume agora a Pasta da Segurança Pública do nosso País.

Assume com isso também uma série de expectativas da população, porque todos nós sabemos que segurança é uma necessidade humana pela qual temos de zelar. Como bem disse o Ministro em seu pronunciamento, temos de entender segurança como direito de todos e zelar para que esse direito seja garantido.

Eu gostaria de destacar alguns pontos do pronunciamento do Ministro, por exemplo, sua visão integrada a respeito da segurança. Todos nós cidadãos, União, Estados e Municípios, temos deveres a cumprir para podermos usufruir do direito à segurança em nossos locais de convivência.

Quero ressaltar ainda que o Ministro enfatizou que uma das ferramentas a ser utilizada será o videomonitoramento, para o qual se tem uma proposta de ampliação bastante pujante, se assim podemos denominar, nos próximos meses.

Nesse sentido, eu quero aqui também enfatizar um pleito que tenho feito, desde o ano passado, logo que assumi - na verdade, desde o final do ano de 2016, mas com ênfase no ano de 2017 -, quando tive

acesso a estudos de especialistas em segurança pública do Estado de São Paulo e da Região Metropolitana do Vale do Paraíba. Com base nesses estudos, solicitamos o repasse de recursos federais para compor um sistema de videomonitoramento inteligente ao longo da Via Dutra, integrado com outras rodovias.

Por mais que tenhamos conquistado alguns avanços em termos de diminuição nos índices de violência, infelizmente nós ainda temos a insistência da criminalidade no que se refere a roubo de cargas e tráfico de drogas. Nessas duas situações, a Via Dutra e outras rodovias são utilizadas pela criminalidade.

Por essa razão e também por uma série de estudos já realizados em outros locais onde se verifica a eficiência e efetividade do videomonitoramento, é que reitero o pedido que tenho feito desde o ano passado. Inclusive já enviei mensagens ao Ministro, desde que ele assumiu. Com já afirmei aqui, encaminhei ofício ao Ministério da Justiça e agora o apresento ao Ministério da Segurança Pública, na pessoa do Ministro Raul Jungmann, para que o videomonitoramento seja uma realidade na Região Metropolitana do Vale do Paraíba, dada a sua posição estratégica e também por estarmos ali, na divisa com o Estado do Rio de Janeiro. Em razão da intervenção federal, prevemos possibilidade de impactos na nossa região.

São essas as minhas considerações. Espero realmente que o videomonitoramento seja implantado no plano de segurança pública do nosso País e, em específico, também no plano em desenvolvimento pelo interventor federal no Rio de Janeiro.

Muito obrigada.

Documento 250/327

019.4.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária	-01/03/2018-
	CD	09:36
Publ.: DCD - 3/2/2018 -	BENEDITA DA SILVA-PT -RJ	
31		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	DISCURSO

Sumário



Crescimento do desemprego no Brasil durante o Governo Michel Temer. Convicção da oradora no caráter eleitoreiro da intervenção federal na área de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, dados recentes da Pesquisa

Nacional por Amostra de Domicílios apontam que o desemprego cresceu neste País. São 12,7 milhões de brasileiros que dormem e acordam sem trabalho.

Nós tivemos nesta Casa a reforma trabalhista e vimos a base do Governo repetir o mantra dito por Temer e por Meirelles, após a reforma da Previdência, de que teríamos muitos empregos e a situação estaria resolvida. Aí eu pergunto, 3 meses depois: cadê os empregos? O golpe comeu? Não é possível. Enquanto isso, faz-se uma intervenção no Rio de Janeiro, onde não há emprego, e fecham-se as universidades. As pessoas estão sem saneamento e ainda precisam de moradia e de uma série de direitos sociais, mas o Governo cortou e congelou os recursos que poderiam atender a essa população. Nós estamos vendo essas atitudes.

Então, Sr. Presidente, nós temos que denunciar em todos os momentos. Nós não podemos esquecer que durante esses debates da reforma trabalhista iria acontecer o milagre brasileiro do emprego, da empregabilidade. Não podemos abrir mão disso. Não somos nós que estamos falando, são pesquisas que constatam isso nesses exatos 3 meses. É por isso que nós não podemos aceitar um discurso eleitoreiro sobre intervenção militar no Rio de Janeiro, em que o Governo não resolve os problemas, contribui com a violência e com o desemprego e não encara com seriedade uma comunidade que tem prestado serviços ao País. Aquela comunidade desce para enriquecer cada vez mais os ricos, limpando a sujeira de cada um de nós, fazendo com que a cidade funcione e fazendo com que as universidades funcionem. Então, está na hora de fazer uma bruta intervenção, de acordo com essa pesquisa, não mais com esse disparato que tem sido esse Governo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Obrigado, Deputada Benedita da Silva.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, o desemprego em nosso País cresceu no trimestre encerrado em janeiro deste ano, atingindo 12,7 milhões de brasileiros. Ou seja, são quase 13 milhões de pessoas que acordam e dormem todos os dias sem trabalho.

Não podemos esquecer jamais que durante os debates sobre a reforma trabalhista, aqui nesta Casa, muitos Parlamentares da base desse Governo ilegítimo repetiram o mantra de Temer e Meireles, que garantiam que empregos seriam gerados logo que essa aberração da reforma trabalhista fosse implantada.

Exatos 3 meses depois eu pergunto: cadê os novos empregos? O golpe comeu?

É por isso que não é possível aceitar o discurso eleitoreiro de um governo sobre intervenção militar no Rio de Janeiro enquanto um dos problemas que contribuem com a violência, o desemprego, não é encarado de frente.

Finalizo este pronunciamento deixando um recado para o senhor golpista Temer: menos *marketing* e mais seriedade e respeito com o povo brasileiro.

Era o que eu tinha a dizer.

Documento 251/327

019.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	01/03/2018-10:16
Publ.: DCD - 3/2/2018 - 42	LUIZ COUTO-PT -PB		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Alerta sobre a existência na Carta Magna de impedimento à instituição da pena de morte no País. Posicionamento do orador contrário à intervenção federal na área de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.



O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, parece que as pessoas não leem a Constituição. Trata-se de cláusula pétrea, a pena de morte é proibida no Brasil. Essas pessoas que estão defendendo a pena de morte devem ser responsabilizadas. Só uma nova Constituinte pode modificar a Constituição nesse sentido.

Mas eu quero deixar como lido, Sr. Presidente, pronunciamento que faço sobre qual é a principal preocupação do povo brasileiro hoje. São inúmeras as respostas. Porém, é unânime o pensamento. Todos querem paz, liberdade, um bom trabalho, uma carreira e uma família.

Eu quero também demonstrar que o Sr. Temer, ao convocar os Governadores, quer a intervenção em todos os Estados. Isso é brincadeira! Não dá para aceitar essa situação.

Quem defende pena de morte não pode estar nesta Casa!

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, qual é a principal preocupação do brasileiro hoje?

Senhoras e senhores, essa afirmativa intriga as famílias brasileiras. São inúmeras as respostas. Porém, é unânime o pensamento. Todos querem paz, liberdade, um bom trabalho, uma carreira e uma família.

Mas, os planos arquitetados pelo Governo Federal para que a família brasileira seja livre e democrática não estão de acordo com as leis, a justiça e a paz.

Nos últimos dias, o Governo golpista de Michel Temer conturbou ainda mais as relações entre o povo e seus projetos democráticos.

A intervenção militar no Estado do Rio de Janeiro está criando um mal estar na civilização e seu projeto está encabeçando uma falsa paz.

Todos nós sabemos que aquilo que foi imposto por esse decreto aprovado ontem, nesta Casa, não vai resolver a problemática do tráfico de drogas, da criminalidade e muito menos trazer paz aos moradores do Estado do Rio de Janeiro.

Ulysses Guimaraes já proclamava: *"Democracia é a vontade da lei que é plural e igual para todos, e não a do príncipe, que é unipessoal e*

desigual para os favorecimentos e privilégios".

Ulysses Guimarães, o pai da Constituição, sabia muito bem o que era democracia e liberdade. Ele apregoava uma liberdade sem privilégios e favorecimentos.

O que acontece no Estado do Rio de Janeiro é o que vem ocorrendo em alguns países que forjaram uma ditadura e escravizaram o povo: retiraram seus direitos e amarraram suas mãos; sucumbiram seus sonhos e criaram mecanismos de controle paralelo. A voz de ordem é: *"Se não obedecer às minhas regras, vai morrer"*.

Olhem o mal estar que estão criando. Um general preocupado com uma nova Comissão da Verdade, que não quer se incomodar com casos de tortura e morte durante o período da intervenção.

Eles querem uma licença para matar, sem serem por isso julgados?

Parem aí, senhoras e senhores! Estamos mesmo criando um estado paralelo ao que determina nossa Constituição?

Se o Exército fosse resolver a questão do controle de armas, do extermínio das drogas e da criminalidade, já teria resolvido há muito tempo, quando ficou nas ruas prestando serviço no Estado do Rio de Janeiro, por 1 ano.

Não sou contra o Exército. Apoio seus trabalhos, dentro dos parâmetros estabelecidos pela legislação vigente. Sei também que é uma das três Forças Armadas que o Brasil possui, com objetivos claros em defesa da Nação. Mas a problemática de se colocar o Exército nas ruas do Estado do Rio de Janeiro não é somente porque o Exército está nas ruas "combatendo o crime", mas porque a situação que está sendo posta é uma chamada para a nova ditadura.

As restrições às liberdades e à participação política reduzem a capacidade cidadã de atuar na esfera pública e empobrecem a circulação de ideias no País. Não podemos aceitar outra ditadura. Colocar o Exército brasileiro nas ruas exercendo poder de polícia é errôneo, inconstitucional e lamentável. Já que não se trata de enfrentar os verdadeiros e permanentes desafios da segurança pública, muito menos resolvê-los, a que serve a intervenção? Suas funções são todas de natureza eminentemente política.

Cadê as políticas para combater as drogas? Cadê a reforma do modelo policial e o ciclo completo das polícias, com a mudança do art. 144 da Constituição - por exemplo, com a aprovação da PEC 51/13 que o Senador Lindbergh Farias apresentou? Cadê a repactuação entre o Estado e as comunidades que vivem em territórios vulneráveis, em

especial a juventude, de modo a que as instituições policiais deixem de ser parte do problema e se transformem em parte da solução?

Para o vampirão, dar a licença para matar, atropelando os mais pobres, resolveria a problemática da violência e diminuiria o número de pobres no País. Isso não é política resolutiva, isso é extermínio.

Era o que tinha a dizer.

Documento 252/327

019.4.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 01/03/2018- CD 10:56
Publ.: DCD - 3/2/2018 - 82	HUGO LEAL-PSB -RJ
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	RECLAMAÇÃO DISCURSO

Sumário

Reclamação contra o atraso na instalação da Comissão Externa destinada ao acompanhamento da intervenção federal na área de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. HUGO LEAL (Bloco/PSB-RJ. Reclamação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na última segunda-feira, eu ingressei aqui na Casa com um requerimento de constituição de Comissão Externa. Refiro-me ao Requerimento nº 8.067, de 2018, que solicita a criação de uma Comissão Externa para o acompanhamento dos trabalhos de intervenção federal em meu Estado.

Hoje é quinta-feira e ainda estou aguardando essa movimentação. Já foi até instalado o Observatório Legislativo, mas ainda não foi instalada a Comissão Externa, que tem previsão regimental no art. 38. Inclusive, esse pedido que eu fiz é sem ônus para a Casa.

Portanto, eu gostaria de saber de V.Exa. e da Presidência por que essa Comissão ainda não foi instalada ou, pelo menos, se já foram designados os nomes, até porque a intervenção federal já está decretada no meu Estado, e nós precisamos fazer esse acompanhamento. E o instrumento regimental que existe para fazer

esse acompanhamento é exatamente a Comissão Externa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Atendendo a todos os pedidos dos Parlamentares, a Presidência desta Casa vai criar esta Comissão, no dia de hoje, sem ônus para o Parlamento brasileiro.

Esta é a informação oficial que eu gostaria de passar a V.Exa., Deputado.

O SR. HUGO LEAL - Então, eu agradeço a V.Exa. Eu ficarei aqui, de sentinela, durante todo o dia de hoje, aguardando a criação desta Comissão. Inclusive, já me coloco à disposição.

Documento 253/327

019.4.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 01/03/2018- CD	10:56
Publ.: DCD - 3/2/2018 - 102	JOÃO CAMPOS-PRB -GO	
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA		PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Artigos Jerusalém, cidade santa, da jornalista Waldineia Ladislau, e Reforma Protestante, de autoria do orador, publicados pelo jornal O Popular, de Goiânia, Estado de Goiás. Apoio à intervenção federal vigente na área de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. JOÃO CAMPOS (Bloco/PRB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, inicialmente, eu gostaria de requerer que conste dos Anais desta Casa dois artigos publicados no jornal *O Popular*, de Goiás, que fazem uma abordagem muito atual e interessante: *Jerusalém, cidade santa* e *Reforma Protestante*. Repito, eles trazem uma abordagem atual e interessantíssima. Requeiro, portanto, que constem dos Anais da Casa.

Sr. Presidente, o Presidente Michel Temer tomou a medida recente em relação ao Estado do Rio de Janeiro da intervenção federal, que eu apoio, acho que é necessária. A população está entendendo isso também. Agora, nós não podemos nos iludir de que a intervenção traz, por si só, mecanismos extravagantes, extraordinários de restrição de direitos, de determinadas garantias, para fortalecer o Estado na proteção do cidadão e no enfrentamento especialmente do crime



organizado.

Ficou parecendo, no primeiro momento, quando o General Braga Netto defendeu, com o Ministro Raul Jungmann, o mandado de busca e apreensão coletiva, que aquilo derivava da intervenção. Não, a intervenção cria uma figura centralizadora da gestão - no caso específico do Rio de Janeiro, da área de segurança pública -, mas não cria nenhuma medida extravagante, nenhuma restrição de direito. O interventor e as polícias terão que continuar trabalhando com o ordenamento jurídico atual.

Se o Presidente da República, diferentemente da intervenção, tivesse decretado estado de defesa, aí sim seria possível restrição de direitos - inviolabilidade do domicílio, inviolabilidade das comunicações, direito de reunião e outras medidas, inclusive prisão independentemente de flagrante ou de mandado judicial. Mas não foi estado de defesa que foi decretado, foi intervenção.

Por outro lado, o estado de defesa, além de ser uma medida muito mais dura, não atenderia, dada a exiguidade do tempo. Ele só pode ser decretado por 30 dias, podendo ser prorrogado por mais 30 dias. Aí, exauriu-se. A intervenção vai até 31 de dezembro.

O que quero deixar claro é este aspecto: a intervenção não traz por si só a possibilidade de restrição de direitos, ainda que para proteger a sociedade.

Penso que o maior legado da intervenção será preparar as Polícias fluminenses - Civil e Militar -, estruturar, investir em tecnologia, em pessoal, para, daí por diante, elas darem continuidade a uma política de segurança, após 31 de dezembro, quando se encerrará a intervenção.

Eu manifesto meu apoio, mas faço esses registros, que me pareceram necessários.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O ORADOR

Reforma Protestante

João Campos, Deputado Federal (PRB), pastor evangélico e delegado



de polícia.

O mundo celebra com alegria e orgulho 500 anos da Reforma Protestante com a convicção de que a fé reformada trouxe imensa contribuição social. Trata-se de fato mais do que histórico, pois oferece inúmeros desdobramentos jurídicos, científicos e, sobretudo religiosos.

Temos hoje em Goiás, por exemplo, tanto as denominações reformadas quanto igrejas que se seguiram a este processo histórico, como as pentecostais. E todas participam ativamente da vida de seus fiéis e contribuem para aperfeiçoar espiritualmente cada membro.

É graças à reforma que temos pelo menos duas grandes conquistas universais a serem celebradas em 2017: a sistematização de uma educação moderna e a liberdade religiosa. Os impactos da reforma na educação são visíveis em todas áreas de conhecimento. É a partir das reflexões e comportamento de Martinho Lutero, o inspirador do movimento, que ocorreu o estímulo para a criação de escolas destinadas a atender todas as crianças. A reforma propõe uma educação que visa, sobretudo, a formação integral do homem, seu desenvolvimento intelectual, físico e moral. Advém deste movimento a criação dos colégios e universidades mais prestigiadas do mundo, como Harvard e Vale - de tradição congregacionista e presbiteriana, respectivamente. O luteranismo estimulou uma educação pública, universal e gratuita, sem, contudo deixar de defender que toda a sociedade, inclusive a iniciativa privada, a estimulasse. Por isso, temos hoje uma longa tradição luterana e metodista no Brasil, além de inúmeras outras escolas cristãs, assembleianas, adventistas, dentre outras denominações. Não obstante a grande inspiração educacional, a maior contribuição da reforma é, de fato, a postura estabelecida desde o início por Lutero de propagar a tese da "sola scriptura" Esta talvez seja a maior síntese de todo o pensamento reformador. Lutero defendeu a tradução da Bíblia para outros idiomas, estimulou sua leitura e inspirou a liberdade religiosa. Esta garantia constitucional que temos assegurada na nossa Carta Magna se originou de sua luta, cujo crescimento contribuiu para a instituição de uma liberdade de consciência religiosa.

A denúncia contra abusos, a interpretação de que a igreja está sobretudo no relacionamento dos fiéis com Deus e o reforço da importância da fé fez surgir a liberdade de crença religiosa - o que é fundamental para o aperfeiçoamento do conceito de cidadania.

No Congresso Nacional tenho como uma de minhas missões, mostrar e defender esta visão cristã. Que o exemplo e coragem de Lutero motive os brasileiros a seguirem com novas e necessárias reformas religiosas e cidadãs. E que fortaleça ainda mais nossa fidelidade aos escritos bíblicos.



Jerusalém, cidade santa

Waldineia Ladislau Jornalista, escritora e estudiosa das religiões

Que Jerusalém está no epicentro político do mundo é fato. *Mas por quê?* A cidade antiga, que existe há mais de 3 mil anos, tem menos de 2 km²! Jerusalém é citada na Bíblia Sagrada 736 vezes, desde que o rei Davi, de Israel, a conquistou em guerra. O Alcorão, livro sagrado dos muçulmanos, não a cita nenhuma vez, Apesar disto, desde a criação do Estado de Israel pela ONU, em 1948, os árabes reivindicam a cidade como sua.

Em 1995 os Estados Unidos aprovaram lei determinando a mudança da Embaixada norte-americana de Tel Aviv, cidade moderna, funcional, para Jerusalém. Nenhum presidente anterior quis mexer no vespeiro, pois todos sabem que qualquer ação internacional reconhecendo direitos a Israel desperta histeria coletiva no mundo árabe. Trump prometeu em palanque fazer cumprir a lei e teve coragem.

Os EUA podem ser alvo de novo atentado, como o de 11 de setembro? É possível, pois o ódio irracional dos extremistas islâmicos contra Israel e quem se atreva a apoiá-lo não tem limites. Os países europeus criticam Trump duramente por temerem retaliações ou até mesmo a terceira guerra.

A maioria acredita ser melhor aliar-se a países que se utilizam de grupos terroristas para fazerem o trabalho sujo do que a um país que não faz terrorismo. O curioso é que nenhum país europeu foi tão duramente atacado quanto os Estados Unidos. O número de mortos na explosão das torres gêmeas e dos aviões supera, em muito, todos os mortos em ataques terroristas na Europa nos últimos 15 anos.

Por que tanta celeuma em torno de uma cidade tão pequena? Jerusalém é querida para os israelitas, por ser a cidade de Davi e onde aguardam o Messias; para os cristãos, por ter sido o lugar onde Jesus Cristo foi crucificado (se bem que fora da cidade), e onde também aguardam o retorno de Jesus. Desde 1190 d.C., a mesquita de Al-Aqsa, construída sobre as ruínas do templo judaico, tornou-se o terceiro lugar sagrado do Islã, O islamismo, último a chegar na cidade santa, quer a primazia a qualquer preço.

A arma mais potente do terrorismo é o medo que ele inspira nas nações. A Europa crê que se deixarmos os terroristas em paz, eles não atacam. Ledo engano. Quem se dá ao trabalho de estudar a história do islamismo e o que os extremistas pregam, descobrirá que o projeto é

ambicioso: destruir Israel e islamizar o mundo.

Documento 254/327

020.4.55.O	Sessão Não Deliberativa de	01/03/2018-15:20
	Debates - CD	
Publ.: DCD - 3/2/2018 - 169	FELIPE BORNIER-PROS -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Criação do Observatório Legislativo da Intervenção Federal na Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. Expectativa da votação pela Casa da proposta de criação do Sistema Único de Segurança Pública. Necessidade de debate, pela Câmara dos Deputados, de políticas públicas destinadas à geração de emprego e renda para a juventude brasileira.

O SR. FELIPE BORNIER (Bloco/PROS-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, trata-se de comitiva carioca e paulistana, formada principalmente por amigos que ora discutem a questão da tecnologia da informação, nesta semana em que conseguimos criar nesta Câmara de Deputados o Observatório Legislativo da Intervenção Federal na Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. Com certeza, busca-se envolver a sociedade na discussão, colhendo dúvidas e as sugestões em relação às medidas que o Congresso Nacional adota, juntamente com o novo Ministério Extraordinário da Segurança Pública.

Quero dizer que, na semana que vem, nós vamos apresentar uma pauta muito propositiva, com novas ideias, uma vez que votaremos o Sistema Único de Segurança Pública. Certaremos traremos uma pauta positiva para esta Casa, que vem ajudar, sim, a combater um dos maiores problemas hoje do Brasil, a questão da segurança pública. Tais problemas atingem não somente as grandes metrópoles, mas quase todos os Municípios brasileiros.

Esta Casa precisa de garra, de determinação e de coragem para enfrentar o crime organizado, principalmente porque estamos perdendo hoje a nossa juventude para essa turma. Temos que debater políticas públicas que vão envolver soluções para a geração de emprego para

essa juventude.

Sou do Estado do Rio de Janeiro. Sabemos que hoje, no Brasil, há quase 14 milhões de desempregados. Se não formos criativos e se não trouxermos uma pauta positiva para esta Casa, com certeza vamos perder esse grande momento. A segurança pública tem que ser acompanhada com projetos na área social, na área de emprego, para que venha realmente atender a nossa sociedade para o futuro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Obrigado, Deputado Felipe Bornier.

Documento 255/327

020.4.55.O	Sessão Não Deliberativa de	01/03/2018-15:52
	Debates - CD	
Publ.: DCD	ERIKA KOKAY-PT -DF	
3/2/2018 - 178		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	COMUNICAÇÃO PARLAMENTAR DISCURSO

Sumário

Reiteração de prática de violência contra a mulher no País. Autoritarismo do Governo Federal. Crítica ao Governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg. Teor de entrevista concedida pelo ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao jornal Folha de S.Paulo. Solidariedade aos vigilantes em greve no Distrito Federal.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu penso que nós precisamos de um choque de democracia. Acho que nós vivenciamos uma ruptura democrática. Esta ruptura democrática ensejava que tivéssemos um nível de organização popular, com espaços de fala e de domínio pela população em cada território.

Num país eivado de sexismo e machismo, não podemos considerar nossos corpos, o corpo das mulheres, plenamente como nossos



territórios. É como se as mulheres disputassem, todos os dias, o controle sobre os próprios corpos, em um país que é o quinto do mundo em feminicídio e onde se estima são estupradas por volta de 500 mil mulheres todos os anos.

Neste quadro, é preciso um choque de democracia, absolutamente fundamental para que se tenha um sentimento de pertencimento. Alguém aqui acha que a violência será controlada, abatendo-se os jovens, os negros e os pobres? O fascismo está tão ousando, beijando de forma tão insidiosa nossos rostos, que um Parlamentar assoma à tribuna do Parlamento, que é essencialmente um poder democrático e plural, e se sente à vontade, dentro de uma farda, para dizer que é preciso abater e matar. Busca-se uma licença para matar. É um pouco o que se busca com a intervenção no Rio de Janeiro: licença para matar.

Alguém acha que a licença para matar e que a flexibilização do uso de armas no Brasil vão combater a violência? Se alguém acha isso, está tão preso aos seus dogmas e à lógica fundamentalista - um fundamentalismo punitivo que fez do Brasil a terceira maior população carcerária do mundo e um dos países mais violentos do mundo - que não consegue enxergar a realidade.

É preciso que a população se aproprie dos próprios espaços e se determine sobre eles. Falo isso porque vivemos um profundo autoritarismo no Governo Federal, esfera em que militares dizem: *"Nós vamos fazer uma intervenção no Rio de Janeiro, mas queremos ter a segurança de que não sofreremos uma Comissão de Investigação ou uma Comissão da Verdade"*.

A Comissão da Verdade investigou a tortura neste País. Alguém pode considerar que estamos numa democracia, se aquele que será o interventor do Estado do Rio de Janeiro diz que é preciso ter as salvaguardas para não enfrentar uma Comissão da Verdade, para estar livre para matar e, talvez, para torturar? A Comissão da Verdade foi para investigar, punir e fazer o luto de um período de salas escuras da tortura, um crime hediondo que atinge tantas e tantas mulheres no Brasil.

A violência doméstica é em muito similar à tortura, porque vai arrancando a mulher dela mesma, e vai se esvaziando a mulher como pessoa. Este é o Brasil da violência doméstica, uma violência doméstica que faz com que milhões de mulheres não queiram voltar para casa, porque serão vítimas da violência, e esta violência será provocada por quem ela escolheu para viver o resto da vida com ela, o objeto do seu amor, do seu afeto, dos seus sentimentos.

Neste sentido, é preciso termos a clareza de que, para combater a



violência, é preciso aprofundar a lógica dos direitos da pessoa humana. O direito da pessoa humana é o direito de a pessoa viver a sua humanidade. A nossa humanidade pressupõe a liberdade e a condição de sujeito, porque somos os únicos seres vivos que conseguimos ter consciência das nossas vidas, pegá-las em nossas mãos e transformá-las. Isso é protagonismo. É preciso resgatar o protagonismo.

Digo isso, Sr. Presidente, porque vivemos no Governo do Distrito Federal uma lógica profunda de um autoritarismo que não se esconde mais. O fascismo não se esconde mais: está nu, está perambulando por esta Casa, pelos corredores do Congresso Nacional, está subindo às tribunas e assumindo os microfones.

No Governo do Distrito Federal, nós temos um Governador extremamente autoritário, que não aceita críticas e desqualifica quem o critica. Ele chama de abutres aqueles que dizem que ele é responsável pela parte do viaduto que caiu no Distrito Federal. Ele diz que Brasília é uma cidade antiga. Imaginem se fosse Roma, São Paulo, o Rio de Janeiro, que completa mais de 400 anos!

Caiu um viaduto, mas não é só isso. Ontem um trem do metrô descarrilou. Não havia ninguém, não houve nenhum tipo de vítima. E se houvesse? Pessoas poderiam estar debaixo ou em cima do viaduto quando ele caiu. Pessoas poderiam estar dentro do metrô, que não recebe manutenção, que descarrilou no Distrito Federal. É falta de preocupação!

Agora temos a Secretaria de Educação ocupada por professores. Por que ocupam os professores a Secretaria? Para lembrar-lhe que os recursos do Distrito Federal não pertencem ao Governador, para lembrar que há um acordo e uma condição em que o Governador tem que pagar a pecúnia aos aposentados que não receberam! Isso é recurso dos aposentados. O Governo não pode se apropriar deles, como se apropriou do reajuste salarial e como tem se apropriado, por regra, do recurso que não lhe pertence.

Não me venham dizer que a Oposição é abutre! Abutre é quem se apropria do que não lhe pertence. Abutre é quem é sápróforo da democracia e se alimenta da democracia em decomposição. Temos no Governo do Distrito Federal uma saúde absolutamente caótica. Temos uma cidade onde a alegria não é permitida. Não há, penso, outra cidade no Brasil que tenha encerrado o carnaval às 22 horas.

Durante o carnaval, às 22 horas, os blocos já não podiam sair. Aqueles que ousaram continuar no batuque, lembrando que o carnaval é patrimônio imaterial deste povo e exalando a cultura que vem do carnaval, receberam gás de pimenta e cassetetes. É com gás de pimenta e cassetete que esse Governador trata aqueles que buscam



exercer a sua humanidade e reivindicar os seus direitos.

É isso que estamos vivenciando no Distrito Federal: um governo que cai aos pedaços - e cai literalmente: cai o trem, cai o viaduto, cai aos pedaços; um governo que não admite nenhum tipo de crítica, que se nega a cumprir a própria legislação e se nega ao exercício mais pleno da democracia.

Trata-se de algo muito parecido com o que estamos vivenciando no Governo Temer, mas com uma diferença: Rollemberg é fruto da vontade da população do Distrito Federal, pois saiu das urnas o seu Governo. Temer saiu do rasgar das urnas, do liquidar das urnas, impedindo que o povo continuasse votando e escolhendo o próprio destino.

Por isso, eles perseguem Lula. Lula, em entrevista à *Folha de S.Paulo*, diz: *"Eu estou tranquilo, porque não devo nada a ninguém, porque não tenho. Devo apenas satisfação ao povo deste País"*. Continua Lula dizendo: *"Não me sentiria tranquilo e me sentiria de qualquer forma incomodado, se eu tivesse cometido corrupção ou se eu estivesse maculando a vontade do povo brasileiro. Tenho a tranquilidade dos justos, a tranquilidade de quem vai adiante enfrentando todas as dificuldades"*.

Não foram dificuldades menores as que esse homem enfrentou. Ele enfrentou a seca e a miséria. A partir do seu lugar, combateu a seca, combateu a miséria e deu dignidade ao povo brasileiro.

Lembro a fala da menina que se formava na Universidade Católica, se não me falha a memória, em São Paulo, que dizia: *"Quantas vezes eu pensei em desistir, porque era como se esta faculdade não me coubesse, e quantas vezes escutei as piadas e a desqualificação de porteiros e empregadas domésticas! Eu sou filha de empregada doméstica"*.

Essa menina, carregando um diploma na mão, deu voz aos brasileiros que conseguiram entrar numa universidade a partir da determinação de Lula, que não tem diploma de curso superior.

Aos professores que lutam por seus direitos, aos orientadores educacionais que ocupam a Secretaria de Educação, a estes a minha solidariedade. Minha solidariedade, igualmente, aos vigilantes parados no Distrito Federal. Estão em greve, cruzaram os braços porque seus patrões não querem a manutenção do tíquete-alimentação na sua integralidade, porque não querem a manutenção para estes trabalhadores e trabalhadoras do plano de saúde. Eles dizem: *"Ora, vocês não vão moldar nossos destinos. As nossas conquistas, todas elas, dos vigilantes desta cidade foram feitas com muita luta, com muita*

dor e com muita esperança.

Por isso, minha profunda solidariedade aos vigilantes do Distrito Federal.

Digo, e com estas palavras encerro: é de democracia que nós precisamos.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Obrigado, Deputada Erika Kokay.

Documento 256/327

023.4.55.O Sessão Deliberativa Ordinária - CD 06/03/2018-16:00
Publ.: DCD - 3/7/2018 - 75 MARCOS ROGÉRIO-DEM -RO
CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Preocupação com a crise da segurança pública. Defesa de utilização das Forças Armadas brasileiras na fiscalização e no controle das regiões fronteiriças do País.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/DEM-RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero trazer para o debate no dia de hoje o tema da segurança pública. O Brasil inteiro sofre com esse mal, com essa guerra civil urbana.

Recentemente, o Governo Federal adotou como estratégia, como ferramenta para o enfrentamento à violência no Brasil a intervenção federal na segurança pública no Estado do Rio de Janeiro.

Primeiro, uma intervenção sem as ferramentas necessárias para o enfrentamento real da violência pode ser um esforço que não leva a nada. É preciso garantir as ferramentas necessárias para esse



enfrentamento e, mais do que isso, garantir a efetividade da autoridade policial nas ruas. O policial não pode sair para o combate ao crime, para o enfrentamento aos criminosos, sem ter a possibilidade, se necessário, do uso da força, sem o medo, sem o temor de ser ele enquadrado por um crime que não cometeu, porque estava no cumprimento do dever legal.

Ocorre, Sr. Presidente, que o problema da falta de segurança começa com a falta de controle das nossas fronteiras. São mais de 16 mil quilômetros de fronteira terrestre e mais de 7 mil quilômetros de fronteira marítima. A fiscalização e o controle dessas fronteiras deveriam ser feitos pelas nossas Forças Armadas, para coibir a entrada de drogas e armas que abastecem o crime organizado no País. No entanto, esse serviço está prejudicado pela falta de pessoal e, infelizmente, por cortes no orçamento. De 2016 para 2017, o investimento no monitoramento das fronteiras despencou de 285 milhões de reais para 132 milhões, uma queda de cerca de 54%.

Se queremos reduzir, de fato, a criminalidade no País, não podemos concentrar todos os esforços num único Estado, deixando as fronteiras abertas para a entrada de contrabando, drogas, armas e todo tipo de material que abastece e financia o crime organizado.

Basta ir a Guajará-Mirim ou a Costa Marques, no meu Estado, Sr. Presidente, em Rondônia, para confirmar que as fronteiras estão absolutamente escancaradas, desprotegidas, abertas! Não se vence a violência nem a criminalidade descuidando das nossas fronteiras.

Enquanto não houver uma ação efetiva por parte do Estado para fiscalizar as nossas fronteiras, de forma eficiente, de forma transparente, de forma firme, nós não teremos a solução do problema da segurança, não só no Estado do Rio de Janeiro, no Estado de São Paulo, no Estado do Espírito Santo, mas em todos os Estados da Federação brasileira.

É preciso que haja um efetivo enfrentamento ao problema da violência, não só com policias nas ruas, mas também com as ferramentas necessárias, com o controle das fronteiras, com fiscalização das nossas rodovias, senão essa será mais uma guerra que o Estado vai perder para o crime organizado.

Estado desorganizado e crime organizado formam uma equação que vai levar a um resultado extremamente danoso para a sociedade.

Portanto, o apelo que faço hoje a esta Casa, que faz este debate, e ao Governo, que faz a intervenção federal no Rio de Janeiro, é: não descuidem das nossas fronteiras e não tirem dinheiro da política de controle de fronteiras. O Exército Brasileiro e a Polícia Federal



precisam trabalhar de forma integrada, para monitorar e cuidar das nossas fronteiras, a fim de garantir mais segurança.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (JHC) - Agradeço a V.Exa., Deputado Marcos Rogério.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a segurança pública é um problema que aflige o País e merece uma atenção especial do Estado.

Recentemente, o Governo adotou como estratégia a intervenção federal no Rio de Janeiro para solucionar o cenário de guerra que assola aquele Estado. Ocorre, Sr. Presidente, que o problema da falta de segurança começa com a falta de controle das nossas fronteiras. São mais de 16 mil quilômetros de fronteira terrestre e mais de 7 mil quilômetros de fronteira marítima. A fiscalização e o controle deveriam ser feitos pelas nossas Forças Armadas, para coibir a entrada de drogas e armas que abastecem o crime organizado no País. No entanto, esse serviço está prejudicado pela falta de pessoal e também de verba.

De 2016 para 2017, o investimento no monitoramento das fronteiras despencou de R\$ 285 milhões para R\$ 132 milhões, uma queda de cerca de 54%. Se queremos reduzir, de fato, a criminalidade no País, não podemos concentrar todos os esforços num único Estado, deixando as fronteiras abertas para a entrada de contrabando, drogas, armas e todo tipo de material que abastece e financia o crime organizado.

Basta ir a Guajará-Mirim ou a Costa Marques, no meu Estado, em Rondônia, para confirmar que as fronteiras estão abertas e desprotegidas.

Enquanto não houver uma ação por parte do Estado para fiscalizar, de forma eficiente, as nossas fronteiras, não conseguiremos resolver o problema da criminalidade no País. As armas e as drogas que chegam nas grandes metrópoles, como Rio de Janeiro e São Paulo, passam justamente por essas regiões.

Para concluir, Sr. Presidente, o Governo não pode fechar os olhos e empurrar o problema para os Estados e os Municípios. Não há Polícia Militar ou Civil que dê conta de vencer o crime organizado se as



porteiros do País estão escancaradas.

É urgente que o Governo Federal comece a atuar de forma energética, com a presença da Polícia Federal e do Exército nas fronteiras, para coibir, de fato, a criminalidade no Brasil.

Documento 257/327

023.4.55.O Sessão Deliberativa Ordinária - CD 06/03/2018-16:04
Publ.: DCD - 3/7/2018 - 77 YEDA CRUSIUS-PSDB -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Razões do apoio da oradora à intervenção federal na área de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro e à criação do Ministério Extraordinário da Segurança Pública. Artigo A Lógica da Intervenção Federal no Rio de Janeiro, de autoria da oradora. Presença na Casa do Conselheiro Marco Peixoto, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

A SRA. YEDA CRUSIUS (PSDB-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, seguindo a mesma direção do Deputado Marcos Rogério, quero registrar que parece agora que há um consenso em relação ao que deva ser feito para enfrentarmos duas questões importantes para a população em cada esquina, em cada Município, em todo o País: a insegurança pública e a violência.

Elas são questões separadas entre si. Quando fui Governadora do Rio Grande do Sul, dividi a Secretaria da Justiça e da Segurança Pública em duas, criando a Secretaria da Justiça, para tratar dos direitos e do respeito às leis, e a Secretaria de Segurança Pública, para fazer a sua parte.

É por isso que a lógica da intervenção federal, agora decidida pelo Governo Temer, pode dar certo, porque não houve apenas a intervenção, houve a separação de um Ministério único, que não podia cuidar das duas coisas, em dois: o Ministério da Justiça, para tratar dos direitos e do respeito às leis, e o Ministério da Segurança Pública, para cuidar daquilo que a segurança pública é chamada a fazer em todo o

País.

Eu entrego aqui meu artigo *A Lógica da Intervenção Federal no Rio de Janeiro*, pedindo a sua divulgação no programa *A Voz do Brasil* e nas mídias da Casa.

Celebro daqui a presença do Conselheiro Marco Peixoto, do Tribunal de Contas do nosso Estado.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (JHC) - O pedido de V.Exa. será atendido.

ARTIGO A QUE SE REFERE A ORADORA

A Lógica da Intervenção no Rio de Janeiro

Extenuados estávamos todos com a repetitiva, interminável e nefasta agenda que o país seguia: instabilidade política, recessão econômica, escândalos diários, corrupção desenfreada, e insegurança pública. Terminado 2017, os sinais da economia reverteram-se para positivo, mas o alvo Reforma da Previdência emperrava os trabalhos legislativos e fechava aeroportos e estradas pelos manifestantes, e a passividade das instituições perante a insegurança pública e a crise humanitária na Venezuela fazia da nossa fronteira com Roraima um cenário de chorar, a banalização da violência, tudo afetava o cotidiano dos brasileiros que perdiam a confiança no sistema.

Começando 2018 - sempre depois do Carnaval - finalmente a agenda do país foi mudada. A intervenção do Presidente Temer no Rio de Janeiro mudou a pauta do país para Segurança Pública. O interventor escolhido foi um general. O governo criou um Ministério separado da Justiça, e deslocou para ele o Ministro da Defesa Raul Jungmann, colocando em seu lugar um general. Coragem para fazer, como dizia o meu lema de governo.

O Ministro Jungmann foi responsável pela difícil área da Reforma Agrária nos governos Itamar e FHC. Conhecendo como o conheço, muito bem, afirmo que tem todas as qualidades para comandar a pasta e esta é uma das razões para eu ter aprovado o decreto de intervenção, quando foi submetido à Câmara dos Deputados. Mas há outras fortes razões para meu apoio à intervenção e à criação do Ministério da Segurança Pública.

Estou lembrando as pessoas que fiz isso no início do meu governo, decisão minha de governadora eleita ainda no período de transição do



final de 2006, porque dava prioridade ao bom uso do dinheiro público, o respeito às leis, à ordem e à segurança pública, e à coragem para mudar e inovar, inclusive através de leis, e não apenas na gestão das finanças públicas.

Separei a Secretaria da Justiça e da Segurança Pública em duas, a primeira para o respeito aos direitos, e a segunda para seu verdadeiro fim, que é a política pública comandada pelas Polícias Civil e Militar, Instituto Geral de Perícias, e Presídios. Transferi o Detran para Administração. Conquistamos o Déficit zero em dois anos, e inovamos políticas públicas focadas, contratando o que tinha a garantia de ser pago. Pagamos as contas atrasadas de outros governos. Os indicadores econômicos, fiscais, e sociais, incluindo os de criminalidade e violência, TODOS melhoraram.

Agora Temer faz exatamente isso, Ministério da Justiça para políticas sociais que respeitam direitos e enfrentam os terríveis índices de violência. Ministério da Segurança Pública para o que lhe compete. Dois generais: o interventor no RJ e o chefe do Ministério da Defesa, que estava com o Ministro Jungmann. Tem tudo para dar certo.

Juntando as Polícias Rodoviária, Federal, Inteligência, a mudança na gestão já vai mostrando resultados. Apreensão de drogas, de armas, de dinheiro vivo. Plano para investimentos garantidos. Faltava na verdade alguém que fizesse. Agora o Ministério da Justiça pode tratar do horror da fronteira com a Venezuela, com a entrada aos milhares de migrantes por dia por Roraima fugindo da fome e da perseguição política, já quase 2 milhões de venezuelanos, com a roupa do corpo. No zoológico os animais em osso e pele porque não tem comida. O peso médio da população baixou muito. E o Maduro continua gordo e cruel, aplaudido pelas esquerdas latino-americanas.

O Governo Temer assume o comando da nova agenda, porque além dessa prioridade à segurança pública, a economia vai deslanchando, taxa de juros lá embaixo, com a reforma trabalhista o emprego vai voltando, o controle da inflação e o equilíbrio fiscal mantidos. Já se respira melhor. Enfim.

Sumário

Solicitação ao povo cearense de comparecimento a encontro destinado ao debate de ação de combate à violência no Estado.

O SR. CABO DACIOLO (Bloco/AVANTE-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Glória a Deus!

Sr. Presidente, eu acredito em milagres. Tenho falado de intervenção divina e de intervenção federal. A violência está instaurada em todo o território nacional. Eu quero agir com fé neste exato momento. A palavra de Deus fala que sem fé é impossível agradar a Deus.

Eu queria convocar o povo do Ceará, em especial de Fortaleza, que está vivendo também um momento de violência no seu Estado para estarmos juntos no dia 9, sexta-feira próxima, às 19 horas, no aeroporto, e entrarmos com o pedido de intervenção divina e federal para o Estado do Ceará. Que isso possa ser instaurado em todo o território nacional!

Quero dizer a todos que juntos somos fortes, que nenhum passo daremos atrás e que Deus está no controle!

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (JHC) - Agradeço ao Deputado Cabo Daciolo.

Documento 259/327

023.4.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	06/03/2018-16:28
Publ.: DCD - 3/7/2018 - 87	AROLDE DE OLIVEIRA-PSC -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Posicionamento do orador favorável à intervenção federal na área de segurança pública no Estado do Rio de Janeiro.



O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (Bloco/PSC-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Eu queria registrar mais uma vez a importância da intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

Conforme tenho dito, o Estado do Rio de Janeiro vive uma situação de Estado sitiado pelo crime organizado e pelo crime de colarinho branco.

Mas as Forças Armadas foram chamadas a fazer uma intervenção? Não, Presidente! As Forças Armadas não foram chamadas a fazer intervenção no Rio de Janeiro. Não se trata de uma intervenção militar. Trata-se de uma intervenção na área de segurança pública, e o interventor é um oficial general, que é o Comandante do Leste. Esse Comandante tem à sua disposição, evidentemente, também as Forças Armadas, para, de acordo com a lei, com a Constituição Federal, utilizá-las onde for necessário.

O que temos que registrar é que, embora o Exército esteja sempre preparado para cumprir as missões que lhe são dadas, não estava na sua agenda, neste momento, assumir essa situação. Dessa forma, ele não estava prevenido. Então, é preciso que nós tenhamos paciência para aguardar um período de 60 a 90 dias, quando os resultados da intervenção poderão começar a aparecer.

Embora a intervenção tenha se transformado num palanque político-eleitoral, isso em nada interfere no trabalho das Forças Armadas, porque os militares não são afeitos a holofotes. A vaidade dos comandantes, das autoridades militares não é afeita aos espetáculos midiáticos, de maneira que vão trabalhar na sua missão serenamente, informando à imprensa e à Nação exclusivamente aquilo que pode ser informado, entendendo que existem, operacionalmente, informações que não podem - e não serão - ser repassadas.

Parece que a imprensa já sentiu isso, já viu que essas autoridades não estão no mesmo rol de outras, dadas ao exibicionismo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (JHC) - Agradeço ao eminente Deputado Arolde de Oliveira.

023.4.55.O Sessão Deliberativa Ordinária - CD 06/03/2018-17:44
Publ.: DCD - 3/7/2018 - 108 FÁBIO TRAD-PSD -MS
CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Equívoco da redução dos recursos orçamentários destinados ao Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON.

O SR. FÁBIO TRAD (PSD-MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço seja dado como lido discurso em que faço reflexões críticas a respeito da redução de 54% no orçamento, entre 2016 e 2017, para o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras. Eu sou de Mato Grosso do Sul e, por isso, quero deixar registrada aqui a minha indignação. Não adianta punir os consumidores se, lá na fronteira, o campo está aberto para o grande tráfico.

Eu gostaria que este pronunciamento fosse registrado e repercutido pelos meios de comunicação da Casa, Sr. Presidente, principalmente no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - V.Exa. será atendido.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desta mesma tribuna, de onde, há poucos dias, reconheci como sensata e oportuna a intervenção federal na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, quero expressar profunda preocupação, diante da informação de que os investimentos na implantação do estratégico Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras, o SISFRON, foram reduzidos em 54% entre 2016 e 2017, despencando de R\$ 285,7 milhões, para R\$ 132,4 milhões.

Concebido pelo Exército, para defender a extensa fronteira do Brasil, ajudando a combater o tráfico de drogas e de armas, além do contrabando e do roubo de carros, não por acaso o SISFRON começou a ser implantado, a partir de 2013, em Mato Grosso do Sul, que detém 650 quilômetros de fronteiras vulneráveis com Paraguai e Bolívia.

Os primeiros resultados dessa fase-piloto foram muito animadores, embora o sistema, que inclui redes de sensoriamento, centrais de

comando e controle, e integração em tempo real com a Polícia Federal e com as policiais estaduais, ainda não estivesse totalmente operacional.

Daí a decepção, ao saber que uma iniciativa estratégica que, graças ao emprego de meios tecnológicos de vanguarda, é fundamental para a defesa nacional, e decisiva para o combate ao tráfico e ao contrabando, tem seus recursos severamente reduzidos, e isto por amarga ironia ou inquietante coincidência, no momento em que a segurança pública é a pauta que mobiliza o Brasil.

Já em agosto do ano passado, o Comandante do Exército, General Eduardo Villas Bôas, advertia que o contingenciamento de recursos comprometeria o SISFRON. De lá para cá, a situação piorou.

Se em 2017 foram efetivamente investidos apenas 29% dos R\$ 449,7 milhões previstos no Orçamento para o SISFRON, não há razão para se esperar que o percentual de desembolso seja maior em 2018, quando o valor reservado caiu para R\$ 391,5 milhões, uma redução de 16%.

Previsto, inicialmente, para cobrir os mais de 16 mil quilômetros de fronteiras terrestres do País até o ano de 2022, estima-se agora que o SISFRON só estará definitivamente implantado em 2035. Daqui a 17 anos, portanto.

Até lá, armas e drogas, que sustentam a criminalidade, avassalam cidades como o Rio de Janeiro e afrontam o Estado acional e a cidadania, encontrarão entradas vulneráveis em nossa extensíssima fronteira terrestre.

Muito obrigado.

Documento 261/327

023.4.55.O Sessão Deliberativa Ordinária - CD 06/03/2018-18:16
Publ.: DCD - 3/7/2018 - 122 LINCOLN PORTELA-PRB -MG
CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Posicionamento do orador sobre a intervenção federal na área de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro. Congratulações à Casa pela doação de recursos orçamentários ao setor de segurança pública.

O SR. LINCOLN PORTELA (Bloco/PRB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, há 19 anos, eu venho falando nesta Casa que o Brasil vivia uma guerra civil. Agora, o atual Governo, já no segundo tempo de sua atuação, já na prorrogação de sua atuação, faz essa intervenção no Estado do Rio de Janeiro.

Como já foi falado trezenas de vezes aqui, se a solução é fazer intervenção, deveriam fazê-la em vários Estados brasileiros. Usaram o Rio de Janeiro para fazer *marketing*! Não sabemos o que sairá desse experimento.

Para que uma coisa deixe de ser filosofia e passe a ser ciência, tem que ser levada para o campo da experimentação. Espero que a experimentação no Rio de Janeiro seja decente e adequada.

Sr. Presidente, eu quero parabenizar esta Casa, que está retirando 230 milhões de reais do seu orçamento para destiná-los à segurança pública. O Brasil precisa de segurança pública e precisa estar atento ao que está acontecendo.

Após 19 anos de negligência - desde o Governo do Presidente José Sarney até o Governo do Presidente Michel Temer -, houve uma mudança! Espero que essa mudança venha para ficar.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

Documento 262/327

023.4.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	06/03/2018-18:48
Publ.: DCD - 3/7/2018 - 169	ANTONIO BULHÕES-PRB -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	DISCURSO ENCAMINHADO



Sumário

Apoio à intervenção federal na área de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. ANTONIO BULHÕES (Bloco/PRB-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, foi com muita expectativa e esperança em dias melhores para a população fluminense que recebi o anúncio da intervenção militar na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, decretada pelo Presidente Michel Temer e aprovada com ampla maioria de votos nesta Casa e no Senado Federal.

Como carioca que sou, sofro particularmente com a situação insustentável em que o meu Estado natal mergulhou. Lá, policiais são assassinados na média de um a cada 3 dias, sob o olhar inerte das autoridades. Cerca de 40% dos moradores da cidade do Rio de Janeiro não recebem mais as visitas dos Correios; a entrega foi suspensa em razão dos ataques frequentes da bandidagem. Seguradoras não aceitam mais segurar cargas destinadas ao Estado.

O sistema prisional transformou-se num barril de pólvora prestes a explodir. Desde 2012, a população carcerária do Estado cresceu 63%. O orçamento da Secretaria de Administração Penitenciária, por outro lado, vem caindo há 3 anos, em números corrigidos pela inflação, segundo dados do portal de transparência do Governo.

Não é de surpreender, pois, que a intervenção tenha recebido amplo apoio por parte dos cariocas. Pesquisa telefônica realizada pelo IBOPE com 600 moradores do Rio, logo após o anúncio da medida, indicou 83% de aprovação. As Forças Armadas estão no topo da lista de instituições com maior credibilidade junto à população, e sua participação no combate a uma criminalidade cada vez mais ousada e cruel devolve a esperança a cidadãos que, com toda razão, já não acreditavam mais na eficácia das ações policiais.

Quando a medida foi anunciada, logo se levantaram vozes apontando uma ameaça à democracia. Ora, senhoras e senhores, nada mais equivocado. A intervenção federal não é, de modo algum, uma intervenção militar, mas uma convocação prevista na Constituição, no seu art. 34, decretada pelo Presidente da República e aprovada pelo Congresso Nacional, dentro da mais absoluta ordem democrática.



É a primeira vez, desde a vigência da atual Constituição, que o Chefe do Executivo lança mão deste recurso excepcional para tentar reverter um quadro de progressiva violência e caos urbano. Mas a presença do Exército na garantia da lei e da ordem não é novidade; a Força Terrestre já foi convocada inúmeras vezes nas últimas duas décadas para auxiliar no combate à criminalidade, no País inteiro, sempre com o apoio e sob os aplausos da população.

O período previsto no decreto presidencial que estabeleceu a intervenção foi de 10 meses. Um tempo curto ante a gigantesca complexidade da missão, mas não temos dúvidas de que o Comando Militar do Leste, sob a batuta do General Walter Braga Netto, será capaz de atender às expectativas da população.

É alvissareiro saber que, além de mirar na redução dos índices de violência, os comandantes militares pretendem recuperar a estrutura da polícia do Rio durante o período da intervenção federal. Mais do que a compra de armas e de veículos, antiga - e legítima - demanda da corporação, seria muito bom que se investisse em treinamento e formação, sobretudo em áreas hoje sabidamente negligenciadas, como a *expertise* investigativa.

Temos a convicção de que só assim obteremos resultados positivos e duradouros, um legado perene, que se perpetuará mesmo após a retirada das tropas dos terrenos hoje conflagrados do Rio de Janeiro.

Obrigado.

Documento 263/327

026.4.55.O

Sessão Deliberativa Ordinária - CD 07/03/2018-16:52

Publ.: DCD - 3/8/2018 - 139 DANILO FORTE-DEM -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Homenagem às mulheres brasileiras, nas pessoas da Presidenta em exercício dos trabalhos, Deputada Mariana Carvalho, da Deputada Laura Carneiro e da mãe do orador, Sra. Isabel Dalila Bastos Forte. Elevação dos índices de violência e criminalidade no Estado do Ceará. Posicionamento da maioria da população cearense, favorável à intervenção federal na área de segurança pública, conforme pesquisa realizada pela Internet. Importância da união dos



Governos Federal e Estadual e das Prefeituras Municipais no combate à violência no Ceará. Elaboração de novo Código de Processo Penal.

O SR. DANILO FORTE (DEM-CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, primeiramente, rendo as minhas homenagens às mulheres na pessoa da nossa Presidenta, a Deputada Mariana Carvalho; da Deputada Laura Carneiro, que está aqui entre nós; e de uma mulher extraordinária que deu à luz uma família valorosa, da qual faço parte, e a conduziu com muita dignidade, Dona Isabel Dalila Bastos Forte, que hoje, com mais de 100 anos de idade, está lá no nosso Itapajé. Da mesma maneira que milhares de mães do Ceará, ela está muito preocupada com o crescimento da violência no nosso Estado.

No início do mês passado, houve uma chacina no nosso Itapajé, que trouxe uma manchete negativa para uma cidade pacata, uma cidade de povo bom, uma cidade onde a grande maioria das famílias é cristã.

Esse crescimento da violência e da criminalidade tem trazido o Estado do Ceará para as manchetes diárias de todas as mídias do País. Lamentavelmente, sou obrigado aqui - não posso me acovardar - a relatar o sofrimento que todos nós vivemos.

Hoje, na cidade de Pentecoste, também na nossa região, no Vale do Curu, houve tentativa de outra chacina dentro de outro presídio, de outra cadeia pública, com dois homicídios e mais de 11 pessoas feridas.

Essa é uma demonstração clara e cabal de que precisamos de apoio. Nós não podemos sozinhos enfrentar hoje os piores números de homicídio do País! E hoje o Ceará vive essa realidade.

No ano passado, foram 5.134 mortes. E nós estamos iniciando o mês de março já com um número superior a mil homicídios. Essa estatística denigre a imagem de um Estado que quer crescer, que quer se desenvolver, mas que está acuado pelo medo. As pessoas estão com medo de sair, com medo de circular, com medo de ir e vir, com medo até mesmo de investir.

Hoje, em todas as cidades do Ceará há facções instaladas. Os assaltos a bancos são repetitivos. O Estado do Ceará tem um dos maiores números de agências assaltadas. O assalto em Santa Quitéria é mais um reflexo exatamente desse momento.

Não custa nada dizer que não é feio pedir apoio, não é feio pedir solidariedade. Feio é negar ou tentar esconder uma estatística tão negativa. Feio é tentar camuflar uma situação contra a qual nós

sozinhos não temos forças para agir.

Foi por isso que eu tive a preocupação, na semana passada, de fazer uma pesquisa na Internet. E qual foi a minha grande surpresa? Mais de 144 mil pessoas a visualizaram; mais de 8 mil pessoas a compartilharam; mais de 500 pessoas fizeram comentários.

E o que me surpreendeu foi o fato de que à pergunta se a população do Ceará queria ou não a intervenção - e está aqui o dado colocado inclusive no mapa, porque a pesquisa foi feita no Estado do Ceará -, 86,3% daqueles que tiveram acesso à pesquisa na Internet responderam "sim".

Disseram "sim", porque estão aflitos. Disseram "sim", porque estão preocupados. Disseram "sim", porque não querem que o Ceará continue sendo o Estado com o maior número de homicídios em números absolutos do País. Com 1.002 homicídios no início de março, nós chegaremos ao final do ano com um número superior a 7 mil, que inclusive é maior do que o número de homicídios no Rio de Janeiro no ano passado.

Nós não estamos em nenhuma guerra civil. E não seria admissível ser complacente, aceitar um momento como este de forma passiva. O nosso papel, como representante do povo do Ceará, da sociedade cearense, homens e mulheres de bem, é exatamente pedir que o Governo Federal nos ajude.

Por isso, agora há pouco, estive numa audiência pública com o Ministro Raul Jungmann exatamente no sentido de somar esforços, forças, para fazer o enfrentamento dessa nova preocupação do Governo Federal. E o Ministro Raul Jungmann já se dispôs a visitar *in loco* ao Ceará e buscar agregar todas as forças possíveis capazes de se organizarem para fazer esse enfrentamento, não só através do investimento financeiro, mas também do investimento físico, somando Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal, Polícia Militar, Polícia Civil, Forças Armadas e todas as organizações do Estado do Ceará. É preciso diminuir este momento de angústia, sofrimento e medo, que a população cearense está vivendo - isso é ação de governo. É preciso criar um conselho estadual dirigido inclusive pelo Ministério da Segurança Pública que seja capaz de fazer esse acompanhamento.

Essa foi a conversa que nós tivemos, há 15 dias, com o Presidente da República, Michel Temer, exatamente porque, se nós tivéssemos nos antecipado ou prevenido os fatos, nós não estaríamos neste momento lamentando uma estatística tão perversa, tão indecente para a família cearense como esta.

E é exatamente na busca dessa construção, que precisa ser feita, não



como denúncia irresponsável, não como um fato corriqueiro, não como uma fofoca, mas como um fato real, o Ceará precisa de uma resposta. O Ceará não pode ficar esquecido lá no canto do Brasil. No Rio de Janeiro, que é a nossa principal porta de entrada, houve uma manifestação clara, contundente, que hoje já traz algum conforto, algum aceno de esperança para as famílias cariocas. O cearense é tão brasileiro quanto o carioca. O cearense também precisa exatamente neste momento de um apoio necessário, para que nós possamos ter a tranquilidade de nossa juventude ter o direito de sair. A nossa juventude está presa em casa.

Recebo toda noite manifestações pela Internet, comunicados de jovens que estão convivendo no dia a dia nas periferias das cidades exatamente com o crime. E isso é muito triste num momento como este, em que mães do Estado do Ceará choram a dor da partida dos seus filhos, não porque tiveram que migrar para ir buscar uma oportunidade de emprego, como no passado, mas porque foram persuadidos, iludidos pela felicidade imediata, rápida talvez de um conforto de uma ação criminoso, mas que corresponde ao mesmo tempo com a triste estatística da criminalidade. E é essa estatística que precisa ser superada.

Para isso, eu acredito que nós podemos nos somar a esse esforço - Governo Federal, Governo Estadual e todas as Prefeituras - no sentido de criar um ambiente de cidadania capaz de fazer com que nós respondamos.

Aqui nesta Casa, estive hoje com o Deputado João Campos, que nos propiciará imediatamente a oferta do novo Código de Processo Penal. Esta é a resposta do ponto de vista legal.

A legislação mais atual e mais importante que nós podemos dar ao Brasil neste momento de combate à violência é o novo Código de Processo Penal, que diminua o ambiente propício para a impunidade...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 264/327

030.4.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - 08/03/2018- CD	14:36
Publ.: DCD - 3/9/2018 - 115	AUGUSTO CARVALHO-SD -DF	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO



Sumário

Aplausos a iniciativas do Ministro Extraordinário da Segurança Pública, Raul Jungmann. Expectativa quanto aos resultados da intervenção federal na área de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro. Desmoralização da política brasileira.

O SR. AUGUSTO CARVALHO (Bloco/SD-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, finalmente esta Casa se voltou para questões que estão colocadas nas preocupações de todos os brasileiros. E digo "todos" porque a violência hoje não escolhe classe, não escolhe raça, não escolhe faixa etária. Crianças estão sendo baleadas nas escolas, mulheres grávidas estão perdendo seus filhos em razão de um descontrole absoluto! Há balas perdidas em todos os lugares do Brasil, especialmente no Rio de Janeiro.

Finalmente, esta Casa faz uma pauta positiva. Espero que possamos dar respostas ao clamor daqueles que querem que medidas concretas sejam feitas para se conter a violência.

Quero saudar o Ministro da Segurança, nosso colega Deputado Raul Jungmann, por suas posições. Trata-se de um homem sério, um homem correto, um cidadão patriota, que tem apresentado propostas importantes, como, por exemplo, o fim da progressão de pena daqueles acusados por estupros e outros crimes hediondos.

Não é possível que a sociedade continue a conviver com bandidos, com delinquentes, com traficantes que cometeram crimes bárbaros, Sr. Presidente, e que, pouco tempo depois, em razão de prêmios que vão recebendo - até visitas em parlatórios que não impedem o acesso a telefone celular -, dão ordem, de dentro das cadeiras, para massacres e assassinatos no País inteiro! Facções se digladiam dentro e fora dos presídios brasileiros. Isso precisa ter fim, Sr. Presidente!

Por isso, eu saúdo as propostas que o Ministro Jungmann tem apresentado, inclusive aquela relativa ao impedimento de que as visitas recebidas por esses delinquentes possam continuar desse jeito, com troca de informações e troca de telefone celular. Isso desmoraliza o Brasil perante o seu povo! Desmoraliza o nosso País, os nossos Governos e as nossas autoridades perante o povo brasileiro e perante as nações amigas. Nós vemos desembarque de fuzis e de armas de guerra, Sr. Presidente, e a violência escala níveis sem precedentes.

Nós esperamos que não seja mera reação do Governo Federal à derrota iminente, que estava escrita, em relação à reforma da Previdência. Esperamos que tais medidas permaneçam, que sejam capazes de produzir resultados. Esperamos que a intervenção do



Exército brasileiro no Rio de Janeiro não seja mera medida eleitoral, para granjear o apoio fácil da opinião pública, que deseja e aplaude a presença das tropas no Rio de Janeiro e em outros lugares onde tem aparecido.

Sr. Presidente, nesta tarde de hoje, quero registrar também dois fatos importantes, que ataçam o Fla-Flu em que se converteu a política brasileira.

Há aqueles que gostam do PT e os que não gostam do PT. Contudo, há dois fatos que são negativos para a nossa política maior, principalmente para a discussão e o debate neste momento eleitoral que se avizinha. Refiro-me, primeiro, ao pedido de quebra de sigilo bancário do Presidente Michel Temer, em razão das investigações em curso na Polícia Federal. É lamentável! Dizem os petistas e seus aliados: *"Pela primeira vez, um Presidente da República está sendo investigado, tendo o sigilo quebrado"*. Por outro lado, o ex-Presidente da República Lula perdeu no STJ, na enésima tentativa de evitar a sua condenação e prisão iminentes. São muito ruins, Sr. Presidente, esses dois episódios para a nossa política! Autoridades que marcaram as nossas vidas, as nossas gerações, tanto o pré-candidato do PT como o atual Presidente Temer, desmoralizam a política, desmoralizam as políticas públicas.

E isso culminou, por exemplo, em outro fato lamentável: a condenação do Sr. Bendini. Eu sei que V.Exa. é funcionário aposentado do Banco do Brasil, Sr. Presidente, assim como eu. Para tragédia dos funcionários do Banco do Brasil, que sempre foram marcados pelo compromisso com o nosso País, temos agora na cadeia um ex-Presidente do Banco do Brasil, que vai amargar na cadeia os 11 anos da pena a que foi condenado. Pela primeira vez na história do Brasil, Sr. Presidente, tivemos um Presidente do Banco do Brasil - e também um ex-Presidente da PETROBRAS, como se não bastasse! - fazendo falcatruas que o levaram à condenação. Isso é lamentável e desmoralizante para o nosso País e para as atuais gerações!

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) - Muito obrigado, Deputado Augusto Carvalho.



030.4.55.O

Sessão Não Deliberativa de 08/03/2018-16:12
Debates - CD

Publ.: DCD - 3/9/2018
- 156

BRUNA FURLAN-PSDB -SP

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS COMUNICAÇÕES
PARLAMENTARES

DISCURSO
ENCAMINHADO
DISCURSO

Sumário

Outorga à oradora da Medalha do Mérito Desportivo Militar. Apoio à intervenção federal na área da segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

A SRA. BRUNA FURLAN (PSDB-SP. Pronunciamento encaminhado pela oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesta sexta-feira, dia 2 de março, tive a honra de ser agraciada com a Medalha do Mérito Desportivo Militar, em cerimônia realizada no Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais, situado na Ilha das Cobras, na cidade do Rio de Janeiro.

Criada pelo Decreto nº 5.958, de 7 de novembro de 2006, a Medalha Desportivo Militar tem por finalidade premiar militares brasileiros que se destacaram em competições desportivas nacionais e internacionais, assim como militares e civis brasileiros ou estrangeiros que prestaram relevantes serviços ao desporto militar do Brasil.

A cerimônia de imposição da Medalha do Mérito Desportivo Militar foi presidida pelo Ministro da Defesa interino, General Joaquim Silva e Luna, a quem muito agradeço a deferência de haver sido agraciada com tão relevante condecoração, juntamente com outros 156 condecorados.

A condecoração que recebi traduz o reconhecimento do Ministério da Defesa por meu apoio ao Programa Força no Esporte - PROFESP, que tem por finalidade promover a inclusão social de crianças e adolescentes, por meio da prática esportiva orientada.

No início do ano passado, após conhecer o PROFESP e realizar visitas a instalações militares que o implementam, promovi a aproximação entre os responsáveis pelo programa e as autoridades municipais de

Barueri e região oeste de São Paulo.

Assim, no último dia 21 de agosto, realizou-se a aula inaugural do PROFESP, na Vila Militar de Oficiais de Barueri. O módulo do PROFESP na região vem beneficiando 200 alunos, sendo 100 meninos e 100 meninas, número que irá dobrar, nos próximos anos.

Durante o evento de hoje, tive a oportunidade de conhecer o General Walter Braga Netto e desejar-lhe todo o sucesso em sua missão de recuperar a credibilidade da segurança pública no Rio de Janeiro.

Como Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados (CREDN), tenho emprestado meu apoio à necessária intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro, tão necessária para a garantia da ordem no Estado e para o combate ao narcotráfico em nosso País.

Tenho certeza de que nossas Forças Armadas saberão desempenhar sua tarefa com notável espírito humanitário, tal como souberam fazer durante os 13 anos de presença do contingente militar brasileiro no Haiti.

Muito obrigada.

Documento 266/327

028.4.55.O Sessão Deliberativa Extraordinária -08/03/2018-
CD 12:24

Publ.: DCD - 3/9/2018 - FELIPE BORNIER-PROS -RJ
63

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Congratulações às mulheres brasileiras. Realização, pela Casa, de cerimônia de entrega da Medalha Mietta Santiago. Expectativa de ampliação da participação feminina na Câmara dos Deputados. Dificuldades para inserção de jovens no mercado brasileiro de trabalho. Anúncio de encontro da bancada federal fluminense com o Ministro Extraordinário da Segurança Pública, Raul Jungmann, destinado a debate sobre a intervenção federal na área da segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.



O SR. FELIPE BORNIER (Bloco/PROS-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente Deputada Mariana Carvalho, primeiramente, eu gostaria de parabenizar todas as mulheres do Brasil, muito bem representadas por V.Exa. na Presidência na data de hoje.

Aproveito a oportunidade também para dar parabéns à organização do evento de entrega da Medalha Mietta Santiago, no dia de hoje. Com certeza, Mietta Santiago foi uma mulher guerreira, que soube se valorizar e foi um diferencial, no passado, para que tantos direitos fossem adquiridos hoje, no presente.

Sabemos que a mulher brasileira tem que ser mais valorizada. Um exemplo disso é o que ocorre no Parlamento. Eu gostaria de ver mais mulheres entre os 513 Deputados Federais. Talvez esse número chegue a quase 10%, mas ainda é muito pouco.

Por isso, sempre falamos que os partidos políticos têm, sim, neste momento, uma responsabilidade grande de filiar mulheres para disputar o próximo pleito para Deputada Estadual, Deputada Federal, Governadora, Senadora. É assim que vamos avançar. Sabemos que as mulheres brasileiras têm um papel fundamental na sociedade. Precisamos, acima de tudo, fazer essa equiparação.

Quero parabenizar todas as mulheres do Brasil, em especial as que compõem a nossa equipe do gabinete, a nossa equipe da Liderança do PROS e a nossa equipe em todos os Estados. Vocês são pessoas que, diariamente, nos incentivam e nos motivam a fazer um trabalho cada vez melhor.

Faço uma homenagem também às mulheres que têm filhos desempregados. Hoje saiu um dado muito negativo: metade dos jovens corre o risco de não se inserir no mercado de trabalho. Hoje, às 15 horas, o Presidente da República vai assinar o decreto que institui o Sistema Nacional de Juventude.

Por isso, faço esse alerta: políticas públicas precisam ser implementadas e fiscalizadas. Além disso, talvez seja preciso incentivar um piso salarial melhor para essa juventude se incluir no mercado de trabalho. Não podemos olhar somente para os jovens que estão empregados; devemos, sim, priorizar aqueles que estão desempregados no Brasil.

Isso sem falar da grande quantidade de gestantes jovens no País. Não há um plano para conscientizar a juventude, que muitas vezes perde oportunidades por causa da gravidez. Isso é muito ruim, principalmente porque muitas jovens deixam de continuar os seus estudos.

Precisamos olhar um pouco mais para a área da educação, a fim de



melhorar a sua qualidade e fazer com que a juventude pelo menos conclua o ensino médio. Nós queremos um Brasil melhor, queremos avançar, queremos construir.

Neste momento, a Casa tem uma responsabilidade muito grande. Eu não gostaria que os Parlamentares ou mesmo o Presidente desta Casa ficassem apenas pensando em campanha eleitoral e lançamento de candidatura. Pelo contrário, este é o momento de construir o Brasil, olhar para a frente com responsabilidade e dinamismo, com planejamento estratégico, porque temos uma realidade a ser encarada no Brasil. Eu sou do Estado do Rio de Janeiro, que hoje se encontra sob intervenção federal e precisa, sim, de uma política pública construtiva.

Na próxima segunda-feira, ao meio-dia, a bancada do Rio de Janeiro, da qual eu faço parte, através da Comissão Especial que vai acompanhar a intervenção no nosso Estado, estará com o Ministro Raul Jungmann, porque precisamos saber de que forma será feito esse plano de combate à violência, à milícia, à corrupção e à criminalidade. Não podemos ficar de braços cruzados. Devemos conduzir o nosso mandato sob um olhar diferente, para fazer este Brasil avançar. Precisamos avançar! Este é o melhor momento. É na dificuldade que avançamos e crescemos. Eu estou muito otimista.

A população do Rio de Janeiro não quer, de maneira alguma, que isso seja uma manobra eleitoral, mas, sim, que se construa uma possibilidade de corrigirmos erros do passado que não foram encarados de acordo com a realidade e com firmeza. Precisamos de governantes que sejam sérios e façam uma política consciente.

O Plenário colocou isso de forma muito clara durante esta semana, não somente apresentando projetos de combate à violência contra a mulher, como também estabelecendo penalidades mais duras contra a violência que há hoje nas grandes metrópoles e na grande maioria dos Municípios do Brasil.

Hoje nós do PROS temos uma pauta positiva a apresentar para este Brasil e queremos diariamente dedicar o nosso mandato para a construção do País e para o seu avanço. É isto que está faltando hoje: consciência e responsabilidade.

Talvez devêssemos convocar sessões para segunda-feira e ficar aqui até sexta-feira, porque, no momento em que estamos antecipando o pleito eleitoral, precisamos ter uma responsabilidade maior com o Brasil que queremos.

Quero aproveitar o momento para dizer a V.Exas. que nós Líderes estamos nos comprometendo a debater melhor o Regimento Interno.



Não adianta ficarmos aqui em sessão até 1, 2 ou 3 horas da manhã. Não! Temos que melhorar isso. Temos organizar melhor a forma de se trabalhar nesta Casa. Há muita coisa que precisa ser mudada em termos da gestão dos trabalhos na Câmara.

Parabenizo V.Exa., que participou da ajuda ao Ministério da Defesa, em relação a um cheque de 250 mil reais, que vai ajudar muito a intervenção.

Há outro debate que precisamos fazer nos próximos dias: precisamos saber a forma como está sendo implementada a intervenção. Precisamos melhorar o sistema de segurança pública com tecnologia, com informações, com a junção das polícias, enfim, precisamos melhorar todo o sistema. Temos muito a avançar em pouco tempo. Por isso, temos que trabalhar esse tempo com qualidade.

De nossa parte, não vão faltar vontade e garra para apresentar uma pauta positiva, não só para o Rio de Janeiro, mas para todo o Brasil.

Neste momento, precisamos chamar à responsabilidade os 26 Estados do Brasil e o Distrito Federal, porque precisamos dar um choque de gestão e encontrar uma melhor forma de apresentar as soluções e de usar os recursos públicos que são destinados aos Estados através do Governo Federal.

Precisamos, sim, discutir melhor um pacto federativo que venha a ajudar os Municípios brasileiros, que estão hoje com grandes dificuldades. A todo momento, prefeitos vêm aqui pedir mais recursos para saúde, educação, habitação, segurança pública.

A situação da segurança pública tem que ser debatida com responsabilidade, com organização e, principalmente, com seriedade. Com certeza, este é o momento mais oportuno para que isso aconteça.

Na nossa bancada, vamos apresentar pautas positivas. Não teremos medo de encarar a realidade do Brasil em que vivemos. Somos sonhadores, temos expectativas e, sempre com otimismo, acreditamos que isso pode mudar.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiramente, quero dar parabéns a todas as mulheres pela luta, pela dedicação e pelo esforço em tornar o nosso Brasil um lugar melhor. Todo dia é dia de



homenagear e agradecer tudo o que fazem pela nossa sociedade.

Faço uma saudação especial àquelas mulheres que se dedicam aos seus filhos, sobrinhos, irmãos ou netos com algum tipo de deficiência. Hoje essas pessoas representam mais de 20% da população brasileira e merecem a nossa atenção e o nosso respeito.

O nosso País ainda engatinha quando o assunto é inclusão social, e essas mulheres travam uma batalha diária para garantir o mínimo de dignidade aos que dependem delas.

Na semana em que lembramos a luta das mulheres, destacamos o avanço da legislação relacionada à primeira infância. Hoje comemoramos 2 anos da criação do Marco Legal da Primeira Infância. No entanto, nós nos deparamos com os jornais destacando que a nossa juventude está com as portas fechadas para o futuro.

Um estudo do Banco Mundial, divulgado nesta semana, mostra um cenário de desalento para a juventude. Com um sistema educacional falho e pouco conectado com as necessidades do setor privado, mais da metade dos jovens brasileiros de 15 a 29 anos não tem interesse na profissionalização e pode ficar fora do mercado de trabalho nos próximos anos.

Esse dado equivale a 25 milhões de brasileiros que vão deixar de produzir e podem não ter um futuro. Tudo isso ocorre porque o nosso sistema educacional ainda engatinha e está longe de ser uma referência na formação do cidadão.

O estudo é ainda mais preocupante quando aponta que 11 milhões de brasileiros são tachados como "nem nem", ou seja, nem estudam, nem estão inseridos no mercado, ainda que informal.

Esses números demonstram que milhares de jovens estão "condenados" à informalidade e, muitas vezes, à criminalidade, como acontece no meu Estado do Rio de Janeiro. Além disso, essa situação causa impactos negativos graves na produtividade e no desenvolvimento do País.

Com essas deficiências na educação, o Brasil é o único País em que anos a mais de estudo não impactam a produtividade da Nação. O impacto mais grave desse desengajamento econômico é o jovem ter poucas oportunidades no mercado e ter que procurar outros meios para se inserir na sociedade.

Precisamos ter em mente que todas as nossas ações impactam, de alguma forma, o nosso futuro. Investir nas bases da educação e na formação do jovem, oferecendo a ele oportunidades no mercado de

trabalho, é o melhor caminho para construirmos uma sociedade produtiva, justa e próspera no futuro.

Muito obrigado.

Documento 267/327

028.4.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária	-08/03/2018-
	CD	12:24
Publ.: DCD - 3/9/2018 - 67	JOSÉ ROCHA-PR -BA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Congratulações do PR à mulher brasileira por ocasião do transcurso do Dia Internacional da Mulher e à Deputada Mariana Carvalho, representante da bancada feminina na Mesa Diretora da Casa. Expectativa de reestruturação da segurança pública no País a partir da intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. JOSÉ ROCHA (Bloco/PR-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Ilustre Presidente Mariana, eu quero, em nome do meu partido, o PR, e do bloco que representamos nesta Casa, parabenizar a mulher brasileira por este dia importante, que representa a luta da mulher para conquistar seus espaços, a luta da mulher para ser reconhecida em todos os seus direitos.

Aqui nesta Casa, nós temos uma bancada de mulheres bravas. V.Exa. é uma dessas que trabalha e defende um espaço cada vez maior para a mulher. Nós, certamente, também pensamos nessa mesma linha e oferecemos o nosso apoio. Portanto, quero parabenizar V.Exa., que é a representante das mulheres na Mesa Diretora desta Casa.

Peço a V.Exa., minha querida Presidente Mariana, que considere como lido o meu pronunciamento que trata da situação da segurança pública no nosso País e da intervenção no Rio de Janeiro.

O PR, que representa não só o Rio de Janeiro, mas vários Estados que se encontram nessa mesma situação, solidariza-se com todos e espera que a segurança realmente volte a reinar nos lares e na vida de todas as pessoas.

Peço a V.Exa. que este pronunciamento seja divulgado por todos os



meios de comunicação desta Casa.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Presidência da República tomou uma decisão que teve enorme repercussão em nosso País: decretou intervenção federal na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.

Em nome da Liderança do PR nesta Casa, especialmente em nome dos nossos colegas da bancada do PR que representam o Estado do Rio de Janeiro, registro que apoiamos a medida, pois as ações das forças de segurança estavam comprometidas e fora de qualquer controle.

A crise enfrentada pela segurança pública, não somente no Rio de Janeiro, mas em todo o País, tem sido motivo de inúmeras ações da nossa bancada. Inclusive, em outubro de 2017, realizamos um importante seminário nesta Casa, com o tema *Segurança Já!*

Durante o seminário, colhemos diagnósticos e sugestões valiosas de Ministros do Supremo Tribunal Federal, do Governo Federal, de secretários estaduais de segurança, de especialistas no assunto, entre outros.

Um dos temas mais debatidos foi a situação precária da segurança na área de fronteira. O nosso País possui cerca de 17 mil quilômetros de fronteira terrestre com dez países da América do Sul, além de outros sete mil quilômetros de fronteira marítima. É justamente na extensa área de fronteira terrestre que a nossa segurança apresenta mais falhas. O número de postos de controle da Polícia Federal, da Receita Federal e das próprias Forças Armadas é extremante deficitário.

Mas, para garantir segurança em áreas de fronteira, não bastam postos de controle. É preciso investimento em serviços de inteligência, em tecnologia, com o uso de radares, sensores, satélites e demais instrumentos que permitam o monitoramento e a transmissão de dados.

A nossa esperança para superar a vulnerabilidade do nosso imenso território era o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), cuja implantação teve início em 2012. Estamos em 2018 e, infelizmente, até hoje o SISFRON só monitora 4% das fronteiras do

País.

Fronteiras desprotegidas são como portas abertas para o tráfico internacional de drogas, o contrabando de armamentos e de mercadorias, além do tráfico de seres humanos, entre outros.

Além da preocupação com as fronteiras, a nossa bancada tem outra preocupação: a implantação de um sistema penitenciário que permita a reeducação e a reinserção do apenado à sociedade.

Para isso, defendemos a construção de mais presídios, para que se permita ao preso trabalhar e estudar durante o cumprimento da pena. Também defendemos o aumento do efetivo das forças de segurança, com remuneração justa e treinamento e equipamento adequados.

Todas essas questões serão debatidas em outro seminário que vamos realizar em agosto deste ano.

Segurança já!

Documento 268/327

032.4.55.O Sessão Deliberativa Ordinária - CD 13/03/2018-17:00
Publ.: DCD - 3/14/2018 - 91 BENEDITA DA SILVA-PT -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Desacerto da intervenção das Forças Armadas na Vila Kennedy, no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu queria fazer este registro porque estou entendendo, assim como todos no Estado do Rio de Janeiro, que a intervenção militar não está dando certo.

Agora, toda essa intervenção que aconteceu na Vila Kennedy foi pura e simplesmente substituída, a fim de dar à Prefeitura respaldo para derrubar com tratores os quiosques dos trabalhadores de pequeno negócio na praça da Vila Kennedy. Com o desemprego enorme que existe no Rio de Janeiro, como é que nós podemos deixar que a população passe por isso?

Já aconteceu o fichamento daquela comunidade que nós

consideramos ilegal. Aquela comunidade já passou por grandes constrangimentos, e agora ainda vem mais isso! Vão tirar o pão da boca daqueles trabalhadores que gastaram 2, 3 ou 4 mil reais para montar um quiosque, Sr. Presidente.

Solicito a divulgação do meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira) - Seu pedido está deferido.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, de forma inacreditável, na contramão do que seria um combate conseqüente à violência, a intervenção militar dá cobertura para que os fiscais da Prefeitura do Rio de Janeiro derrubem com tratores os quiosques do pequeno negócio de trabalhadores e trabalhadoras na praça da Vila Kennedy, Zona Oeste do Rio. E isso tudo na frente dos moradores revoltados, que já tinham sido vítima de fichamento ilegal e do constrangimento da liberdade constitucional de ir e vir impostos pela intervenção do Temer.

Três semanas após o início da intervenção militar no Rio, a população já começa a perder a ilusão inicial e ver que tudo é mais do mesmo. A intimidação militar aos moradores das favelas e periferias e as revistas até nas mochilas de criança são exemplos disso.

O que as entidades populares e os especialistas em segurança disseram desde o início - que não se combate criminalidade com tanques e fuzis, mas com inteligência policial a serviço de um plano consistente de segurança pública - é o que começamos a ver, com a falta de resultados efetivos e a sobra de intimidação contra o povo protagonizada pela intervenção militar.

Era o que eu tinha a dizer.



Sumário

Recrudescimento da violência no País. Revisão do Estatuto do Desarmamento. Necessidade de aprovação pela Casa de proposições destinadas ao fortalecimento da área de segurança pública.

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (Bloco/PR-MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos assistindo, principalmente neste início de ano, ao recrudescimento da violência, tanto no Estado de V.Exa. como no Brasil como um todo.

O ano passado, em janeiro, começou com aquela carnificina nas penitenciárias de Amazonas, Roraima, Rio Grande do Norte, entre outras. Este ano começou com uma roubalheira a todo custo ao ponto de, na maior festa cultural do País, que é o carnaval, no Rio de Janeiro assistirmos a cenas lamentáveis.

Já vínhamos há muitos anos pedindo desta tribuna, juntamente com outros Deputados, a criação do Ministério da Segurança Pública e também, lógico, uma intervenção no Rio de Janeiro. Depois do carnaval, depois daquelas cenas transmitidas para o mundo todo sobre arrastões, mortes, bala perdida e outras violências brutais, o Presidente resolveu fazer uma intervenção no Rio de Janeiro e criar o Ministério da Segurança pública.

Sr. Presidente, eu fico satisfeito em saber que pelos menos estão tentando tomar providências com relação a essa violência, mas entendo também que a legislação tem que ser mudada. Parece-me que estamos indo nesse sentido, o de mudar a legislação e endurecê-la, principalmente a legislação processual penal e a legislação de execução penal, que está muito branda. Está muito fácil: a pessoa vai presa e, dentro da cadeia, usa telefone, faz sexo, come *pizza*, come do bom e do melhor. E, se não estiver bom, atea fogo na penitenciária. Temos que acabar com esse negócio.

Temos que acabar com essas explosões de caixas eletrônicas pelo Brasil a fora, mortes, latrocínios, tomadas de cidades, ações terroristas por todo o País. Vamos aprovar o PL 5.065/16, que transforma os crimes de tomada de cidades - como os ocorridos em Uberaba, no interior de São Paulo, no Rio de Janeiro e no País inteiro - em crimes de terrorismo.

Precisamos rever o Estatuto do Desarmamento, dar novamente ao



cidadão o direito que lhe foi cerceado em 2003, no apagar das luzes de dezembro, quando, no último dia legislativo, na última hora, com mentiras, aprovou-se um estatuto que proíbe o uso de armas pelo brasileiro, como se isso fosse resolver o problema! A maioria deste Congresso que aqui está aprovou esse nefasto Estatuto. Temos que rever isso, porque os homicídios cresceram, e a população ficou desguarnecida.

Sr. Presidente, V.Exa. está indo no caminho certo. Esta é a toada que tem que ser conduzida: endurecer, resgatar novamente a credibilidade do Estado, que está do jeito que está, com a violência tomando conta do nosso País. Presidente Rodrigo Maia, vamos continuar nessa toada, aprovar o pacote de segurança, o Sistema Único de Segurança Pública - SUSP, projetos que realmente surtam efeitos, e, aí sim, os criminosos realmente sentirão que neste País se tomaram as rédeas.

Não podemos deixar acontecer o que está acontecendo no Rio de Janeiro: as Forças Armadas serem desmoralizadas, assaltos acontecerem em frente a quartéis das Forças Armadas e a quartéis de polícia, assassinatos, como o que aconteceu nesse final de semana, de uma moça grávida de 5 meses, em quem foi feita uma cesariana, e estão tentando animar o filho.

Portanto, providências têm que ser tomadas.

Sr. Presidente, com a permissão de V.Exa., vou ceder 5 minutos para o Deputado Capitão Augusto, que também é Vice-Líder. Eu vou terminar e passar agora a palavra a ele, que assumirá a tribuna.

Documento 270/327

032.4.55.O

Sessão Deliberativa Ordinária - CD 13/03/2018-17:44

Publ.: DCD - 3/14/2018 - 108 MIRO TEIXEIRA-REDE -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Apresentação de recurso à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania sobre a parte final da decisão da Presidência da Casa sobre questão de ordem acerca da tramitação de proposta de emenda à Constituição durante a vigência da intervenção federal na área da segurança pública do Estado do Rio de



Janeiro.

O SR. MIRO TEIXEIRA (REDE-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu fui autor da questão de ordem. Cumprimento V.Exa., em parte, pela deliberação, e recorro da parte final, se assim for possível, para que possamos ter um debate sereno.

Na prática, é claro que na Comissão Especial, e V.Exa. defere a tramitação na Comissão Especial, isso vai demandar 40 sessões, no mínimo, até.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - No mínimo, 11.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Sim, as 11 necessárias ao emendamento, mas podem ser 40 sessões no total. Pode haver audiência pública e tudo o mais. Estamos em ano eleitoral, também, e penso que as sessões não serão contadas seguidamente. Não há uma discussão, conseqüentemente, objetiva, casuística, digamos - casuística no sentido etimológico da palavra.

Trata-se de um princípio que eu creio que está mal interpretado, porque o decreto do Presidente da República não é de intervenção federal no Rio de Janeiro. A ementa, curiosamente, é de intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

O art. 1º - estou falando de cor - diz que se trata de intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro, e um parágrafo, ou parágrafo único ou § 1º, diz que essa intervenção se limitará à área de segurança.

Então, a Constituição, nesse caso, não está absolutamente projetando suas luzes sobre uma intervenção federal em uma Unidade da Federação. Este caso do Estado do Rio de Janeiro não tem previsão constitucional. Nesse dispositivo não há essa previsão.

Então, eu quero levar à Comissão de Constituição e Justiça exatamente um debate que envolverá o próprio decreto, senão o Governo Federal pode paralisar o Congresso Nacional, a prerrogativa de emendamento da Constituição, a qualquer momento, dizendo que está ali sendo cumprida a Constituição. Mas não está! Porque a Constituição é clara, pois fala de quando existe intervenção no Estado, e não houve intervenção no Estado.

Mas eu cumprimento V.Exa. e peço que a Secretaria tome as providências para que apenas a parte final vá para a Comissão. Desde já, os partidos poderiam indicar os seus representantes na Comissão Especial, para que o tema seja debatido.



Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A Comissão de Constituição e Justiça certamente será instalada na próxima semana.

O SR. MIRO TEIXEIRA - A Comissão de Justiça já aprovou, até.

Documento 271/327

032.4.55.O

Sessão Deliberativa Ordinária - CD 13/03/2018-17:48

Publ.: DCD - 3/14/2018 - 108 ESPERIDIÃO AMIN-PP -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Apoio ao pronunciamento do Deputado Miro Teixeira, a respeito da intervenção federal na área de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro. Solicitação aos membros da Comissão Especial de aprovação da proposta de emenda à Constituição sobre a extinção dos terrenos de marinha.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu quero fazer dois comentários, Sr. Presidente. Primeiro, eu quero cumprimentar o Deputado Miro Teixeira e V.Exa. por nos trazerem este assunto de maneira tão solidamente fundamentada.

Eu não tenho dúvidas, Deputado Miro Teixeira, de que, apoiado no art. 84, o que se está praticando, no Rio de Janeiro, é, de verdade, uma intervenção no sentido de preservar, ou seja, de garantir a lei e a ordem. Isso é matéria infraconstitucional, porque o poder constituído pela eleição não foi afastado. Há consenso com o Governador do Rio de Janeiro, e, portanto, ela não se reveste daquelas características muito bem lembradas pelo Deputado Miro Teixeira.

Mas quero aproveitar a oportunidade, aí, sim, casuisticamente, para pedir o seu empenho pessoal, o empenho dos Deputados Federais que conhecem o assunto para nos ajudar, Sr. Presidente, a termos, pelo menos no âmbito da Comissão Especial que eu presido, uma discussão e a aprovação, Deputado Arnaldo Jordy, da PEC que versa sobre a extinção dos terrenos de Marinha. Isso é uma obra de Governo que um Presidente constitucionalista, como o Michel Temer, não

poderia deixar de praticar. E acho que V.Exa., que conhece o assunto, dará uma grande satisfação não só ao eleitorado do Rio de Janeiro, mas do Brasil, ajudando-nos, com o seu prestígio, a ver aprovado esse texto equilibrado, elaborado pelo Deputado Alceu Moreira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A Comissão está autorizada. Vamos trabalhar agora para, pelo menos, ter o texto aprovado pela Comissão.

Documento 272/327

032.4.55.O Sessão Deliberativa Ordinária - CD 13/03/2018-17:48
Publ.: DCD - 3/14/2018 - 109 SILVIO COSTA-AVANTE -PE
CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Questionamento sobre a possibilidade de tramitação de proposta de emenda à Constituição durante a intervenção federal na área de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. SILVIO COSTA (Bloco/AVANTE-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, faz 15 dias que eu fui à tribuna exatamente com esse mesmo questionamento. Quero parabenizar o Deputado Esperidião Amin, o Deputado Miro Teixeira e também V.Exa. Esse é um assunto a que esta Casa efetivamente tem que dar muita atenção, porque, na verdade, o que aconteceu foi que Michel Temer fez, sim, uma intervenção na segurança do Rio de Janeiro, ponto. Isso está muito claro! Ele não fez uma intervenção no Estado, como diz a Constituição. O Governador Pezão continua lá! Foi apenas na segurança pública. Isso não pode parar o Congresso Nacional.

Eu até disse a V.Exa., por exemplo, que estava na hora de nós discutirmos o fim do foro. V.Exa. me respondeu: "*Eu não posso, por conta da intervenção*". Foi assim que começou o nosso diálogo. Mas eu acredito que se pode, por exemplo, discutir o fim do foro.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não se pode.

O SR. SILVIO COSTA - Agora, eu queria ir além. Além da decisão da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC, se efetivamente a CCJC não tiver a compreensão de que está errada a leitura de que não podemos votar emendas, se a CCJ não acolher essa decisão, que V.Exa. consulte o Supremo Tribunal Federal. Esta Casa não pode continuar desse jeito.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Já há um mandado de segurança do Deputado Arnaldo Faria de Sá, inclusive a minha resposta é baseada na resposta da questão de ordem de hoje.

O SR. SILVIO COSTA - Parabéns!

Documento 273/327

032.4.55.O Sessão Deliberativa Ordinária - CD 13/03/2018-17:52
Publ.: DCD - 3/14/2018 - 110 MIRO TEIXEIRA-REDE -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Pedido à Presidência de apensação de discursos dos Deputados Esperidião Amin e Silvio Costa à questão de ordem formulada pelo orador. Defesa da tramitação de propostas de emenda à Constituição durante a intervenção federal na área de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. MIRO TEIXEIRA (REDE-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, se V.Exa. me permite, para instruir a minha questão de ordem, eu peço que se juntem as falas dos Deputados

Esperidião Amin e Silvio Costa.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Presidente...

O SR. MIRO TEIXEIRA - Agora, a rigor, nós estaremos permitindo uma manipulação da Constituição se ficarmos calados em relação a isso. Sempre que o Poder Executivo quiser paralisar a capacidade de o Congresso Nacional funcionar como constituinte derivado, ele fará uma intervenção dizendo que é num setor. Agora foi em segurança, mas pode ser em saúde em qualquer outro Estado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Eu concordo com a sua preocupação, mas o Parlamento tem o poder de rejeitar também o decreto.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Presidente...

O SR. LUIZ CARLOS HAULY - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Se parecer uma interferência na tramitação de uma emenda constitucional, o Parlamento pode derrubar a decisão.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Eu concordo com V.Exa.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Presidente, justamente nesse sentido...

O SR. MIRO TEIXEIRA - Cada momento é um momento...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. LUIZ CARLOS HAULY - Sr. Presidente...

O SR. MIRO TEIXEIRA - ...de recurso à Comissão de Justiça, eu peço que se junte a argumentação do Deputado Esperidião Amin, que coincide com a minha inicial.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - E do Deputado Silvio Costa.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Isso deveria ser tratado como matéria infraconstitucional porque não é intervenção. O decreto é ambíguo e paradoxal até. A ementa decreta intervenção do Estado, enquanto um parágrafo diz que se limita à segurança.

Isso é muito perigoso. O Rio de Janeiro precisava disso neste momento. Não interessa se é sob a forma de intervenção ou garantia da lei da ordem. O que interessa é o que está se passando lá, e



precisava. Mas essa interpretação eu não gostaria...

V.Exa. diz que o Deputado Arnaldo Faria de Sá já foi ao Supremo. Todo Parlamentar tem o direito de ir, em mandado de segurança, em defesa do direito subjetivo do exercício do mandato. Eu acho que nós temos que resolver as coisas aqui na discussão política.

Então, que a Comissão de Constituição e Justiça pautar para nós discutirmos, e verificarmos aqui em Plenário, talvez, num outro momento, o que fazer nessa circunstância.

A aprovação de decreto irregular não elide a irregularidade.

Documento 274/327

032.4.55.O

Sessão Deliberativa Ordinária - CD 13/03/2018-17:52

Publ.: DCD - 3/14/2018 - 111 MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

GRANDE EXPEDIENTE

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Posicionamento da oradora favorável à paralisação do trâmite de propostas de emenda à Constituição durante a vigência da intervenção federal na área de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro. Pedido à Presidência de início da Ordem do Dia. Congratulações ao Presidente Rodrigo Maia pela pré-candidatura à Presidência da República. Apoio ao lançamento da candidatura do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à sucessão presidencial.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, não é por acaso que a Constituição traz esse dispositivo tão claro de que em determinadas circunstâncias - como, por exemplo, a intervenção, ou mais graves - não há possibilidade de ela ser modificada. É um resguardo que o Constituinte estabeleceu ao texto que tem tanta importância que precisa ser mais permanente, porque é a Carta Maior.

Do ponto de vista da nossa posição aqui em plenário, nós certamente compreendemos o recurso estabelecido, mas nos parece mais adequada uma visão em que não prospere a análise, pelo Plenário, de



matéria constitucional.

Sinceramente, Sr. Presidente, inclusive no plano mais restrito do meu mandato, mais pessoal, eu creio que o melhor seria que a própria tramitação ficasse neste momento paralisada, porque a não apreciação de proposta de emenda à Constituição é nesse período uma preservação também dos mandatos justamente contra pressões que possam existir para se reparar, para se alterar a Constituição, de acordo com o Estado de exceção, já que a Constituição indica a existência de um Estado - querendo-se ou não, diferente do estado natural, do estado de normalidade, não é natural ou normal a existência da intervenção em nenhuma Unidade da Federação. Por isso todo esse rito.

Então, na verdade, eu concordei mais com a observação que V.Exa. trouxe inicialmente do que com o recurso apresentado. Mas, é claro, a CCJ poderá analisar. E creio que o Partido dos Trabalhadores se posicionará contra a alteração constitucional.

Também queria referir que vários colegas muitas vezes fazem pronunciamento sugerindo recursos ao STF. Ora, Sr. Presidente, será que não está na hora de esta Casa ter em relação aos demais Poderes alguma capacidade maior ela própria de dirimir ao máximo as suas dúvidas e concluir sobre caminhos que ela, como Parlamento, como Legislativo e como poder instituído, também tem?

Eu me filio mais a essa posição de menos; de quanto menos, melhor. É claro que está dentro da possibilidade de cada Parlamentar utilizar essa busca do Poder Judiciário, mas o Parlamento tem que se diferenciar do Poder Executivo e do Poder Judiciário. Isso é autonomia.

Sr. Presidente, eu queria lhe fazer, neste momento, um pedido para que entrássemos na Ordem do Dia, porque acho que já temos uma matéria sobre a outra, também queremos votar.

Por último, destaco o lançamento da sua candidatura. Espero que tenhamos uma eleição totalmente democrática neste ano. Eu saúdo V.Exa. e quero dizer que é importante as candidaturas serem apresentadas. Faço esta saudação à sua candidatura ao mesmo tempo em que olho para o processo eleitoral e penso: como pode alguém, em sua consciência, querer tirar o direito do Presidente Lula de ser candidato?

Peço a todos, senhoras e senhores, que se posicionem pela Constituição, pelo direito de Lula ter o *habeas corpus*, pelo direito fundamental, pelos direitos fundamentais, pelas garantias políticas e constitucionais.

E saúdo mais uma vez V.Exa., que estará nas próximas eleições disputando os votos dos brasileiros e brasileiras com o Presidente Lula e com várias outras candidaturas.

Peço a Ordem do Dia, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Obrigado.

Documento 275/327

032.4.55.O Sessão Deliberativa Ordinária - CD 13/03/2018-17:56
Publ.: DCD - 3/14/2018 - 112 LUIZ CARLOS HAULY-PSDB -PR
CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Necessidade de autorização, pela Presidência da Casa, da tramitação de proposta de emenda à Constituição durante a vigência de intervenção federal na área de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Rodrigo Maia, eu quero aqui também comungar com o pensamento e com a análise do Deputado Miro Teixeira e do Deputado Esperidião Amin. Não pode o Parlamento ficar submetido a um decreto de intervenção, não no Estado do Rio de Janeiro, mas exclusivamente na segurança. Imagine se fosse uma intervenção na saúde do Estado de São Paulo, na educação do Estado da Paraíba? É um instrumento tão forte e tão poderoso, que não pode ser utilizado para inibir a tramitação de emenda constitucional no Parlamento. Isso é um prejuízo muito grande para o País.

Espero que V.Exa., pela autonomia do nosso Poder Legislativo e da Câmara dos Deputados, tome providências com relação a essa decisão. Essa decisão foi tomada tacitamente pelas duas Casas. Como sempre, passivamente, é uma interpretação do Executivo que não tem fundamento.

O Deputado Miro Teixeira está corretíssimo, tendo sido depois corroborado pelo Deputado Esperidião Amin. Eu já havia conversado com S.Exa. a respeito do assunto. Eu espero que V.Exa. possa

realmente repor isso.

O Governo não tem como votar e aprovar a reforma da Previdência? Esse é um problema político. Ele que rearme as suas forças! O que não pode ocorrer é a paralisação de todas as demais matérias constitucionais. Já consultei vários constitucionalistas, que também têm a mesma opinião.

Eu tenho certeza de que V.Exa., pela independência do Poder Legislativo, haverá de autorizar a tramitação de emendas constitucionais.

Documento 276/327

032.4.55.O Sessão Deliberativa Ordinária - CD 13/03/2018-18:00
Publ.: DCD - 3/14/2018 - 112 PAULO PIMENTA-PT -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Consulta à Presidência sobre a possibilidade de tramitação de proposta de emenda à Constituição durante a vigência de intervenção federal. Solicitação de início da Ordem do Dia.

O SR. PAULO PIMENTA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, eu me recordo, caso não seja uma falha na minha memória, que V.Exa. chegou a dizer publicamente que conversaria com a Presidenta do Supremo Tribunal Federal, no sentido de que nós não corrêsemos o risco de uma interpretação sobre a possibilidade de tramitação das PECs que pudesse posteriormente gerar uma judicialização, criando uma situação desagradável.

Pergunto, de maneira bastante cordial, se essa é uma decisão eminentemente de V.Exa. ou se ela reflete algum tipo de interpretação mais ampla sobre essa questão, que sei é controversa, mas eu gostaria de consultá-lo a respeito disso.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A decisão é da Mesa, até porque tive a oportunidade de consultar apenas alguns Ministros e juristas, e as posições eram muito diferentes. Portanto, nem entre os juristas

havia uma posição única. A posição tomada foi uma decisão minha com a assessoria jurídica da Câmara dos Deputados apenas.

O SR. PAULO PIMENTA - Quero informar a V.Exa. que, diante dessa decisão, nós iremos fazer uma análise, ouvindo juristas e constitucionalistas. Essa é uma situação nova que o País nunca vivenciou.

Vamos informá-lo, tão logo tenhamos uma opinião conclusiva, se iremos ou não questionar a constitucionalidade dessa interpretação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está ótimo.

O SR. PAULO PIMENTA - Eu gostaria que V.Exa. soubesse disso a partir da minha manifestação, para manter a relação que temos pautado de respeito e transparência com a Mesa, especialmente sob a sua Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Obrigado, Líder.

O SR. PAULO PIMENTA - Eu queria solicitar o início da Ordem do Dia, Presidente, pois já temos quórum.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Ela já vai começar, Deputado.

Documento 277/327

033.4.55.O

Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/03/2018-
CD 19:48

Publ.: DCD - 3/14/2018 -
185 - EVAIR VIEIRA DE MELO-PV -ES

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Apelo ao Governo Federal em favor da transferência das atribuições do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT no Estado do Espírito Santo para o Departamento de Engenharia e Construção do Exército.

O SR. EVAIR VIEIRA D E MELO (PV-ES. Como Líder. Sem revisão do



orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós somos testemunhas do avanço na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro com a intervenção federal em virtude das consequências da intervenção no sistema de segurança do nosso Estado vizinho.

Hoje eu venho fazer um apelo para que seja feita uma intervenção com as forças militares também no DNIT do Estado do Espírito Santo. Está insuportável a incapacidade do DNIT do nosso Estado de resolver os nossos problemas. O DNIT não consegue liderar uma operação tapa-buraco na BR-262; não consegue remover uma pedra do meio do caminho na BR-259; não consegue dar as respostas de que o Espírito Santo precisa.

Os carros a serviço da saúde, da educação, bem como os produtores rurais a caminho da CEASA, os representantes do setor de rochas ornamentais, da pecuária de leite e de corte do meu Estado estão sofrendo, porque o DNIT não consegue manter as estradas decentes, para que possamos ter um tráfego seguro.

Sugiro entregarem o DNIT às Forças Armadas. Eu tenho certeza de que, se o setor de engenharia do Exército tivesse assumido o DNIT do Espírito Santo, com o orçamento que há em caixa, aquela pedra na BR-259 já teria sido removida há muito tempo; a rodovia já estaria com o trânsito totalmente liberado; as barreiras já teriam sido retiradas; e os buracos já estariam tapados. Eu tenho certeza de que o Departamento de Engenharia e Construção do Exército já teria feito a duplicação da BR-262, no trecho de 7 quilômetros, e já teria tapado os buracos dessa rodovia.

Eu conheço órgão incompetente e incapaz, mas o DNIT está superando todas as expectativas da incompetência no Estado do Espírito Santo. Querem conhecer um órgão que não funciona? É o DNIT no Espírito Santo.

Por isso, o meu apelo ao Governo Federal é para que convoque o Departamento de Engenharia e Construção do Exército para assumir o comando do DNIT no Espírito Santo. Assim, poderá assumir as obras da BR-262 - porque há orçamento, há dinheiro - e as obras de manutenção e recuperação da BR-259, retirando aquela pedra e tapando aqueles buracos.

Intervenção no DNIT do Estado do Espírito Santo já!



CD

Publ.: DCD - 3/15/2018 - LEÔNIDAS CRISTINO-PDT -CE
47

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS PEQUENO EXPEDIENTE

PEQUENO
EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Realização de investimentos na área de segurança pública pelo Governo do Estado do Ceará. Atuação, no Estado, de ramificações de organizações criminosas sediadas nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Aperfeiçoamento da máquina pública cearense nas últimas 3 décadas. Crítica a discursos em defesa de intervenção federal na área de segurança pública do Ceará.

O SR. LEÔNIDAS CRISTINO (PDT-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ao longo dessas 3 últimas décadas, sustentado por um esforço continuado, articulado e responsável dos seus governantes, o Ceará priorizou o aperfeiçoamento da máquina pública e primou por um regime rigoroso de austeridade e responsabilidade fiscal.

No que se refere à segurança pública, são notáveis os números demonstrativos dos fortes investimentos estratégicos que o Governo do Ceará tem feito nessa área. Em 2017, foram investidos em segurança pública 2,89% do total dos investimentos, sendo 90% desses recursos oriundos do Tesouro estadual. Esconder essa realidade com discurso falacioso e oportunista é apequenar-se na política rasteira. A sociedade está atenta a essas falácias e não se deixará enganar por esse tipo de manobra politiqueira.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que autorize a divulgação do meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Deferido o seu pedido.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a decretação da intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro trouxe ao topo da agenda política nacional um dos temas que mais agoniza a Nação. Há anos a violência rouba a paz da sociedade, e o quadro geral de insegurança ocupa lugar central nas preocupações dos brasileiros.



Nesse período, *pari passu* a outros graves problemas do País, elevaram-se os índices de criminalidade, marcadamente os de homicídios e de tráfico de armas e drogas, praticados sobretudo por facções criminosas. Esse avanço criminoso foi facilitado pela paralisia, negligência e ausência de planejamento do poder público, em especial do Governo Federal, e pela falta de um plano nacional de segurança que apoie e integre todos os entes federativos e priorize a atenção às fronteiras.

A situação do Rio de Janeiro é a representação exacerbada do flagelo da segurança pública em outras cidades brasileiras, amplificado pela exploração midiática, e da crise aguda e generalizada das funções de Estado.

O Ceará foi mais recentemente atingido de forma exponencial pelas ações de facções que atuam como ramificação das organizações criminosas sediadas no Rio de Janeiro e São Paulo. A imagem mais cruel desse novo cenário de violência no Estado foi uma chacina hedionda ocorrida no final de Janeiro deste ano.

Em 2017 essa nova realidade marcou assustadoramente a sociedade cearense com mais de 5 mil assassinatos.

Os comparativos da violência nos Estados do Ceará e Rio de Janeiro, contudo, cessam por aí, no recrudescimento das estatísticas desse nefasto fenômeno urbano que impõe terror e medo à família brasileira.

No que diz respeito às condições gerais das funções de Estado e, especificamente, à atenção dispensada à estrutura da segurança pública, não há paralelo entre as duas unidades federativas.

Enquanto o Rio de Janeiro sofre as consequências desastrosas do desarranjo da sua economia e do descalabro rotundo das contas públicas, o Ceará dá exemplo para o Brasil.

Ao longo das 3 últimas décadas, sustentado por um esforço continuado, articulado e responsável dos seus governantes, o Ceará priorizou o aperfeiçoamento da máquina pública; primou por um regime rigoroso de austeridade e responsabilidade fiscal e qualificação de despesas; otimizou os incentivos fiscais voltados à implantação de projetos estruturantes e construiu uma parceria de apoio e confiança mútua com o setor produtivo.

Hoje, ao mesmo tempo em que o Rio de Janeiro sofre com uma paralisia dos investimentos públicos, o Ceará incrementa o volume de investimento em infraestrutura econômica e social; expande os empreendimentos instalados; estimula a atração de novos negócios; mantém seus compromissos rigorosamente em dia, inclusive o



pagamento do funcionalismo estadual; e apresenta, de acordo com estudo da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro - FIRJAN, a melhor situação fiscal entre todas as Unidades da Federação.

Sr. Presidente, no que se refere à segurança pública, são notáveis os números demonstrativos dos fortes investimentos estratégicos que o Governo do Ceará tem feito nessa área.

Os esforços do Governador Camilo Santana têm como resultados visíveis a ampliação do efetivo, a aquisição de equipamentos, viaturas e de tecnologias, associados à melhoria da cobertura tanto na Capital quanto no interior do Estado.

Até o fim deste ano, já terão sido adicionados ao sistema de segurança, desde 2015, cerca de 9 mil profissionais, na Capital, na Região Metropolitana de Fortaleza e no interior, entre policiais militares e civis, bombeiros militares, peritos forenses, agentes penitenciários e socioeducadores.

Nesse mesmo período, foram adquiridas 900 viaturas e mil motos para o Batalhão de Policiamento de Rondas e Ações Intensivas e Ostensivas - BPRaio e Força Tática da Polícia Militar.

Desde 2014, o Governo ampliou de 13 para 27 o número de delegacias 24 horas. Mais de 700 câmeras de videomonitoramento estão sendo instaladas em 37 cidades com população acima de 50 mil habitantes.

No Ceará, em 2017, foram investidos em segurança pública 2,89% do total dos investimentos, sendo 90% desses recursos oriundos do Tesouro estadual, uma participação crescente no investimento total 28,44% maior do que em 2016 e 65,14% superior à de 2015.

Todos esses investimentos são somados à política de atenção e cuidados com os profissionais com capacitação, treinamentos, promoções e melhorias salariais e das condições de trabalho.

Esconder essa realidade com discurso falacioso e oportunista é apequenar-se na política rasteira. Tentar assemelhar as situações dos dois Estados e, a partir daí, bradar por uma intervenção federal no Ceará nos moldes da que foi decretada no Rio de Janeiro é aproveitar-se de um drama real e sofrido da sociedade para encaixar um discurso eleitoral. Mais do que uma prática tacanha abominável, isso denota conduta de desrespeito à população cearense.

Para além do legítimo embate de ideias e confrontação de opiniões, essa é uma atitude reveladora de frustrações políticas, quanto mais porque as vozes que reverberam essa impropriedade são as mesmas que se posicionaram sucessivamente contra os direitos dos

trabalhadores; a favor do congelamento dos gastos públicos, inclusive para a segurança; e por duas vezes seguidas ajudaram o Presidente Temer a se safar de investigações pelo Supremo Tribunal Federal - STF, por suspeita de crime.

A sociedade está atenta a essas falácias e não se deixará enganar por esse tipo de manobra politiqureira. Essa é mais uma razão para motivar o cearense a acompanhar e avaliar o comportamento dos seus representantes e dar uma resposta à altura, fazendo as escolhas certas nas eleições de outubro.

Documento 279/327

034.4.55.O Sessão Deliberativa Ordinária - CD 14/03/2018-17:20
Publ.: DCD - 3/15/2018 - 126 CHICO ALENCAR-PSOL -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Artigo Banditismo à luz do dia, sobre os efeitos da intervenção federal na área de segurança pública no Estado do Rio de Janeiro, de autoria do orador, publicado pelo Blog do Noblat. Expectativa de aprovação pela Câmara dos Deputados de projeto de lei sobre a intervenção integrada nas áreas de risco, de instabilidade e de violência no País. Apresentação da matéria pela bancada do PSOL.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Quero deixar como lido artigo de minha autoria intitulado *Banditismo à luz do dia*.

É claro que todos nós, sem exceção, não podemos conviver com a violência crescente na sociedade brasileira, e não apenas no Rio de Janeiro. É claro que também a situação do Rio de Janeiro tem uma singularidade tenebrosa, que tem a ver inclusive com o colapso da gestão.

O PSOL traz hoje, no plano legislativo, além do questionamento judicial, projeto de lei para a intervenção integrada nas áreas de risco,

de instabilidade e de violência no País a partir de ações educativas, culturais, com metas, índices, diagnósticos que realmente ataquem as raízes mais profundas desta nossa constante insegurança.

Esperamos que o debate seja feito e que nós o aproveemos.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e todos que assistem a esta sessão ou nela trabalham, apresento aqui, para os Anais da Câmara, artigo meu publicado ontem, 13 de março, no Blog do Noblat, que trata da intervenção federal no Rio de Janeiro, que já data 1 mês sem muitas respostas ou critérios que nos permitam controlar a atuação do Governo ou dos militares.

ARTIGO A QUE SE REFERE O ORADOR

Banditismo à luz do dia

Está na capa d'O Globo do último sábado (10/3): duas mulheres e um rapaz oram diante de seu local de trabalho, um quiosque na Vila Kennedy, Zona Oeste do Rio. A lojinha viria, minutos depois, a ser destruída pelas máquinas da Secretaria de Ordem Urbana da Prefeitura. A manchete faz referência ao Dia da Mulher, quando soldados do Exército que ocupam o bairro popular distribuíram rosas para as moradoras: "Depois das flores, o pé na porta".

"Chegaram aqui avisando que vão derrubar tudo. O que vamos fazer agora? Era o nosso único ganha-pão. Tenho um filho de quatro anos, um outro vem aí. O quiosque era nossa única fonte de renda. Vendíamos café da manhã, nossos lanches são famosos aqui na comunidade. Somos evangélicos, fizemos uma oração pedindo a Deus uma direção. Tudo o que quero é levar uma vida digna, trabalhando" - disse Leonardo Damasceno, ao lado da mulher, Luciana, que chorava.

O mesmo aconteceu com outros 30 quiosques, alguns ali estabelecidos há anos. Entre os contedores, a mesma reação: pranto sentido por parte dos pequenos comerciantes; frieza, arrogância e violência no lado das "autoridades".

As forças militares que fazem uma operação "gato e rato" na Vila Kennedy, tirando barreiras que os traficantes mandam recolocar quando elas saem, deviam ter sido chamadas para impedir tamanho absurdo. Mas ou ficaram alheias à violência oficial dos agentes da

Prefeitura ou deram cobertura a essa destruição.

A ação municipal, pegando carona na ocupação militar (é essa a "integração"?), foi tão estúpida que o próprio prefeito Crivella, omisso por natureza, providenciou para que o(a)s trabalhadore(a)s voltassem à atividade: abriu um programa de microcrédito para os comerciantes tomarem empréstimos de R\$ 12 a 15 mil a fim de reconstruir o que o seu governo destruiu. Leonardo e vários outros voltam a trabalhar, mas saem no prejuízo. E ninguém é responsabilizado. Afinal, a dor do pobre, quando repercute, logo é esquecida.

A intervenção no Rio completa um mês esta semana. Seria muito importante ter um relatório circunstanciado do que foi feito. A cidadania continua sem saber qual é seu planejamento estratégico, quando começa a reestruturação das polícias, qual a efetividade da recaptura de armas e munições. Neste fim de semana, cinco pessoas foram mortas à bala só na região metropolitana do Rio, sendo quatro mulheres - uma delas mãe de uma menininha de três anos. A tragédia da violência continua.

Vidas humanas seguem em jogo. De seu anúncio surpreendente à sua ação até aqui, essa intervenção parece estar marcada por um viés de exibição marqueteira, e não para reduzir a aflição uma população inteira. É uma rima, mas não é uma solução.

Agradeço a atenção.

Documento 280/327

039.4.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - 15/03/2018- CD	15:12
Publ.: DCD - 3/16/2018 - 53	- ODORICO MONTEIRO-PSB -CE	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS GRANDE EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Solidariedade ao PSOL e aos familiares da Vereadora Marielle Franco, assassinada no Rio de Janeiro, Capital do Estado do Rio de Janeiro. Posicionamento do orador a respeito da intervenção federal na área de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro. Ações adotadas pelo Governador do Estado do Ceará, Camilo Santana, a favor dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias. Defesa de rejeição do Veto nº 4, de 2018, aposto pelo Presidente da República ao projeto

de reformulação da carreira dos agentes de saúde.

O SR. ODORICO MONTEIRO (PSB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sra. Presidenta, Deputada Erika Kokay.

Saúdo o Deputado Wilson Filho, que acaba de usar a palavra, e o Deputado Vitor Lippi, grande companheiro, militante da área de tecnologia da informação, coordenador da nossa Frente Parlamentar Mista em Apoio às Cidades Inteligentes e Humanas.

Sra. Presidenta, neste momento, eu gostaria de manifestar a minha solidariedade à família da Vereadora Marielle Franco, que foi brutalmente assassinada no Rio de Janeiro. Manifesto a minha indignação e quero me solidarizar com todos os familiares e toda a população do Rio de Janeiro, que está vivendo um momento de grave crise na segurança pública.

Não foi à toa que esta Câmara já fez uma sessão em homenagem à Vereadora e criou uma Comissão Externa, pois precisamos acompanhar a apuração desse crime. Sem dúvida, foi uma execução. E foi uma agressão ao exercício da democracia. A Vereadora estava exercendo o seu papel como Parlamentar, denunciando a violência produzida na favela, justamente no local em que exercia suas atividades parlamentares. Foi brutalmente assassinada, no exercício do seu papel de Parlamentar.

Essa violência que estamos vivendo no País é estrutural. E não é só com uma intervenção militar, como a que se está querendo fazer no Rio, que se vai resolver esse grave problema. O Rio não precisa dessa intervenção militar, o Rio precisa é de educação, o Rio precisa de escola. O Rio precisa construir uma cultura de paz e não violência. O Rio precisa que os seus dirigentes, que estão inclusive produzindo a violência, tenham vergonha na cara!

Violência, Deputado Vitor Lippi, atrai violência. Não há coisa mais violenta do que você acordar com o filho doente de madrugada e não ter um serviço de saúde para atendê-lo. Não há coisa mais violenta do que você não ter escola de tempo integral. Não há coisa mais violenta do que você não ter acesso à mobilidade urbana. A ausência de políticas públicas é que produz a verdadeira violência.

E o que a Vereadora estava fazendo no exercício parlamentar? Estava denunciando essa situação, inclusive a questão do crime organizado, a questão das milícias. Isso, sem dúvida nenhuma, gera toda uma situação crítica e grave de violência no Rio. Nós precisamos denunciar esse caso grave, para que possamos construir justiça social.



Portanto, manifestamos a nossa solidariedade à família da Vereadora e ao PSOL, partido pelo qual a Vereadora estava exercendo o mandato.

Sra. Presidenta, peço a V.Exa. que dê como lido pronunciamento em que registramos uma conquista importante que obtivemos, nesta semana, com relação aos agentes de saúde e aos agentes de combate a endemias no Ceará.

O Governador Camilo Santana, na campanha de 2014, assumiu dois compromissos importantes com essa categoria, que faz a história da saúde pública do Ceará. Um foi a garantia do piso, que o Governador já deu no mês de janeiro de 2015. Outro foi o pagamento da insalubridade, que foi conquistada em lei aprovada nesta Casa, embora vetada pelo Presidente Michel Temer. Contudo, nós conseguimos derrubar o veto da Lei da Insalubridade.

E o Governador Camilo Santana já aplica a Lei de Insalubridade. A partir do mês de março, todos os agentes de saúde vinculados ao Estado do Ceará - são mais de 7 mil - já vão estar recebendo essa insalubridade.

E esta semana, Sra. Presidenta Erika Kokay, foi de mobilização intensa, nesta Casa, dos agentes de saúde e dos agentes de combate a endemias. Realizamos inclusive audiência com o Presidente do Congresso Nacional, o Senador Eunício Oliveira, que se comprometeu a estudar o caso e pautar na próxima sessão do Congresso o Veto nº 4, de 2018, para que possamos derrubá-lo.

Este foi um veto dado pelo Presidente Temer à Lei nº 13.595, de 2018, votada por unanimidade na Câmara e votada por uma unanimidade no Senado, a qual regulamenta, estrutura, organiza o processo de trabalho dos agentes de saúde.

A instabilidade que nós temos hoje no Brasil em relação aos Ministros da Saúde cria instabilidade no sistema como um todo. Só para termos uma ideia, em 5 anos tivemos cinco Ministros da Saúde. A cada Ministro que chega, fica ameaçado inclusive o trabalho dos agentes de saúde.

Além disso, há a própria política que quer transformar agente de saúde em agente de endemias; quer transformar agente de endemias em agente de saúde; quer transformar técnicos de enfermagem em agente de saúde. Isso cria, no processo da organização da atenção básica, um fator de confusão muito grande.

O trabalho do agente de saúde se dá em campo, na visita a famílias, no acompanhando das gestantes, dos recém-nascidos, dos hipertensos, dos diabéticos. Sra. Presidenta, ele faz um trabalho



essencial na atenção básica, acompanhando o paciente que está acamado, realizando o trabalho, enfim, na comunidade. Já o técnico de enfermagem faz o seu trabalho na unidade de saúde. São trabalhos distintos.

Por isso, essa lei que votamos nesta Casa, a Lei nº 13.595, de 2018, é uma lei importante, pois estrutura o trabalho do agente de saúde, cria uma proposta de política nacional de construção do técnico em agente de saúde, para que este possa incorporar tecnologia a cada momento em que surgirem novas doenças, novas drogas, novos processos terapêuticos.

Esperamos que o Senador Eunício Oliveira coloque em pauta o veto, para que seja votado e derrubado no Congresso. Esta será mais uma conquista dos agentes de saúde, que precisam inclusive que aprovemos a PEC 22/2011, que garante o reajuste do piso.

Sra. Presidenta, eu gostaria que nosso pronunciamento fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

A SRA. PRESIDENTA (Erika Kokay) - Esta Presidência autoriza a ampla divulgação do pronunciamento do Deputado Odorico Monteiro nos meios de comunicação desta Casa, inclusive no programa *A Voz do Brasil*.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, essa segunda-feira, dia 12 de março, foi um dia histórico para os agentes comunitários de saúde do Estado do Ceará. O Governador Camilo Santana sancionou a lei que garante adicional de insalubridade para a categoria, em sessão solene no Palácio da Abolição.

Por isso, é com muito orgulho que hoje venho a esta Casa parabenizar o Governo do meu querido Ceará, por reconhecer a categoria. Da mesma forma, parabenizo os agentes de comunitários de saúde por tão grandiosa conquista.

Aprovada pela Assembleia Legislativa no último dia 20 de fevereiro, a mensagem governamental foi elaborada para atender mais um anseio da categoria dos agentes comunitários, que previa a possibilidade de concessão do aditivo em razão de riscos inerentes ao exercício da atividade. O benefício assegurado é de 20% sobre a remuneração para a categoria.

E essa foi uma conquista que eu tive a honra, o prazer e a alegria de



acompanhar de perto. Estive junto dos agentes comunitários de saúde do Ceará na luta para assegurar este benefício. Foi um grande marco para a categoria, que se organizou e vem somando muitas conquistas.

Isso é fruto de uma organização capitaneada por três grandes lideranças nacionais: Luiz Cláudio, Presidente da Federação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e Endemias - FENASCE, Hilda Angélica, Presidente da Confederação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde - CONACS, e Marta Brandão, Presidente do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Saúde do Estado do Ceará - SINDSAÚDE Ceará.

Quero, diante de todos, parabenizar estas lideranças e grandes amigos, além do Governador Camilo Santana, que vem tratando o assunto com o maior respeito e dando a devida valorização a estes profissionais. Parabéns para estes grandes guerreiros!

No Governo de Camilo Santana, a categoria foi beneficiada com a aplicabilidade do piso nacional e o reajuste anual dos demais servidores estaduais. A ação custará R\$ 1,48 milhão por mês. Essa sanção é um reconhecimento ao papel e ao trabalho que esses profissionais exercem para todo o povo cearense. São homens e mulheres que visitam todos os dias as residências, que orientam e que aconselham. O adicional os motiva a continuar firmes no cumprimento do dever, agora com mais garantias e reconhecimento pelos esforços e condições de trabalho, muitas vezes de risco.

Hoje estivemos no Senado Federal para acompanhar membros da categoria numa reunião com o Presidente da Casa, o Senador Eunício Oliveira, na luta para conseguirmos também derrubar o veto da Presidência da República à Lei nº 13.595, de 2018, e derrubar a Portaria nº 83, de 2018, do Ministério da Saúde, que estabelece um desvio de função, confundindo o papel do agente comunitário de saúde com o de técnico de enfermagem. O Presidente foi muito receptivo ao nosso pedido e tentará apreciar a matéria na sessão do Congresso Nacional do mês de abril.

Deixo aqui registrado que os agentes comunitários de saúde do Ceará podem contar com o meu apoio e o apoio do meu mandato popular para lutarmos, juntos, por mais esta conquista.

Parabéns, agentes comunitários de saúde do Ceará!

Parabéns, Governo do Estado do Ceará, pelo reconhecimento dos profissionais!

Sr. Presidente, eu gostaria que meu discurso fosse transmitido no programa *A Voz do Brasil* e em todos os demais veículos de

comunicação da Casa.

Documento 281/327

039.4.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - 15/03/2018- CD	15:24
Publ.: DCD - 3/16/2018 - 57	PROF. GEDEÃO AMORIM-PMDB -AM	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS GRANDE EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Assassinato da Vereadora Marielle Franco, do Rio de Janeiro, Capital do Estado do Rio de Janeiro. Mobilização de policiais militares e professores do Estado do Amazonas. Encaminhamento de indicação ao Ministério da Educação para repasse de recursos ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.

O SR. PROF. GEDEÃO AMORIM (PMDB-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Terei imenso prazer, Sra. Presidenta.

Srs. Parlamentares, num primeiro momento, venho a esta tribuna falar de algo bem lamentável, que decepcionou o Brasil inteiro: a morte da Vereadora Marielle Franco, uma jovem militante entusiasta, uma brasileira dessas raras, que vinha se destacando no cenário do Rio de Janeiro e que teve sua vida covardemente ceifada.

O que é mais lamentável é que este não é um fato isolado. Casos como o da Vereadora se repetem todos os dias em muitos lugares deste País, muitos deles anonimamente, sem sequer constarem das estatísticas oficiais dos órgãos de Segurança do Brasil afóra.

Nós temos muito a lamentar, porque parece que o Brasil perdeu sua condição de Estado. **Não é possível assistir a estes desmandos, a esta irresponsabilidade com o que está acontecendo.**

Eu quero acreditar que a intervenção das forças nacionais, da força do Exército na segurança do Estado do Rio de Janeiro seja eficaz e possa servir para nós começarmos a acabar com tão grandes índices de

criminalidade, mas não creio que a criminalidade possa ser combatida pura e simplesmente por uma política de repressão.

Acho que há condições causais que nos colocam neste patamar. Nós não podemos conviver com um Brasil com mais de 15 milhões de desempregados. Não é possível convivermos em paz nessas condições. Não é possível vivermos num País com tão altos índices de falta de moradia. Não é possível convivermos neste País com tão fracos, tão deficientes serviços públicos necessários. Enquanto nós não tivermos um Estado capaz de cuidar dessas condições, eu diria, infraestruturais, nós não teremos como combater a criminalidade.

Não é possível continuarmos assim. Alguma coisa tem que ser feita. Nossas esperanças recaem fortemente no processo eleitoral deste ano. Deus ajude!

À parte o lamento pela morte da nossa Vereadora no Rio de Janeiro, eu gostaria de comunicar, também não muito satisfatoriamente, que no Estado do Amazonas, o qual represento nesta Casa, hoje nós estamos com movimentações de uma série de categorias, dentre elas a mobilização da Polícia Militar e a de professores do Estado e de alguns Municípios.

Suas reivindicações são justas e se referem a déficits e prejuízos que vêm se acumulando já há algum tempo. Não quero formular juízo de culpabilidade do atual Governador, que, afinal, praticamente acabou de receber o Governo. Não é da responsabilidade de um Parlamentar tomar partido de A ou B. Reputo que ele, com bom senso e a experiência que tem, deverá mediar essas questões. É preciso que se resolva a situação. Isso é o que nós queremos.

Além disso, quero me reportar a requerimento que fiz ao Ministério da Educação tratando do FUNDEB. Como sabemos, o FUNDEB é um fundo de financiamento da educação pública no Brasil regulamentado por lei editada a cada 15 anos. Foi criado em 2006 e, naquele momento, já ficou preceituado que em 2007 a União participaria com 2 bilhões de reais; em 2008, com 3 bilhões de reais; em 2009, com 4,5 bilhões de reais e, a partir daí, esta participação começaria a evoluir até o montante de 10%, equivalente...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PROF. GEDEÃO AMORIM - ...Brasil como um todo.

O que ocorre é que nunca se chegou ao mínimo de 10%, como prevê a lei, e já em 2020, portanto, daqui a 2 anos, a regulamentação atual do FUNDEB prescreverá.

É de bom alvitre que o Sr. Ministro da Educação este ano demande esforços para incluir no Orçamento de 2019 o montante que ainda falta, a fim de que, nesta passagem de governo, o Ministério possa consignar um arejamento financeiro, uma oxigenação, para melhorar consideravelmente as condições de funcionamento da educação - desde as condições físicas e ambientais das escolas até as condições salariais dos professores -, enquanto não forem atingidas determinadas metas do Plano Nacional de Educação.

Sra. Presidente, senhoras e senhores, era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

Documento 282/327

042.4.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	20/03/2018-16:08
Publ.: DCD - 3/21/2018 - 84	JOÃO CAMPOS-PRB -GO	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS GRANDE EXPEDIENTE	GRANDE EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Presença no plenário da ex-Deputada Federal Antônia Lúcia, do Estado do Acre. Elevado índice de criminalidade no País. Importância de criação do Ministério Extraordinário da Segurança Pública. Apoio à intervenção federal na área de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro. Assassinato da Vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Pedro Gomes, no Rio de Janeiro. Relevância de proposições aprovadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal para enfrentamento da criminalidade no País. Necessidade de financiamento adequado da área de segurança pública no Brasil.

O SR. JOÃO CAMPOS (Bloco/PRB-GO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, permitam-me, inicialmente, cumprimentar a minha amiga e irmã Antônia Lúcia, do Acre, ex-membro desta Casa que nos dá a honra de sua presença no plenário nesta tarde.

Seja sempre bem-vinda! Certamente, a partir de 1º de fevereiro do ano



que vem, você estará aqui novamente como titular de uma cadeira deste Parlamento. Deus a abençoe!

Nos últimos dias, especialmente do início do ano para cá, o Brasil tem vivido muitos episódios na área da segurança pública, meu irmão Cabo Sabino, Deputado pelo Estado do Ceará, de grande atuação nesta Casa. E esses episódios ocorrem ora no Rio de Janeiro, ora em Goiás, ora no Ceará, ora em Alagoas e assim por diante, embora a grande imprensa dê visibilidade especialmente aos fatos que ocorrem no Rio de Janeiro. Até parece que o Rio de Janeiro é o Brasil. Na verdade, nós temos Estados, infelizmente, em que as taxas de criminalidade são piores, e bem piores, do que as do Rio de Janeiro. Mas a imprensa é muito seletiva, muito seletiva.

Esses episódios levam a Casa a refletir, a se debruçar sobre projetos de lei, sobre propostas de emenda à Constituição; fazem com que a mídia e a sociedade exijam providências do Parlamento, do Poder Executivo, nas esferas federal, estadual e municipal; e fazem com que o Ministério Público tenha, também, mais compromisso com o enfrentamento dessas situações, que exigem também reflexão do Poder Judiciário, no sentido de tentar compreender as angústias da sociedade e buscar resolver uma equação entre o garantismo penal e as garantias da coletividade.

Penso que, mais do que nós, mais do que os órgãos de segurança pública, mais do que o Ministério Público, o Poder Judiciário tem essa obrigação, porque é ele que interpreta a lei e, por vezes, interpreta com um espírito muito diverso daquele do legislador. Então cabe ao Poder Judiciário interpretar a lei com a preocupação de adequar o princípio das garantias individuais às exigências da sociedade de proteção, também, da coletividade.

Esse quadro nos impõe fazermos 1 minuto de silêncio ora porque uma bala perdida abateu uma criança no Rio de Janeiro, circunstância com que todos nós nos sentimos abatidos; ora porque uma mulher foi atingida por uma bala perdida; ora porque um cidadão comum, trabalhador, foi assaltado e morto. Isso inquieta todos nós, tenho certeza.

Esse quadro fez com que o Presidente Temer, mesmo tardiamente, tomasse duas medidas importantes. A primeira foi a criação do Ministério da Segurança Pública. Essa é uma bandeira minha desde o meu primeiro mandato nesta Casa, mas que nunca teve ressonância, lamentavelmente. E agora, não em razão da minha voz, não em razão da voz deste Parlamento, mas do clamor das ruas, o Presidente Michel Temer criou o Ministério da Segurança Pública.

Não temos ilusão. O Ministério da Segurança Pública não resolverá o



problema da criminalidade e da violência em um passe de mágica; é claro que não. Mas é uma ferramenta muito importante, até para estabelecer responsabilidade ao Governo Federal, à União, com políticas de segurança pública integradas, em cooperação com Estados e Municípios, sendo indutor dessas políticas.

Concomitantemente, o Presidente Michel Temer decretou intervenção federal na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro. Eu apoiei e apoio essa medida. Tenho clareza de que a intervenção federal não vai dar respostas em 1 semana, em 1 mês. Exatamente por isso que ela foi decretada até 31 de dezembro. Quem sabe, as circunstâncias até exigissem que fosse por um prazo maior, mas esse é o prazo em que este Governo se encerra.

E, aí, há muitas responsabilidades, porque não se esperam apenas operações no dia a dia, enfrentamento do crime em ruas, em becos do Rio de Janeiro. Não! É preciso investimentos em novas tecnologias, em capacitação, em estrutura e em logística, para preparar as polícias do Estado do Rio de Janeiro e também as polícias da União que naquele Estado operam, a exemplo da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal, para que fique ali um legado, a fim de que, encerrada a intervenção, esses órgãos de segurança pública, de forma integrada, preparados, possam dar continuidade a uma política de segurança pública adequada naquele Estado.

Isso tudo se apresenta a nós. E é nesse contexto que surge mais um episódio nos últimos dias: o assassinato, no Rio de Janeiro, de um homem cuja história a imprensa não fala. Não vi um só partido falar sobre a história dele: quem é sua esposa, quantos filhos tem, se tem mãe, se tem pai, sogra, sogro. É um anônimo, e um anônimo a encher as estatísticas da criminalidade no Brasil. Refiro-me a Anderson. Pouca gente sabe o nome dele. Foi assassinado juntamente com uma pessoa que não era anônima, mas que tinha a mesma importância que ele, não era nem mais nem menos importante: Marielle, que era Vereadora no Rio de Janeiro.

No dia desse acontecimento, mais uma vez, fiquei triste. Não fiquei triste só nesse dia, porque, infelizmente, todo dia se mata mulher negra, mulher parda, mulher branca neste País. As estatísticas estão a dizer que se mata no Brasil, Deputado Cabo Sabino, Deputado Rocha, uma mulher a cada 2 horas. E não me consta que são somente mulheres negras. Vá a Santa Catarina. Lá a estatística, certamente, é diferente. Matam-se mulheres negras, mulheres pardas, mulheres brancas. E o Parlamento não parou nem para 1 minuto de silêncio. São mulheres assassinadas, brasileiras anônimas, sem história, como se identidade não tivessem, como se não existissem. São ignoradas. Servem apenas para estatística. O Anderson, o homem também assassinado - e mata-se mais homem do que mulher -, também serve só para estatística - só! - e, quem sabe, para este Deputado ter mais

um argumento nesta tribuna.

Repito: nenhum partido político, nem a mídia, enfim... Quem é que sabe a história desse rapaz chamado Anderson, um motorista anônimo do Rio de Janeiro?

O nosso sentimento é pela Marielle, é pelo Anderson e é pelos milhares de brasileiros e brasileiras de qualquer cor, de qualquer gênero, de qualquer sexo, de qualquer nível de escolaridade que são abatidos injustamente, numa violência brutal.

O Parlamento, este Parlamento, não tem feito tudo o que é necessário, mas penso que nós também não temos sido omissos.

Como estou aqui e não é este o meu primeiro mandato, permitam-me relatar aqui, porque acho que é oportuno, algumas contribuições do Congresso Nacional, Câmara e Senado, para o enfrentamento da criminalidade no Brasil, até porque não se enfrenta o crime, a violência, só com a lei. E quem implementa a lei não é o Parlamento. O Parlamento aprova a lei. Quem a executa, quem a implementa, quem a faz acontecer é o Executivo e o Judiciário.

Em 2011, nós aprovamos a Lei nº 12.403, alterando o Código de Processo Penal, modernizando o instituto da fiança, para que a fiança no Brasil deixe de ter valores simbólicos, irrisórios, que não signifiquem nada. Apesar disso, a maioria dos delegados de polícia e juízes de direito, que têm a competência para arbitrar a fiança, continuam fixando valores simbólicos e que não correspondem à intenção do legislador.

Nessa lei criamos também um conjunto de medidas cautelares em substituição à prisão que estão sendo efetivas no Brasil. Criamos naquela oportunidade o Banco Nacional de Mandados de Prisão, praticamente acabando com a figura das precatórias para cumprimento de mandado de prisão e dando efetividade à determinação judicial para prender bandido em qualquer espaço do território brasileiro, sem maiores formalidades. Qualquer policial, tendo acesso ao Banco Nacional de Mandados de Prisão do Conselho Nacional de Justiça, efetivará a prisão, um avanço permitido por este Parlamento.

Foi também naquele ano que aprovamos a Lei nº 12.433, que introduziu a possibilidade de remição da pena pelo estudo. Só a educação transforma. Este Parlamento teve essa coragem.

Foi em 2013 que aprovamos e criamos o banco nacional de perfis genéticos de criminosos. Eu não sei quantos Estados já implementaram o banco de perfis genéticos de criminosos, mas está criado desde 2013. Esta Casa e o Senado criaram essa ferramenta, também muito interessante no enfrentamento à criminalidade, à

impunidade, para evitar que inocentes sejam punidos e daí por diante.

Voltando a 2012, criamos o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública Prisional e sobre Drogas, um sistema muito importante.

Ainda naquele ano, aprovamos alterações à Lei nº 9.613, de 1998, que dispõe sobre a lavagem de dinheiro, um verdadeiro aperfeiçoamento dessa lei. E aqui vale dizer que é exatamente essa lei e a lei das organizações criminosas, a Lei nº 12.850, que dão sustentação a todas as operações que vêm acontecendo no Brasil, principalmente aquelas de enfrentamento às organizações criminosas na área da corrupção, do desvio do dinheiro do Erário.

Foi em 2013 que aprovamos a garantia de autonomia para a Polícia Federal e para a Polícia Civil, no curso da investigação, para evitar que acontecesse o que parecia que ia acontecer, quando o Segovia assumiu a Direção-Geral da Polícia Federal, de agentes públicos intervirem numa investigação. Aprovamos essa lei para dar independência ao delegado de polícia e aos agentes no curso da investigação, no inquérito policial. Isso foi um ganho para o Estado de Direito.

Aprovamos a lei das organizações criminosas a que fiz referência com ganhos extraordinários para o Brasil. Essa era uma dívida do Parlamento com a Nação - nós não tínhamos uma lei sobre crime organizado.

Simplificamos o processo de extradição de bandidos neste País, facilitando, portanto, a prisão desses bandidos e sua extradição. Assim, enfrentamos mais uma causa de impunidade no País.

Alteramos a Lei Antidrogas. Drogas eram apreendidas e só podiam ser incineradas após o trânsito em julgado da sentença, e aí havia desvios e situações das mais diversas. Agora, a droga é incinerada em, no máximo, 30 dias após sua apreensão. É uma coisa simples, mas que tem significado.

Eu poderia citar aqui um conjunto de outras medidas, a exemplo do Estatuto das Guardas Municipais. Eu poderia citar, por exemplo, a Lei Antiterrorismo e um conjunto de outras alterações que foram convertidas em lei; eu não estou falando de projetos que estão tramitando nesta Casa.

Mas agora o Presidente da Casa, Rodrigo Maia, em razão dos últimos acontecimentos, num entendimento, salvo engano, com o Presidente do Senado, Eunício Oliveira, constituiu um grupo de trabalho composto por seis Parlamentares, três da base do Governo e três da Oposição,



para classificarem projetos para virem ao plenário desta Casa e serem deliberados.

Para minha estranheza, o primeiro projeto anunciado, de uma importância extraordinária, nem sequer passou pelo grupo de trabalho, o projeto que trata do SUSP - Sistema Único de Segurança Pública. Se determinados projetos têm que passar pelo grupo de trabalho e outros não, porque são da alçada do Presidente, então, não é preciso um grupo de trabalho. A pauta da Casa é de competência do Presidente.

Na semana passada, colocaram na pauta o requerimento de urgência para esse projeto, e me parece que já queriam colocar em votação esse projeto importante, de cujo conteúdo as Lideranças não tinham conhecimento. Em razão de intervenções do Plenário, aprovou-se apenas a urgência. Eu espero que agora nós tenhamos tempo nesta semana para examinar o conteúdo desse projeto pela sua importância e pela sua extensão, para chegarmos a um entendimento dentro dos limites constitucionais e convertê-lo em lei. Isso é o que eu espero.

É claro que esse período de votação de projetos sobre segurança pública não vai permitir que aprovemos tantos projetos, até porque a Casa não pode ficar parada tratando só de projetos de segurança pública. Existem outras matérias de outras áreas de igual importância.

A reforma tributária, por exemplo, sob os cuidados do Deputado Luiz Carlos Hauly, é uma matéria de extrema importância e que tem temas com *status* constitucional e temas com *status* infraconstitucional. A parte com *status* constitucional não pode andar, em razão da intervenção no Rio de Janeiro, mas aquilo que é infraconstitucional pode andar. Eu poderia citar outros exemplos, mas não o farei.

Queria destacar aqui, Sr. Presidente, alguns projetos que, como profissional de segurança pública, delegado de polícia que sou no Estado de Goiás, reputo como importantes e que poderíamos eleger para essa pauta.

Um deles procura alterar a lei que trata da identificação civil e criminal no Brasil. Essa é uma lei de 2009 que isenta quem cometeu crime de ser identificado criminalmente, desde que apresente qualquer documento. Até CPF serve! E, agora, nós estamos vendo, por exemplo, a dificuldade das Forças Armadas com a identificação das pessoas no Rio de Janeiro. Documentos sem digitais e sem fotografia não podem servir, portanto, para identificação criminal. E esse projeto procura fazer esse reparo.

Desde a edição dessa lei, em 2009, o Instituto Nacional de Identificação foi se esvaziando, o arquivo foi desaparecendo, dada a forma como se estabeleceu a não obrigatoriedade da identificação



criminal. E esse projeto de lei, discutido com papiloscopistas, peritos da área, estudiosos da área, busca fazer uma modernização nessa lei de tal forma que atenda ao interesse da sociedade e à política criminal do País.

Há um projeto de minha autoria, aparentemente simples, mas que procura estabelecer como tipo autônomo no Código Penal a figura do escudo humano. Há um crime novo no Brasil, chamado de "novo cangaço", em que os bandidos chegam sempre em quadrilha, bando ou organização criminosa, especialmente a agências bancárias, e usam as vítimas como escudos para se protegerem e garantirem a *res furtiva*, a coisa furtada. Isso precisa ter tratamento diferenciado. Nesse sentido, propus um projeto que caracteriza essa conduta como crime, com pena diferenciada. Trata-se do PL 8.048/2017.

Há um projeto do Deputado Fausto Pinato que reputo ser de intensa prioridade. É um projeto que altera o conceito das excludentes de ilicitude tratadas no art. 23 do Código Penal: o estado de necessidade; a legítima defesa; o estrito cumprimento do dever legal ou exercício regular de direito, na direção de proteger o cidadão, na direção de proteger o agente do Estado.

Eu não vou ler o projeto, mas gostaria de ler apenas duas propostas contidas nesse projeto do Deputado Fausto Pinato.

Diz o § 3º proposto por S.Exa. ao art. 23:

Art. 2º.....

"Art. 23.....

§ 3º- Não é punível o agente público que, a fim de cumprir um dever do seu cargo, utiliza ou ordena o uso de armas ou outros meios de coerção física quando necessário para repelir a resistência armada à execução de ato legal (...)".

Deputado Cabo Sabino, V.Exa. sabe a extensão disso aqui. O policial no Brasil está desprotegido. Ele não põe a cara! Se põe a cara, morre! Se não morre, é processado e preso! Nós temos o dever de dar garantias à polícia brasileira, que é a instituição do Estado para proteção do cidadão.

E mais, nos países desenvolvidos, considera-se em legítima defesa contra o bandido ou alguém que invade a sua casa, um espaço sagrado, tido como santo. Por isso mesmo, as Constituições no mundo todo estabelecem que a casa é um espaço inviolável - inviolável! Nessas circunstâncias, se você encontra um bandido dentro da sua casa, independentemente de ele estar te agredindo ou agredindo um



membro da sua família, a reprimenda é justa, não é injusta!

Mas, no Brasil, desde 1984, não é assim! Só se a agressão for atual e iminente pode haver reação. É preciso medir o nível da agressão para se saber se é justa ou injusta. O simples fato de invadirem a sua casa não significa nenhuma injustiça.

O Deputado Fausto Pinato inclui esse dispositivo aqui, que é da doutrina comum no mundo do Direito Penal. A casa é um espaço sagrado. Violá-la, por si só - ou seja, só o fato de invadir esse espaço sagrado - é um crime e merece reprimenda. O fato de se encontrar dentro da residência ou do domicílio alguém que a invadiu, seja no perímetro urbano, seja na área rural, onde, inclusive, há menos proteção do Estado, e esse bandido receber a reprimenda antes mesmo de exercer uma segunda violência - a violência física, a violência pessoal -, tem que ser caracterizado como legítima defesa. Como não?

Eu tenho uma posição muito clara e muito aberta a favor desse projeto do Deputado Fausto Pinato.

O Sr. Rocha - Concede-me um aparte, Deputado?

O SR. JOÃO CAMPOS - Pois não, Deputado Rocha.

O Sr. Rocha - V.Exa. toca num ponto que traduz o sentimento da grande maioria dos brasileiros que sofre com a insegurança. V.Exa., que é um dos representantes aqui da categoria dos profissionais de segurança pública, certamente tem contribuído e muito para que o Poder Legislativo cumpra a sua parte no objetivo do Estado de dar segurança à população brasileira. Quero cumprimentar V.Exa. e tocar num ponto que foi levantado em seu discurso. Falo aqui sobre o assassinato da Vereadora Marielle. Todos nós acompanhamos o ocorrido e nos solidarizamos com a família, mas também entendemos que a sociedade brasileira tem que acordar para a chacina de policiais civis, militares, rodoviários federais, policiais federais, agentes penitenciários, agentes socioeducativos que são mortos todos os dias no cumprimento das suas funções, muitas vezes em razão das suas funções, e infelizmente a população brasileira e as autoridades ficam insensíveis a esse grave problema. Quero mais uma vez cumprimentar V.Exa. e dizer que V.Exa. faz um grande trabalho em prol da segurança pública do nosso País. É um orgulho para esta Casa ter um representante da segurança pública nas nossas bancadas. Obrigado.

O SR. JOÃO CAMPOS - Muito obrigado pela sua contribuição, que recolho com muito prazer. Agradeço a V.Exa. também as referências positivas a mim.



O Sr. Goulart - Concede-me um aparte, Deputado João Campos?

O SR. JOÃO CAMPOS - Pois não, Deputado Goulart.

O Sr. Goulart - Deputado João Campos, quero cumprimentá-lo pela lucidez da defesa que está fazendo dos projetos sobre segurança. Acho que V.Exa. é a pessoa mais talhada nesta Casa para discutir segurança. Eu pediria a V.Exa. e aos demais Deputados que compõem o grupo de trabalho citado por V.Exa. que incluam no conjunto de projetos sobre segurança uma propositura de minha autoria que obriga a instalação de câmeras de monitoramento em todo veículo de transporte coletivo. No dia a dia tem havido agressões sexuais, violência sexual e roubos dentro dos coletivos, seja ônibus, seja trem, seja metrô. Portanto, espero que, com a sensibilidade de V.Exa. e dos demais colegas, possamos também acolher essa proposta. E que aproveemos esse pacote de projetos. Sobre a defesa que V.Exa. fez do projeto do Deputado Fausto Pinato, concordo que a nossa residência é sagrada. E, sobre a legítima defesa, não há como ficarmos presos dentro de casa, a marginalidade vir, sermos violentados e, por reagirmos e abatermos um marginal, um criminoso, sermos processados. Portanto, parabéns pela brilhante defesa do projeto.

O SR. JOÃO CAMPOS - Obrigado pela manifestação de V.Exa. O projeto de V.Exa., que em tese é simples, tem alcance extraordinário e é de baixo custo. Câmeras não são tão caras. A tecnologia hoje disponibiliza câmeras com alta resolução, com uma capacidade tremenda de definição de imagem. O projeto vai empregar menos recursos humanos e com mais eficiência, de tal forma que, de plano, já manifesto meu apoio ao projeto de V.Exa.

Ouçó, com prazer, o Deputado Cabo Sabino.

O Sr. Cabo Sabino - Deputado João Campos, parabenizo V.Exa. pelo pronunciamento. V.Exa. faz um belíssimo trabalho nesta Casa. Quando estive no comando da Frente Parlamentar Evangélica, já admirávamos V.Exa. pelo seu posicionamento. E, como Parlamentar da área de segurança pública, o trabalho de V.Exa. é inquestionável. Gostaria de dizer a V.Exa. que, hoje, na reunião do grupo de trabalho, fui escolhido Relator dos trabalhos daquele grupo de dez Deputados que vai selecionar os projetos sobre segurança, da melhor maneira possível, inclusive separando-os por temas. Eu acredito que esse projeto do Deputado Fausto Pinato citado por V.Exa. é um dos que estão lá no GT e com certeza será um dos que serão abraçados pelo grupo. A missão do GT é apresentar ao Presidente desta Casa, para que traga ao plenário, projetos que vislumbrem, acima de tudo, a segurança da população, que garantam redução do índice crescente de criminalidade que nós temos hoje, que confrontem o crime organizado que estamos enfrentando nas ruas e no sistema prisional brasileiro e que possam



combater o tráfico de drogas, que nós sabemos ser, sem sombra de dúvidas, Deputado João Campos, o grande alimentador dos homicídios nas ruas e do crime organizado.

O SR. JOÃO CAMPOS - Eu agradeço a V.Exa. a contribuição. A sua presença no grupo de trabalho me dá muita tranquilidade pelo seu equilíbrio, Deputado Cabo Sabino. Com certeza, o grupo terá condições e lucidez para apresentar e sugerir projetos interessantes para a pauta da segurança pública.

O nosso tempo está se exaurindo. Eu gostaria destacar a necessidade do financiamento da segurança pública no Brasil. Foi criado o Ministério da Segurança Pública, mas, se não houver financiamento adequado para enfrentar essas questões, não avançaremos.

Sabe-se que, há pouco tempo, na fronteira do Brasil havia seis drones fazendo o monitoramento da área. Ora, isso é brincadeira! Sem investimento em tecnologia, recursos humanos, logística e estrutura, não há como haver segurança adequada. É preciso dinheiro! Para enfrentar o crime organizado, é preciso dinheiro. O crime organizado tem dinheiro e é organizado. Já o Estado é desorganizado e não investe. Como funciona? Não funciona.

O Sr. Silas Câmara - Deputado João Campos, V.Exa. me permite um aparte?

O SR. JOÃO CAMPOS - Pois não, Deputado Silas Câmara.

O Sr. Silas Câmara - Deputado João Campos, quero parabenizar V.Exa. pelo belíssimo e brilhante discurso, que eu estava ouvindo atentamente. Depois de ouvi-lo na tribuna desta Casa, quero lhe dizer que eu cheguei a uma conclusão, meu querido amigo João Campos: a segurança pública está praticamente completa no que diz respeito às leis que a regulam e a orientam. Isso deixa muito claro, meu querido amigo Deputado João Campos, que falta integração entre todos os entes, todos os interessados, todos os envolvidos na segurança pública, que poderão, com os recursos necessários, obviamente, utilizando de forma adequada e com integração todas as ferramentas que V.Exa. relacionou tão bem no seu discurso, deixar as famílias brasileiras um pouco mais tranquilas. Parabéns a V.Exa. e ao Estado de Goiás, que nos dá um brilhante tribuno, um brilhante Deputado, um ótimo pai de família e irmão em Cristo.

O SR. JOÃO CAMPOS - Obrigado, Deputado Silas Câmara. V.Exa. fez uma síntese de fato inteligente, porque essa experiência foi vivida, por exemplo, pelo Rio de Janeiro, nas Olimpíadas. Com todos os órgãos de segurança pública juntos, sob um comando só, cada um deles cumprindo seu papel de forma coordenada e cooperada, tivemos um

resultado maravilhoso.

Quero agradecer a todos os que colaboraram com esta minha fala, agregar as manifestações ao meu discurso, agradecer a Deus pela oportunidade desta minha manifestação, lamentar não ser possível destacar outros projetos que anotei para abordar e desejar ao Brasil dias melhores.

Muito obrigado.

Documento 283/327

042.4.55.O Sessão Deliberativa Ordinária - CD 20/03/2018-17:44

Publ.: DCD - 3/21/2018 - 133 CELSO PANSERA-PT -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Repúdio à proposta de utilização de recursos da reoneração da folha de pagamento para custeio da intervenção federal na área de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. CELSO PANSERA (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria registrar a minha indignação com a iniciativa do Governo de usar o projeto de lei da reoneração para pagar a intervenção no Rio de Janeiro.

Além de ser improvisado politicamente e desorganizado do ponto de vista da estratégia, agora o Governo quer jogar sobre o Congresso a obrigação de aprovar uma lei que vai pesar sobre a folha de pagamento das empresas, inclusive algumas estratégicas para o País, para pagar a aventura que está sendo feita no Rio de Janeiro.

Quero protestar veementemente contra isso! O Governo, se queria fazer intervenção no Rio de Janeiro, deveria ter pensado antes em estratégia para isso e em recurso para bancar a aventura.



043.4.55.O

Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/03/2018-
CD 20:04Publ.: DCD - 3/21/2018 - ALCEU MOREIRA-PMDB -RS
286

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Apoio à intervenção federal na área de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro. Crítica empréstimos concedidos pelos Governos petistas à Venezuela.

O SR. ALCEU MOREIRA (PMDB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós também lamentamos a morte estúpida, selvagem, de uma Vereadora do Rio de Janeiro da forma como aconteceu, assim como lamentamos a morte de mais de 500 pessoas no Rio de Janeiro, inclusive a morte do policial que foi sepultado hoje.

O que não compreendemos é essa briga cínica de um grupo que fala mal da Globo - e a emissora o ama -, passa o tempo inteiro na rua xingando a Globo. Depois morrem mais 500 pessoas, mas não há uma página, uma linha, nenhum registro sobre a morte selvagem de crianças inocentes em todos os lugares, sacrificadas pela bandidagem no Rio de Janeiro. Nenhuma linha! Mal sai um registro - e quando sai.

Aí, de repente, aqueles vão para a tribuna falar mal da Globo... E são os mesmos que, certamente, nos bastidores, acertam com a Globo: "*Eu faço de conta que te bato; e tu continuas me beijando*". Só pode ser isso! Falam mal da Globo, mas ela própria dedica páginas e páginas, horas a fio de espaço para falar exatamente deles.

Mas alguém é capaz de subir àquela tribuna e dizer que a intervenção no Rio de Janeiro, que lá colocou o Exército Brasileiro, instituição que, ao longo de anos, vem sendo treinada para fazer missões de paz em países em guerra, com absoluta qualificação de logística e controle...

Por incrível pareça, o Exército vai para lá e, ao invés de criarem uma comissão de Deputados para ajudar a fiscalizar a bandidagem, o tráfico e o bandido, está cheio de comissões para fiscalizar o Exército!

Eu não entendi, cara-pálida: tu queres fiscalizar o Exército Brasileiro!? São eles que estão lá. Ou tu achas que aqueles moços e moças foram para lá para matar alguém inocente?

Eles foram tentar organizar o Rio de Janeiro, porque, muitas vezes,



não se sabe de que lado está o bandido, a qual tribo pertence ou de onde veio; se o crime organizado é de fora ou de dentro do Estado. Ninguém sabe exatamente o que ocorre.

A intervenção era um ato cirúrgico de absoluta necessidade. Não havia alternativa.

E aí alguém vem para cá fazer discurso demagógico, irresponsável, para chamar a atenção e dizer que o Exército não deveria fazer o que está fazendo! Sim, senhor: o Exército tem que estar lá e vai nos dar o resultado desejado.

Há pouco tempo nomearam um Chefe de Polícia. Dois dias depois, o próprio Chefe de Polícia estava preso, pois descobriram que ele era chefe de milícia.

Ou será que V.Exas. querem que o Exército todo dia sente-se para dar entrevista em Copacabana com violão nas costas? É claro que não!

A tática das Forças Armadas não é fazer discurso, mas fazer o trabalho que tem que ser feito para colocar nos eixos o Rio de Janeiro e dar direito à cidadania carioca, dar direito à cidadania do Rio de Janeiro de viver com tranquilidade, garantir o direito aos turistas de conhecer aquele pedaço de chão brasileiro, um dos mais lindos do mundo; o direito ao turista de poder, com tranquilidade, ir a um restaurante ou a um hotel, fazer visitas turísticas, acompanhar o que o Rio de Janeiro tem de melhor.

Aí ocorre um assassinato de todo lamentável e, ao invés de termos aqui gente para ajudar o Exército a encontrar o eixo da paz no Rio de Janeiro - pasmem! -, eles sobem à tribuna para defender a bandidagem, acusar o Exército e dizer que vão constituir comissão de fiscalização. É como se o Exército Brasileiro fosse composto por bandidos que foram para o Rio de Janeiro para matar inocentes. Claro que não! Claro que não!

É que aqui tem uns que são devotos da bandidagem e que adoram fazer a defesa deles. Nós, não.

Aliás, esse mesmo grupo, Sr. Edmilson, é aquele que emprestou dinheiro enquanto nós tínhamos 12 ou 13 milhões de desempregados rolando pelas ruas do Brasil com os filhos com fome, sem dignidade, sem trabalho. Quebraram o País.

E hoje o ditador, o canalha da Venezuela, que de maduro não tem nada - tem tudo de podre -, negou a conta. Além de bandido e ditador, é caloteiro. Mas ele não é o último. Virá, na esteira dos amiguinhos do Lula e da Dilma, gente perfilada ideologicamente. Enquanto os filhos



do Brasil passavam fome pela rua, ele subia naquela tribuna dizendo que defendia os trabalhadores. Os trabalhadores do Brasil estavam desempregados e com fome, e eles, dando dinheiro de graça para Cuba, para o Timor Leste, para a Venezuela, para a Bolívia, para essas ditadurzinhas de meia-tigela.

Quem sabe esses gênios fantásticos vão a Roraima agora e conseguem convencer aquelas mães com os filhos no colo passando fome a voltar para o paraíso da Venezuela, para aquele modelo socialista maravilhoso, aquela coisa fantástica que gerou para a população da Venezuela, em média, a perda de 8 quilos por pessoa! Há pessoas morrendo famintas, caminhando em cima da maior jazida de petróleo do mundo. É um país que tinha tudo para ser o mais rico do mundo, mas, com um modelo nefasto, corrupto, absolutamente incompreensível, criou uma casta de elite corrupta que tomou conta da Venezuela e legou o seu povo à miséria, à pobreza e à indignidade.

É isso que nós temos. É preciso deixar claro e parar de mistificar. Venham para cá defender a sua Venezuela! Não havia um líder da bancada petista que estava lá fazendo discurso defendendo o governo Maduro? Havia. Vá defender agora o governo Maduro, com aquele povo passando fome ali em Roraima! Ou então vá lá, com esse discurso brilhante, e convença aquele povo a voltar para o paraíso! Quem sabe faz!

Nós queremos é o fim do calote. Ninguém tinha o direito de, além de assaltar as estatais brasileiras, como a PETROBRAS, o BNDES e tantos outros, além de solapar e roubar o Brasil, deixar 12 milhões de desempregados e fazer doação de dinheiro nosso, que faz falta nas escolas, nas estradas, nas ruas, faz falta para a segurança pública; jogar o País numa baderna interminável e doar dinheiro para essas republiquetas socialistas de quinta categoria, com um bando de corruptos que faziam coro com quem governava o Brasil no passado.

Documento 285/327

043.4.55.O

Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/03/2018-
CD 20:04

Publ.: DCD - 3/21/2018 - HILDO ROCHA-PMDB -MA
299

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Congratulações aos autores do Projeto de Lei nº 3.859, de 2015. Relevância da



aprovação da matéria. Crítica à tentativa de ganhos políticos e eleitorais com a morte da Vereadora Marielle Franco, do Rio de Janeiro, Capital do Estado do Rio de Janeiro. Defesa de aprovação do Projeto de Lei nº 215, de 2015, sobre a punição dos crimes contra a honra praticados nas redes sociais. Críticas ao comportamento do Governador do Estado do Maranhão, Flávio Dino, diante do assassinato da Vereadora Marielle Franco. Apoio à intervenção federal na área de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. HILDO ROCHA (PMDB-MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Deputado Fabio Garcia, que preside esta sessão, eu concedi 1 minuto à Deputada Benedita da Silva, e S.Exa. falou por 2 minutos. Estávamos concedendo 1 minuto para cada orador, mas estavam falando por 2 minutos. E nós queremos falar também.

Eu queria parabenizar os autores desse projeto de lei que vai beneficiar muito os produtores de queijo do Maranhão. Nós produzimos um dos melhores queijos do Brasil, o queijo de São Bento. Nem Minas Gerais, nem o Rio Grande do Sul produz um queijo como o de São Bento. Ouviu, Deputado Mauro Pereira?

O Estado do Deputado Ronaldo Benedet, Santa Catarina, também tem uma grande produção de queijo, mas nenhum outro lugar produz queijo igual ao de São Bento, no Maranhão.

Então, eu queria agradecer a todos os partidos o apoio, o que fez com nós pudéssemos, na noite de hoje, aprovar este projeto, que tem como autores o Deputado Efraim Filho e o querido Deputado Rocha.

Eu queria também falar a respeito dessa morte brutal da Vereadora Marielle, uma grande militante, uma política que se constituiu muito com o que ela conheceu: a realidade das favelas do Rio de Janeiro.

Mas o que eu vejo, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é muito oportunismo em relação à morte dessa Vereadora, que tem sido, depois de morta, vítima de *fake news*, vítima de notícias falsas, segundo as quais foi casada com traficante, é filha de traficante, foi financiada pelo narcotráfico. E o que eu venho defendendo é justamente o combate a essas notícias falsas. Desde 2015, venho trabalhando com o PL 215/15, que protege a honra das pessoas e facilita, inclusive, a apuração de crimes como esse. Infelizmente, esta Casa ainda não conseguiu pautar esse projeto.

Em relação a esse oportunismo de políticos, cito o grande oportunismo do Governador do Maranhão, Flávio Dino, que foi fazer manifestação pública sobre a morte da Vereadora lá do Rio de Janeiro. Entretanto, lá no Maranhão, já foram assassinados, do ano passado para cá, cinco Vereadores, inclusive um Vereador do partido do Governador, o



PCdoB, que foi executado da mesma forma como foi executada a Vereadora Marielle. Ele foi executado com três tiros na cabeça. E o Governador não emitiu nota nem de uma linha sequer pelo assassinato brutal, covarde, do Vereador Miguel Sampaio, de Anajatuba. Com isso constatamos que alguns políticos aproveitam as oportunidades para crescer em cima de defunto ou de defunta. Isso acontece, e muito.

O Maranhão hoje está em segundo lugar em morte de político; perde apenas para o Estado do Pará. Vários Vereadores foram assassinados. Inclusive, em relação a esse Vereador do PCdoB que foi assassinado, até hoje não se tem notícia da elucidação do crime. Mas o Governador fica comentando a respeito da segurança pública no Rio de Janeiro, dizendo que o culpado disso é a intervenção federal naquele Estado.

Ora, esses crimes acontecem. Não deveriam acontecer, mas acontecem. A intervenção no Rio de Janeiro tem pouco mais de 30 dias e está sendo muito benfeita.

Eu tenho certeza de que muitos dos que aqui defendem o fim da intervenção federal o fazem porque são a favor da criminalidade, são a favor da bandidagem, são a favor do narcotráfico, são a favor do crime de encomenda. Isso tem que ser dito nesta tribuna, tem que ser dito aqui na Câmara. Inclusive há alguns Deputados que são, com certeza, apoiados e financiados pelos crimes que ocorrem no Brasil inteiro e aqui vêm defender essa criminalidade e dizer que a intervenção federal não é boa para o Rio de Janeiro.

Ora, o Rio de Janeiro hoje vive um drama grande! E nós vamos deixar isso com o próprio Governo do Estado, para que ele resolva? Lá estão devendo salários aos policiais; lá se corrompem até as promoções de policiais; lá os veículos estão sucateados; lá não se pagam fornecedores há mais de ano. Grande parte dos policiais que deveriam estar nas ruas - algo em torno de 40% do efetivo - está à disposição de autoridades do Rio de Janeiro. Eles deveriam estar trabalhando como policiais, no policiamento ostensivo, mas não estão.

Está lá o Exército para essa intervenção federal, sob o comando do General Braga Netto, competente, capacitado e que escolheu um *staff* muito bom. Alguns são do Exército, mas isso não significa intervenção militar! Trata-se de uma intervenção federal, porque o Estado do Rio de Janeiro não está dando conta de controlar a sua segurança. Então é necessário que a União faça a intervenção. É o que diz a Constituição Federal.

Porém, nesta Casa, alguns vão à tribuna para dizer que intervenção não é bom. Por que não é bom? É bom ficar do jeito como estava antes, com a criminalidade dominando e se pedindo aumento do turismo no Rio Janeiro? Esperem aí!



O General Braga Netto precisa de apoio de toda a sociedade do Rio de Janeiro, inclusive dos políticos e dos meios de comunicação. Digo isso porque alguns jornalistas, alguns repórteres, alguns canais de televisão torcem para que ela não dê certo, torcem para que tudo continue como antes - e continua, porque, em 1 mês, não dá para resolver aquela situação.

O que vejo é que as providências estão sendo tomadas. O Presidente Michel Temer anunciou hoje que vai disponibilizar 1 bilhão de reais para ajudar a área de segurança pública do Rio de Janeiro. É um valor grande. Se for bem utilizado, se for para comprar novos equipamentos, fazer a manutenção dos equipamentos existentes para colocar a polícia para funcionar, tenho certeza de que ajudará muito na segurança pública do Rio de Janeiro.

E não é apenas isso que vai ajudar a resolver o problema da segurança. É necessário que as Prefeituras, os Prefeitos também contribuam fazendo com que as políticas públicas de competência dos Municípios funcionem: limpeza pública, iluminação pública, escolas, postos de saúde. Tudo isso tem que funcionar, para não dar espaço para a bandidagem.

Agora, o que nós não podemos é querer uma resposta do fim da criminalidade em menos de 1 ano. Isso não existe!

O que eu vejo aqui é muita hipocrisia de políticos que são, na verdade, a favor da criminalidade, da bandidagem, e vêm à tribuna dizer que a intervenção federal não é boa. Como não é boa? Quer dizer que bom era o jeito como estava?

Vamos dar um tempo para o General Braga Netto poder realizar o seu trabalho. O Governo Michel Temer está imbuído desse sentimento e está dando todas as condições para que possamos controlar a criminalidade no Rio de Janeiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Peço que este meu pronunciamento seja divulgado pelos meios de comunicação da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Garcia) - Ele o será, Deputado Hildo Rocha.

Sumário

Imprecisão das declarações do Comandante do Exército brasileiro, General Eduardo Villas Bôas, sobre a interpretação dos Deputados quanto ao montante de recursos necessários para a intervenção federal na área de segurança pública no Estado do Rio de Janeiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (DEM-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, hoje o General Villas Bôas disse ao jornal *Folha de S.Paulo* que houve uma confusão por parte dos Parlamentares que participaram da reunião com o interventor na segunda-feira e anunciaram a necessidade de 3,1 bilhões de reais.

Se houve confusão, Sr. Presidente, a confusão foi por parte do interventor. Nenhum Deputado é idiota, todos nós estávamos lá presentes. O número que ele deu foi um passivo de 1,6 bilhão de reais e uma necessidade de 1,5 bilhão de reais para a intervenção. Portanto, não há nenhum erro de interpretação de 15 Deputados que estiveram lá presentes.

Se o General Villas Bôas não conhece os Deputados da Câmara Federal, que venha aqui responder junto à Comissão.

Documento 287/327

045.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	21/03/2018-18:08
Publ.: DCD - 3/22/2018 - 219	MAJOR OLIMPIO-SD -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO
			DE

Sumário

Orientação de bancada para votação de requerimento para apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei Complementar nº 470, de 2018, sobre o estabelecimento do prazo de 180 (cento e oitenta) dias para a instalação de bloqueadores de sinais de telecomunicação em estabelecimentos penitenciários. Posicionamento do orador contrário à doação, pelas empresas Taurus e CBC, de armas e munições para a intervenção federal na área de

O SR. MAJOR OLIMPIO (SD-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, eu quero encarecer a todos os Parlamentares a necessidade - isso é óbvio - de o império da lei estabelecer esse prazo de 180 dias.

A maior crise no sistema prisional está justamente no poder de comunicação que os marginais, principalmente os criminosos organizados, têm dentro dos presídios. Nós temos que votar a urgência, votar o projeto e tomar uma atitude. Esta é uma atitude mais do que própria.

Aproveito o restante do tempo para, mais uma vez, lamentar que o Estado do Rio de Janeiro, através do interventor, tenha recebido os 100 fuzis e os 100 mil cartuchos das empresas Taurus e CBC, que estávamos prestes a investigar aqui pelo uso de equipamentos...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 288/327

045.4.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/03/2018- CD	18:08
Publ.: DCD - 3/22/2018 - 227	ANDRÉ AMARAL-PROS -PB	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Assassinato da Vereadora Marielle Franco, do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Necessidade de enfrentamento pela Casa da crise da área de segurança pública. Apoio à intervenção federal na área de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco/PROS-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu vi muitos Parlamentares se pronunciarem sobre a questão da Vereadora Marielle Franco. Choro pela Vereadora negra, da favela, pobre, assim como choro por um jovem branco, que mora em um bairro nobre.

Nós precisamos desmontar esse discurso que está sendo pregado aqui dentro da Casa e realmente enfrentar o desafio que este momento nos



impõe, que é o desafio da segurança pública.

Precisamos parar de trazer isso para a cena política e administrativa e apoiar de fato essa intervenção, que tem o apoio de boa parte da população brasileira. É isso o que esperam desta Casa num momento de tanta dor. Todos nós aqui choramos e toda a população brasileira chora também, não porque ela era negra, mas porque ela era gente, porque ela era humana e porque ela também representava o povo de uma cidade, independentemente da sua cor, mas sim pela sua vontade de viver e representar o seu povo.

Eram essas minhas palavras.

Documento 289/327

045.4.55.O

Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/03/2018-
CD 18:08

Publ.: DCD - 3/22/2018 - ARTHUR LIRA-PP -AL
277

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Apelo aos Líderes partidários para não votação do projeto de lei sobre desoneração da folha de pagamento empresarial, bem como do requerimento para tramitação da matéria em regime de urgência. Assassinato da Vereadora Marielle Franco, no Rio de Janeiro. Não repercussão no cenário nacional de crimes ocorridos no País. Questionamento sobre razões da não destinação de recursos às Forças Armadas brasileiras, para efetivação da intervenção federal na área de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a sessão da qual estamos participando está tratando de remuneração, assunto de muita importância para a economia do Brasil e para o retorno do superávit.

É importante que os Srs. Deputados saibam que o projeto que veio do Poder Executivo reduzia drasticamente o número de setores que manteriam este, vamos dizer, privilégio momentâneo, ou seja, a desoneração da folha, e a Câmara, o Relator, o Presidente e a Comissão tiveram um trabalho que envolveu muito diálogo com todas as Lideranças, com a maioria dos Deputados, para que fosse minimamente possível votar este tema nesta Casa, tanto a urgência como o mérito. É importante que na sessão de hoje tenhamos como

finalidade que as Lideranças se imbuam neste sentido.

Faço um apelo a alguns Líderes. Este não é um tema de momento, não é um tema partidário, não é um tema de setor. É um tema do Brasil. Ele tem prazo para acabar e para ser discutido. Há setores que realmente necessitam mais do que outros, porque geram mais emprego do que outros e mais renda do que outros, e têm na sua base contributiva da folha de pagamento o seu problema mais específico.

Com relação a alguns assuntos que estão tocando a pauta do noticiário nacional, como a violência, esta Câmara está a tratar semanalmente deste tema e dos seus efeitos.

Na semana passada, eu concedi entrevista à rádio *CBN* para fazer repercutir o que aconteceu tragicamente com a Vereadora Marielle Franco, do PSOL do Rio de Janeiro.

Este é um fato absolutamente lamentável, ao qual todos temos que reagir, é bem verdade. Toda a sociedade tem que reagir, é bem verdade. O poder público, de maneira efetiva, tem que apresentar uma solução para o que houve, é bem verdade. No entanto, o problema da violência não está restrito ao Rio de Janeiro.

Eu dizia à *CBN* que o Rio de Janeiro é a vitrine do Brasil para que isso aconteça lá. No meu Estado, há menos de 2 meses, dois vereadores foram trucidados no Município de Batalha, e não houve repercussão nacional. Meu Estado de Alagoas apresenta os maiores índices de violência urbana, tanto na Capital, como no interior, mas isso não repercute no cenário nacional.

É importante que nós saibamos que temos que defender a intervenção, porque o problema de segurança no Brasil é generalizado e mal explicado. A falta de combate ao tráfico de drogas e ao tráfico de armas é a base da doença que amortece o Brasil.

O que está havendo? Como Líder de partido e de bloco da base do Governo, deixo aqui um alerta. Defendo e votei a favor da intervenção no Rio de Janeiro, tal como eu seria pacífico à intervenção em qualquer Estado brasileiro.

Mas o que está acontecendo com esta intervenção? Segundo o Ministro Moreira, está o Exército dizendo que não tem dinheiro; está aqui o Congresso Nacional acororado porque votou a favor da proposta que veio do Palácio do Governo; a população do Rio de Janeiro não sentiu até agora nenhuma mudança drástica. Por que não foi destinado o dinheiro para atender às necessidades das Forças Armadas, que também estão a pagar por um desgaste desnecessário? Faço estas perguntas. Eu gostaria de explicações.



Ministro Moreira Franco, entendo que o senhor, como Ministro, alguém que é do Rio de Janeiro, homem que deve ter participado da articulação desta intervenção ou medida que veio ao Congresso Nacional, tenha explicações para o fato de a intervenção das Forças Armadas não adotar medidas mais práticas. Quando se coloca em dúvida a mais alta medida constrangedora para o funcionamento do Congresso Nacional, e ela não traz eficácia, alguma coisa está errada.

Se alguma coisa está errada, este Congresso não vai se calar, porque não pode ficar desmoralizado nem à mercê de inconsequentes, de bandidos ou de traficantes.

Estamos a tratar do problema dos bloqueadores, e as empresas estão dizendo: *"Não podemos arcar com o ônus de ser massacrados, assassinados, ameaçados, ou de termos nossas lojas queimadas, como aconteceu no Ceará, porque o poder público não toma a frente desta iniciativa"*.

O problema da segurança é sério, é grave.

Nós apoiamos todas as medidas para que o Governo consiga trabalhar, mas é necessário que ele dê explicações. Precisamos que o dinheiro chegue ao destino, para que as Forças Armadas não parem de funcionar e para que a intervenção não acabe desmoralizada. O Ministro Moreira Franco possivelmente vai ter que dar explicações, porque eu as cobrarei por escrito.

Muito obrigado.

Documento 290/327

044.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	21/03/2018-13:08
Publ.: DCD - 3/22/2018 - 27	LUIZ SÉRGIO-PT -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Resultados insatisfatórios da intervenção militar na área de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro. Inadmissibilidade de utilização das Forças Armadas brasileiras para fins eleitoreiros.



O SR. LUIZ SÉRGIO (PT-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, faz 1 mês da intervenção no Estado do Rio de Janeiro. Infelizmente, os resultados são pífios e nos trazem profunda preocupação.

Se o Governo anunciou com tanta pompa essa intervenção dizendo que era uma jogada de mestre, ela está se mostrando uma jogada de perna de pau. Preocupa-nos o fato de o interventor vir a público dizer que não tem o orçamento reivindicado para fazer a operação na sua plenitude como os planejamentos do Comando do Exército estão a determinar as ações.

Isso não pode ser uma brincadeira, muito menos uma jogada eleitoral. As Forças Armadas merecem respeito e não podem ser usadas para esse fim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

Documento 291/327

044.4.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária -21/03/2018- CD	14:08
Publ.: DCD - 3/22/2018 - 48	JOSÉ ROCHA-PR -BA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Participação do orador no Festival do Poeta 2018, realizado no Município de Castro Alves, Estado da Bahia. Apoio da população castro-alvensense à gestão do Prefeito Thiancle Araújo. Posicionamento do orador sobre intervenção federal na área da segurança pública no Estado do Rio de Janeiro. Congratulações ao Deputado Capitão Augusto pela atuação na Presidência da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

O SR. JOSÉ ROCHA (PR-BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no último dia 16, visitei o Município de Castro Alves, comandado pelo jovem Prefeito Thiancle



Araújo, no Recôncavo Baiano. Foi uma oportunidade muito especial, pois o Município estava em festa, com a realização do Festival do Poeta 2018, com o tema *Encontro das Artes*, entre os dias 14 e 17 de março.

Ao longo de 4 dias, mais de 50 mil pessoas, além de turistas, participaram de diversos eventos culturais e *shows* musicais.

A edição deste ano foi em homenagem aos 171 anos de nascimento de Castro Alves, filho mais ilustre da cidade, conhecido pela alcunha de Poeta dos Escravos.

Durante minha visita, percorri vários locais da cidade, na companhia do Prefeito Thiancle, e presenciei inúmeras manifestações de apoio ao Prefeito pelo trabalho que vem desenvolvendo. É recompensador constatar que as expectativas depositadas na urna pelo eleitor do Município estão virando realidade pelas mãos do Prefeito.

Na pessoa do Prefeito, registro meus agradecimentos pela calorosa acolhida que recebi do povo de Castro Alves e da região.

Estendo meus agradecimentos ao Vice-Prefeito, José Alves Rodrigues, o Zé de Alcebiades; à Primeira-Dama, Valéria Neves Araújo; aos Secretários Municipais e Vereadores; à Secretária de Cultura e ex-Vereadora Nilza Araújo, esposa do ex-Prefeito Gilvandro Araújo, pai do atual Prefeito.

Tenho confiança em que Castro Alves tem um futuro promissor. Desejo muito sucesso à administração do Prefeito Thiancle Araújo e espero que Castro Alves tenha sempre no trabalho e na gestão deste jovem Prefeito todo o sucesso e tudo o que a população do Município espera da sua gestão. Thiancle Araújo tem a responsabilidade de realizá-la com toda a sua competência e determinação, sobretudo com o prazer que eu vi que ele tem em realizar este trabalho em prol do seu Município e de todas as pessoas que desejam uma Castro Alves cada vez melhor.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para dizer que a Presidência da República tomou, na última semana, uma decisão de enorme repercussão em nosso País. Refiro-me ao decreto de intervenção federal na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro. Os membros do nosso partido tiveram a oportunidade de debater este assunto em seminário nesta Casa. O evento foi todo dedicado à segurança pública do nosso País.

Vamos realizar, em agosto, um segundo seminário sobre segurança pública. Na nossa bancada, diversos Parlamentares são oriundos deste segmento, tanto militar como civil, e têm apresentado à Casa diversos



projetos de interesse da segurança pública. Estamos vendo vários deles ser debatidos nesta Câmara. Alguns já foram aprovados, outros estão prestes a ser aprovados.

Temos a honra de ter na nossa bancada o Presidente da Comissão de Segurança Pública desta Casa, o Deputado Capitão Augusto, a quem parablenho pelo grande trabalho que realizou à frente da Comissão de Segurança Pública, oportunidade em que discutiu e aprovou diversos projetos que vão ao encontro dos desejos do povo brasileiro, entre os quais mais segurança para cada um de nós neste nosso querido Brasil.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que meu pronunciamento seja divulgado pelos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Presidência da República tomou uma decisão que teve enorme repercussão em nosso País: decretou intervenção federal na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.

Em nome da Liderança do PR nesta Casa, especialmente em nome dos nossos colegas da bancada do PR que representam o Estado do Rio de Janeiro, registro que apoiamos a medida, pois as ações das forças de segurança estavam comprometidas e fora de qualquer controle.

A crise enfrentada pela segurança pública não somente no Rio de Janeiro, mas em todo o País tem sido motivo de inúmeras ações da nossa bancada. Em outubro de 2017, realizamos um importante seminário nesta Casa, sob o lema *Segurança já!* Durante o seminário, colhemos diagnósticos e sugestões valiosas de Ministros do Supremo Tribunal Federal, do Governo Federal, de Secretários Estaduais de segurança e de especialistas no assunto, entre outros.

Um dos temas mais debatidos foi a precária segurança na área de fronteiras. Nosso País possui cerca de 17 mil quilômetros de fronteira terrestre com 10 países da América do Sul, além de outros 7 mil quilômetros de fronteira marítima. É justamente na extensa área de fronteira terrestre que nossa segurança apresenta mais falhas. O número de postos de controle da Polícia Federal, da Receita Federal e das próprias Forças Armadas é extremamente deficitário. Mas, para garantir a segurança nas áreas de fronteira, não bastam postos de controle. É preciso investir em serviços de inteligência, em tecnologia

com o uso de radares, sensores, satélites e demais instrumentos que permitam o monitoramento e a transmissão de dados.

Nossa esperança para superar a vulnerabilidade do nosso imenso território era o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON, cuja implantação teve início em 2012. Estamos em 2018, mas, infelizmente, até hoje o SISFRON só monitora 4% das fronteiras do País.

Fronteiras desprotegidas são como portas abertas para o tráfico internacional de drogas, contrabando de armamentos e mercadorias, além do tráfico de seres humanos.

Além das fronteiras, outra preocupação da nossa bancada é com a implantação de um sistema penitenciário que permita a reeducação e a reinserção do apenado na sociedade. Para isso, defendemos a construção de mais presídios que permitam ao preso trabalhar e estudar durante o cumprimento da pena.

Defendemos, de igual modo, o aumento do efetivo das forças de segurança, com remuneração justa, bom treinamento e boa equipagem. Todas estas questões serão debatidas no seminário que realizaremos em agosto deste ano.

Segurança já!

Documento 292/327

044.4.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/03/2018- CD	16:52
Publ.: DCD - 3/22/2018 133	- MAJOR OLIMPIO-SD -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Questionamento sobre a existência de interesses subjacentes na doação, pelas empresas Taurus e CBC, de armas e munições ao Estado do Rio de Janeiro.

O SR. MAJOR OLIMPIO (SD-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)



- Sr. Presidente, Srs. Deputados, funcionários da Casa, população que nos acompanha pela *TV Câmara*, ontem nós tivemos a primeira doação para o Estado do Rio de Janeiro, mais precisamente para o Interventor da Segurança Pública.

Peço aos Parlamentares membros da Comissão Externa destinada ao acompanhamento e fiscalização das ações de intervenção no Rio de Janeiro atenção para o fato de que as indústrias Taurus e CBC doaram 100 fuzis e 100 mil cartuchos para o Rio de Janeiro. Até aí, tudo bem, estão se passando por mecenas.

Nós tivemos 208 assinaturas nesta Casa para a criação de uma CPI. Houve aqui dentro uma mobilização, um lobby para que não se criasse a CPI, que poderia mostrar o descalabro que é o fabrico e o comércio de armas e munições no País: monopólio de uma empresa e armas que disparam sozinhas, ferindo e mesmo matando policiais e cidadãos durante abordagens.

Então, eu quero pedir, principalmente aos Parlamentares do Rio de Janeiro, que acompanhem essas doações. Questionem, Deputada Benedita da Silva, quanto é que a Taurus e a CBC vão receber ou têm por receber este ano do Governo do Rio de Janeiro, porque o 1,5 milhão de reais que estão fazendo de doação nada mais é do que um espetáculo pirotécnico.

Pelo amor de Deus, o que está acontecendo? Eu pedi a criação da CPI, mas o Presidente não quis instalar - disse que não tinha abrangência nacional. Ora, há, em todo o País, policiais morrendo, porque a arma dispara sozinha.

Taurus e CBC estão se fazendo passar por mecenas do Rio de Janeiro e do País, mas, na verdade, mandam seus lobistas para cá e tentam impor a legislação que mantenha monopólios, que mantenha caros os produtos de armas e munições para o País.

Vamos ficar alerta a essas doações!

Quando eu vi isso, pensei: "*Pelo amor de Deus!*". O General Braga, Interventor, não deve ter avaliado isso, para receber tal doação. Repito: é bom verificar quanto essas empresas devem ao poder público para dizerem que estão fazendo doações por bondade ao Estado do Rio de Janeiro.



Extraordinária - CD

Publ.: DCD - 3/27/2018
- 32

ALBERTO FRAGA-DEM -DF

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Ineficácia da intervenção federal na área de segurança pública no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu acho curioso ser anunciada uma intervenção, mas em todos os embates a que temos assistido pela televisão vemos apenas a Polícia Militar.

Eu queria saber até quando as Forças Armadas e o Exército Brasileiro vão ficar olhando policiais militares serem assassinados. A Força do Estado até agora não entrou na guerra.

Recursos estão sendo destinados. Eu tenho dito aqui que, se tanques e metralhadoras resolvessem o problema, seria muito simples: bastaria dar à Polícia Militar esse material bélico que se resolveria a situação. Porém, não é o que está acontecendo.

O Exército Brasileiro está nas ruas do Rio de Janeiro, mas parece que ainda não entrou nessa guerra.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Mas vai entrar, Deputado Alberto Fraga.

Documento 294/327

051.4.55.O

Sessão Deliberativa Extraordinária -26/03/2018-
CD 21:04

Publ.: DCD - 3/27/2018
122

- FELIPE BORNIER-PROS -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO



Sumário

Apoio à intervenção federal na área de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro. Defesa de aprovação de medida provisória sobre a liberação de recursos ao Exército brasileiro para atuação no Estado. Confiança no sucesso do PROS nas eleições de 2018. Filiação das Deputadas Clarissa Garotinho, Josi Nunes e do ex-Deputado Brizola Neto aos quadros do PROS.

O SR. FELIPE BORNIER (Bloco/PROS-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho hoje a esta tribuna para mais uma vez apoiar a intervenção que vem acontecendo no nosso Estado do Rio de Janeiro, que enfrenta histórias tristes e mortes de policiais, acima de tudo venho apoiar a categoria policial e me solidarizar com todas as famílias.

Neste momento tão importante, nós precisamos de fato de políticas públicas que organizem melhor as polícias no nosso Brasil.

Registro o meu apoio incondicional às equipes de segurança pública do Estado do Rio do Janeiro, que, neste fim de semana, se manifestaram em diversos lugares, principalmente na orla de Copacabana, no último domingo.

Quero dizer que estamos muito otimistas em relação ao Governo Federal, ao anúncio de 1 bilhão de reais para a questão da segurança pública do Estado do Rio de Janeiro. Queremos votar, de forma mais rápida possível, essa medida provisória, que vem, e muito, ajudar neste momento, para que políticas de segurança pública sejam lá melhor implementadas.

Queremos que esse recurso não vá para o Estado, que não tem nenhuma capacidade de gestão, mas que ele seja, sim, direcionado para o Exército, para que possa, de forma organizada e planejada, investir da melhor maneira na intervenção feita no nosso Estado.

Nós estamos muito motivados em relação ao nosso partido, o PROS, que está organizado nos 26 Estados e no Distrito Federal e que nasceu há 4 anos, com a finalidade de trabalhar para a sociedade brasileira, respeitando e fortalecendo a democracia em nosso País.

Temos alcançado presença institucional em todas as regiões do Brasil, com milhares de filiados. Estamos presentes em quase todos os Municípios.

Sonhamos em galgar voos maiores. E, dentro do sistema político brasileiro, o nosso partido encara as eleições de 2018 com os mesmos comprometimento e valores que balizaram a sua criação.

Estamos muito bem preparados para o pleito deste ano, bem estruturados e solidificados nos Estados brasileiros, com quadros e pessoas qualificados em todo o País.

A nossa principal pauta é dar voz às necessidades das pessoas. Nossas bandeiras de atuação estão voltadas, por exemplo, para um melhor debate da reforma tributária, para uma pauta positiva sobre a segurança pública, para projetos de energias renováveis e projetos para a juventude, para a valorização das mulheres e das pessoas com deficiência, para a defesa dos direitos dos idosos, para o fortalecimento dos Municípios.

Eu não poderia deixar aqui de falar da reunião que aconteceu na última quinta-feira, quando tivemos a oportunidade de dialogar com diversos filiados, principalmente para falar da nossa nominata para Deputados Estaduais, que é uma das poucas do Estado do Rio de Janeiro com novas caras e que apresenta, de fato, uma renovação, com nenhum Deputado Estadual com mandato.

Para aqueles que estão pensando em encarar uma nova legislatura, com certeza esse é um bom partido para disputar uma chapa puro-sangue, que não vai coligar com nenhum outro partido.

Com a chapa para Deputado Federal, vamos, sim, desenhar novos blocos partidários, para eleger uma grande quantidade de Deputados Federais e trazer para esta Casa pessoas novas.

Também não podemos deixar de dizer que, nesta semana, se filiou ao partido a Deputada Clarissa Garotinho, que certamente fez a diferença nesta Casa, teve quase 350 mil votos para Deputada Federal no Estado do Rio de Janeiro, sendo a segunda mais votada. Com certeza, ela vai somar - e muito - ao nosso partido, apresentando pautas positivas, principalmente no momento em que precisamos desenhar e discutir melhor a questão do nosso Estado.

Quero dizer também que se filiou ao nosso partido o ex-Deputado e ex-Ministro Brizola Neto, neto do nosso aguerrido Brizola, que, com certeza, vai agregar ao nosso partido, trazendo pautas que dizem respeito aos direitos dos trabalhadores e também pautas que dizem respeito à questão da educação no nosso País.

Amanhã, mais uma vez, vamos trazer um novo quadro.

Também estamos felizes por termos mais uma mulher, a Deputada Josi Nunes, do Estado do Tocantins, que, com certeza, vem acrescentar à nossa bancada de Deputados, fazendo com que a bancada tenha, sim, cada vez mais, pessoas com a sua qualidade, pessoas que venham, de fato, trabalhar pela população brasileira,

olhando o povo que necessita e, acima de tudo, pessoas que tenham um comprometimento com os seus Estados, com seus Municípios e com a sociedade.

Então, o PROS está de braços abertos para vocês que pensam em se filiar a um partido político que vai, sim, construir um 2018 de muito trabalho, acima de tudo, apresentando quadros políticos com pessoas que queiram fazer a diferença.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Obrigado, Deputado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o PROS nasceu com a finalidade de trabalhar para a sociedade brasileira, respeitando e fortalecendo a democracia do País.

Nestes 4 anos de fundação, temos alcançado presença institucional em todas as regiões brasileiras. Milhares de filiados estão presentes em quase todos os Municípios do Brasil.

Sonhamos em galgar voos maiores e dentro do sistema político brasileiro. O PROS encara as eleições 2018 com o mesmo comprometimento e valores que balizaram sua criação.

Estamos muito bem preparados para o pleito deste ano, bem estruturados e solidificados nos Estados brasileiros com quadros de pessoas qualificadas em todo o País.

Nossa principal pauta é dar voz às necessidades das pessoas. Nossas bandeiras de atuação estão voltadas, por exemplo, para a reforma tributária, a segurança pública e os projetos de energias renováveis, a proposta para a juventude, para a valorização das mulheres, das pessoas com deficiência, em defesa dos direitos dos idosos, além de pautas para o fortalecimento dos Municípios, pois é lá que vivem as pessoas e é por elas que estamos aqui.

Essas serão não só as bandeiras do PROS, mas dos nossos candidatos, para que todos nós estejamos em sintonia, com o intuito de oferecermos aos brasileiros opções qualificadas para o nosso sistema político.

Começamos 2018 com o pé direito. No meu Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, hoje somos o único partido com uma chapa puro-sangue



para Deputado Estadual.

O PROS se apresenta aos candidatos como uma legenda que lhes dá segurança institucional, oferecendo as melhores condições, por meio de uma estrutura muito bem construída e consolidada para concretizar a grande projeção de votos por nós esperada.

Na última quinta-feira, por exemplo, aconteceu o encontro do PROS no Rio de Janeiro, onde discutimos as eleições de 2018, a importância de novos quadros e um bloco composto por outros partidos, para as eleições proporcionais ao cargo de Deputado Federal.

Anunciamos a nossa chapa puro-sangue de candidatos a Deputados Estaduais, que está em fase de conclusão, com novos nomes e com nenhum Deputado de mandato.

Então, se você está interessado em concorrer a um pleito, seja para Federal seja para Estadual, eu quero dizer que a hora da mudança e renovação é agora.

Tivemos a oportunidade de filiar nesse ato a Deputada Clarissa Garotinho, a jovem Deputada que foi a segunda mais votada no Estado do Rio de Janeiro, com mais de 300 mil votos, e que também é pré-candidata a Deputada Federal; o querido amigo ex-Deputado Federal e ex-Ministro Brizola Neto, que é neto do saudoso Brizola e que muito vai enriquecer o nosso partido, trazendo ainda uma maior responsabilidade de trabalhar pela educação, pelo direito do trabalhador e pelo povo do Rio de Janeiro.

Essa é a nossa maneira de fazer política, trazer para perto pessoas que querem fazer a mudança acontecer.

Aproveito ainda para dar as boas-vindas à Deputada Josi Nunes, do Tocantins, que amanhã, às 11 horas, se filiara aos PROS.

Agora, temos duas mulheres com representatividade neste Parlamento, duas lideranças importantes, que compactuam das mesmas ideias que as nossas e que vieram para dar voz não só à pauta feminina, mas também somar ao nosso partido.

E eu gostaria de convidar você que quer fazer parte da mudança, que quer construir um bairro melhor, um Estado melhor, um Brasil melhor. Venha para o PROS e venha fazer parte de um novo capítulo da história do nosso País.

053.4.55.O Sessão Deliberativa Extraordinária - 27/03/2018-
CD 14:36
Publ.: DCD - 3/28/2018 - DARCÍSIO PERONDI-PMDB -RS
192
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Esclarecimento ao Plenário sobre a realização de negociações, no âmbito do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, para definição do índice de reajuste das taxas de administração de emendas orçamentárias pela Caixa Econômica Federal. Perplexidade ante as críticas da Oposição à intervenção federal na área de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, de fato, sair de 2,5% para 12,5% envolve muito dinheiro. Até se poderia cobrar um pouco mais de 2,5%. O Planejamento ainda não bateu o martelo. Está havendo negociações. Então, eu proponho que se converse com a Liderança do Governo, com o Deputado Aguinaldo, com o Deputado Andre Moura. E vamos conversar lá na Caixa. De fato, isso tem que ser enfrentado.

Mas eu quero agora continuar insistindo num tema. Eu fico surpreso com que os Deputados da Oposição critiquem a intervenção no Rio de Janeiro. Eles querem que o Rio de Janeiro se incendeie, que aumente a insegurança, que todos os investimentos fujam do Rio de Janeiro, que o desemprego suba até o céu! Não adianta, guerra é guerra! É Medellín, é Nova York. E essa guerra vai longe. Falar de racismo? Tenha a santa paciência!

V.Exas. estão defendendo os bandidos traficantes do Rio de Janeiro que matam inocentes, que, inclusive, mataram aquela Vereadora.

Muito obrigado.

Documento 296/327

053.4.55.O Sessão Deliberativa Extraordinária - 27/03/2018-
CD 14:36
Publ.: DCD - 3/28/2018 - DELEGADO EDSON MOREIRA-PR -MG
194
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO



Sumário

Recrudescimento da violência na região metropolitana e na região centro-oeste do Estado de Minas Gerais. Defesa de engajamento do Poder Judiciário e do Ministério Público no processo de intervenção federal na área de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro. Escalada da violência no Estado do Ceará em decorrência da guerra estabelecida entre facções criminosas. Defesa de aprovação do Projeto de Lei nº 5.065, de 2016, sobre a tipificação de atos de terrorismo por motivação ideológica, política, social e criminal. Necessidade de aumento das penas para traficantes de drogas.

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na região metropolitana e na região centro-oeste de Minas Gerais, o crime está recrudescendo, está aumentando cada vez mais.

Com relação ao Rio de Janeiro, o trabalho das Forças Armadas está sendo inócuo, não está surtindo efeito nenhum. Por quê? Os criminosos estão desmoralizando as Forças Armadas. Já sabem como desafiá-las e estão desafiando-as.

Se o Ministério Público e o Poder Judiciário não entrarem juntamente com as Forças Armadas para combater o crime, a intervenção não vai surtir efeito nenhum.

Sr. Presidente, peço que este pronunciamento seja considerado como lido.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nossos ouvintes da *Rádio Câmara* e do programa *A Voz do Brasil* e telespectadores da *TV Câmara*, a violência não é exclusividade do Rio de Janeiro, meus caros, infelizmente. O Estado do Rio realmente enfrenta uma situação de guerra declarada entre traficantes, milícias e forças de segurança, que tentam conter tudo isso. No início da manhã de hoje, 27 de março, mais uma notícia: via expressa da Capital foi interdita nos dois sentidos, em ofensiva da qual participam cerca de 4 mil homens - 3.400 militares das Forças Armadas, 150 policiais militares e 350 policiais civis do Rio de Janeiro -, a maior realizada pela intervenção federal. Sete pessoas foram presas, e duas, levadas pelo Exército para a Cidade da Polícia. Os homens contam com o apoio de blindados, aeronaves e equipamentos pesados de engenharia.

Eu me preocupo porque, ao meu ver, as Forças Armadas precisam ter um respaldo jurídico para trabalharem sem que sejam novamente



desmoralizadas, como aconteceu no ano passado. Na situação em que se encontra o Rio de Janeiro, tomado por criminosos armados, o Exército precisa, além do poder de polícia, de regras de engajamento que tratem da maneira de operar. Do contrário, nós vamos continuar como estamos.

Partindo para outra região do País, quero também citar a escalada da violência na região metropolitana e centro-oeste de Minas Gerais. Locais antes considerados pacatos agora enfrentam o toque de recolher. Em cidades pequenas, que possuem entre 7 mil e 15 mil habitantes, como é o caso de Florestal, Jaboticatubas e Papagaios, as pessoas estão ficando presas dentro de suas casas, enquanto os criminosos ficam soltos. Em Papagaios, a Prefeitura instituiu uma lei que proíbe bares e estabelecimentos de ficarem abertos após as 23 horas. Depois desse horário, caso o estabelecimento deseje continuar funcionando, precisa manter as portas fechadas, e nas ruas já não há mais nenhum movimento.

Outro local que merece a nossa máxima atenção é a cidade de Fortaleza e todo o Estado do Ceará. A Capital foi sitiada e a guerra entre facções expulsa moradores de casa, provoca a mudança de crianças de escola e faz o número de homicídios explodir.

Desde o último sábado, 24 de março, ônibus foram incendiados, um pátio com 50 carros foi atacado, e até a própria Secretaria de Justiça do Estado, a SEJUS, acabou alvejada por tiros. O conjunto de ações é o retrato de uma cidade onde facções estão em disputa pelo controle do tráfico. Essa é uma situação que se arrasta desde o ano passado, mas que ganhou contornos ainda mais graves neste ano.

Por ser um dos Estados do Nordeste mais estratégicos para a rota internacional do tráfico, devido à maior proximidade com a África e a Europa, e possuir a melhor estrutura de portos e aeroportos, o Ceará entrou no radar das organizações criminosas. Atuam em território cearense a paulista Primeiro Comando da Capital - PCC, a carioca Comando Vermelho - CV, a amazonense Família do Norte - FDN e a Guardiões do Estado - GDE, que foi criada localmente e hoje domina a maior parte de Fortaleza.

Com uma taxa de 83,48 homicídios por 100 mil habitantes, Fortaleza se tornou no ano passado a sétima região metropolitana mais violenta do mundo, segundo um *ranking* da ONG mexicana Conselho Cidadão para a Segurança Pública e Justiça Penal, divulgado no início deste mês. E os dados deste início de 2018 sinalizam para uma piora no cenário. Nos primeiros 2 meses deste ano, foram assassinadas em todo o Ceará 844 pessoas, número 36% maior do que o dos primeiros 2 meses de 2017 (618). E, entre as mulheres, o número de mortes saltou quase 300% neste ano, também como consequência da



participação delas na linha de frente das facções.

Precisamos conter o tráfico de drogas, cercar nossas fronteiras e aprovar leis que dificultem o trabalho dos criminosos. Cito o Projeto de Lei nº 5.065, de 2016, que transforma em crimes de terrorismo aqueles em que são utilizadas armas de grosso calibre. É também necessário e urgente endurecer a pena para traficantes, pois a impunidade é fator determinante para a crescente violência.

Ou tomamos as providências agora ou vamos caminhar na direção de nos tornarmos um "narcopaís", pois somos o maior local de passagem de drogas do mundo.

É o que tenho a dizer, Sr. Presidente.

Documento 297/327

053.4.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 27/03/2018- CD	14:36
Publ.: DCD - 3/28/2018 - 221	REGINALDO LOPES-PT -MG	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Reexame das operações realizadas pelas Forças Armadas brasileiras na área de segurança pública no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. REGINALDO LOPES (PT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, só quero registrar que, na minha opinião, a intervenção do Rio de Janeiro deveria servir para algumas reflexões.

Em primeiro lugar, está evidenciado que esta operação de invadir favela atirando para qualquer lado não produz nenhum resultado. Pelo contrário, tem produzido várias vítimas - pessoas inocentes, trabalhadores, jovens, crianças, pais de família. Portanto, acho que devemos proibir estas operações que eu chamo de mata-mata, operações de confronto. É importante pensar em trabalhar com mais inteligência nas operações.

O resultado do final de semana é lamentável. Vários jovens foram assassinados. Portanto, nós precisamos repensar em como se dará a abordagem nessas operações.

Fica aí nossa contribuição.

Documento 298/327

052.4.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 27/03/2018- CD	11:24
Publ.: DCD - 3/28/2018 - 63	ZÉ GERALDO-PT -PA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Incapacidade de mobilização da base de sustentação do Governo na Casa após o recuo na votação da proposta de reforma previdenciária. Defesa de realização da reforma tributária. Não realização pelo Governo Federal de investimentos na área social.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, agora há pouco, o nobre colega estava na tribuna dizendo que nós precisamos votar o projeto de segurança. A pergunta é a seguinte: que projeto?

Depois de derrotada a reforma da Previdência no plenário desta Câmara, o Governo se desestruturou, não consegue mais mobilizar a sua base, enfim, o Governo se desempolgou. Esta Casa não conseguiu mais se mobilizar para votar nenhuma matéria, principalmente depois da votação do decreto de intervenção no Rio de Janeiro, que foi um verdadeiro fracasso.

A nossa bancada votou contra a intervenção no Rio de Janeiro porque nós já sabíamos que não havia seriedade em uma proposta para melhorar a segurança pública no Brasil nem no Rio de Janeiro. Os marqueteiros de Michel Temer, na semana que antecedia o anúncio da retirada do projeto da reforma da Previdência, tinham que inventar alguma coisa para não ficarem tão desmoralizados, tão envergonhados. Afinal, eles passaram meses e meses investindo em propagandas milionárias, inclusive com a *Rede Globo* na linha de frente, liderando a proposta da reforma da Previdência.

Mas o povo brasileiro entendeu essa matéria mais do que qualquer outra. Os eleitores brasileiros não entenderam muito bem a desastrosa proposta de emenda à Constituição a favor da qual a maioria aqui votou: a que trata do limite de gastos. Também não entendeu a lei desastrosa que foi a reforma trabalhista. Mas entendeu - e não podia



fazer nada - que duas votações foram feitas aqui para salvar o Michel Temer, para evitar que ele fosse investigado. Vejam o que a Câmara fez! Vejam o que a Câmara fez! Por duas vezes, o Supremo pediu para a Câmara autorizar a investigação do Temer, e a maioria dos Deputados não deu permissão.

No entanto, todo cidadão entendeu que a reforma da Previdência era para acabar com ele próprio, era para matar ele próprio, tanto aqueles que já estavam no caminho de se aposentar, quanto aqueles jovens que um dia pensavam em se aposentar. E não houve alternativa para o Governo, a não ser recuar quanto a essa reforma.

Então, se hoje tivéssemos que falar em reforma nesta Casa e quiséssemos votá-la, a reforma possível seria a tributária. O povo brasileiro não aguenta mais pagar tantos impostos, enquanto os ricos sonégam. Ou seja, o Estado deixa os ricos roubarem do Estado, e o Estado rouba dos pobres. É isso que está acontecendo neste País!

Quando você pega um talão de energia, vê que pagou uma conta altíssima - porque o Michel Temer subiu as contas de energia ainda mais, assustadoramente - e sabe que 40% daquele valor que você está pagando de energia são impostos. Quando você compra um fogão, uma geladeira, uma bicicleta numa cidade do interior do seu Estado, entre 30% a 40% daquele valor corresponde a imposto. E quando você parcela no cartão aquela mercadoria, tome juro na cara - repito: tome juro na cara! Enquanto isso, uma meia dúzia de ricos sonéga trilhões - trilhões! E quem paga os impostos são os pobres e a classe média, o pequeno e o médio empresários. Mas os ricos sonégam. E aí o Governo corta o dinheiro da educação, da saúde e da segurança pública do Rio de Janeiro.

Pode ser que aquele Estado tenha problemas de gestão, de coordenação, de vícios, de desvios que precisam ser corrigidos. Tudo isso nós entendemos. Mas a verdade é que há um sucateamento.

Eu pergunto: do dia da intervenção até hoje, quantos narcotraficantes foram presos? Não são só os matadores, nem os mandantes dos matadores da Vereadora Marielle que não foram presos até agora. Não prenderam ninguém. Estão prendendo, é claro, aqueles que vendem cocaína, vendem maconha, roubam celulares e estão matando os inocentes, que não têm nada a ver com a coisa. Agora eu pergunto: e gente grande, os que são os mentores, os que articulam, quantos foram presos?

Ora, pessoal, vai o Exército, junta-se a toda a Inteligência da Polícia Civil, da Policial Militar, todo mundo. E quantos fuzis foram apreendidos? Onde estão as metralhadoras? E as escopetas, as 765, cadê? Quantas foram apreendidas? E há um monte de gente lá. A



mídia nacional e internacional está focada no Rio de Janeiro.

E não é só no Rio de Janeiro. Lá em Belém, lá no Estado do Pará, a violência é maior do que a do Rio de Janeiro. A violência no Estado do Pará é maior do que no Rio de Janeiro! É só verificarmos os dados e veremos isso. Apesar disso, o Congresso Nacional constitucionalizou o corte de verbas da saúde, da educação e da segurança, que são papel do Estado.

Os brasileiros e brasileiras pagam impostos altíssimos em tudo que comprem no supermercado, nas lojas, em qualquer lugar e também quando usam o celular - pagam 40% de imposto sobre a tarifa de telefonia celular. Pagam, também, 40% sobre a energia elétrica, 40% sobre a bebida. E onde está esse dinheiro?

Sr. Henrique Meirelles, Sr. Michel Temer, onde está o dinheiro? Para onde está indo, Sr. Presidente, esse dinheiro? Para os ricos, para meia dúzia de ricos. E os pobres não têm saída; pagam na fonte. No caso do Imposto de Renda, o cidadão que ganha 10 mil reais paga 27%, e o cara que ganha 100 mil reais, 200 mil reais, paga os mesmos 27%. Esse é o nosso País.

E eu pergunto: cadê o dinheiro da saúde e da educação? Para onde está indo o dinheiro? Não há mais obras, nem estradas, nem saneamento. Parou tudo. Onde está o dinheiro?

Este é o debate que nós precisamos fazer nesta Casa. Esse Governo, por si só, já é uma violência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mandetta) - Muito obrigado, Deputado Zé Geraldo.

Documento 299/327

052.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 27/03/2018-12:56
Publ.: DCD - 3/28/2018 - 96	BENEDITA DA SILVA-PT -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Continuidade da violência no Rio de Janeiro, não obstante a intervenção federal na área de segurança pública.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a situação no Estado do Rio de Janeiro é calamitosa. A segurança não funciona.

Houve, depois do assassinato de Marielle, oito assassinatos na Rocinha. Em Maricá, cinco jovens foram não assassinados, mas executados covardemente. Aqueles jovens estavam chegando de uma festa. Fizeram com que se deitassem e deram um tiro na cabeça de cada um.

Nós estamos diante de uma intervenção militar no Rio de Janeiro, e não está acontecendo absolutamente nada. Dizem que são as milícias, e as milícias que estão operando no Rio de Janeiro são as mesmas que operaram, no Rio Grande do Sul, contra a caravana de Lula.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputada.

Documento 300/327

052.4.55.O

Sessão Deliberativa Extraordinária - 27/03/2018-
CD 12:56

Publ.: DCD - 3/28/2018 -
124

DELEGADO EDSON MOREIRA-PR -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Realização pelo orador de palestra sobre unificação das polícias, na Universidade da Fundação Educacional Monsenhor Messias, Município de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais. Papel da educação no combate à criminalidade.

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (PR-MG. Pela ordem. Sem



revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem estivemos na Universidade da Fundação Educacional Monsenhor Messias, de Sete Lagoas, fazendo uma palestra sobre o tema da unificação das polícias.

Antes de começar a palestra, foi feita uma estatística com relação à violência.

Foram constatados diversos quadros de violência no Brasil. Dentre eles, dois me chamaram a atenção. No primeiro quadro, 60% das pessoas pesquisadas, inclusive alunos universitários, são favoráveis à unificação das polícias. No segundo quadro, sobre o Estatuto do Desarmamento, cerca de 60% das pessoas pesquisadas, que são do Estado de Minas Gerais como um todo, são a favor, Coronel Fraga, do Estatuto do Desarmamento.

O que está acontecendo? O País está totalmente dominado pela violência, que está atingindo o cotidiano da população. Ônibus estão sendo incendiados, influenciando os transportes, e o número de homicídios está crescendo a cada dia. O número de homicídios, no período de 2016 a 2017, já cresceu 32% e está quase chegando a 40%. Quer dizer, a violência está aí.

A intervenção federal no Rio de Janeiro parece que não está surtindo efeito. Parece que a intervenção federal piorou a situação no Estado, porque há tiroteios no centro da cidade, assaltos todos os dias, chacinas e mais chacinas.

Em Fortaleza, no Ceará, está havendo uma matança. Até bandoleiros atiraram no prédio da Secretaria de Justiça. Enfim, perdeu-se o controle.

Em Minas Gerais, no centro, nos ônibus, há matanças, e o tráfico de drogas, o número de roubos e crimes violentos está crescendo assustadoramente, fazendo com que a população entre em pânico.

Alguma coisa tem que ser feita. Nós já falamos aqui. Vamos mexer na Lei de Execução Penal? Vamos mexer nas leis? É preciso endurecer e investir na educação. Eu acho que a educação é a saída. A violência está dominando o País e está fazendo com que surjam milícias e grupos de extermínio por todo o Brasil.

Sr. Presidente, eu gostaria que o meu pronunciamento fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação da Casa.

052.4.55.O Sessão Deliberativa Extraordinária - 27/03/2018-
CD 12:56

Publ.: DCD - 3/28/2018 - DARCÍSIO PERONDI-PMDB -RS
134

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Solicitação aos Deputados de comparecimento ao plenário para votação de projeto de lei sobre o fim da desoneração da folha de pagamentos. Revitalização do Programa Avançar Cidades - Saneamento, do Ministério das Cidades. Crítica a atos de violência contra caravana do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Região Sul. Impossibilidade de candidatura do ex-Presidente da República à sucessão presidencial. Atuação de membros do Supremo Tribunal Federal em desacordo com preceitos da Carta Magna no tocante à prisão do líder político. Acerto da intervenção federal na área de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, antes de mais nada, quero convocar todos os Deputados, porque haverá nova presença no painel, novo quórum, e nós precisamos votar o projeto de oneração das empresas. Esse foi um erro que cometemos há 4 ou 5 anos. Eu também faço mea-culpa. Foram alguns bilhões de reais que desoneramos, com um discurso concreto, um discurso lógico: desonerar para gerar emprego. Mas não houve resposta. Entramos em uma depressão de 2014 em diante sem precedentes.

Assim como os 500 bilhões de reais que o Tesouro emprestou ao BNDES para um grande grupo de empresas nacionais e internacionais a juros de menos de 3% ao ano não resolveram, a desoneração não resolveu. Talvez algumas empresas - não estou participando do debate na Comissão - possam precisar, algumas raras, mas não o que está ensaiando vir para cá. Aí agravará o buraco fiscal, ainda mais que não conseguimos votar a reforma da Previdência. Agravará o déficit fiscal, faltará dinheiro sim para investimento. Talvez possa até faltar para honrar todas as nossas emendas.

Hoje é terça-feira e tranquilamente podemos dar quórum de novo e votar.

Hoje de manhã ocorreu uma sessão sim muito tocante no Palácio, para comemorar a vida, comemorar a gestão ágil, forte e focada do Ministro Alexandre Baldy, hoje no PP, sob orientação do Presidente da República. Com o Programa Avançar Cidades - Saneamento, são quase 2 bilhões de reais para dezenas e dezenas de Municípios do



Brasil inteiro, com a empresa municipal ou estadual recebendo recursos para esgoto e tratamento.

Esse projeto estava mofado. As traças estavam comendo esse projeto. Ele foi reavivado. Logo, logo já haverá o recurso e empresas receberão. Srs. Deputados e Senadores, entrem no *site* sim, leiam, verifiquem, associem-se. Essa é uma vitória do nosso Governo, desta base que votou todas as reformas.

Meu caro Deputado Esperidião Amin, se não me engano, nas duas vezes em que V.Exa. governou Santa Catarina, muito foi investido em esgoto. Por isso, Santa Catarina tem uma das melhores qualidades de vida. Para cada real investido em esgoto e água potável, 4 reais são poupados no SUS. Isso resulta em maior qualidade de vida para todas as pessoas.

Terceiro ponto: eu lamento pela democracia. Eu lamento pelos valores de ética também. Os dois se somam. Vejo essa caravana decadente, caótica que o Presidente Lula está fazendo pela Região Sul. Aliás, não precisava. Com certeza, foram os partidos moribundos ao seu redor que o estimularam. Não concordo com violência física. Não concordo! Mas é decadente.

Ontem, o Tribunal Federal Regional em Porto Alegre confirmou que ele tem ficha suja e não poderá ser candidato. Não adianta lambuzar, ressuscitar Pontes de Miranda, Afonso Arinos. Ninguém vai tirá-lo! Ninguém vai tirá-lo! Eu até acho que poderia ser candidato, para ser derrotado. Mas é bom não o ser.

Quanto à cadeia, será triste também se for para a cadeia. Entro em outro ponto. Não sou jurista, não sou advogado. Profissionalmente, cometi erros como pediatra? Talvez. Talvez. Intencionalmente, não. Mas os nossos grandes Ministros, grandes promotores querem ser os novos "reescrevedores" da Constituição. Repito: "reescrevedores" da Constituição.

A Constituição existe para preservar o direito do Estado e do cidadão. Por isso houve a Constituinte. Nenhum iluminado divino pode modificá-la. E o Supremo tem sim muitos iluminados divinos que estão escrevendo monocraticamente. Um deles é o midiático, o defensor de Batiste, o defensor de grandes grupos econômicos, de grandes projetos de elisão fiscal, seu Barroso, que foi escolhido por Dilma para ser Ministro. Querem reescrever a Constituição, Lewandowski e outros. O que fizeram na semana passada foi muito triste. Muito triste! A população está mais indignada! O pior é que nos leva junto. Leva este Parlamento junto, que não tem nada a ver.

Eu ainda tenho esperança de que os senhores do Supremo vão ter

uma "contrailuminação" e respeitar a Constituição e todas as suas jurisprudências e colocar também, infelizmente, um grande líder na cadeia. Mas ele merece. Eu não estou aqui pedindo que eles o façam por razões políticas, mas para não reescrever a Constituição.

A intervenção militar está dando certo. Muitos vão morrer na intervenção militar, de um lado e de outro. Quem acompanhou Nova York e Medellín sabe que isso vai acontecer por meses e anos, até que possamos vencer a guerra contra o tráfico e as drogas no Rio de Janeiro e em outros Estados. E não venham aqui professores de História combater a intervenção. Respeitem a história! Respeitem o que foi feito no mundo! Não defendam os traficantes! Não defendam as drogas em nome da urna.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado.

Documento 302/327

054.4.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 27/03/2018- CD	17:32
Publ.: DCD - 3/28/2018 - 294	CARLOS ZARATTINI-PT -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Candidatura do Presidente Michel Temer à reeleição e do Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, à sucessão presidencial. Privatização das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS e da Embraer S/A. Transferência para o Banco Central da responsabilidade por nomeações da Caixa Econômica Federal. Inocuidade da intervenção federal na área de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro. Apoio incondicional do PT ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos vivendo um momento muito estranho em nosso País, um momento em que o Governo praticamente abandonou o barco. O barco está à deriva, o País está completamente largado. O Presidente da República, esse que tomou o poder traíndo Dilma Rousseff, assumiu o Governo dizendo que não seria nunca mais nada e agora lança sua candidatura à



Presidência da República; lança sua candidatura.

O Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, o chamado grande cérebro da economia brasileira, que levou 25 milhões de pessoas ao desemprego, que faz com que a arrecadação no País não se recupere, nem a atividade econômica, e que permite que os bancos aumentem a taxa de juros, quando a taxa SELIC está caindo, esse Ministro anuncia sua candidatura também à Presidência da República. Portanto, eles iniciaram a sua campanha eleitoral, estão em campanha, e, enquanto isso, nós assistimos ao debate da entrega da riqueza nacional.

Agora querem aprovar aqui a venda da ELETROBRAS, a privatização da maior geradora de energia da América Latina, uma das maiores empresas de energia do mundo a ser entregue, a troco de nada, às multinacionais. Querem fazer isso à custa de aumentar a tarifa de energia para o povo brasileiro. Discutem-se em duas Comissões uma medida provisória e um projeto de lei sobre a entrega desse patrimônio gigantesco, que é a ELETROBRAS, que são Belo Monte, Santo Antônio, Jirau, Furnas, CHESF, Itaipu, Angra, usinas solares, usinas eólicas, patrimônio do povo brasileiro.

Vai se entregando e se vendendo a Embraer, a terceira maior empresa fabricante de aviões do mundo, uma conquista do povo brasileiro, uma conquista da tecnologia nacional, que a desenvolveu. Hoje, lá trabalham 6 mil engenheiros, e ela está sendo entregue à Boeing americana, que, com certeza, em pouco tempo, vai transferir o departamento de engenharia para os Estados Unidos e fechar a fábrica no Brasil, porque Donald Trump faz de forma acertada, do ponto de vista deles, com que as empresas americanas produzam nos Estados Unidos. Então, vai-se lá a nossa Embraer.

Esse Governo agora anuncia, Deputado Fontana, que as nomeações da Caixa Econômica Federal terão que ser avalizadas pelo Banco Central. Eu não entendo mais nada, porque, no meu modo de ver, quem chefia o Governo é o Presidente da República. Por essa decisão do Presidente da República, tem que haver o aval do Banco Central. Ou seja, o Governo, o Presidente já decidiu que não manda mais nada, terceirizou o seu poder de decisão.

E é a isso tudo que nós estamos assistindo nesse cenário de confusão e de desmonte desse Governo, um Governo que não consegue afirmar uma única política aos olhos do povo brasileiro, que tentou dar uma grande sacada, que foi a intervenção no Rio de Janeiro, que está se mostrando, a cada dia, absolutamente inócua. A violência continua, não há dinheiro para fazer a reorganização da Polícia Militar e da Polícia Civil. Esse é um Governo que não tem moral perante o povo brasileiro.



E é por isso que certos setores de extrema direita, fascistas mesmo, desesperados, querem atacar Lula e o PT. Lula, perante esse cenário, cada vez mais se afirma para o povo brasileiro como a solução, a solução para uma proposta de desenvolvimento, de distribuição de renda, de soberania nacional. O Governo de Lula representa a esperança do povo brasileiro.

E o que fazem os desesperados? Houve até um filme que se chamava *A Noite dos Desesperados*. Esses que estão na noite dos desesperados querem atacar com pedras e ovos o Presidente Lula. Não pensem que vão resolver o problema dessa forma. Não pensem aqueles setores do Judiciário, que, manipulados, querem impedir Lula de ser candidato e querem inclusive prender Lula, que vão ser vitoriosos.

A água do rio corre para o mar. E esse grande rio caudaloso que está indo para o mar é exatamente o povo brasileiro, que, por quatro vezes seguidas, deu a eleição da Presidência da República ao PT, com Lula e Dilma, esse povo que, durante a ditadura militar em 1974, elegeu a maioria dos Senadores pelo voto direto de oposição à ditadura militar, esse povo que, em 1982, ainda sob a ditadura militar, derrotou a Arena, derrotou no voto, e elegeu a maioria dos Governadores de oposição, esse povo brasileiro que quer a democracia, que quer o avanço, que quer a melhoria das condições de vida e que rejeita esses programas que retrocedem, que retiram direitos do povo brasileiro, que retiram direitos trabalhistas e previdenciários, que entregam a economia nacional na mão dos estrangeiros.

Nosso povo quer o desenvolvimento, quer uma indústria forte, para que nós possamos ter empregos de qualidade, com melhores salários. Nosso povo quer o desenvolvimento e não o retrocesso. E é por isso que nossa bancada do PT afirma sua solidariedade integral ao Presidente Lula perante essas agressões. E diz mais: nós vamos resistir e nós vamos mobilizar o povo brasileiro.

Essa campanha eleitoral, Sras. e Srs. Deputados, será diferente, será uma campanha de mobilização, uma campanha de rua, uma campanha de enfrentamento político. Não pensem que vamos fazer uma campanha como se fez todas as vezes com as nossas chapinhas. Não, será uma campanha de muita luta e muita mobilização. Vão ter que nos enfrentar, e enfrentar não a nós do PT, mas o conjunto de forças que querem a democracia neste País, o conjunto de forças que não aceita nenhum tipo de retrocesso, o conjunto de forças que é majoritário na sociedade brasileira e que sabe claramente qual é o melhor caminho para o Brasil da democracia, da distribuição de renda e da prosperidade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado.

Documento 303/327

057.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	02/04/2018-18:24
Publ.: DCD - 4/3/2018 - 80	LAERTE BESSA-PR -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa de rejeição pelo Supremo Tribunal Federal de habeas corpus ajuizado a favor do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Apoio à intervenção das Forças Armadas brasileiras no País, em caso de acatamento da medida pela Corte.

O SR. LAERTE BESSA (PR-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, a próxima quarta-feira 4 será um dia muito importante para nosso País. Será o dia em que vamos saber se o Supremo Tribunal Federal é realmente uma Corte Suprema. Se não for suprema, será uma Corte suprimida, nula, acovardada, parcial. Vamos testar de vez se o Supremo Tribunal Federal representa nosso Judiciário. Dependendo da decisão do *habeas corpus* que será julgado, aquela Corte não representará mais o povo brasileiro, tampouco nossa Justiça.

Será julgado, nesta quarta-feira, o maior ladrão que o Brasil já teve em todos os tempos. Trata-se de um verme, Sr. Presidente, um verme que, com o Partido dos Trabalhadores, dilapidou o patrimônio brasileiro. Este verme é vulgarmente conhecido pela alcunha de Lula.

Nós não aceitaremos outra decisão senão a recusa do *habeas corpus* pelo Supremo Tribunal Federal.

Quero convocar o povo brasileiro. Amanhã haverá uma manifestação. Estou acompanhando pela mídia e pelas redes sociais que há uma convocação para amanhã. Vamos para a porta do Supremo. Na quarta-feira, temos que pressionar nossos Ministros para que votem contra



o *habeas corpus*. Do contrário, se não votarem contra esse marginal, que se locupletou com o dinheiro público e jogou na lama nosso País, a única solução para nós será a intervenção militar. As forças militares do Brasil terão que intervir no País se isso acontecer amanhã.

Nós não podemos aceitar isso. Se isso acontecer, só nos restará a intervenção das Forças Armadas, como aconteceu no Rio de Janeiro.

Sr. Presidente, se esta intervenção não acontecer em todo o País, ela terá que acontecer pelo menos no Judiciário. Nós não podemos aceitar esse tipo de coisa.

Vamos lembrar 1964. Nós vivemos bons tempos de 1964 para cá, com os militares no comando. Por que não vivemos agora? Só assim nós vamos acabar com a corrupção no nosso País.

Eu gostaria de falar outra coisa desses Ministros que estão lá, mas vou aguardar a quarta-feira. Espero que haja o julgamento e que esse verme simplesmente vá para a cadeia, para cumprir a pena determinada pelo Judiciário brasileiro. Nós não podemos abrir mão disso.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que este pronunciamento seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil* e que seja registrado nos Anais desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado. Vamos divulgar o pronunciamento de V.Exa.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, dia 4 de abril, próxima quarta-feira, será um dia muito importante para a Nação brasileira. Na verdade, nós vamos saber se o Supremo Tribunal Federal, nossa Corte maior, é verdadeiramente suprema ou se será suprimida, parcial, acovardada. Se a Corte aceitar o *habeas corpus* que será julgado, ela não representará mais a Justiça para o povo brasileiro. Não é esta a justiça que nossa população merece.

Nesta semana, o maior ladrão do nosso País será julgado: um verme, vulgarmente conhecido como Lula, chefiava sua quadrilha, o Partido dos Trabalhadores, e, juntos, dilapidaram o patrimônio brasileiro. Se o julgamento for favorável ao *habeas corpus*, será o fim da Operação Lava-Jato, que completou 4 anos recentemente. Será uma tragédia para o povo brasileiro, que vinha se recuperando, e recuperando suas finanças, ao resgatar o dinheiro roubado da PETROBRAS, nossa maior

empresa.

Quero convocar todo o povo brasileiro para comparecer às ruas no dia 4. Em Brasília, vamos para a porta do Supremo para pressionar os Ministros a votar contra o *sse habeas corpus*. Caso a votação seja favorável, a única coisa que nos restará será a intervenção das Forças Armadas.

O povo brasileiro quer o fim da impunidade e a manutenção das prisões após condenação em segunda instância, uma das ferramentas encontradas pela Operação Lava-Jato para combater a impunidade dos saques de 6 bilhões de reais feitos pelos corruptos.

Documento 304/327

058.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	03/04/2018-10:16
Publ.: DCD - 4/4/2018 - 35	RÔMULO GOUVEIA-PSD -PB		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Necessidade de medidas para enfrentamento da criminalidade no País. Filiação do Senador Raimundo Lira aos quadros do PSD.

O SR. RÔMULO GOUVEIA (PSD-PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu irei tratar de um assunto importante e preocupante para os Estados e para todo o Brasil: a segurança pública.

A segurança pública ganhou enorme visibilidade em todo o País com a recente intervenção no Estado do Rio de Janeiro. No entanto, o que me preocupa bastante, como eu disse, é o contexto geral. Por exemplo, temos a situação da Paraíba, um Estado que sempre foi tranquilo, mas tem sofrido com a explosão de bancos e de agências dos Correios e com a insegurança da população ao se deslocar. Isso me preocupa bastante.

Não vou ter tempo de fazer o meu pronunciamento na íntegra, mas



quero fazer um alerta em relação à necessidade de serem tomadas algumas providências. Reconheço o esforço do então Ministro da Defesa, hoje Ministro da Segurança, nosso colega Raul Jungmann. Inclusive, quero parabenizá-lo pelo seu aniversário hoje e também pelo trabalho que vem fazendo.

É preciso haver uma unificação, uma integração, uma ação efetiva da União, dos Estados, dos Municípios. Hoje esse é o grande desafio do País.

Também é preciso haver um envolvimento das prefeituras de grande porte. Inclusive, eu conversava sobre isso com o Prefeito Romero Rodrigues, de Campina Grande, minha cidade, que também tem essa visão em relação à necessidade de um engajamento em prol da segurança pública, com estrutura, com a participação da guarda municipal, com o uso de equipamentos, a fim de tranquilizar a população da Paraíba e dos demais Estados da Federação, que sofrem com essa insegurança que assola o povo brasileiro.

Sr. Presidente, antes de encerrar, eu gostaria de, em nome do PSD da Paraíba, dar as boas-vindas ao atuante Senador Raimundo Lira, que foi Líder da bancada do MDB e hoje ingressa no nosso partido.

Conheço o Senador Raimundo Lira desde a época da Constituinte. Tenho com ele uma relação muito próxima. Atendendo ao nosso convite e ao convite do Ministro Gilberto Kassab, o Senador Raimundo Lira entra para os quadros do PSD da Paraíba e do Brasil e será muito importante.

Hoje, às 15 horas, na sede do partido, ocorrerá a filiação do Senador Raimundo Lira ao PSD da Paraíba. Convido todos a prestigiarem o evento.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que o meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira) - Deferido.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desde a última década, a segurança pública passou a ser considerada um problema fundamental e se tornou o principal desafio do Estado de Direito no Brasil.

A segurança ganhou enorme visibilidade e, em toda a nossa história



recente, jamais esteve tão presente nos debates tanto de especialistas quanto do público em geral.

Os problemas relacionados ao aumento das taxas de criminalidade; ao aumento da sensação de insegurança, sobretudo nos grandes centros urbanos; à degradação do espaço público; às dificuldades relacionadas à reforma das instituições da administração da Justiça criminal; à violência policial; à ineficiência preventiva de nossas instituições; à superpopulação nos presídios, com rebeliões, fugas, degradação das condições de internação de jovens em conflito com a lei; à corrupção; ao aumento dos custos operacionais do sistema, à ineficiência da investigação criminal e das perícias policiais; e à morosidade judicial, entre tantos outros, representam desafios para o sucesso do processo de consolidação política da democracia no Brasil.

A amplitude dos temas e problemas afetos à segurança pública nos alerta para a necessidade de qualificação do debate sobre segurança e para a incorporação de novos atores, cenários e paradigmas às políticas públicas.

O problema da segurança, portanto, não pode mais estar restrito apenas ao repertório tradicional do Direito e das instituições da Justiça, particularmente da Justiça criminal, dos presídios e da polícia. Evidentemente, as soluções devem passar pelo fortalecimento da capacidade do Estado no combate à violência, pela retomada da capacidade gerencial no âmbito das políticas públicas de segurança, pelo alongamento dos pontos de contato das instituições públicas com a sociedade civil e pela produção acadêmica mais relevante à área.

Em síntese, os novos gestores da segurança pública - não apenas policiais, promotores, juízes, burocratas da administração pública e nós parlamentares - devem enfrentar esses desafios, fazer com que o amplo debate nacional sobre o tema transforme-se em real controle sobre as políticas de segurança pública e, mais ainda, estimular a parceria entre órgãos do poder público e a sociedade civil, na luta por segurança e pela qualidade de vida dos cidadãos brasileiros.

Trata-se, na verdade, de ampliar a sensibilidade em relação a todo o complexo sistema de segurança e aos influxos de novas ideias e energias provenientes da sociedade e de criar um novo referencial, que veja na segurança um espaço importante para a consolidação democrática e para o exercício de um controle social da segurança.

Considerando o que o Brasil gasta, é extremamente ineficiente a gestão dos recursos destinados à segurança pública. Segundo especialistas, o modelo está falido, tem custo muito alto e não serve mais para atender às necessidades da sociedade. As estruturas da segurança não acompanharam o aumento da complexidade das



organizações criminosas.

O caso de São Paulo é bastante específico, assim como era o do Rio de Janeiro. Há necessidade urgente do desmantelamento do PCC. Não há como fazer isso sem reunir as polícias civis e militares. É preciso sufocar economicamente o crime organizado, a ponto de eliminar alguma influência que tenha sobre os Poderes do Estado.

Diante do crescimento da violência, que ganhou mais visibilidade durante o carnaval no Estado do Rio de Janeiro e após a desastrosa entrevista do Governador Luiz Fernando Pezão, em que alegou não estar preparado para enfrentá-la, o Presidente Michel Temer decidiu adotar uma solução nunca antes implementada no País e decretou a intervenção federal na área segurança pública do Rio de Janeiro. O General Walter Braga Netto passou a comandar a segurança pública carioca, chefiando as Polícias Civil e Militar, além do Corpo de Bombeiros.

Sabemos que o problema da segurança pública é uma demanda que não se resolve apenas com ação policial. Inclusão social e oferta de serviços públicos básicos às populações carentes são fundamentais para que as ações de combate ao crime organizado tenham êxito. É preciso adotar outras iniciativas por parte de setores do Governo e da sociedade, como projetos de inclusão social e oferta de serviços públicos.

Problemas de segurança pública se resolvem com inteligência. É fundamental melhorar as condições de trabalho dos policiais, valorizando as suas carreiras. Além dessas questões, é preciso agir para melhorar a educação e os demais serviços públicos em áreas vulneráveis, para que o crime deixe de ser uma opção tão fácil para tantas pessoas.

A intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro foi uma medida drástica, que precisava ser tomada para derrotar o controle do crime organizado e das milícias sobre populosas áreas do Rio e precisa ser tratada com inteligência, para que possamos considerar a segurança como um problema de várias esferas do Estado e dos Poderes da República.

Muito obrigado.

058.4.55.O Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/04/2018-
CD 11:56

Publ.: DCD - 4/4/2018 - ZÉ GERALDO-PT -PA
67

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES COMUNICAÇÕES

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Assassinato de lutador de MMA no Município de Belém, Estado do Pará. Anseio da população da Região Metropolitana de Belém por melhorias nas áreas de segurança pública, transportes e saúde. Protesto contra a não conclusão das obras, pela Prefeitura Municipal, do sistema de transporte público BRT Belém. Consequências políticas e sociais do impeachment da Presidente Dilma Rousseff. Comentários sobre a intervenção federal na área de segurança pública no Estado do Rio de Janeiro. Expectativa quanto ao julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal, de ação relativa ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, no início desta fala, no horário da Liderança da Minoria, registro um fato muito triste, também sobre violência, no Estado do Pará, que aconteceu nessa madrugada no Distrito de Outeiro, no Município de Belém. Um jovem cidadão, de 29 anos, casado, pai de um filho, engenheiro eletricista naval, empregado, lutador de MMA, de artes marciais, foi brutalmente assassinado por três cidadãos, que chegaram batendo na porta da sua casa, encapuzados, e atiraram. Ele correu para dentro do quarto onde estavam sua esposa e seu filho. Eles foram lá e acabaram de tirar sua vida a facadas. Levaram celulares. A polícia acha que foi um assalto.

Essa é a realidade. Não pensem que no Rio de Janeiro há mais violência do que no Pará. No Pará acontecem mais crimes, há mais violência, mais mortes do que no Rio de Janeiro. Se a Rede Globo estivesse lá para fazer uma cobertura todas as horas, todos os dias, e mostrar a situação para o Brasil, veriam que o Estado do Pará infelizmente é assim.

Na Região Metropolitana, no final de semana passado, eu visitei algumas comunidades, o Distrito de Mosqueiro, o Município de Ananindeua. O principal debate na Região Metropolitana hoje é sobre transporte, segurança e saúde.

O transporte é um dos temas. Existe lá um BRT, fruto de recursos que a Presidenta Dilma mandou para Belém no tempo em que o Prefeito era Duciomar Costa. Depois veio o Prefeito Zenaldo Coutinho, do



PSDB. Já faz 10 anos o sofrimento do povo que trafega todo dia lá na Augusto Montenegro. A população de Outeiro e a de Icoaraci demoram de 2 a 3 horas para sair de casa e chegar ao emprego e, depois, o mesmo tempo para sair do emprego e voltar para casa. Isso já faz 10 anos. É inadmissível! Dizem ainda que existe superfaturamento de aproximadamente 40 milhões nessa obra.

Esse é o resultado do Brasil pós-golpe. Eu gostaria de tirar da minha mente a sessão daquela noite de domingo, em que houve aquela farra, em que muitos Parlamentares quiseram mostrar o seu voto para o Brasil inteiro porque se criou um clima nacional pelos meios de comunicação. No horário nobre no domingo, na hora do *Fantástico*, havia uma fila de Parlamentares para dar o voto pelo golpe para a retirada da Presidenta Dilma. Menciono também parte do Judiciário brasileiro, do Juiz Sergio Moro a Ministro do Supremo Tribunal Federal, o Ministério Público Federal, a Polícia Federal.

Como se isso não bastasse, mesmo percebendo a tragédia do pós-golpe, inicialmente duas lideranças políticas agiram como esteios: Aécio Neves, que tinha perdido a eleição, queridinho de muita gente, conseguiu enganar muitos; e Eduardo Cunha, que comprou a própria eleição de Deputado, comprou a própria eleição para Presidente da Câmara, comprou aqui voto para que houvesse o *impeachment*. Eu pergunto a V.Exas.: onde está Eduardo Cunha? Onde está Aécio Neves? Aécio Neves nem candidato será, com certeza. E Eduardo Cunha está pagando pelo que fez.

Parece-me que alguns dessa turma já se arrependeram. Alguns estão avaliando que erraram e que não foi a melhor coisa que fizeram. Mas há uma turma que continua querendo insistir nisso. Há uma turma que agora quer que se condene Lula amanhã para que ele seja preso. Há um grupo considerável de juízes e promotores fazendo abaixo-assinado para que o Supremo descumpra a Constituição!

Meus amigos e minhas amigas, como alguns que prestaram concurso para ser juízes de direito, que têm que fazer as coisas direito, agir para que a Constituição seja cumprida, vêm pedir ao Supremo que descumpra a Constituição?

Qualquer estudante de Direito sabe que isso é inconstitucional! Nem é preciso ser estudante de Direito. Eu nunca estudei Direito e também sei que é.

Essa turma quer que Lula seja preso, mesmo que eles não tenham uma liderança para disputar as eleições agora em outubro. Onde está a liderança do PMDB para se candidatar a Presidente do Brasil? Onde está a do PSDB? Eles não têm. Eu nem estou falando dos outros partidos que têm candidatos. O Presidente Lula é o único candidato

que, mesmo depois de levar pancadas durante tantos anos, está com 40% de aprovação nas pesquisas. Essa turma quer prendê-lo e depois não deixar que ele registre a candidatura. Mas estão percebendo que isso não vai dar certo. Isso vai piorar a situação.

Já existe uma turma pensando assim: *"Será que não seria bom não haver eleição este ano?"* Existe até pensamento como esse. Haveria outro golpe, um golpe diplomático, um golpe dado pelo Congresso, porque eles não querem de jeito nenhum que Lula vire Presidente de novo. E eles não têm nome! Já existem pensamentos como esse. Mas o povo brasileiro não vai aceitar isso, até porque não há legitimidade, Sr. Presidente.

Onde está o Congresso? Depois que eles perderam a votação relativa à Previdência, desmoronaram, desnortearam-se. Inventaram a intervenção no Rio de Janeiro porque ficaram com vergonha, tinham que anunciar a retirada da medida provisória sobre a Previdência. *"Ah, os marqueteiros de Temer bolaram então a intervenção no Rio!"*

Vejam no que deu a intervenção no Rio! Quantos fuzis o Exército já apreendeu no Rio de Janeiro? Quantas metralhadoras? Quantos bandidos que articulam o crime já foram presos? Ninguém! Nada aconteceu no Rio de Janeiro até agora. Não houve apreensão de fuzil, de metralhadora, nada! Nem o assassinato da Vereadora Marielle foi esclarecido. Eu espero que a polícia esteja trabalhando com toda a sua inteligência. A polícia tem preparo para isso, conta com profissionais.

Divulgou-se a notícia de que foi gasto, para alimentação em presídios no Rio de Janeiro, quase 1 bilhão sem que tivesse havido licitação. Quase 1 bilhão! Isso foi gasto para se comprar alimento para os presidiários no Rio. Imaginem quantos bilhões se gastam no Brasil para se comprar essa alimentação. É claro que grande parte não chega aos presos, é desviada. Todo mundo sabe o que acontece. Dessa forma, como a segurança pública vai melhorar no Brasil?

Sr. Presidente, não vamos insistir no golpe. Amanhã o Supremo Tribunal Federal precisa cumprir a Constituição do Brasil. Nada de pressão! Nada de pressão de juízes que...

(Desligamento automático do microfone.)



058.4.55.O

Sessão
Extraordinária - CD

Deliberativa 03/04/2018-13:48

Publ.: DCD - 4/4/2018
- 109

MARCELO MATOS-PSD -RJ

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Apelo ao General Walter Souza Braga Netto para extensão aos Municípios fluminenses da intervenção federal promovida na área de segurança pública do Rio de Janeiro.

O SR. MARCELO MATOS (PSD-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, mais uma vez venho a esta tribuna para falar sobre a violência que atormenta o Estado do Rio de Janeiro, principalmente a cidade de São João de Meriti, na Baixada Fluminense, e a cidade de Angra dos Reis, onde houve uma pequena operação de intervenção, mas que não teve resultado.

Eu estou aqui pedindo, mais uma vez, ao General Braga Netto que conduza essa intervenção nos Municípios da Baixada Fluminense.

O povo hoje vive preso em suas residências. Há um toque de recolher em vários locais da cidade de São João de Meriti. Enfim, o crime está tomando conta de toda a Baixada Fluminense, onde o povo não tem mais sossego.

Então, eu venho aqui solicitar ao interventor General Braga Netto que retome essa situação de paz na Baixada Fluminense.

Nós precisamos colocar os policiais de volta aos batalhões, porque uma cidade como São Joao de Meriti, com quase 600 mil habitantes, só tem 250 policiais em serviço.

Eu peço que meu pronunciamento seja registrado pelo programa *A Voz do Brasil* e pelos meios de comunicação desta Casa.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Capitão Augusto) - O pronunciamento de V.Exa. será divulgado, Deputado.

Documento 307/327

059.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	03/04/2018-14:08
Publ.: DCD - 4/4/2018 - 135	CELSO PANSERA-PT -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Aumento da criminalidade na Baixada Fluminense após a intervenção federal na área de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. CELSO PANSERA (PT-RJ. Sem revisão do orador.) - Presidente, a imprensa do Rio de Janeiro divulgou ontem e hoje imagens de um bairro chamado Lote 15, um distrito de Belford Roxo, em que um comboio de bandidos fortemente armados desfilavam e diziam que iam tomar outra região da cidade de assalto.

Diante dessas imagens, o Deputado Estadual Marcio Canella me mandou um estudo com alguns números sobre a criminalidade em Belford Roxo.

Mostra o estudo, por exemplo, que em fevereiro deste ano, antes da intervenção, a cidade teve 23 homicídios dos mais diversos tipos. Em março, 1 mês depois da intervenção, o número de homicídios saltou para 28. Os assaltos e roubos saltaram de 695 para 803.

O que está acontecendo? A intervenção desmobilizou a polícia, desmontou a sua cadeia de comando, e as Forças Armadas não estão conseguindo cobrir esse espaço deixado pelas forças de segurança locais. Então, toda a Baixada Fluminense - eu resido em Duque de Caxias - teve um aumento exponencial da criminalidade desde o início da intervenção. Belford Roxo, Duque de Caxias, São João do Meriti, Nilópolis, Mesquita, Nova Iguaçu, todas têm números assustadores.

Esses números que o Deputado Estadual Marcio Canella me enviou são ilustrativos: os roubos saltaram de 695 para 803 de um mês para o outro; os homicídios, de 23 para 28.

É necessário que se tomem medidas efetivas, em vez de se contar

com essa panaceia que se criou em torno da intervenção, que é, na verdade, um grande golpe de mídia, e não faz de fato nada contra a violência.

O SR. PRESIDENTE (Capitão Augusto) - Obrigado, Deputado.

Documento 308/327

060.4.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária -04/04/2018- CD	11:48
Publ.: DCD - 4/5/2018 - 72	ZÉ GERALDO-PT -PA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Encontro do orador com lideranças municipais paraenses, para discussão do lançamento das pré-candidaturas do Senador Paulo Rocha ao Governo do Estado do Pará e do Parlamentar ao Senado Federal. Inocuidade da intervenção federal na área de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro. Prejuízos causados à população brasileira e ao País pelo impeachment da Presidenta Dilma Rousseff.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós, dirigentes do PT do Pará, estamos conversando com todas as lideranças por todo o Estado sobre uma agenda de pré-candidatura.

Este final de semana nós estaremos no sul e no sudeste do Pará. No sudeste, estaremos em Marabá e em Eldorado dos Carajás, conversando com as lideranças daquela região. E, no sábado e no domingo, estaremos também chegando ao sul do Pará, em Xinguara e Conceição do Araguaia, para conversar com aquelas lideranças.

O Senador Paulo Rocha, pré-candidato do PT a Governador do Pará, e eu, pré-candidato ao Senado pelo PT do Pará, estamos exatamente conversando sobre essa conjuntura turbulenta de um Governo que não deu certo e nem vai dar certo.

E se alguém pensa em continuar com o golpe está enganado, porque o



golpe não deu certo até aqui, nem vai dar certo daqui para à frente.

É claro que há alguém pensando por aí em até agosto, ou até muito breve, dar outros passos na continuidade do golpe, mas nós não podemos aceitar isso.

Nós, do Partido dos Trabalhadores e dos partidos de centro-esquerda do Brasil, precisamos lutar com todas as forças pela manutenção da democracia. Não existe ditadura que dê certo. Está aí a intervenção no Rio de Janeiro: mais de 40 dias de intervenção e não se fez nada, não se prendeu um fuzil, não se prendeu uma metralhadora, não se prendeu um narcotraficante poderoso.

Então, não são os militares que vão nos salvar, são as forças democráticas. O Brasil é um país imenso, um país que precisa de um Governo como o de Lula e Dilma, que vinha dando certo. Interviram e olha a bagunça que virou! As pessoas estão desesperançadas, as pessoas estão ficando doentes, as pessoas estão entrando em depressão.

Acham que 2019 vai ser melhor do que este ano? Não, vai ser pior. Porque o que está se fazendo neste País desde o golpe até aqui é só o mal para o povo brasileiro, para os pobres. Os ricos aqui, nos Estados Unidos, ou na China, estão muito bem, inclusive comprando as nossas riquezas, ELETROBRAS, PETROBRAS, a preço de nada!

Esse é o grande crime que está sendo cometido neste País, Sr. Presidente.

Peço a V.Exa. que meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 309/327

069.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 11/04/2018-14:48
Publ.: DCD - 4/12/2018 - 80	CAETANO-PT -BA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO



Sumário

Ineficácia da intervenção federal na área da segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. CAETANO (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o jornal *O Globo* de hoje destaca em sua manchete: *Sem verba, intervenção suspende 63 ações no Rio*.

O Deputado do PSDB vem aqui falar da crise. A maior crise da história do Brasil é a crise do Governo Temer. O Temer é um mentiroso! Chegou a criar esse factóide da intervenção federal no Rio de Janeiro, dizendo que ia resolver o problema da segurança pública. No entanto, o problema da segurança pública no Rio de Janeiro piorou! Piorou! Deixou a intervenção para o Exército - inexperiente para essas ações -, e nem há o relatório da intervenção.

Está aqui o jornal da elite brasileira, *O Globo*, dizendo que estão suspendendo 63 ações por falta de recursos.

Fora, Temer! Lula Livre!

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos aqueles que nos assistem e nos acompanham pela *TV Câmara*, ocupo este espaço, no dia de hoje, para falar sobre a atrapalhada intervenção militar no Rio de Janeiro, executada pelo Governo ilegítimo de Michel Temer. Quando surgiu a notícia dessa intervenção, Sr. Presidente, nós denunciemos aqui nesta tribuna que se tratava de uma medida eleitoreira. Temer queria, em primeiro lugar, aumentar um pouco a sua pífia popularidade - que não ultrapassa os 3% - e, em segundo lugar, disfarçar a falta de votos para aprovar a reforma da Previdência, já que não se pode alterar a Constituição com uma intervenção em vigor. Em resumo, a intervenção militar de Temer foi uma medida eleitoreira, feita a toque de caixa e que nunca teve como objetivo combater a violência no Rio de Janeiro.

Nós denunciemos isso aqui nesta tribuna, e agora, cerca de 2 meses após o início da tal intervenção, está aí a prova: *Sem verba, intervenção suspende 63 ações no Rio*, traz *O Globo*, como manchete. E segue:

Burocracia trava liberação de R\$ 1,2 bilhão em Brasília. Nomeação de parte da equipe do interventor, general Braga Netto, ainda não foi publicada no Diário Oficial. A intervenção federal na Segurança do Rio



ainda não recebeu a verba de R\$ 1,2 bilhão prometida pelo presidente Michel Temer há duas semanas. O problema, segundo o interventor, general Walter Braga Netto, é burocrático: parte de sua equipe não teve a nomeação publicada no Diário Oficial. Sem o dinheiro, 63 operações tiveram que ser suspensas. A questão foi discutida ontem em reunião no Ministério da Defesa com 20 deputados da bancada fluminense, que cobraram plano de trabalho e informações sobre o uso da verba. Em nota, a Casa Civil disse que os cargos pretendidos pela intervenção estão sendo criados pelo Planejamento, e terão que ser aprovados pelo Congresso.

Ou seja, Temer usou como desculpa, para realizar a intervenção, que era uma medida de urgência e extremamente necessária. Ora, muitos de nós aqui fomos Prefeitos e, como Chefes do Executivo, nós sabemos: se algo é urgente e extremamente necessário, as verbas para tal ação são prioridades dentro da administração pública. Se a intervenção militar era tão necessária, como faltou dinheiro, Sr. Temer? Eu respondo: porque foi uma medida eleitoreira que nunca, em momento algum, teve por objetivo ajudar a segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.

A intervenção militar de Temer é uma vergonha! Ela não diminuiu os números de homicídios e nem de assaltos. Temos um caso clássico e chocante: a Vereadora Marielle Franco, da cidade do Rio de Janeiro, foi assassinada em pleno centro da cidade. Ora, se uma pessoa pública é executada a tiros no centro da cidade, durante uma intervenção militar, o que esperar que ocorra aos moradores das favelas? O assassinato de Marielle é o símbolo do fracasso da intervenção no Rio. Uma intervenção eleitoreira, que só irá reprimir os negros e os pobres das favelas.

Fora, Temer! Lula Livre!

Muito obrigado. Sr. Presidente.



Sumário

Orientação de bancada para votação de requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 3.734, de 2012, sobre o disciplinamento da organização e do funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública; a instituição do Sistema Único de Segurança Pública - SUSP; e a segurança cidadã. Ineficácia da intervenção federal na área da segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PCdoB vai entrar em obstrução...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Heráclito Fortes, que falará pela Liderança.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Registre-se que a obstrução é política. O Sistema Único de Segurança Pública surgiu em 2003. Nós achamos que o SUSP é uma ideia importante para o País. Obviamente, não estou analisando o relatório atual. Há críticas sobre ele e temos de alterá-lo. Mas se trata de obstrução política devido à situação política do Brasil e à prisão injusta do Presidente Lula.

Aproveito para fazer um registro grave. A intervenção no Rio de Janeiro, improvisada, obviamente não solucionará os problemas de segurança. Houve a edição de uma medida provisória...

Sr. Presidente, eu precisaria apenas de alguns segundos para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputada, o tempo é de apenas 1 minuto. O Deputado Heráclito Fortes falará pela Liderança. Ele tem preferência.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Eu sei. Eu respeito a palavra dos Líderes.

Eu gostaria apenas de registrar que foi editada medida provisória de 1,2 bilhão de reais no dia 28 de março. Até este exato momento, segundo dados do SIAF, não há 1 centavo empenhado dessa medida provisória de 1,2 bilhão de reais. É absolutamente incompreensível que uma intervenção feita em preocupação com a vida das pessoas, uma medida provisória editada há 14 dias não tenha, até este momento, nem sequer 1 centavo empenhado, numa intervenção que está há 50

dias no Estado do Rio de Janeiro.

Documento 311/327

070.4.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/04/2018- CD	17:52
Publ.: DCD - 4/12/2018 - 226	- ELCIONE BARBALHO-PMDB -PA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Encaminhamento de requerimento de indicação ao Presidente da República para decretação de intervenção federal na área da segurança pública do Estado do Pará.

A SRA. ELCIONE BARBALHO (PMDB-PA. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em se tratando de segurança, assunto que nós estamos discutindo neste momento, eu e o Deputado Delegado Éder Mauro acabamos de protocolar na Secretaria-Geral da Mesa um requerimento de indicação ao Sr. Presidente da República solicitando intervenção federal na segurança pública do Estado do Pará.

Diz a Justificativa:

O cenário de terror e descaso que todos os paraenses já conhecem e com o qual são obrigados a conviver nos últimos anos, por causa da incapacidade de gestão do atual Governo Estadual, foi traduzido por uma pesquisa internacional, divulgada recentemente, que classificou Belém como a décima cidade mais violenta de todo o mundo.

Esse mesmo estudo mostra ainda que a situação de violência disparou em nossa Capital. Até 2016, Belém ocupava a vigésima terceira posição. E agora Belém está entre as dez cidades mais violentas de todo o mundo.

O risco de morte também afeta quem trabalha para preservar a segurança. Até o dia 8 de abril, o Pará já tinha registrado mais da metade do total de policiais militares mortos em todo o ano de 2017.

O ano de 2017 entra para a história como o ano mais violento no Pará, com os maiores índices de mortes violentas já registradas na história da criminalidade no Estado, representando o total fracasso da atual



gestão de segurança pública. Dados obtidos junto aos órgãos de comunicação do Estado e junto ao Fórum de Segurança Pública dão conta de que foi registrada, em todo o território paraense, em 2017, a absurda e recordista marca de 4.416 mortes violentas, com a média diária de 12 mortes. Ou seja, a cada 2 horas uma pessoa é morta no Pará. Deste total, foram 3.782 homicídios, 215 latrocínios, 34 lesões corporais seguidas de morte e 385 mortes por intervenção policial.

As 4.416 mortes violentas correspondem à taxa de 52,8 registros por cada 100 mil habitantes da história do Pará. Foram 211 mortes violentas a mais que em 2016, quando foram registradas 4.205 mortes. Dos 3.782 homicídios registrados em 2017, 1.417 ocorreram na Região Metropolitana de Belém (RMB) e 2.365 no interior do Estado.

Os homicídios na RMB ficaram assim distribuídos: Belém, com 855 registros; Ananindeua, com 379; Marituba, com 102; Benevides, com 67, e Santa Bárbara, com 14. A Capital paraense ficou com a altíssima taxa de 58,9 homicídios por cada 100 mil habitantes. Entre as vítimas, centenas de inocentes e agentes de segurança pública foram ceifados.

Em entrevista recente, José Pimentel, Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos da Polícia Civil do Pará (SINDPOL-PA), declarou que há anos as entidades já alertam o Governo do Estado sobre o aumento da criminalidade, mas nada foi feito e a situação, segundo ele, se tornou insustentável. "A grande realidade é que estamos abandonados por falta de gestão. Nunca antes se viu uma situação tão preocupante", afirma Pimentel. De acordo com ele, sete policiais civis foram assassinados no ano passado, mais do que o dobro em relação a 2016, quando foram 3.

Na Polícia Militar, o cenário foi e ainda é muito mais crítico. Somente em 2017, foram 35 assassinatos, de acordo com o Sargento Francisco Xavier, da Associação Nacional dos Militares do Brasil (ANMB). O número é bem superior à soma de 2016: com 27 mortes. O quantitativo de policiais militares baleados em 2017 foi de 23, maior do que o do ano anterior, quando foi somente de 16. "O Pará é o segundo Estado em que mais se mata policial militar no Brasil. A criminalidade aumentou muito nos últimos anos e o Governo Estadual finge que nada está acontecendo", denuncia Xavier.

A situação no Estado é gravíssima. O caos e a violência que a população do Pará tem enfrentado só aumentam.

Somente até as 16 horas desta terça-feira, dia 10, 14 pessoas já haviam morrido na Região Metropolitana de Belém. Uma violência absurda - e o mais assustador é que esse número aumenta a cada hora! Ainda ontem cerca de 21 pessoas foram mortas durante um motim no Centro de Recuperação Penitenciário do Pará III, também na



Região Metropolitana de Belém, em Santa Izabel do Pará.

Estamos reféns do crime, em uma terra sem lei. A sensação de medo, insegurança e impunidade nos aflige dia e noite.

Exigimos uma atuação eficaz no enfrentamento à criminalidade. Exigimos a intervenção federal para combater a grave crise de segurança pública instalada no Pará, com a presença da Força Nacional de Segurança ou do Exército Brasileiro. A população merece e precisa dessa resposta!

Essa situação é inadmissível! Não podemos mais assistir a essa matança sem fim. Não podemos mais testemunhar a morte de tantas pessoas, em uma violência que mata mais que em países de guerra do Oriente Médio e em países com grande instabilidade econômica e política, como a Venezuela.

Sala de Sessões, 11 de abril de 2018.

Deputada Elcione Barbalho e Deputado Delegado Eder Mauro

Documento 312/327

075.4.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	17/04/2018-15:36
Publ.: DCD - 4/18/2018 - 65	BENEDITA DA SILVA-PT -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS GRANDE EXPEDIENTE	GRANDE EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Caráter injustificável da intervenção federal na área de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro. Desestruturação institucional promovida pelo Governo Michel Temer. Estabelecimento de plano de vigilância das fronteiras nacionais para o efetivo combate às ações do crime organizado no País. Reestruturação das polícias brasileiras. Motivação política do assassinato da Vereadora Marielle Franco e do seu motorista Anderson Pedro Gomes. Razões da ocupação, por trabalhadores sem-teto, do apartamento triplex supostamente pertencente ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Natureza política da prisão do Líder petista. Repúdio à gestão do Governo Federal. Preferência do eleitorado brasileiro pela candidatura do ex-Presidente da República à sucessão presidencial.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Sem revisão da oradora.) - Sra.



Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, no dia 16 de abril - portanto, ontem -, a intervenção militar na área da segurança pública do Rio de Janeiro completou 2 meses.

Abro a minha fala afirmando que a medida é totalmente injustificável, porque o Rio está longe de ser a cidade mais violenta do Brasil, conforme atestam diversos organismos nacionais e internacionais. Se a alegação para a intervenção está atrelada aos índices de violência, outras 18 cidades brasileiras muito mais violentas do que o Rio de Janeiro deveriam também estar sob a intervenção federal.

Sra. Presidenta, o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, criador da Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria e pela Vida disse há mais de 20 anos uma frase que se aplica à atual situação do Rio de Janeiro:

Não basta entregar o feijão, o arroz, o pão e leite às pessoas em situação de vulnerabilidade social. Se quisermos resolver de vez o problema da fome é preciso perguntarmos aos desassistidos pelo Estado e pela sociedade que tipos de alimentos eles mais necessitam. E mais do que isso: quais as sementes mais adequadas para que eles mesmos façam o cultivo de seus alimentos.

Embora Betinho estivesse se referindo a um outro contexto - o combate à fome extrema em meados da década de 90 -, a frase reflete com perfeição a maneira destrambelhada como o Governo golpista de Michel Temer agiu em relação à segurança pública no Estado do Rio de Janeiro.

Uma decisão dessa importância, que gera impactos profundos na vida de mais de 15 milhões de habitantes, foi tomada sem o mínimo de planejamento, a tal ponto que o próprio interventor federal designado para o cumprimento da tarefa, o General de Exército Walter Souza Braga Netto, se mostrou surpreso com o anúncio de que assumiria a espinhosa missão.

Mas, senhoras e senhores, não foi apenas o General que foi pego de surpresa. Todas as instituições de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro foram os últimos a saberem da intervenção federal. Mas quem pelo menos soube dessas articulações foram os próprios interessados no desdobramento das ações: a população carioca e fluminense, sobretudo aquela parcela que historicamente mais sofre com os reflexos da violência em meu Estado.

É justamente por isso que a intervenção militar no Rio de Janeiro já nasceu fadada ao fracasso. O que se pretendeu desde o início da operação foi criar apenas uma cortina de fumaça para encobrir o retumbante descrédito desse Governo ilegítimo. A intenção é que o



nevoeiro do Rio crie algum tipo de factóide que viabilize Temer e seu MDB como candidatos às próximas eleições. É disso que se trata, com todas as letras.

A intervenção federal no Rio de Janeiro é uma ação de perfumaria, é um gesto político para, numa tentativa desesperada, colher algum cacife para que o Governo temerário continue operando o maior desmonte institucional, trabalhista, previdenciário e de direitos sociais de toda a nossa história republicana.

Se a comunidade de segurança pública do Rio de Janeiro, a sociedade civil organizada e os cidadãos cariocas e fluminenses fossem ouvidos, diriam alto e em bom som para os interventores e o Governo espúrio que eles representam: *"Não queremos intervenção, não queremos ocupação de nossos espaços, não queremos que continuem trucidando o povo pobre, humilde e negro do Rio de Janeiro!"*

E a população continuaria bradando: *"Queremos solução definitiva de nossos problemas. Queremos educação. Queremos saúde. Queremos políticas públicas que resgatem nossa dignidade, que nos proporcionem melhoria de qualidade de vida!"*

Srs. Parlamentares, Deputado Pedro Uczai, não é de agora que as Forças Armadas são chamadas para, num passe de mágica, resolver os graves problemas que infelicitam a vida dos cidadãos do Estado do Rio de Janeiro.

Os números, no entanto, contradizem esse tipo de estratégia. Segundo o Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro - ISP, autarquia vinculada à Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro, nas 11 intervenções federais no Rio de Janeiro, nos últimos 25 anos, somente em uma oportunidade houve diminuição, ainda assim muito discreta, dos principais indicadores criminais analisados. Nas outras 10 oportunidades, houve considerável acréscimo desses índices, sobretudo no que se relaciona a homicídios, roubos a pedestre, roubos de carga e roubos de veículos.

Qualquer solução para combater essas forças organizadas do crime também terá que considerar um plano para as fronteiras nacionais e os aspectos regionais da América do Sul, especialmente da Bolívia, Colômbia, Peru e Paraguai. Sem a ação dos países vizinhos, o problema do narcotráfico não será resolvido em nenhum lugar.

Sras. e Srs. Deputados, não dá para glamourizar o crime organizado. As primeiras vítimas são os mais pobres. Os dados mostram que são negros e pobres, de 15 a 25 anos, além das mulheres, as maiores vítimas do crime organizado.



Segundo Jailson de Souza e Silva, doutor em Sociologia e criador do Observatório das Favelas:

Não se trata de um problema conjuntural, mas de uma concepção de Estado - e não só do Estado do Rio de Janeiro, mas do Estado Nacional brasileiro - de priorizar o combate aos pobres e aos espaços populares como eixo fundamental. Não é uma política de segurança pública que temos, é uma política em que os moradores das favelas são confundidos propositalmente com criminosos, quando os dados apontam que apenas 1% a 1,5% da população das comunidades é que está envolvida com atividades criminosas.

Outra coisa: é preciso reorganizar a polícia. A estrutura de polícia existente hoje não tem nenhum cabimento. Uma mudança constitucional que permita uma mudança na estrutura policial é fundamental. Com a PM e a Polícia Civil que temos hoje, com essa falta de coordenação e de ação, não há nenhuma chance de dar certo. Vejam o absurdo de como as polícias são treinadas. A sua formação é para matar, para a guerra, e não para proteger a sociedade e garantir direitos. O combate à violência se faz com política de segurança pública, planejamento e inteligência. Essa política não pode ser implementada pelas Forças Armadas, que são treinadas para a guerra e para eliminar o inimigo.

Minhas senhoras e meus senhores, outra questão fundamental: enfrentar o problema da criminalidade, em qualquer lugar do mundo, é sufocar economicamente o crime organizado, diminuindo, dessa forma, o seu poder junto à população e ao próprio aparelho do Estado. Isso só se faz com inteligência, informação e forças policiais capacitadas para isso. Por isso, é fundamental melhorar as condições de trabalho das forças policiais, valorizando suas carreiras e dando condições salariais e materiais dignas.

É crucial também eliminar o grau de conluio que existe entre forças da polícia e grupos criminosos, especialmente a milícia.

Outra medida é enfrentar a questão das drogas. Não tem sentido essa política de guerra às drogas, que se revela um fracasso absoluto. Nos países que estão tendo êxito no combate às drogas, cada vez mais se avança na perspectiva de descriminalização da maconha. O Brasil, que é um dos países mais vitimizados por essa política, continua com ela.

Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, não poderia deixar de dar uma palavrinha sobre as primeiras execuções políticas provenientes dessa nefasta intervenção do Governo Temer no Rio de Janeiro. Falo dos assassinatos da Vereadora Marielle Franco e do motorista que a conduzia, Anderson Gomes. Tudo leva a crer que, de fato, trata-se de uma execução política, pois 2 dias antes de sua morte Marielle havia



denunciado os crimes que ocorrem contra a população negra e pobre da periferia e da favela. E a intervenção militar segue atuando nessa lógica, pois até agora o que se viu foi o Exército atuando exclusivamente nas favelas.

O assassinato de Marielle constitui-se na metáfora de um país perverso que teima em querer eliminar não apenas corpos, mas também ideias. Os atiradores que ceifaram a vida de Marielle não queriam apenas silenciar sua voz, mas também eliminar suas ideias e mandar um recado para todos aqueles que ousarem trilhar o caminho da indignação diante das injustiças. Uma parte do serviço sujo já foi feita; a outra parte está sendo realizada pelos pacatos cidadãos que, sob o véu do anonimato, utilizam as redes sociais para, no caso, até desqualificar a luta de Marielle, que é a luta de todos que defendem um outro projeto de país radicalmente diferente do modelo que nos tem sido imposto.

Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, no Brasil, como na América Latina, existe uma guerra não contra a pobreza, mas contra os pobres, notadamente nos países de alta desigualdade, a exemplo de El Salvador, Brasil, México, Venezuela, Colômbia e daí por diante. Todos sabem que violência e pobreza andam juntas. Um relatório da ONU aponta que é a região mais violenta do mundo. É também a região mais desigual do mundo e com a maior desigualdade urbana do mundo.

Das 50 cidades mais violentas do mundo, 19 são brasileiras e 43 são latino-americanas. O Rio de Janeiro não está entre elas, o que comprova o caráter politiquero da intervenção militar no Estado. Acabar com a violência no Rio de Janeiro e no Brasil depende de uma gama de ações como as que descrevi ao longo de meu discurso. Mas nenhuma ação pode abrir mão da participação popular, porque sem esta não há a menor possibilidade de qualquer política de regulação do espaço público funcionar.

Esta é a situação verdadeira que analisamos junto com a Federação de Favelas do Estado do Rio de Janeiro - FAFERJ, com as organizações não-governamentais que trabalham nessas comunidades, com psicólogos, com sociólogos, com advogados, até com juristas que trabalham conosco e com assistentes sociais. Verdadeiramente está acontecendo no Estado do Rio de Janeiro essa cortina de fumaça, para que possam viabilizar a entrega deste País, como se está fazendo, para que a Justiça também possa cometer os seus crimes, dizendo que está combatendo um crime, como o que acontece com Luiz Inácio Lula da Silva, que está condenado por um crime que não cometeu.

E pasmem! E pasmem! Hoje nós tivemos uma notícia com a qual eu não fiquei perplexa, porque acho que a população brasileira está se



levantando contra essa situação. Estou falando do caso ocorrido em São Paulo, onde assistimos destacadamente ao MTST ocupar, com surpresa para alguns, o apartamento triplex que o Juiz Moro diz que é do Lula. Que coisa vergonhosa! Que coisa feia! Não foram os petistas que lá estavam, nem foram as centrais dos trabalhadores, mas um movimento social que já entende que está diante de um grande golpe e de uma grande falácia. Que vergonha! O triplex é uma vergonha! O triplex é uma vergonha! Nenhum apartamento que nós ocupamos se parece, mas nem de perto, com o triplex de Lula. Impressionante!

O Sr. Zé Geraldo - Conceda-me um aparte, Deputada?

A SRA. BENEDITA DA SILVA - Concedo o aparte a V.Exa., mas antes quero dizer o seguinte: ele é condenado por essa farsa. Se o apartamento é do Lula, se o triplex é do Lula, vamos ocupá-lo. Foram lá, fizeram uma intervenção de uma forma arbitrária, anônima, sem nenhuma ordem judicial. Ora, se é do Lula e o Lula não reclamou, por que eles foram lá fazer isso? Então, por favor, soltem o Lula, porque o triplex não é do Lula.

O Moro que se vire, o Moro que diga para a população brasileira que ele o condenou politicamente, porque ele tem intenções de ordem política para prender o Lula. Ele não quer que Lula se candidate a Presidência da República. Lula não pode, porque, segundo seus interesses político-ideológicos, se o Lula vier, vai ganhar as eleições.

As pesquisas estão demonstrando isso, mesmo quando ele foi preso, porque o povo não é bobo. O povo está acompanhando tudo isso, desde o golpe. E está fazendo 2 anos hoje o grande golpe dado à Nação, que tirou uma legítima Presidenta. Esse golpe tem o seu desdobramento, e o povo está acompanhando. Eu já sei que muita gente que se vestiu de verde e amarelo, que bateu panela está quieta, porque eles sabem que foram enganados com uma proposta de moralidade, de combate à corrupção, para acabar com as fraudes neste País, para prender o maior criminoso deste País, o maior chefe do bando que roubou esta Nação: Luiz Inácio Lula da Silva. Pois agora ficou mais do que claro, patente, evidenciado que Moro age politicamente e que o Lula está condenado como um preso político, por perseguição política, para ser inviabilizado.

Concedo um aparte ao Deputado Zé Geraldo.

O Sr. Zé Geraldo - Deputada Benedita da Silva, primeiro, quero parabenizar V.Exa. pelo brilhante trabalho que faz nesta Casa, V.Exa. que é uma incansável Parlamentar do Rio de Janeiro. E ninguém conhece melhor a realidade do Rio de Janeiro do que V.Exa. Mas é interessante que agora nós estejamos descobrindo por que o Juiz Sergio Moro não concedeu uma perícia no apartamento que ele diz ser



do Lula, exatamente porque a perícia ia mostrar que lá não tem uma reforma de 1,2 milhão. Veja bem, se o apartamento vale 800 mil, como é que tem uma reforma de 1,2 milhão, Deputada? Nenhum cidadão precisa fazer conta: apartamento de 2 milhões é um superapartamento, é apartamento de cobertura em qualquer capital do Brasil. Agora, Deputada Benedita da Silva, V.Exa. quer ver como a coisa vai se complicando? Eu quero ver a hora em que o apartamento for para leilão e aquele que arrematar esse apartamento tiver que documentar. Vamos ver quem é que vai dar a documentação para o arrematante desse leilão. Então, esse Sergio Moro é um fascista, é um irresponsável, é um cretino, é um lambe-botas dos Estados Unidos, é um mentiroso. Agora, como é que nós vamos clamar por justiça? É por isso que não funciona no Rio de Janeiro e em nenhum lugar do Brasil, porque estão desmoralizados. O Temer chega a 5% nas pesquisas, então, é um Governo desmoralizado. O Sergio Moro é um mentiroso, está aí a mentira, alegando uma reforma de 1,2 milhão num apartamento que não é do Presidente Lula. Se fosse, a polícia não teria ido lá em 2 horas tirar o pessoal, teria deixado o pessoal lá. Então, estão ficando cada vez mais enrolados, desmoralizados. Eu não sei o que eles vão fazer para sair dessa, porque o golpe não pode durar muito tempo. O golpe não vai durar muito tempo. Parabéns a V.Exa.

A SRA. BENEDITA DA SILVA - Eu agradeço o aparte de V.Exa. e concedo o aparte ao Deputado Pedro Uczai.

O Sr. Pedro Uczai - Deputada Benedita da Silva, cumprimento-a e parabeno-lhe pelo seu pronunciamento e por colocar o dedo na ferida, como diz o povo, sobre a questão da violência no Rio de Janeiro. Sua denúncia é contundente sobre a farsa desta intervenção militar, que, efetivamente, tem conotação política e não tem vontade e decisão de combater o crime organizado. E o que a gente percebe, justamente pela sua fala, é que nesse período de 2 meses avança a violência no Rio de Janeiro, inclusive ceifando a vida de uma grande líder, como a Vereadora Marielle. Portanto, essa farsa tem que ser denunciada. Parabéns a V.Exa., parabéns por sua posição clara sobre onde está o enfrentamento à violência. E o segundo ponto que V.Exa. traz aqui é que se passaram 2 anos do golpe. E dos 2 anos do golpe podemos fazer três grandes sínteses, e já concluo aqui. A primeira, o golpe contra a democracia e a Constituição, quando rasgam a Constituição, e, neste Parlamento, se serviram para dar um golpe em uma Presidenta legitimamente eleita, Dilma Rousseff. O segundo golpe foi rasgar o programa vitorioso nas eleições, definidas pelo voto soberano e popular, e uma agenda ultraliberal que tirou direitos e o emprego do povo brasileiro, tirou dinheiro da saúde, da educação e da segurança pública, porque congelou os gastos por 20 anos. E em terceiro lugar, o golpe agora neste momento é judicial, porque, 2 anos depois, o Judiciário decide um novo golpe, porque não gosta da democracia, não gosta do voto soberano e popular, porque o povo quer votar pela quinta vez num programa que os inclui neste País chamado



Brasil. Por isso, com a lembrança e a memória dos 2 anos do golpe que se completam nesta semana com a prisão do Presidente Lula como preso político, nós vamos defender: Lula livre! Lula inocente! Lula Presidente! Parabéns, Deputada Benedita da Silva!

A SRA. BENEDITA DA SILVA - Agradeço o aparte de V.Exa. E continuo dizendo que, realmente, é Lula livre! É Lula livre, porque ele é um condenado político e está sendo perseguido por esta Nação. E nós não podemos deixar que este País seja entregue como está sendo entregue, Sra. Presidenta, nesses 2 anos de golpe. Acabou agora a presunção de inocência?

Nós estamos vendo que temos provas contra outros crimes que estão sendo verdadeiramente praticados, até no Palácio do Planalto. No entanto, não estamos vendo nenhuma manifestação e nenhuma indignação que possa corresponder a essa aflição do povo brasileiro em ver este País sendo entregue, a exemplo do nosso pré-sal, que deveria ser para a educação e para a saúde. Como uma estatal brasileira é menos competente do que uma estatal estrangeira? Porque foi para outra estatal que se vendeu o nosso pré-sal - aliás, que se deu de graça.

Nós estamos vendo o desemprego aumentando cada dia mais neste País nesses 2 anos. Nesses 2 anos aconteceram coisas incríveis, fantásticas, extraordinárias: a capacidade de destruição de coisas construídas em 20 anos. Eles conseguiram, em menos de 2 anos, destruir a capacidade do País de crescer, de se desenvolver. E ficam com essa falácia de discussão econômica, afirmando que a economia está equilibrada. Equilibrada para quem? Para quem, para quem vai à feira, para quem compra esse gás caríssimo, para quem está pagando energia mais cara, para quem está pagando a gasolina mais cara? Para quem? Evidentemente que essa economia está "maravilhosa".

Então, é por isso, Sra. Presidenta, que eu peço realmente que o meu pronunciamento, que é muito mais longo do que esses 20 minutos, seja registrado e divulgado, na íntegra, no programa *A Voz do Brasil*.

A SRA. PRESIDENTA (Raquel Muniz) - Deputada Benedita, o pronunciamento de V.Exa. será divulgado pelos meios de comunicação, em especial no programa *A Voz do Brasil*.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Srs. e Sras. Parlamentares, quero aqui destacar a todos e todas que nos acompanham pela *TV Câmara* e pela *Rádio Câmara* uma ação política brilhante, ousada e inteligente realizada no

dia de ontem no Município de Guarujá.

Refiro-me à ocupação surpresa do apartamento tríplice, que o Juiz Moro diz que é de Lula, feita pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, o MTST.

Por sua ação prática, o "Povo Sem Medo" do MTST quis mostrar ao Brasil toda a farsa da prova que condenou Lula injustamente. Se o tríplice é de Lula então é do povo e somente ele poderia pedir reintegração de posse. Mas, não, a reintegração de posse foi feita pela polícia, de forma arbitrária, anonimamente, sem nenhuma ordem judicial. Era como se o tríplice não tivesse dono.

Os ocupantes filmaram o interior do tríplice e divulgaram amplamente. É um apartamento pequeno, mal planejado, que não se entende como ele seria destinado para o suposto "chefe" do crime organizado no País, como o procurador Dallagnol mostrou em seu ridículo Power Point.

Todo esse enredo de filme B, digno do *O Mecanismo* inventado por José Padilha, mostra somente que Lula é um preso político de Moro e do golpe que domina o País.

A sociedade democrática não engole essa mentira e continua apontando Lula como o seu candidato a Presidente da República. Mesmo depois de preso, Lula é franco favorito no primeiro turno e ganha em todos os cenários de segundo turno, o que deixa absolutamente claro que eleição sem Lula é fraude, golpe eleitoral que o povo brasileiro e a opinião pública internacional não aceitarão.

Lula é a bandeira da liberdade e de eleições democráticas!

Lula livre!

Documento 313/327

078.4.55.O

Sessão
Extraordinária - CD

Deliberativa 18/04/2018-15:56

Publ.: DCD - 4/19/2018
- 136

SÁGUAS MORAES-PT -MT

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES



Sumário

Preocupação com aumento de roubo de veículos e de cargas no Estado do Rio de Janeiro. Discordância de intervenção federal no setor de segurança pública do Estado.

O SR. SÁGUAS MORAES (PT-MT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, hoje de manhã, eu estava assistindo ao telejornal *Bom Dia Brasil*, e apareceu a estatística da violência no Rio de Janeiro no mês de março.

O mês de março foi aquele em que mais houve roubos de carro, nos últimos 27 anos. Foi o mês com o maior número de roubos de cargas nos últimos 27 anos no Rio de Janeiro.

O Presidente Michel Temer, não conseguindo mais aprovar a reforma da Previdência, até porque não tinha votos suficientes para aprová-la, de supetão, muito rapidamente, inventou a intervenção no Rio de Janeiro, sem se comunicar com esta Casa ou nem mesmo com o Governador do Rio de Janeiro. Fez isso sem se comunicar com ninguém.

Michel Temer deu início à intervenção, dizendo que era uma forma de acabar com a violência no Rio de Janeiro. Considerando a forma como a intervenção foi feita no Estado, nós já denunciemos que a violência no Rio de Janeiro não iria acabar. Março, segundo as estatísticas, foi o mês mais violento, em se tratando de roubo de carros e de cargas nos últimos 27 anos. Aliás, houve um carregamento a 500 metros da base militar.

Portanto, nós não concordamos com a intervenção.

Documento 314/327

079.4.55.O

Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/04/2018-
CD 16:44

Publ.: DCD - 4/19/2018 - INDIO DA COSTA-PSD -RJ
206

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES

COMO LÍDER



Sumário

Necessidade de punição de envolvidos em atos de corrupção. Prisão de milicianos pela Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro. Acompanhamento, pelo orador, dos resultados da intervenção federal na área da segurança pública do Estado. Apoio à prisão do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O SR. INDIO DA COSTA (PSD-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, roubam dinheiro da saúde, e pessoas morrem nas filas dos hospitais. Roubam dinheiro da educação, e as crianças ficam sem merenda e as escolas caem aos pedaços. Roubam dinheiro da segurança, e todos nós nos tornamos alvo da violência. Roubam dinheiro das obras públicas, e, a cada tempestade, a água carrega casas, vidas e sonhos. Roubam o dinheiro dos nossos impostos, e criam novos impostos para nos roubarem ainda mais. Chega de corrupção sem punição!

É preciso prender aqueles que roubam e demitir pelo voto quem deixa roubar. Eu fui o Relator da Lei da Ficha Limpa e lutei por ela até conseguir a sua aprovação. Essa luta não foi só minha, foi de todos nós, eleitos e eleitores. Não podemos voltar atrás!

Tenho a responsabilidade de me pronunciar sobre a mais recente ação de alto impacto da Polícia Civil do Rio de Janeiro, que prendeu, numa única operação, 149 milicianos, que há anos matavam e roubavam impunemente, num território sem lei. Tenho essa obrigação como Deputado Federal do Rio de Janeiro, membro titular da Comissão de Segurança Pública da Câmara e integrante da força-tarefa que acompanha o trabalho do interventor na segurança do Estado.

Mais uma vez, a Polícia Civil provou que há, na corporação, eficiência, seriedade e disposição de cumprir o seu dever a qualquer risco, inclusive o risco de morrer para nos defender.

Há anos, a eficiência vinha sendo prejudicada pela falta de estrutura e de atenção dos sucessivos governos do PMDB, que arrasaram o Rio de Janeiro desde o tempo do ex-Governador Anthony Garotinho.

Nós vimos o primeiro termômetro da intervenção na prisão desse enorme bando de marginais na Zona Oeste da Capital do Rio, sem que a operação vazasse e sem que pessoas inocentes fossem atingidas por balas perdidas. A polícia, mesmo sem as condições necessárias, fez o que precisava ser feito. A polícia sabe fazer. O que faltava era investimento e vontade política de dar à instituição o que ela precisa para investigar e agir em defesa da população.



A segurança é feita de polícia. A polícia é feita de policiais. E eles sabem executar o trabalho deles. Precisam é de estrutura, recursos, equipamentos, tecnologia e daquilo que não tinham há muito tempo: o apoio decidido de autoridades acima de qualquer suspeita.

A investigação já acontecia há bastante tempo e a polícia tinha tudo sob seu controle, mas foi a intervenção federal que trouxe autoridade moral para a polícia agir e prender esses milicianos, que são vermes corroendo a sociedade. Chama a atenção que a operação não tenha vazado, que os policiais tenham chegado lá e, realmente, surpreendido os criminosos. Vi o quanto a polícia agradeceu a confiança do interventor, valorizando a autoridade moral do Exército, como garantia essencial ao sucesso da operação.

Portanto, por mais que a intervenção tenha sido decretada pelo Presidente para fazer política, as Forças Armadas, que levam a sério suas missões, estão assegurando legitimidade para a atuação da polícia, com inteligência, com estratégia e com sigilo.

Eu continuo monitorando e fiscalizando os passos da intervenção e interagindo, em reuniões, com as autoridades envolvidas. Posso afirmar que ainda há muito mais a ser feito, sobretudo para que se tenha algum legado na forma de reorganização, depuração e dinamização da estrutura estadual de segurança pública. A meta é deixar o aparelho policial melhor do que nunca, para continuar sufocando a criminalidade, sem tréguas, quando a intervenção terminar.

A recuperação da credibilidade e a valorização do trabalho da polícia são a base para a segurança. E a segurança é a base para que todos os demais serviços, como os de saúde e de educação, possam chegar com eficácia a todos os brasileiros que moram ou estejam no Estado do Rio de Janeiro.

As pessoas pagam altos impostos, suam para pagá-los, para honrar seus compromissos. Elas querem e têm que ter de volta serviços públicos de qualidade. É um direito do contribuinte, é um dever do governante.

Só se entrega segurança à população com gestão séria e capaz. É preciso extirpar toda a incompetência e a politicagem entre amigos de governantes. É indispensável transferir o Governo a gente que saiba fazer, gente que tenha técnica reconhecida, gente sem compromisso com a corrupção, gente comprometida em melhorar a vida das pessoas.

A corrupção é nojenta e afundou o Rio de Janeiro. Os cidadãos e cidadãs do meu Estado merecem e exigem uma vida mais segura e

mais feliz, enfim, livre dessa quadrilha que só fez roubar e destruir tudo o que tocou.

Mas está próximo o dia da virada, o dia da mudança. Até lá, todos nós temos que resistir juntos. Eu, Deputado apaixonado pela minha terra, vou cobrar dos interventores e insistir pelos resultados.

Chega de mentira, cumplicidade e incompetência! O Rio de Janeiro que todos nós sonhamos é possível e só depende de cada um de nós.

Viva o Lula na cadeia, pelo cumprimento da lei no Brasil!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Obrigado.

Documento 315/327

079.4.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/04/2018- CD	17:12
Publ.: DCD - 4/19/2018 229	JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Omissão do Governo Federal no empenho de recursos aprovados por medida provisória para o custeio da intervenção federal na área de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro. Aplicação, em publicidade do Governo Michel Temer, pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, de recursos destinados às ações de combate à violência contra a mulher e à realização da reforma agrária.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu estou novamente aqui com um papel do SIAFI, que faz o controle da execução financeira do Governo, na minha mão. Eu vejo que a medida provisória aqui aprovada de 1,2 bilhão de reais para a intervenção no Rio de Janeiro ainda não tem sequer 1 centavo de real empenhado. Toda semana eu vou fazer isto, porque mostra ainda o improvisado da intervenção: 1,2 bilhão de reais sem 1



centavo de real empenhado. A data é de 17 de abril, ou seja, ontem.

Ao mesmo tempo, a SECOM - Secretaria Especial de Comunicação Social, do Governo Federal, corta 209 milhões de reais de programas importantes do Governo para aplicar em publicidade do Sr. Michel Temer. Desses 209 milhões de reais, 21 milhões de reais vêm da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; 10 milhões de reais, da construção da Casa da Mulher Brasileira, sendo 400 mil reais do projeto em Niterói; e 55 milhões de reais, da reforma agrária e de governança fundiária.

Estas são denúncias importantes nós fazermos para mostrar a falta de prioridade na defesa da vida das mulheres, dos trabalhadores rurais sem terra e mesmo da população do Rio de Janeiro. Fez-se um estardalhaço, nem 1 centavo de real ainda foi empenhado lá e, em nome da publicidade desse Governo desastroso, tiram-se recursos do combate à violência contra a mulher e da reforma agrária no Brasil.

Faço questão de fazer este registro e esta denúncia para todo o povo brasileiro.

Muito obrigada, Presidente.

Documento 316/327

080.4.55.O

Sessão Deliberativa Extraordinária - 19/04/2018-
CD 10:40

Publ.: DCD - 4/20/2018 - WADIH DAMOUS-PT -RJ
45

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Excelência do projeto Defensoria nas Favelas, desenvolvido pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro para acompanhamento do impacto da intervenção federal na área da segurança pública. Repúdio ao impedimento da visita do Prêmio Nobel da Paz Adolfo Pérez Esquivel ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Denúncia de perseguição política ao ex-Presidente da República. Anúncio de visita de Comissão Externa da Câmara dos Deputados ao líder petista.

O SR. WADIH DAMOUS (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, quero falar desta tribuna da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, a primeira



Defensoria Pública criada e organizada no Brasil, que, desde a década de 80, desenvolve um trabalho extraordinário em prol daquela população mais pobre, que não tem condições econômicas de acesso à Justiça.

A Defensoria acompanha, desde a publicação, o decreto presidencial que determinou a intervenção no Estado, porque o impacto desse tipo de ação sempre recai sobre a população pobre, negra e favelada da minha cidade, o Rio de Janeiro.

Inclusive, na última sexta-feira, a instituição deu início ao Projeto Defensoria nas Favelas, que consiste em visitas feitas por defensores públicos, junto com organizações da sociedade civil, para fazer uma oitiva qualificada dos relatos dos moradores e na distribuição de uma cartilha que contém direitos e deveres dos cidadãos durante as abordagens das forças de segurança pública. Semanalmente, até o fim do período de intervenção, uma favela será visitada pelo grupo.

No dia 26 de março, a Defensoria também promoveu audiência pública, intitulada *A Intervenção Federal e seus Reflexos no Cotidiano da Favela*, em parceria com a Defensoria Pública da União.

O objetivo da audiência foi ouvir as preocupações da sociedade civil e os informes das autoridades que estão à frente da medida. Essas são algumas das 12 ações definidas pelo grupo de trabalho, criado pela Defensoria Pública do Rio de Janeiro, para monitorar as ações dos interventores.

Desde o início da intervenção, as Defensorias do Estado e da União têm atuado em conjunto para que os direitos dos cidadãos sejam preservados, bem como o endereço e a condição social. Foi o que gerou ampla mobilização contra algumas medidas, como os mandados de busca coletiva nas favelas, que chegaram a ser cogitados nos primeiros dias da presença federal na segurança do Rio.

A Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro integra e acompanha ações, como o Observatório da Intervenção, a Comissão Popular da Verdade e a Mobilização Baixada.

A Defensoria também disponibiliza um canal direto para receber denúncias de cidadãos que tenham alguns de seus direitos violados. Por meio do telefone 0800-2822279, será possível relatar abusos e também receber encaminhamento para atendimento da instituição.

No aspecto legal, a Defensoria atua para derrubar a lei complementar que amplia a competência da Justiça Militar, inclusive para a chamada atuação subsidiária, como é o caso da garantia da lei e da ordem.



Então, Sr. Presidente, eu quero fazer esta comunicação e enaltecer o trabalho da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e da Defensoria Pública da União.

Além disso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, trato agora de outro assunto, que diz respeito ao que acontece na cidade de Curitiba.

Nós sabemos que Curitiba, infelizmente, sedia uma operação dita de combate à corrupção. Na verdade, essa operação desvirtua, subverte, desrespeita e não observa preceitos e garantias fundamentais, regras atinentes ao processo e diversos mandamentos constitucionais. Enfim, por isso, eu tenho insistido e não tenho pejo em dizer que se trata de uma operação fora da lei. Trata-se de uma operação que incorporou elementos fascistas à investigação, que incorporou elementos de puro arbítrio à atuação da Polícia Federal, do Ministério Público e do próprio Judiciário.

Lá em Curitiba, após um processo farsesco, após a utilização do processo como arma de perseguição política, esse processo resultou numa sentença absolutamente absurda, absolutamente estapafúrdia, proferida pelo justiceiro de Curitiba - não o chamo de juiz, mas, sim, de justiceiro de Curitiba. Ele proferiu uma sentença sem qualquer amparo em provas, sem qualquer amparo no mandamento constitucional e sem qualquer observância aos preceitos estatuídos no Código de Processo Penal e no Código Penal.

Deste processo resultou esta sentença. Após confirmada no TRF da 4ª Região, num julgamento que foi mais um comício, que foi mais um pelotão de execução do que um julgamento justo, do que um julgamento como previsto no ordenamento constitucional, agora encontra-se lá preso, como preso político, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Mesmo com a prisão do Presidente Lula, o autoritarismo continua a predominar no que diz respeito às visitas ao Presidente. Cabe destacar que, na data de ontem, o Prêmio Nobel da Paz Pérez Esquivel, reconhecido mundialmente como um ativista de direitos humanos, um homem respeitado em todos os quadrantes do planeta, que tem autoridade não só moral, mas também legal prevista em tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, teve a sua solicitação não autorizada pela juíza que cuida da execução provisória da pena do Presidente Lula.

Isso vai se transformar num escândalo internacional. Vai fazer que o Brasil, que no concerto das nações está se tornando um país irrelevante, cujo Governo é ilegítimo, país em que parte do Judiciário age à margem da lei, agora se caracterize mundialmente como país que de fato faz do Presidente Lula uma vítima implacável da



perseguição judicial ou de uma política que tenta fazer que o legado do seu governo seja esquecido e ele, preferido do povo brasileiro - o esmagadoramente preferido, o majoritário -, volte à Presidência e tenha, mesmo preso, desrespeitados seus direitos fundamentais elementares.

Anteriormente, uma comitiva de Governadores de Estado também teve proibida sua presença no cárcere onde se encontra o Presidente Lula. Eu pergunto e respondo: até quando este arbítrio vai perdurar? Até quando a Constituição será tratada como letra morta exatamente por aqueles que deveriam ser os primeiros a zelar por sua observância, o Ministério Público e o Poder Judiciário? E eu respondo: até a hora em que o povo der um basta; até a hora em que o povo disser que não aceita mais isso.

O que acontece, na verdade, e o que está em jogo não é simplesmente a figura humana do Presidente Lula, mas aquilo que ele representa para o País: o seu programa de governo e a sua preocupação para com os mais pobres, que ele tirou da linha da miséria quando foi Presidente - mais de 30 milhões de brasileiros, como bem destacou o Prof. Pérez Esquivel. Enfim, é isto que está em jogo: o resgate da cidadania do povo pobre.

Esses setores do Judiciário, alojados lá em Curitiba, com conexão com esse ou com aquele Ministro do Supremo Tribunal Federal, querem simplesmente, associados ao capital financeiro internacional, sobretudo ao Departamento de Justiça dos Estados Unidos, de que é produto direto a chamada Operação Lava Jato, apagar da memória do povo brasileiro tudo que o Lula fez por eles. Mas não conseguirão fazê-lo porque isso está marcado indelevelmente nos corações e nas mentes da maioria do povo brasileiro.

Ainda há pouco conversei com o Líder Paulo Pimenta. O Presidente Rodrigo Maia instituiu uma Comissão para visitar o Presidente Lula, uma comitiva oficial da Câmara dos Deputados. E nós não temos que pedir autorização a juiz ou a ninguém para irmos lá. É a soberania do Poder Legislativo.

Portanto, na terça-feira, a Comissão instituída por esta Câmara dos Deputados estará em Curitiba, quer a juíza queira, ou não. Nós estaremos lá para visitar o Presidente Lula e assim o faremos.

Nós não podemos mais tolerar que o arbítrio e o partido do Poder Judiciário continuem comandando a política brasileira. Nós temos que dar um basta nisso aqui no Congresso Nacional. Temos que aprovar a Lei de Abuso de Autoridade e leis que, por exemplo, criminalizem a percepção de rendimentos, por parte de agentes públicos, acima do teto constitucional.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 317/327

089.4.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 25/04/2018- CD	12:56
Publ.: DCD - 4/26/2018 - 83	- VITOR VALIM-PROS -CE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO	

Sumário

Apelo ao Governador do Estado de Ceará, Camilo Santana, de criação de força-tarefa para combate a facções criminosas.

O SR. VITOR VALIM (Bloco/PROS-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu fui provocado, no bom sentido, pelo Deputado que me antecedeu. Há muito tempo, eu levanto a voz da tribuna desta Casa, cobrando, tanto do Ministro da Justiça da época da Presidente Dilma, como agora do Presidente Michel Temer, que façam intervenção federal.

Olhem com bons olhos para o Estado do Ceará do jeito que olharam para o Estado do Rio de Janeiro. Tivemos, no ano passado, mais de 5 mil assassinatos. Este ano, já houve mais de 1.400 assassinatos.

Programas interessantes, bons para o País, como Programa Minha Casa, Minha Vida, hoje, estão dominados pelo tráfico, obrigando os cidadãos de bem a guardarem armas e drogas. Além disso, houve vários atentados terroristas contra prédios públicos.

E a Secretaria, que eu chamo de secretaria de insegurança pública, do Estado do Ceará até agora não deu uma resposta.

Eu faço um apelo ao Governador Camilo Santana para que possa criar uma força-tarefa contra essas facções. Mais de 300 pessoas foram desalojadas das suas casas, conforme a própria Defensoria Pública, por causa dessas facções criminosas. Dois dos três mandachucas do PCC, dessa organização criminosa no País, foram mortos no Ceará. O Alejandro, irmão do Marcola, também foi preso no Estado do Ceará, mostrando que falta Inteligência à nossa Secretaria de Segurança Pública para anteceder os fatos.

O Governador Camilo Santana, que diz que o Ceará é pacífico -

pacífico para quem anda com segurança como ele, pacífico para quem anda de carro blindado como ele. Para o cidadão comum, não existe Ceará pacífico. Hoje mesmo, mais um policial militar foi baleado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 318/327

096.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	02/05/2018-15:24
Publ.: DCD - 5/3/2018 - 76	DELEY-PTB -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO	

Sumário

Ida de criminosos para o interior fluminense após a intervenção federal na área de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro. Crítica à autorização de compra, pelo País, de moeda brasileira fabricada no exterior. Indignação do orador com a decisão do Presidente da Companhia Siderúrgica Nacional - CSN, Benjamin Steinbruch, de fechamento de hospital vinculado à empresa, no Município de Volta Redonda. Gravidade da denúncia de ocorrência de abuso sexual contra atletas da ginástica olímpica brasileira.

O SR. DELEY (Bloco/PTB-RJ. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu trago inicialmente dois recados ao Presidente Temer.

Eu não tenho dúvida, Deputada Soraya, da capacidade do interventor na área de segurança no Rio de Janeiro.

Queria dizer, Presidente Temer, que parece que a sua intervenção está dando certo. Sabe por quê? Porque os bandidos estão saindo do Rio e indo para o interior.

Eu chamo a atenção dos interventores na área de segurança no Rio de Janeiro. Eu votei a favor da intervenção, que não foi planejada. Nós sabemos muito bem por que ela foi feita: eles não tinham os votos necessários para aprovar a malfadada reforma da Previdência. Foi uma jogada política. Eu espero que se consiga corrigir essa estratégia, porque até agora, lamentavelmente, nós não vimos resultado, Deputado Ezequiel. A cidade de Angra dos Reis está tomada pelos bandidos. Na minha cidade, Volta Redonda, outrora tranquila, estamos vendo briga de facção todos os dias. Os bandidos estão se

locomovendo da Capital para a Baixada, para o interior do Estado.

Essa é a grande verdade, Presidente Temer.

Passo a abordar o segundo assunto. Nós votamos aqui um projeto segundo o qual o País só poderia comprar moeda no exterior se a Casa da Moeda não tivesse condições de fabricá-la. Pois a equipe econômica, sem ao menos consultar a Casa da Moeda ou lhe dar condições, está comprando moeda no exterior. A quem interessa isso? A quem interessa isso, se nós temos a Casa da Moeda, que dispõe de capacidade instalada, de totais condições de atender não só o Brasil mas também os demais países da América do Sul? Há coisas estranhas acontecendo, e elas precisam ser muito bem explicadas.

Passo ao terceiro assunto, Sr. Presidente. Eu já falei várias vezes aqui sobre o processo de privatização. Em Volta Redonda, minha cidade, a CSN, a Companhia Siderúrgica Nacional foi privatizada. Eu posso dizer que ela foi entregue de mão beijada ao Sr. Benjamin. Ele ficou com uma boa parte das terras, fechou o escritório central, fechou vários campos de futebol. Agora ele diz que vai fechar o hospital que antigamente atendia os aposentados e os funcionários da empresa. Ele simplesmente vai fechar esse hospital!

O que mais me assusta é que o Prefeito da cidade, os Vereadores da cidade, ninguém se pronuncia! Eu quero saber o que vai ser feito. Os hospitais, os privados e os públicos, já não conseguem atender a demanda que existe hoje.

Eu quero saber do Prefeito de Volta Redonda, que se reúne com o Sr. Benjamin, que adora um dinheirinho do BNDES, como vamos fazer. Ele vai lá discutir a respeito de emprego. Mas é preciso lembrar que, quando se fecha o Hospital Vita, se desempregam mil pessoas. Além disso, é sensível o segmento da saúde.

Sr. Presidente, eu estou aguardando as respostas e estudando o caminho. Nem que eu fique sozinho nessa luta, não vou deixar de incomodar esse senhor, que pega dinheiro direto no BNDES. Pode saber o Sr. Benjamin que nós vamos tomar alguma atitude.

Para terminar, Sr. Presidente, eu registro o meu repúdio a essa questão de assédio sexual na ginástica olímpica. Esse é um assunto muito grave. Eu espero que bem rápido tenhamos respostas.

Obrigado.

Documento 319/327

096.4.55.O Sessão Deliberativa Extraordinária - 02/05/2018-
CD 16:24
Publ.: DCD - 5/3/2018 - PEDRO PAULO-DEM -RJ
127
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Resultado insatisfatório da intervenção federal na área da segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. PEDRO PAULO (DEM-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, passaram-se 75 dias do decreto de intervenção federal no Rio de Janeiro e 36 dias da medida provisória que liberou 1,2 bilhão de reais. Temos observado que, na segurança pública do Rio de Janeiro, a intervenção não tem tido ações concretas. O planejamento para intervenção ou para se investir esse 1,2 bilhão de reais não foi realizado.

Quero dizer que sou a favor da intervenção, porque não havia outro jeito. O próprio Governador solicitou a intervenção, mas os resultados ainda são muito tímidos. E venho a esta tribuna cobrar ações mais efetivas, em vez de se recuar, como ocorreu com as UPPs, ou no caso da Prefeitura do Rio, na fiscalização das vans

Não dá mais para esperar! Tem gente morrendo e há insegurança no Rio de Janeiro.

Documento 320/327

096.4.55.O Sessão Deliberativa Extraordinária - 02/05/2018-
CD 16:24
Publ.: DCD - 5/3/2018 - LUIZ SÉRGIO-PT -RJ
128
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Anúncio de realização, na Casa das Laranjeiras, de reunião para debate do



quadro de violência reinante no Município de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro. Ineficácia da intervenção federal na área da segurança pública do Estado.

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço a palavra apenas para reforçar que a reunião em que vai se debater a questão da violência em Angra dos Reis com a sociedade civil, o movimento organizado, a representação política, será no dia 4, sexta-feira, às 18h30min, na Casa Laranjeiras.

E quero me somar à fala de muitos Parlamentares aqui. Já estamos chegando a 40 dias da intervenção no Rio de Janeiro, e resultado concreto não há nenhum, os recursos destinados por medida provisória não foram usados, o planejamento, até agora, não foi apresentado. O único dado concreto que nós temos é que, no Rio de Janeiro, a violência aumentou - e aumentou muito! - e, no caso de Angra dos Reis, atingiu níveis alarmantes.

Por isso, a sociedade precisa reagir. Vou estar lá me somando àqueles que querem atitudes mais enérgicas por parte do Município, para enfrentar essa questão, Sr. Presidente.

Documento 321/327

096.4.55.O

Sessão Deliberativa Extraordinária - 02/05/2018-
CD 16:24

Publ.: DCD - 5/3/2018 - PEDRO PAULO-DEM -RJ
128

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Necessidade de ações conjuntas da Prefeitura Municipal, do Ministério Público e do Poder Judiciário para o êxito da intervenção federal na área da segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. PEDRO PAULO (DEM-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero reforçar a questão da segurança pública no Rio de Janeiro. O Gabinete de Intervenção Federal anunciou a extinção de 13 Unidades de Polícia Pacificadora - UPPs.

Eu ando por todas as comunidades do Rio - Cidade de Deus, Rocinha, Complexo do Lins - e o que tenho visto na prática é um verdadeiro



desespero das famílias de bem. Acabar com a política de proximidade é trocar a proximidade pelo confronto. E o que nós temos visto nessas comunidades é todo dia o BOPE, em conflito com a marginalidade, entrando nas casas dos trabalhadores. Quem perde são as pessoas, são as famílias.

As pessoas de bem querem ver o policiamento na rua. Aí, nós fazemos aquela pergunta: e as pessoas das comunidades não querem ver o patrulhamento também? Por que acabar com a política de pacificação? Em troca de quê? De nada. São 36 dias, com 1,2 bilhão, e nada acontecendo na segurança pública do Rio...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Eu proroguei o seu tempo, Deputado.

O SR. PEDRO PAULO - Obrigado, Presidente.

Quero explicar também que a segurança pública tem uma série de fatores. É preciso ter gestão, políticas focalizadas, como, por exemplo, a pacificação, as UPPs. Mas tem que haver também um esforço das instituições, não só do Ministério Público, da Justiça, mas também da Prefeitura.

O *G1* acabou de publicar notícia de que a fiscalização do transporte alternativo das *vans* aumentou 80% no Rio de Janeiro. Não dá para querer enfrentar, por exemplo, a questão das milícias, se não cortar a fonte econômica desses grupos organizados, que é o transporte alternativo. Não dá para querer acabar com roubo de carga, se deixar, em todos os centros urbanos do Rio de Janeiro, o transporte ambulante ilegal correr solto. Não é assim que se vai resolver a questão da segurança pública no Rio de Janeiro. Todas as instituições têm que cumprir a sua parcela.

A Prefeitura do Rio tem sido leniente. O Prefeito Crivella tem sido omissivo na fiscalização do comércio ambulante, do transporte alternativo e também das invasões, que envolve o direito de propriedade. A quantidade de invasões que vemos na beira de rios e em propriedades privadas no Rio de Janeiro é absurda. Então, a Prefeitura é responsável sim pela situação da segurança pública no Rio de Janeiro.

Por isso, faço esse alerta à intervenção para que haja esforço das instituições - Prefeitura, Ministério Público e Justiça -, a fim de que se possa também enfrentar a questão da segurança pública no Rio.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 322/327

097.4.55.O Sessão Não Deliberativa de Debates - 03/05/2018-
CD 17:16
Publ.: DCD - 5/4/2018 - OSMAR TERRA-PMDB -RS
56
CÂMARA DOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES COMO LÍDER
DEPUTADOS DISCURSO

Sumário

Obtenção de alta lucratividade pelo sistema bancário nacional, nos Governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Competência do ex-Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles. Resultados positivos da gestão do Presidente Michel Temer. Medidas adotadas pelo Governo Federal para enfrentamento da criminalidade no País. Reativação pelo orador, na condição de Ministro do Desenvolvimento Social, de hotel-escola na comunidade da Rocinha, no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Acerto da intervenção federal na área de segurança pública do Estado e da criação do Ministério Extraordinário da Segurança Pública. Ampliação das ações do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas - CONAD. Saudações ao Ministro da Defesa e aos representantes das Forças Armadas brasileiras.

O SR. OSMAR TERRA (PMDB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, público que está nos ouvindo e nos vendo neste momento, eu gostaria de esclarecer mais alguns pontos, em função de questões que foram levantadas, críticas e acusações de que nós temos um Governo que privilegia os bancos, de que o Ministro da Fazenda é um banqueiro, de que foi presidente de um grande banco.

Quero só lembrar que os Governos passados, principalmente os Governos Lula e Dilma, não deixaram de pagar um centavo de juros aos rentistas. Pagaram religiosamente todos os anos, em seus Governos. E foi exatamente nesses Governos que os bancos auferiram seus maiores lucros da história.

O Ministro Meirelles, que está sendo tão injustamente criticado, é o responsável pela estratégia econômica de recuperação do País. Conseguiu reduzir uma inflação de praticamente 11% ao ano para menos de 3%, provavelmente 2,5%, num tempo recorde. Foi o Ministro que conseguiu reduzir o juro bancário, com a ajuda do Presidente do Banco Central, de 14% para 6%. S.Exa., que está sendo acusado de proteger os rentistas, reduziu o juro bancário para o menor nível da



história recente do País.

Também é bom lembrar que o Ministro não surgiu da noite para o dia, na política brasileira. Foi Presidente do Banco Central durante todo o período do Governo Lula. Portanto, é um homem respeitado, tanto pelo Governo Lula quanto pelo Governo Temer, que possibilitou que Meirelles colocasse todo o seu talento à disposição do País e conseguisse esses feitos extraordinários em muito pouco tempo, inclusive com a reativação e a recuperação da produção brasileira. Começa a diminuir o desemprego e a melhorar o País.

Eu quero dizer também que jamais seria possível tal processo, tão rápido, se não fosse também a incrível capacidade, sabedoria e visão de estrategista do Presidente Michel Temer, ao conseguir costurar no Congresso brasileiro, em todas as áreas políticas, um grande acordo, principalmente com os partidos que hoje dão sustentação ao Governo. Isso permitiu o teto dos gastos e possibilitou que o empresariado e quem investe no Brasil tivessem confiança, por meio de uma nova legislação trabalhista, por meio de medidas que foram dando segurança aos investidores, a quem gera emprego e renda, a quem pode fazer o Brasil crescer.

Com o trabalhador e o empresário confiando mais na economia, nós conseguimos aumentar o consumo. Nós tivemos o melhor Natal da última década. A população voltou a ter esperança no futuro do Brasil.

Esta não era a situação que nós encontramos no início de 2016, quando a recessão dominava o cenário, quando os juros estavam em 14%, quando havia 14 milhões de desempregados, quando a inflação comia mais de 10% do salário do trabalhador a cada ano. Acho importante deixar isso bem estabelecido.

Houve outro avanço importante no Governo. É bom lembrar que nós passamos décadas neste País olhando a questão da violência e olhando a questão das drogas - em particular, a questão da violência, que é filha da epidemia das drogas - com um olhar de paisagem, como se não tivesse nada a ver com o Governo Federal. Os homicídios estavam aumentando, o Brasil batia recorde em cima de recorde em homicídios, a insegurança da população estava crescendo.

Isso não começou agora, vem de muito tempo. O Brasil já é, há muitos anos, recordista mundial de homicídios, inclusive de homicídios contra as mulheres, o feminicídio, porque o Governo Federal nunca tomou sob sua responsabilidade a condução de uma política nacional de segurança pública. Isso ficou sempre como uma questão dos Estados, e os Estados também se encontravam em situação de dificuldade econômica.



Tudo isso acabou gerando o que nós temos visto, essa tragédia que nós vemos todos os dias. O Rio de Janeiro é, vamos dizer, a ponta do *iceberg*. Todos os Estados brasileiros estão afetados.

O nosso Governo teve a coragem de enfrentar essa questão. Criou o Ministério da Segurança Pública e tomou uma medida radical: decretou a intervenção no Estado do Rio de Janeiro e colocou como interventor o General Braga Netto, que é um militar competentíssimo, muito preparado para conduzir esse processo e para restaurar a autoridade pública, que estava desaparecendo no Rio de Janeiro, em função da crise e dos problemas éticos. Nós estávamos ficando sem autoridade pública no Rio de Janeiro. Conta agora com a presença do General Braga Netto, com a presença mais forte e permanente das Forças Armadas, junto com as forças de segurança do Rio, que se juntaram para fazer esse enfrentamento à violência.

Eu participei desse processo na área social, articulando as medidas na área social e em todas as demais áreas, como na saúde e na educação, na geração de emprego e renda, atendendo os jovens, trazendo-os no contraturno da escola para atividades que permitiam o seu desenvolvimento. Enfim, articulamos todas as áreas.

O meu último ato como Ministro do Desenvolvimento Social foi reativar um hotel-escola praticamente dentro da Rocinha, para os jovens da Rocinha poderem fazer a sua formação, e já com um acordo com a rede hoteleira e a rede de restaurantes do Rio de Janeiro para oferecer estágios e garantir empregos para esses jovens. E isso está sendo feito para todas as regiões de risco do Rio de Janeiro.

Portanto, a intervenção federal no Rio de Janeiro é necessária, apesar das críticas que ouço aqui, muitas vezes da Oposição. A população do Rio de Janeiro quer essa intervenção. Não é uma decisão política da cabeça do Presidente, houve uma reflexão profunda e necessária.

Passo a passo, vai ser reduzida a violência no Rio de Janeiro. Somando-se a isso ações na área social, restaurando-se a autoridade pública a partir da área de segurança, nós vamos conseguir reduzir a violência no Rio de Janeiro. Eu acredito muito nisso. Acredito no que têm as forças militares de reserva moral e preparo para enfrentar essa situação tão dura e difícil, começando pelo seu comandante, o General Villas Bôas, e pelo General Braga Netto. Eu acredito muito que nós vamos, passo a passo, reduzir a violência, melhorar a qualidade de vida e garantir uma vida melhor.

Começa pela população do Rio de Janeiro, mas esses fatos estão acontecendo em todo o Brasil. Vê-se, no Ministério da Segurança Pública, o Ministro Raul Jungmann tomando medidas corajosas e



energias, enfrentando os problemas.

Vão ser apurados todos os crimes, sim, não só o da Vereadora Marielle. Todos os crimes que foram cometidos no Rio de Janeiro têm de ser apurados e enfrentados. As famílias enlutadas têm que ter uma resposta. E acredito muito que é por aí, com o Governo que enfrenta e chama para si o problema. Isso não é para os Governos que ficaram décadas empurrando o problema para os Estados e fazendo cara de paisagem, como se não fosse com eles.

Também se avançou na política sobre drogas. O CONAD - Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas tomou uma decisão corajosa, ampliando as formas de tratamento, inclusive com as comunidades terapêuticas, que prestam um grande serviço. É claro que devem funcionar dentro de protocolos adequados, mas prestam grandes serviços. Quanto mais estiverem engajadas nesse processo, mais rápido será o resultado e a resposta do Brasil no enfrentamento às drogas.

Os Ministério se reuniram: o Ministério da Justiça - e quero cumprimentar o Ministro por seu trabalho -, o Ministério da Saúde e o Ministério do Desenvolvimento Social. Hoje estão fornecendo 20 mil vagas para jovens com dependência química em todo o Brasil. É o maior número de vagas já oferecido na história para tratamento da dependência química.

Esse avanço acontece juntamente com as políticas que visam enfrentar a questão na fronteira e esse verdadeiro *tsunami* de drogas que invadem o Brasil a cada dia.

É preciso ter coragem para fazer isso. São políticas corajosas, políticas que vão dar resposta, que vão enfrentar essa chaga terrível que o Brasil tem. Não é possível achar que a violência no Brasil nada tem a ver com o Governo Federal, como se achava antes, quando só se faziam discursos e se tomavam medidas paliativas, sem criar estruturas para enfrentar a violência.

Quero parabenizar o Governo e dizer que esse é o caminho. Não importa o que falem, esse é o caminho. E as Forças Armadas cumprem um papel decisivo e fundamental nesse processo.

Eu queria cumprimentar o Ministro da Defesa e os representantes das Forças Armadas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Maia) - Obrigado, Deputado Osmar Terra.

Documento 323/327

101.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	08/05/2018-16:08
Publ.: DCD - 5/9/2018	ROCHA-PSDB -AC		
-			
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Crítica ao andamento dos trabalhos da Câmara dos Deputados. Insatisfação com os resultados da intervenção federal na área de segurança pública no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. ROCHA (PSDB-AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, desde o último dia 20 de fevereiro, esta Casa, com a votação do decreto do Presidente Michel Temer sobre a intervenção federal na área de segurança pública no Estado do Rio de Janeiro, teve parte das suas atribuições retiradas. É preciso que se diga que esta Casa tem trabalhado a passos lentos.

Confesso a V.Exa. que, mesmo tendo votado a favor dessa intervenção, esperava resultados concretos dessa intervenção. Nós esperávamos que a população do Estado do Rio de Janeiro, no mais curto espaço de tempo, pudesse sentir a diferença da ação do Governo Federal juntamente com a do Estado.

É verdade que o Governo Michel Temer não teve coragem de atacar o principal problema do Estado do Rio de Janeiro, que é a corrupção, talvez por pertencer ao mesmo grupo político que comanda aquele Estado há algum tempo.

O fato, Sr. Presidente, é que não pode permanecer esta Casa de mãos atadas, tendo vários assuntos importantes para analisar. Esta Casa e o Senado Federal hoje deixam de apreciar, de analisar e de votar assuntos relevantes e PECs importantes por conta de uma intervenção que não cumpriu o seu objetivo, não levou segurança à população do Estado do Rio de Janeiro. Foram divulgados todos os índices da segurança pública, e, ao contrário do que se esperava, esses índices



não melhoraram em nada. O Governo Federal tem que desengessar esta Casa. Nós não podemos ficar de mãos atadas enquanto o Governo Federal não ataca o principal problema do Rio de Janeiro, que é a corrupção.

Sr. Presidente, não podemos aguardar mais, pela inoperância, pela incompetência do Governo Temer, que não teve condições sequer de dar segurança pública à população do Rio de Janeiro, conforme havia prometido no momento da decretação da intervenção federal.

Quero pedir a V.Exa. que este pronunciamento seja divulgado pelos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Atendo seu pedido, Deputado Rocha. O pronunciamento de V.Exa. será divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 324/327

101.4.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária -08/05/2018- CD	17:28
Publ.: DCD - 5/9/2018 - CÂMARA DEPUTADOS	SILVIO COSTA-AVANTE -PE DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Necessidade de manifestação do Congresso Nacional contra a intromissão do Supremo Tribunal Federal em assuntos de competência do Poder Legislativo.

O SR. SILVIO COSTA (Bloco/AVANTE-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu estava querendo conversar um pouco com esta Casa e ao mesmo tempo, Deputada Luiza Erundina, fazer um pedido ao Presidente.

Vejam: na Constituição da República está escrito que os Poderes são harmônicos e independentes. Eu, por exemplo, Deputado André Figueiredo, sou a favor sim da prisão em segunda instância, mas a prisão em segunda instância não está na Constituição da República.

Aí, o Supremo Tribunal Federal foi lá, rasgou a Constituição, fez como ele queria, e ficamos aqui calados, a maioria com medo.

Eu também sou a favor do fim do foro privilegiado, mas o foro privilegiado está na Constituição da República. Mais uma vez, o Supremo Tribunal Federal pegou a Constituição, rasgou-a e legislou, e nós aqui olhando a praça e dando milho aos pombos.

Sinceramente, eu acho que o Congresso Nacional tem que criar uma comissão de Parlamentares para ir à Presidência do Supremo, Deputado Glauber Braga, não para discutir mérito, mas para discutir a Constituição e a função social de cada um.

A função do Supremo Tribunal Federal é guardar a Constituição, é respeitar a Constituição. Mas o Supremo, para dar respostas a uma parte da opinião pública, fica sistematicamente rasgando a Constituição.

Sr. Presidente Rodrigo Maia, desculpe-me a franqueza, V.Exa. sabe a admiração que tenho por V.Exa., mais grave do que o Supremo rasgar a Constituição é o Congresso Nacional, em sua maioria, de forma covarde, acuada, não ser reativo. Ninguém quer brigar com o Supremo. Nós queremos pedir o óbvio. O que é o óbvio? Respeitar a Constituição da República. Nós juramos respeitá-la, e o Supremo não está respeitando isso, Deputado Beto Mansur. Os Ministros sentam ali, a maioria deles, por conta da *TV Justiça*.

Eu já disse aqui várias vezes: não foi por acaso que Narciso inventou o espelho. Narciso inventou o espelho porque todos nós somos vaidosos, uns deixam aflorar mais as suas vaidades, outros menos. Aquela *TV Justiça*, a rigor, deixa aflorar a vaidade de muitos ali.

E este Congresso Nacional vai ficar calado?

Sr. Presidente, Deputado Rodrigo Maia, V.Exa. faz um grande mandato à frente desta Presidência. E antes de concluir quero dizer o seguinte: essa história de que não podemos votar PEC não procede. Podemos votar PEC, sim, porque a Constituição diz que nós não podemos votá-la quando a intervenção é no Estado. E a intervenção não foi no Estado do Rio de Janeiro, mas na segurança do Rio de Janeiro. Portanto, poderíamos colocar alguns aspectos aqui, Deputado Zé Geraldo, em nome da altivez do Congresso Nacional.

Meu amigo, ou este Congresso Nacional tem um choque de altivez ou, sinceramente, é melhor fechá-lo, como os militares fizeram na década de 60, e mandar o Supremo fazer tudo. Mande o Supremo legislar! Mande o Supremo elaborar leis! Se os senhores estão com medo, fechem, então! Não é possível que os senhores não sejam reativos.



Repito: ninguém quer enfrentar o Supremo. Queremos, sim, defender a Constituição.

Muito obrigado.

Documento 325/327

102.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	08/05/2018-18:40
Publ.: DCD - 5/9/2018	JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ		
-			
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Resultado insatisfatório da intervenção federal na área de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro. Natureza homofóbica do assassinato de Matheus Passareli, ativista negra da comunidade LGBT, ocorrido na Zona Norte do Rio de Janeiro. Repúdio à gestão do Presidente da República. Liderança do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em pesquisas de intenção de voto à sucessão presidencial.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Sem revisão da oradora.) -
Sr. Presidente, eu tentei falar antes do final da sessão anterior, para aproveitar o tempo da Liderança, mas não foi possível.

Subo a esta tribuna, em primeiro lugar, para registrar algo que tem faltado neste Governo, em todas as dimensões: o pudor. É impressionante! Não há mais pudor, não há mais pudor em nenhuma dimensão do debate político, das políticas públicas, do debate econômico. A mentira prevalece, bem como a hipocrisia e a demagogia. Isso é algo absolutamente impressionante!

Hoje foi divulgado pela imprensa o que tenho falado aqui todas as semanas. A intervenção federal militar no Rio de Janeiro, que aqui disseram ser uma medida de absoluta urgência e relevância, em função da defesa da vida das pessoas, e que este Plenário aprovou por ampla maioria, porque era uma necessidade da realidade do meu Estado, até agora não disse a que veio.

Foi uma decisão do Governo. Não foi uma decisão do Exército brasileiro nem das Forças Armadas. Foi um absoluto improviso. Sequer havia um gabinete estruturado. Não havia orçamento. Foi editada uma



medida provisória, no dia 28 de março, destinando 1 bilhão e 200 milhões de reais, e até agora nenhum centavo foi empenhado para a execução do chamado plano da intervenção.

Enquanto isso, diversos índices de criminalidade crescem. A violência no Estado do Rio de Janeiro é absurda, com toque de recolher em vários locais da cidade.

Eu queria aqui registrar que mais uma morte muito simbólica ocorreu e foi agora esclarecida - pelo menos a imprensa nos deu essa notícia vinda da Delegacia de Descoberta de Paradeiros do Rio de Janeiro. Refiro-me à morte de mais uma pessoa negra, ativista LGBT: Matheus Passareli, também conhecida como Matheusa ou Theusa e, pelos amigos e família, como Theusinha. Ela era negra, ativista LGBT e foi simplesmente executada numa favela da Zona Norte do Rio de Janeiro.

Segundo as informações da delegacia expressas na imprensa, ela foi queimada por traficantes, justificada ali, com um conteúdo altíssimo de preconceito homofóbico, transfóbico, lesbofóbico, por ser da comunidade LGBT, gerando uma profunda dor em mais uma mãe, em mais uma família de uma comunidade, em luta e no ativismo LGBT. É lamentável para o Estado, para o Brasil, porque é algo absolutamente inaceitável que as pessoas morram pelo fato de terem diferenças de orientação sexual.

Os estudantes da UERJ, onde ela era estudante de Artes, estão absolutamente sofridos e, ao mesmo tempo, indignados, revoltados, como todos nós, que mais uma vez vemos uma execução feita assim.

A intervenção no Rio de Janeiro continua sem respostas, sem planejamento, sem medidas concretas, sem esclarecimentos. A violência continua. As pessoas na ponta do fuzil continuam sendo executadas - algumas com mais visibilidade, porque conseguimos denunciar ou porque têm mandato, como foi Marielle; outras anônimas, mas nem por isso menos importantes. Assim a vida segue: com temor, com insegurança, com muita angústia. Este Parlamento parece insensível a esses problemas, como se as questões de segurança estivessem sendo resolvidas. Mas não estão!

A falta de pudor deste Governo é imensa, porque, diante de tudo isso, o Sr. Michel Temer consegue ir para os horários oficiais, no Dia de Tiradentes, falar em Tiradentes, com a cara-de-pau despudorada que lhe é peculiar, para falar da Nação. No Primeiro de Maio, ele vai à televisão falar em nome das trabalhadoras e dos trabalhadores deste País, como se não os estivesse desempregando e tirando seus direitos - direito à vida, à sobrevivência, ao emprego, à renda e à subsistência de suas famílias.



Entregam a riqueza deste País, como no caso da ELETROBRAS, num despudor inimaginável, como queriam entregar as aposentadorias e a previdência ao capital financeiro.

Despudor é a marca. Há falta de vergonha, falta de limites! Há um servilismo absolutamente inesperado para alguns e absolutamente previsível para quem já sabia as razões do golpe, do *impeachment*, como muitos de nós. Há um servilismo ao grande capital, ao capital financeiro e àqueles que querem roubar o Brasil, roubar a vida dos brasileiros, roubar sua esperança e o seu futuro. Querem roubar a vida das lideranças políticas do campo, dos indígenas, dos quilombolas, as lideranças urbanas, mulheres e homens como Matheus, Matheusa, Theusa, como Marielle, como tantas e tantos outros que lutam e labutam neste País. Só no Pará, até hoje 1.100 lideranças não tiveram os crimes cometidos contra si investigados e punidos.

É assim que nós vamos seguindo. Mas o povo brasileiro está atento e continua colocando o ex-Presidente Lula à frente nas pesquisas. Nós sabemos que vamos virar o jogo. Todo dia direi isso aqui: nós ganharemos as eleições de 2018, recolocaremos a democracia brasileira nos trilhos e faremos com que o País retome o caminho não apenas do desenvolvimento, mas também dos direitos, da democracia e da liberdade.

Aqui repetiremos isso, como repetiremos nas ruas. Vamos fazer a eleição mais politizada que este País já teve, porque é isso o que a população precisa no campo, na cidade, nas periferias, em todo lugar. Não aceitaremos mais mortes. Não aceitaremos mais sequestros de direitos, muito menos a entrega do Brasil.

Muito obrigada.

Documento 326/327

107.4.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - 10/05/2018- CD	16:04
Publ.: DCD - 5/11/2018 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	COMO LÍDER DISCURSO



Sumário

Críticas ao Governo Michel Temer. Inexistência de provas para a prisão do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Disseminação de sentimentos de ódio no País. Falecimento do criminalista José Gerardo Grossi. Redução dos recursos orçamentários destinados ao financiamento estudantil. Protesto contra o tratamento dispensado pelo Governo Michel a empresas estatais. Lucros auferidos por instituições bancárias e grandes empresas. Contrariedade à criação do cadastro positivo de crédito.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Como Líder. Sem revisão da oradora.)
- Nós vivemos uma etapa da história da humanidade e, penso eu, estamos numa crise, digamos, ontológica, do ser ou não ser. Nós vivemos uma mercantilização dos seres humanos de forma muito intensa. Vivemos uma opressão midiática neste País. A mídia, que responde a interesses bem definidos, e que não são os interesses populares, via de regra, adentra as casas e faz com que essa mão invisível do mercado vá capturando desejos, capturando comportamentos, capturando formas de ser, capturando o sagrado, e vá mercantilizando a própria vida.

Nós vivemos um período em que a liberdade de ser é absolutamente fundamental. O direito de ser é fundamental. Por isso, essa luta da comunidade LGBT pelo direito de ser, essa luta do povo indígena pelo direito de ser, essa luta do povo tradicional de matriz africana, essa luta pelo direito de ser é extremamente transformadora e revolucionária, numa etapa em que há uma mercantilização da própria vida, uma mercantilização do próprio sagrado, em que muitas vezes se transformam alguns preceitos religiosos em pacotes a serem colocados em balcões.

Esta própria Casa vive a mercantilização do voto e vive a mercantilização dos próprios Parlamentares. Aqui ninguém duvida de que o escudo que foi construído nesta Casa para salvar Michel Temer, para impedir que fosse investigado, ninguém duvida de que esse escudo foi construído num processo de troca, de barganha. Algumas delas podem ser ditas, como as referentes a emendas parlamentares, cargos na estrutura do Governo, como se o Governo fosse uma capitania hereditária pós-moderna, em que se vai loteando, e que se dane a população! É isso que estamos vivenciando hoje neste Parlamento, com este Governo de ruptura democrática. A democracia está em frangalhos.

Neste quadro há muito sofrimento psíquico, e sofrimento psíquico que vem de uma sociedade que diz todos os dias: "*Consuma para que eu o respeite*". Mas não dá o direito de consumir. Há mercantilização, virtualização das próprias relações.



Ontem o Deputado Luiz Couto promoveu uma audiência extremamente relevante sobre o ódio disseminado nas redes sociais. Há este processo de ódio, pessoas sentem-se protegidas porque estão atrás de um computador ou nas redes sociais. Se, por um lado, existe nas redes sociais a possibilidade de democratizar e disseminar notícias, sem que passem pelo crivo ideológico e panfletário da grande mídia, por outro lado, há esse escudo que se constrói para proteger pessoas para que elas possam disseminar o ódio.

Aliás, esse tipo de ódio foi disseminado nesta Casa, por alguém que acha que pode subir à tribuna e dizer que existem mulheres que não merecem ser estupradas, como se o estupro fosse não um crime, mas sim um prêmio.

Portanto, nós vamos vivenciar uma cultura do medo, uma cultura do medo que origina uma busca e uma aceitação da ordem. Vamos fazer o balanço do que foi e do que tem sido a intervenção militar no Rio de Janeiro. Nós vamos ver que ela não traz resultados que correspondam ao nível de expectativa que se criou numa intervenção performática, numa intervenção midiática, sem planejamento, uma intervenção em que o Governo buscou apresentar um produto - volta-se à lógica da mercantilização - para poder aplinar o nível de impopularidade deste Governo.

Nós vamos então vivenciando o crescimento de um sentimento de ódio, esse sentimento de ódio que encarcera Luiz Inácio Lula da Silva. Se nós formos discutir a prisão de Lula, também vamos discutir o raciocínio e a narrativa que foram construídos. Lula foi preso sem provas e sem crimes - sem crimes. Lula foi preso por causa de uma reforma em um apartamento que não lhe pertence. Hoje sabemos que nem essa reforma existiu. E Lula está encarcerado. Está encarcerado. A prisão de Lula é utilizada como algo para dizer que Lula é corrupto ou que Lula não está afeito aos ditames e às necessidades do povo brasileiro. Então se prende Lula sem provas e se diz: *"Olhe, ele não presta porque está preso"*. Mas a prisão foi feita sem provas. A prisão foi feita sem que tivesse havido crime.

Desfia-se uma meada de ódio, que é exarada e adjetivada. Luiz Inácio Lula da Silva é adjetivado, sempre é adjetivado. Para que justifiquem sua prisão, ele é adjetivado, é chamado de várias coisas, mas nenhum dos que falam contra Lula conseguem dizer objetivamente por que Lula está preso e apresentar qualquer prova. Lula está sendo extremamente injustiçado, como foi injustiçado, por exemplo, Juscelino Kubitschek.

Hoje estamos chorando a morte de José Gerardo Grossi, um grande advogado, defensor da democracia, que lutou e enfrentou a ditadura, sempre esteve do lado daqueles que querem justiça social. Ele



acompanhou o calvário que foi imposto a Juscelino Kubitschek.

A história vai colocando as pessoas e os fatos em seus lugares reais. Hoje, todos nós sabemos que houve um golpe militar em 1964, mas durante anos foi dito que o golpe não era um golpe, era sim uma revolução redentora. Escondeu-se que existiam então salas de tortura. Isso foi dito de alguma forma, e escondido da mesma forma. Hoje, o Brasil sabe que vivenciou durante muito tempo as salas escuras de tortura, sabe que centenas de brasileiros estão desaparecidos. E os seus familiares vivenciam a dor de Antígona, da tragédia grega, que não pode enterrar o seu ente querido, e é punida incessantemente porque insiste em enterrar o seu ente querido. Esses mortos ou desaparecidos deste Brasil muitos queriam fora dos livros da história, fora da memória do povo brasileiro, mas é preciso resgatá-los.

Hoje, nós sabemos que Juscelino Kubitschek, que era apontado como o Presidente eleito em 1955, foi vítima inclusive de um dito apartamento. Disseram que estaria sendo beneficiado com um apartamento. Essa história é muito parecida com a atual! É uma história que se repete. É uma história que se repete.

O povo brasileiro sabe que Marx tinha razão quando disse que a história sempre se repete, como tragédia ou como farsa. O Governo Temer e o próprio Michel Temer são uma tragédia e uma farsa. Ele é uma farsa porque não foi eleito para esse cargo, pôs uma faixa presidencial roubada. Hoje, o povo brasileiro sabe disso. O filme *O Processo* que foi lançado aqui ontem é claro neste sentido, no de que houve uma farsa, uma farsa que foi aplaudida por grande parte dos Parlamentares.

Alguns comemoraram como se estivessem aplaudindo a morte da democracia, como se estivessem aplaudindo a morte da soberania nacional, como se estivessem aplaudindo o fim de uma luta do próprio povo, que decidiu dizer "*dê cá o meu país de volta*" e lutar pelas "Diretas já!"

Nós estamos vivenciando uma farsa e uma tragédia. A prisão de Lula é uma tragédia para a democracia. É uma tragédia. E o ódio já não se controla. O ódio já não fica dentro das palavras, ele já não fica só dentro dos paletós, ele já não fica mais ornado só pelas gravatas. O ódio atira nos manifestantes, e poderia ter matado manifestantes, simplesmente porque estão lutando pela democracia, estão lutando contra a prisão de Luiz Inácio Lula da Silva. O ódio sabe que essa prisão é a prisão da esperança do povo brasileiro. Ele tenta fazer com que não haja oposição a isto que está acontecendo no Brasil. Age assim porque não consegue controlar o que representa Lula.

Lula disse bem: "*Eu já não sou mais uma pessoa, eu sou uma ideia*". E



a ideia ganha pernas. Aliás, ganha mais do que pernas. As ideias ganham asas, as ideias estão em todos os cantos.

Será que eles não sabem que as ideias são imunes às balas? Vejam o caso Marielle, um crime ainda sem resolução, vejam Marielles em todos os cantos deste País. Onde existe uma mulher, onde existe uma negra, onde existe uma pessoa que quer ter direito a uma vida plena, ali está Marielle. Falam sobre Marielle. Marielle se transformou em símbolos porque as ideias são imunes às balas, e também às grades.

Luiz Inácio Lula da Silva está em todos os lugares, está também nas senhoras que choram lá no Sertão deste País, está naqueles que pegam o diploma dos seus filhos e choram dizendo: *"Este diploma foi fruto de um Governo que desnaturalizou a fome e que disse que os espaços, especialmente os espaços acadêmicos, não podiam ser reservados apenas às elites"*.

Temer busca destruir isso. Nós vimos ontem, na audiência com o Ministro da Educação, que se está acabando com a verba para a assistência estudantil. Ali ouvimos o depoimento de uma jovem indígena do povo baré, que disse: *"Nós não temos como estar na universidade porque estamos sem verba para a assistência estudantil"*. Falou sobre muitos indígenas que estavam estudando, mas alguns deles, agora, já estão desistindo. Isso acontece porque aqueles querem a universidade só para a elite, não querem a universidade para os quilombolas, não querem a universidade para o povo indígena, não querem a universidade para os filhos e para as filhas de trabalhadores.

Lula inoculou neste País a necessidade de que todos os espaços sejam preenchidos democraticamente pela nossa brasilidade, que é indígena, que é negra, pela nossa brasilidade, de um povo que resistiu a quase 400 anos de escravidão, numa das maiores demonstrações de resiliência de uma nação. Esse povo que resistiu quase 400 anos à escravidão, esse povo é filho de Zumbi dos Palmares, que construiu os quilombos e disse que a liberdade é inerente à humanidade.

Não podemos ser humanos ou nos sentir humanos sem nos sentirmos livres. Não podemos nos sentir humanos se não nos sentirmos sujeitos da nossa própria vida. Ora, roubam a humanidade das mulheres ao roubarem os seus corpos. Nossos próprios corpos são roubados todos os dias, e cotidianamente as mulheres lutam para dizer que os seus corpos são seus corpos, que os seus corpos lhes pertencem.

Todos os dias nós lutamos para dizer que a cidade é de todas e de todos. Eles estão afastando o povo das praças, das ruas. A cultura do medo gera a cultura do ódio, gera a construção de inimigos imaginários. Hitler elegeu como inimigos os judeus, os ciganos, os comunistas, os homossexuais, e justificou, com a criação de inimigos



imaginários e a desumanização simbólica, a desumanização literal nos campos de concentração, nos fornos crematórios, nas câmaras de gás.

Nós estamos vivenciando um fascismo que se agiganta, que se despe, que se acha muito à vontade para beijar o nosso rosto, para justificar as suas próprias ações; um fascismo que acha que pode pôr faixa presidencial; um fascismo que acha que pode subir a rampa do Palácio do Planalto. Nós estamos vivenciando isso. Por isso prendem Lula! Por isso prendem Lula! Primeiro tentaram tirar Lula das eleições. Depois viram que não bastava tirar Lula e tentam torná-lo inelegível. Lula ia correndo o mundo, ia correndo o Brasil, e as pessoas, nas caravanas, iam parando e dizendo "*Lula! Lula de novo!*", porque este Brasil precisa de democracia, precisa de igualdade, precisa de oportunidades.

Decidiram então prender Lula. E nós estamos dizendo: "*É Lula de novo*". Lula é o nosso candidato à Presidência da República. É o nosso candidato à Presidência da República. Não são os grandes meios de comunicação nem um golpe que veste toga nem um golpe que veste paletó que vão dizer quais são os limites da eleição. O limite de uma eleição é a vontade do povo, e o povo diz: "*É Lula de novo*".

Há 10 anos eles tentam desconstruir Lula todos os dias, e o povo responde: "*É Lula de novo! É Lula de novo! É Lula de novo!*" O povo sabe o que foram os 8 anos de Governo Lula. O povo sabe que, pela primeira vez, teve cara; pela primeira vez, teve energia na sua casa; pela primeira vez, teve a oportunidade de um mundo amplo e de um País gigantesco, que estava cindido, estava a serviço apenas das elites.

Nós estamos, neste momento, com a convicção de que, por mais que eles façam, não tocam o coração do povo. Não tocam o coração do povo. Quem toca o coração do povo é Luiz Inácio Lula da Silva. Por isso, as jovens, as mulheres, as senhoras, os trabalhadores choram a prisão de Lula. Sabem quão ela é injusta. Sabem que lutar por Lula livre não é uma reivindicação e uma bandeira apenas do Partido dos Trabalhadores, é algo de todos os que defendem a democracia. "*Ah, a democracia tem que ser radicalizada! Ah, a democracia tem que ser cuidada! Ah, a democracia é um bem de todas e de todos, é um princípio universal.*" Sabem que a democracia, ferida aqui, vai esgarçando o tecido de todos os direitos. Direitos não existem sem democracia, e democracia não existe sem direitos. O direito carrega a democracia para todas as dobras deste País, para um Brasil invisibilizado e profundo, e a transforma em uma democracia de alta intensidade.

Nós estamos vivenciando, portanto, um Governo que é uma farsa e uma tragédia. É uma tragédia o que querem fazer com a ELETROBRAS. Querem vender por 12 bilhões uma empresa que vale



400 bilhões e colocá-la sob a égide do lucro. Não querem apenas privatizá-la, querem desnacionalizá-la também. Eles sabem que serão os chineses, os canadenses, quem sabe, que vão comprar a ELETROBRAS.

Estão entregando o pré-sal para a Shell. Estão entregando o pré-sal para a Shell, e isentando-a do pagamento de quase 1 trilhão em impostos nos próximos 20 anos, e possibilitando que ela compre as embalagens, os equipamentos, os insumos, tudo o que precisa, no seu país de origem, também sem pagar Imposto de Importação.

É um ataque ao Brasil! É um saque ao Brasil! É o saque de recursos públicos, para que sejam utilizados de forma ilícita, como se privados fossem. Estão dentro de malas. É o saque de um patrimônio que é do povo brasileiro -ELETROBRAS, INFRAERO, Correios, Caixa.

Vejam, eles estão privatizando a Loteria Instantânea. Estão abrindo uma licitação para privatizar a Loteria Instantânea e proibindo a Caixa de participar da disputa. E a Caixa é a empresa que maior *expertise*, que maior experiência, que maior capacidade tem. Ela tem uma das maiores capacidades do mundo no que diz respeito ao funcionamento de loterias. A Caixa não vai poder participar de uma licitação em que participaria de disputa com a iniciativa privada! Não, não! Não se trata só de ferir o que é público, trata-se também, fundamentalmente, de aprisionar o que é público para deixar o que é privado crescer, crescer.

É algo desigual! Anistiam o Itaú em 25 bilhões, bancos que tiveram lucro de 60 bilhões. Lucro de 60 bilhões! Vejam, o Governo confiscou por volta de 10 bilhões do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações - FISTEL para tentar cumprir a regra de ouro, e possibilitou lucro de 60 bilhões dos bancos, anistiou o Itaú em 25 bilhões. Mas não fez só isso. Anistiou grandes empresas em 220 bilhões ou renegociou suas dívidas. É isso que está acontecendo neste Brasil.

Por isso, a base do Governo derrete. Ela derrete! Ela derrete porque pesa a faixa presidencial roubada. A faixa presidencial roubada está próxima de quem quer disputar as próximas eleições. No final da ditadura, nós dizíamos que havia uma solidão dos uniformes que não dialogavam com a população. Agora há uma solidão da faixa presidencial roubada. E aqueles Parlamentares que aqui estão e que olham para a sua própria reeleição ou para a vitória eleitoral no próximo mês de outubro, esses Parlamentares sabem que estar ao lado de Michel Temer significa isolar-se do povo brasileiro. Por isso, eles têm tanta dificuldade.

Querem aprovar um cadastro positivo. Querem aprovar um cadastro positivo! Tiveram dificuldade de conseguir o quórum. Tiveram



dificuldade esta semana de conseguir o quórum. Foram apenas 16 votos a mais do que os votos necessários. Esse cadastro positivo, na verdade, é um banco de dados para os bancos. Com isso eles não vão, como dizem que pretendem, diminuir taxa de juros. Não há sentido em se diminuir a taxa de juros apenas para um segmento da população. Para outro segmento, não haveria diminuição da taxa de juros. E, de fato, a taxa de juros está absolutamente alta.

O cadastro positivo é diferente do Cadastro Único, que foi criado durante os Governos do PT. O Cadastro Único servia para identificar a população que vivia em maior vulnerabilidade. Foi o Cadastro Único, com um feixe de políticas públicas, que possibilitou inclusive se tirar o Brasil das garras da fome.

Nós estamos vivendo, portanto, uma farsa e uma tragédia neste momento no Brasil. Mas eu fico com o poeta que diz: "*Faz escuro mas eu canto*". Faz escuro mas nós cantamos. Nós cantamos: "*Fora, Temer! Lula livre!*"

Documento 327/327

008.4.55.N	Sessão Extraordinária - CN	15/05/2018-15:30
Publ.: DCN - 5/16/2018 -	IVAN VALENTE-PSOL -SP	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, o pessoal vai votar "não" ao PLN, porque ele cria cargos destinados à política de repressão no Rio de Janeiro. E é impressionante que é às custas da enorme ociosidade de quadros ligados à área de preservação do patrimônio, que têm sido duramente afetados pelo ajuste fiscal do Governo golpista de Temer.

Mas eu quero aproveitar este tempo, Sr. Presidente, para deixar registrado nesta Casa o nosso pronunciamento, que é a história revelada: Geisel e Figueiredo comandavam execuções. É incrível como essa matéria, revelada por jornal de grande circulação, ocupou as manchetes e, em poucos dias, saiu das

manchetes. Na verdade, aqui foi um reconhecimento e uma reescrita da história, contada por um grande setor da sociedade brasileira.

Nós sabíamos que o governo Geisel fazia execuções. Oitenta e nove pessoas foram assassinadas só depois da posse dele, em 1974. Mas a política de distensão lenta, gradual e segura era uma grande mentira. A única coisa que nós podíamos confirmar é que ela era lenta, porque demorou mais de 11 anos para acabar a ditadura, e, nesses 11 anos, os presidentes da República que mandavam, lá do Palácio do Planalto, executar opositores do regime foram exatamente Geisel e Figueiredo.

Geisel, como Presidente da República, e Figueiredo, como chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI). Ou seja, na verdade, o que existe no Brasil de hoje, até hoje, é que nem com uma Comissão Nacional da Verdade, que funcionou durante mais de dois anos, se conseguiu rever a Lei da Anistia, que simplesmente anistiou torturadores e criminosos - criminosos -, que foram, na verdade, promovidos por desaparecerem, torturarem e matarem opositores do regime.

Então, Sr. Presidente, é claro que, neste momento, a grande mídia, inclusive algumas patrocinadoras do Golpe de 1964, trataram a questão um dia, mas, no dia seguinte, o assunto morre, porque não há interesse de verdade em patrocinar uma revisão da Lei de Anistia, que foi feita em todas as ditaduras latino-americanas: na Argentina, no Chile, no Uruguai, no Paraguai, mas aqui não. Aqui não pode mexer, pelo contrário, o Comandante do Exército pode, no dia do julgamento de um *habeas corpus*, tuitar ameaçando e incidindo sobre a determinação do Supremo Tribunal Federal. Ameaçar, essa é que a verdade. E pessoas pregando tortura como candidatas a Presidente da República no nosso País. Por quê? Porque torturadores não foram punidos; pelo contrário, eles foram não só anistiados como promovidos, como Brilhante Ustra e tantos outros no Brasil.

Por isso, Sr. Presidente, o caso é que nós temos que pedir...

(Soa a campainha.)

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - ... imediatamente que tramite nesta Casa o projeto da Deputada Luiza Erundina, que revê a Lei da Anistia; que o Supremo Tribunal Federal reveja sua decisão de 2010; e que o Itamaraty, a pedido do Instituto Vladimir Herzog, solicite imediatamente os documentos relacionados à ditadura, de que nós tomamos conhecimento, por incrível que pareça, através da Central de Inteligência Americana, a CIA. Nada mais, nada menos do que o chefe da Cia se comunicando com Henry Kissinger Secretário de Estado.

Aqui no Brasil não teve "ditabranda", teve uma das ditaduras mais violentas

com desaparecimentos, torturas, mortes, censura e muito mal ao povo brasileiro. Nós temos que rever isso e punir os torturadores.
